



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 89ª SESSÃO À 93ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 35
26 JUN. A 30 JUN.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Comentários sobre o livro de autoria de Raymundo Faoro, intitulado “Os Donos do Poder” que trata das instituições nacionais e suas carências. Senador Marco Maciel.	81	Registro de artigo intitulado “Quem sabe disso é a CIA”, publicado pela revista <i>Veja</i> em sua edição de 7 de junho de 2006. Senador Papaléo Paes. ...	126
ARTIGO DE IMPRENSA		Comentário de artigo intitulado “A gangrena é maior do que parecia”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> de 6 de junho de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	127
Registro de artigo do jornalista Ribamar Oliveira, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> sobre o fator previdenciário. Comentário sobre artigo publicado na <i>Gazeta Mercantil</i> intitulado “Oferta da Volo é chance de salvar Varig”. Senador Paulo Paim.	75	Leitura do artigo do jornalista Gilberto Dimenstein, intitulado “O milagre na educação de Lula”, publicado pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em que o articulista afirma que a educação deve ser encarada como um projeto de nação. Senador Tião Viana.	154
Solicitação de esclarecimentos sobre matéria do <i>Correio Braziliense</i> , que traz de forma detalhada informações sobre os repasses feitos pela Casa aos Parlamentares. Senador Sibá Machado.	104	Pedido de inserção nos Anais de entrevista concedida pelo Governador Cláudio Lembo, do PFL, à revista <i>Carta Capital</i> . Senador Eduardo Suplicy.	174
Registro de matéria intitulada “Conselho recomenda cassação de Janene”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 14 de junho de 2006. Senador Marcos Guerra.	117	Registro de entrevista concedida pelo doutor em Geografia Humana, Marco Antonio Mitidiero, ao <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 12 de junho de 2006, intitulada “O MLST luta para implantar o comunismo”. Senador Marcos Guerra.	204
Registro de matéria intitulada “Terrorismo biológico”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 21 de junho de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ...	118	Registro de Editorial intitulado “A carne-seca não é tanta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , de 12 de junho de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	206
Registro de editorial do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> de 6 de junho de 2006, intitulado “Um ano depois”. Senador Sérgio Guerra.	121	Registro de matéria intitulada “Ex-dono da Leão nega acusação”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , de sua edição de 27 de maio de 2006. Senador João Batista Motta.	207
Registro de matéria intitulada “‘Já ganhou’ toma conta de Lula”, de autoria do jornalista Rudolfo Lago, publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , em sua edição de 14 de junho de 2006. Senador João Batista Motta.	122	Registro de matéria intitulada “Crescer é sempre bom, mas...”, publicada na revista <i>Veja</i> , em sua edição de 7 de junho de 2006. Senador Sérgio Guerra.	208
Registro de matéria intitulada “Vídeo mostra que invasão do MLST foi premeditada” publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> em sua edição de 8 de junho de 2006. Senador João Tenório.	124	Registro de matéria intitulada “Candidato, Alckmin faz promessas e ataca Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em sua edição de 12 de junho de 2006. Senador João Tenório.	209

	Pág.		Pág.
Registro de matéria intitulada “Lula liberou R\$ 5,6 mi para entidade ligada ao MLST”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , de 9 de junho de 2006. Senador Papaléo Paes.	210	em sua edição de 12 de junho de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	348
Pedido para inserção nos Anais do Senado Federal de artigo intitulado “O busto de Mário Covas e a quebraadeira do MLST”, de autoria do Ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , de 11 de junho de 2006. Comentário sobre matéria intitulada “O aristocrata sem-terra”, publicada pela revista <i>Época</i> , de 12 de junho de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	212	Registro de entrevista concedida pelo Ex-governador de São Paulo e candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, intitulada “É óbvio que Lula sabia”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , em sua edição de 11 de junho de 2006. Senador Papaléo Paes.	351
Repercussão sobre matéria intitulada “Terrorismo Biológico”, publicada na revista <i>Veja</i> , que traz uma confissão de uma pessoa que participou de ato criminoso com prejuízo incalculável para a lavoura cacaueteira. Senador César Borges.	222	Registro de matéria intitulada “Banco de Dantas foi cliente do ex-escritório de Thomaz Bastos”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 30 de maio de 2006. Senador João Batista Motta.	352
Encaminhamento à Mesa de pronunciamento sobre matéria de autoria da jornalista Talita Ribeiro, do jornal <i>A Crítica</i> , de Manaus, denunciando que está sendo destruído o patrimônio ecológico do arquipélago fluvial de Anavilhanas. Senador Arthur Virgílio.	270	Registro de artigo intitulado “Infiltração e hipocrisia”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 11 de junho de 2006. Senador Sérgio Guerra.	353
Pedido de inserção nos Anais do Senado Federal de entrevista concedida pelos professores Pedro Estevão Serrano e Gabriel Cohn, a Marco Aurélio Weissheimer, da <i>Carta Maior</i> . Senador Roberto Saturnino.	279	Registro de matéria intitulada “STF abre inquérito para investigar Mento”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , em sua edição de 17 de junho de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	353
Comentários sobre matérias publicadas pela imprensa, de autoria de Sua Excelência e do Senador Garibaldi Alves sobre a situação dos bingos no País. Cumprimentos ao jornal <i>A Gazeta</i> pela publicação da matéria sobre a constatação de que o Brasil perde a cada ano em produtividade por causa da violência entre os jovens. Senador Magno Malta.	287	Leitura da matéria intitulada “Bancos têm lucros com petista”, publicada no jornal <i>O Globo</i> . Senador João Batista Motta.	380
Registro de matéria do jornal <i>Correio Braziliense</i> , publicada no dia 25 de junho de 2006, de autoria do jornalista Cláudio Dantas Siqueira, intitulada “Energia ganha status diplomático”. Senador Sérgio Zambiasi.	291	Registro de matéria intitulada “Sem-terra invadem Câmara, espalham destruição e ferem 24”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , de 7 de junho de 2006. Senador João Batista Motta.	394
Registro de artigo de autoria do jornalista Elio Gaspari, intitulado “O inchaço da máquina do Estado é lorota”. Senadora Ideli Salvatti.	294	Registro de artigo intitulado “Provando do próprio veneno”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> em sua edição de 12 de junho de 2006. Senador Sérgio Guerra.	395
Comentário de artigo publicado pelo <i>Correio Braziliense</i> , em sua edição de 26 de junho de 2006, intitulado “Da igualdade”, de autoria de Sueli Carneiro, doutora em Educação pela USP e diretora do Instituto da Mulher Negra. Senador Paulo Paim. ..	299	Registro de editorial “Impedido e fazendo falta”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , em sua edição de 16 de junho de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	396
Comentário de artigo intitulado “Autoritarismo ou democracia?”, de autoria do professor Denis Rosenfield, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>		Registro de artigo intitulado “Sete anos de metas”, de autoria do jornalista Celso Ming, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 13 de junho de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	397
		Registro de artigo intitulado “Política da Terra Sem Lei”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> do dia 21 de junho de 2006. Senador Leonel Pavan.	398
		Registro de artigo intitulado “Lula sem políetra-fluoroetileno”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 27 de junho de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	399
		Comentário sobre matéria intitulada “PDT lança Cristovam para deter ‘tentação autoritária’ de Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 20 de junho de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ..	400
		Registro de matéria intitulada “Nem Lula dá bola para eles”, publicada pela revista <i>Veja</i> , em sua	

Pág.	Pág.
edição de 21 de junho de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	426
Registro de artigo de Antônio Machado, publicado pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , em sua edição de 18 de junho de 2006, intitulado "Quem se habilita?". Senador Papaléo Paes.	427
Comentário de artigo intitulado "Responsabilidade política", de autoria do analista político Augusto de Franco, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 20 de junho de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	428
Registro de artigo intitulado "Minha vida de coiteiro", de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista <i>Veja</i> em sua edição de 28 de junho de 2006. Senador Leonel Pavan.	429
Registro de artigo intitulado "Educação, mentiras e videoteipe", de autoria do ex-presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Sidney Beraldo, publicado pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> de 14 de junho de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	430
Comentário de matéria intitulada "Base se cala diante de acusações contra Lula", publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , de 21 de junho de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	431
Registro de matéria intitulada "R\$ 40 bi? Não, obrigado", publicada pela revista <i>Época</i> de 19 de junho de 2006. Senador Sérgio Guerra.	432
Registro de matéria intitulada "Mattoso assume tudo", publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , em sua edição de 30 de maio de 2006. Senador João Batista Motta.	434
ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Elogios à decisão corajosa da Diretoria do Senado, na pessoa do primeiro Secretário, que estabeleceu decisão importante referente à inclusão da senhora Cláudia Helena Gurgel, como dependente da Servidora Sílvia Del Valle Gomide, na qualidade de companheira, excluindo todas as formas de preconceito contra a união de pessoas do mesmo sexo. Senadora Heloísa Helena.	173
CORRUPÇÃO	
Apoio ao pronunciamento do Senador Eduardo Siqueira Campos, em relação às denúncias, por parte de Sua Excelência, de corrupção no Estado do Tocantins. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador João Ribeiro.	330
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Registro da realização do Encontro Paraíba do Futuro, na cidade de Santa Rita. Cobranças ao Governo Federal de uma solução definitiva para a agricultura da Paraíba tais como: a dívida dos agricultores, o problema dos plantadores de cana e a perda da equalização do custo. Senador Ney Suassuna.	160
Apelo no sentido de que seja assegurado aos prefeitos a certeza de que terão os recursos das emendas parlamentares liberados. Senador Leonel Pavan.	173
Destaque para a realização da Segunda Rodada de Licitações de Áreas Inativas com Acumulações Marginais, para as atividades de avaliação, reabilitação e produção de petróleo e gás natural no País. Senador Edison Lobão.	297
ECONOMIA	
Cumprimentos à administração da Bolsa de Valores de São Paulo pelo trabalho que vem desenvolvendo e pelo Relatório Anual, relativo a 2005. Senador Romero Jucá.	129
EDUCAÇÃO	
Defesa da imediata aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Senador Ney Suassuna.	275
Destaque para a necessidade de aprovação do Fundeb. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Romeu Tuma.	276
ELEIÇÃO	
Alerta aos eleitores sobre a necessidade de rejeitar, por meio do voto, os candidatos envolvidos em corrupção e atos lesivos aos cofres públicos. Senador Ramez Tebet.	82
Conclamação ao comparecimento do eleitor brasileiro às urnas, alertando para a necessidade de não se anular o voto. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Marco Maciel.	85
Preocupação em relação ao voto nulo nas eleições de outubro de 2006, como resposta ao descontentamento dos eleitores com a situação política do País. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Tião Viana.	86
Comentários sobre a Convenção Nacional do PT, que homologou a candidatura de Luiz Iná-	

	Pág.		Pág.
cio Lula da Silva à reeleição e a de José Alencar à Vice-Presidente. Senador Sibá Machado.	106	para a assinatura de convênios. Senador Leonel Pavan.	114
Questionamentos em relação à participação de membros do Partido dos Trabalhadores envolvidos em corrupção na convenção do PT, que homologou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição e a de José Alencar à Vice-Presidente. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Leonel Pavan.	109	Comentários sobre os oito anos de desgoverno no Rio de Janeiro, com destaques para a liberação de recursos do Governo Federal ao Estado, ação que amenizou a situação calamitosa na qual se encontrava o referido Estado. Senador Roberto Saturnino.	279
Esclarecimentos sobre a posição do PFL com relação à candidatura ao Governo do Distrito Federal. Senador Paulo Octávio.	116	Apoio ao pedido de empréstimo do Estado do Mato Grosso do Sul. Senador Ramez Tebet. ...	341
Comunicado sobre a escolha do nome de Sua Excelência, em convenção partidária realizada no dia 25 de junho de 2006, como candidato do PSDB ao cargo de Governador pelo Estado do Amapá. Senador Papaléo Paes.	263	Defesa do Estado do Tocantins. Senador Eduardo Siqueira Campos.	343
Congratulações ao Senador Papaléo Paes pela sua candidatura ao Governo do Amapá, destacando sua firmeza e honradez. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Arthur Virgílio.	265	Solicitação para que os Estados interessados em empréstimos compareçam às votações. Senador João Ribeiro.	344
Anúncio da candidatura de Sua Excelência pelo PMDB para o Governo do Piauí. Senador Mão Santa.	386	Destaque para a ida do Procurador Geral da República, Doutor Álvaro Lotufo Manzonzo, ao telejornal da TV Anhanguera, para informar que encerrou as apurações com relação ao Instituto de Previdência do Estado do Tocantins. Aparte ao Senador João Ribeiro. Senador Eduardo Siqueira Campos.	346
Solidariedade ao pronunciamento do Senador Mão Santa em relação ao anúncio da candidatura de Sua Excelência ao Governo do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador João Batista Motta.	388	GOVERNO FEDERAL	
Satisfação com o resultado de pesquisa eleitoral que atesta o crescimento do candidato Alckmin na disputa pela Presidência da República. Senador Heráclito Fortes.	417	Registro das várias conquistas do Governo Lula. Senador Sibá Machado.	106
GOVERNO ESTADUAL		Observações acerca do posicionamento favorável do Governo à aprovação, pelo Senado, dos projetos de resolução que tratam de empréstimos aos Estados. Senador Romero Jucá.	337
Preocupação com a sabotagem contra o helicóptero do Governador do Estado de Rondônia, no Quartel da Polícia Militar da cidade de Rolim de Moura. Senador Valdir Raupp.	94	HOMENAGEM	
Pedido de apuração da sabotagem contra o helicóptero do Governador do Estado de Rondônia. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senadora Fátima Cleide.	94	Votos de aplausos ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas, e aos escritores Wastony Aguiar e Evaldo Ferreira. Registro dos 41 anos do Hospital Getúlio Vargas de Manaus. Senador Arthur Virgílio.	149
Reforço ao apelo no sentido de que a Polícia Federal participe das investigações sobre o suposto atentado cometido contra o helicóptero do Governador do Estado de Rondônia. Senadora Fátima Cleide.	95	Homenagem à dedicação e empenho das mulheres em relação à família e aos filhos, destacando sua dupla jornada de trabalho. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Senador Romeu Tuma. ..	164
Preocupação com relação à liberação das emendas individuais dos parlamentares e ao anseio de diversos prefeitos com referência ao prazo		Saudação, em nome do Deputado Ivan Ranzolin, aos 40 Vereadores presentes no Senado Federal vindos da região de Santa Catarina. Senador Paulo Paim.	224
		Encaminhamento à Mesa, para publicação dos seguintes pronunciamentos: voto de aplauso à cidade de Maués, pelo seu centésimo septuagésimo terceiro aniversário; e à irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, missionária do Amazonas, que	

	Pág.		Pág.
se dedica ao tratamento de hansenianos. Senador Arthur Virgílio.	225		
Registro das comemorações dos 18 anos de fundação do PSDB, celebrados em 25 de junho de 2006. Senador Papaléo Paes.	263	Defesa de melhoria salarial para os carteiros e adicional de insalubridade devido ao ambiente em que muitas vezes esses trabalhadores são obrigados a conviver. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Heráclito Fortes.	414
Voto de Aplauso à Mesa pelo reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Senadora Ideli Salvatti.	275		
Registro do aniversário da cidade de Cachoeiro de Itapemirim - ES. Senador Magno Malta. ...	287	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Votos de pronto restabelecimento ao líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, que sofreu um grave acidente que lhe causou politraumatismo. Senador Eduardo Suplicy.	306	Mensagem nº 169 de 2006 (nº 473/2006, na origem), que solicita aos Senhores membros do Senado Federal, de conformidade com a exposição de motivos da Senhora Ministra de Estado Meio Ambiente, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 47, de 2005 (nº 2.354/00 na Câmara dos Deputados), que “exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 114, de 2000. ...	2
Voto de pronto restabelecimento ao líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, que sofreu um grave acidente que lhe causou politraumatismo. Senador Arthur Virgílio.	306	Mensagem nº 170, de 2006 (nº 475/2006, na origem) que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – PRODECAR.	117
Justificativas ao requerimento nº 722, de 2006, referente à comemoração dos cinco anos de fundação do jornal <i>O Sul</i> . Senador Paulo Paim.	425	Mensagem nº 171, de 2006 (nº 476, de 2006, na origem), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se a financiamento do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial – APL.	165
Homenagem aos dirigentes e profissionais da Anvisa, em função de serviço de alto nível prestado à sociedade. Senador Romero Jucá.	435	Mensagem nº 172, de 2006 (nº 465, na origem), que submete à apreciação dos membros do Senado Federal a escolha do Senhor Georges Lamazière, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Lituânia, desde que obtido o agrément do governo desse país.	182
HOMENAGEM PÓSTUMA		Mensagem nº 173, de 2006 (nº 466, na origem), que submete à apreciação dos Senhores membros do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Se-	
Justificação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Ministro Mauro Durante. Senador Marco Maciel.	87		
Votos de pesar pelo falecimento da Senhora Guita Mindlin, e do Geógrafo Orlando Valverde, que dedicou mais de 30 anos de vida a pesquisas na região Amazônica. Senador Arthur Virgílio.	149		
Encaminhamento à Mesa de Requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento do pai dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias. Senador Paulo Paim.	380		
Manifestação de pesar pelo falecimento do pai dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias. Senador João Batista Motta.	380		
Manifestação de pesar pelo falecimento do pai dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias. Senador Mão Santa.	386		
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA			
Defesa do projeto de lei que concede o adicional de periculosidade aos carteiros, destacando a trajetória histórica dessa profissão de carteiro. Senador Paulo Paim.	411		

	Pág.		Pág.
gunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.	191	PARECER	
Mensagem nº 174, de 2006 (nº 482, na origem), que submete à consideração dos Senhores membros do Senado Federal o nome do Doutor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Edson Carvalho Vidigal.	197	Parecer nº 766, de 2006, da Comissão de Educação, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância. Senadora Patrícia Saboya Gomes.	5
MOVIMENTO TRABALHISTA		Parecer nº 767, de 2006, na Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que inclui o inciso X ao artigo 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade. Senador Juvêncio da Fonseca.	35
Comentários sobre a suspensão da greve dos servidores do Poder Judiciário. Senador Arthur Virgílio.	149	Parecer nº 768, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, de autoria do Senador Papaléo Paes, que autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá. Senador Antonio Carlos Valadares.	41
Defesa de um entendimento entre as categorias de servidores públicos em greve no País e os setores competentes. Senador Paulo Paim.	299	Parecer nº 769, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional Brasileiro nas contracapas de cadernos e livros. Senador João Ribeiro.	44
ORÇAMENTO		Parecer nº 770, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria do Senador Edison Lobão, que denomina “Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho” o aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Senador Cristovam Buarque.	47
Apelo no sentido da necessidade da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Senador Romero Jucá.	110	Parecer nº 771, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que denomina “Rodovia Pintor Cícero Dias” o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco. Senador Marco Maciel.	53
Comentários a respeito de pedido de empréstimo por parte dos Estados. Senador José Agripino.	316	Parecer nº 772, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2006 (nº 2.041, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “Pérola do Triângulo” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais. Senador Aelton Freitas.	57
Destaque para a necessidade de se liberar a pauta para a votação de empréstimos requisitados pelos Estados. Senador Antero Paes de Barros. ..	316	Parecer nº 773, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo	
Discussão da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00 (duzentos e cinqüenta milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica. Senador Romeu Tuma.	317		
Apelo pela votação da Medida Provisória nº 286, de 2006, devido à necessidade de verbas para a realização dos Jogos Pan-Americanos no Brasil. Senador Marcelo Crivella.	317		
Esclarecimento sobre a impossibilidade de votação para a liberação de crédito para os Estados ainda no ano de 2006. Senador Luiz Otávio. .	323		
Sugestão para que a votação da matéria sobre o orçamento para os Estados ocorra no dia 4 de julho de 2006. Senador Arthur Virgílio.	344		

Pág.	Pág.		
<p>nº 225, de 2006 (nº 2.047/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais. Senador Aelton Freitas.</p> <p>Parecer nº 774, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2006 (nº 1.880/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais. Senador Aelton Freitas.</p> <p>Parecer nº 775, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2006 (nº 2.054/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa “João Henrique Dantas” para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte. Senador Garibaldi Alves Filho.</p> <p>Parecer nº 776, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 170, de 2006 (nº 475, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, no valor total de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – PRODECAR. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Parecer nº 777, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 171, de 2006 (nº 476, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial – APL. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Parecer nº 778, de 2006, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 286, de 2006, que “abre crédito</p>	<p>60</p> <p>63</p> <p>66</p> <p>255</p> <p>259</p>	<p>extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00, para os fins que especifica”. Senador Marcelo Crivella.</p> <p>Parecer nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Senador Ramez Tebet.</p> <p>Parecer nº 780, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, de autoria do Senador João Batista Motta e outros Senhores Senadores, que susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). Senador Juvêncio da Fonseca.</p> <p>Parecer nº 781, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim que modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e acrescenta o § 3º, concedendo adicional de periculosidade aos carteiros. Senador Mão Santa.</p> <p>POLÍTICA AGRÍCOLA</p> <p>Comentários sobre o pedido de demissão do Ministro Roberto Rodrigues. Senador João Batista Motta.</p> <p>Destaque para o prejuízo de milhares de fazendeiros, com mais de 200 mil desempregados. Aparte ao Senador César Borges. Senador Antonio Carlos Magalhães.</p> <p>Apresentação de pacote de medidas estruturais para solucionar a crise no setor agrícola nacional. Senador Flávio Arns.</p> <p>Lamento pelo pedido de demissão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, ressaltando seus valiosos serviços prestados ao País durante a gestão da pasta. Senador Ramez Tebet.</p> <p>Solidariedade ao pronunciamento do Senador Ramez Tebet, no qual Sua Excelência lamenta o pedido de demissão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Tião Viana.</p>	<p>307</p> <p>372</p> <p>377</p> <p>403</p> <p>222</p> <p>224</p> <p>298</p> <p>303</p> <p>304</p>

VIII

	Pág.		Pág.
Comentário sobre as possíveis razões que levaram o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, a pedir demissão de seu cargo. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Antero Paes de Barros.	304	POLÍTICA EXTERNA	
Considerações acerca do trabalho desenvolvido pelo Ex-ministro Roberto Rodrigues frente ao Ministério da Agricultura. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Eduardo Suplicy.	305	Comentários acerca da indicação do embaixador Jacques Guilbaud para a Embaixada da Guiné. Senador Arthur Virgílio.	172
Comentários sobre a crise da agricultura na Região Sul. Senador João Batista Motta.	380	Considerações acerca da indicação do embaixador Jacques Guilbaud para a Embaixada da Guiné. Senador Heráclito Fortes.	172
POLÍTICA DE TRANSPORTE		Comentários sobre a indicação do embaixador Jacques Guilbaud para a Embaixada da Guiné. Senador Eduardo Suplicy.	172
Apelo no sentido do apoio à empresa aérea Varig. Senador Ramez Tebet.	82	POLÍTICA FISCAL	
Expectativa quanto à construção da Ponte sobre o Rio Oiapoque prevista no Orçamento de 2006. Senador Gilvam Borges.	165	Críticas ao veto presidencial aos artigos 5º e 6º da Lei 11.311, resultante da Medida Provisória nº 280, sobre a regularização dos débitos tributários. Senador Marcos Guerra.	290
Preocupação com a situação da empresa aérea Varig, e o enorme transtorno que vem sendo causado nos aeroportos. Senador José Agripino.	166	POLÍTICA SALARIAL	
Demonstração de incentivo a um debate que vise buscar uma saída para o problema vivido pela empresa aérea Varig, evitando assim sua falência. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Paulo Paim.	168	Destaque para reclamação apresentada pelo Senhor José Gabrielense Gomes Duarte, a qual versa sobre a defasagem dos servidores aposentados da Caixa Econômica Federal em relação aos servidores aposentados do Banco do Brasil, que seria de aproximadamente 92%. Senador Arthur Virgílio.	159
Questionamento quanto à falta de apoio por parte do Governo aos funcionários da Varig. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Heráclito Fortes.	169	Apoio às demandas salariais e à aprovação de planos de cargos e salários de algumas categorias, especialmente na área policial. Senador Romeu Tuma.	159
Considerações sobre a situação da empresa aérea Varig. Senador João Batista Motta.	380	Registro da edição das medidas provisórias que reajustam os salários dos funcionários públicos. Senador Romero Jucá.	423
Expectativas de que a falência da Varig não ocorra. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Paulo Paim.	381	POLÍTICA SOCIAL	
POLÍTICA ELEITORAL		Elogios e reconhecimento ao êxito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Senador Tião Viana.	88
Comentários acerca da importância de uma reforma política e eleitoral, com vistas à moralização do Estado e o fim da corrupção. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Paulo Paim.	84	Cumprimentos à decisão do Superior Tribunal de Justiça que firmou entendimento sobre legitimidade dos sindicatos em atuarem na defesa de todo e qualquer direito individual e coletivo dos integrantes das categorias que representam. Destaque para a participação de Sua Excelência na primeira Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Apelo para que escritores e editoras ofereçam suas obras em formato digital, a fim de que sejam conhecidas por pessoas portadoras de deficiência visual. Considerações sobre o	
POLÍTICA ENERGÉTICA			
Aplausos à criação, pelo Ministério das Relações Exteriores, do Departamento de Energia. Comentários sobre a importância da discussão sobre a matriz energética brasileira. Senador Sérgio Zambiasi.	291		

Pág.	Pág.
projeto “Cantando as diferenças”, que está sendo implantado no Rio Grande do Sul para promover a inclusão das pessoas com deficiência. Senador Paulo Paim.	133
Destques para vários projetos apresentados por Sua Excelência relacionados à questão da deficiência. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Heloísa Helena.	134
Apelo no sentido da contratação de tradutores da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a TV Senado. Senador Arthur Virgílio.	149
Reiteração do pedido do Senador Arthur Virgílio para contratação de tradutores da Língua Brasileira de Sinais para a TV Senado. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Paulo Paim.	149
Balanço sobre o andamento do Projeto, de autoria de Sua Excelência, que tramita no Senado Federal que versa sobre a ampliação da licença maternidade às trabalhadoras da iniciativa privada. Senadora Patrícia Saboya Gomes.	162
Reiteração do Pedido de aprovação de Projeto, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, em relação à ampliação da licença maternidade às trabalhadoras da iniciativa privada. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Senador Paulo Paim.	162
Homenagem ao trabalho e luta da Senadora Patrícia Saboya Gomes sobre a ampliação da licença maternidade às trabalhadoras da iniciativa privada. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Senadora Heloísa Helena.	163
Registro do anúncio, em Contagem/MG, por parte do Presidente Lula, do alcance da meta de 11 milhões e cem mil famílias atendidas pelo “Bolsa Família” em 2006. Senador Eduardo Suplicy.	292
Justificação de requerimento encaminhado à Mesa, solicitando Voto de Aplauso para os 13 municípios com melhor Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família, em especial os municípios catarinenses de Bom Jesus, Flor do Sertão e José Boiteux. Senadora Ideli Salvatti.	294
Destaque para a atuação positiva do Governo Federal frente aos programas sociais que vem desenvolvendo, com atenção especial para o programa de renda básica. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Tião Viana.	296
Comentários, a partir de dados do jornal <i>Valor Econômico</i> , sobre a importância dos programas sociais do Governo, em especial o Bolsa Família. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Eduardo Suplicy.	296
Expectativa da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e do projeto de cotas pela Câmara dos Deputados. Senador Paulo Paim.	299
Comentários sobre emenda à MP que estende o reajuste do salário mínimo aos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.	383
Solidariedade ao pronunciamento do Senador Paulo Paim em relação à preocupação de Sua Excelência com a situação dos aposentados no País. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.	384
PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Análise da fala do Presidente Lula na convenção petista que lançou seu nome à reeleição. Comentários sobre matéria que circula na Internet sobre as mais famosas mentiras pregadas pelo Presidente Lula à nação brasileira. Senador Arthur Virgílio.	229
Comentários sobre matéria que circula na Internet sobre as mais famosas mentiras pregadas pelo Presidente Lula à nação brasileira. Senador Arthur Virgílio.	276
Protesto contra os ataques do Presidente Lula ao Senado Federal, em Contagem, Minas Gerais, em relação a não votação do Fundeb. Senador Antonio Carlos Magalhães.	287
Destaque para comentário do Presidente Lula de que o Senado é culpado pela não aprovação do Fundeb. Senador Arthur Virgílio.	321
Críticas à afirmação do Presidente Lula, em discurso na primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, que antes dele o “Brasil era uma coisa meio desarranjada”. Senador Alvaro Dias.	361
Críticas ao Presidente Lula por declarações relacionadas ao sistema de saúde e ao médico Adib Jatene. Senador Heráclito Fortes.	417
Críticas aos discursos de campanha do Presidente Lula. Senadora Heloísa Helena.	421
PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Denúncia sobre a perversidade da aplicação do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social, defendendo sua extinção. Senador Paulo Paim.	75
Solidariedade ao pronunciamento do Senador Paulo Paim sobre o projeto pelo fim do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Heloísa Helena.	76

	Pág.		Pág.
Pedido de inserção nos Anais da Casa da manifestação por parte de Sua Excelência de apoio em favor do reajuste dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.	347	ca, de Identificação e de Medicina Legal. Senador Sérgio Zambiasi.	369
Apelo em favor do resgate da dignidade dos aposentados e pensionistas com a revogação do fator previdenciário. Senador Valmir Amaral.	401	PROJETO DE RESOLUÇÃO	
PROJETO DE LEI DO SENADO		Projeto de Resolução nº 43, de 2006, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FUDA, no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Senador Flexa Ribeiro.	257
Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2006, que acrescenta alínea I ao art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para possibilitar o controle do aumento de prêmios e de cancelamento de contratos de seguro de vida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Senador Valdir Raupp.	72	Projeto de Resolução nº 44, de 2006, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Senador Romeu Tuma.	261
Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2006, que acrescenta o inciso IX, ao artigo 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), para incluir o crime de fraude contra seguro no rol de crimes antecedentes. Senador Romero Jucá.	73	RELIGIÃO	
Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2006, que prevê nova cominação penal aos crimes que especifica e define o tipo de peculato-uso. Senador Demóstenes Torres.	248	Encaminhamento à Mesa de pronunciamento sobre a realização, nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2006, em Brasília, do 22º Seminário Especial da Prosperidade, cujo tema é “A prosperidade em suas mãos”. Senador Romeu Tuma.	272
Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2006, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para estabelecer que os candidatos devam registrar os respectivos: carta de princípios e programa de trabalho na Justiça Eleitoral. Senador Cristovam Buarque.	252	REQUERIMENTO	
Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2006, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para obrigar a emissão em braille de faturas dos serviços públicos. Senador Valdir Raupp.	253	Requerimento nº 706, de 2006, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do Ministro Mauro Durante, ocorrido em 17 de junho passado, na cidade de Juiz de Fora: inserção em ata de Voto de Profundo Pesar; apresentação de condolências à viúva, Senhora Íris Durante, à filha, Ana Carolina e ao Ex-presidente da República Itamar Franco, de quem era Assessor. Senador Valdir Raupp.	88
Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2006, que proíbe a entrada de funcionários nas cadeias e penitenciárias em que trabalhem portando aparelhos celulares ou quaisquer outros aparelhos de comunicação. Senador Magno Malta.	254	Requerimento nº 707, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao escritor amazonense Deusamir Pereira pelo lançamento, em Manaus, no dia 2 de dezembro de 2004, do livro Amazônia Insustentável – Zona Franca de Manaus, estudos e análise. Senador Arthur Virgílio.	179
Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Distrito Federal, com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Senador Valmir Amaral.	368	Requerimento nº 708, de 2006, que requer Voto de Aplauso a Wastony Aguiar Bittencourt, pelo lançamento, em Manaus, de seu livro “Crônicas de um Servidor Público”. Senador Arthur Virgílio.	179
Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que acrescenta inciso ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu § 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de Institutos de Criminalísti-		Requerimento nº 709, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Geógrafo Orlando Valverde, no dia 14 de junho de 2006, no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	179

	Pág.	XI	Pág.
Requerimento nº 710, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 25 de junho de 2006, em São Paulo, da Excelentíssima Senhora Guita Mindlin, “amiga dos livros”. Senador Arthur Virgílio.	180	Federal, por ter reconhecido recentemente a união estável entre pessoas do mesmo sexo, aceitando como dependente a companheira de uma servidora da Casa. Senadora Ideli Salvatti	246
Requerimento nº 711, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao escritor amazonense Evaldo Ferreira, do jornal <i>O Estado do Amazonas</i> , pelo lançamento, em Manaus, do livro “No Tempo dos Seringais”. Senador Arthur Virgílio.	180	Requerimento nº 720, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Silvino Dias, pai dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias, solicitando que esta homenagem seja estendida a todos os seus familiares. Senador Paulo Paim.	380
Requerimento nº 712, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Senador Arthur Virgílio.	180	Requerimento nº 721, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Silvino Fernandes Dias, pai dos Senadores Alvaro Dias e Osmar Dias, ocorrido em 29 de junho de 2006, em Maringá, Paraná. Senador João Batista Motta.	386
Requerimento nº 713, de 2006, que requer à Ministra do Meio Ambiente, informações sobre intenções anunciadas pela organização francesa Nature Rights, que podem representar ameaças à integridade da Região Amazônica. Senador Arthur Virgílio.	181	Requerimento nº 722, de 2006, que requer Voto de Louvor ao jornal <i>O Sul</i> do Grupo Rede Pampa de Comunicação que completaria, dia 2 de julho de 2006, cinco anos de fundação. Senador Paulo Paim.	411
Requerimento nº 714, de 2006, que requer seja aprovado Voto de Pesar pelo falecimento, em 20-6-07, aos 70 anos, de Hildebrando Rossi Filho, professor e diretor do Centro Educacional Objetivo e da Universidade Paulista-UNIP, e que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família e das entidades acima. Senador Romeu Tuma.	181	SAÚDE	
Requerimento nº 715, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173º aniversário de criação. Senador Arthur Virgílio.	246	Cumprimentos ao Ministro da Saúde que, em conjunto com a secretaria especial de política para as mulheres, publicou a agenda da mulher, a qual apresenta informações fundamentais para as mulheres na área da saúde. Senadora Fátima Cleide.	95
Requerimento nº 716, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, missionária no Amazonas, desde 1971, que se dedica ao tratamento de hansenianos, pelo que lhe foi outorgado o Título de Cidadã Amazonense. Senador Arthur Virgílio.	246	Pedido de transcrição nos Anais do Senado Federal de documento do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Amazonas – SINTESAM, o qual expõe sua posição em faces das propostas em exame relativas ao futuro dos Hospitais Universitários na área federal. Senador Arthur Virgílio. ..	152
Requerimento nº 717, de 2006 que requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Daniel Queiroz, pela conquista de Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em São Luís/MA, em junho de 2006. Senador Arthur Virgílio.	246	Destaque para o recebimento do Relatório de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), referente ao ano de 2005. Senador Romero Jucá.	215
Requerimento nº 718, de 2006, que requer Voto de Aplauso para os 13 municípios com melhor Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, e em especial para os municípios catarinenses de Bom Jesus, Flor do Sertão e José Boiteux. Senadora Ideli Salvatti.	246	Comemoração dos resultados da atual gestão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Senador Romero Jucá.	358
Requerimento nº 719, de 2006, que requer Voto de Aplauso para a Mesa Diretora do Senado		SEGURANÇA PÚBLICA	
		Registro da passagem do Dia Mundial de Combate à Tortura, ressaltando a realidade do sistema prisional brasileiro. Senadora Heloísa Helena.	104
		Comentários sobre o acirramento do já conturbado quadro social brasileiro e a ousadia do crime organizado. Senadora Íris de Araújo.	266
		Comentários sobre a repercussão da violência no País, que se faz presente nas notícias do Brasil	

	Pág.		Pág.
e do mundo. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Magno Malta.	267		
Destaque para a alteração da Lei Antidrogas, bem como para a necessidade de se coibir o uso de drogas como mecanismo de proibição de sua produção. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Romeu Tuma.	268	Comunicado de que Sua Excelência está retirando seu apoio quanto à verificação de quorum, tendo em vista um possível acordo para se votar os créditos para os Estados e também a MP para os aposentados. Aparte ao Senador Luiz Otávio. Senador Paulo Paim.	323
Preocupação em relação à violência que está sendo vítima o Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador Arthur Virgílio.	338	Comentários sobre a obstrução de Pauta, o que prejudicaria a votação de empréstimos aos Estados. Senador José Agripino.	324
Solidariedade ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senadora Heloisa Helena.	340	Apelo aos Senadores pela votação de matéria que libera crédito aos Estados e da MP que concede reajuste aos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.	325
SENADO FEDERAL		Destaque para a falta de consenso dentro das próprias Bancadas no que diz respeito a formação de quorum para se votar matérias de extrema importância. Senadora Ideli Salvatti.	325
Protesto contra o cancelamento das reuniões das Comissões no Senado, em razão dos jogos do Brasil na Copa do Mundo. Senador Jefferson Péres.	279	Apelo pelo compromisso do Governo em assinar, após a votação na Casa, de matéria que libera crédito aos Estados, o contrato relativo à liberação dos recursos. Senadora Heloisa Helena.	327
Solicitação de verificação de quorum, com vistas à aprovação de empréstimos para os Estados solicitantes. Senador Arthur Virgílio.	316	Comentários a respeito do trancamento de Pauta na Casa, o que, segundo Sua Excelência, vem ocorrendo já há algum tempo. Apelo à Casa para que se dirija ao Coaf e à Receita Federal, com o intento de se investigar a corrupção e o abuso que vem ocorrendo no Governo do Estado do Tocantins. Senador Eduardo Siqueira Campos.	327
Preocupação em relação à possibilidade de trancamento de pauta, devido à falta de quorum na Casa, para a votação de matérias de extrema importância. Senador Arthur Virgílio.	318	Apelo no sentido de que a verificação de quorum possa ser feita no momento da votação do projeto de Tocantins, evitando dessa forma prejuízo para outros Estados que pleiteiam empréstimos. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador Flexa Ribeiro.	332
Preocupação com a ausência de um número significativo de Senadores na Casa, tendo em vista a necessidade de se votar matéria que libere recursos que favoreça os Estados requerentes. Senador Sérgio Cabral.	318	Comentários sobre o excesso de Medidas Provisórias e ausência de quorum na Casa. Senador Eduardo Siqueira Campos.	343
Lamento pela falta de quorum necessário à aprovação de matéria que beneficie os Estados que necessitam de recursos a serem aplicados na área social. Senador Tasso Jereissati.	318	Queixas em relação à falta de quorum na Casa para a votação de matérias de extrema importância. Senador João Ribeiro.	344
Pedido para se votar matéria necessária relevante para o Estado do Ceará e todos aqueles que passam por dificuldades. Senadora Patrícia Saboya Gomes.	319	Apelo no sentido de votação de todas as medidas provisórias que contemplem os servidores, os aposentados e também os Estados. Aparte ao Senador Romero Jucá. Senador Paulo Paim.	424
Solicitação aos Senadores para que compareçam ao Plenário, para que dêem quorum para a votação de medidas provisórias que trancavam a pauta, para em seguida se votar os empréstimos aos Estados aprovados na CAE. Senador Flexa Ribeiro.	319		
Comentários sobre o trancamento de pauta por parte das medidas provisórias que chegam a Casa. Senadora Ideli Salvatti.	320	TELECOMUNICAÇÕES	
Destaque para o fato de que a não votação de empréstimos para os Estados implica na obstrução da votação das medidas provisórias. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Tasso Jereissati.	322	Anúncio da assinatura do decreto que cria o Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Senador Romero Jucá.	423

	Pág.	XIII	Pág.
UNIVERSIDADE			
Encaminhamento à Mesa de denúncia feita pelo jornal <i>A Crítica</i> de desvio de verbas da Universidade Estadual do Amazonas, por parte do Governo do Estado. Senador Arthur Virgílio.	227	duas escolas técnicas federais que foram criadas na Paraíba. Senador Ney Suassuna.	275
Destaque para a denúncia publicada pelo jornal <i>A Crítica</i> sobre o desvio de verbas da UEA para construtoras, Fundações e para outros projetos do Governo Estadual. Senador Arthur Virgílio.	265	Elogios ao Programa de Ações Afirmativas adotado pela Universidade Federal de São Carlos. Senador Paulo Paim.	299
Agradecimentos ao Presidente Lula pelos quatro novos campi universitários, bem como pelas		VIOLÊNCIA	
		Considerações sobre o PLC 37/2006, que trata da criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Senadora Fátima Cleide.	95

Ata da 89ª Sessão não Deliberativa, em 26 de junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Marco Maciel, Ramez Tebet,
da Sra. Heloísa Helena, e do Sr. Paulo Paim*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para a apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 41, de 2006** (MSF 163/2006), que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto o recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2006**

(nº 2.009/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2006**

(nº 2.038/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2006**

(nº 2.069/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na

cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2006**

(nº 1.979/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Fernandes de Melo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006** (nº 3.248/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que *dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003.*

Ao Projeto foi apresentada uma emenda.

A matéria retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame da emenda.

É a seguinte a Emenda apresentada:

EMENDA Nº 7 – PLEN

Apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006 que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003.

Acrescente-se ao art. 2º do projeto o seguinte inciso VIII:

“Art. 2º.....

VIII – os Juízes de Paz.”

Justificação

A emenda que ora apresentamos ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 18, de 2006, tem por finalidade dar cumprimento ao disposto no art. 98, inciso II, da Constituição Federal, que atribui aos Juízes de Paz competência para verificar o processo de habilitação e celebrar casamentos e para exercer atribuições conciliatórias.

O PLC nº 18, de 2006, embora dedique todo um capítulo aos Juízes de Paz (Capítulo IX, do Título III, art. 49), não os menciona no art. 2º como integrantes da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o que denota incoerência interna e ofensa ao texto constitucional.

Pelas razões expendidas, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação da presente emenda a projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 169, DE 2006

(Nº 473/2006, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a exposição de motivos da Senhora Ministra de Estado Meio Ambiente, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 47, de 2005 (nº 2.354/00 na Câmara dos Deputados), que “exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 114, de 2000.

Brasília, 22 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente.

EM Nº 46/MMA/2006

Brasília, 13 de junho de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, matéria que consta do parecer técnico conjunto elaborado pelas Secretarias de Biodiversidade e Florestas, de Coordenação da Amazônia, ambas do Ministério do Meio Ambiente e o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais-CNPT, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o qual motivou a decisão desse ministério de propor a retirada

do Projeto de Lei nº 2.354-A, de 2000 (Senado PLC nº 47, de 2005), de autoria do Poder Executivo, que “exclui uma fração da área da Reserva Extrativista de Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova do Mamoré, no Estado de Rondônia”.

2. O referido projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, foi baseado na Exposição de Motivos nº 226 de 13 de dezembro de 1999 do Ministério do Meio Ambiente e, em seguida, pelo Aviso nº 140 de 24 de janeiro de 2000 da Casa Civil da Presidência da República.

3. Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.354-A, de 2000 foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Política Rural em agosto de 2000, tendo como Relator o Deputado Confúcio Moura; e pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias em novembro de 2000, tendo como Relator o Deputado Expedito Junior, ambos da bancada ruralista de Rondônia. O Projeto de Lei foi enviado ao Senado Federal em 23 de maio de 2005, onde foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Atualmente, o PLC nº 47, de 2005, que encontrava-se em Plenário do Senado Federal, com voto pela sua aprovação, por força de requerimento apresentado pelo Senador Sibá Machado foi redistribuído para a Comissão de Assuntos Econômicos, na qual foi designado Relator da matéria o Senador Romero Jucá.

4. A RESEX do Rio Ouro Preto foi criada pelo Decreto nº 99.166 de 13 de março de 1990 e abrange uma área total de 204.583 hectares no extremo oeste do Estado de Rondônia, nos Municípios de Guajará-Mirim e Novo Mamoré. Segundo dados do CNPT/IBAMA, a população da RESEX é de aproximadamente 700 pessoas. Os principais produtos extrativistas incluem a borracha e a castanha. A população tradicional também desenvolve outras atividades extrativistas em menor escala (copaíba, açaí, bacaba, pataua, etc.), agricultura em pequena escala e atividades de pesca e caça.

5. A área proposta para exclusão (31.489 hectares) corresponde a cerca de 15% da área total da reserva. A atual problemática é resultado, em grande medida, de um loteamento realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA no início dos anos 1980, objetivando a distribuição de terras a “soldados da borracha” da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, foram demarcados 613 lotes (com cerca de 240 hectares cada) abrangendo 146.731 hectares dentro do perímetro da atual Reserva Extrativista. Desse total, 521 lotes, abrangendo 126.391,1 hectares, foram titulados pelo INCRA na área da atual Reserva Extrativista.

6. Em geral, os lotes demarcados pelo INCRA para “soldados da borracha” foram localizados em áreas isoladas, com baixa aptidão agrícola, sem estradas e outra infra-estrutura. Evidentemente, os antigos seringueiros, como pessoas humildes com poucos recursos financeiros, dificilmente se tornariam agricultores ou pecuaristas. Assim, a grande maioria dos lotes foi vendida a preços irrisórios para especuladores de terra em Guajará-Mirim. Os loteamentos para os “soldados da borracha” foram plotados, em sua maioria, em áreas ocupadas por seringueiros ativos, que eventualmente seriam expulsos, se não fosse a criação da RESEX do Rio Ouro Preto. Tais loteamentos dificultaram enormemente o processo de regularização fundiária da reserva.

7. Segundo dados do CNPT/IBAMA, a área proposta pelo projeto de lei para exclusão da RESEX, localizada ao norte do Rio Ouro Preto, apresentou a seguinte situação fundiária em 1997: 188 lotes titulados a soldados da borracha; 14 lotes titulados a seringueiros, seringalistas, agricultores e pecuaristas; 41 lotes não titulados, em fase de regularização; 40 lotes com simples ocupação; e 20 lotes vagos (CNPT 1999:29). Na época da criação da RESEX (1990), tratava-se de uma área com processo incipiente de ocupação por atividades agropecuárias, relacionadas, sobretudo, a loteamentos promovidos pelo INCRA.

8. A proposta de redução da RESEX do Rio Ouro Preto foi definida inicialmente numa reunião realizada em janeiro de 1992, em que participaram representantes da Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim – ASGM, Associação dos Criadores do Vale do Marmoré – ACRIVALE, Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR, Grupo de Policiamento Florestal de Guajará-Mirim – PM/RO e a ONG Instituto de Defesa da Identidade Amazônica – INDIA e o CNPT/IBAMA. O referido acordo foi firmado sem consulta adequada os membros da comunidade tradicional, permanecendo dúvidas sobre até que ponto a população beneficiária da RESEX tem sido envolvida na tomada de decisões sobre a redução de sua área. Segundo o Ministério Público Federal, “permanece a lacuna sobre o que pensa a população extrativista beneficiária da RESEX do Rio Ouro Preto (e suas entidades representativas) sobre o que está, de fato, acontecendo na porção norte da referida unidade e quais seriam as formas de solução” (fl. 144). Ademais, não foi realizado nenhum estudo técnico que: **a)** justificasse a necessidade da exclusão, do ponto de vista da demanda social, **b)** definisse precisamente a área que deveria ser excluída da RESEX, e **c)** identificasse as necessidades de mitigação de impactos ambientais negativos decorrentes da exclusão.

9. No momento do ajuizamento de ações expropriatórias da RESEX Rio Ouro Preto pelo IBAMA em 1992, a área proposta para exclusão não foi contemplada, por interpretação do CNPT sobre os impactos futuros do referido acordo informal sobre a alteração dos limites da reserva.

10. Em resposta a uma recomendação da revisão de meio termo e da missão de supervisão do Projeto RESEX do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 em 1997, o CNPT/IBAMA encomendou a elaboração de um laudo técnico sobre a proposta de exclusão da RESEX do Rio Ouro Preto. O referido estudo, realizado por técnicos do CNPT/IBAMA, INCRA, Universidade de Rondônia e do governo estadual (SEDAM, ITERON) foi finalizado em 1999. O laudo técnico apresenta uma série de observações relevantes, conforme discutido a seguir.

11. A Exposição de Motivos do Ministério do Meio Ambiente de nº 226 de 13 de dezembro de 1999 incluiu a seguinte justificação para a redução da RESEX do Rio Ouro Preto: devido a então conjuntura política, os limites foram definidos muito apressadamente, sem uma análise mais detalhada da situação fundiária, resultando em equívoco na delimitação da superfície eleita, pois englobou uma fração de terras, com aproximadamente 31.489,49 hectares, totalmente antropizada, que vem sendo utilizada na exploração da atividade agropecuária.... A inclusão indevida da referida porção de terras, no bojo da Reserva Extrativista Rio Ouro Preto, vem causando um enorme desconforto aos extrativistas e, ao mesmo tempo, tem causado inúmeros prejuízos aos produtores rurais ali instalados, que se encontram tolhidos de desenvolver suas atividades legalmente, além de estarem cerceados de obter créditos rurais, fomentos e outras formas de incentivo à produção agropecuária, gerando um significativo descompasso no desenvolvimento sócio-econômico da região”.

12. Após o seu encaminhamento ao Congresso pelo Poder Executivo, o referido projeto de lei foi objeto de pareceres técnicos favoráveis do Ministério do Meio Ambiente e do CNPT/IBAMA, nos anos de 2001 a 2003. Em contraste, o projeto de lei foi objeto de análise e parecer do Ministério Público Federal, que se manifestou contrário à sua aprovação por motivos a serem explicitados a seguir.

13. No processo em questão, há fortes evidências de que assuntos relativos à justificação, análise de impactos e definição de medidas preventivas e mitigadoras não foram devidamente considerados em pareceres do Congresso Nacional e do próprio Ministério do Meio Ambiente/IBAMA. Nesse sentido, cabe observar inicialmente as seguintes afirmações contidas no processo:

– “no anexo à Exposição de Motivos do Ministério do Meio Ambiente nº 226 de 1999, afirma-se: “A exclusão de porção de terras da RESEX Rio Ouro Preto não terá nenhum impacto sobre o meio ambiente, uma vez que a área a ser excluída já se encontrava completamente antropizada antes mesmo da criação da reserva”.

– no relatório da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, o Relator Deputado Expedito Junior afirma “...tendo em vista o fato de que a vegetação nativa foi já completamente suprimida, sua manutenção dentro da reserva não oferece nenhum benefício às populações extrativistas”.

– em nota elaborada por técnicos da Diretoria de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas em 16 de fevereiro de 2001, repete-se a afirmação da Exposição de Motivos de 1999 de que “a exclusão da fração de terras desta RESEX não terá nenhum impacto sobre o meio ambiente, uma vez que a área a ser excluída já se encontrava completamente antropizada, mesmo antes de sua criação”.

14. Sobre o grau de descaracterização da vegetação nativa, o laudo técnico encomendado pelo CNPT/IBAMA concluiu (em contraste com as afirmações acima) que somente 15,99% da área proposta para exclusão da RESEX foram descaracterizados até 1997, sendo 8,41% até 1992, 2,79% entre 1992 e 1994, e 4,79% entre 1994 e 1997 (CNPT, 1999:42). Conforme o relatório do Ministério Público Federal, “até que ponto o extrativismo não está tendo espaço na porção norte da RESEX é algo ainda por ser avaliado” (fl. 142). Outra questão destacada no estudo do CNPT/IBAMA, bem como no documento do Ministério Público Federal (2003) é a relevância da área proposta para exclusão da RESEX para a manutenção de recursos hídricos, uma vez que abriga importantes afluentes do Rio Ouro Preto. Entretanto, a questão não é abordada em discussões e pareceres posteriores, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA e comissões do Congresso Nacional.

15. O laudo técnico do CNPT/IBAMA e o documento do Ministério Público Federal chamam atenção para uma questão preocupante na área proposta para exclusão da RESEX: a predominância de um mercado informal de terras, associado a tendências de especulação e concentração fundiária. É importante observar que a maioria dos Títulos de Propriedade concedidos a “soldados da borracha” no início dos anos oitenta na área proposta para exclusão da RESEX foi transferida irregularmente a terceiros, sem o cumprimento das condições resolutivas com o INCRA, tornando-os nulos e passíveis de reincorporação ao patrimônio público. Em locais como o setor Serra Grande, foram

observadas “imensas propriedades com implantação de pastagem, como é o caso da Senhora Tuná” (CNPT 1999:17). Em alguns casos, foi observado que os fenômenos de especulação e concentração fundiária envolviam funcionários públicos, a exemplo do “Chicão da EMATER” que adquiriu 07 (sete) lotes, totalizando 1.750 hectares (op.cit, p. 30).

16. O laudo técnico do CNPT/IBAMA observa que “a grande maioria dos atuais ocupantes está, há pouco tempo na área alvo de correção de limites da RESEX e são terceiros adquirentes das posses que ocupam, quase todos desconhecendo quem era o ocupante primitivo do lote à época da criação da RESEX” (p.29). O documento conclui que “está ocorrendo uma invasão orientada ... por especuladores rurais que arregimentam famílias pobres e as instalam no lote, incentivando o desmatamento e plantio de pequenas lavouras brancas para assegurar a posse da terra, e posteriormente as desaloja para efetuar a venda do lote” (CNPT 1999:44).

17. O laudo do CNPT/IBAMA alertou para o fato de que “o avanço sobre a floresta é flagrante” na área proposta para exclusão da RESEX, e que a maior parte dos desmatamentos tem ocorrido em grandes imóveis, a exemplo de uma grande derrubada observada na área ocupada pelo Sr. Chicão da EMATER. Conforme constatado em imagens de satélite e observações de campo, grande parte dos desmatamentos ilegais está ocorrendo em Áreas de Preservação Permanente – APPs ao longo de cursos d’água (a maioria afluentes do Rio Ouro Preto) e nas encostas de serras da formação Pacaas Novos. Outra questão relevante levantada no laudo do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT é o baixo potencial agrícola de grande parte dos solos da área proposta para exclusão da RESEX, conforme demonstrado em mapas de solos e observações de campo.

18. Não obstante os esforços do CNPT/IBAMA, tem persistido uma série de entraves na implantação da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto em termos de regularização fundiária, elaboração de plano de manejo (conforme as novas normas da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), concessão real de uso com associações de moradores, sinalização, monitoramento e vigilância, entre outros.

19. O precário nível de implementação da RESEX, em combinação com a situação caótica de ocupação da área proposta para exclusão, contribuiu para um grave caso de invasões no setor Serra Grande do interior da reserva em 2001 (área adjacente à área proposta para exclusão). Como de praxe, tal invasão envolveu a manipulação de pessoas humildes por agentes envolvidos em grilagem, especulação fundiária e exploração ilegal de produtos florestais.

20. O projeto de lei apenas exclui uma porção da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Não propõe qualquer medida de ordenamento fundiário e gestão ambiental na área a ser excluída. No Projeto de Lei e nos pareceres do Congresso Nacional, tampouco há qualquer recomendação ou encaminhamento referente à necessidade de garantir a integridade do remanescente da RESEX do Rio Ouro Preto e de áreas protegidas vizinhas (especialmente a TI Lage, o Parque Estadual de Guajará-Mirim e a TI Uru-eu-wau-wau) em conformidade com a Lei do SNUC e a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 13, de 6 de dezembro de 1990.

21. Cabe salientar que a exclusão de parte da RESEX do Rio Ouro Preto, conforme preconizado no PLC nº 47, de 2005 geraria uma incompatibilidade com a lei estadual de zoneamento sócio-econômico-ecológico de Rondônia (Lei Complementar nº 233, de 2000) que define essa unidade de conservação federal como parte da Zona 3 (áreas institucionais de proteção da natureza). Considerando o longo processo de negociação entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo de Rondônia, desde meados de 2000, para tornar o zoneamento estadual compatível com o Código Florestal, especialmente em relação aos percentuais mínimos de reserva legal em propriedade rural, bem como a problemática histórica de mudanças no zoneamento estadual sem critérios consistentes e transparentes, pode-se concluir que a redução dos limites da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, nos moldes propostos pelo referido projeto de lei, torna-se ainda mais questionável.

22. Conforme assinalado na Exposição de Motivos do Ministério do Meio Ambiente nº 226, de 1999, "...devido a então conjuntura política, os limites (da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto) foram definidos muito apressadamente, sem uma análise mais detalhada da situação fundiária, resultando em equívoco na delimitação da superfície eleita. "Por outro lado, o processo de exclusão de fração da RESEX tem demonstrado uma série de fragilidades, no que se refere a: **a)** critérios para justificar a alteração dos limites da UC, em termos de interesse social; e **b)** análise de riscos de impactos sócio-ambientais decorrentes da exclusão de porção da reserva, bem como medidas necessárias para a prevenção e mitigação dos mesmos.

23. No atual contexto, concluímos que a simples redução da RESEX do Rio Ouro Preto, conforme preconizado no atual projeto de lei, poderá causar sérios danos à área remanescente da reserva e a sua população beneficiária. Além disso, poderá criar um precedente extremamente perigoso para a redução (sem critérios transparentes e consistentes) de outras unidades de conservação que têm sido o alvo de grilagem, exploração predatória de madeira e pressões político-eleitorais,

a exemplo da FLONA de Bom Futuro/RO, a Reserva Extrativista Estadual do Jaci-Paraná/RO e outras.

24. Recomenda-se que a tramitação do PLC nº 47, de 2005, de autoria do Poder Executivo, seja suspenso até o esclarecimento de questões relativas a:

I – a justificação da exclusão de porção da RESEX em termos de demandas sociais, com a clara definição dos ocupantes passíveis de regularização fundiária, como também dos casos de ocupação irregular em que as terras devem ser reincorporadas ao patrimônio público;

II – a relevância da área em questão para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ambientais do Rio Ouro Preto;

III – a avaliação dos impactos sociais e ambientais da proposta de exclusão de porção de RESEX do Rio Ouro Preto, a partir de estudos técnicos e consultas à população beneficiária dessa unidade de conservação de uso sustentável;

IV – na hipótese de uma eventual exclusão de porção da RESEX do Rio Ouro Preto, a identificação das medidas necessárias para prevenir, mitigar e compensar impactos negativos sobre a área remanescente dessa unidade de conservação e áreas protegidas vizinhas, como a Terra Indígena Lage, bem como as medidas de regularização fundiária e ambiental a serem implementadas na área de exclusão.

25. Estas, Senhor Presidente, são as razões que justificam a retirada do Projeto de Lei nº 2.354-A, de 2000. Respeitosamente, – **Marina Silva**.

Aviso nº 666 – C.Civil.

Brasília, 22 de junho de 2006

Assunto: Retirada de tramitação de projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 47, de 2005 (nº 2.354/00 na Câmara dos Deputados).

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado – Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– A Mensagem que acaba de ser lida será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 766, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005,

de autoria do Senador Pedro Simom que Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**
Relatora **ad hoc**: Senadora **Iris de Araújo**

I – Relatório

Chega ao exame da Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 340, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que propõe, em seu art. 1º, a instituição “da Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada anualmente entre os dias 12 e 18 de outubro, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância do período entre zero a seis anos para a formação de um cidadão mais apto a convivência social e à cultura da paz”.

O parágrafo único do referido art. 1º, determina que “na Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância serão desenvolvidas atividades pelos setores públicos, juntamente com as entidades da sociedade civil, visando o esclarecimento e a conscientização da comunidade sobre as verdadeiras causas da violência e suas possíveis soluções”.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

No âmbito da prevenção e punição da violência contra menores de idade, destacamos a Lei nº 8.069, de 1990, o chamado Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a proteção da criança e do adolescente contra qualquer forma de maus-tratos. É importante observar que o referido documento legal determina penalidades não apenas para aqueles que praticam o ato violento, mas também pune aqueles que não o denunciam.

Destacamos sobremaneira o art. 5º do referido estatuto, que determina: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Entretanto, a existência de legislação específica não implica por si mesma na solução de um problema social. De acordo com as notificações dos pólos de prevenção instalados em diversos bairros paulistanos, pelo Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em cada dez crianças brasileiras, três sofreram algum tipo de violência dentro da própria casa. Só no ano de 2004, foram notificados 19.552 casos de violência domiciliar (física, sexual, psicológica, fatal e decorrente de negligência). Com os dados coletados, foi possível estabelecer de forma clara o aumento da violência, ten-

do o número de casos notificados passado de 1.100, em 1996, para quase 20 mil/ano em 2004.

Levantamento realizado pela Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina – entre 1995 e 1998, no Hospital Vila Maria, revelou que mais de 60% dos casos de maus-tratos identificados em internações de menores na instituição envolviam crianças com menos de um ano e que cerca de 30% das crianças menores de dois anos, que apresentam lesões como fraturas e queimaduras, sofreram maus-tratos, na maioria das vezes causados pelos pais ou responsáveis.

Segundo o Ministério da Saúde, em 2002, as violências e acidentes juntos constituem a segunda causa de óbito no quadro de mortalidade geral brasileira e atingem toda infância e adolescência, uma vez que, nas idades de um a nove anos, 25% das mortes são devidas a estas causas, e, de cinco a dezenove anos, é a primeira causa entre todas as mortes ocorridas nesta faixa etária.

Um dado alarmante é que os pais, vítimas de violência doméstica quando crianças, reproduzem nos filhos o mesmo quadro vitimizador. Para quebrar esse círculo vicioso é necessária uma atuação vigorosa do governo e da sociedade, tanto no tratamento dos agressores quanto na prevenção e cuidados médicos às vítimas, considerando não apenas os traumatismos físicos, mas também as seqüelas psicológicas decorrentes da violência.

III – Voto

O Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005, apresenta inegável mérito e, embora atenda aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade e, para aperfeiçoar a técnica legislativa, recomendamos sua aprovação, nos termos da seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao Parágrafo único do art. 1º do PLS nº 340, de 2005 e seguinte redação:

“Art. 1º

Parágrafo único. Na Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, serão desenvolvidas atividades pelo setor público, juntamente com as entidades da sociedade civil, visando o esclarecimento e a conscientização da comunidade sobre as verdadeiras causas da violência e suas possíveis soluções.

Sala da Comissão, 6 de junho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 340/05 NA REUNIÃO DE 06/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

Accll (Senador Roberto Saturnino)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATORA
	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 340/2005

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGÊ BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGÊ	X				CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAUJO	X				GERALDO MESQUITA				
SERGIO CABRAL					MÁO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

Aceita

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/06/2006

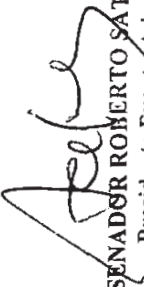
SENADOR ROBERTO SATURNINO
Presidente Eventual da CF

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 340/2005 EMENDA

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGÊ BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/06/2006

 SENADOR ROBERTO SATURNINO
Presidente Eventual da CE

TEXTO FINAL**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2005****Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada anualmente entre os dias 12 e 18 de outubro, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância do período entre 0 e 6 anos para a formação de um cidadão mais apto à convivência social e à cultura da paz.

Parágrafo único. Na semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, serão desenvolvidas atividades pelo setor público, juntamente com as entidades da sociedade civil, visando o esclarecimento e a conscientização da comunidade sobre as verdadeiras causas da violência e suas possíveis soluções.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de junho de 2006. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Relatora. – Relator **ad hoc**: Senadora **Íris de Araújo**.

Of. nº CE/78/2006

Brasília, 6 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Pedro Simon que, “institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na

forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA.**

REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2006

AUDIÊNCIA PÚBLICA**SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA**

(PSDB – MS) – Há número legal. Dou por aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação em conjunto com a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A Reunião de hoje está destinada a uma Audiência Pública. Requerimento da ilustre Senadora Patrícia Saboya Gomes e da ilustre Senadora Fátima Cleide, para análise do Projeto de autoria do Senador Pedro Simon. Instruir o Projeto do Senador Pedro Simon de nº 340 de 2005, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência da Primeira Infância.

Os convidados para essa Audiência Pública são: O Dr. Laurista Corrêa filho, Pediatra e Neonatologista com o tema “Importância da Perinatalidade na Prevenção da Violência”.

Dois. Dr. Salvador Célio, Psiquiatra e Presidente da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins. Tema: “Apego, resiliência e prevenção da violência”.

Três. Dr. Antônio Márcio Lisboa, Pediatra e Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília, tema: “Prevenção da violência”.

Antes de conceder a palavra a cada um dos palestrantes, eu gostaria de agradecer a presença entre nós do Deputado Osmar Terra do PMDB do Rio Grande do Sul, da Deputada Estadual Iraê Lucena do PMDB da Paraíba. E também a representante da Ministra Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Srª Ana Paula Gonçalves. Nós agradecemos a presença de todos os senhores.

O Projeto de autoria do Senador Pedro Simon que está chegando a nossa reunião, é que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada anualmente entre os dias

12 e 18 de outubro, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância do período entre zero e seis anos, para a formação de um cidadão mais apto à convivência social e a cultura da paz.

Antes de nós passarmos ainda a palavra aos convidados, nós gostaríamos de justificar, não justificar, mas que estariam presentes aqui hoje, nesta reunião, a escritora novelista Glória Peres e a atriz Marisa Orth. Justificaram que não puderam estar presentes, e inclusive a atriz Marisa Orth nos encaminhou uma justificativa onde ela se expressa em pequeno trecho da seguinte maneira. “Como se pode ver no Projeto de Lei não se trata só de mais uma seqüela da nossa má distribuição de renda e conseqüentes mazelas da educação que nos levam um quadro por vezes catastrófico e muitas vezes irreversível na formação dos nossos futuros representantes. Mesmo nas camadas ditas mais favorecidas e supostamente mais informadas, encontram-se inúmeros casos de violência à integridade dos menores”. E ainda queremos dar ciência que amanhã teremos também uma Audiência Pública, o tema é “A música no contexto nacional”. Autoria do Requerimento Senador Sérgio Cabral. Onde serão ouvidos, Fernanda Abreu, cantora e compositora, Egeu Lau Simas(F), Coordenador da Rede Social da Música, Sidnei Bonfim de Jesus, Presidente dos Sindicatos dos Músicos da Bahia, Alexandre Rés de Negreiro, Mestre em Etnomusicologia e Cristina Gomes Saraiva, Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro, Ricardo Bren, compositor e arranjador.

Amanhã Audiência Pública aqui na Comissão. Confirmar as presenças para assistir a Audiência Pública, os cantores Gabriel o pensador, Cláudio Nucky, Fernanda Abreu, expositora, Leni Andrade, Léia Pinheiro, Alaíde Costa e Celso Viáfara e o cantor Ivan Lins.

Com a palavra, inicialmente do nosso convidado Dr. Laurista Corrêa Filho, Pediatra e Neonatologista com o tema, “A importância da perinatalidade na prevenção da violência”. Nós teremos um prazo Dr. Laurista de 20 minutos para que possamos ter tempo de ouvir os demais palestrantes. Com a palavra Dr. Laurista.

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Bom-dia a todos. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite e participar dessa importante reunião, e lembrar um pouco do que para nós, há uma certa confusão, as pessoas que lêem, é a importância da primeira infância, ou seja, de zero a seis que para nós já não é mais de zero a seis, porque a vida começa um pouco antes como a gente vai ver e que todos sabem.

Então, é a importância desse período da vida na prevenção da violência.

Então, nos últimos 20, 25 anos, o que nós vimos? Uma profusão de publicações e se a gente fosse co-

locar aqui, nós íamos passar o dia todo vendo essas publicações que se referem às pesquisas que foram efetuadas.

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Dr. Laurista, eu avisei no início que o Presidente é Virginiano. Detalhista. [risos]

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Mas o microfone é baiano. Vamos repetir porque estão gravando.

Então, nós falávamos que o importante é saber a importância da primeira infância, ou seja, de zero a seis e que para nós e para a maioria das pessoas que estão nesse campo estudando é antes do zero. O zero, porque primeiro na gramática o zero não existe. E para nós também a vida começa antes do nascimento.

Então, nós dizíamos que a importância dessa fase da vida na prevenção da violência. E não a violência que muitos confundem a violência nessa faixa etária.

Então, uma vez esclarecido isso, nós então falávamos de a profusão que houve no final do Século 20 das publicações que eram frutos das pesquisas. Como vocês sabem, as pesquisas são realizadas e demoram muito tempo. Esse é um dos livros mais importantes sobre a vida fetal, o desenvolvimento fetal é um grupo da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos que fala, praticamente, tudo que acontece antes do nascimento.

Então, essas pesquisas, quando são passíveis de serem feitas em humanos, são feitas em humanos como todos sabem, e as que não são, são nos outros mamíferos que são os nossos outros irmãos.

Então, houve essa profusão no final do século XX e veio nos esclarecer.

Bom, o artista, ele vai sempre, ter a maior sensibilidade, ele vai sempre na frente às vezes do cientista. Esse quadro é um quadro de um artista de Brasília, que é a Juliana, e que ela está, todo mundo pode ver, você tem o homem que comeu um pedacinho da maçã passou ao pominho de Adão e a mulher. E os dois já estão pensando em uma energia muito importante que é um bebê. Aqui ela simbolizou como o tal, a energia, o símbolo do tal.

Então, a vida começa aí, antes mesmo da concepção. Já está na cabeça das pessoas ou não. Normalmente, esse é o esquema, quando se fala de mortalidade, sobretudo, na infância.

Então, é o esquema que é dividido, que é aceito pela Organização Mundial da Saúde a respeito da divisão.

Então, você tem a mortalidade fetal, depois a perinatal, que nos interessa, essa fase da vida, oficialmente, é um período que vai da 22ª semana até os primeiros sete dias de vida. Quando se fala nesses aspectos psicoafetivos e que se fala na primeira infância,

essa parte do perinatal já não é bem nesse esquema. Considera-se e as pessoas que tem maior estudo, o Prof. Philip Maze(F) da França que escreveu o livro “Psiquiatria Perinatal” com outros colaboradores, ele disse que vai da concepção até os 18 meses.

Então, essa é a faixa da perinatalidade.

A tecnologia vem nos ajudar. Então, além dos artistas que nós vamos ver aqui muitos participam nessa nossa evolução a ultra-sonografia. Que isso aqui ainda é uma ultra-sonografia fetal e um pouco antiga. Mas que a gente já pode ver.

Então, nós começamos a visualizar este ser, este bebê humano já na sua evolução. Aí, vocês viram, da última semana a **Veja**, o fotógrafo Lennart Nilson que fotografou o feto dentro do útero e toda a evolução desde o espermatozóide, o óvulo, com a tecnologia ajudando um pouco mais a gente compreender.

Bom, o que é muito importante que a gente saiba nessas pesquisas é que o cérebro humano, nós vamos ver todos, bebê humano em qualquer lugar do mundo, ele nasce com cem bilhões de neurônios que são produzidos na maior parte, antes da 20ª semana de gestação. Para lembrar a gestação tem em torno de 40 semanas. Então, na metade da gestação o cérebro já está, nós temos uns cem bilhões. Então achando que é um pouquinho mais, que o homem talvez tenha um pouquinho mais, por isso que ele é mais neurótico, mas quase todos os neurônios já concluíram a sua migração antes do nascimento.

Então, esse é o preparo do bebê para a grande jornada que ele vai ter. Porque ele migra, ele está num patamar que ele vai ter que subir para o córtex. Uma vez nos locais definitivos, especializam-se. Frequentemente se associam a outros neurônios parecidos para formar uma rede, isso é muito importante. Esses circuitos têm um papel crucial que vai permitir e contornar esses possessos cognitivos e as diversas funções.

Bom, então essa construção, ela tem início na quinta semana de gestação. Para vocês lembrarem, quatro semanas, um mês, então o bebê está menor, o embrião ainda está menor do que uma unha. E nós já temos o início dessa gestação. A produção de neurônios atinge seu máximo entre 12ª e 16ª semana, ou seja, quatro meses. Quando a mamãe já está percebendo os movimentos, esse bebê já está atingindo o máximo da produção de neurônios. O ritmo de produção de neurônios é em torno de cinco mil por segundo. Tudo isso para a gente vê, para a gente perceber um pouco mais a importância desse período da vida. O peso do cérebro do recém-nascido de termo, que chegou no seu termo, tem em média 330 gramas. Então o cérebro do bebê humano, ele nasce pronto, mas inacabado. Quem vai acabar esse cérebro é toda a carga genéti-

ca que ele tem e esse ambiente que ele vai encontrar. No adulto, 1.400 gramas, ou seja, o aumento de quatro vezes, porque vão ter as comunicações entre os neurônios, são as sinapses que todos vocês sabem. Elas vão se conectar.

Então, situam-se entre as três causas principais de debilidade mental e distúrbios do desenvolvimento. As grávidas que consomem cocaína, o feto não consegue eliminá-la, acumula mais do que a mãe. No feto normal, o local de migração final, é cuidadosamente programado geneticamente para formar camadas sucessivas do córtex. Há uma perturbação nessa programação devido a cocaína e muitos neurônios drogados, eles se enganam de camada. Invés de ele chegar aquele ponto que ele deveria chegar, ele não chega. No Brasil, não há estudos sobre o fato. Nos Estados Unidos, nas grandes cidades, 15% das mulheres grávidas utilizam cocaína. O alcoolismo fetal universalmente, então que ocorre em todo o mundo, não é um fenômeno raro, isso nós sabemos. Programa de detecção precoce no pré-natal, rede social de apoio, prevenção para gestações posteriores evitar a culpabilidade excessiva da mãe. Essa rede que teria que funcionar.

De 20 a 40 semanas, de vida intra-uterina, a maior parte dos neurônios é formada e já está no local apropriado.

Então, até a metade da gestação essa é a formação. E a partir da 20ª semana, até o termo, ele já está todo prontinho. O desenvolvimento, crescimento e diferenciação ocorrem após o nascimento. A minha dinização, que seria assim, a capa que vem... A célula nervosa que vai encapar, digamos assim, ela começa antes do nascimento, sobretudo, ao nível do sistema estato-acústico e as raízes motoras.

Cada neurônio, ele recebe de mil a dez mil sinapses, vai se conectar com outros neurônios. Quer dizer, em um centímetro de córtex, nós temos cem mil neurônios e um bilhão de sinapses para vocês verem o que isso vai acontecer. E o que sabia-se das pesquisas anteriores, o que o pessoal sabia até antes dessa reunião que originou esse livro que é o “Repensando o cérebro”, o que se sabia? Como um cérebro se desenvolve, depende dos genes com os quais se nasce, esse era o pensamento antigo. O pensamento novo, como um cérebro desenvolve depende de uma complexa interação entre os genes com os quais se nascem e as experiências que se tem. Vamos ver a importância disso, onde vai gerar, onde estão as raízes da violência. As experiências que se tem, antes dos três anos de idade, exerce um impacto limitado no desenvolvimento posterior do cérebro. Não, o novo. As experiências iniciais ajudam a formar a arquitetura

cerebral e na natureza, e extensão das capacidades adultas. Uma relação segura, com um cuidado principal, cria um contexto favorável para o desenvolvimento e aprendizado iniciais. O pensamento novo, as interações iniciais não apenas criam um contexto, elas afetam diretamente a forma como o cérebro se desenvolve. O desenvolvimento cerebral é linear, a capacidade do cérebro aprender, a mudar aumenta de modo regular a medida que um bebê progride em direção a idade adulta. O desenvolvimento cerebral não é linear. Há períodos preciosos que são chamados janelas para adquirir diferentes tipos de conhecimentos e habilidades que é justamente nessa formação do cérebro de zero a seis anos.

E mais ainda, esses 152 cientistas que se reuniram em Chicago 1996 puderam fazer o [inaudível] e a densidade da sinapse ao nascer, veja, pouquíssimas sinapses. Seis anos de idade, a quantidade de sinapses. Depois chega com dez anos, há uma poda. Esses são os circuitos neuronais que se formam. Que se tiverem um bom início, esses primeiros seis anos, sem falar já na vida uterina, nós vamos ter uma pessoa que está se desenvolvendo normalmente, um cérebro sadio.

Então, 20 semanas de gestação, nós estamos na metade, o cérebro está pronto. Peso do cérebro: 100 gramas. Ao nascimento 400 gramas, 330, 400 gramas, em torno disso. Veja, 18 meses, um ano e meio, 800 gramas. Já tem o dobro do nascimento devido aquelas sinapses, aquelas conexões que nós tivemos. Com três anos, 1.100 gramas, depois de três anos até a fase adulta apenas 300 gramas. E para ver o quê? A importância desse período.

Então, a organização do cérebro ela é única e pessoal, o resultado reflete as alterações constantes após a concepção entre herança genética e ambiente. Há a possibilidade de ser beneficiado ou vítima.

Então, vai ser uma pessoa sadia e vai transmitir coisas boas ou vai ser um marginal. A competência dos bebês. O bebê tem seis minutos de vida, ele está pronto já para interagir. Ele nasce pronto para interagir, porque ele tem um treinamento intra-uterino. O bebê, tem um pouco de luz, mas dá para ver o olhar o bebê logo após o nascimento já está mamando no seio e ele olhando esse olhar sedutor que permitiu que os bebês nosso morressem mais, que o ser humano deixasse de morrer, porque era comido ou pelos próprios pais ou a tribo que estivesse ao lado. Esse olhar é o olhar, não é olhar visão, porque ele vê pouco, mas é o olhar sortilégio, é o olhar que seduz é o olhar que permitiu o ser humano não morrer mais.

Aqui, então, ele é capaz, ele é competente, ele está olhando e está imitando, ele imita. Agora, temos

que apagar um pouco a luz. Nessa mesma reunião de Chicago, então, foram apresentadas...

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS): Doutor, nós temos um probleminha de iluminação para a Câmara.

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Para o pessoal acreditar, mas dá para ver alguma coisa aí. Essa é uma tomografia, uma Emissão de Pósitron, é a PET. O Comitê Internacional tem a permissão de fazer as pesquisas em órfãos num orfanato da Romênia.

Então, olha o cérebro que ele pode ver com a Tomografia com a Emissão de Pósitron. Aqui é um cérebro normal e aqui nós vemos. O que está em vermelho e amarelo, tem ótima atividade. A gente sabe que os globos frontais e temporais têm muito a ver com as nossas emoções.

Então, a gente vê no cérebro normal muito vermelho e amarelo. E olha aqui um cérebro de uma criança que não tem interação que foi privada dessa interação ou foi malfeita.

Então, nós vimos o buraco, é praticamente um buraco negro, é isso que nós vemos o desenvolvimento anormal.

Bom, aqui para citar, num estudo finlandês, 11 mil mulheres grávidas em 1966, no sexto ou sétimo mês de gravidez. Se a gravidez era desejada, fora de área ou mal desejada ou indesejada. O risco de aparecimento, 11 mil mulheres. E o aparecimento de esquizofrenia, significava um índice mais alto entre bebês nascidos das mães do grupo de gravidez indesejada. A esquizofrenia, como sabem, é um dano na capacidade de amar. A personalidade está separada do seu ambiente. Esse outro estudo de Jacob e Bitchman(F) os cuidados obstétrico e predisposição da prole ao suicídio em adultos. Estudo do registro de parto de 412 casos forenses vítimas de suicídio. Comparação com 2.901 controles, que é muito, né? Mais de sete vezes. Suicídios que envolviam asfixia, fortemente associado com asfixia no parto. Suicídios através de meios violentos, associados com parte difíceis do ponto de vista mecânico. Antecedentes de 200 viciados em opiáceos nascidos em Estocolmo entre 45 e 1966, e não viciados como controles. Se a mãe recebeu determinados analgésicos durante o trabalho de parto, a criança com maiores riscos de se tornar viciada em drogas na adolescência. Lee Salquin(F) em 85, Universidade de Nova Iorque, antecedentes de 52 vítimas de suicídios em adolescentes, antes de completarem os 20 anos. Comparados com 104 controles, um dos principais fatores de risco para se cometer suicídio na adolescência, criança que teve que ser ressuscitada ao nascimento. Mais estudo, da universidade de Los Angeles, 4.629 sujeitos masculinos nascidos

no mesmo hospital, em **Copenhague**, principal fator de risco para se tornar um criminoso violento aos 18 anos, associação de complicações no parto e, o mais importante, separação precoce ou rejeição pela mãe. Separação e a rejeição precoce, isso sozinho, por si só, não era um fator de risco. Joufre(F) estudou muito esse tipo de acontecimento, relação entre ligação fraca. Ligação fraca é o vínculo, esse apego que se faz no início da vida, nesses primeiros seis anos, para não falar no vínculo pré-natal.

Então, ligação fraca e violência. Cuidadores principais estavam emocionalmente indisponíveis nos primeiros anos de vida. Mais problemas de conduta na infância e da adolescência. Em todas as culturas, onde a ligação foi estudada, a ligação bloqueadora da ansiedade que resulta persistente falta de responsabilidade da falta do cuidador principal, pode efetivamente tornar uma criança propensa à violência. Experiências precoces de trauma ou abuso no útero ou após o nascimento, podemos interferir no desenvolvimento das áreas subcortical e límbicas do cérebro, é onde está a informação que vai ser tratada, extrema ansiedade e depressão de estabelecer ligações saudáveis com os outros.

O fato de uma criança estabelecer ligações seguras depende da qualidade de cuidado que recebe. Crianças que sofrem abuso ou negligência provavelmente não desenvolverão uma ligação segura com os seus cuidadores. Tanto a qualidade do cuidador quanto a segurança da ligação vai exercer uma influência na posterior capacidade da criança para a empatia e o controle emocional e comportamental. Ashley Montagu escreveu o livro "Tocar. E um calhamaço. Ele falou, "A necessidade primordial do recém-nascido é a necessidade de amar, não apenas ser amado, mas de ser capaz de amar.

Esse gráfico é modificado pelo Prof. Vital Udonê(F) que é um educador, e que foi modificado. A Maria Helena que trabalhou nessa área de educação da primeira infância, mostra o IBGE de 2000, exatamente, o que acontece a essa disparidade no atendimento. O atendimento quando, ao nascimento, a parte de saúde é quase que 100%, um pouquinho mais de 90%, porque os partos são institucionalizados, e a educação é zero. Eles só vão se encontrar lá pelo quinto, para o sexto ano a educação e a saúde. O que nos leva o quê? A chamar de oportunidade perdida, as oportunidades que foram perdidas em todos aqui da reunião entre a educação e a saúde, que poderia trazer uma parceria muito grande para a gente trabalhar com os jovens, com os jovens na escola para que isso não acontecesse.

Para citar figuras contemporâneas, Dalai Lama, que muito interessado no desenvolvimento também da humanidade, ele falou, "Mesmo nossa estrutura corporal parece projetada não para a luta, mas para o abraço, olhemos para as nossas mãos, se fossem destinadas para golpear parece-me que seriam duras como cascos e o que é mais importante, [soa a campanha] de acordo com a ciência médica, as semanas imediatamente posteriores ao nosso nascimento – talvez ele tenha feito o curso – são cruciais para o nosso desenvolvimento, porque o cérebro cresce com muita rapidez e durante esse período o contato físico com a nossa mãe ou outra pessoa é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento saudável do cérebro. Isso demonstra que, mesmo em termos físicos, somos beneficiados pelo afeto dos outros".

Então, ele deu uma aula de tudo isso que nós falamos, ele já tinha sacado. Essa é a imagem que vocês conhecem da **internet**, é abandono, essa é uma criança que está na fase que nós estamos dizendo. E aqui eu não preciso falar mais nada.

Essa experiência das duas irmãs que foram criadas, as meninas, por lobos e a amá-la e [inaudível], uma prova do desamparo do bebê quando a experiência adequada falha. Não houve experiência de cuidados, então, depois que elas foram para a civilização, por religiosos, elas vieram a morrer.

Então, uma grande parte a sentido da nossa luta para assegurar qualidade do desenvolvimento de todos é a prevenção. E isso que nós não estamos vendo, é a prevenção. Esse investimento. E para lembrar o [inaudível], antes deixar este mundo, devemos estar certo de haveremos tentado de melhorá-lo. E para lembrar a Gabriela Mistral, poetiza chilena, que foi o prêmio Nobel de literatura de 45. "Nós cometemos muitos erros e muitas faltas, mas o nosso pior crime é abandonar as crianças, negligenciando a fonte da vida. Muita das coisas de que necessitamos podem esperar. A criança não pode. A cada instante, seus ossos está sendo formados, seu sangue está sendo produzido, seus sentidos desenvolvidos, a ela não podemos responder, amanhã, seu nome é hoje".

Muito obrigado.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA

(PSDB – MS) – Gostaria de registrar a presença do autor do Projeto, ilustre Senador Pedro Simon entre nós. O Projeto importante, eu vi por esse primeiro tema que foi desenvolvido, que nós não tínhamos muita noção sobre isso, não é Pedro?

Com a palavra o Dr. Salvador Célia, Psiquiatra e Presidente da Federação Latino-Americano de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins. Tema:

“Apego, resiliência e prevenção da violência”. Os 20 minutos, o tema é... Eu vi que o Dr. Laurista foi rápido, foi uma máquina para falar. E é tão importante esse tema que a Mesa, com toda a tranqüilidade, disse que teremos tolerância até para fazer um fecho mais tranqüilo, mais próprio se desejar o palestrante.

DR. SALVADOR CÉLIA – Muito bom-dia. Estou muito honrado de estar aqui nessa Casa hoje, acompanhando um Projeto de um político que eu preso muito, Senador Pedro Simon, meu amigo, e que me deu a chance, durante o Governo dele, acompanhá-lo num Projeto social, chamado Projeto Vida, do qual ele foi o seu grande idealizador político, enquanto a gente colaborou num atendimento, vamos dizer, da parte mais dos estudos em que a gente conhece do ponto de vista de psiquiatria da infância e da adolescência e de bebês, e ser Professor que muito me honra da Universidade Luterana do Brasil em Canoas, do curso de medicina desses que se fundou em 1996.

Agradeço a todos aqui nessa Comissão. Nossa amiga Lisli, Laurista, todos aqui de Brasília que com seus cursos aqui em Brasília também colaboraram muito para a minha formação que iniciou, vamos dizer, há algum tempo e há 20 anos que eu venho nesse trabalho com a parte da primeira infância.

Bom, o Laurista me introduziu muito dos temas que iremos falar aqui, que seria o apego, depois eu vou falar em resiliência, vou falar em empatia e vou falar da violência. Na verdade, a violência para mim é um problema de saúde pública. Ela deixou de ser endêmica, ele é epidêmica, e cheia de focos, e nós temos que atender os focos. Tal como, Simon, fizemos lá na zona norte em Porto Alegre no nosso Projeto Vida, revitalizando a fábrica Cerâmica Cordeiro arrebetada que começava no bebê e terminava no idoso.

Então, nós temos que atacar esses focos da violência. E quero lembrar aqui que o Laurista citou, e eu vou citar alguns autores, gente, como Rods(F), estudando pessoas criminosas e depois aquele pessoal também em Lewis(F) que estudou aqueles meninos lá em Columbine, que mataram seus colegas e tudo, todos referem em seus estudos, na sua infância, maus tratos. Referem negligências, referem violências físicas, emocionais, abusos sexuais com a tendência de se perpetuar, esse é o nosso grande problema. Quem foi violentado tem 80% de chances de repetir o que se levou na vida.

Então, eu me filio a todos que pensam na Teoria do Apego que eu vou tentar explicitar mais para vocês que é a Teoria dos Vínculos. Eu entendo como muitos que é quem vai para a violência vai por aquilo que aprendeu ou por aquilo que lhe faltou. Alguma coisa que me roubaram, que me tiraram, eu, criança,

eu vou em busca de alguma coisa, atendo muito por aí essas minhas carências que são as teorias, principalmente do apego. E para entender apego, nós temos que pensar em interação, como disse o Laurista, uma interação recíproca entre a parte do gene e a parte do meio ambiente. Na verdade, pelos estudos que se vê de adotados, enfim, os mais variados estudos, se vê que muito depende da cultura, e aí está a importância dessa Casa porque tudo disse, como disse Nelson Mandela, “Precisa-se de uma comunidade para se educar uma criança”, e melhor que vocês, ninguém. E vou citar exemplos para vocês, porque há anos atrás quando eu apresentei isso num Congresso de Psiquiatria aqui em Brasília, colocava que bebês, estudados em Chicago, e estudado nos Estados Unidos, em áreas de muito risco, de muita violência, medidos o cortisol, que é o hormônio do estresse, as mães apavoradas transmitiu para os seus bebês, porque corria bala naqueles lugares, se media o cortisol medindo as gotículas de saliva dos bebês. O que se viu? Se viu que o cortisol era muito alto. Quando tiveram Prefeitos, como em Nova Iorque, como Prefeitos de Chicago que mudaram esses bairros medindo o cortisol desses bebês, o que foi visto? Diminuiu o estresse e diminuindo o estresse facilita que os neurônios que se falou, que as sinapses ocorram. E tem a ver com vocês quando eu dei aqui em Brasília, na psiquiatria aqui, numa uma jornada comunitária riram, tenham fé nos políticos, pois é, nós precisamos ter fé em vocês. Essa que é a grande verdade, porque aí nós vamos falar do que eu quero falar, da resiliência.

Então, o gene que, às vezes, vem pré-determinado, ele pode mudar, reparem bem, ele muda porque ele vem com uma força, o genótipo, mas a fenótipo muda por causa da cultura, da ação cultural que nós exercemos. Aqui está a nossa responsabilidade como cidadãos.

Então, essa interação é muito importante, ela é recíproca não só de um lado, é dos dois lados, entre o gene, a biologia e entre o que nós estamos vivendo, O que é que cuida da gente? Quem cuida da gente? Pois essa interação, gente, é algo fundamental e se viu por um grande pesquisador chamado John Bowlby, um Psicanalista que modificou muito as teorias analíticas que ele tinha, que ele aprendeu com Freud, esse grande pensador, e ele veio com a idéia buscando nos animais, viu Simon? Foi buscar lá nos gansos, foi buscar lá com a Halow(F) quando estudou os macacos. Ele viu que Lorans(F) olhavam os gansos saindo da mamãe ganso e que ele viu que o grasnar deles, ele começou a imitar a mãe e caminhar que nem ela e os gansos saíam correndo, não atrás da mãe, mas atrás dele. E ele viu que muita das coisas desses vínculos

que a gente vem biologicamente programado para uma figura, se vem programado para a busca de uma figura, ele foi buscar nos animais, isso nos mamíferos. E ele notou, então, que a gente vem programado para se comunicar. E a gente, para se comunicar, vai depender de quem está do outro lado da linha, quem é o meu cuidador.

Então, a gente vem até para defender a espécie, meio que, está meio que preparado para isso. Eu vou buscar um relacionamento. Isso é extintivo, é biológico e eu tenho que encontrar no ambiente esse cuidador. Aí está a mágica de tudo, nós temos que pensar nos cuidadores.

Bom, nesse cuidado dessa interação do cuidador com o bebê, o bebê fotografa o que está ocorrendo, o bebê põe para dentro do cérebro dele esse tipo de interação que é internalizado para dentro dele, tipo fotografias e funciona tipo um modelo biocibernético, como eu estou falando para vocês a minha pressão arterial está aqui, o meu pulso, meus movimentos respiratórios estão ocorrendo sem eu ter cuidado, a mesma coisa é essa interação da mãe com o bebê, e o bebê com a mãe, ou do cuidador, já a gente diz a mãe, vai ser muito importante porque eu vou fotografar e vou colocar para dentro de mim, vai ser as minhas referências. Nada melhor do que um cuidador sensível, nada melhor do que uma mãe que tenha sensibilidade, nada melhor que uma mãe que saiba segurar o bebê, que saiba tocar o bebê, que saiba pegar o bebê, que toque é fantástico. A gente vai a Índia que é parecido com o Brasil, e aqueles bebês desnutridos não estão tão maus como os do Brasil, porque tem a **shantala** lá, e nós vamos começar num Município que eu adoro, que é Canela, um trabalho com as escolas públicas de Canela, usando **shantala** em todas as creches. Lá, os bebês da Índia são massageados com óleo mesmo com todas as dificuldades e os bebês conseguem assim mesmo se desenvolver melhor.

Então, eu vou internalizar as minhas imagens e vão ser modelos operantes internos do meu cérebro. Porque com oito meses a minha memória está desenvolvida. E eu vou poder saber quem é o meu cuidador, quem não é o meu cuidador. E aquelas experiências que eu tive, vou me preparar para ser autônomo ou ser independente, porque eu não posso ser simbiótico toda a vida da minha mãe. Eu não posso ter um País também simbiotizado, parasitário que tudo o Governo me dá. Eu tenho que ter autonomia, me depedizar, que nem os bebês precisam se depedizar. Mas isso só ocorre se tiver no cuidador essa figura emocional, essa figura que vai me colocar para dentro de mim, ela vai todas essas imagens. Essa mãe, a sensibilidade materna é fundamental, a sensibilidade do cuidador.

Olha que importância da cuidadora da babá, olha que importância da cuidadora da creche, porque aí que eu vou levar para o resto da vida como eu vou me referendar. Se eu vou ser seguro ou vou ser inseguro. E aí se vendo isso, se viu que a mãe contingente é a mãe que decodifica os sinais do bebê, ela sabe quando o bebê chora por fome, ela sabe quando o bebê chora por manhã, ela sabe quando o bebê chora também por dor. Ela, enfim, sabe quando o bebê sorri e isso é muito importante, porque, quando eu bebê noto que a minha mãe me entendeu e a minha mãe também me entende, e ela me entendendo eu vou fazer nascer em mim a coisa que os criminosos não tem, falta de empatia. Eles não têm empatia, eles precisam de empatia, porque eu só vou me sentir no outro se o outro olhar para mim. “O espelho da mãe é o rosto do bebê”, disse Winnicott. Quem é essa mãe? E se ela está deprimida, como é que esse bebê, e aí está outro problema de saúde pública, que na carta de Canela, que nós trabalhamos lá na Semana do Bebê, já na nossa sétima, colocamos com a Deputada Maria do Rosário, grande incentivadora desse encontro Parlamentar, que a depressão pós-parto é algo muito grave, que eu vou conversar depois, que é um problema que leva também a vários problemas, inclusive, demais uso nas crianças, de Ritalina, estimulantes cerebrais que são usados demais no Brasil e em outros Países, porque o bebê está procurando uma mãe, uma pele psíquico-social, e ele fica então agitado porque nunca olharam direito para ele, e ele também poderá então ser opositor, poderá ficar violento e desenvolver a violência em função dessa depressão pós-parto. Se essa mãe foi então foi contingente, se essa mãe me entendeu, faz nascer em mim, bebê, uma função reflexiva. Isso diz Peter [inaudível] que trabalha na Teoria do Apego. O que é que é essa função reflexiva? Nasce da interação profunda com a minha mãe e antes eu dizia, Simon, eu penso, logo existo, não é assim. Eu só existo se eu penso, que a minha mãe pensa que eu penso.

Então, eu penso, logo existo, não é assim. Eu penso que tu pensas, eu penso que a minha mãe pensa que eu penso. Então, eu sou um ser pensante, eu existo. Eu só posso existir se o outro acredita em mim. Tem que haver uma interação se não eu sou um egocêntrico, eu sou egoísta, não saio disso. E aí então eu aprofundo a empatia e isso faltou para essas pessoas que sofreram todas as negligências, todos os abandonos. Essa função reflexiva, essa teoria de eu poder ler a mente dos outros, de eu me meter nos outros e sentir o que os outros estão sentindo. E esse ao nosso problema, é melhorar essas condições de vida para se diminuir, então, essa violência.

Então, essa empatia que nos criminosos que muitas pessoas não têm, nós precisamos cada vez mais prepará-lo e isso nasce da interação mãe bebê, ou cuidador bebê.

Descobriu-se que algumas pessoas, por maiores dificuldades que tiveram, isso é muito importante para nós todos porque traz uma mensagem de esperança, conseguem, e aí está um trabalho feito por Emilie Wener(F) no Havai, que ela teve uma satisfação que eu gostaria de ter tido na vida, seguir uma cultura de 700 pessoas, 44 anos já, e ela conseguiu ver com a equipe da universidade acompanhar essas famílias, o que aconteceu com esses bebês, 44 anos depois já casados, adultos, pessoas que estão na vida afora? E viu que dessas 700 famílias, 200 pessoas viviam em níveis muito desestruturados, tinham tudo, famílias desestruturadas, negligência, alcoolismo, pobreza com todas suas coisas se circundam a pobreza, e viu que 88 pessoas viviam muito bem, mas não eram super heróis, nem super **girls**. Eram pessoas bem adaptadas na vida.

Não era saúde mental ainda, mas eram pessoas bem adaptadas, que conseguiram vencer o estresse da vida. Quer dizer, eu tenho um problema que nem uma gincana, eu passo a etapa, em vez de cair eu vou para frente. E aí ela cunhou o termo junto com o Prof. Hater (F) lá na Inglaterra, resiliência, resiliência vem de resilir, vão lá no Aurélio. Quando eu tenho uma bola de borracha, uma bola tênis, eu aperto essa bola de borracha o estresse é forte. Quando eu solto, ela volta ao normal, ela tem flexibilidade. Cuidem. Metaforicamente falando dos seres humanos, algumas pessoas têm a possibilidade de apesar de passar todos esses estresses, de se adaptarem à vida. Quem são esses resilientes? Aí é que está a história. Aí que vem a função nossa de cidadãos e vocês que nos dirigem no Governo, porque isso depende de muita política.

Temos de favorecer a resiliência, isso vocês têm de saber. Não é só resistir, é ter condições de adaptabilidade. São pessoas que poderiam ter e tiveram até pais separados, mas tiveram um vínculo com um deles. O vínculo. São pessoas que tiveram pelo menos um avô talvez, um cuidador muito bom, que tiveram escolas, que sabiam oferecer. Escolas abertas que nós precisamos abrir. O centro vida, Simon, que tu fizestes, aquilo precisa abrir sábado e domingo, Simon. Esse pessoal ainda não entendeu. Parece que, às vezes, não abre. Porque ali as pessoas vão buscar visibilidade como disse o Jimmy Stein(F), vão buscar pertinência a alguma coisa da arte, da cultura, do esporte, da cidadania, vão ter um grupo. Os resilientes gostam de estar em grupo, gente, gosta de viver em grupos. E vou ter também auto-estima.

Então, os resilientes têm uma outra coisa importante além de estar em grupo. Eles têm fé. Os resilientes acreditam em religião, os resilientes acreditam em políticos, olha a responsabilidade de vocês, porque a gente tem ter fé em alguma coisa e tem esperança. Não dá para nascer com lesão cerebral grave para ser resiliente, tem que nascer mais ou menos predisposto, mas temos que encontrar o ambiente. E aí, a resiliência não é mágica, depende de como nós organizamos essa cultura.

Então, eu me refiro a gente desenvolver essa cultura do apego, porque essa cultura do apego que é a cultura do vínculo, quando eu tenho boas relações, boas interações com os meus cuidadores, na hora dos riscos, na hora do perigo eu vou me lembrar que ela vai estar do meu lado, eu vou me lembrar do que eu recebi e se eu não recebi talvez eu vou ter uma psicopatologia no futuro que vai depender muito do meu problema de saúde mental, muito das minhas dificuldades no futuro, pelas carências que me deram.

Então, muito vai se jogar no início da vida, não só pelas sinapses para eu ser inteligente ou não, mas se eu vou ser um cidadão de bem ou um cidadão de mal, ou se eu vou ser um sofredor ou vou ser um cidadão melhor. Quando eu coloco para dentro essas boas relações, isso me prepara para enfrentar a vida. Eu tenho um apego seguro. Pois não é que os resilientes, por terem tido essas, encontrar no meio ambiente ceras considerações e cedas qualidades tenham um apego seguro.

Então, nós temos uma relação muito forte entre o apego, que eu costumo dizer, metaforicamente falando, que é uma vacina porque é a criação de um anticorpo não rejeitante, porque entrou para dentro de mim as relações da vida e eu me sinto mais forte, me sinto mais empático, eu me sinto com capacidade de enfrentar a vida. E esse apego me leva para a vida e, provavelmente, me leva também para eu não ter o problema de doença mental.

Muito da minha personalidade, gente, vai depender de como eu formei nos meus três primeiros anos. E aí um problema é transmitido, Senador Paim, que é lá da minha terra. E transmitido de geração em geração. Muitas vezes eu estou fazendo o que o meu pai me fez ou que o meu avô me fez. 80% das pessoas transmitem esse tal de apego, que é fundamental, mas 20% nós podemos mudar isso. E isso são culturas. E aí a gente começou, então, a trabalhar muito de como mudar essa coisa e formar uma sociedade de maiores vínculos. Não parasitários, vínculos que levam autonomia, porque diz o Prof. Brasido que quantas vezes esteve entre nós: "A meta do apego é o desapego, é a autonomia e independência para a gente não ser

um parasita”. E isso serve para o Governo, isso serve para a gente não ser só monitorado pelo Governo, nós temos de ser pessoas criativas.

A partir daí me preocupei, desde os anos 80, em levar para as políticas públicas. Esses conhecimentos que foram passados para a gente, os franceses, os americanos, os ingleses, passar para as políticas públicas isso, porque estão ali as coisas para mudar a sociedade, até porque me interessa, porque eu vivo nessa sociedade. E dentro das coisas mais importantes que eu penso que consegui fazer, foram a capacitação das pessoas.

Comecei lá no Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1980 fazendo um Projeto que foi chamado o Grupo do Perfume, o grupo da perfumaria. Reparem só, viu Deputado Osmar, o Senhor que tem um belo Projeto, lá. Iam 30 psicológicos, pediatras e tudo, para discutir comigo o que nós íamos fazer nos postos de saúde de Porto Alegre, na grande Porto Alegre para atender mães e bebês, o pessoal dizia: “Olha aí ele é um psiquiatra sério, mas as mulheres lá não querem trabalhar no posto de saúde, estão fugindo para fazer essas frescurinhas de trabalhar mães e bebês”. Quem sabe não tem mais esse problema do grupo do perfume. E aí começamos em 1983 a trabalhar isso e publicar os primeiros trabalhos e fomos adiante. E tivemos a oportunidade, então, de trabalhar com pediatras, o que me dei conta, como Laurista, o Prof. Márcio Lisboa, essas referências nacionais, que o pediatra é o primeiro agente de saúde mental, eu pensava isso. E aí comecei a trabalhar o pediatra. Mas o que é que tinha com o pediatra? Por exemplo, *British Medical Journal* é uma revista muito importante na nossa área, e ele traz um editorial sobre depressão pós-parto, 300 mães e seus bebês, no Reino Unido, foram consultar os pediatras [soa a campainha], 300 mães e bebês foram fazer suas consultas naturais, pois foram visto que 88 delas tinham depressão materna com grandes problemas para os bebês. Sabe quantos foram diagnosticados? 39, Osmar, só 39 pediatras mataram essa. Porque não foi ensinado para eles. Me dei conta que não adiantava só trabalhar pediatra e a Ulbra me ofereceu a oportunidade de no curso de medicina, em vez ver o cadáver, começar ao lado, lá na sua cidade, Paim, em Canoas, lá na Vila União nós estamos trabalhando, comecei lá na Vila Ipê em Porto Alegre. Nós fomos para lá e começamos a fazer visita domiciliar com os estudantes de Medicina, que logo ao entrar na maternidade, eles recebem uma mãe e um bebê. E levam um choque. Eles dizem para mim: “Salvador, nós estamos indo de avental branco por causa dos traficantes, por causa

de todos os problemas”. É verdade, mas na verdade o que assusta o estudante é que eles se encontram com o bebê, e o bebê que eles foram. Passa o filme, que bebê que eles foram quando pequenos?

Então, precisa muita supervisão. Imediatamente são Agentes de Saúde, fazem visita domiciliar semanal. Além de ajudarem a comunidade, sabe o que é que aconteceu? O bebê, o nosso grande professor da faculdade de Medicina, humanizou os médicos, ele é o professor da empatia, o bebê. Não dá para passar por um bebê sem passar todas essas emoções, todos esse conflitos. O bebê é fantástico.

Então, ele ajuda os estudantes de Medicina. E aí fomos adiante seguindo a Senadora Hillary Clinton, nós vimos então que numa das conferências da Casa Branca, o Prof. Brasido lançou a idéia de que porque não o dia da vacina fazer um Projeto de olhar mães e bebês? Tomei meus estudantes de Medicina junto com o Prof. Odon Cavalcanti, grande colaborador, fomos para Canela que nascem 700 bebês nessa cidade da 38 mil pessoas por ano e começamos a fazer um teste, que hoje a Unicef, breve vai lançar, para cuidadores, para pais, para professores, para educadores, para ver como está a interação mãe e bebê. Pedimos cinco minutos para ver a mãe e o bebê na hora da vacina. Porque no dia da vacina o pessoal lá na vai por doença, vai para buscar vida. E aí nós olhamos como é que a mãe se relaciona com o bebê, como ela fala com bebê, como ela segura o bebê. E damos um xerox. “Se você, mamãe, não cantava com o bebê, cante. Se não massageava, massageie, se você não falava, fale”. E quando o bebê tem alguma tendência, na interação mãe bebê, custa dez centavos esse xerox, elas põem junto com a carteira da criança no dia da vacina. O que é que acontece? Elas seguem isso e muitos dos pequenos problemas de falta de estimulação dos bebês, as mães não tinham informação. Elas começam a fazer isso.

Fruto disso nasce então a idéia... Porque Canela, Simon me conheceu lá trabalhando em Festival de Teatro Comunitário e viu que eu trabalhava no Governo dele, junto com o Prof. Apel(F) da Secretaria de Cultura e criamos lá o Festival de Teatro de Canela, que melhorou muito a auto-estima da cidade, porque Gramado, essa bela cidade, tem o Festival de Cinema. Canela tem o seu Festival de Teatro, Festival de Boneco, e ele me levou para o Governo dele parar trabalhar um Projeto do Bebê ao Velho, talvez porque tinha filhos adolescentes, na época.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) [pronunciamento fora do microfone] ... A vila, com o pessoal da vila fazendo teatro.

DR. SALVADOR CÉLIA – Exatamente. Vimos que na vila, então tinham 16 grupos de Canela nas vilas lá fazendo teatro, então ele me levou para lá e deu o Projeto para a gente desenvolver o Projeto na vila.

Bom, aí nos demos conta que em Canela tínhamos um jeito de trabalhar. Levamos esses bebês para os Agentes de Saúde quando havia tendências nos problemas de interação, e foi crescendo a idéia. E aí junto com o Governo Municipal de Canela, junto com a Rádio Clube de Canela, a rádio é fundamental no interior, gente. Junto com o **Jornal de Canela**, junto com Lions, Rotary, associações comunitárias. Criamos um Projeto para sensibilizar a comunidade como disse nosso Mandela, “Necessita de uma comunidade para criar uma criança”, e criamos a Semana do Bebê.

A Semana do Bebê de Canela é um ato para sensibilizar a comunidade, informar pais, trabalhar a comunidade durante uma semana para se sensibilizar aos primeiros cuidados. O bebê que nasce sempre no terceiro fim de semana, terceiro domingo depois do dia das mães, à meia noite começa a Semana do Bebê. O primeiro bebê que nasce, ele é o Prefeito da cidade, e recebe a chave da cidade como um modelo, porque os Prefeitos são bem tratados, então o bebê tem que ter mordomia para mostrar que todos os bebês de Canela precisam ter esse trabalho. Pelo trabalho lá dos Pediatras, de todo o pessoal dos Agentes de Saúde, a mortalidade infantil baixou bem, está em nove agora, baixou bem. Lá se trabalha muito bem lá naquela cidade, tanto em educação e creche. E lá nós trabalhamos então as fotos dos bebês, quando não tem possibilidade de ter uma foto o bebê, os fotógrafos profissionais, junto os Agentes de Saúde mandam uma cartinha, eles tiram a foto e colocam nas vitrines. Se faz a escolha das melhores redações e a Câmara Legislativa dá o troféu Semana do Bebê. Fazemos oficinas, levamos outras Faculdades da Ulbra a trabalhar em Canela, nos bairros, nas igrejas e com a população que trabalha em Canela com isso. E, no momento, há dois anos, junto com a Deputada Maria do Rosário, criamos lá o encontro Parlamentar, onde fizemos a carta de Canela, que já se encontra aqui, onde colocamos lá a necessidade de se prevenir muito bem a depressão pós-parto e melhorar muito a creche.

Bom, se faz um cenário internacional que muito meu amigo Laurista, com meus colegas franceses que ele sempre traz, tem ido lá, e colegas que mostram os seus trabalhos e concluímos com a Semana do Bebê.

Eu queria passar as fotos desse ano para mostrar para vocês o que nós fizemos. Simon, convidamos o pai do Zezé di Camargo e Luciano. Sr. Francisco e a D. Helena. A D^a Helena adoeceu. O filme “Os Dois Filhos

de Francisco” é maravilhoso. Exemplo de fé de um pai, de uma mãe que segurou a barra, de resiliência. Ali o nosso diretor Luciano Moreira da faculdade de medicina, Semana do Bebê, família com amor onde tudo começa. Simon, o filme passou em todos os colégios de Canela e foram discutidos. Levaram cinema humanista para discutir, isso é saúde mental também bem integrado. Foram feito mais de três mil redações que os professores do Rotary Clube cuidaram. O Lions cuida das fotos, e se escolheram as melhores redações.

Sr. Francisco que chegou lá com um bebê. Ele é um exemplo, quem conhece esse filme, o filme mais visto no Brasil até hoje, de resiliência e de fé.

Então, se debateu muito o filme, lá. Aqui o Seminário Internacional, ele dando depoimento, dizendo assim, dizia para o filho: ou a bola ou a viola, não tem outro jeito. Quer dizer, realmente ele tinha fé nos filhos, e ele saía a telefonar, põe aí “É o amor”. Você se lembra do filme, esse filme é maravilhoso. A nossa Vice-Prefeita, a passeata dos bebês com ele puxando o carrinho. Estava frio no domingo. E aqui uma estátua da nossa querida escultora Arminda Lopes. Um ponto para solidificar, para simbolizar aquilo que nós queremos dizer assim: “Como é que vamos proteger a violência?”. Vamos tirar a violência pelo direito à infância. As pessoas, os bebês têm que ter o direito à infância, precisam ter uma mãe com o pré-natal, não como está só ali quatro vezes por semana. Tem que ter seis vezes. Não é isso, que tipo de pré-natal nós estamos fazendo com essas mulheres? Será que essas mulheres conseguem falar com seus pré-natalistas? Nós temos que ter o parto mais humanizado, a presença do pai, as doulas que acompanham as mães, O aleitamento materno é muito necessário. Claro que é. Mas não pode ser intrusivo. Os avós, nós temos muito ainda, os avós japoneses, alemães, italiano, portugueses, cada vez a família está mais desestruturada, mas nós temos que buscar o papel dos avós e nós temos que então fazer creches de bom nível, como disse a Sociedade Americana de Pediatria, no máximo para um três ou quatro bebês, com bom educadores para que sejam internalizado lá dentro dos bebês. Certamente nós vamos diminuir algo que a Brooke Shields nesse livro maravilhoso, “Depois do parto, a dor” diz: “A depressão pós-parto... – que diz – eu achava que não ia ter isso”. A depressão pós-parto leva os bebês a terem problemas de hiperatividade, déficit de atenção, problemas agressivos e, às vezes, os bebês são escolhidos pelas mães para serem antidepressivos. Isso é muita coisa para um bebê. Eu diria que, se nós estudarmos a capacitação das pessoas, mobilizarmos a comunidade, reforçar as competências familiares, com faz a Unicef, mínimas coisas que os pais fazem, temos

que reforçar, informar a comunidade. E cabe então a vocês os políticos fazer esse grande mutirão, porque as políticas públicas dependem muito de vocês, para a gente pelo menos tornar a violência endêmica e não tão epidêmica. E na cultura do apego, é na cultura do vínculo que a gente forma um cidadão mais saudável ou menos saudável. Muito obrigado.

(Palmas.)

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA

(PSDB – MS) – Obrigado Dr. Salvador pela brilhante palestra. Eu ainda registro a presença da D^a Regina Orth, Presidente da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê e também da D^a Ivete Simon, esposa do nosso Senador Pedro Simon.

Eu gostaria também de ainda dizer sobre a Deputada Estadual Iraê Lucena do PMDB da Paraíba, de que ela tem um Projeto já, realmente foi votado e aprovado lá na Assembléia de Prevenção da Violência com Investimento na Primeira Infância, já sancionado pelo Governador.

Passamos a palavra a ilustre palestrante Dr. Antônio Márcio Lisboa, Pediatra e Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília. Tema: “Prevenção da violência”.

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o convite e dizer a vocês que há 20 anos eu esperava falar num seminário desse tipo. E aconteceu uma coisa muito interessante, porque eu fui convidado para vir aqui hoje e, no dia 9, eu vou coordenar um Fórum sobre este tema que está sendo tratado, onde nós teremos dez conferencistas, inclusive juiz, advogados, assistentes sociais discutindo prevenção à violência.

A primeira vez que me despertou um interesse pela violência foi lendo um livro que foi do meu pai que era médico e lá falava sobre a proteção na infância. Eu comecei a ler o livro que tinha PH, Y, dois LL e era muito atual. E uma das frases que tinha nesse livro era assim: “Por que é que será que as autoridades, os governantes, os políticos que sabem que a criança abandonada de hoje será o malfeitor de amanhã, não fazem nada para prevenir e existência da delinquência?” Eu fui ler a data, 1914, Franco Vaz. E ele diz nesse livro isso que vocês ouviram, não atualizado assim, ele escrevia isso nesse trabalho em 1914. E o que é que fizeram? Não fizeram nada, nada do que ele recomendava, nada. Para não dizer que não foi feito nada, fizeram ao contrário do que ele dizia. Porque ele dizia naquela época nesse artigo, “Não prendam as crianças, porque prender crianças é a forma de formar demônios que são soltos nas ruas”. Se ele escreveria naquela época. E eu como pediatra há 55 anos, nunca entendi resolver problema com punição.

Punição, prisão que existe é para afastar os criminosos para que nós tenhamos tranqüilidade. Não é resolver nada. No dia 9, vou lançar o livro que eu queria lançar hoje, mas há um atraso que é a “Prevenção à primeira infância e às raízes da violência”. Porque aí é que nós temos de atuar.

Eu quero projetar o primeiro. E eu tenho uma... Eu acho que violência é prevenível. Agora existe uma confusão muito grande do Governo entre combate e prevenção. Combater a violência é um problema do Judiciário e dos órgãos de segurança. Prevenção de violência é um problema pediátrico, tem de ter pediatra, assistente social, educador, psicólogo, não é um problema...

Orador Não Identificado – [pronunciamento fora do microfone]

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – psiquiatra da infância também, lógico. Não é problema de justiça, não é problema nada, é problema nosso. E o que mais me angustia nesses 20 anos depois que eu fiz esse trabalho, é que todo os seminários que são feitos sobre “prevenção”, entre aspas, de violência, nenhum desses que previne a violência é convidado. Sempre tem juiz, juizado da infância, assistente social, mas nós que sabemos como é que vamos resolver o problema nunca somos ouvidos. E eu vou mostrar a vocês, por quê?

Então, é o seguinte, como sabe, agora está na onda o celular, é o celular tem que fechar. Não sabe prevenção. Então o que está sendo feito é o seguinte. Chegou até dizer o seguinte. Programa de combate à violência, iluminação está lá dentro. Tem tudo, vocês vêem o que já está sendo feito as coisas. Delegacia da Mulher, Delegacia da Criança, Conselho Titular não sei de quê, Conselho Titular do outro. E vem escritório de Defensoria, Conselhos Municipais de Prevenção da Violência, conscientização da população que já está absolutamente conscientizado, todo mundo está apavorado com a violência. Não preciso dizer que mais a violência é um problema, é uma epidemia, é um negocio horrível, porque todo mundo sente isso, todo mundo já teve um parente, um amigo que foi assaltado, que foi morto.

Então, vem isso tudo. A polícia, aumento do efetivo. Quer dizer, uma das coisas que a gente vê mais é o seguinte, mesmo a sociedade acha, tem que por polícia na rija. Vocês podem por quantos vocês quiserem, quantos. Pode por polícia que quiser, porque polícia não resolve, porque nós estamos fabricando delinquentes. E vocês vão ver a fábrica de delinquente que tem de acabar. Nós estamos fabricando bandido, nós estamos fabricando indivíduo sem moral, é indivíduo sem princípios, sem valores. E aí então vem a polícia, vem e põe e reequipa, não, sai o programa de

combate... 1.500 ambulâncias, têm essas últimas ambulâncias já estão dando problema. Vem ambulância e vem carro da polícia, motocicleta e põe cachorro. Combater pobreza e desigualdade como se o pobre fosse também a causa de banditismo. O pobre é o que mais sofre, porque se o pobre não fosse honesto, descia a Rocinha na Barra na Tijuca, e acabava com a Barra da Tijuca. Eles não descem, porque eles são honestos e eles sofrem muito mais do que a gente.

Desigualdade social ser causa de violência? Nunca. Não é causa de violência. É o fator predisponente, não determinante. Não é um fator determinante. Pobreza não é determinante. E existe uma confusão entre fator determinante e predisponente. Determinante é aquele principal, é o quê? É o vírus da pólio que existia, é o determinante. Predisponente aí vem tudo, quem é que encontrou com outra pessoa com pólio e tal. Inventaram a vacina, acabou a pólio há 10 anos no Brasil.

O seguinte, destruir brinquedos parciais, Meu Deus! Eu matei um número grande de meninos, matei índio quando era criança, tinha dois revólveres de espoleta, tinha metralhadoras, todos os meus amigos andavam armados até os dentes, nenhum virou bandido. Eu não conheço nenhum que virou ladrão, nem bandido e nem nada. Brinquedo não tem nada. O que tem... O problema não é o brinquedo. E quem está com a mão no revólver. Esse que é o perigoso.

Então, diz o seguinte, o Senador Pedro Simon perguntaria, o Senhor teria mais medo de uma bomba atômica na mão do São Francisco ou de uma navalha na mão de um bandido? Não é? Porque o São Francisco não vai jogar a bomba, o bandido com a navalha ele faz um estrago muito grande. O problema não é do revólver, o problema é de quem tem o revólver.

Então, tira o revólver todo e diz: "Pelo menos, as crianças não morrem de acidente em casa". E, mas a criança morre muito mais de beber remédio do pai e da mãe do que de revólver em casa, por exemplo. Desarmar a população, combater a impunidade que é difícilíssimo. Por quê? Porque os corruptos estão aumentando em progressão geométrica e nós estamos tentando resolver esse problema com mecanismo e progressão aritmética.

Então, cada vez mais tem corrupto. O jornal de hoje e de ontem, toda a página tem um corrupto, tem um corrupto ali dentro. Combater o narcotráfico, já hoje, essa reunião nossa da semana que vem, quase faliu, porque eu queria fazer uma reunião para prevenir a violência e lá o nosso, eu sou da Academia Brasileira de Pediatria, e lá o Presidente disse o seguinte: "Lisboa, isso aí não adianta nada, acabamos com o narcotráfico que acabou com o problema da violência no País". Meu Deus, nós estamos conversando hoje aqui

e vamos conversar dia 9, não é acabar o narcotráfico é acabar com pessoas que traficam drogas, é acabar com pessoas que se drogam. É isso que se trata essa reunião aqui e a reunião da semana que vem. E vai lá contrabando de armas, distribuir cartilhas e aí vem uma coisa... Eu sou da época que foi criado o SAN no Rio de Janeiro em 1948. Eu passava pelo SAN para dar plantão, aquilo lá em 48 era uma fábrica de criminosos. Todo mundo dizia que o egresso do SAN é o grande bandido, naquela época. Aí vem Funabem, Febem, Caje e aquele negócio todo, e sempre enchendo mais e sem lugar. Depois vem construir penitenciária de segurança máxima.

Quer dizer, nós temos que resolver o problema o seguinte: Os criminosos estão aumentando, mais cadeia. Porque é que pára de fabricar criminoso? Porque eu não consigo entender isso. Agora, o problema, meus amigos, que as causas que deram a violência são conhecidas. Elas são conhecidas pelos Pediatras, pelos Psicológicos, vocês viram aqui dois conferencistas falando sobre isso. A gente conhece, porque é que a gente não tem a oportunidade de dizer como é que nós vamos parar de fabricar em vez de fazer penitenciária à vontade? Os planos de combate a violência, coisa interessante, devia chamar, planos de promoção da violência. Porque existe uma relação direta em cada plano que sai, aumenta a violência, outro plano... "Pôxa, vai sair um novo?"

Então, nós estamos perdidos, vai sair um plano novo que vai acabar tudo. No outro dia a violência dobrou. É só vocês conferirem. Aqui em Brasília, nós tivemos três ou quatro. A violência hoje está muito pior do que antes do primeiro.

Então, o resultado disso, vocês estão vendo. As pessoas estão em pânico, inseguras, impotentes, acudadas, aprendendo a usar armas ou recebendo lição de defesa pessoal. A mídia relata um crescente episódio de violência. Nas capitais mais de metade da população já foi vítima de algum tipo de violência. A polícia instrui a população a se defender. Cartilhas à vontade. Quando você entrar no carro, como você se faz. Quando você entrar no banheiro público, como é que se faz. Quando você chegou no caixa eletrônico, o que você faz. Tudo assim, como se nós fossemos responsáveis. Quer dizer, hoje, eu sou responsável pela minha segurança, porque ninguém pode resolver o meu problema. Fazendas são invadidas, mata o fazendeiro, mata o operário, e o futebol, mata uma porção de gente, a torcida mata, cresce o número de empresas de segurança, aumenta a violência doméstica, aumenta a corrupção, roubo, assalto, seqüestro, homicídio... Isto com todos os planos que fizeram de combate a violência nesse País. Está tudo muito pior.

A polícia temida pela população, principalmente pelos pobres, aumenta o número de corruptos, inclusive entre parlamentares, governantes e magistrados e policiais. As pessoas se defendem construindo quartéis em casa, grades, muros, contratam segurança, instalam equipamento eletrônicos, usa o carro blindado, helicóptero, os presídios e centros de recuperação estão superlotados, fuga todo o dia e rebelião todos os dias.

Embora paradoxal, quanto mais Plano de Combate à Violência implantado mais o problema piora. Por quê? Os Planos de Combate à Violência não visam prevenir os desvios de conduta da personalidade, do caráter responsável pelo menos do número de delinquentes, e sim combater os crimes, usando para isso medidas punitivas e restritivas, enchendo os presídios e tentando “recuperar, entre aspas, portadores de grave distúrbio de conduta, boa parte recuperáveis.

Então, aí vocês têm no centro, o errado é o do centro, é o camarada que está ali. No dia que vocês apertarem muito e protegerem muito os bancos, eles vão roubar carro forte. No dia que o carro forte ficar difícil, eles vão ser traficantes. No dia que vocês... Vão roubar vocês. No dia que a coisa apertar mais... Porque o que está errado é o do meio, é aquele ali, aquele é que mata, aquele é que estupra, aquele que é narcotraficante e aqui ele está mal formado, aqui ele está doente e nisso nós não nos preocupamos.

Fatores determinantes, causa do comportamento anti-social, gestação não desejada, isso já foi falado aqui. Na França tem um serviço só para entender gestantes que não querem os filhos. Eu sou pediatra há 55 anos. Quando nasce uma criança que a família não quer, pobre ou rico, vai começar a vida mal. A criança que nasce, já foi falado aqui antes, o bebê que não é querido, não é amado começou uma história, começou o primeiro passo para a violência. Ambiente familiar, os pais e mãe, o exemplo do pai, exemplo da mãe, se o pai é violento aí perpetua a violência. Pai violento, filho violento, neto violento, vocês perpetuam o ciclo da violência.

Lar desestruturado, falta de limites, disciplina e valores. Falta de valores é uma coisa importantíssima, eu estava até comentando que, quando eu fiz o meu curso primário, eu primeiro, os valores são dados em casa depois na escola. Quando eu fiz o meu curso primário, tinha um livrinho que chamava-se “Compêndio de Civilidade”, que todo mundo tinha que aprender. Como é que trata o seu professor, como é que trata a sua pátria, a bandeira desse País. Bandeira hoje tem gente que põe até para fazer cueca. Isso aí é um absurdo. É uma coisa que não poderia acontecer nunca. Nós cantávamos o Hino Nacional todo o início do es-

tudo pela manhã. Quer dizer, e tínhamos esse ensino de valores nas escolas. Hoje eu me pergunto, será que creche e escola maternal está ensinando valores para a criança? E valores não se aprendem. Ser honesto é ensinado, tem forma de ensinar, tem forma. Quando nós falamos com um filho da gente que trouxe o troco errado e ficou feliz. Meu filho, isso está errado, isso é desonesto, você tem que devolver o dinheiro. Quando nós estamos fazendo isso, nós estamos ensinando valores. Valores têm de ser ensinado na escola, princípios têm de ser ensinado na escola. Porque se não o que a gente vê hoje, o aluno chega mete o pé em cima da mesa para falar com o professor. Como é que é isso? Os professores têm medo de ir para a aula? Agora estão pondo equipamento para identificar se o aluno entra de revólver, igual aeroporto. Já tem escola que faz isso e tem escola que os professores recusam a ir com medo de apanhar dos alunos.

A baixa auto-estima é outra coisa, também. Isso de falar para o filho você é incapaz, você é burro, você... Tem que dizer a família que isso aí prejudica demais a auto-estima e que grande parte dos delinquentes tem a sua auto-estima baixa.

Privação materna. Bowlby acha que como causa isolada, a privação materna é a mais importante nos genes da delinquência, privação materna. Falta de mãe. Porque foi dito aqui antes, porque tem um vínculo, o apego, a criança que não tem apego com a mãe, com a família, não tem apego com ninguém.

Então, quando você vê um criminoso aí falar na televisão assim: vocês viram a insensibilidade dele, chegou lá e disse: “Matei mesmo. Matei meu pai, podia matar a minha mãe, é porque vocês chegaram na hora e não matei. E fica assim todo mundo. “Como? Matou o pai?” Aquele não era pai dele, não. Aquele gerou. Aquele era um cara que tinha na casa dele que nunca teve vínculo de amor, nem nada.

Então, o vínculo é uma coisa importantíssima. O apego é importantíssimo, a mãe é importantíssima. E nós estamos separando muito a mãe da criança, inclusive com o ir a creche muito precoce.

Então, falam assim: “Ah, mas não pode... A mãe trabalha”. Eu sei, mas nós temos que mudar as creches. As creches têm que saber que a importância do bebê para a sociedade não sabe que o período mais crítico de formação do ser humano vai da concepção aos seis anos. E seis anos, vocês todos nesta sala, a sua personalidade todos aqui foi formado até os seis anos. Vocês são hoje o que eram com seis anos.

Então, ou as providências são tomadas antes de seis anos ou o corrupto está formado com seis anos. E aí vem os fatores predisponentes. Aí miséria, desigualdade social, tráfico, armas e aí são coisas predis-

ponente. Se ele já tem a semente da violência dentro da cabeça, se ele já tem a violência, aí é só deixar entrar os predisponentes que ele vai virar um bandidinho. Agora, se ele não tem, por exemplo, a televisão, “Ah, mas a televisão. Ontem mesmo me perguntaram: “O senhor não acha que a televisão é um fator que aumenta a violência?”. “Não”. Determinante, não, porque o sujeito mal formado, a criança bem formada, estruturada pode ver a violência que quiser na televisão, ele não faz nada. Agora, esse que tem a semente da violência, que foi... Mas quando você tem a semente da violência que foi uma criança que foi maltratada, não tem apego e não tem nada, a televisão é extremamente perigosa, porque esses são os suscetíveis aos programas de televisão. Fatores entediantes: Droga, álcool, arma, emoções, raiva e prazer. A semente da violência é implantada na criança antes dos seis anos. Último, acho que é o último. Não podia também dizer como é que nós devíamos atuar. Que dizer isso tudo e não dar a nossa idéia de como a gente preveniria, primeira coisa paternidade responsável. Vocês vêem que não está escrito nem planejamento familiar, nem controle de natalidade. Paternidade responsável é se você quer o filho e se não quiser o filho, tem que ter algum organismo, alguma coisa que convença as mães da importância dessa criança ser amada quando ela nascer. Assistência pré-natal para que no pré-natal isso tudo que a gente falou de apegos, tudo que foi falado aqui, a importância da mãe coçar a barriguinha e dizer meu filho e não sei o quê... E o pezinho dele aqui, o pezinho... Isso é extremamente importante, tem que ser falado no pré-natal. Agora, chega lá mede a barriga, a senhora está com a pressão normal. Não é só isso. Nós temos que, no pré-natal [soa a campanha] também.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Não se incomoda com o tempo, não, até onde o Senhor achar...

Dr. Antônio Márcio Lisboa – Tá. [risos] Mas eu já estou acabando. [risos] Amamentação por quê? Eu costumo dizer, a amamentação se não tivesse nenhum valor, tem um que é fazer com que mãe e filho fiquem juntos. É o apego. Quer dizer, aí não tem jeito. Ela pode mandar outra pessoa dar a mamadeira, a mamadeira é outra pessoa. Aí não, nessa hora ela tem que ficar junto com o filho. Esse nesse junto, olha o menino, o menino olha ela, a troca de olhar e aí vocês têm a instalação do apego essencial para que esse indivíduo tenha sensibilidade, tenha amigos, tenha relação com os outros. Porque sem apego ele vai se relacionar mal com todo mundo.

Prevenção da separação mãe e filho, isso aí é importantíssimo. Agora, aí vocês vêem a adoção que

vem lá baixo, o lar substituto, mas aí é a adoção. Vocês vêem que os Pediatras, as crianças ficavam junto com as mães, depois passaram a ficar no berçário e a mamar de três em três horas. Os Pediatras chegaram a conclusão que essa separação pequenininha das mães, era nocivo para o desenvolvimento emocional de algumas criança, não eram todas.

Então, o que aconteceu? Aí voltamos todos a mandar a mãe... Nasce e fica com a mãe. Por que nocivo? Como é que nós podemos aceitar a criança no local esperando a doação três meses, quatro meses, se nós sabemos que a formação do vínculo disso tudo, é importante no sentido de nós não termos a delinquência? Como é que é isso? Não pode. A doação tem que ser feito o seguinte. No outro dia tem que ter mãe, tem que ter família. Agora, “Ah, mas vai vender o rim, vai vender o cérebro, vai vender o pescoço”. “Adotou, mas nós vamos visitar a senhora todo o dia. Vai levar, mas a senhora não vai ficar livre da gente”. Tem que haver uma observância, uma vigilância, uma supervisão dos meninos que foram adotados. E outras, às vezes, falo assim: O filho adotado tem uma coisa que... Dentro desse livro que eu escrevo, que a coisa que eu acho mais estranha é que tem pais adotivos que gostam tanto dos filhos que eles ficam parecidos com as crianças. Eu tenho unia porção de criança adotada que fica igual o pai, a menina fica igual a mãe.

Então, eu costumo dizer: “Será que o amor faz até mudar a fisionomia do outro?” Porque fica parecido.

Lar substituto é outro ponto importante. Lar substituto, violência doméstica, a criança não pode ficar na família. Aqui tem um capítulo nesse livro, só sobre violência doméstica o que faz com as crianças. Tem que tirar, tem que dar uma família para essa criança. São os lares substitutos, onde ele tem que ficar e levar uma vida de família, ele não pode ficar apanhando. Porque senão ele vai ser um violento amanhã.

Pais: O exemplo dos pais. A atenção, o amor, segurança... Isso aí foi falado aqui também. Os médicos, desde Descartes, Descartes decapitou a pessoa. Para ele, daqui para cima, são outros médicos, são os psiquiatras, psicólogos, daqui para baixo é o Médico.

Então, o que está acontecendo? É que a saúde física do Brasil, de todo mundo vai muito bem, os transplantes, a tecnologia, a mortalidade infantil caiu, 9 aqui. Estava no meu tempo de recém-formado estava em 100, 120, caiu muito. E a saúde mental? Está abaixo. Porque nenhum Médico entende nada, ou praticamente nada de saúde mental. Se um perguntar a um Pediatra, “Meu filho vive agarrado na minha saia o dia inteiro”, nasceu o irmãozinho, o Pediatra não sabe orientar. Ele fica só perguntando, “Ele está com diarreia? Está

com febre?” Ele não sabe orientar, mesmo. Um filho birrento, ele não sabe, nesse nível. “Meu filho está me mordendo o que eu faço?”. “Ah, não sei a Senhora vá um psicólogo”. Pôxa, tenha paciência, porque quem está na linha de frente é o Pediatra, não é o Psicólogo. Ele tem que saber isso, lá na linha de frente por causa da saúde mental da família.

Família e escolas: Limites, disciplina, valores e auto-estima. Isso é essencial para nós termos uma personalidade sadia. Outro ponto é lazer, brincar. Hoje a criança rica, ainda mais a rica, ela vai para a aula de inglês... Tem uma pessoa que virou para mim num almoço, até foi uma pessoa que foi uma alta figura, importante aqui em Brasília, estava no Rio, e falou assim: “O Senhor é Pediatra?”. “Sou” “Eu tenho uma netinha que está numa experiência pedagógica muito boa”. “Ah, sim, qual?”. “Ela está aprendendo inglês com oito meses”. E falou assim: “O que o Senhor acha?”. Eu falei: “General, eu tenho muita pena dela”. Uma criança de oito meses aprendendo inglês, General, tenha paciência.

DR. SALVADOR CÉLIA – Se o Senhor me permitir, eu queria dizer o seguinte, surgiu aí nos Estados Unidos por essas redes de televisão, TV para bebês, que se descobriu que 68% das crianças até os quatro cinco anos fica em casa vendo TV. Pois surgiu TV para bebês, não para pais, para os bebês passar o tempo, muito bom tu colocar. Brincar não se fala mais, não se brinca. TV para bebês olha onde nós chegamos, Senador.

(risos)

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Mas a brincadeira acabou. Então, o menino sai de casa vai para o inglês, vai para a nataçã, vai para o jiu-jitsu e vamos para o consultório pedir fortificante, porque o menino está ficando muito cansado. Eu falei assim: “Mas vem cá, a Senhora está dizendo que tem esse problema, mas ele trabalha o dia inteiro”. “Não, Senhor”. “Ele pediu pelo judô?”. “Não, eu achei bom para ele. Ele pediu para ir à nataçã? Não ele pediu para estudar inglês com três anos?”. “Não”. “Então, minha Senhora, deixe ele brincar, esse cara não precisa de fortificante coisa nenhuma, ele tem que brincar, ouviu?” E a brincadeira, os brinquedos que são as coisas mais importantes na vida de uma criança estão sendo jogados para o lixo. E isso também fabrica delinquentes.

Cumprimento pelo Governo que preceitua o art. 207, isso é o mais importante. Aquilo lá tem uma coisinha escrita assim, com prioridade. Vocês me desculpem, mas os Bancos nesse País tem muito mais prioridade do que a criança, lamentavelmente. E aí nós vamos, o que vocês quiserem, mas a nossa criança... E outra coisa muito interessante nessa minha vida de

55 anos, com todo o tipo de pessoa desde Ministro, o problema é que na apresentação pública...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Eu tenho 80, quase 80. [risos] Mas aí, em público a criança é prioridade. Se nós fizermos uma reunião aqui agora de Deputado, Senador, Político, Médico e Advogado e falar assim: “Vou fazer esse trabalho para a criança, a semana da criança e vou dedicar dez milhões de reais”. Todo mundo bate palma, “Isso mesmo, isso mesmo”. Sai daqui entra na casa do lado. Eu vim buscar os dez milhões. “O que, Lisboa, dez milhões? Você está pensando que a gente...”. “Mas o Senhor não disse...?”. “Não, aquilo eu tive que dizer, você sabe como eu ia falar na frente de todo mundo, aquele montão, mil pessoa, o Senhor acha que não dava dez milhões”. “Mas então não vai ter nada?”. “Não, nós vamos ver aqui uns cinqüenta mil a gente consegue”. [risos]

Então, esse é muito importante para que a criança tenha com prioridade, tudo aquilo que a Constituição Federal diz. Eu acho que foi o último. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Eu acho que todos nós estamos pensando que estamos vivendo um momento precioso de uma Audiência Pública no Senado Federal. E que está sendo passado para o Brasil todo. Eu registro mais a presença da Prof^a. Ledja Austrilino Diretora do Escritório ULBRA em Brasília.

Bom, vamos passar as considerações dos Srs. Senadores e Senadoras. Primeiramente seria autora do Requerimento, mas parece que trocou com o autor do Projeto. Cedeu para que o autor do Projeto, o Senador Pedro Simon, fizesse suas considerações, perguntas... Eu acho que nós devíamos, o autor e a requerente fazem as colocações e se tiver alguma pergunta respondem. Depois de três em três a gente faz o trabalho de resposta.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Primeiro lugar, muito obrigado. Eu quero dizer que vou sair entusiasmado daqui, não a ponto de dar cinqüenta milhões ou cinqüenta mil, porque eu não teria condições [risos]. Eu quero trazer, eu acho que é obrigação minha, dois exemplos que eu vivi com o Dr. Salvador Célia. O Dr. Salvador Célia é uma pessoa fantástica, vale a pena fazer uma visita a Canela, uma cidade turística do Rio Grande do Sul é ver o que ele fez. O que ele fez num bairro que era considerado o bairro mais violentos, o mais radical, o pior bairro de Canela, e ele educou aquelas crianças, criou um grupo de teatro e hoje eles tem um grupo de teatro de primeira grandeza. O índice de violência do bairro é zero. Ele criou em

Porto Alegre, ele foi o homem da idéia de tudo. Tinha uma fábrica enorme, um monstro de uma fábrica que tinha falido, e ele chegou lá e fez uma proposta que no início que eu achei maluca, mas depois era sensacional. A idéia dele, imagine se os Senhores, se a gente fizesse isso nos grandes bairros, nas grandes cidades de Porto Alegre. Ali na zona norte, que era a zona mais abandonada, a mais esquecida, ele fundou uma escola de vida. É uma enorme área onde tem o pré-natal, tem as crianças estudando, tem as Senhoras discutindo, o Clube de Senhoras, o clube dos Idosos, tem um local da delegacia, onde ali eles tiram a carteira de identidade, a certidão de nascimento, todos os negócios necessários. Tem ali todos os atendimentos que ali ele aprende a ser cidadão, ele aprende da conviver, tem escola de música, tem escola de teatro, tem escola de dança, tem CTG. Tudo que se possa imaginar, ali é uma cidade em miniatura preparando o cidadão para viver na sociedade.

Olha, é uma coisa tão espetacular que eu fico doente quando eu não vejo as pessoas, o Governo não entenderem a importância de levar uma coisa dessas a visto. A importância de ver, eu falo com essas pessoas que convivem ali, que vivem ali é outra gente. Eles discutem o destino dele, eles são donos deles. Eles debatem se querem a escola, se querem isso, se querem aquilo, as modificações, porque eles sabem o que querem. Eles discutem as relações entre pai e filho, o que é que é, o que é que não é, porque eles aprendem. É uma coisa interessante, eu volto a repetir, é um local onde se reproduz ali toda a vida do bairro, só que ali eles aprendem a fazer as coisas como devem ser feitas. Olha, é sensacional.

E eu quero lembrar uma experiência do Dr. Salvador que eu nunca vou esquecer na minha vida, que eu nunca imaginei que era possível. A minha mulher estava grávida e de repente na nossa amizade, ele chegou e começou a conversar com a minha mulher. “Você tem que conversar com o teu filho”. “Mas como conversar com o meu filho?”. “Conversa com o teu filho, põe amor na tua barriga, gesticula e diz: Oi Pedrinho, como é que tu vai? Tu está bem? A mamãe está aqui contigo”. Aí a Ivete diz; “Parece meio bobo...”. E falou. Falou todos os dias e foi falando. Eu tenho o filme que nós fizemos, nasceu o Pedrinho, quantas horas depois?

DR. SALVADOR CÉLIA – Duas horas só depois (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente. Lá no Fêmnia.

DR. SALVADOR CÉLIA – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É porque eu não tinha dinheiro também para ir ao outro.

(risos) Chegamos lá, vem o Pedrinho... Eu peguei no colo, não é? Eu estou com ele no colo, estou conversando com ele assim, ele está prestando atenção, daqui a pouco vira para mim e a Ivete deitada no quarto. Começa a falar: Oi Pedrinho, é a mamãe, eu estou aqui querido, como é que tu vai? O filho da mãe se vira os olhos e olha para a Ivete assim. Olha, parece impossível, mas eu vi. Mas vira os olhos assim e vira para a mãe, porque a mãe estava repetindo o que dizia para ele quando ele estava no ventre. Prova que é uma grande verdade isso que ele está falando.

Mas eu quero felicitar os Senhores. Eu acho que se a gente realmente levasse adiante essa questão. Eu acho que é uma questão que hoje, recém, hoje está sendo levada a séria é a questão da criança exatamente do zero a seis anos. Repare que se tem uma pessoa que tratou melhor da educação no Brasil, apaixonada pela educação, vamos fazer justiça, foi o Dr. Brizola. O Dr. Brizola quando foi Governador no Rio Grande fez 5.500 escolas. Quando foi Governador duas vezes no Rio de Janeiro criou inclusive o CIEPs é um espetáculo em termos de educação, mas se esqueceu da criança. A escola começava quando a criança chegava no primeiro ano. E eu falei uma vez com Darcy Ribeiro e o Darcy Ribeiro parou para pensar e disse “Mas, como é que nós nunca...?”. “Olha, eu tenho um amigo meu, o Salvador Célia que diz assim: Que o Projeto é espetacular, mas tem um erro mortal. Que não aborda a criança no início da idade”. E ele parou e disse: “Mas como é que eu não pensei nisso? Que coisa absurda”. Que eu aprendi a ver e a minha vida eu tenho acompanhado isso ao longo de tempo que, realmente, como os Senhores disseram, é o cérebro, é toda a criança que se faz até seis anos. E hoje o cara começa a receber a merenda escolar com seis anos. Até os seis anos, se come, se não come, o e que é, o que não é, não se toma conhecimento. Recém agora está se começando a entender a importância e o significado dessa idade pré-escolar.

Eu acho meu Presidente, que se essa semana que se está propondo fosse feita, mas que fosse aprofundada, não fosse... Teórica, que isso é feito tantas vezes, tantas vezes, mas se a gente, nós com Executivo fizéssemos com conseqüências objetiva, “Nós vamos querer isso, mais isso, mais isso”, e tirássemos essas conseqüências da reunião seria uma grande coisa.

Muito obrigado e meus cumprimentos aos Senhores.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS): Com a palavra... Ah sim, pois não o Dr. Salvador quer fazer.

DR. SALVADOR CÉLIA – Eu só queria agradecer essas comovidas e sinceras palavras do Simon, com um certo exagero dele. Realmente, foi um grande tempo junto, muito feliz, e me lembro quando o Darci nos visitou lá no Vida, contigo, e disse: “E a reencarnação da preocupação humanística”. Foi uma coisa muito bonita que ele te disse. “A reencarnação da preocupação humanística”. E queria te dizer que lá em Canela, o grande fenômeno que talvez eu tenha ajudado por ter Estado em Cuba, por ter Estado na China, ter passado em alguns países, foi ver que aquela comunidade se movimentava e tem um grande líder lá que o Prof. Constantino Orsolin que fez aquele bairro e o que eu pude fazer foi mostrar a eles, quer dizer, trazer o que tinha em Canela para mostrar que em Canela as coisas aconteciam, quando então o Guarneri se emocionou e viu tudo aquilo. Quer dizer, mérito deles. E o meu mérito foi pôr esse pessoal na visibilidade que eles mereciam. Muito obrigado Simon pelas tuas palavras carinhosas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – O Requerimento dessa audiência é de autoria da ilustre Senadora Patrícia Saboya Gomes e da Senadora Fátima Cleide. Eu recebi telefonema da Senadora Patrícia, é impossível ela estar aqui presente nesse momento. Compromissos fortes que ela tem fora, mas nós temos a co-autora do Requerimento que é a ilustre Senadora Fátima Cleide que tem a palavra.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – E até porque a Senadora Fátima Cleide sabe que a Senadora Patrícia adotou uma menininha uma fofa a Beatriz, que está doentinha, e ela está lá como mãezinha da Beatriz. (*risos*)

DR. SALVADOR CÉLIA: Senadora até me adianta o que os autores dizem de preocupação materna primária.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Com certeza. Essencial.

DR. SALVADOR CÉLIA: Ela tem que está totalmente envolvida, enlouquecida como toda a mãe quando tem isso, o Márcio Lisboa falou, que até quando um bebê tem algum problema, se nasce mal ou se morre, ela pode até ficar psicótica. Então realmente ela está tendo aquela coisa maravilhosa que é preocupação materna primária.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Com certeza, desculpe Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO): O Presidente Senador Juvêncio, Senadora Heloísa que se anteciparam a justificativa que eu iria colocar em função da ausência da Senadora Patrícia Saboya que comigo é co-autora do Requerimento. Eu quero agradecer a

presença de todos em nome também da Senadora Patrícia. Como disse a Senadora Heloísa está cuidando da Maria Beatriz nesse momento também que anda adoentadinha, e mais do que isso ela também tem o direito, que nós devemos reconhecer, de estar com a filha nesse momento como um direito de licenciamento, que infelizmente nós ainda não temos os documentos que regem a nossa vida aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional. Inclusive, fiquei sabendo há pouco tempo que não temos sequer o direito de licença maternidade, mulheres Parlamentares. Precisamos ainda, isso mostra já tem a partida da situação da Jandira Feghali. Mas nós temos várias situações para resolver aqui no Congresso Nacional. Inclusive, com relação à vida das mulheres Parlamentares.

Mas quero parabenizar os nossos expositores, Como disse o Senador Juvêncio, é uma aula que graças a Deus está sendo transmitida para o Brasil, e que eu espero que a TV Senado repita várias vezes, porque de fato contribui muito enquanto nós não temos ainda as políticas públicas comprometidas de fato. A aula que vocês deram aqui contribuirá e muito para que as pessoas possam ter a compreensão da necessidade de termos, não apenas as políticas públicas, mas também o envolvimento da família nesse período de vida que é a primeira infância, para que a gente continue forjando hoje, os nossos marginais de amanhã.

Quero parabenizar também o Senador Pedro Simon. Eu acho que é discutível a necessidade de aprovarmos com urgência o relatório da Senadora Patrícia Saboya na Comissão de Educação que é favorável a este Projeto, uma vez que a importância dele é que ele trata, não apenas de instituir uma semana, mas que nesta semana se possa desenvolver ações de conscientização de toda a população com relação aos necessários cuidados na primeira infância.

Eu, junto com a Senadora Patrícia, pude participar ativamente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a questão da violência sexual entre crianças e adolescentes, e esse trabalho que foi um trabalho muito difícil até do ponto de vista emocional porque nós, a maioria mulheres, mães, avós tivemos e pudemos constatar o que já conhecíamos em tese que é a naturalização da violência praticada contra a criança nesse País. E essa naturalização ela acaba ceifando vidas de crianças e quando não, no mínimo, ceifa, leva a expectativa de uma vida plena e feliz. E isso, nos colocou também a responsabilidade de aprontarmos projetos de leis que visam punir essa violência. Mas é muito importante que a gente não trate apenas a punição, como disse o Dr. Antônio Márcio Lisboa, mas que a gente também previna, e prevenir no meu entendimento é, e tenho certeza que no enten-

dimento da Senadora Patrícia Saboya também, investir com recursos financeiros fortemente em educação. E investir principalmente e tenham como sou uma pessoa que vem do Movimento Sindical desta base, da educação básica, eu sempre comprei algumas polêmicas, porque eu entendo que deveríamos valorizar e capacitar muito melhor as pessoas que atendem na primeira infância. Tanto valorizado o ponto de vista da capacitação, quanto do ponto de vista da valorização profissional, mesmo em termos de salário.

Nós invertermos a lógica que o professor da universidade que fez pós-graduação, que fez mestrado, pós-doutorado e etc., seja mais bem pago. Mas nós precisamos pagar melhor e trabalhar, capacitar, habilitar melhor cada vez mais os profissionais. Porque hoje o que nós temos na grande maioria do País com nomes de creches, não passam de depósito de crianças. Eu sempre que posso, dou o meu testemunho de poder ter a felicidade de ter esse atendimento de uma creche pública, de qualidade, mas que infelizmente hoje não existe mais no meu Estado. Era uma creche que foi construída no momento em que o Estado passou de território para a condição de Estado, tinha recursos financeiros e naquela creche você tinha todo um quadro de profissionais Pediatras, Assistente Social, Enfermeiras qualificadas, todas as atendentes extremamente qualificadas e cada uma entendendo no máximo quatro crianças. *(soa a campanha)*

Então, isto mostra para a gente que não é impossível, basta ter vontade política. Por isso eu acredito que nós precisamos urgentemente, não só aprovar o Projeto do Senador Pedro Simon, como também o Projeto, o PLS 281 de 2005 da Senadora Patrícia Saboya, que cria o Programa Empresa Cidadã, valorizando assim as empresas que incentivem a amamentação e a licença maternidade por 60 dias, aliás, por mais 60 dias.

Então, eu queria aqui dizer que é importante também que nós nos debruçemos para nesse momento, destravar a nossa pauta. Eu sei que tem cinco medidas provisórias atrapalhando as votações, mas que a gente possa fazer um esforço conjunto. E eu acho que isso é o que o Dr. Salvador Célia coloca para a gente é que essa responsabilidade é política. E a esperança que o povo tem em nós, nos clama também para que a gente possa o mais rápido possível, desobstruir essa pauta das medidas provisórias e votar um Projeto que eu considero de fundamental importância, que pode não ser a salvação da lavoura, mas que vai dar um passo significativo no sentido do compromisso das políticas públicas que é o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica que prevê recursos ainda que parcos. Mas a nossa esperança é que eles

vão aumentando a cada ano. Melhor ter do que não ter nada, que é a FUNDEB.

Então, eu acredito que com o FUNDEB, com a ampliação da licença maternidade, com esse Projeto, nós com certeza teremos daqui a algumas décadas, né? Nós não podemos... Se houvesse isso acontecido há décadas atrás, nós não teríamos a realidade que temos de violência e de necessidade de construção de presídio como temos hoje. Eu concordo plenamente com o Senhor. Eu acredito que é o investimento na educação básica, na primeira infância, na educação da primeira infância concomitante, com também investimento na área da saúde, no pré-natal, nós poderemos transformar essa realidade social de violência, numa realidade social de paz.

Muito obrigada pela presença dos Senhores. Eu quero parabenizar também a Deputada Iraê Lucena por ter sido uma pessoa que teve a coragem e a ousadia de apresentar um Projeto dessa natureza na Assembléia Legislativa da Paraíba e que já conseguiu transformá-lo em lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Com a palavra o Senador Zambiasi.

SENADOR SERGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Juvêncio da Fonseca, o nosso querido Dr. Salvador Célia, grande alegria em tê-lo aqui conosco e ouvindo seus relatos e suas experiências. O Rio Grande do Sul conhece intensamente o trabalho que o Dr. Célia faz. E a visibilidade que essa experiência de Canela está tendo é uma coisa absolutamente fantástica.

Eu não pude ouvir o Dr. Laurista, mas acompanhei final do depoimento do Dr. Salvador Célia e acompanhei com muita alegria, com muito entusiasmo, com muita emoção a palestra do Dr. Lisboa. E conhecido e com inúmeros conceitos que a gente vem recolhendo no decorrer do tempo.

Nós estamos num tempo de quebras de conceitos, na realidade. Esses novos Projetos aqui apresentados, o Projeto da Senadora Heloísa Helena que chegou a criar até algumas preocupações, porque afinal começa a responsabilizar mais o Estado como instituição na proteção a criança, ele inicialmente provocou reações de alguns Executivos, como é natural. Porque o primeiro olhar, Dr. Lisboa, é aquela história, o orçamento, é sempre assim. A primeira reação do Executivo, ela é voltada para o orçamento. Como é que eu vou fazer para pagar? Ainda bem como o Simon foi Governador, Dr. Célia, ele não assustou com o orçamento da Vida Centro Humanístico que o Projeto do Dr. Célia nessa fábrica é enorme, que tem na zona norte de Porto Alegre, não sei quantos hectares.

DR. SALVADOR CÉLIA – Eu acho que são 16 hectares, 32 mil metros quadrados reconstruídos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS): Bom dá para imaginar o que é um investimento destes bancado pelo Estado.

DR. SALVADOR CÉLIA – E aquilo iria ser uma prisão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Deveria ser... Poderia ter sido uma prisão.

DR. SALVADOR CELIA – Poderia ter sido uma prisão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Então, vejam só. E ainda bem que o Simon, então Governador, não assustou-se com as conseqüências orçamentárias. Porque se ele tivesse sido tímido, medroso ou coisa assim, a vida que mudou completamente o conceito de relacionamento humano com uma das áreas mais... Com maior densidade demográfica de Porto Alegre, que é a zona norte, não teria aquele centro de referência que hoje o nome do Projeto que nasceu da cabeça privilegiada do Dr. Célia é Vida Centro Humanístico, para ter exatamente a dimensão.

Aliás, eu estou tentando interpretar um pouco aqui algumas coisas do Dr. Osmar Terra, Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, idealizador do Projeto, Primeira Infância Melhor, que infelizmente desprotegido do nosso Regimento não pode manifestar-se. O que nós lamentamos profundamente. Ele poderia estar aqui na condição de convidado e utilizar do espaço como convidado para relatar essa experiência gaúcha, um programa em que a adesão é espontânea das Prefeituras. Um Projeto de parceria do Governo do Estado do Rio Grande do Sul com as Prefeituras, e tem 220 Prefeituras parceiras, incluindo já 50 mil bebês que recebem, Dr. Lisboa, em casa, a visita semanal dos Assistentes Sociais, então, daqueles parceiros que vão acompanhar, exatamente como o Senhor sugeriu aqui, a evolução do bebê, a evolução da criança.

Eu acho que é um Projeto realmente desafiador, não é uma coisa muito simples, porque é uma atenção especial que o Estado passa a dar e a expectativa é atingir [soa a campainha] 100 mil crianças lá no Estado.

Quer dizer, é um Projeto realmente grande que de repente pode atender a um conceito que a ONU estabelece e que está anotado, não foi por mim, da Unesco, perdão, da Unesco, que diz que se a guerra nasce na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz. E outro ponto abordado aqui que eu concordo plenamente, refere-se a uma questão que eu venho defendendo intensamente aqui nessa Casa que é a paternidade responsável. E acho que até então há muito concei-

tos e muitos preconceitos com relação a participação do homem na paternidade responsável. E discute-se muito a questão da mulher, mas o homem tem que ser incluído nessa discussão urgentemente. E dar meios e dar acesso, que tipo de meio, Dr. Célia? Informação. A informação é a maior ferramenta para a gente superar esses tipos de preconceitos.

DR. SALVADOR CÉLIA – E tu que é da rádio sabe muito bem, né?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Eu sei o que é isso. A informação ela é fundamental. Nós vamos exatamente trabalhando esses conceitos através da informação nos veículos de comunicação que são parceiros, são os primeiros parceiros nesses programas. Nas escolas como tema, deveria constar como matéria quase que obrigatória esse tipo de informação para que a criança pudesse até levar para casa esse debate com seus pais.

Eu acho que a questão da paternidade responsável, ela é fundamental. Nós temos levantamento que impressionam de ter um milhão de jovens que anualmente geralmente um milhão de crianças, meninas de 12, 13 anos de idade, mães precoces que trocam a sua infância pela maternidade. Isso é extremamente sério. Quando uma criança de 12, às vezes, 11, 10 anos de idade ela troca a sua infância pela maternidade. Isso é uma questão de alta relevância, é onde a ação do Estado, ela é extremamente importante e ela nem sempre está presente. Por isso a importância de uma Audiência Pública, Senador Juvêncio da Fonseca, com essas características que traz a público e permite que a gente possa debater e buscar, enfim, soluções práticas para essas questões.

Mas eu fico nesse aspecto. O aspecto da paternidade responsável, que ainda é vítima de muitos preconceitos especialmente com relação ao homem. Porque a mulher tem dentro de si a natureza da maternidade. Desde a mais tenra idade, ela já com a boneca, ela é mãe. O homem não.

Então, nós temos que ir...

DR. SALVADOR CÉLIA – Senador, nós estamos estudando hoje que existe depressão paterna. Os novos estudos estão mostrando que se a mulheres vai de 20 a 23 em cada 100, os pais fazem 10% mais ou menos dos pais.

Então, nós temos que nos preocupar muito com isso que está chamando a atenção, do papel do pai e atender o pai.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Atender o pai. Eu acho que é muito importante oferecer um tipo de orientação para que o homem que ainda tem um aspecto muito machista na discussão, para que ele se incorpore nessa discussão como par-

ceiro, e não como adversário, não como sujeito que não pode ouvir, ou não pode discutir, ou não tem sensibilidade para discutir essa questão. Eu acho muito relevante, quero parabenizar aos nossos palestrantes aqui que vieram nos trazer lições que vamos levar para as nossas vidas. E eu tenho certeza que a imprensa, TV Senado, vai saber reproduzir este momento com a intensidade necessária para que esse debate se estenda e levar até lá, onde muitas vezes essa discussão fica sufocada. Eu estou realmente muito contente com isso, não estou fazendo algumas, estou apenas estendendo um comentário sobre as experiências do nosso cotidiano.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Obrigado, Senador. Eu passo a palavra a Senadora Heloísa Helena a última inscrita até o presente momento.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL – AL) – Desculpe, Presidente.

Bom, primeiro, claro é até redundância eu tentar elogiar o Senador Pedro Simon, porque sabem todos o carinho e o afeto, respeito que por ele tenho, e saldar, de uma forma muito especial, tanto a Senadora Patrícia como a Senadora Fátima Cleide que propuseram essa Audiência Pública. Porque, às vezes, o Parlamento estabelece requerimentos para audiências públicas para obstaculizar a votação de determinadas matérias. No caso das Senadoras e da Comissão quando assim decidiu, é muito mais para dar visibilidade ao debate, para trazer profissionais, representantes de entidades sociais, militantes dessa causa para dar visibilidade ao tema, de fato fazer a aprovação do Projeto do Senador Pedro Simon não por um artificialismo, não pela legalidade qualquer. Mas dando visibilidade, sensibilizando a sociedade, trazendo as pessoas para a reflexão de um tema que é usado politicamente. Nunca ninguém verá uma personalidade política, da direita ou da esquerda, honesto ou desonesto, dizendo que não tem compromisso com criança. Nunca ninguém verá. É por isso, nunca, porque o pior dos bandidos, o mais delinquente o mais vigarista, quando ele tiver fazendo um comício ou fazendo um programa, ele vai se comprometer com a criança. E isso até torna o debate, dá ao debate um tom de vulgaridade que ele não merece ter pela importância que tem.

Então, a questão da criança que a gente fala de zero a seis anos, mas já nós estamos tratando aqui dessa partezinha tão especial da vida de uma pessoa, tão especial, que eu digo sempre que algumas pessoas vivenciam a dor, a miséria, a pobreza na infância e de alguma forma consegue superar na vida adulta. Mas são poucas e como eu digo sempre, essas poucas não são abençoadas por Deus, até porque Deus

jamais escolheria uma ou outra isoladamente para abençoar pelo amor e plenitude que tem por todas. Mas uma ou outra, por uma circunstância da vida, acaba se salvando, acaba se destacando, acaba ocupando instâncias importantes com visibilidade pública, mas as cicatrizes que lá ficam na alma, no coração de uma dessas crianças, dificilmente eles conseguem ao longo da vida superar.

E o que eu acho mais grave é porque, nós estamos num momento da realidade brasileira que, ao mesmo tempo que a gente diz, o Estado Brasileiro tem que adotar as suas crianças e seus jovens antes que o narcotráfico a prostituição os arraste para a marginalidade como último refúgio, porque arrasta mesmo. Eu não tive a oportunidade de aqui estar presente, porque eu estava fazendo um outro trabalho, mas ouvindo as outras duas outras exposições e só peguei a de Dr. Antônio aqui presente, mas ao mesmo tempo em que nós temos que ter as políticas públicas para adotar as nossas crianças antes que o narcotráfico os adote. Porque não são todas as crianças pobres, a gente sabe disso. Até porque existem crianças pobres, mães pobres que disputam com a marginalidade que é uma coisa das mais belas que se pode ver. Elas seguram lá os seus menininhos e é o narcotráfico puxando, é o crime organizado puxando, ela vai brigar na rua e está lá segurando o seu menininho, porque se todas as nossas crianças pobres, Ivete, já tivessem sido arrastadas, nós estávamos numa situação impressionante. E sabemos todos nós que é quem faz a desova dos grandes estoques de pasta base de cocaína, aqui não tem intestino de pobre favelado, de estômago de pobre favelado com o saquinho de cocaína que pudesse dar conta das desova dos grandes estoques como faz no Brasil. Porque quem tem iate, avião para transportar pasta base de cocaína, quem tem laboratório para manipular a matéria-prima e que fabrica droga sintética, é gente grande poderosa. E que usam os pobres e que usam as meninas e menininhos exatamente como o Zambiasi disse. [soa a campainha]

Só para concluir Senador Juvêncio. O menininho e a menina antes de ser a Maria, o José, o Pedro, a Heloísa, quem quer que seja, o menininho e a menina, ele vira avião, estica, olheiro, falcão. E o pior é que é tanta coisa. Uma atrás da outra, como o Dr. Antônio dizia dos jornais, que uma semana ficamos todos nós emocionados vendo lá o vídeo “Falcão”. Aí todo mundo se preocupa com as crianças, aí diz: “Ah, quando eu vi aquele menininho dizendo que quando queria crescer queria ser bandido. Claro. Porque o bandido é o que dá a segurança para ele. Se o Estado brasileiro não dá segurança para a menina e para o menininho quem dá a segurança é o poderoso de lá. Aí, numa semana

ficam todos nós emocionados, querendo que o menino e a menina tenha arte, cultura, esporte, brinquedos, lazer, a possibilidade de ser criança antes de ser adulto, porque não são crianças, não são. Porque a iniciação sexual, a iniciação as drogas, a iniciação a violência aprende não é com um revólverzinho de brinquedo, aprende com um revólver de fato, porque ter o revólver de fato, saber manipular um revólver é o que dá o respeito, até para as meninas que começam a olhar os meninos que são olheiros, e falcões e estica, muito mais com mais ternura para eles, porque é a vida que está lá estabilizada.

Então, na mesma, nós mesmos, a mesma sociedade que se emociona uma semana diante do vídeo “Falcão”, quando é um mês depois, quando está um maldito “mar de sangue” em São Paulo, pela mais absoluta ineficácia, ineficiência, insensibilidade em relação à questão da segurança pública e da violência, aí vai dizer: “Tem que ter pena de morte, tem que botar o menino, mesmo que seja pequenininho, tem que baixar a faixa etária, e entra com tudo para dizer que tem que matar, tem que ter pena de morte, tem que encarcerar.

Então, como nós da área da segurança pública, eu não acredito mais que o debate da área da segurança pública, ele pode ser só o tratamento das causas isoladamente. Eu acho que hoje a matriz conceitual para qualquer projeto sério de segurança pública, não demagógico, que tenham ações concretas a curto, a médio e a longo prazo, mas com metas definidas porque senão... Nada me irrita mais quando diz: “São 500 anos de opressão”. Eu digo, “Eu sei meu filho, mas se a gente não fizer nada, daqui a 100 os outros vão estar dizendo... ‘são 600 anos de opressão, são 700 anos de opressão’”.

Então, eu acho que hoje tem que ter ao mesmo tempo o tratamento das causas e a repressão dos efeitos. E até a recuperação dos adultos, que quando a gente fala de acolher, da família acolher a menina e o menino, hoje existem tantas mulheres e homens que as relações, já tiram tudo dele, tiraram da afetividade dele, tiraram do coração dele, tiraram muita coisa dele, também. Muitas vezes a gente pega... Quem é voluntário e trabalha com criança de rua, pega um menino na rua que está lá se esfaqueando, leva no pronto-socorro para dar os pontos, depois pega uma briga com o menino e leva ele para casa. Quando ele chega em casa, Simon, aí está lá: Que não tem o colchão porque é dentro da lama, os ratos disputando espaço com ele, o pai ou o padrasto ou o quinto pai da casa alcoolizado, a mãe alcoolizada também.

Então, nós temos que, ao mesmo tempo também, [soa a campanha] mesmo quem está lá no presídio,

imagina se o Estado brasileiro não trata, não acolhe também o homem e a mulher que está no presídio, num país onde se tem a ousadia de um chefe do crime organizado chamar o que é de fato, chamar o presídio da faculdade, porque quem comete o crime é encarcerado, não conforme o crime que cometeu ou o grau de periculosidade, é encarcerado conforme a facção que pertence. Aí o pobre que chega lá, roubou besteira, está lá com os filhos em casa morrendo de fome, não pertence a facção nenhuma, quando ele chega lá... Bom, se ele não pertence a facção nenhuma fica em qualquer lado. Como o Estado não o protege dele ser estuprado todo o dia, violentado todo o dia, ele vai pedir a proteção da facção criminosa e aí a facção criminosa cobra dele dessas coisas, também.

Então, é só um problema a mais, eu estou falando isso, mas do mesmo jeito de-

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Seria interessante que a Senhora abreviasse a conclusão.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Concluisse. Tá. Apesar de todo esse quadro gravíssimo que se encontra, e certamente muitas pessoas que acreditam no fatalismo do fim da história, certamente ao ouvir as propostas que aqui foram colocadas, ou que qualquer um de nós aqui coloque, certamente alguém vai dizer: “Mas, isso é impossível. Ora, como é que vai fazer pré-natal? Como é que vai cuidar da criança...”.

Então, cada vez que a gente decreta que a vida, a dignidade, o amor em plenitude é impossível, mas ela se torna impossível. Então, é por isso que eu acho muito importante que nós que estamos aqui, acreditamos que é possível, acreditamos. Alguns de nós acredita muito mais, porque quem consegue acreditar até em algo que não pode ser tocado e localizado geograficamente com certeza tem muito mais fé.

Então, eu só queria parabenizar a todos os expositores, a minha querida companheira, amiga, a Senadora Patrícia Saboya, a nossa querida Senadora Fátima Cleide de uma forma muito especial, o Senador Pedro Simon. Quero saldar também o Deputado lá do Rio Grande do Sul, que é outro preocupado com isso, eu já peguei muito material, o Senador Zambiasi já deu material dele, é outro preocupado com essa história. Essa questão tão importante da infância. E todos nós que somos mães. Eu tive uma dupla sorte, que eu fui mãe e ainda fui mãe de leite, coisa de gente mesmo do interior que ainda amamenteei [soa a campanha] uma menininha também e outras crianças, também.

Então, eu acho que é muito importante isso e é importante também deixar claro, Simon, meu querido Senador Pedro Simon, que todas as alternativas que

aqui foram propostas, mesmo aquelas que aparentemente lidam com uma complexa subjetividade humana, ou com ações concretas e eficazes, elas podem ser feitas. Isso que é importante. Aqui todos nós sonhamos, pensamos no futuro, temos concepções ideológicas diferentes, mas todas as ações que aqui foram propostas, elas são possíveis de serem feitas. Elas já foram experimentadas. Tenho que dizer isso, porque senão o povo não acredita mais em nada. Elas já foram experimentadas, elas são propostas concretas, ágeis, eficazes. Tem um impacto financeiro insignificante diante do impacto social que se pode fazer. Porque se o Estado brasileiro se reduzisse 0,0002% a taxa de juros, nós poderíamos garantir escola integral de qualidade para todas as crianças até 17 anos. Crianças e adolescentes, imagine quando nós estamos tratando de zero a seis anos.

Então, eu quero parabenizar. Me desculpe ter me estendido, Senador Juvêncio, mas eu quero parabenizar a todas as exposições que foram feitas e de uma forma muito especial ao meu querido Senador Pedro Simon por uma proposição tão importante como essa.

Então, eu tenho certeza que nós estamos aqui todas cheias de muitas coisas para fazer, mas tanto a Senadora Lucia Vânia como a Senadora Maria do Carmo, estávamos aqui... A Deputada, estamos aqui todas comentando e tratamos desse tema 500 vezes. A Senadora Lucia Vânia deve estar rouca de tanto falar sobre essa questão também no Plenário.

Então, é só realmente saldar e parabenizar com entusiasmo essas exposições que foram feitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Obrigado, Senadora. Nós vamos... Porque não houve nenhuma pergunta, nós vamos dar uma rodada final de cinco minutos para as considerações finais. E invertendo um pouco a ordem. Nós começamos com o Prof. Laurista, vamos começar agora com o Dr. Antônio.

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Primeiro lugar, geralmente quem assiste as reuniões é quem não precisa. Quer dizer, só vem quem tem interesse. Agora, infelizmente quem deveria estar presente, porque são aqueles que tem o poder, o mandam, esses não vão. Mas isso eu tenho a impressão que é na área médica, é em qualquer área que existe, não é na área parlamentar. E eu acho que a gente tem que lutar. Eu estou com quase 80 anos e estou aqui com vocês. Estou lançando... Já lancei 10 livros e vou lançar esse que sobre “A primeira infância e as raízes da violência” que são coisas que a Senhora falou, que o Senador falou, que o Senhor falou, várias pessoas falaram, porque esse tema tem adoção que é um capítulo, tem o apego que

é outro capítulo, tem coisas que serviria para a gente ficar aqui 15 dias discutindo cada item desse.

Agora, uma outra coisa que a Senhora falou. Eu lembro que teve um governante de Brasília, eu era pediatra dos filhos, e eu falei isso tudo, tem uns 15, 20 anos, tem muito tempo. E eu falei sobre... “Quem sabe a gente não começaria um programa...”, e apresentei essa paternidade, isso igualzinho aí o da adoção. Ele virou para mim e disse assim: “Lisboa, esse programa seu vai levar uns dez anos”. Eu falei, “Não fulano, você está muito enganado”. “Você acha que menos?”. “Não, eu estou fazendo uma proposta de 30 anos para a gente começar no seu Governo. Mas vai melhorar daqui a 30 anos, é isso que eu acho”. E outra, que a gente tem que ver, vai na polícia. “Vamos punir e corrigir a banda podre”. Muito difícil, quase impossível. O bandido fardado, o médico bandido, o bandido togado, o parlamentar bandido, esses todos têm... O bandido, bandido, vocês têm que imaginar que todos são da mesma fonte. Todos eles são indivíduos, uma personalidade mal formada com distúrbio de comportamento que é feito até os seis anos. E independe de quem é.

“Então, vamos corrigir os policiais”. Não, tem que corrigir aquela criança que vai ser policial, porque se não ela vai aumentar a banda podre. Outro ponto aqui que também foi muito falado, três aviões a jato desses modernos pagam a imunização das crianças do mundo inteiro. Custo de três aviões a jato.

Então, tem três países que fazem mil aviões a jato e tem países pobres que não tem dinheiro para fazer vacina. E aqui no Brasil o que é que houve? Houve um governo que resolveu fazer as vacinas e há 10 anos nós estamos sem paralisia. Houve uma decisão política. Agora, vão tirar dinheiro dos hospitais e vão comprar vacina. E o que é que acontece na área social? Mesma coisa da saúde. Não tem dinheiro para a prevenção, tem dinheiro para curar. E tem dinheiro para quem? Para esse que está preso aí criminoso, que gasta mil e setecentos, dois mil reais por mês. Eu soube até que tem um Cajé aqui em Brasília que estão pagando cinco mil reais por cada menino preso, para cuidar desse menino. E, meus amigos, resolver o problema do adolescente infrator chama-se UTI social. Ela custa dez vezes mais caro do que qualquer UTI para cuidar de gente com infarto, qualquer coisas que vocês pensam, recém-nascido, doente, nem nada. Porque UTI social é pegar a cabeça de um menino de 13, 15 anos que já matou alguém, já roubou 20 vezes e fazer esse indivíduo passar a ser um cara honesto. Isso é um negócio muito difícil. Não é nessas jaulas que tem aí de criança e que vão recuperar. (*soa a campainha*)

E por último é um projeto que vem falado, isso eu já escrevi nos jornais, já escrevi vários capítulos, baixar a idade das crianças de 18 para 16, isso é a maior loucura que pode ser pensada. Porque os reformatórios não cabem mais gente, nem nada. Quer dizer, eles vão pegar e botar lá dentro para as faculdades, para eles se transformarem de pequenos bandidos em grandes bandidos. Então nunca. Baixar a idade [inaudível] é a última coisa que a gente deve estar pensando. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Com a palavra o Prof. Laurista Corrêa filho,

DR. LAURISTA CORREA FILHO – Obrigado. Bem, eu acho que durante toda a nossa vida como pediatras, e agora que a gente está participando, já participamos muito graças também ao entusiasmo do Dr. Lisboa nos imbuíu de ir salvar fisicamente as crianças e depois de taticamente 91, 92 nós passamos a tentar salvar, não só fisicamente, mas tentar salvar a saúde mental dessas crianças.

Nós queremos crer que na maioria das vezes o que nós temos visto, como condição de tratamento, de cuidados, os maus cuidados são feito por pessoas que não têm conhecimento. Nós temos que ter toda a certeza que, às vezes, as pessoas que são mal cuidadas não têm o conhecimento. Felizmente, nesse nosso século que nós estamos tendo a oportunidade de ter todos esses conhecimentos que foram aqui mostrados, não dá mais para nós escondermos as coisas. E enquanto o Estado, enquanto nós que somos os cuidadores, que deveríamos ser os facilitadores deste meio, nós não podemos mais falhar. Esse conhecimento está disponível, infelizmente, nem todos vão a procura desses conhecimentos, e uma das coisas que a gente vê e com muita dor no coração são as oportunidades perdidas que nós vimos aqui. As oportunidades perdidas e as experiências bem sucedidas que o Prof. Salvador Célia nos falou aqui. Essa é uma experiência simplesmente num dia de vacinação observar como aquela mãe vem, esse trabalho que é feito por lá em Canela, isso é uma experiência bem sucedida e que tem que ser imitada por muitos. Por que não há essa divulgação?

Então, é um conhecimento que não foi passado, essa etapa, a etapa mais importante da vida, que começa na concepção que nós vimos aqui hoje. Essa etapa da vida intra-uterina que nós descobrimos há pouco tempo graças a tecnologia, graças ao estudo das pessoas que nós vimos que tem um tempo. Nós sabemos que a violência, ela não é decretada por um gene, o nosso irmão, o nosso próximo, ele não vem carimbado que vai ser violento. Essa construção é feita dentro do útero e nesses primeiros seis anos.

Então, nós sabemos hoje as causas, as raízes da violência. E já foi dito aqui, estamos querendo construir cada vez mais presídios. Vocês têm mais acesso saber quanto custa, se é quinze, se é vinte milhões quanto custa um presídio. E quanto custa uma creche bem feita? Com tudo que se sabe hoje e que o Deputado Osmar Terra teve a oportunidade de trazer quando trabalhou com a comunidade solidária, o Prof. Huber Montanhê(F), uma das pessoas que mais entende de desenvolvimento infantil da França. E hoje quando ele vem ao Brasil, ele pergunta: “E a comunidade solidária o que é que virou?”. Eu digo, “Acabou”. “Eu não acredito. Eu não acredito”, ele passou horas, deu o dele, mas diz que nós temos que tentar sempre. Então esses nossos irmãos que nós vemos na nossa frente e que não tiveram a oportunidade, que eles não morreram no primeiro ano de vida, não morreram no segundo, porque gravidez não desejada, talvez o quinto, sexto ou o sétimo filho, que o marido estuprou a própria mulher, ele passou uma vida intra-uterina difícil e continuou sem ter uma gestação extra-uterina, ele é um sobrevivente. Ele tem nome, Fernandinho Beira-mar, Elias Maluco, eles não vieram carimbados, eles não vieram com o carimbo do seu gene o que eles iam ser. Mas quantos não virão? E muito difícil. Já foi falado aqui em números. A Senadora Heloisa Helena falou quanto custa, todos vocês sabem quanto custa. [soa a campanha] E a prevenção e a intervenção quanto mais precoce hoje nós sabemos que é esta interação que às vezes, não custa nada em dinheiro, custa em quê? Passar o conhecimento, a formação das pessoas.

Então, isso é muito importante. E esse bebê é tão importante que nós estamos aqui hoje a Presidente da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê, a Dr. Regina Orth, e que nós temos trabalhado assiduamente com todas as dificuldades, porque não vendemos remédio, nós tratamos de saúde, uma saúde diferente, que é a prevenção. Só que com todas as dificuldades para fazer uma reunião, mas nós temos que continuar, porque nós não temos laboratórios, não temos patrocínio. E muito pouco o Estado tem feito, quando tem condições de fazer, com o mínimo que é possível. Sabemos da dificuldade da gravidez da adolescência. Porque é que estamos com uma média? E média é falácia. 23%, lugares tem 30% e a tendência é aumentar. E qual é a faixa etária? De 14 e 19, mas crianças. Essa é a gravidez desejada? Quantos milhões nascem, no Brasil, 3 a 3 milhões e meio de habitantes, um Uruguaí por ano. Dessas gravidez se puser 20% são 700 mil crianças que nascem de gravidez na adolescência. O que vão ser essas crianças? Nós podemos imaginar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Com a palavra o Dr. Salvador Célia.

DR. SALVADOR CÉLIA – Bom, eu estou muito emocionado, sensibilizado por ter tido essa escuta de vocês e sei que isso vai ao Brasil essa responsabilidade, como disse o Márcio, lamentavelmente quem está aqui já acredita nisso. Mas pelo menos talvez a gente tenha colaborado, porque vocês não podem estudar essas coisas que a gente estuda, vocês não têm tempo. E é falha nossa não saber divulgar.

Então, muitos políticos não fizeram coisas, porque nós não nos abrimos. Nós não saímos da universidade, nós não saímos para trazer essas coisas para vocês, para vocês levarem adiante. Eu diria assim de tudo isso: Todos os bebês têm direito a uma cultura. E a criação dessa cultura antiviolência passa pela estruturação do apego, aquilo que eu falei do vínculo do bebê poder ter bons cuidadores, olha a nossa responsabilidade. Porém, isso precisa tempo, precisa de uma conscientização e o Deputado Osmar Terra com o seu belo Projeto, nos trouxe recentemente um Prêmio Nobel de Economia, que veio falar sobre educação infantil, sobre bebês. E ele disse que cada dólar gasto com um bebê, salva oito depois na vida adulta. E quando eu disse para o Simon que me convidou, eu disse: “Nos custa quarenta dólares – era um dólar, um real uma criança em vida – quanto paga a FEBEM?”. “Quatrocentos”. E eu perguntei para ele: “E tu recupera? Nós temos que acabar com a FEBEM”. “Tu é louco?”. Eu disse, “Vou botar fogo na FEBEM”, um dia disse para ele. “Ah, tu é louco, tu é psiquiatra”. Quer dizer, tem que acreditar nisso aí, tem que acreditar.

Então, isso precisa de uma conscientização, como a gente vem trabalhando. São sete anos em Canela, eu acho que aos poucos a comunidade começa... Cada Governo Municipal, cada vez mais tem colaborado, a Vice-Prefeita, o Prefeito tem sido extraordinário, e eu diria, então, assim que é dessa mobilização pela informação, vocês precisam ter informação, também. O povo precisa ter informação. E eu disse, com 10 centavos no dia da vacina, muitas mães que tinham bebês com uma certa dificuldade, não cantavam, não tocavam, não massageavam o bebê, com um xerox, cumprimentando ela no dia da vida, que é levar o filho a vacina, os bebês vêm todo arrumadinho. Cuidem isso no Brasil. Também em Canela, as pessoas levam, foi muito bacana isso, porque ai não vai pela doença, vai pela saúde e a gente pode descobrir alguns problemas que estariam ocorrendo.

Eu diria então que para isso tudo me vem o direito a maternagem. Sim. Lá em Canela a gente na Semana do Bebê, uma proposta do Dr. Odon, nós levamos, viu

Simon? Nas escolas de Canela, nós vimos cada vez na Semana do Bebê, 2.800 adolescentes, nós tiramos o professor, porque o professor é muito careta, eles não gostam de sair da sala de aula. E nós colocamos estudantes de medicina, porque são adolescentes que nem eles, para não dar aula, viu Senador Zambiasi? Para conversar com eles. Oficina de sexualidade. Andava em 26% lá, o problema da adolescência, 26%. Está em 22. Não por causa da Semana do Bebê, porque a comunidade de Canela, a Secretaria de Saúde de Canela, a Secretaria de Educação trabalham muito, e nós somos só sensibilizadores disso tudo.

Então, o direito a maternagem, a mulher, nesse momento, principalmente o primeiro filho, já não me refiro mais nem só a mãe, viu Senadora Heloisa? A mãe adolescente tem uma nova posição, muda a identidade, a pessoa deixa de ser filha para ser mãe. Isso não acontece assim no mais, deixa a gente muito transparente, por isso que a transparência deixa muito vulnerável, isso que o Simon disse que a mulher dele fazia isso, conversava, tocava, ele também conversou com o filho, porque ele não contou isso, o filho por ele falar, quando olhou quando veio a voz masculina, porque os bebês primeiro reconhecem mais a voz feminina porque é mais aguda, olhou para ele, aí foi sensacional, Era uma voz... E também tem tudo isso.

Então, lá, vamos dizer assim, a gente está vendo que o adolescente podendo falar com os estudantes, ficou muito melhor. O estudante de medicina com os outros estudantes.

Então, esse pré-natal todo, que não só da mãe adolescente, que pode ser seis, oito vezes, se a mãe não mostrar... Porque, na verdade, nesse momento do pré-natal, a mãe vai falar não só do futuro bebê, vai falar do bebê que ela foi. Ela está muito vulnerável e vai depender da relação que ela teve com a mãe dela.

Então, ela vai falar, ela está transparente, ela vai falar do bebê diz a Monique Bydlowski uma francesa que o Laurista trouxe aqui, vai falar do bebê que ela foi, da criança que ela foi.

Então, o pré-natal é fundamental até para descobrir lá a depressão pós-parto. Nós temos que chegar na depressão pós-parto lá no pré-natal.

Então, nós temos que mostrar para aos pré-natalistas, às enfermeiras que trabalham com o pré-natal que isso tem que mudar. E nós temos que agradecer a Lady Di, porque a Lady Di foi para a televisão e disse: “Eu não queria tocar nos meus filhos, eu queria sumir, não sei o que fazer com os meus filhos”. Aí o pessoal do Reino Unido foi estudar escalas de depressão pós-parto que nós conhecemos bem.

Então, esse direito a maternagem nesse momento, o direito a paternagem, o direito a paternidade que nós temos cada vez que descobrir, o direito a ter um parto sem cesária. Lá em Porto Alegre não é diferente de outros lugares. As camadas que têm mais apoio social e econômico é 78% o parto lá, Senadora Heloisa. É uma combinação dos Ginecologistas com as mães. Isso não pode ser assim. Nós temos que redescobrir essa coisa do nascimento, do parto e o direito a infância. Não querer que os bebês, por a gente saber que são inteligentes, estudem inglês, francês essa hora. Tem tempo para isso. Não fazer também com que os bebês sejam negligenciados, eles têm o direito de brincar, de ter a infância, e aí a violência provavelmente vai diminuir só que isso precisa criar uma cultura. E essa cultura que o Mandela nos disse, precisa ser uma comunidade, tem que passar para a comunidade. E isso é a própria comunidade se tornando agente terapêutico, isso é que eu espero.

Quando eu passei qual *slide* da estátua... Eu vou lembrar uma outra coisa que nós fizemos numa outra Semana do Bebê, nós passamos “Tiros em Columbine”, aquele famoso filme do Mike Moore, aqueles meninos que sofreram todos os problemas, mataram outros meninos, Senador, todos tinham tido uma infância muito terrível. Pois existe uma cidade nos Estados Unidos o Littel Rock que tem um avião bombardeio que todos os caras, alguns vão lá tirar foto para mostrar... Esse foi um avião que na noite de 23 de dezembro de 1972 mais matou vietnamitas e as pessoas tiram fotos. Nos veio a idéia de passar o filme “Tiros em Columbine” para mostrar o antídoto, que é investir nos bebês, na paz, e aí nós fizemos a estátua da mãe e do bebê. Um bebê bem recebido, um bebê bem acolhido, um bebê que tem essa maternagem, que tem essa mãe sensível, um cuidador quando não tem essa mãe, que tem o avô, tem avó. Eu pude visitar a China. Se não fossem os avôs, Senadora, a China não estaria sobrevivendo. Os avós salvaram e nós temos nôno, a nôna, ôma, opa... Nós temos japoneses. A depressão pós-parto no Japão tem menos prevalência porque a mãe está ao lado da mãe, a avó está ao lado da mãe... Já em Tóquio está ficando muito ocidentalizado. Já os índices já cresceram.

Então, eu queria dizer o seguinte: Que nós temos que fazer a cultura da paz e a paz é o antídoto da violência, e isso eu me lembro do Sr. Francisco Camargo quando ele cheira o bebê e tira foto do bebê. Quando ele conta assim e mostra que ser pobre, como vocês falaram aqui, como o Márcio Lisboa falou, não está na pobreza, a pobreza é só um fator que pode piorar, é a desestruturação da família, mas existem muitos vínculos. E ele mostrou que precisa ter fé e esperança,

e no Brasil nós perdemos a fé e a esperança e vocês que estão aqui têm que fazer nós recuperarmos, conhecendo essas coisas que nós dissemos para vocês, o que vocês sabiam e mais um pouco, vocês têm que lazer com que a gente acredite em vocês, os políticos. Porque é um povo sem fé, um povo sem esperança, como diz o nosso Sr. Francisco Camargo, ele sempre acreditou e deu esperança, e ele é o pai da resiliência, o Sr. Francisco Camargo que foi apoiado pela D. Helena Camargo. Porque quem viu o filme sabe, quando aquele empresário levou os filhos, ela dizia: “Eu quero os meus filhos de volta, porque aí teve família”, e “Família com amor, onde tudo começa”, foi o tema da Semana do Bebê.

Então, é como diz o Sr. Francisco Camargo: “É o apego?” E diria o Bowlby, eu diria, “É o amor. É o amor. Obrigado.

(*palmas*)

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Senador Pedro Simon, veja que o seu Projeto trouxe para nós aqui no Senado Federal, um momento muito rico. E que traz para nós a certeza de que não vamos perder a esperança. Que tem pessoas como aqueles aqui desfilaram com seus temas. Temas preciosos de orientação para a família brasileira, e eu tiro alguma coisa, rapidamente, mas tiro alguma coisa. Por exemplo, é triste ver a afirmativa que foi feita aqui de que o celular é um símbolo hoje da violência invertidamente os valores realmente das razões dessa violência. Foi assim uma figura muito importante colocada. E que faz a gente pensar na criança.

Eu colocaria também a questão que foi colocada aqui, do paternalismo do Estado através de assistencialismo, sem desenvolvimento e que o povo precisa e tem responsabilidade. Foi também uma afirmativa muito importante, mas o que nos preocupa muito, professores, é o contingenciamento de recursos para a saúde e para a educação, principalmente, nesse País. É triste ver que os recursos que são colocados nesta área são tratados igualzinho às outras áreas. Contingenciamento.

Mas, palestra como essa que faz com que a gente encha o coração de referências éticas. Referência ética da família e da sociedade que é a que nós precisamos tanto. E isso nós assimilamos com o Projeto como esse do nosso querido Senador Pedro Simon, pelas palavras dos Senhores que nós agradecemos muito. Acho que a família brasileira ganhou muito hoje com essa Audiência Pública.

E eu declaro essa audiência encerrada. (*palmas*)

(*Sessão encerrada às 13h07.*)

PARECER Nº 767, DE 2006

Na Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que inclui o inciso X ao art 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade.

Relator: Senador Juvêncio da Fonseca

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o PLS nº 3 de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que inclui o inciso X ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança que complete quatro anos de idade.

Na justificação, argumenta-se que, a despeito de a Constituição assegurar creche e pré-escola para todas as crianças, a oferta de vagas está longe de beneficiar metade da população da idade correspondente. Ademais, está provado que o desempenho no ensino fundamental se toma muito melhor quando a criança teve oportunidade de cursar a chamada pré-escola. Quer-se, portanto, dar, às famílias, a segurança e, às crianças, o direito de atendimento escolar a partir dos quatro anos completos, sem, entretanto, tomar obrigatória a matrícula.

Não foi oferecida emenda ao projeto.

II – Análise

O Plano Nacional de Educação, fixado pela Lei nº 10.172, de 2001, estabeleceu entre suas metas o atendimento, em 2005, a 60% da demanda para as crianças em idade da pré-escola – atualmente, crianças de quatro e cinco anos, já que o início do ensino fundamental obrigatório foi antecipado para os seis anos. No fim da Década da Educação (2010), a cobertura, entendida como matrículas totais, em redes públicas e privadas, deve atingir a 80% da clientela. Os dados dos últimos Censos Escolares mostram um relativo avanço na taxa de escolarização líquida, embora o Brasil ainda esteja aquém dos percentuais pretendidos.

Registre-se que, ao contrário do ensino fundamental e médio, onde mais de 80% dos alunos estão matriculados em redes públicas – federal, estaduais e municipais – preponderam na educa-

ção infantil as instituições particulares, com ou sem fins lucrativos.

Quanto aos efeitos pedagógicos, não resta a menor dúvida da procedência da medida, comprovada pela diferenciação dos níveis de aprendizagem entre as crianças que tiveram oportunidade de ser escolarizadas precocemente e as que entram na escola somente no momento da alfabetização.

Verificada a constitucionalidade, com o exame conjunto dos arts. 7º e 208 da Constituição, que tratam dos direitos dos trabalhadores e de seus dependentes e do dever do Estado com a educação, e confirmada a juridicidade, na coerência com os demais dispositivos da LDB, resta examinar a operacionalidade da medida.

O projeto diz textualmente “vaga na escola pública mais próxima de sua residência” e “a partir do dia em que a criança completar quatro anos de idade”. Quanto à segunda expressão, não cabe reparo, pois os sistemas públicos estarão atentos a prever a vaga e matricular a criança desde o primeiro dia letivo do ano em que a criança completar os quatro anos. O dispositivo induzirá, inclusive, medidas mais racionais de planejamento educacional. Quanto à primeira, julgamos conveniente ponderar que a redação pode se prestar a equívoco, como que forçando uma escola de ensino fundamental, médio ou até superior – por ser “a pública mais próxima”, a receber de forma esdrúxula e inadequada a criança para uma etapa da educação básica que ela não oferece.

III – Voto

Pelo exposto, nosso voto é favorável ao PLS nº 3, de 2006, com a seguintes emendas:

EMENDA 1 – CE

Substitua-se na ementa do PLS nº 3, de 2006, a expressão “escola pública” por “escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental”.

EMENDA 2 – CE

Substitua-se no inciso X do art. 4º da Lei nº 9.394, de 1996, nos termos do PLS nº 3, de 2006, a expressão “escola pública” por “escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental”.

Sala da Comissão, 16-5-06.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 003 / 06 NA REUNIÃO DE 16 / 05 / 06
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

(Senador Augusto Botelho)



BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
(VAGO)	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
RELATOR:	
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1-(VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 003/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
VAGO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA	X			
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente do exercício da Presidência

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/05/2006

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 003 / 06 EMENDAS 5
(EM GLOBO)

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CESAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
VAGO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAUJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/05/2006

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2006

“Inclui o inciso X ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se no art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o seguinte inciso X:

“Art. 4º.
.....

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2006. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência. – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – fundo de garantia do tempo de serviço;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943)

XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; (Vide Del 5.452, art. 59 § 1º)

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei

XXIV – aposentadoria;

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 28, de 25-5-2000)

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII – proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII XVIII XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

.....
Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

II – progressiva universalização do ensino médio gratuito (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

.....
Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

.....
IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Publico para exigí-lo

.....
LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências

.....

Of. Nº CE/059/2006

Brasília, 16 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque que, "Inclui o inciso X ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade", com a emenda oferecida.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

PARECER Nº 768, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, de autoria do Senador Papaléo Paes, que autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá.

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 23, de 2006, de autoria do Senador Papaléo Paes, visa autorizar o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em quatro municípios daquele estado: Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá.

A proposição dispõe que os *campi* a serem criados terão por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária na área da saúde. Nesse sentido, deverão oferecer cursos de Medicina, Medicina Veterinária, Psicologia, Fisioterapia e Enfermagem, dentre outros cursos de graduação.

O projeto estabelece, ainda, que as instalações dos *campi* previstos subordinam-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Na justificção, o autor destaca a premência da expansão do ensino superior público e gratuito em regiões de menor nível de desenvolvimento, mas de grande potencial, como o Estado do Amapá.

Sublinha, também, o impacto direto que os cursos propostos teriam sobre o bem-estar da população

daquela unidade federada. Finalmente, esclarece que a indicação dos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jari e Amapá deve-se a suas características promissoras para o desenvolvimento econômico.

Encaminhado a esta Comissão em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

O Brasil vem experimentando, nos últimos anos, crescimento acelerado da demanda por educação superior, nível de ensino essencial para o desenvolvimento do País e para a inserção profissional dos jovens. Mas ainda estamos longe de alcançar uma cobertura na educação superior que condiga com nosso patamar socioeconômico e nossas aspirações nacionais. O Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172, de 2001) aponta que a porcentagem de jovens brasileiros de 18 a 24 anos matriculados na educação superior, em 2001, era de menos de 12%, em contraste com 40%, na Argentina, e 20,6%, no Chile, para mencionar apenas nossos vizinhos latino-americanos. A meta do PNE é chegar a 30% de cobertura dessa faixa etária, até o final de sua vigência, em 2011.

Para essa expansão, é inegável a necessidade de crescimento da rede pública federal de ensino superior, especialmente nas regiões mais remotas e menos desenvolvidas do País. A instalação de *campi* avançados da Unifap, como propõe o PLS, parece-nos, portanto, uma medida de mérito indiscutível.

A prioridade para a criação de cursos na área da saúde, conforme estabelece o projeto, também se reveste da maior relevância. Essa medida, ao possibilitar a formação de profissionais para atuar junto à população do Estado do Amapá, propiciará o desenvolvimento de atividades de extensão e parcerias com os órgãos locais de saúde, contribuindo para a melhoria das condições de vida naquela região.

No que se refere aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998. Cabe lembrar que se trata de projeto autorizativo, que, em sua juridicidade, tem livre trânsito no Senado, conforme a interpretação do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006.

Sala da Comissão, 9 de maio de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 023/06 NA REUNIÃO DE 09/05/06
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Augusto Botelho

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE <i>Mirya</i>
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
(VAGO)	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
(VAGO)	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	3- GILVAM BORGES
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1-(VAGO)
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	4- (VAGO)
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	RELATOR <i>Roberto Saturnino</i>
MOZARILDO CAVALCANTI	6- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

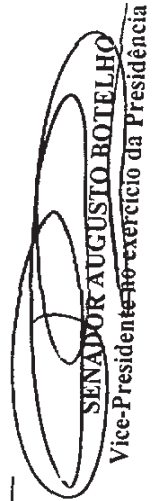
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 023 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
VAGO					EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
VAGO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES	X			
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ	X			
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA	X			
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09 / 05 / 2006


SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente de exercício da Presidência

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

**Aprova o Plano Nacional de Educação
e dá outras providências**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Of. Nº. CE/054/2006

Brasília, 9 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Papaléo Paes que, "Autoriza o Poder Executivo a criar **Campi Avançados** da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá".

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**
– Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

PARECER Nº 769, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional Brasileiro nas contracapas de cadernos e livros.

Relator: Senador **João Ribeiro**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 31, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, determina que os cadernos escolares e os livros didáticos produzidos e adquiridos com recursos da União tenham impressos, em sua contracapa, a letra do Hino Nacional.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal, para decisão terminativa, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

O inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que à Comissão de Educação compete opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais da educação, da cultura, do ensino e dos desportos. Nesse sentido, é pertinente e oportuno o exame, pela Comissão de Educação, do PLS no 31, de 2006.

As mudanças verificadas nos códigos de comportamento social, a partir das últimas décadas do século XX, são indiscutíveis. O processo de globalização é um dos principais responsáveis pela rápida incorporação de novos hábitos.

Um dos lapsos constatados no acelerado e amplo processo de aprendizado das crianças do nosso tempo é o da convivência com os símbolos pátrios, fundamental na formação de qualquer cidadão.

O projeto em exame resgata essa convivência dos alunos com o Hino Nacional Brasileiro, uma vez que determina a sua impressão na contracapa dos cadernos escolares e dos livros didáticos produzidos e adquiridos às expensas de recursos públicos. Entendemos que o respeito e a reverência aos símbolos pátrios constituem valores a serem aprendidos e exercitados desde a mais tenra idade. Por essa razão, a proposição em comento ostenta o mérito de propiciar aos alunos que manusearem esses livros didáticos e cadernos escolares a convivência com a letra do Hino Nacional Brasileiro, fator preponderante para a incorporação dos valores referidos.

Ao estabelecer que a regra incida tão-somente sobre os produtos didáticos financiados pela União, o projeto se resguarda em relação à eventual arguição de afronta ao princípio constitucional da livre iniciativa. A propósito, o edital de convocação para a inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª série do Programa Nacional do Livro Didático para o Ano de 2007 (PNLD/2007), determina as condições e as especificações do chamado Livro do Aluno. No item 2.1.1.3., onde se caracteriza a quarta capa, o primeiro tópico relaciona a transcrição da letra do Hino Nacional como uma das condições referidas, o que referenda a pertinência e a oportunidade deste projeto de lei.

III – Voto

Pelo exposto, analisado o mérito, e não encontrando óbices de natureza constitucional, jurídica e de técnica legislativa, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2006.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006. – **João Ribeiro**, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 31/06 NA REUNIÃO DE 25/10/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Sen. Gerson Camata

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDÉ	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO
	RELATOR:

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 31 12006

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PT, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PT, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOITA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSE MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006



SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

Of. nº CE/048/2006

Brasília, 25 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2006, de minha autoria que, “Dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional Brasileiro nas contracapas de cadernos e livros”.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**,
Presidente da Comissão de Educação

PARECER Nº 770, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria do Senador Edison Lobão, que denomina “Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho” o aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

Chega para exame da Comissão de Educação (CE), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria do Senador Edison Lobão, que denomina “Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho” o aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

Na justificativa, o autor destaca a importância da biografia do jornalista Roberto Marinho para o setor de comunicações e para o Brasil. Assim, a escolha do aeroporto de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, como forma de homenagem, não é aleatória, pois é naquele bairro da capital fluminense que está localizado o “megacomplexo de estúdios de gravação e demais instalações integrantes da Central Globo de Produções para a televisão, o chamado Projac”, criado graças ao esforço deste ilustre brasileiro.

Não foram oferecidas emendas ao projeto na CE.

II – Análise

Do ponto de vista constitucional, não há nada a obstar ao projeto, pois a Carta Magna (art. 22, XI) determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União, O Congresso Nacional tem atribuição legislativa sobre a matéria contida no projeto em análise, conforme disposto no art. 48 da CF. Ademais, não há reserva de iniciativa sobre a matéria, conforme o art. 61, podendo ela ser exercida por qualquer dos Parlamentares de ambas as Casas.

Além disso, o projeto encontra amparo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, “que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação”. Nos termos do art. 2º desse diploma, “uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade”, se a designação for instituída por lei especial e observar o nome da localidade onde se encontra.

Ademais, o Ministério da Defesa informou, por meio do Ofício nº 2.798-GM/Aspar-MD, que não vislumbra óbices à aprovação do projeto em análise. Apenas recomenda que a denominação do aeroporto incorpore a sigla do Estado onde se encontra (RJ), alteração que procederemos na forma de emenda.

Em relação à técnica legislativa, o projeto está redigido de acordo com as diretrizes fixadas na Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis, com as alterações promovidas pela LCP nº 107, de 2001, não havendo reparos a fazer quanto a esse aspecto.

Quanto ao mérito, cabe destacar a estatura e a importância do jornalista Roberto Marinho para o País. De fato, as organizações Globo, por ele criadas, geram uma programação cuja qualidade certamente supera a da maioria das televisões abertas mundiais. Como comprovação, suas novelas encontram mercado nos cinco continentes, o que, além disso, promove a imagem do Brasil nos países onde são exibidas. Assim, a homenagem proposta é certamente meritória, pelo que recomendamos a aprovação do projeto em análise.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 49, de 2006, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1–CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, a seguinte redação:

“Denomina ‘Aeroporto de Jacarepaguá/RJ – Roberto Marinho’ o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).”

EMENDA Nº 2–CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 1º O Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, passa a denominar-se ‘Aeroporto de Jacarepaguá/RJ – Roberto Marinho’.”

Sala da Comissão, 9-5-06.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 049/06 NA REUNIÃO DE 09/05/06
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:



BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE RELATOR
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
(VAGO)	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
(VAGO)	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1-(VAGO)
PAULO PAIM	2- ALÓZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- (VAGO)
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 049/2006

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	ROSEANA SARNEY								
JORGÊ BORNHAUSEN	JONAS PINHEIRO								
JOSÉ JORGE	CÉSAR BORGES								
MARIA DO CARMO ALVES	CRISTOVAM BUARQUE					X			
EDISON LOBÃO	MARCO MACIEL					X			
MARCELO CRIVELLA	ROMEU TUMA								
VAGO	EDUARDO AZEREDO								
JUVENCIO DA FONSECA	SÉRGIO GUERRA								
LEONEL PAVAN	LÚCIA VÂNIA	X							
VAGO	JOÃO BATISTA MOTTA								
TITULARES - PMDB	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	AMIR LANDO								
VAGO	GARIBALDI ALVES FILHO								
VALDIR RAUPP	GILVAM BORGES	X							
VAGO	GERALDO MESQUITA					X			
SÉRGIO CABRAL	MÃO SANTA					X			
JOSÉ MARANHÃO	LUIZ OTÁVIO					X			
NEY SUASSUNA	ROMERO JUCA								
GILBERTO MESTRINHO	VAGO					X			
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	VAGO								
PAULO PAIM	ALOIZIO MERCADANTE	X							
FÁTIMA CLEIDE	FERNANDO BEZERRA	X							
FLÁVIO ARNS	VAGO	X							
IDELI SALVATTI	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X							
ROBERTO SATURNINO	MAGNO MALTA					X			
MOZARILDO CAVALCANTI	PATRICIA SABOYA GOMES								
SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO RIBEIRO	X							
TITULAR - PDT	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	VAGO								

TOTAL: SIM: 15 NÃO: 14 ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/05/2006

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

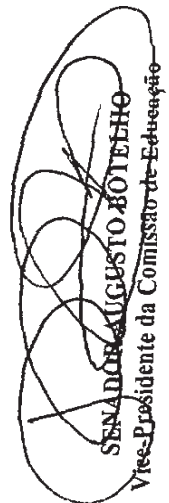
EMENDAS AO PLS 491/2006
(EM GLOBO)

EMENDAS N.º 01 e 02 - CE

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
VAGO					EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LUCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
VAGO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES	X			
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA	X			
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				VAGO				
IDELI SALVATI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/05/2006



SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2006

“Denomina ‘Aeroporto de Jacarepaguá/RJ – Roberto Marinho’ o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, passa a denominar-se ‘Aeroporto de Jacarepaguá/RJ – Roberto Marinho’.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de maio de 2006. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência. – Senador **Cristovam Buarque**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XI – trânsito e transporte;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-03)

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitora-

do nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

.....

LEI 6.682/1979 (LEI ORDINÁRIA) 27/08/1979 00:00:00	
Situação:	NAO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Chefe de Governo:	JOAO FIGUEIREDO
Origem:	
Fonte:	DOFC 28 08 1979 012265 1
Link:	Texto integral não disponível
Ementa:	DISPOE SOBRE A DENOMINACAO DE VIAS E ESTACOES TERMINAIS DO PLANO NACIONAL DE VIACAO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. PNV - LEI 5917, DE 10/09/1973.
Referenda:	MINISTERIO DOS TRANSPORTES.

Of. nº CE/53/2006

Brasília, 9 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Edison Lobão que, “Denomina ‘Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho’ o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ)”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

PARECER Nº 771, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que denomina “Rodovia Pintor Cícero Dias” o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco.

Relator: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Chega à Comissão de Educação (CE), para decisão com caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que “denomina Rodovia Pintor Cícero Dias” o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco”.

O projeto dispõe-se em dois artigos, sendo que o primeiro dá nome ao trecho da rodovia expressa na ementa e o segundo é sua cláusula de vigência.

Na justificção, o autor apresenta um resumo da trajetória do ilustre pintor pernambucano, que nasceu em 1997, e veio a falecer em 2003. Entre outros fatos citados, Cícero Dias é apresentado como autor das ilustrações do célebre “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freire, em sua edição de 1933. Foi adido cultural da Embaixada brasileira em Portugal entre 1943 e 1945 e, em 1998, foi agraciado com a Ordem Nacional do Mérito da França. Dessa forma, conclui o

autor, essa “será uma justa homenagem a um homem que tanto honrou o Brasil”.

Não foram oferecidas ao projeto.

II – Análise

Em se tratando de matéria sujeita a decisão terminativa, será analisado não só o mérito, mas também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto em tela.

A Constituição Federal (art. 22, XI) determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União. De outra parte, a deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

O projeto em análise encontra amparo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, “que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação” e que, em seu art. 2º, estabelece que, “mediante lei especial” e observado o fato de que a estação terminal tenha o nome da localidade onde se encontre, “uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade”. Destaque-se que a rodovia objeto da homenagem não apresenta, no momento, nenhuma outra denominação além de sua nomenclatura oficial (BR-101).

Em relação à técnica legislativa, o PLS nº 96, de 2006, foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis, com as alterações promovidas pela LCP nº 107, de 2001.

Por último, quanto ao mérito, desejamos apenas louvar a iniciativa do nobre Senador Sérgio Guerra, que homenageia a ilustre figura de Cícero Dias, um dos mais destacados pintores modernistas brasileiros, que tanto honrou sua pátria e seu Estado em terras estrangeiras e nacionais.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do PLS nº 96, de 2006, e por sua aprovação no tocante ao mérito.

Sala da Comissão, 6 de junho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 096/06 NA REUNIÃO DE 06/06/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE <i>Renato</i>	
<i>Roberto Saturnino</i> (Senador Roberto Saturnino)	
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL RELATOR
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1-(VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 096/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOITA	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUÍZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVAITI					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOJELHO					VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

Ass. W
 SENADOR ROBERTO SATURNINO
 Presidente Eventual da CE.

SALA DAS REUNIÕES, EM 06 / 06 / 2006

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XI – trânsito e transporte;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-03)

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

**Altera a Lei Complementar nº 95. de
26 de fevereiro de 1998.**

Of. nº CE/77/2006

Brasília, 6 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Sérgio Guerra que, “denomina ‘Rodovia Pintor Cícero Dias’ o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco”.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Saturnino**,
Presidente Eventual da Comissão de Educação.

PARECER Nº 772, DE 2006

**Da Comissão de Educação, em sobre
o Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de
2006 (nº 2.041, de 2005, na Câmara dos
Deputados), que aprova o ato que autoriza
a Associação de Radiodifusão Comunitária
“Pérola do Triângulo” a executar serviço
de radiodifusão comunitária na cidade de
Iturama, Estado de Minas Gerais.**

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Chega a esta comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 224, de 2006 (nº 2.041, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “Pérola do Triângulo” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi

instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 224, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 224, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “Pérola do Triângulo” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 224/06 NA REUNIÃO DE 20/06/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

Juvêncio da Fonseca (Senador Juvêncio da Fonseca)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
RELATOR	
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOAO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO
	PDT
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

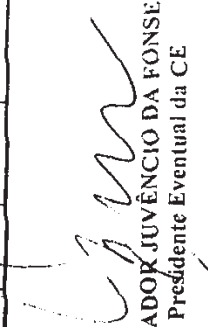
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 224 / CE

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHIAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVENCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LUCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS					ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA	X			
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 21 SIM: 20 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 03



SALA DAS REUNIÕES, EM 20 JUNHO 2006

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
Presidente Eventual da CE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 773, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2006 (nº 2.047/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 225, de 2006 (nº 2.047, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se

também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 225, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

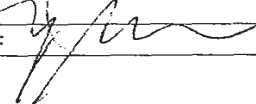
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 225, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 225/06 NA REUNIÃO DE 20/06/06 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:  (Senador Juvêncio da Fonseca)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
RELATOR	2- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	3- FERNANDO BEZERRA
FÁTIMA CLEIDE	4- ANTONIO JOAO
FLÁVIO ARNS	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	6- MAGNO MALTA
ROBERTO SATURNINO	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
MOZARILDO CAVALCANTI	8- JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	PDT
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 225 /CE

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHALSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CESAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LUCIA VANIA				
VAGO					JOAO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAUJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS					ANTONIO JOAO				
IDELI SALVATI					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES	X			
SERGIO ZAMBIASI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 21 SIM: 20 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: CJ

SALA DAS REUNIÕES, EM 20 106 / 2006

SENADOR JUVENCIO DA FONSECA
Presidente Eventual da CE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 774, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2006 (nº 1.880/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 279, de 2006 (nº 1.880, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão

e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que

o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 279, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 279, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Saies a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 20-6-06.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 279/06 NA REUNIÃO DE 20/06/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

(Senador Juvêncio da Fonseca)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGÉ BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON-FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
RELATOR	2- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	3- FERNANDO BEZERRA
FÁTIMA CLEIDE	4- ANTONIO JOAO
FLÁVIO ARNS	5- ANTONIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	6- MAGNO MALTA
ROBERTO SATURNINO	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
MOZARILDO CAVALCANTI	8- JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 279/100

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS					ANTONIO JOAO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES	X			
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

> TOTAL: 21 SIM: 20 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: Ed

SALA DAS REUNIÕES, EM SC 100 / 2006

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
Presidente Eventual da CE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os

procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do ad. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 775, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2006 (nº 2.054/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa “João Henrique Dantas” para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em Caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 324, de 2006 (nº 2.054, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa “João Henrique Dantas” para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de con-

cessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 324, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Educativa “João Henrique Dantas” para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 324/06 NA REUNIÃO DE 20/06/06

OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

Juvêncio da Fonseca (Senador Juvêncio da Fonseca)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	RELATOR
ÍRIS DE ARAÚJO	3- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	4- GERALDO MESQUITA
JOSÉ MARANHÃO	5- MÃO SANTA
NEY SUASSUNA	6- LUIZ OTÁVIO
GILBERTO MESTRINHO	7- ROMERO JUCÁ
	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 204 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PELE PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBAO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPE	X				VAGO				
IRIS DE ARAUJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MAO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AILTON FREITAS	X				SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA	X			
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 21 SIM: 20 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

[Handwritten Signature]
 SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
 Presidente Eventual da CE

SALA DAS REUNIÕES, EM 20 / 106 / 2006

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117(*), de 27 de agosto de 1962.

Art. 14. Sómente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. Nº CE/48/2006

Brasília, 25 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 031, de 2006, de minha autoria que, “Dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional Brasileiro nas contracapas de cadernos e livros”.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**,
Presidente da Comissão de Educação.

Of. Nº CE/53/2006

Brasília, 9 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Edison Lobão que, “Denomina Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ)”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência, na Comissão de Educação.

OF. Nº CE/54/2006

Brasília, 9 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Papaléo Paes que, “Autoriza o Poder Executivo a criar Campi Avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá”.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

OF. Nº CE/59/2006

Brasília, 16 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 003, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque que, “Inclui o inciso X ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

Of. Nº CE/77/2006

Brasília, 6 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Sérgio Guerra que, “Denomina ‘Rodovia Pintor Cícero Dias’ o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco”.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

Of. Nº CE/78/2006

Brasília, 6 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Pedro Simon que, “Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Saturnino**, Prseidente Eventual da Comissão de Educação.

Of. Nº CE/83/2006

Brasília, 20 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 224, 225, 279 e 324 de 2006.

Atenciosamente, – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Os Ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Nos termos do art. 91, §§3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2005, 3, 23, 31, 49 e 96, de 2006**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 83, de 2006**, da Comissão de Educação, lido anteriormente, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 224, 225, 279 e 324, de 2006**.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2006

Acrescenta alínea I ao art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para possibilitar o controle do aumento de prêmios e de cancelamento de contratos de seguro de vida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“Art. 36.
.....

I) nos contratos de seguro de pessoas, individuais ou coletivos, fixar limites para o aumento do prêmio e estabelecer condições para sua rescisão ou não-renovação(NR).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A imprensa brasileira vem noticiando abundantemente que as seguradoras estão promovendo reajuste de até mil por cento nos prêmios de seguro de vida contratados no Brasil, com maior impacto para pessoas com idade superior a cinqüenta e cinco anos.

Os aumentos, supostamente baseado nas Circulares Susep 302, 316 e 317, têm sido considerados abusivos, e já foram concedidas liminares para restringi-los, especialmente considerando a situação dos segurados que pagam o prêmio regularmente há vários anos e, agora, em razão de sua avançada faixa etária, podem ficar sem a cobertura no momento em que é mais necessária.

Os provimentos judiciais, esparsos e de caráter provisório, não têm conseguido refrear os abusos dos responsáveis por aumentos tão desproporcionais nos prêmios de seguro. Tal situação viola os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa, da proteção do consumidor e da segurança jurídica. Além disso, vai na contramão dos preceitos estabelecidos pelo Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Propomos, portanto, que seja dada competência específica à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), para que exerça controle sobre esses aumentos. Como as seguradoras podem simplesmente se recusar a renovar o seguro de vida após o término do contrato, prejudicando quem contribuiu por muitos anos, também é necessário que a Susep firme regras para a rescisão ou não-renovação dos contratos.

Contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste Projeto de lei, que visa a proteger

as pessoas submetidas aos abusos dos que detêm o poder econômico e impõem sua vontade em prejuízo da já frágil situação dos brasileiros de maior idade.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2006, – Senador **Waldir Raupp**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 73,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

Art. 36. Compete à Susep, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP, como órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das Sociedades Seguradoras:

a) processar os pedidos de autorização, para constituição, organização, funcionamento, fusão, encampação, grupamento, transferência de controle acionário e reforma dos Estatutos das Sociedades Seguradoras, opinar sobre os mesmos e encaminhá-los ao CNSP;

b) baixar instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro, de acordo com as diretrizes do CNSP;

c) fixar condições de apólices, planos de operações e tarifas a serem utilizadas obrigatoriamente pelo mercado segurador nacional;

d) aprovar os limites de operações das Sociedades Seguradoras, de conformidade com o critério fixado pelo CNSP;

e) examinar e aprovar as condições de coberturas especiais, bem como fixar as taxas aplicáveis; (*Redação dada pelo Decreto-Lei nº 296, de 1967*)

f) autorizar a movimentação e liberação dos bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia das reservas técnicas e do capital vinculado;

g) fiscalizar a execução das normas gerais de contabilidade e estatística fixadas pelo CNSP para as Sociedades Seguradoras;

h) fiscalizar as operações das Sociedades Seguradoras, inclusive o exato cumprimento deste Decreto-lei, de outras leis pertinentes, disposições regulamentares em geral, resoluções do CNSP e aplicar as penalidades cabíveis;

i) proceder à liquidação das Sociedades Seguradoras que tiverem cassada a autorização para funcionar no País;

j) organizar seus serviços, elaborar e executar seu orçamento.

.....

CIRCULAR SUSEP Nº 302,
DE 19 DE SETEMBRO DE 2005

Dispõe sobre as regras complementares de funcionamento e os critérios para operação das coberturas de risco oferecidas em plano de seguro de pessoas, e dá outras providências.

CIRCULAR SUSEP Nº 316,
DE 12 DE JANEIRO DE 2006

Altera o art. 108 da Circular Susep nº 302, de 19 de setembro de 2005.

CIRCULAR SUSEP Nº 317,
DE 12 DE JANEIRO DE 2006

Dispõe sobre as regras complementares de funcionamento e os critérios para operação das coberturas de risco oferecidas em planos de seguros coletivos de pessoas, e dá outras providências.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2006

Acrescenta o inciso IX, ao artigo 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), para incluir o crime de fraude contra seguro no rol de crimes antecedentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“Art. 1º

IX – de fraude em contratos de seguro (inciso V, do parágrafo 2º, do art. 171, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto em tela procura atualizar a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), introduzindo o delito de fraude contra seguro no rol de crimes antecedentes previstos no art. 1º dessa Lei.

O termo “fraude” no segmento securitário pode ser entendido como qualquer conjunto de artifícios ou ardis utilizados com o fim de permitir a contratação de um seguro, o recebimento de uma indenização ou a obtenção de uma vantagem a que de outro modo não se teria direito, independentemente da maneira como tal efetivamente se apresente.

O Código Penal disciplina o delito de fraude em contratos de seguros no inciso V, do § 2º, do artigo 171. Todavia, apenas tal dispositivo não é suficiente para tipificar todos os delitos que podem estar englobados numa fraude securitária, tais como o crime de lavagem de dinheiro, razão pela qual imperioso o aumento da abrangência da atual Lei de Lavagem para igualmente coibir a prática de lavagem de dinheiro por meio de fraudes em contratos de seguro.

Por tal razão, o combate à lavagem de dinheiro praticada por meio de contrato de seguro vem ao encontro dos princípios que informam a Lei nº 9.613/98 quais sejam: crime de natureza grave, que tem em seu substrato uma origem ilícita, apresentando agregação ao patrimônio do agente e, ainda, com característica transnacional. A inserção do dispositivo em comento visa a coibir mais esse delito, cuja gravidade merece um controle estatal preciso e rigoroso.

Além disso, segundo informações estatísticas divulgadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão criado para disciplinar e identificar as ocorrências suspeitas de lavagem de dinheiro, dentre outras finalidades, o número de comunicações de operações suspeitas com relação ao mercado securitário aumentou de zero em 2000, para 876 em 2003 (fonte: www.coaf.gov.br). Tais números mostram ser necessária a modernização e ampliação da regulamentação do crime lavagem de dinheiro, com vistas a igualdade abarcar como crime antecedente a fraude praticada no âmbito do mercado securitário.

Há uma clara tendência internacional em configurar o maior número possível de delitos graves como crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, tendência essa que vem se reafirmando desde a promulgação da Convenção de Viena, a qual o Brasil não pode deixar de considerar.

Com a alteração proposta, inserindo-se no rol da Lei de lavagem de Dinheiro a fraude em contratos de seguro, o ordenamento jurídico pátrio estará utilizando o rigor das sanções da lei para, adicionalmente, combater a própria prática desse tipo de fraude.

E, como efeito imediato dessa inserção, teremos redução na taxa de sinistralidade, que é a relação entre os gastos por parte da seguradora com pagamentos de indenizações e as receitas com vendas de

seguros. Tal fato, por sua vez, implicará diminuição, também imediata, no preço do seguro praticado no Brasil, sabidamente um dos mais altos do mundo, de modo a beneficiar os segurados, individualmente, e a economia, considerada em sua totalidade.

Por essas breves razões, portanto, pedimos o valioso apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação deste projeto, certos que estamos defendendo os interesses da sociedade brasileira, punindo aquele que busca utilizar-se indevidamente do Sistema Nacional de Seguros Privados para realizar operação de lavagem de dinheiro e obter vantagem ilícita em prejuízo alheio.

Sala das sessões, 26 de junho de 2006. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Dos Crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

I – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

II – de terrorismo;

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;

IV – de extorsão mediante seqüestro;

V – contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;

VI – contra o sistema financeiro nacional;

VII – praticado por organização criminosa.

Pena: reclusão de três a dez anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo:

I – os converte em ativos lícitos;

II – os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III – importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I – utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe serem provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo;

II – participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.

§ 3º A tentativa é punida nos termos do parágrafo único do art. 14 do Código Penal.

§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, nos casos previstos nos incisos I a VI do **caput** deste artigo, se o crime for cometido de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa.

§ 5º A pena será reduzida de um a dois terços e começará a ser cumprida em regime aberto, podendo o juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos, se o autor, co-autor ou participe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimento que conduzam à apuração das infrações penais e de sua autoria ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

.....
DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

CAPÍTULO VI

Do Estelionato e Outras Fraudes

Estelionato

Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa.

§ 1º Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º.

§ 2º Nas mesmas penas incorre quem:

Disposição de coisa alheia como própria

I – vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria;

Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria

II – vende, permuta, dá em pagamento ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus

ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias;

Defraudação de penhor

III – defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

Fraude na entrega de coisa

IV – defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém;

Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro

V – destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria, ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as conseqüências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;

Fraude no pagamento por meio de cheque

VI – emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

§ 3º A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

.....

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Há oradores inscritos para esta sessão não deliberativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por 15 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Excelentíssimo Senhor Senador Marco Maciel, que foi Vice-Presidente da República e também Presidente em algumas oportunidades, é uma alegria falar no plenário do Senado, neste momento, sob a orientação de V. Ex^ª; Senador Valdir Raupp, que foi também Governador; Senadora Heloísa Helena, – e nesse fim de semana eu assisti, naturalmente pela TV, ao lançamento da sua candidatura a Presidente da República – os nossos cumprimentos e que faça uma belíssima campanha. Pode ter certeza de que todos nós estamos torcendo por isso.

Sr. Presidente, eu tenho vindo sucessivas vezes a esta tribuna para denunciar a perversidade da aplicação do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias do RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

O fator previdenciário foi instituído pela Lei nº 9.876, de 1999, depois de o Governo anterior não conseguir aprovar no Congresso a aposentadoria por idade. O objetivo do fator previdenciário, diziam eles na época, era equilibrar as contas da Previdência. Confor-

me estudiosos do tema, isso já foi feito. Com certeza, com o fator, diminuíram os gastos da Previdência para com os aposentados.

Portanto, a criação do fator previdenciário teve a finalidade também de desestimular a aposentadoria considerada precoce, diminuindo o valor das aposentadorias no momento da concessão para todos e não apenas a aposentadoria precoce.

É preciso ressaltar também que o fator previdenciário é aplicado no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição. Destacamos ainda que não há um país que aplique o tal fator previdenciário, de tão perverso que ele é; nem os fundos de pensão privada fazem isso.

Sr. Presidente, a Lei nº 9.876 estabeleceu que o valor da aposentadoria dependeria da idade do trabalhador, do tempo de contribuição e da expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria. Como se alguém pudesse prever efetivamente quando vamos morrer.

A sobrevida é o tempo de vida que os brasileiros ainda terão de acordo com estimativa do IBGE, depois de uma determinada idade. Sempre que o resultado da fórmula do fator for menor do que um, haverá redução no valor da aposentadoria.

Sua aplicação faz com que as pessoas que contribuíram pelo mesmo período e sobre salário igual ao salário de contribuição, mas com idades diferentes por ocasião do requerimento da aposentadoria, acabem tendo uma renda mensal totalmente diferente. Na prática, a pessoa com maior idade recebe um tipo de aposentadoria e o outro, com até 60 anos, recebe outro tipo de aposentadoria com o redutor.

O objetivo que motivou a criação do fator previdenciário foi maquiavélico. Com ele, os trabalhadores permanecem mais tempo contribuindo e recebendo benefícios menores.

Portanto, o fato previdenciário reduz o valor das aposentadorias para todos os trabalhadores que se aposentam pelo INSS.

Sr. Presidente, quero ressaltar a nossa satisfação com a publicação, hoje, do artigo do jornalista Ribamar Oliveira, no jornal **O Estado de S. Paulo**. No artigo, ele relata:

O fator previdenciário não é uma questão pacífica nos tribunais. Na semana passada, por exemplo, a Juíza Federal Fabíola Queiroz condenou o INSS a revisar a renda mensal da aposentada Matilde Petri, de Sorocaba. A Juíza determinou que o INSS exclua a incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria. Com isso, o benefício de Matilde Petri terá um reajuste de 81,08%.

Pela decisão da juíza, o INSS terá também de pagar todos os valores atrasados. O INSS disse que vai recorrer desta decisão, que é de primeira instância.

Vejam quanto essa senhora perderia se o fator previdenciário fosse definitivamente aplicado em sua aposentadoria.

O INSS pode recorrer, mas penso que, a partir dessa decisão, com certeza – se dependesse de mim –, eu orientaria todos os trabalhadores que se aposentaram a partir de 1999 a entrarem com ação na Justiça, como fizemos no caso do 147%, que ganhamos, em última instância, no Supremo Tribunal Federal.

É um direito do trabalhador que pagou e teria direito ao princípio da integralidade. Veio o fator previdenciário e reduziu seus benefícios.

Sr. Presidente, enfim, o fator previdenciário terá de ser liquidado.

Embora não conste aqui, peço seja incluída, nos Anais da Casa, a matéria “O Fim do Fator Previdenciário”, que diz mais: já há um movimento, dentro do próprio Governo, reconhecendo que tem de acabar com o fator previdenciário. O nosso projeto vai nessa linha.

Todos sabem que defendemos a revogação desse perverso fator e, por isso, apresentamos o PLS nº 296, de 2003, que foi aprovado, de forma terminativa, na CAS. Infelizmente, houve recurso, e o projeto veio ao Plenário. Daqui, por requerimento, foi encaminhado à CAE.

Sr. Presidente, já que está na CAE – e para que não haja medidas protelatórias – entrei com um pedido de audiência pública conjunta à CAE e à CAS, ou seja, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais. Não tenho medo desse debate. Assim que os Senadores todos tomarem conhecimento do quanto é perverso, o fator previdenciário será revogado por unanimidade. O atual Governo já reconhece que é insustentável a existência do fator previdenciário.

Esta audiência pública, pelo número de pessoas interessadas, não se realizará na Comissão; conseguimos reservar o auditório Petrônio Portella, que tem capacidade para seiscentas pessoas e vamos fazer lá o debate. Convidamos, naturalmente, Senadores, Deputados, bem como o Ministro da Previdência para participarem conosco do debate. Será no auditório Petrônio Portella, no dia 6, às 14hs.

É necessário, é urgente, que cada trabalhador deste País, que cada trabalhadora, tome conhecimento a respeito dos prejuízos impostos. O Congresso há de revogar, tenho certeza, pela pressão natural das ruas, uma pressão pacífica, tranqüila, mas com muita força. Uma pressão que diga que o fator previdenciário tem que morrer, deve ser enterrado. No meu entendimento, alguns quilômetros para baixo da terra, por ser tão inimigo do conjunto da humanidade, não só daqueles que estão na expectativa de se aposentar, por tudo que ele representa. Veja bem, quero repetir este dado: uma senhora ganhou na Justiça; o juiz mandou excluir o prejuízo do fator previdenciário, Senador Ramez Tebet. Sabe em quanto vai ser reajustada a aposentadoria dela? Em 81,05%. O fator previdenciário retirava dela

um direito adquirido pelo que ela contribuiu ao longo da sua vida.

Sr. Presidente, tenho certeza de que esta Casa vai aprovar o PL nº 296. Nesse sentido, quero aqui de público, da tribuna, convocar e fazer um apelo ao Senador Romero Jucá, porque ele foi indicado Relator na CAE, para que ele participe da audiência pública e, em seguida, libere seu parecer a fim de que a matéria possa ser votada no plenário. Tenho certeza que o Senador Romero Jucá vai participar da audiência pública em que estarão representantes da Previdência, também, naturalmente, dos trabalhadores e até dos empregadores. Sinto que essa matéria já tem consenso, e por isso não há mais motivo para não se votar no plenário.

Reiteramos a importância da mobilização e da participação dos diversos segmentos da sociedade. Todas as centrais e confederações de trabalhadores e também de aposentados, como a Cobap, estão apoiando esse movimento. Vamos participar desta grande audiência pública no próximo dia 6.

Eu gostaria muito, Senadora Heloísa Helena, de convidar publicamente os candidatos à Presidência da República para esse debate. Auditório lotado, cada candidato a Presidência da República vai colocar sua posição. Por isso, é com satisfação que eu já gostaria de receber um aparte de V. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Eu nem vou falar sobre a história da candidatura à Presidência da República, até porque, certamente, nenhum trabalhador do setor público ou do setor privado teria dúvida do que penso sobre o fator previdenciário ou sobre a Previdência Social. Eu encarei até uma expulsão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Faça questão de que V. Ex^a esteja lá.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Vou estar. No entanto, quero me solidarizar com o pronunciamento de V. Ex^a, compartilhar com a sua preocupação e lhe dar os parabéns pelo projeto. V. Ex^a trouxe muito bem dados que mostram problemas gravíssimos no fator previdenciário. Sabe V. Ex^a que trabalhei, na universidade, durante muito tempo, com planejamento de serviço público e com estatísticas, especialmente. É impossível que qualquer – não vou dizer um cidadão simples – Senador ou que o próprio Ministro da Previdência consiga, de pronto, viabilizar aquela fórmula para dizer em quanto tempo vai se aposentar. A farsa já começa aí.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, ninguém consegue entender como fazer o cálculo.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Exatamente. Em relação ao limite de idade. Quem analisa a tábua de mortalidade do IBGE sabe exatamente que a situação real dos segurados do INSS não é compatível com essa tábua da mortalidade, ou seja, a expectativa de vida é menor que a estabelecida na tábua da mortalidade. Segundo, o fator previdenciário prejudica

especialmente os mais pobres, os que entraram mais cedo no mercado de trabalho e as mulheres. Quem entrou mais cedo no mercado de trabalho, em função de trabalho precário ou informal, ou em função de desemprego, não se aposentará nunca. Quanto ao caso da segurada a que V. Ex^a se referiu, a única chance de alguém se aposentar por velhice e não ter redução de 74% da sua aposentadoria seria ter registrado mais de 40 anos de contribuição, porque senão ele teria 74%. Quem entra mais cedo no mercado de trabalho é o mais sacrificado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – (...) porque quem ingressa mais cedo no mercado de trabalho ou trabalha desde a infância, no maldito trabalho infantil ou desde a adolescência, é o mais penalizado de todos. Quem tem a oportunidade de freqüentar a universidade vai começar a trabalhar depois que concluir o mestrado, o doutorado. A situação é completamente diferente. Então o mais penalizado é o mais pobre, o que ingressa mais cedo no mercado de trabalho, o que está no mercado de trabalho informal ou o desempregado e a mulher de forma geral – tanto aquela sujeita à aposentadoria especial como a trabalhadora do magistério foram penalizadas. Nós, mulheres, de modo geral, fomos muito mais penalizadas porque até aquilo que estabelecia a aposentadoria especial o fator previdenciário aniquila, liquida com ela. Portanto, parabênizo V. Ex^a pelo projeto, na certeza de que este debate aqui será feito. Espero que ninguém venha com aquela conversa enfadonha. Sabemos nós ou qualquer outro que analise os dados da seguridade social que inexistente déficit na seguridade social. O próprio Tribunal de Contas da União, ao analisar as contas do Presidente da República, mais uma vez, mostrou o superávit da seguridade social. Então esse debate nem virá, tenho certeza. Só espero que possamos fazer o debate qualificado, dando conta da injustiça que é o fator previdenciário, que significa redução de gastos com benefícios sem uma justificativa lógica, contábil, formal, no âmbito da seguridade social, impondo que se trabalhe quase até a morte e, portanto, não se goze daquilo que é a razão de existir da aposentadoria. Nem vou falar do quanto se gasta mais com a idade avançada. Com relação a tudo. Tudo é mais caro. O seguro saúde para uma pessoa com mais idade, depois de cinqüenta anos, não custa menos de 450 reais. É um crime o que se está fazendo com relação ao fator previdenciário. Quero parabenizar V. Ex^a. Espero que o mais rápido possível ele esteja aqui para que possamos fazer o debate bem transparente aqui no plenário do Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – Cumprimento a Senadora Heloísa Helena, que mostra ser conhecedora do tema com muita tranqüilidade.

Assino embaixo de todos os argumentos que V. Ex^a levantou aqui. Quero só reforçar a idéia de que, quanto mais vamos envelhecendo, todos nós vamos

gastando mais, especialmente com remédios, queiramos ou não, devido aos problemas de saúde que vamos acumulando. Vejo por mim. Eu dizia outro dia que não houve saída, eu gastei 550 reais em remédios para mim. Claro que eu posso pagar, eu sou Senador da República! Mas imagine o cidadão ter que gastar isso! E sobre três desses remédios, o médico me disse: “Paim, isso é para o resto da vida”. Pense em um cidadão que ganha um, dois, três salários. Como ele vai viver com esse custo de vida?

Não adianta que os remédios não são baratos. Esses remédios são caros e eu não tinha como não comprá-los.

Sr. Presidente, quero terminar tratando de um outro assunto, mas pode saber que não é nem meia página e vai ficar dentro dos dois minutos.

A **Gazeta Mercantil** de hoje publica: “Oferta da Volo é chance de salvar Varig”. Eu, que tenho falado tanto da Varig, Senador Ramez Tebet, o grande formulador aqui da lei de recuperação das empresas, continuo ainda torcendo muito para que a Varig dê certo. Quero cumprimentar aqui o Milton Zuanazzi. Diziam que ele não daria o sinal verde para essa negociação, e, com isso, o juiz – peço que a matéria conste inteira nos Anais da Casa – teria decretado a falência.

Quero mais uma vez cumprimentar um Juiz Luiz Roberto Ayoub, da 8^a Vara Empresarial do Rio de Janeiro, que deu mais um prazo agora para que efetivamente a oferta da Volo, junto com outros investidores – e aí entendo eu que há uma participação do consórcio dos trabalhadores –, seja viabilizada.

Então, cumprimento o Milton Zuanazzi, Presidente da Anac, lá no Rio Grande do Sul, que deu sinal verde para essa negociação.

Com essa atitude, fica uma demonstração clara de que todos nós estaremos trabalhando e colaborando para que a Varig seja viabilizada. O próprio Presidente da Varig, Sr. Presidente, disse que está entusiasmado com essa nova proposta.

Diz aqui:

A aprovação da venda da VarigLog pela Anac atendeu as expectativas do Presidente da Varig Marcelo Bottini. Na última sexta-feira, o Executivo manifestou otimismo com relação à nova proposta da Volo, a qual interpretou como a solução de mercado tão aventada pelo Governo Lula. Segundo Bottini, diante do atual cenário, o futuro da Varig estaria nas mãos do Governo. “A bola está agora com o Governo brasileiro, que exigiu da Varig uma solução de mercado”, desafiou o Executivo. “A Varig cumpriu o seu dever, cabe agora ao Governo mostrar se quer ou não ajudar a empresa”.

Com a posição do Presidente da Anac, Milton Zuanazzi, dando sinal verde para essa negociação, esperamos então que o objetivo tenha sido atingido, que haja esse grande acordo entre o consórcio dos

trabalhadores, a oferta da Volo com a Varig. Não só vamos torcer; vamos rezar, vamos trabalhar, vamos dar apoio político para que a Varig seja viabilizada.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho vindo sucessivas vezes a esta tribuna para denunciar a perversidade da aplicação do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias do RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

O fator previdenciário foi instituído pela Lei nº 9.876/99, depois que o governo anterior não conseguiu que o Congresso aprovasse a idade mínima para o trabalhador requerer a aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O objetivo era equilibrar as contas da Previdência, com a redução dos gastos com as aposentadorias por tempo de contribuição.

Portanto, a criação do fator previdenciário teve a finalidade de desestimular a aposentadoria considerada precoce, diminuindo o valor das aposentadorias no momento de sua concessão.

É preciso ressaltar também que o fator previdenciário é aplicado no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição. Na aposentadoria por idade, a aplicação do fator é opcional.

Ressaltamos ainda que nenhum fundo de pensão privado o utiliza.

A Lei nº 9.876 estabeleceu que o valor da aposentadoria dependeria da idade do trabalhador, do tempo de contribuição e da expectativa de sobrevivência no momento da aposentadoria. A sobrevivência é o tempo de vida que os brasileiros ainda terão, de acordo com estimativa do IBGE, depois de uma determinada idade. Sempre que o resultado da fórmula do fator for menor do que um, haverá redução no valor da aposentadoria.

Sua aplicação faz com que pessoas que contribuíram pelo mesmo período e sobre igual salário de contribuição, mas com idades diferentes por ocasião do requerimento de aposentadoria, consigam uma renda mensal diferente. Na prática, a pessoa com maior idade receberá uma renda maior.

O objetivo do fator previdenciário foi maquiavélico quando criado: Com ele, os trabalhadores permanecem mais tempo como contribuintes e menos como beneficiários.

Portanto, o fator previdenciário reduz o valor das aposentadorias e é excessivamente cruel com os trabalhadores que se aposentam pelo INSS.

Queremos falar da nossa alegria com a publicação do artigo do jornalista Ribamar Oliveira, do jornal **O Estado de S. Paulo** do dia de hoje. No artigo, ele relata que o fator previdenciário não é uma questão pacífica nos tribunais. Na semana passada, por exemplo, a juíza federal Fabíola Queiroz condenou o INSS a revisar a

renda mensal da aposentada Matilde Petri, de Sorocaba. A juíza determinou que o INSS exclua a incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria. Com isso, o benefício de Matilde Petri terá um reajuste de 81,08%. Pela decisão da juíza, o INSS terá também que pagar os valores atrasados. O INSS deve recorrer desta decisão, que é de primeira instância.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enfim, o fim do fator previdenciário.

Todos sabem que sempre defendemos a revogação desse perverso fator. Por isso, apresentamos o PLS 296/03. Ele foi aprovado na CAS – Comissão de Assuntos Sociais e houve recurso, impedindo assim, que fosse direto para a Câmara.

Queremos o debate. O referido projeto está na CAE – Comissão de Assuntos Econômicos e haverá audiência pública conjunta com a CAS para discussão do projeto.

Sr. Presidente, pelo número de pessoas interessadas neste debate faremos audiência no Auditório Petrônio Portela, com capacidade para cerca de 500 pessoas, no próximo dia 06, às 14h.

É necessário, é urgente que cada trabalhador, cada trabalhadora, tome conhecimento sobre os prejuízos que estão sendo impostos a eles e que o Congresso tenha sensibilidade social e ouça o clamor social que vem das ruas e faça as mudanças que a sociedade exige.

Como podemos fazer isto? Aprovando o PLS 296/03. Nesse sentido, quero de público fazer um apelo ao Senador Romero Jucá, relator da matéria na CAE, para que participe da Audiência Pública e em seguida libere o seu parecer para a votação da matéria.

Por isso, reiteramos a importância da mobilização e da participação de todos os segmentos da sociedade: Trabalhadores, entidades de classe, parlamentares, etc na audiência pública do próximo dia 06.

Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado nos anais desta Casa o excelente artigo do jornalista Ribamar Oliveira, onde o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o próprio governo já reconhecem a crueldade do fator previdenciário.

“Quem sabe faz a hora,
Não espera acontecer.”

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de registrar ainda, matéria da **Gazeta Mercantil** com o título “Oferta da Volo é chance de salvar a Varig”. Cumprimento também a Casa Civil e o Presidente da ANAC, Milton Zuanazzi, que deu sinal verde para a negociação. Com essa atitude o governo mostra a sua disposição de colaborar para que a Varig seja viabilizada.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

RIBAMAR
OLIVEIRA

email: ribamaroliveira@estadao.com.br

O fim do fator previdenciário

Ganha força a idéia, defendida por alguns setores do governo Lula, de que é preciso substituir o fator previdenciário pelo limite de idade para requerer a aposentadoria. Essa medida seria encaminhada para votação do Congresso em um eventual segundo mandato de Lula, quando forem discutidas as grandes reformas a serem realizadas nos próximos quatro anos. Outros setores do governo e do PT defendem simplesmente o fim do fator previdenciário. Essa posição, que é apoiada pela CUT e pelas demais centrais sindicais, está expressa no projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que tramita no Congresso.

O fator previdenciário não é uma questão pacífica nos tribunais. Na semana passada, por exemplo, a juíza federal Fabíola Queiroz condenou o INSS a revisar a renda mensal da aposentada Matilde Petri, de Sorocaba. A juíza determinou que o INSS exclua a incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria. Com isso, o benefício de Matilde Petri terá um reajuste de 81,08%. Pela decisão da juíza, o INSS terá também que pagar os valores atrasados. O INSS deve recorrer desta decisão, que é de primeira instância.

O fator previdenciário foi instituído pela lei 9.876 de 1999, depois que o governo Fernando Henrique Cardoso não conseguiu que o Congresso aprovasse o limite de idade para o trabalhador requerer a aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O objetivo do governo FHC era equilibrar as contas da Previdência, com a redução dos gastos com as aposentadorias por tempo de contribuição.

Por isso, a lei 9.876 estabeleceu que o valor da aposentadoria dependeria da idade do trabalhador, do tempo de contribuição e da expectativa de sobrevida. A sobrevida é o tempo de vida que os brasileiros ainda terão, de acordo com estimativa do IBGE, depois de uma determinada idade. Essas três variáveis (tempo de contribuição, idade e sobrevida) foram ponderadas por meio de uma fórmula matemática e resultaram no chamado "fator previdenciário". Sempre que o fator for menor do que um, haverá desconto no valor da aposentadoria.

A idéia que está sendo discutida é adotar um limite de idade para requerer a aposentadoria

O resultado do fator, na prática, foi o mesmo do limite de idade. Ou seja, nenhum trabalhador consegue mais se aposentar, com o valor integral do benefício, antes dos 60 anos de idade. No caso das mulheres, por ironia da história, o limite de idade para requerer aposentadoria com o valor integral está em 59 anos, acima, portanto, do limite de 55 anos de idade, que o governo FHC tentou instituir por meio da emenda constitucional número 20, de 1998.

O marco das discussões dentro do governo sobre o fator previdenciário é o estudo dos pesquisadores Guilherme Delgado, Ana Carolina Querino, Leonardo Rangel e Matheus Stivali, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), elaborado em fevereiro deste ano. O trabalho foi feito a pedido do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), por sugestão do representante da CUT naquele órgão. O objetivo do estudo foi avaliar os resultados da aplicação do fator previdenciário, desde a sua implantação até o final de 2004.

Os pesquisadores do Ipea concluíram que o fator previdenciário alcançou os objetivos definidos pelo governo FHC. Ou seja, ajudou a equilibrar as finanças da Previdência. A análise feita pelos técnicos do Ipea revelou que, no período de 1999 a 2004, houve uma forte reversão do fluxo anual de concessão das aposentadorias por tempo de contribuição, que caíram da média anual de 339,8 mil para 136,2 mil.

Houve também, no período analisado, uma elevação significativa na média de idade dos aposentados. A média de idade para os homens subiu de 54,3 anos, registrada no período de 1995 a 1998, para 56,9 anos. No caso das mulheres, a média subiu de 49,7 anos para 52,2 anos.

O estoque de benefícios por tempo de contribuição, por sua vez, registrou forte desaceleração. A taxa de expansão desses benefícios foi de 11,2% ao ano entre 1991 e 1998 e passou para apenas 2,2% no período de 1999 a 2004. Em resumo: o fator previdenciário retardou aposentadorias e reduziu as despesas previdenciárias, concluíram os pesquisadores.

Outra conclusão importante: se a regra do fator previdenciário for mantida, dentro de algum tempo os trabalhadores, tanto homens como mulheres, somente conseguirão obter o valor integral da aposentadoria após os 65 anos de idade. Ou seja, o fator levará, em breve, a um limite de idade bastante superior ao inicialmente proposto pelo governo FHC e também superior aos limites definidos para o funcionalismo público, pelo governo Lula em 2003, que é de 60 anos para homens e 55 anos para as mulheres. Em conversa com este colunista, Guilherme Delgado estimou que o limite de 65 anos será obtido em cerca de 10 anos.

O estudo levanta outra questão que até agora não tinha sido devidamente considerada nessas discussões. Com o fator previdenciário, o segurado do RGPS passou a viver com um elevado grau de incerteza em relação ao momento de requerer sua aposentadoria. A fórmula matemática do fator não permite ao segurado conhecer com antecipação sua situação porque ela vai depender da expectativa de sobrevida anualmente calculada pelo IBGE e decenalmente revisada por reestimativa com base no censo demográfico.

Os autores do estudo lembram que essa estimativa pode ser objeto de reestimativa por mudança metodológica, melhoria de estimadores ou outros quaisquer avanços na tecnologia estatístico-demográfica do IBGE. A maior variação na expectativa de sobrevida ocorreu entre as tábuas do IBGE de 2001 e 2002, divulgadas em dezembro de 2002 e de 2003, respectivamente. As expectativas de sobrevida variaram entre 2,4 e 2,7 anos de um ano para o outro, o que acarretou diminuição elevada do fator previdenciário em curto período. "Novas mudanças bruscas nas tábuas de mortalidade não devem ser descartadas", advertem os pesquisadores.

Se o presidente Lula, num eventual segundo mandato, decidir trocar o fator previdenciário pelo limite de idade para requerer aposentadoria, Guilherme Delgado observa que não será necessário passar pelo desgaste político de ter que aprovar uma proposta de emenda constitucional. Bastará, segundo explicou, mudar a fórmula do cálculo do fator previdenciário, que é definida por uma simples lei ordinária. O fator poderá ser ajustado para que os trabalhadores recebam o valor integral dos benefícios aos 60 anos de idade.

Oferta da Volo é chance de salvar Varig

Após a aprovação da compra da VarigLog pela Anac, empresa faz nova proposta

Lorena Rodrigues e
Ricardo Rego Monteiro
Brasília e Rio

A Volo, controlada pelo fundo norte-americano *Matlin Patterson* e investidores brasileiros, está praticamente com o caminho aberto para adquirir o controle da Varig. Além do insucesso dos funcionários da companhia aérea em levantar os US\$ 75 milhões para sacramentar o resultado do leilão do último dia 8, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou, na noite de sexta-feira, a aquisição da VarigLog pela Volo. A aprovação era exigida pela Volo para validar a nova proposta de compra da Varig, apresentada na última quinta-feira, por US\$ 485 milhões.

A compra da antiga subsidiária da Varig não havia sido aprovada pela reguladora porque a Volo não conseguia provar que os investidores estrangeiros detinham o máximo de 20% de participação da empresa, como manda a lei. Na véspera do leilão em que a única oferta foi feita pela NV Participações, que representa os funcionários da Varig, a Volo apresentou proposta de compra da companhia aérea.

Técnicos da Anac passaram toda a noite de quinta e a sexta-feira debruçados sobre nova papelada entregue pela Volo. Corriam para aprovar a operação e permitir que, hoje, o juiz da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Luiz Roberto Ayoub, dê parecer sobre a oferta de compra da Varig pela empresa, que pode ser a

última chance de salvar a Varig da falência.

Segundo a assessoria de imprensa da Anac, a aprovação só saiu no fim da noite de sexta-feira. O órgão chegou a dar vista do processo ao Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, mas explicou ontem que não precisa esperar a parte se manifestar para tomar uma decisão. "Eles estão querendo aproveitar um momento de comoção para arrambar a porta da lei", afirmou o diretor institucional do sindicato, Anchieta Hélicias, na sexta-feira.

A aprovação da venda da VarigLog pela Anac atendeu às expectativas do presidente da Varig, Marcelo Bottini. Na última sexta-feira, o executivo manifestou otimismo com relação à nova proposta da Volo, a qual interpretou como a solução de mercado tão aventada pelo governo Lula. Segundo Bottini, diante do atual cenário, o futuro do Varig estaria nas mãos do governo. "A bola agora está com o governo brasileiro, que exigiu da Varig uma solução de mercado", desafiou o executivo. "A Varig cumpriu o seu dever, cabe agora ao governo mostrar se quer ou não ajudar a empresa".

Plano de emergência

Além de aprovar a compra da VarigLog pela Volo, a Anac também anunciou o fim do plano de emergência, adotado desde terça-feira para passageiros em vôos cancelados pela Varig, mas não explicitou como os passageiros estão sendo transportados. O ministro da Defesa, Waldir Pires, chegou a anunciar que os aviões colocados em prontidão pela FAB foram utilizados na sexta-feira para transportar passageiros da empresa. "Os aviões da FAB já trouxeram mais de 2 mil passageiros", disse o ministro, durante o lançamento da candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição.

As assessorias da Anac e do Comando da Aeronáutica, porém, negaram a utilização dos aviões e informaram que eles continuam de prontidão no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Pelas contas do ministro, seria necessário que cada um dos dois Boeings 707 colocados à disposição pela FAB voasse mais de seis vezes em um só dia para transportar todos os passageiros. Além dos Boeings, que podem transportar 160 passa-

geiros, a FAB reservou três C-99, com capacidade para 45 pessoas.

Na última sexta-feira, Bottini também anunciou o acordo com a Petrobras Distribuidora (BR) que garantiu as operações da Varig durante o fim de semana. A companhia aérea fez a transferência para a conta corrente da BR, na mesma sexta-feira, dos recursos necessários para compra do combustível para as aeronaves operarem no último sábado e domingo.

No mesmo dia, a empresa conseguiu um acordo com a Infraero para prorrogação do pagamento das taxas aeroportuárias. O acordo prevê a prorrogação até 1º de julho da decisão da autoridade aeroportuária de cobrar antecipadamente pelas tarifas. Só nos últimos 30 dias, a Varig acumula uma dívida de R\$ 32 milhões com a Infraero. O acordo, segundo Bottini, ajudará a dar sobrevida à companhia aérea até que saia um acordo com algum possível novo investidor.

Prazo é até quarta-feira

A análise da nova proposta da VarigLog pela Varig pode ser estendida até a próxima quarta-feira, apesar do prazo dado até hoje pelo juiz Luiz Roberto Ayoub, da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Na última sexta-feira, o juiz comunicou a intenção de analisar a proposta de US\$ 485 milhões pela companhia, de modo a encaminhá-la para aprovação de nova assembleia de credores. Fontes ligadas ao processo, no entanto, admitem que a complexidade da proposta — que seria diferente da primeira — pode demandar maior prazo para análise.

Na última sexta-feira, Ayoub informou que, mesmo se aprovada a proposta, os administradores terão que convocar um novo leilão para que outros eventuais investidores possam participar, além da VarigLog.

O juiz confirmou, porém, que poderá antecipar o prazo de convocação do leilão, de modo a promovê-lo em no máximo um mês. Além disso, informou que a legislação permite a convocação do leilão sem que necessariamente haja necessidade de nova assembleia de credores. Essa hipótese só seria admissível, no entanto, no caso de a proposta ser parecida com a primeira.

Entre as 10 horas e às 11h30 de ontem a Varig havia cancelado 69 vôos em todo o território nacional. Bottini informou que três aeronaves 707, que estavam em manutenção, entraram em operação ao longo da semana passada e um modelo 737 voltou a operar neste final de semana.

O Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Com a palavra o Senador Marco Maciel, do PFL de Pernambuco.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Ramez Tebet, Sr^a Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, em lúcido comentário sobre o livro de Raymundo Faoro, intitulado “Os Donos do Poder”, leitura a meu ver essencial para compreender o Brasil, o filósofo Gilberto de Mello Kujawski lembra que a tese central da obra “*é a de que nunca houve um Estado digno desse nome, uma entidade de caráter público personificando a Nação como um todo e encarregada de administrá-la, visando ao interesse geral*”.

Digamos assim – e cito mais um vez Kujawski: “*O Brasil não tem Estado, tem estamento. No Brasil, o poder tem donos*”, como assim se intitulou a obra de Raymundo Faoro

Relembro Faoro, a quem tanto admirava, Sr. Presidente, para fazer algumas considerações sobre as nossas instituições e as suas carências.

Sr. Presidente, a distância que vai da antiga “polis” dos gregos, com alguns poucos milhares de habitantes, ao estado contemporâneo, em especial, nas sociedades de massa de nossos dias, é a mesma que separa a maioria dos cidadãos da democracia. Esta é, seguramente, a razão pela qual, quase em toda parte – e o Brasil não constitui exceção – as instituições políticas e os poderes do Estado não são os mais bem avaliados pela opinião pública.

A percepção do cidadão, que é obrigado a enfrentar filas, na maioria das vezes sem lograr o que lhe é devido ou que cumpre ritos quase sempre desnecessários, superando procedimentos que satisfazem tão-somente a baixa racionalidade da burocracia sem qualquer utilidade justificável, é a de que conceitos como política, poder e autoridade não são mais que entraves atropelando os seus direitos. E mais, atrapalhando a sua vida e atormentando a sua existência.

Nunca como atualmente, Sr. Presidente, o que é público esteve tão longe do privado. As leis, as normas, as regras, os usos, os precedentes e os hábitos, que fizeram germinar a burocracia, alimentando-a em seu próprio proveito e para sua própria comunidade, terminaram por provocar a aversão dos cidadãos à maioria das manifestações do Estado, que, na sua impessoalidade, exige, oprime, impõe e dificulta a vida de todos, indistintamente. Enquanto não restaurarmos o velho e esquecido princípio jurídico de que, na vida

privada, tudo que não é proibido é permitido e de que, na vida pública, é proibido tudo o que não é expressamente permitido, não vamos conseguir consolidar a confiança nas instituições, que, diferentemente da transitoriedade dos governos, são permanentes. Aliás, esta é, a meu ver, uma distinção essencial: separar os governos que, numa sociedade democrática, são transitórios, das instituições que, por essência, devem ser permanentes, devem aspirar, quem sabe, até a perenidade. Assim como nós desejamos que sejam, sobretudo, as Cartas Constitucionais.

De que vale, Sr. Presidente, o Parlamento aprovar centenas de leis que nada têm a ver com a utilidade pública, restritas que são, na sua maioria, aos interesses do próprio Estado? (Recorde-se, a propósito, a observação de Prudente de Moraes Neto de que o Congresso Nacional não é fábrica que se deva avaliar pela produção, antes sua virtude está naquilo que, pela discussão, depura ou aperfeiçoa). Que proveito a população pode esperar de milhares de decisões judiciais, prolatadas todos os dias pelos magistrados e tomadas pelos tribunais, se a Justiça, que está ao alcance dos cidadãos, em que pesem os avanços da Emenda Constitucional nº 45, da qual V. Ex^a teve a oportunidade de participar ativamente, é a apenas a dos juizados especiais, é a que resulta das ações dos Procons?

Sr. Presidente, a maioria dos conflitos que separam os cidadãos provêm das dificuldades enfrentadas por todos na vida cotidiana em seu relacionamento com o próximo e advém da mesma fonte: a deficiente cultura cívica, que não se aprende nas escolas, que somente ensinam, mas não educam. Onde claudica a pedagogia cívica, a meu ver, aquela que torna amena a vida em comunidade, não pode haver cultura política, de cujas deficiências padecem as democracias, instituições como lei e justiça, ordem e responsabilidade coletiva, sobre as quais foram erigidos os padrões da civilização, correm risco, pela perda de confiança das pessoas na eficiência das demais instituições da sociedade.

Espectáculos que emulam a paixão coletiva das torcidas de futebol, aqui como em alguns outros países, terminaram se transformando em cenários para a exibição de gladiadores capazes de cenas dantescas de agressão e dos piores instintos de agressividade insana.

O resultado é a repetição, no plano individual, das carências que podem ser observadas nas ações coletivas das multidões: as chacinas, o abuso do poder, da força, o império da violência pela certeza da impunidade e de sinais, cada vez mais visíveis, de desvios

de conduta dos que agem inspirados não por padrões civilizados, mas pelos das multidões desregradas.

O homem contemporâneo, enfim, deixou de ser mero espectador da “multidão solitária” – a que se referiu David Riesman, em seu livro assim intitulado. Para reverter um quadro que se dissemina em várias nações, como o que este ano abalou os subúrbios de Paris, berço, aliás, de tantas tradições culturais, temos que começar pelos péssimos hábitos da vida pública que se refletem e se repetem na vida privada. Entre eles, o de não observar deveres elementares, inclusive o de cumprir horários; o da incontinência verbal; o uso abusivo de jargões, que lamentavelmente degradam cada vez mais o sentido da autoridade, que deve presidir tanto a conduta coletiva quanto a que se espera prevaleça na intimidade da vida familiar.

A utilização desmesurada dos infinitos recursos judiciais com que os contendores privados procuram se livrar do cumprimento de suas obrigações, postergando-as com o auxílio de leis processuais e decisões que mais têm visto os meios que os fins, é a mesma que o Poder Público emprega de forma imemorial para não cumprir as suas obrigações para com a cidadania, abarrotando varas e tribunais como se a chicana tivesse o dom de superar os direitos dos que são lesados pelo uso incorreto do poder. O expressivo número, dezessete milhões de ações impetradas em cada ano, é indicativo do estado cartorial em que estamos mergulhados.

Sr. Presidente, a meu ver só a educação, mais que o ensino, e o ensino pelo exemplo podem reverter essa situação que ameaça se espalhar por toda parte, pondo em risco os padrões sem os quais as sociedades, ordeiras e organizadas, não sobrevivem. Afinal, é preciso não esquecer que as condutas desregradadas na vida pública costumam se reproduzir na vida privada. Da mesma forma que os desregramentos da vida privada terminam contaminando a vida pública.

Portanto, Sr. Presidente, sem reformar as instituições sociais, o país corre o risco de se tornar cada vez mais violento e a sociedade perder suas valiosas referências de que depende uma vida digna de ser vivida.

Por conseguinte, concluo citando Norberto Bobbio, seu livro “Entre Duas Repúblicas”, escrito sessenta anos atrás, ou seja, em 1946: “*É um absurdo esperar que uma Constituição dure no tempo, não estando sustentada pela convicção de sua conformidade com as exigências de liberdade e de justiça, que, em determinado momento de sua história, um povo amadureceu e expressou aquela espécie de convicção da qual nasce um costume. Mas, é igualmente absurdo imaginar que o costume democrático seja concebido fora das*

instituições da democracia. Instituições democráticas e costume democrático sustentam-se reciprocamente: o costume precisa da instituição para nascer; a instituição do costume para durar”.

Daí decorre como corolário a necessidade de revermos, em profundidade, o conceito em que se assenta e se alicerça a legitimidade, a utilidade, a finalidade e os limites da atuação do Estado para que ele esteja, efetivamente, a serviço dos interesses da sociedade e do cidadão.

Sr. Presidente, agradeço o tempo que V. Ex^a me concedeu.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Defiro o pedido do Senador Paulo Paim, que pede a transcrição nos Anais do artigo citado pelo mesmo em seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, pelo tempo que S. Ex^a entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Uma candidata à Presidência da República presidindo os nossos trabalhos, que coisa boa!

Senador Marco Maciel, V. Ex^a me inspirou, com seu pronunciamento lúcido, atual, didático e importante, a ocupar esta tribuna, não com as luzes de V. Ex^a, mas com o que eu tenho dentro de mim: uma análise que tenho feito dos acontecimentos. Senador Marco Maciel, eu vou ser mais incisivo do que V. Ex^a um pouco. Eu não quero acreditar que aqueles valores que presidem uma sociedade verdadeiramente democrática, uma sociedade que nós desejamos cada vez mais igualitária e justa, eu não quero acreditar que esses valores estejam tão em decadência.

Eu não posso admitir, por exemplo, que as absolvições escandalosas ocorridas no Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara Federal, onde políticos confessos foram absolvidos, eu não posso admitir que isso desestimule tanto a sociedade brasileira – que parece estar inebriada – colocando em risco as instituições democráticas a que V. Ex^a tão bem se referiu.

Em verdade, os governos ficam, mas as instituições têm de ser preservadas, elas são permanentes. Não existe democracia sem as instituições básicas previstas na Constituição Federal: O Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Todos nós desejamos e as Constituições republicanas brasileiras proclamaram a independência e a harmonia desses Poderes. Mas, em

verdade, eu preciso confessar que acho que só tem um jeito de mudar isso: é se aquilo que eu estou chamando de inebriamento da sociedade seja passageiro.

Tomara que, após 9 de julho, após a Copa do Mundo, a vibração cívica retorne aos corações dos brasileiros. E eles, por intermédio do instrumento mais valioso da democracia, possam preservar as instituições a que V. Ex^a se referiu, escolhendo pelo voto homens de bem, homens dignos, homens honrados, homens que têm interesse pela coletividade, homens que procuram levar esperança, mas não ilusão; homens que costumam cumprir aquilo que prometem ou fazem força para cumpri-lo.

Creio que assim poderemos restabelecer esses valores que – não dá para afirmar categoricamente – me parece estão sendo relegados a um plano secundário. Tanto que V. Ex^a ocupou esta tribuna, com a categoria de sempre, para reafirmar os princípios básicos de uma sociedade livre e justa, que só pode estar baseada no livre funcionamento das instituições, instituições que realmente representem a sociedade. E cabe à sociedade escolher, pelo voto direto e secreto, os seus representantes. Portanto, vamos ter a oportunidade e a sociedade brasileira não pode perdê-la.

Ainda há homens de bem como a querida Senadora que preside os nossos trabalhos; como V. Ex^a, que me ouve atentamente; como o Senador Paulo Paim, sempre em defesa dos injustiçados, dos trabalhadores, daqueles que vêm os seus recursos desperdiçados, jogados fora; daqueles que, ao longo de sua vida, perdem salário, o poder aquisitivo de toda uma vida consagrada ao trabalho, quando mais necessitam desses recursos. Não, não pode ser. Positivamente, não pode ser!

Está acontecendo algo no seio da sociedade. Não sou nenhum analista. Longe de mim querer passar-me por um cientista político, analisando o comportamento da sociedade. Posso, sim, como representante do povo sul-mato-grossense e como Senador da República, pedir à sociedade que não desanime. Se algo de errado existe atualmente nesse reino; se muitos cometeram crimes contra o erário, prevaricaram; se muitos praticaram atos de corrupção, de malversação de recursos públicos, está em mãos da sociedade, que os conhece por meio da mídia e dos debates que foram travados nesta Casa e na Câmara Federal, repudiá-los pelo voto e promover um processo de renovação, elegendo representantes dignos e honrados.

É preciso, verdadeiramente – isso V. Ex^a disse no seu pronunciamento, Senador Marco Maciel –, estarmos preparados para uma mudança de hábitos, para uma mudança de costumes políticos. E essa transformação só pode ocorrer por meio de reformas que,

efetivamente, fizermos. E só vamos realizar essas reformas se elegermos para o Senado e para a Câmara pessoas comprometidas com isso, que entendem esses valores, que acham que a cláusula de barreira é muito pouco. É preciso mais, muito mais; é preciso fortalecer os partidos políticos; é preciso fortalecer essas entidades. Não há outra forma democrática.

O que seria da democracia sem a existência de partidos políticos? Infelizmente, no Brasil, a sociedade não está acreditando em partidos políticos. Será que a sociedade está acreditando em partidos políticos? Perdoem-me todos os existentes no Brasil, mas a sociedade não está acreditando. Os partidos políticos não estão cumprindo o seu ideário, não estão cumprindo com a sua missão. E é a esses partidos que cabe a grande tarefa de selecionar e de escolher os candidatos para os diversos pleitos.

Em outras palavras, V. Ex^a quis dizer, e disse muito bem, que é preciso uma reforma política imediata. Dirão que é um sonhador o Senador de Mato Grosso do Sul: perto das eleições, falar em reforma política! Estamos todos envolvidos com a Copa do Mundo, é verdade, mas, daqui a uns dias, talvez não possa ocupar esta tribuna, e teremos que medir cada palavra que preferirmos aqui, em razão da legislação eleitoral.

No entanto, é preciso votar em homens e mulheres capazes, que querem fazer efetivamente essa reforma política, fazer essa reforma eleitoral.

Senador Paulo Paim, a quem já concederei um aparte, isso não pode continuar assim. Há verdadeiras aberrações na nossa legislação partidária e eleitoral. As incoerências são gritantes e atentam contra nossa inteligência. Já exemplifiquei várias vezes com o fato de que Presidente da República, Governador e Prefeito podem ser candidatos à reeleição e permanecem no cargo até o último dia, mas, se eles quiserem ser candidatos a Senador ou a Vereador, têm que sair do cargo seis meses antes, e os seus parentes estão impedidos de se candidatarem. Veja a gravidade e a incoerência dessa situação! Que legislação é essa?

É um sul-mato-grossense, um homem do Centro-Oeste que faz esta pergunta ao País e ao Congresso ao qual todos nós pertencemos. Será que isso não é uma agressão à nossa própria inteligência? Será que vamos viver de casuísmo em casuísmo, como aconteceu recentemente com a legislação eleitoral que fizemos?

Senadora Heloísa Helena, estamos num período de convenções partidárias, e não há vibração nenhuma. É verdade que estamos no período da Copa do Mundo, mas, afinal de contas, são convenções para escolher Deputados, Governadores, Senadores; candidatos à Presidência da República de diversos partidos ou das

mais diversas coligações. Vamos falar a verdade: se não se colocar condução à disposição, se não se garantir o mínimo de conforto – e vamos falar a realidade –, se não houver distribuição de alimentação, o que é proibido, parece que não está acontecendo nada.

Faço um chamamento a todos nós do Congresso: aproveitemos para recuperar o tempo perdido e mostrar que estamos realmente interessados em acabar com a impunidade e fazer não só leis boas, que façamos poucas leis, mas que sejam cumpridas.

A oportunidade da sociedade de participar ativamente é pelo exercício do voto. Esse voto é imperioso, necessário, a arma mais importante da cidadania e não pode ser desprezado.

Sinceramente, espero que haja uma reversão nisso que estou pensando e que muitos estão pensando... Muitos têm escrito sobre essa nostalgia – não é saudade, o termo “nostalgia” está errado –, sobre essa paralisia social, sobre os acontecimentos políticos. Espera-se que isso seja passageiro na vida pública brasileira, na vida republicana brasileira. Quem conhece, pelo menos relativamente, a história da República brasileira, sabe que nunca vivemos período de tamanha incerteza, como o que estamos vivendo hoje.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, fiz questão de fazer este aparte a V. Ex^a que, como sempre, fez uma homenagem, de forma muito elegante, à Senadora Heloísa Helena, ao Senador Marco Maciel e a mim. Tenho certeza de que também faria ao Senador Tião Viana se S. Ex^a estivesse no plenário naquele momento. Também rendemos nossas homenagens a V. Ex^a. Toda vez que V. Ex^a sobe à tribuna faço questão de apartear-lo. Em primeiro lugar, quero dizer que concordo com todos os argumentos externados por V. Ex^a. Creio, inclusive, que o Senador Marco Maciel, quando fez o seu pronunciamento, mostrou suas preocupações. S. Ex^a quis demonstrar que devemos entrar em um estado de alerta. Tenho recebido, no meu gabinete, por correspondência, documentos de campanhas para o voto em branco. Isso é abrir mão da cidadania e não querer fazer as mudanças adequadas, aquelas que cada cidadão entende cabíveis. O cidadão sabe quem deve permanecer e quem deve sair. Votar nulo, votar em branco, não é inteligente. Ao contrário do que alguns pensam, aquele que anular o voto, que não votar, que se abster, que fizer campanha para o voto em branco, na verdade, estará dizendo que concorda com tudo, que não quer fazer mudança alguma. Se concorda, vote a favor; se discorda, vote

contra. Por isso, entendo que o discurso do Senador Marco Maciel e o de V. Ex^a seguem a linha da defesa do processo democrático, da cidadania. Eu diria que vai além: aponta novos caminhos. Temos que ter esperança. Não podemos desanimar porque houve um outro Parlamentar que feriu a ética, os bons costumes e, naturalmente, depôs contra a democracia, contra o próprio Parlamento. Cumprimento V. Ex^a e confesso-lhe, com a tolerância que está tendo a Senadora Heloísa Helena na Presidência, que sou daqueles... O processo está dado, vai ser conforme as regras do jogo que estão aí, e não vai ter nenhuma alteração. Lamento que, com tantas CPIs, não fizemos uma reforma política e eleitoral, como está propondo V. Ex^a e como também apontou o Senador Marco Maciel. Vou mais além, e aí termino: não consigo entender como se faz uma política de aliança com um partido num Estado, num Município com outro e, em âmbito nacional, com outro. Temos que pensar muito nisso. Quem tem um projeto efetivamente de nação não pode ter alianças, eu diria, conforme a área eleitoral do Município, do Estado ou de uma região. Um projeto de país com um partido que assim pensa deveria ter uma sincronia lá no Estado, lá no Município, com a proposta em âmbito nacional. Não posso, digamos, no debate político, bater forte no meu adversário por discordar do seu projeto em âmbito nacional, mas lá no Estado minha militância e meu candidato a Governador dizem que eu estou errado e que o adversário é que está correto. Então, esse desencontro me preocupa muito num projeto de país. Mas sei que este não é um debate para o momento, porque somente uma reforma política e eleitoral poderá apontar o caminho definitivo. Confesso-lhe mais: sou parlamentarista – isso não é de agora, sempre fui parlamentarista. Por isso, esse debate todo terá que acontecer aqui na Casa, e o faremos num nível, tenho certeza, de muita qualidade, como V. Ex^a está propondo. Concluo, dando parabéns a V. Ex^a. Como é bom, como é bom para este País ter homens públicos como o Senador Ramez Tebet. Meus cumprimentos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a sabe bem da admiração que lhe tenho e do quanto sigo seu exemplo. V. Ex^a tem uma bandeira no Congresso Nacional que ninguém lhe tira, que é a defesa intransigente da classe trabalhadora do País. V. Ex^a tem essa bandeira e a desfralda com tenacidade e com força de vontade verdadeiramente invejáveis. V. Ex^a usou a palavra “esperança”. Isso é importante. Quantas lutas não foram vencidas porque alguns homens públicos como V. Ex^a não perderam a esperança! Eu me pergunto o que seria da Reforma

Previdenciária que foi feita, se não houvesse pessoas com a vontade e a persistência de V. Ex^a.

Eu me permito aproveitar a oportunidade para fazer uma saudação a um Senador a quem tanto admiro e quero bem, do fundo do meu coração, que é o Senador Tião Viana, que também me honra, ouvindo essas breves considerações. Pode acreditar que essas considerações partem de um observador que tem espírito cívico, que tem vontade de ajudar e que não partidariza as grandes questões nacionais. A pergunta que devemos fazer são estas: "Isso é bom para o Brasil? O que é melhor para o povo brasileiro?" Aí, sim, deveríamos responder. Se fosse para perder a esperança, não estaríamos aqui.

A Varig tem poucos aviões nos ares, mas ainda tem algumas aeronaves voando por aí, com certeza procurando chegar, como todos nós que temos crença, que temos fé, que acreditamos num ser superior, para que venha a iluminar os homens públicos do nosso País, a fim de que não deixem a Varig com tanta agonia, que já está demais. Vamos salvá-la imediatamente! O Governo deve fazer uma proposta concreta para salvar a empresa. Não deve deixar as coisas correrem por conta só do mercado, não. Apresente uma proposta: "Deste jeito, eu ajudo". Diga isso pelo menos claramente ao País, àqueles que procuram investir, que têm algum interesse, quer os funcionários da Varig constituídos na sua sociedade, quer as outras empresas ligadas a ela, quem quer que seja. Não permita que uma empresa dessa envergadura vá à falência, sem que haja disposição demonstrada e forte do Governo, para justificar inclusive. Digo isso não porque tive participação ativa, como V. Ex^a mencionou, na Lei de Recuperação das Empresas, mas porque é duro fechar uma empresa, é duro ver duas empresas voando num país de cerca de 180 milhões de habitantes, dos quais apenas 10% viajam de avião, mas que ajudam este País, que precisam peregrinar para exercer sua atividade, visitar parentes ou seja o que for.

Citei esse exemplo porque a esperança não pode morrer, em nenhum momento, nos nossos corações. Por termos esperança é que continuamos na vida pública. Quem não tem esperança de dias melhores e pensa que está tudo bem, tudo certo não tem vocação pública; está na política ou por lazer, ou por distração, mas não por vocação. Vocação demonstra aquele que, nos momentos mais difíceis, está atento, mostrando seu ponto de vista.

Ouçõ o Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Ramez Tebet, desejo cumprimentá-lo pelas palavras que profere neste instante e dizer que concordo com suas observações – a meu ver, muito consistentes – sobre o momento político brasileiro. Fazendo minhas as suas palavras, entendo que o povo brasileiro está sendo chamado no dia 1º de outubro a uma decisão muito importante para os destinos da democracia e, de modo especial, para a consolidação de suas instituições. Faço meu o apelo de V. Ex^a para que o eleitor brasileiro compareça às urnas, não se omita. Padre Vieira disse em sermão que "a omissão é um pecado que

se comete não se cometendo". O povo brasileiro não se deve abster nem muito menos anular o seu voto. Anular o voto é uma atitude negativa e não ajuda em nada a consolidar as nossas práticas democráticas. Como o brasileiro é otimista, capaz de enfrentar adversidades, como tem demonstrado, acredito que esse povo, no dia 1º de outubro, vai comparecer e votar escolhendo os melhores candidatos e sabendo separar o joio do trigo, como na linguagem bíblica. Somente assim vamos superar as dificuldades que estamos atravessando. Vou mais além, na linha de raciocínio de V. Ex^a. Uma vez eleitos o novo Congresso, o novo Presidente da República e os novos governadores e as assembleias legislativas devemos nos concentrar na realização das chamadas reformas políticas – até preferiria denominá-las reformas institucionais, porque as reformas que a sociedade reclama e o País precisa são mais do que reformas do sistema eleitoral e partidário. Elas avançam no sentido de aperfeiçoar o sistema de governo, reduzindo os atritos que existem entre Executivo, Legislativo e Judiciário. A medida provisória é um exemplo. Sentimos que ela, de alguma forma, limita o funcionamento da instituição congressional. Precisamos avançar também na prática federativa. A Federação está agonizando. A Federação, como diria Carlos Drummond de Andrade se referindo a Itabira, está virando uma fotografia na parede. É uma Federação legal, mas não é uma Federação real. Precisamos, por fim revigorar as instituições republicanas, fazer aquilo que Joaquim Murinho certa feita afirmou: republicanizar a República. Então, acredito que as palavras de V. Ex^a caindo em solo fértil. Considero compreensível que o eleitor esteja indiferente, um pouco revoltado com a chamada classe política brasileira, mas é necessário que a sociedade, numa reflexão conjunta, medite mais ainda sobre a significação do voto e sobre a conduta a adotar no primeiro domingo de outubro. Espero que isso aconteça. Dessa forma, acredito que vamos, por uma cidadania ativa, melhorar o País e suas instituições. Esses são os meus desejos. Avançamos muito nos procedimentos eleitorais, sobretudo na apuração dos votos, de forma que horas após o término da votação já são anunciados até resultados finais, sem contestação e sem fraude. Apura-se a verdade eleitoral, como dizem os especialistas; sabe-se exatamente em quem o povo votou em muito pouco tempo. É importante lembrar que o voto, que damos em cerca de trinta segundos, tem reflexo sobre quatro ou oito anos. Daí por que precisamos refletir sobre isso; o eleitor precisa fazer uma boa análise na hora de votar. O processo de votação é muito rápido e ágil no Brasil. Com a votação computadorizada, é proferido com a velocidade dos tempos virtuais. Façamos essa reflexão, com os amigos e com a família, para que possamos inserir o País em um novo quadro e ter, conseqüentemente, uma prática democrática compatível com o País que estamos construindo e que certamente terá uma presença maior na sociedade internacional do Século XXI. É o que espero. Cumprimento V. Ex^a mais uma vez.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Marco Maciel, do substancial aparte de V. Ex^a quero ressaltar um aspecto: o da Federação brasileira, que V. Ex^a já havia mencionado e agora o faz muito bem no seu aparte. Não é possível que essa situação continue ocorrendo. Estamos em descrença, e por quê? Porque o Legislativo tem que legislar e não legisla; quem o faz é o Poder Executivo por meio das medidas provisórias. E o povo fica descrente.

Existe o instituto da medida provisória e hoje tem que haver um instrumento ágil, neste mundo moderno, globalizado em que vivemos, para ocasiões excepcionais, tal como manda a Constituição. No entanto, ou o Executivo acredita demais no Poder Legislativo ou nós estamos muito subservientes ao Poder Executivo, porque este edita uma medida provisória, mas quem tem que analisar os requisitos de urgência e relevância e o próprio mérito da medida provisória somos nós, que, por outro lado, ficamos de mãos atadas, Senador Tião Viana, porque a medida provisória produz efeitos imediatos.

Então, às vezes, é muito grave não aprovarmos uma medida provisória porque ela produz efeitos imediatos; anulá-la significa promover quase uma desordem na matéria a que ela se refere, e nenhuma matéria deixa de estar ligada a outras. Portanto, as consequências são difíceis.

Repensar a Federação, como diz V. Ex^a, significa olhar o Brasil como um todo. E considero isso imperioso, porque as desigualdades regionais são muito grandes em nosso País. Não se pode comparar o que acontece em um Estado com o que acontece em outro Estado da Federação brasileira. É preciso realmente que repensemos a Federação e que o Legislativo assuma verdadeiramente o seu papel, bem como o Executivo.

Temos leis muito boas, mas nada acontece com essas leis. Aprovamos aqui, por exemplo, uma lei muito importante, criando o instituto da Parceria Público Privada. E não conheço projeto algum de parceria público privada, ou seja, em que a iniciativa privada esteja acoplada ao poder público para resolver determinado problema, para construir determinada obra. No setor dos transportes, por exemplo, isso seria muito importante; no transporte portuário, no transporte intermodal ou no transporte ferroviário. Nada disso está existindo porque uma insegurança jurídica paira no ar, já que uma lei se modifica rapidamente por meio de uma medida provisória e por tantos outros fatores.

Então, se não partirmos da esperança de que podemos realizar uma verdadeira reforma política, como a preconizada por V. Ex^a, não construiremos o Brasil que queremos e seremos ultrapassados pelos países que concorrem conosco. Essa é a verdade.

O Brasil está crescendo? Está. Contudo, superou apenas o Haiti! É grave a análise feita por esse aspecto. Significa que os outros países todos cresceram mais do que o Brasil. Então, só perdemos para o Haiti? É o que dizem os institutos de pesquisa; é o que diz o Banco Mundial.

Então, penso que V. Ex^a tem toda a razão e fico muito satisfeito por V. Ex^a ter-me inspirado a ocupar esta Tribuna, porque eu precisava dizer algumas palavras. Não que o seu discurso precisasse ser complementado – longe de mim essa pretensão –, mas o fiz em apoio ao pronunciamento de V. Ex^a, um apoio ostensivo que não podia ser dado em um aparte, mas sim aqui da Tribuna. É o que estou fazendo, Senador Marco Maciel.

Ouçõ o aparte do Senador Tião Viana e já encerro, Sr^a Presidente.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet, acompanho atentamente esse exercício admirável de lealdade ao Brasil, sobretudo, feito por V. Ex^a, que hoje suscita um debate sobre a realidade nacional e os desafios que temos pela frente, seguindo um debate muito elevado de nosso Senador Marco Maciel sobre uma reforma estruturante do Estado brasileiro. De fato, carecemos mais do que nunca do amadurecimento de um projeto nacional, um projeto de nação, à altura do tempo que estamos vivendo, deste Século XXI tão desafiante. Quando observamos temas como a biotecnologia, a nanotecnologia e a educação como matriz revolucionária efetiva, constatamos que ainda estamos muito longe de um ponto ideal. E V. Ex^a enfoca o que é o nosso campo de atuação, que é o da reforma política. De fato, essa é uma dívida herdada de muitos anos neste País, fruto da instabilidade, do pragmatismo partidário e da incoerência da caminhada de muitos partidos políticos no cenário da luta política como um todo. Entendo, assim como V. Ex^a, que a resposta de frustração social dada pelo voto nulo está muito aquém do que o Brasil e o povo brasileiro merecem. Sempre me incomodo muito, de maneira até admirável, porque vou para o campo da reflexão, da filosofia, quando leio Carlos Heitor Cony, da **Folha de S. Paulo** – um mago da palavra, que escreve tão bem, com tanta lucidez, e, num espaço tão pequeno, consegue fazer com que raciocinemos muito e reflitamos sobre o que está sendo dito –, dizendo que, sob influência anarquista, prega o voto nulo. Aquilo me incomoda, porque, em um país desse tamanho, com a causa que tem para levar adiante, ainda há quem pregue o voto nulo. Mas é respeitável, é um entendimento filosófico. Penso que devemos insistir sempre, tanto com os convictos, do ponto de vista da fundamentação, que são contrários ao voto dado a quem possa fazer mais pelo País, como com aqueles que, por uma mágoa momentânea, por uma decepção político-partidária momentânea, querem abster-se da votação. Creio que este País precisa de muito mais. Precisamos de um projeto de nação efetivo que corresponda ao que merecem aqueles que fazem a política das boas causas em si. V. Ex^a deve ter muitos momentos de tristeza na trajetória tão bonita e democrática que tem o seu Partido; eu, em alguns momentos, no meu Partido; e assim outros tantos. E temos um belo debate pela frente, um debate nacional sobre a eleição. Penso que o que deve marcar este momento político é a ruptura

com a incoerência, pregada por quem quer que seja, vista a fundo, e a responsabilidade de conduzir este País pelo melhor caminho. Temos muito a mostrar – o que o Brasil pode fazer, aonde ele pode chegar – e um belo debate pela frente. Então, fico muito convicto de que temos que ter a coragem que V. Ex^a está tendo, de olhar no olho de cada eleitor brasileiro e dizer que política da boa causa tem que estar viva e atuante. Não é um sentimento preconceituoso e negativo do Parlamento brasileiro que vai colocar a boa política à frente. Acredito que temos uma subtração permanente do Parlamento. Esse é um conceito na sociedade que deve acabar. Quando olhamos o encargo orçamentário do Legislativo, verificamos que é muito pequeno, embora pareça ser o causador de todos os males da Nação por ser um Poder menos protegido em termos de estrutura de poder efetivo, de intervenção na sociedade. Está lá o Judiciário blindado; está lá o Executivo blindado, e a pancadaria cai muito sobre o Legislativo. V. Ex^a suscita um debate muito elevado, que merece, sim, que cada cidadão brasileiro diga que, se há político ruim, nós o colocamos lá. O político não é ruim por ter nascido, crescido e se tornado ruim, mas porque conseguiu enganar alguns ou porque alguns se enganaram ao votar, pensando estar dando um bom voto. Vamos cobrar mais do eleitor e cobrar mais de nós mesmos, para que a equação tenha um bom resultado. Parabéns V. Ex^a pelo belíssimo pronunciamento.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Vamos fazer mais do que estamos fazendo, Senador Tião Viana. Quero dizer a V. Ex^a, deixando a amizade de lado, que o aparte de V. Ex^a fez o meu pronunciamento crescer, porque gosto muito de política, com toda a sinceridade. Enquanto muitos ridicularizam a política, acho a política a mais nobre de todas as atividades humanas. Ela pode ser a pior delas em determinados momentos, quando exercida por quem não tem dignidade, por quem não honra os compromissos assumidos com o povo. Mas, quando alguém a exerce em benefício do próximo, da sua pátria, do seu país, sem dúvida alguma, é a mais nobre das atividades. Por isso, não podemos perder a esperança. Vale a conclamação para que o povo não perca a esperança e exercite, no dia 1^o de outubro, o direito de voto, escolhendo aqueles que entender sejam os melhores para o destino deste País tão grande como o nosso, tão rico como o nosso, mas ainda tão injusto, tão injusto! Esperamos que venham dias melhores. Não vamos – volto a repetir – perder a esperança.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, que tanto nos inspira com a sua perseverança e persistência, num misto de serenidade e combatividade permanentes nesta Casa.

Consulto o Senador Marco Maciel se vai solicitar a palavra pela ordem, para encaminhar o requerimento. (Pausa.)

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, nobre Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores Tião Viana, Paulo Paim e Valdir Raupp, pedi a palavra pela ordem para apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Ministro Mauro Durante.

O súbito falecimento do ex-Ministro Mauro Motta Durante, de quem era amigo, que foi meu assessor em algumas funções que desempenhei no Executivo federal, consternou a todos que tiveram a graça de com ele conviver.

Natural de Juiz de Fora, Minas Gerais, foi secretário do então Prefeito Itamar Franco e seu Chefe de Gabinete na Vice-Presidência da República, função que passou também a exercer após o afastamento do Presidente Fernando Collor.

É bom lembrar que o Dr. Mauro Durante foi posteriormente nomeado Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, atividade que desempenhou até 31 de dezembro de 1994.

Além das funções já referidas, Mauro Durante chefiou o Departamento Jurídico da Embrapa; foi Diretor-Geral do TST, Tribunal Superior do Trabalho; Presidente do Sebrae, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; era membro do gabinete, um dos assessores do ex-Presidente Itamar Franco. Nessa atividade ele se encontrava quando faleceu.

Mauro Durante caracterizava-se por sua densa cultura humanística e, conquanto discreto, possuía muitos amigos e admiradores. Ao final da Missa da Esperança por sua alma, celebrada na cripta da Catedral de Brasília pelo padre José Carlos Brandi Aleixo, professor da UnB e filho do ex-Vice-Presidente da República e ex-Deputado Pedro Aleixo, falou em nome de seus amigos o Dr. Marco Antônio Dias Pontes.

Esse seu grande amigo, conforme anunciou, disse – não vou ler todas as palavras, apenas dois parágrafos: “*Mauro será insubstituível para os amigos que nos habituamos a encontrar em bom humor. Sua incansável verve, senão solução, ao menos serenidade ante nossas perplexidades; senão a cura, ao menos lenitivo a nossas dores*”.

Acrescentou Marco Antônio Dias Pontes, que falava em nome dos amigos de Mauro Durante: “*Quem será capaz de aglutinar forças, mobilizar alianças, viabilizar apoios, neutralizar adversários (adversários, disse; que inimigos não os teve) e a todos reunir em incansável busca de um futuro melhor?*”

Ninguém melhor para esse fim que o exemplo de Mauro Durante.

Sr^a Presidente, antes de encerrar, gostaria de lembrar que Mauro Durante foi um excelente homem público, um excelente cidadão. Sabemos, como cristãos, que a vida, como disse Jó, é um sopro. Sabemos também, como ensinou São Paulo, que, enquanto moramos no corpo, somos peregrinos neste mundo.

Sabemos, por conseguinte, que Mauro Durante, ao deixar a vida terrena, vai receber o prêmio de recompensa por uma existência voltada para servir de forma proba ao País e exercitar exemplarmente o conviver e o amar.

Eram as palavras que tinha a dizer, nobre Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, pelo passamento do estimado amigo e ex-ministro Mauro Motta Durante.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 706, DE 2006

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do Ministro Mauro Durante, ocorrido em 17 de junho passado, na cidade de Juiz de Fora:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à viúva, Sr^a Íris Durante, à filha, Ana Carolina e ao ex-Presidente da República Itamar Franco, de quem era Assessor.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2006.

VALDIR RAUPP

Raupp

Juiz de Fora

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O Senado compartilha o voto de pesar proposto por V. Ex^a, que já está inserido em Ata, e encaminhará a apresentação de condolências à Sr^a Íris Durante, viúva, à sua filha Ana Carolina e ao ex-Presidente da República Itamar Franco.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, Vice-Presidente do Senado, pelo tempo que entender necessário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^s e Srs. Senadores, antes de mais nada, associo-me ao Senador Marco Maciel

nas justas homenagens à família Durante e trago ao plenário do Senado Federal o reconhecimento de um programa do Governo Federal sobre o que chamo de revolução silenciosa que está em curso. Trata-se do Sistema Único de Assistência Social.

Não é uma descoberta do atual Governo – deixo muito claro. Estamos diante da consequência do que a nossa Constituição Cidadã, de 1988, estabeleceu, defendendo a criação do Sistema Único de Assistência Social.

Em 1993, houve o marco legal, que demonstrou a decisão da sociedade brasileira organizada institucionalmente em elevar a política de assistência social para o patamar de cidadania, de política de Estado e não de um mero assistencialismo corrosivo de uma ação de governo, que foi exatamente a Loas, Lei Orgânica da Assistência Social.

A Constituição de 1988 inseriu a assistência social num conceito mais amplo de seguridade social, estabelecendo que não era somente a assistência à saúde ou previdenciária, mas a assistência social também um componente imprescindível no conceito de seguridade social.

Houve avanços que podemos chamar de desorganizados, a partir de 1993, no Governo Itamar Franco. O Governo Fernando Henrique apresentou a chamada rede de proteção social, tentando dar passos nesse sentido, com a área técnica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. E agora, na gestão do Ministro Patrus Ananias, houve um avanço marcante em relação a criar um aparelho de Estado no campo da assistência social.

É verdade que houve uma sensibilidade distinta do atual Governo no que diz respeito a essa área, com um avanço provado em números: em 2002, R\$6 bilhões foram investidos na área de desenvolvimento social no Brasil; em 2003, R\$8,5 bilhões; em 2004, os recursos saltaram para R\$15 bilhões; em 2005, R\$18 bilhões; e, este ano, poderão chegar a R\$22 bilhões.

Isso demonstra uma decisão política de cobertura na área social do País e responsabilidade de redução da nossa dívida. Há dados comprobatórios de diminuição da pobreza no País, o que marca também o poder de acumulação das riquezas, pois o índice de Gini está sofrendo modificações. A base da pirâmide social está se alargando, embora ainda exista uma distância muito grande do que seria a cidadania plena, do que seria uma política social à altura de um País com a grandeza e com a dimensão sociopolítica e econômica que tem o Brasil. Mas vale a pena a consideração porque, quando falamos apenas no Bolsa Família, que foi a reunião de todos os programas sociais que existiam anteriormente, no Governo Itamar Franco, no Governo Fernando Henrique Cardoso e um pouco até no Governo do Presidente José Sarney, o programa age como um guarda-chuva, em uma política que já acolhe mais de 8 milhões de famílias brasileiras, com a possibilidade de inclusão social mínima dentro do que é um critério de cidadania, construindo o Brasil para o futuro.

Este ano, o montante de R\$22 bilhões permitirá a ampliação da cobertura social no País. O mais importante é que não se trata de um dado comparativo,

mas a evolução histórica do processo de assistência social que estamos vivendo no Brasil.

A criação do Sistema Único de Assistência Social do Governo do Presidente Lula foi decidida a partir de dezembro de 2003, quando se estabeleceu que haveria uma conferência nacional, em janeiro de 2004, que assumiria a implantação do Sistema. A partir daí, a regulamentação estaria pronta, porque a política era aleatória. Os Municípios assumiriam determinados desafios, os Estados assumiriam outros, bem como algumas organizações sociais. Mas não havia uma política de Estado, não havia uma ação de serviço social prestado à sociedade brasileira.

Dessa forma, não se sabia quanto do Peti seria vinculado a determinado Município, não se sabia qual seria o programa para o atendimento à saúde ou à assistência social do idoso, nem que programa atenderia os portadores de deficiência física. Havia um emaranhado de programas dispersos, aleatórios e desarticulados.

O Ministro Patrus Ananias está de parabéns. Seu Ministério precisa ser submetido a uma justa avaliação política e técnica. Seguramente, haverá unanimidade – ou quase – no reconhecimento dos avanços nesse trabalho. Técnicos de alta qualidade procuram trabalhar articuladamente com a Fundação Getúlio Vargas, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e com o Ipea, demonstrando maturidade e que a política social do Governo é, sim, uma política de Estado, e não uma política de assistencialismo.

Vimos o resultado disso. Foi um conceito de aprendizado. Sei que chama muita atenção – a Senadora Heloísa Helena também tem o mesmo tipo de simpatia que eu – ter o Sistema Único de Saúde como um arcabouço, um referencial.

Há poucas semanas, V. Ex^a falava no Sistema Único de Segurança Pública, concebendo também um paralelo do que é o SUS. Aqui, foi feito esse processo de aprendizado e acolhida do Sistema Único de Assistência Social com o SUS. Ou seja, usamos a norma operacional básica do SUS no SUAS.

O Saúde da Família está no Programa de Atenção Integral à Família, o Paif, entendendo que a proteção social básica passa pela família, estabelecendo 2.500 pessoas, ou 500 famílias, para uma unidade municipal que dê cobertura social à família brasileira.

Foram criados os Centros de Referência em Assistência Social, os CRAS, que reuniram 2.300 equipes em Brasília a fim de avaliar o impacto e o alcance que esse programa de articulação social tem dentro da política de Governo para atender à sociedade brasileira na área da assistência social.

Mais de 5.200 Municípios já se cadastraram e se identificaram no Sistema Único de Assistência Social para implantar um programa mais avançado na sua localidade. Aquele processo desarticulado e confuso foi rompido. Agora, há um processo verticalizado e horizontalizado, quando tem de ser horizontalizado. O Município já tem direito a receber fundo a fundo.

Existem centros mais avançados ainda. Quando a problemática social é maior, alguns Municípios, os bolsões, como no Vale do Jequitinhonha, por exemplo, seguramente têm de ter um centro de referência especializada em assistência social, pelo que representam; no semi-árido nordestino também há bolsões que têm de ter uma ação mais especializada, por sua complexidade. Tudo isso já está estabelecido no Programa de Desenvolvimento Social do Governo.

É a consequência da Loas, de 1993, da nossa Constituição Cidadã de 1988, e da rede de proteção social do Governo Fernando Henrique Cardoso, que foi um amadurecimento para o Sistema Único de Assistência Social.

Falo com o maior orgulho desse programa, que oferece proteção para mais de 40 milhões de brasileiros. Quando observado a fundo, demonstra que o Programa Bolsa Família é uma parte, e não pode ser hipertrofiado como único e grande programa. O Bolsa Família é uma parte fundamental, estratégica e belíssima para a reunião de programas que eram aleatórios, e tenta proteger os desassistidos do Brasil. É a consequência. No entanto, deve ser visto como um todo. Quando falo no PAS, no Cras e no Creas falo de todos os braços de organização que o Ministério de Desenvolvimento Social alcançou. Estamos dando passos definitivos rumo a um novo horizonte para o conceito de seguridade social. V. Ex^a concentra sua vida, também, no campo da Previdência Social e entende quando falo no valor e na dimensão que tem a seguridade social em seu sentido pleno.

Se tivéssemos uma Previdência Social madura, justa, um Sistema Único de Saúde maduro, justo e ético, e uma assistência social com um conceito de política de Estado, o Brasil seria outro. A matriz revolucionária da educação passaria a ser vista apenas como o maior investimento estratégico do País: inteligência.

Fico muito feliz por trazer estes dados ao Plenário do Senado Federal, e gostaria de mencionar o belíssimo artigo da jornalista Rosângela Bittar, publicado no dia 21 de junho, no Jornal **Valor Econômico**, que reconhece a dimensão do programa e sua evolução histórica. Reconhece, também, o trabalho de Márcia Lopes, Secretária Executiva do Ministério da Ação Social.

E eu incluiria o nome de Rômulo Paz, técnico brilhante, contemporâneo meu de faculdade, que depois foi para a Inglaterra estudar Políticas Sociais na área da saúde, as intervenções da saúde na área social, o viés que tem a saúde e a assistência social. E hoje, o Ministro Patrus Ananias, pela experiência de ter sido prefeito, por seu compromisso cristão com a política, estabelece um Ministério que podemos olhar com otimismo e com respeito no meio de tanta dívida social do atual Governo e, seguramente, da política brasileira.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O sistema único de assistência social – Valor Econômico

Rosângela Bittar

21/06/2006

De maneira discreta, até porque ofuscado pela popular vitrine da marca Bolsa Família, o **Ministério do Desenvolvimento Social implantou**, já quase integralmente, ao longo dos últimos dois anos e meio, o **Sistema Único de Assistência Social (Suas), um modelo de gestão criado à imagem e semelhança do Sistema Único de Saúde (SUS).**

Uma iniciativa autêntica deste governo, o sistema tem um breve histórico a se contar: na Constituição de 88, a assistência social se incluiu no critério de seguridade social, junto com a Saúde e a Previdência. Dessa disposição surgiu, em 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), e com ela as características básicas de como deveria ser o novo sistema de assistência social: descentralizado, participativo, financiado por União, Estados e municípios. Um modelo que incluía a responsabilidade dos órgãos gestores da assistência social, a implantação de conselhos municipais, estaduais e o nacional, a criação de fundos públicos para financiar as ações nesta área.

Em um período de 10 anos, o sistema avançou, mas não chegou a ser implantado efetivamente. Márcia Lopes, atualmente secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, que chegou ao governo Lula a convite do ministro Patrus Ananias, como secretária de Assistência Social do ministério, é do ramo há alguns anos e, como poucos no governo, reconhece que o mundo existia antes de 2003.

Até porque ela era secretária de Assistência Social de Londrina, no Paraná, e já lutava pela criação de uma gestão descentralizada da assistência social, que respeitasse as características regionais e municipais.

"De 93, quando foi editada a Loas, a 2003, avançamos muito", reconhece, lembrando porém que foram passos aleatórios, não sistematizados. "Houve avanços, por exemplo, com relação à implantação de conselhos municipais, à realização das conferências nacionais, à criação dos fundos públicos, mas nós não tínhamos uma regulação nacional, o Suas não estava regulamentado", afirma.

Na conferência nacional de assistência social de dezembro de 2003, com a presença de Estados e municípios, é que se decidiu finalmente implantar o sistema único. A política de assistência social, comenta Márcio Lopes, a partir desse momento deixou de ser periférica para transformar-se em política pública sustentada por uma idéia de gestão organizada.

Legítima iniciativa deste governo

"Em janeiro de 2004, conta, com os resultados da conferência nacional, definimos que iríamos assumir esta responsabilidade; era um grande desafio". A assistência social, no Brasil, vinha de anos de desarticulação, falta de critérios para distribuição de recursos, ausência de dados da realidade, de indicadores. Citando alguns dos cerca de 20 programas abrigados no Suas, Márcia Lopes assinala que "eram invisíveis" os critérios para distribuição de recursos para Estados e municípios para o PET, para o combate ao abuso sexual,

para o idoso, para pessoas com deficiência, para o programa Sentinela, para o benefício de proteção continuada da Loas, para o Atenção Integral à Família, o Agente Jovem, entre outros.

Foi tomada, à época, a decisão de unificar os programas de distribuição de renda pré-existentes sob o guarda-chuva do Bolsa Família, com atendimento ampliado e meta de chegar a 11 milhões de famílias no fim deste ano. Restavam os demais programas do ministério que, somados, consomem mais recursos do que o Bolsa Família. Em 2002, o Desenvolvimento Social recebeu R\$ 6 bilhões; em 2003, foram R\$ 8,5 bilhões; em 2004, os recursos saltaram para R\$ 15 bilhões; em 2005, foram R\$ 18 bilhões, e este ano serão de R\$ 22 bilhões para todas as ações. Deste total, R\$ 8, 3 bilhões são do Bolsa Família, ficando o restante, a maior parte, no Fundo Nacional de Assistência Social que apóia o sistema único.

Tal qual o SUS, o Sistema Único de Assistência Social classifica as ações em categorias de proteção. **O Suas regula e organiza, em todo o país, em todos os Estados e 5.564 municípios, a rede de serviços de assistência social, tanto a realizada pelo poder público, como por entidades filantrópicas comunitárias.** Assim, a assistência foi dividida em proteção social básica (equivalentes aos procedimentos feitos nas unidades básicas de saúde) e a proteção social especial (equivalente aos procedimentos de hospitais de referência, especializados).

A proteção básica, assim como na saúde, trata dos processos de prevenção, de acolhimento, de orientação das famílias; a proteção especial se responsabiliza por todo o atendimento a situações de risco

e vulnerabilidade. "São os direitos já violados: o trabalho infantil, o abuso sexual, a população de rua", exemplifica Márcia.

Como os postos de saúde do SUS, na assistência social foram criados os Centros de Referência da Assistência Social (Cras). Já foram implantados 2.300 desses centros para a proteção básica. Indicando como se dá o funcionamento do sistema, Márcia afirma que o governo transfere recursos para os municípios, do fundo nacional de assistência para o fundo municipal, e dali são aplicados, por exemplo, em contratação de assistentes sociais, psicólogos, educadores, para a proteção básica.

Para a proteção especial, considerada mais complexa por causa do atendimento à população em situação de maior risco, foram criados os Centros de Referência de Especialidade de Assistência Social (Creas). Por três dias, nesta semana, os coordenadores dos Cras de todo o país foram reunidos pelo Ministério do Desenvolvimento, em Brasília, para uma rodada de treinamento. Do início de implantação do Suas até agora, já foi aprovada a política nacional de assistência, 94% dos municípios (5.205) já se habilitaram a ingressar no sistema, está aprovada também a norma operacional básica, os recursos vêm sendo distribuídos de acordo com os planos de ação municipais e os critérios do sistema. "Há planejamento, metas, metodologias", cita Márcia Lopes, que por isto se incomoda com a confusão entre assistência social e assistencialismo. **"Assistencialismo é um conceito pejorativo, de não reconhecimento do direito. Quando reconhecemos o direito e começamos a ampliar os serviços para todos terem acesso, não é favor, não é benemerência; é política de Estado, e é isso que nós vamos deixar aí para quem vier"**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tião Viana, e concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, nobre Presidente, Senadora Heloísa Helena. Creio que meu tempo será o mais breve possível.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria apenas de fazer o relato do que ocorreu na semana passada.

Segundo a Assessoria do Governador do Estado – e colocaram manchete em toda a imprensa do Estado –, houve, na sexta-feira da semana passada, uma sabotagem contra o helicóptero do Governador, na cidade de Rolim de Moura.

Causa-me estranheza o fato de, no aeroporto da mesma cidade, ter havido também boato de sabotagem contra o avião do candidato a Governador, à época, Ivo Cassol. Agora, Ivo Cassol, atual Governador, está em pré-campanha novamente para o Governo de Rondônia e surgem esses boatos de que houve sabotagem contra o helicóptero do Governador, no quartel da Polícia Militar de Rolim de Moura, a mesma cidade. Coincidentemente, essa é a minha cidade, da qual fui Prefeito por dois mandatos, a cidade da Deputada Federal Marinha Raupp e de outros correligionários do PMDB.

Então, fico preocupado, porque, neste momento de campanha política, muitas coisas são inventadas, mas não estou desqualificando a informação sobre a sabotagem. Foi dito que colocaram em torno de trinta litros de água no tanque do helicóptero, que estava no pátio da Polícia Militar de Rolim de Moura, em Rondônia. O helicóptero tem chave no tanque. Segundo informações, o comandante do helicóptero disse que somente ele teria a chave do tanque do helicóptero; que ele estava no hotel durante a noite, que, no outro dia cedo, ele foi ligar o helicóptero e verificou que tinha água no combustível. Eu já usei helicóptero por quatro anos, quando fui Governador, e sei que a máquina que puxa o combustível tem filtro para que não entre água no tanque do helicóptero. Então, essa é uma história, no mínimo, intrigante.

O pior é que o próprio Governador, no final de semana, percorrendo vários Municípios do meu Estado, dizia que isso seria um atentado contra a vida do Governador e que teria sido executado por adversários políticos.

Ora, estou, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trazendo este assunto a público porque sou da cidade Rolim de Moura. Fui Governador do Estado e nunca tive problema dessa natureza. A nossa Polícia Militar

é honrada, briosos e responsável. Não quero levantar suspeita contra nenhum membro da Polícia Militar de Rondônia, porque, segundo consta, o helicóptero, Senadora Fátima Cleide, estava no pátio da PM, guardado por policiais militares, chegou de Porto Velho, se não me falhe a memória, na quinta-feira, à tarde, e, na sexta-feira, pela manhã, o piloto estava dando partida no helicóptero, quando verificou que havia esse problema. Portanto, não chegou a decolar. Agora as manchetes dão conta de que, se o helicóptero tivesse voado, teria havido pane e causado um grave acidente.

Essas coincidências estão me deixando intrigado. Já disse, no início do discurso, quando a Senadora Fátima Cleide não estava aqui presente, que, na campanha passada, na mesma cidade, no aeroporto de Rolim de Moura, houve também o comentário, a boataria publicada em manchetes de jornais de que teria havido um atentado contra o avião do Governador. Quero que isso seja apurado.

Outra coisa que também me causou surpresa: o episódio ocorreu na sexta-feira, mas não foi publicado nos jornais de sábado. Lendo as manchetes de domingo, dia em que os jornais são mais lidos, e de segunda-feira, conclui que todas as manchetes dos principais jornais davam conta desse episódio. Por que tais manchetes não foram veiculadas no sábado, mas apenas no domingo? Então, parece-me algo um tanto fantasiosa.

Era o que queria esclarecer à população do meu Estado, porque sou adversário do Governador, sou da cidade Rolim de Moura, onde, ano passado, disseram que ocorreu um atentado contra o avião do Governador. Agora, há boatos de atentado contra o helicóptero do Governador. Então, realmente é muita coincidência. As coincidências não acontecem assim com tanta frequência.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide, que é pré-candidata ao Governo também. Como ele não citou nomes, mencionou apenas “ações dos adversários políticos do Governador”, quem sabe V. Ex^a é suspeita também nesse episódio.

A Sra. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Valdir Raupp, congratulo-me com V. Ex^a pela exposição deste fato no plenário do Senado Federal, justamente por parecer até que todos adversários do atual Governador – e não são pouco adversários, somos em quatro – estão, neste momento, sob suspeita de encomendar algo que não faz o menor sentido nas nossas existências. Quero também me juntar a V. Ex^a para exigir rigorosas apurações desse fato. O Estado

de Rondônia é visto nacionalmente de uma maneira tão ruim, e, todo dia, mais notícias aparecem. E o próprio Governador fomentando esse tipo de coisa... Por isso, também quero apuração rigorosa. Não acredito que os policiais militares do Estado de Rondônia possam ser suspeitos dessa atitude, porque, da forma como V. Ex^a relatou e como a imprensa está relatando, inclusive no jornal que chamamos de “Diário Oficial do Governo do Estado”, que traz com detalhes essa história, dá a entender que a sabotagem foi feita por parte de quem estava cuidando do helicóptero. Então quero também me somar a esse pedido de apuração rigorosa. E tenho certeza de que a Cel. Angelina, grande mulher à frente da Polícia Militar de Rondônia, conduzirá esse processo de forma a esclarecer toda a população de que isso não passou de um equívoco, de um grande equívoco e, creio, de uma grande farsa também. Parabéns a V. Ex^a por trazer esse assunto aqui ao plenário da Casa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Minha preocupação, nobre Senadora, é que o Secretário de Defesa do Estado de Rondônia, nomeado recentemente pelo Governo, foi durante três anos ajudante de ordens do Governador, e, pelo que sei, ele é que está conduzindo as apurações desse episódio. Parece-me que só o Estado pode pedir a colaboração da Polícia Federal. Então, sugiro que a Polícia Federal ajude a elucidar esse episódio, para que não fique o Governador, seus assessores, seus asseclas, circulando pelo Estado e dizendo que esse ato foi praticado pela Oposição, por adversários políticos do Governo.

Era esse fato, Sr^a Presidente, que queria aqui relatar. Mais uma vez, ressalto a minha confiança total na Polícia Militar do meu Estado, polícia que conheço, zelosa do seu trabalho, responsável, em relação à qual não quero aqui deixar nenhuma dúvida quanto ao seu trabalho, uma vez que esse helicóptero, essa aeronave estava sob a guarda da Polícia Militar, no quartel da cidade de Rolim de Moura.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, pelo tempo que julgar necessário ao seu pronunciamento.

A Mesa ainda não tem a relação dos próximos oradores inscritos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da orador.) – Obrigada, Sr^a Presidente.

Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de o Senador Valdir Raupp já ter esclarecido, com tanta propriedade, a situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quero reforçar

o seu apelo para que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal participem das investigações sobre o suposto atentado ocorrido contra o Governador do nosso Estado neste final de semana. Até porque se há uma coisa que não faz parte da minha cultura política é a palavra atentado. Eu me sinto, como disse também o Senador Valdir Raupp, como pré-candidata ao Governo do Estado de Rondônia, colocada no rol de generalização feito pelo Governador como uma das pessoas que poderiam ter tentado sabotar o seu helicóptero. Aliás, helicóptero que a população do Estado de Rondônia paga caríssimo a hora de voo, para que o nosso Chefe do Poder Executivo esteja presente em oito, dez Municípios todos os finais de semana, jogando bola ou patrocinando rodadas festivas com amigos para fazer o seu populismo barato.

Sr^a Presidenta, o que me traz à tribuna nesta tarde é o PLC nº 37, de 2006, que se encontra na Casa para inclusão na pauta de votações. É um projeto de iniciativa do Governo Lula que trata da criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, propondo a instalação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher em todo o País. O projeto propõe também a alteração de artigos do Código de Processo Penal, Código Penal e Lei de Execução Penal.

Todos aqui conhecem a realidade brutal da qual é vítima a mulher brasileira, seja ela pobre, rica, trabalhadora, de classe média, desempregada, dona-de-casa. A triste realidade da violência física, psicológica, moral e sexual que emudece mulheres e famílias cicatriza na alma para sempre as dores de um persistente sofrimento. Um exemplo desta realidade é a revolta dos filhos contra os pais violentos que marca para toda a vida e dificulta a inserção social desses jovens. Segundo pesquisas feitas pela Fundação Perseu Abramo, a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil. Esta é uma realidade que este Governo quer mudar ao criar a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Trabalhando para superar.

Esse projeto, enviado em dezembro de 2004 à Câmara dos Deputados, abraça a determinação histórica do movimento de mulheres de retirar da lista de crimes menores o crime de violência doméstica e familiar praticado contra a mulher.

Esse projeto conta com o apoio de feministas, juízes, organizações de defesa dos direitos humanos e de parlamentares. Mulheres e mães de todas as idades e classes sociais. Foi acolhido de forma muito positiva na Câmara dos Deputados por legisladores e legisladoras de responsabilidade e sensibilidade, defensores dos direitos humanos que ofereceram valiosa

contribuição para seu aperfeiçoamento em todas as Comissões por onde tramitou.

Todos nós somos conhecedores de relatos e mais relatos de crueldade contra as nossas mulheres. E ficamos sabendo de mais, a cada dia que promovemos uma atividade contra a violência praticada contra a mulher. A cada ano esta Casa sedia eventos destinados a fazer essa discussão e a combater a violência doméstica e familiar, contribuindo assim para elevar, em nossa sociedade, a consciência do problema e buscar soluções.

Mas isso não é o bastante, sabemos que não é o bastante, como também não é o bastante aprovarmos novas leis, atualizá-las ou modificá-las.

Todos: Executivo, Legislativo, Judiciário e sociedade precisam estar permanentemente alertas e, de fato, fazer as mudanças necessárias, mudanças procedimentais no atendimento às vítimas, por exemplo; no amparo à família; no trato e julgamento dos algozes; mudanças de comportamentos, de paradigmas e referências. É preciso responder com rigor à cultura de se achar natural os maus-tratos, a desumanidade praticada contra as mulheres.

É preciso estabelecer a cultura da paz e não da violência.

Mas, o que tem o projeto tema de minha fala já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa e que aguarda deliberação? Para começar, sua construção, como todo projeto de forte interesse social no Governo Lula, obedeceu a amplo debate, articulações com os movimentos de mulheres, de direitos humanos, a troca de experiências e dificuldades no enfrentamento do problema por parte de todos que com ele lidam.

Dividido em títulos, o projeto transforma a legislação existente, aumentando a proteção para a mulher agredida e para os seus filhos, encaminhando casos não mais para os juizados especiais, mas para a Justiça comum, onde as punições costumam ser mais rígidas.

É sua intenção disseminar em todas as unidades federativas a instalação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. Eles serão compostos por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde, configurando-se um atendimento multidisciplinar para subsidiar o juiz, o membro do Ministério Público e o defensor com laudos e trabalhos de orientação, encaminhamento e prevenção voltados para vítima, o agressor e familiares.

Segundo dados da Associação Nacional de Juizes, 70% dos casos que passam pelos juizados especiais são de violência contra a mulher. Só isso já expressa a necessidade de se criarem estruturas ade-

quadas para atender à sistemática violação dos direitos humanos das mulheres, violação que se estende a toda a família, atingindo em cheio os filhos e as filhas, vítimas inocentes dos lares onde a agressão é muitas vezes cotidiana.

Com essa proposta, cai por terra – aliás, outras que já tramitaram nesta Casa ou aqui tramitam têm igual objetivo – essa história de o agressor pagar pelo crime com meras cestas básicas, contribuindo para a impunidade.

Oferecer segurança à mulher agredida é também seu propósito, e uma das medidas possíveis de serem adotadas é o afastamento imediato do agressor do convívio familiar.

Esta Casa, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pode se omitir diante de tão grave situação em que se encontram nossas mulheres. A convivência com agressores de violência extremada afeta toda a cadeia de convivência familiar e reduz nossas mulheres, em muitos e muitos casos, a meras estatísticas de homicídio.

Este ano mesmo, somente em Pernambuco, já contabilizamos 154 mulheres assassinadas, a maioria pelo companheiro ou ex-companheiro. Pernambuco chamou a atenção da comunidade internacional de direitos humanos e se consagra como o Estado com o maior índice de violência contra a mulher.

Eu gostaria muito de poder dizer aqui algo diferente sobre o meu Estado, que, se não é o primeiro, está entre os cinco primeiros do País.

Por isso, faço um apelo, já feito por inúmeras integrantes de nossa bancada feminina, e pelas organizações não-governamentais, para a apreciação urgente do PLC 37/2006. Urgência já solicitada, aliás, pela nossa companheira, Senadora Serys Slhessarenko, mediante requerimento aprovado por esta Casa.

Precisamos dar uma demonstração à sociedade brasileira de que esta Casa partilha do anseio de oferecer combate permanente à impunidade, entendendo que os crimes contra os direitos humanos das mulheres são crimes contra toda a sociedade e por isso merecem o rigor da lei.

Por oportuno, parabeno o trabalho da Senadora Jandira Feghali, que apresentou substitutivo na Comissão de Seguridade Social da Câmara, da Deputada Yeda Crusius, Relatora deste projeto na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e da Deputada Iriny Lopes, Relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara Federal, que ofereceu novo substitutivo incorporando as contribuições anteriormente feitas pelos demais Parlamentares nas outras comissões.

É importante também citar o Deputado Carlos Nader, que ao apresentar em 2005 dois projetos de

lei na direção do projeto enviado pelo Governo Lula, incorporados pela Deputada Iriny Lopes, quando da redação final do PLC 37, grande contribuição ofereceu aos debates sobre o projeto na Câmara. Aqui no Senado cumprimento especialmente a Senadora Lúcia Vânia pelo relatório apresentado na Comissão de Constituição Justa.

Por fim, não poderia deixar de cumprimentar o Ministério da Saúde que, em conjunto com a secretaria especial de política para as mulheres, publicou a agenda da mulher. Essa agenda apresenta informações fundamentais para as mulheres na área da saúde,

inclusive orientando sobre a situação de violência sexual e doméstica.

Por oportuno, solicito, Sr^a Presidenta, se possível, que essa publicação seja anexada ao meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer e agradeço ao Senador Sibá Machado por ter feito uma inscrição prévia para mim na semana passada.

DOCUMENTO QUE SE REFERE A SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e parágrafo 2º do Regimento Interno.)

DIREITOS DA MULHER

Segundo a Constituição das Mulheres (art. 226, § 8º da Constituição):

- direito à vida;
- direito à liberdade e à segurança pessoal;
- direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação;
- direito à liberdade de pensamento;
- direito à informação e à educação;
- direito à privacidade;
- direito à saúde e à proteção desta;
- direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família;
- direito a decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los;
- direito aos benefícios do progresso científico;
- direito à liberdade de reunião e participação política; e
- direito a não ser submetida a torturas e maltrato.

Quando o direito não for respeitado, a mulher deve procurar:

- o Ministério Público (MP);
- a Defensoria Pública (DP);
- a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) ou outra Delegacia;
- a Delegacia Regional do Trabalho; e
- seu sindicato

TELEFONES ÚTEIS:

Disque-Saúde – 0800 61 1997
 Central de Atendimento à Mulher – 180
 Disque-Denúncia Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – 0800 990500
 Disque Pare de Fumar – 0800 703 7033
 Polícia Militar – 190
 Samu – 192
 Corpo de Bombeiros – 193

SITES ÚTEIS:

www.saude.gov.br/mulher
www.presidencia.gov.br/spmulheres
www.saude.gov.br/ouvidoria
www.saude.gov.br/bvs



SE/SAU/COORDENADORIA MS - BRASIL/DF - maio - 120x155mm - 05.03.02/2006 - IMPRESSÃO



MAMOGRAFIA

Este exame deve ser feito entre 50 e 59 anos de idade, com intervalo de dois anos.
 Este exame deve ser feito por Mamógrafos ou fatores de técnico(a) em indicações médicas.
 O exame deve ser realizado em uma sala adequada, com iluminação adequada e sem ruídos.

ULTRA-SONOGRAFIAS: PÉLVICA - TRANSVAGINAL / MAMÁRIA / ABDOMINAL E OUTRAS

Formulário de registro de exames de ultrassom com campos para data, nome do paciente, número de identificação, nome do profissional, e uma tabela para anotar os achados dos exames realizados.

ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL

O controle periódico do peso é muito importante para manter a saúde e evitar várias doenças.

Data	Peso (kg)	Altura (m)	IMC (peso/altura ²)	Diagnóstico nutricional

*IMC= Índice de Massa Corporal

ADOLESCENTES

Idade	Percentil de IMC por idade - Adolescente sexo feminino				
	5	15	50	85	95
10	14,23	15,09	17,00	20,19	23,20
11	14,60	15,53	17,67	21,18	24,58
12	14,98	15,98	18,35	22,37	26,09
13	15,38	16,43	19,05	23,68	27,07
14	15,67	16,79	19,72	23,88	27,97
15	16,01	17,16	19,69	24,29	28,51
16	16,32	17,54	20,09	24,74	29,10
17	16,59	17,91	20,36	25,23	29,72
18	16,71	17,99	20,57	25,56	30,22
19	16,87	18,20	20,80	25,85	30,72

Pontos de corte estabelecidos para adolescentes (entre 10 anos e até 20 anos de idade)

PERCENTIL DO IMC
 Menor que 5
 Entre 5 e até 85
 Maior ou igual a 85

DIAGNÓSTICO NUTRICIONAL
 Baixo peso
 Adequado
 Sobrepeso

ADULTAS

Pontos de corte estabelecidos para adultas (de 20 anos e até 60 anos de idade)

IMC
 Menor que 18,5
 Entre 18,5 e até 25
 Entre 25 e até 30
 Maior ou igual a 30

DIAGNÓSTICO NUTRICIONAL
 Baixo peso
 Adequado
 Sobrepeso
 Obesidade

A MULHER E SUA SAÚDE

A saúde depende de vários fatores, como uma boa relação com o meio ambiente em que se vive, ter boas condições de trabalho, moradia, renda, alimentação, descanso, lazer. Para as mulheres a vida pode ser mais difícil devido às desigualdades nas relações de trabalho, o que em geral, ganham menos do que os homens, apesar de trabalhar mais horas do que eles. Além disso, grande parte das mulheres assume uma sobrecarga de responsabilidades com a casa e com os/as filhos/as. Essa situação agrava frente a situação de pobreza e discriminações de raça e etnia (no caso de mães, herdeiras negras e outros grupos). Mesmo assim, as mulheres vivem mais tempo do que os homens, apesar de adoecerem também com maior frequência. As doenças nas mulheres têm maior relação com as discriminações e com suas condições de vidas hostis e sofridas, que tem fatores relacionados ao seu próprio organismo.

As intervenções contidas nesta agenda têm como objetivo oferecer noções básicas para reconhecer as doenças, promover a saúde e colaborar para a melhoria da qualidade de vida das mulheres brasileiras.

A SAÚDE DA MULHER ADULTA

Para garantir a saúde da mulher, é necessário que ela tenha acesso a informações, educação em saúde, saúde sexual e reprodutiva, recebam orientações sobre os cuidados com o seu corpo, os métodos contracepcionais e uso da contracepção tanto masculina como feminina para que tenham a oportunidade de decidir qual é o melhor momento do início da sua vida sexual, evitando, assim, uma gravidez não planejada, as doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS.

O atendimento à adolescente deve acontecer sem discriminações de qualquer tipo, com garantia de privacidade e sigilo. O(a) profissional de saúde deverá atendê-la independentemente da presença de pais ou responsáveis na consulta. No entanto, negociar esta presença com a adolescente é importante para fortalecer as relações familiares. Os assuntos tratados pela adolescente durante o atendimento não poderão ser comentados com seus responsáveis, sem o conhecimento e o consentimento da adolescente, a menos que ela esteja correndo risco de vida.

decição de desenvolvimento físico, psicológico, moral e social.

É muito importante que as adolescentes tenham acesso a informações, a educação em saúde sexual e reprodutiva, recebam orientações sobre os cuidados com o seu corpo, os métodos contracepcionais e uso da contracepção tanto masculina como feminina para que tenham a oportunidade de decidir qual é o melhor momento do início da sua vida sexual, evitando, assim, uma gravidez não planejada, as doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS.

O atendimento à adolescente deve acontecer sem discriminações de qualquer tipo, com garantia de privacidade e sigilo. O(a) profissional de saúde deverá atendê-la independentemente da presença de pais ou responsáveis na consulta. No entanto, negociar esta presença com a adolescente é importante para fortalecer as relações familiares. Os assuntos tratados pela adolescente durante o atendimento não poderão ser comentados com seus responsáveis, sem o conhecimento e o consentimento da adolescente, a menos que ela esteja correndo risco de vida.

A SAÚDE DA ADOLESCENTE

Para garantir a saúde da mulher, é necessário que ela tenha acesso a informações, educação em saúde, saúde sexual e reprodutiva, recebam orientações sobre os cuidados com o seu corpo, os métodos contracepcionais e uso da contracepção tanto masculina como feminina para que tenham a oportunidade de decidir qual é o melhor momento do início da sua vida sexual, evitando, assim, uma gravidez não planejada, as doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS.

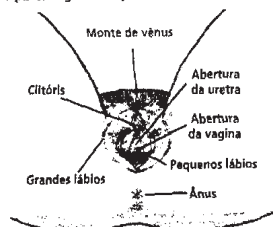
As intervenções contidas nesta agenda têm como objetivo oferecer noções básicas para reconhecer as doenças, promover a saúde e colaborar para a melhoria da qualidade de vida das mulheres brasileiras.

ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA PROMOVER A SAÚDE E PREVENIR DOENÇAS

CONHEÇA SEU CORPO

É imprescindível que todas as mulheres conheçam seu próprio corpo, tenham noção de sua anatomia, desde meninas, antes mesmo do início dos ciclos menstruais. Aprender sobre o funcionamento do aparelho genital ajuda a compreender os sinais, sintomas e transformações que normalmente acontecem a todas as mulheres, permitindo aceitá-los de uma outra forma ou investigá-los e tratá-los quando for necessário.

Aparelho genital - parte externa



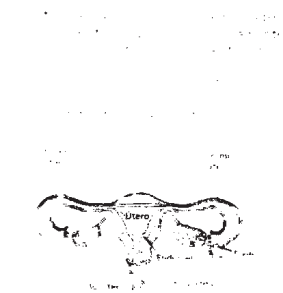
A Vulva é a parte externa da genitália feminina, que protege a vagina. É formada pela uretra, clitóris, orifício vaginal, pequenos lábios e os grandes lábios, que vão unir-se anteriormente para formar o Monte de Vênus, ambos cobertos de pêlos pubianos. Os pequenos lábios são duas pregas menores e de coloração rosada, que envolvem a abertura da uretra e da vagina. No ponto de encontro dos pequenos lábios, acima e à frente, fica o clitóris, formado por estruturas relacionadas diretamente ao prazer feminino. Já o hímen é uma membrana fina encontrada na abertura da vagina, enquanto a mulher não mantém relações sexuais com penetração. Em alguns casos é tão flexível, que nem se rompe com a penetração do pênis, principalmente

se esta é feita com delicadeza, o que se costuma chamar de hímen complacente. O hímen de algumas meninas desaparece totalmente ainda antes do nascimento ou com algumas atividades normais da infância, como andar de bicicleta, abrir as pernas na ginástica, etc. O uso de absorventes internos enquanto não houver penetração vaginal é possível, dependendo do tipo de hímen. Porém, é necessário uma avaliação médica prévia.

A Vagina tem a forma de um canal de 8 a 10 cm de comprimento, de paredes elásticas e liga o colo do útero aos genitais externos. O tamanho da vagina varia de acordo com a raça, estatura e tipo físico, e durante o ato sexual, quando dilata-se e alonga-se. Entre as funções da vagina estão o escoamento da menstruação, a participação na saída do bebê durante o parto e a lubrificação genital para as relações sexuais. A vagina tem uma secreção normal, que modifica-se de acordo com a fase do ciclo menstrual e com a idade. Essa secreção é clara e tem um cheiro próprio, podendo alterar-se quando se utiliza roupas sintéticas que impedem a transpiração, produtos de "higiene íntima", pílula ou injeção anticoncepcional, quando a mulher estiver estressada ou até mesmo com a alimentação.

Aparelho genital - parte interna

O Útero é um órgão muscular, oco por dentro, em formato de pêra, situado dentro da pelve, entre a bexiga e o reto. A porção superior do útero é chamada de corpo e a porção inferior é denominada colo uterino. Ele recebe as trompas uterinas em sua parte superior e se prolonga em direção à vagina. No colo uterino há o canal cervical, que comunica a parte interna do útero com a vagina. O útero é pequeno na infância, se desenvolve a partir dos estímulos hormonais durante a idade fértil, regredindo novamente de volume após a menopausa. A cavidade interna do útero é revestida por uma camada de tecido chamada endométrio, que é renovada a cada mês, após



Trompas de Falópio

As trompas de Falópio são responsáveis por captar o óvulo liberado pelo ovário e transportá-lo para o útero. Também são responsáveis por permitir a fertilização e o transporte do embrião para o útero.

Ovários

Os ovários são responsáveis por produzir e liberar os óvulos. Também produzem hormônios que regulam o ciclo menstrual e a saúde óssea.

ENTENDA SEU CICLO MENSTRUAL

O ciclo menstrual é um processo natural que ocorre no corpo das mulheres. É composto por várias fases, incluindo a menstruação, a fase fértil e a fase infértil. Cada mulher tem seu próprio ciclo, que pode variar em duração e sintomas.

Ciclo menstrual inicia-se no primeiro dia da menstruação e a ovulação normalmente ocorre no meio do ciclo.

O ciclo menstrual é dividido em duas fases principais: a fase fértil e a fase infértil. A fase fértil ocorre no primeiro dia da menstruação e dura aproximadamente 14 dias. Durante esse período, há uma chance de gravidez se houver penetração sem proteção.

O período fértil é a fase do ciclo menstrual em que a mulher tem a maior probabilidade de engravidar. Isso ocorre porque há uma chance de um espermatozoide encontrar um óvulo e se fertilizar. O período fértil pode variar de mulher para mulher, dependendo da duração do ciclo menstrual.

Como calcular o período fértil?

Para calcular o período fértil, é necessário conhecer a duração do ciclo menstrual. Se o ciclo dura 28 dias, o período fértil geralmente ocorre entre o 10º e o 21º dia do ciclo. Se o ciclo for mais longo ou mais curto, o período fértil também pode variar.

• Diminuindo 18 da duração do ciclo mais curto, obtém-se o primeiro dia da fase fértil. Por exemplo: se o ciclo mais curto tiver sido de 28 dias, 28 - 18 = 10. Logo, o 10º dia do ciclo será o primeiro dia da fase fértil.

• Diminuindo 11 da duração do ciclo mais longo, obtém-se o último dia da fase fértil. Por exemplo: se o seu ciclo mais longo tiver sido de 32 dias, 32 - 11 = 21. Isto significa que o 21º dia do ciclo será seu último dia fértil.

No exemplo utilizado acima, o período fértil é do 10º ao 21º dia do ciclo.

Desta forma, se você deseja programar ou evitar uma gravidez por meio de um método natural, você pode conhecer seu período fértil e planejar melhor sua vida reprodutiva. Esta técnica é conhecida como método da **tabela**. A eficácia desse método depende de seu uso correto e da cooperação de ambos os parceiros, o que requer disciplina, conhecimento do funcionamento do corpo e observação atenta. A tabela é individual, cada mulher tem que fazer a sua.

Segundo assim, o ciclo menstrual normal pode variar, mês a mês, dependendo da duração da primeira fase do ciclo. Nos dois anos após o início das menstruações, devido à imaturidade na produção hormonal e a ocorrência frequente de ciclos sem ovulação, é comum algumas adolescentes terem os ciclos irregulares. No entanto, quando essa irregularidade permanece por longo tempo ou ocorre em outra fase da vida da mulher, deve ser avaliada e investigada as suas causas.

Assim como o início dos ciclos está relacionado aos estímulos hormonais e às ovulações, quando termina o período reprodutivo, a mulher para de ovular e também de menstruar. Desta forma, a **menopausa** normalmente ocorre entre 40 e 55 anos de idade, a partir da ausência de menstruações por período de um ano ou mais. A **menopausa** e o **climaterio** (período antes, durante e depois da parada das menstruações) fazem parte do funcionamento normal da vida da mulher. Embora algumas mulheres apresentem alguns sintomas durante a adaptação a essa fase, o que pode ser tratado de acordo com cada caso, **menopausa não é doença!** Durante essa fase não

deve haver sofrimento. Para isso é necessário que haja mudanças nos hábitos de vida (alimentação e atividade física), a fim de promover saúde. Caso os sintomas sejam intensos ou persistam, procure o serviço de saúde para avaliação, tratamento e prevenção de complicações.

HIGIENE ÍNTIMA

Os cuidados com a genitália incluem a sua lavagem diária com sabão ou sabonete neutro. Não é recomendável o uso de lâminas para raspar os pêlos. Recomenda-se lavar a genitália após cada evacuação, mas não a cada micção (xixi). Se usar papel higiênico, faça-o SEMPRE no sentido da vulva para a ânus (da frente para trás), nunca ao contrário, evitando assim a contaminação da vagina por germes que habitam as fezes. **Conveniente evitar:** lavagens genitais frequentes, uso de duchas vaginais, absorventes diários e uso de roupas íntimas ou calças justas de tecido sintético. Esses fatores predisõem ao desenvolvimento da flora vaginal, podendo ocasionar corrimentos ou inflamações. Na praia, rio ou piscina, evite ficar muito tempo com o maquiagem molhada, pois o ambiente quente e úmido favorece a proliferação de fungos.

O QUE É SEXUALIDADE?

A sexualidade envolve aspectos físicos, psicológicos e sociais. Ela é influenciada pela cultura, educação e experiências pessoais. A sexualidade saudável envolve a compreensão dos próprios desejos e a comunicação aberta com o parceiro(a).

Algumas sugestões para melhorar sua sexualidade

- Não tenha medo de experimentar coisas novas que lhe dão mais prazer. A masturbação é uma forma saudável de explorar o corpo e melhorar a sexualidade, mas as pessoas devem sentir-se bem com isso.
- Não tenha medo de falar sobre seus desejos e práticas sexuais com o(a) profissional de saúde. O profissional de saúde pode ajudar a entender o que está acontecendo e para que isso seja feito da melhor forma vai precisar saber mais sobre o assunto.
- Algumas sugestões para melhorar sua sexualidade:
 - Não tenha medo de experimentar coisas novas que lhe dão mais prazer. A masturbação é uma forma saudável de explorar o corpo e melhorar a sexualidade, mas as pessoas devem sentir-se bem com isso.
 - Não tenha medo de falar sobre seus desejos e práticas sexuais com o(a) profissional de saúde. O profissional de saúde pode ajudar a entender o que está acontecendo e para que isso seja feito da melhor forma vai precisar saber mais sobre o assunto.

EXAMES PREVENTIVOS DO CÂNCER

Câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado (maligno) de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se (metástase) para outras regiões do corpo.

PREVENÇÃO DO CÂNCER DO COLO UTERINO

O que é o câncer do colo do útero?

Este tipo de câncer demora muitos anos para se desenvolver. As alterações das células são facilmente descobertas desde o início. Existe uma fase pré-maligna (sem sintomas) do câncer do colo do útero, em que a descoberta é por meio do exame preventivo. Conforme a doença avança, os principais sintomas do câncer são sangramento vaginal, corrimento e dor.

O que pode levar a ter câncer do colo do útero?

Vários são os fatores de risco, sendo que alguns dos principais estão associados às condições socioeconômicas, ao início precoce da atividade sexual, a múltiplos parceiros sexuais, ao fumo (diretamente relacionado a quantidade de cigarros fumados), a higiene íntima inadequada e ao uso prolongado de contraceptivos orais. Estudos mostram que o HPV (Papiloma Virus Humano) tem papel importante no desenvolvimento do câncer do colo do útero. Este vírus está presente em mais de 90% dos casos desse câncer.

Como é o exame preventivo do câncer do colo do útero?

- O exame preventivo (também chamado de teste de Papanicolaou) é a coleta de material das células do colo do útero.
- Para a coleta do material, é introduzido um espéculo vaginal (bico de pato) e se procede à coleta da parte externa e interna do colo por meio de uma espátula de madeira e de uma escovinha. As amostras colhidas são enviadas ao laboratório.
- O exame é simples, normalmente não dói, mas é preciso estar relaxada.
- O exame é realizado nos postos ou unidades de saúde que tenham profissionais de saúde capacitados para realizá-lo.
- Mulheres grávidas podem fazer tranquilamente o preventivo sem prejuízo para si ou para o bebê.

Cuidados necessários antes de fazer exame preventivo:

- não ter relações sexuais com penetração vaginal, nem mesmo com camisinha, 48 horas antes do exame;
- não usar duchas ou medicamentos vaginais e anticoncepcionais locais, 48 horas antes do exame; e
- não deve ser feito quando estiver menstruada, pois a presença de sangue pode alterar o resultado.

Quem e quando fazer o exame preventivo.

Toda mulher que tem ou já teve atividade sexual deve submeter-se a exame preventivo especialmente se estiver na faixa etária dos 25 aos 59 anos de idade.

Inicialmente, um exame deve ser feito a cada ano e, caso 2 exames seguidos (em um intervalo de 1 ano) apresentarem resultado normal, o exame poderá ser feito a cada 3 anos.

Lembre-se: o câncer do colo do útero pode ser evitado! Você, mulher, não pode esperar os sintomas para se prevenir ou tratar, como acontece na maioria das vezes. As possibilidades de cura são 100%, se a mulher fizer o preventivo periodicamente. Busque o resultado, e se necessário, faça o tratamento adequado.

PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA

O que é câncer de mama?

É o tipo de câncer mais frequente na mulher brasileira. Nessa doença ocorre um desenvolvimento anormal das células da mama. Elas multiplicam-se repetidamente até formarem um tumor maligno. Muitas mulheres, porém, perdem um tempo precioso, porque têm medo de procurar um(a) médica(o) e fazer exames.

O câncer de mama é uma doença que tem cura, se descoberto logo no início.

Como você, mulher, pode perceber a doença?

Quando você sentir um caroço na mama, notar uma alteração na cor da pele da mama, ou perceber uma alteração no formato da mama, procure orientação médica imediatamente.

Como descobrir a doença mais cedo?

Realize o exame clínico das mamas regularmente, assim que perceber qualquer alteração, procure orientação médica imediatamente.

O que é o exame clínico das mamas?

O exame clínico das mamas é realizado pelo médico ou enfermeiro, e consiste em palpar as mamas para detectar possíveis alterações.

O que é a mamografia?

A mamografia é um exame de imagem que utiliza raios X para visualizar a mama e detectar possíveis alterações.

O que pode aumentar o risco de ter câncer de mama?

Fatores que podem aumentar o risco de ter câncer de mama incluem idade avançada, histórico familiar, uso de hormônios e obesidade.

As mulheres com mais risco de ter o câncer de mama devem tomar cuidados especiais?

Sim, as mulheres com mais risco de ter o câncer de mama devem tomar cuidados especiais, como exames regulares e mudanças de estilo de vida.

Quando você sentir um caroço na mama, notar uma alteração na cor da pele da mama, ou perceber uma alteração no formato da mama, procure orientação médica imediatamente.

O que você mulher pode fazer para se cuidar?

Para se cuidar, faça exames regulares, mantenha um estilo de vida saudável e procure orientação médica regularmente.

PROTEJA-SE DO CÂNCER DE PELE!

Comunique os principais fatores de risco para desenvolver o câncer de pele.

- História na família de câncer de pele
- Exposição de pele a raios solares, com cabelos e olhos escuros
- Pessoas que trabalham frequentemente expostas ao sol sem proteção adequada
- Exposição prolongada e repetida ao sol na infância e adolescência

Saiba como se proteger

- No trabalho ao ar livre: Não deve de usar roupas que abram a pele; Usar protetor solar; Evitar trabalhar em horários quentes do dia
- No lazer: Evitar exposição prolongada ao sol; Usar protetor solar; Usar roupas que protejam a pele; Evitar exposição prolongada ao sol em horários quentes do dia

No lazer

- Evitar exposição prolongada ao sol; Usar protetor solar; Usar roupas que protejam a pele; Evitar exposição prolongada ao sol em horários quentes do dia

Usar o filtro solar apenas uma vez durante todo o dia não protege por longos períodos. É necessário reaplicá-lo a cada 2 horas durante a exposição solar. Mesmo filtros solares "à prova d'água" devem ser reaplicados.

Faça o auto-exame da pele e identifique os sinais de alerta. Você deve procurar:

- Manchas que mudam de cor, tamanho ou formato
- Feridas que não cicatrizam em 4 semanas
- Manchas que mudam de cor, tamanho ou formato

Como fazer:

- Em frente ao espelho, com os braços levantados, examine seu corpo de frente, de costas e dos lados direito e esquerdo.
- dobre os cotovelos e observe cuidadosamente as mãos, antebraços, braços e axilas
- examine as partes de frente, de trás e dos lados das pernas, assim como a região genital
- sentada, examine atentamente a planta dos pés e os espaços entre os dedos
- com o auxílio do espelho de mão, examine as costas e as nádegas.

O sol é importante para a saúde, mas é preciso ter cuidado com o excesso. Quando seus raios ultravioleta (tipo B) atingem as camadas mais profundas da pele, podem alterar suas células e provocar envelhecimento precoce, lesões nos olhos e até câncer de pele.

Alguns cuidados especiais serão necessários, principalmente para aqueles que trabalham ao ar livre. Lembrem-se: o câncer de pele tem cura quando descoberto e tratado no início. Ao perceber qualquer alteração na pele, consulte um médico/a.

FUMAR É UM RISCO QUE PODEMOS EVITAR!

- O que acontece? Estabelecimentos que oxias fumantes consumidas a cigarros fumantes apresentam um risco:
- 10 vezes maior de sofrer do pulmão
- 5 vezes maior de sofrer infarto
- 5 vezes maior de sofrer bronquite crônica e enfisema pulmonar
- 2 vezes maior de sofrer derrame cerebral
- Além destes riscos as mulheres fumantes devem saber que, o uso de anticoncepcionais associados ao cigarro aumenta em 10 vezes o risco de sofrer derrame cerebral e infarto.

Além de apresentarem sérios riscos em relação à gravidez e à sua saúde reprodutiva...

- Ao parar de fumar seu corpo vai receber benefícios constantes. Veja só:
- após 20 minutos a pressão sanguínea retorna ao normal;
- após 7 horas não há mais nicotina no seu sangue;
- após 8 horas o nível de oxigênio no sangue se normaliza;
- após 12 a 24 horas seus pulmões se tornam melhores;
- após 2 dias seu olfato já percebe melhor os cheiros e seu paladar já degusta melhor a comida;
- após 3 semanas você vai notar que sua respiração se torna mais fácil e a tosse vai melhorar;
- após 1 ano o risco de morte por infarto do miocárdio já foi reduzido pela metade;
- após 5 a 10 anos o risco de sofrer infarto arterial (total) ao das pessoas que nunca fumaram.

Dando o primeiro passo para ser uma NÃO FUMANTE:

O mais importante é escolher uma data para seu primeiro dia sem cigarro. Este dia não precisa ser um dia de sofrimento. Faça que uma ocasião especial e procure programar algo que goste de fazer para se distrair e relaxar.

Ao parar de fumar você pode se sentir ansioso, com dificuldade de concentração, irritabilidade, dores de cabeça e sentir aquela vontade intensa de fumar. Cada pessoa tem uma experiência diferente. Uns sentem mais dor de cabeça, outros não sentem nada. Mas não desanime. Tudo isso vai desaparecer num mínimo de 2 semanas! Procure orientação da profissional de saúde.

Atenção! Cigarros de baixos teores não são uma boa alternativa. Eles fazem tanto mal à saúde quanto outros cigarros. Cuidado com os métodos milagrosos para deixar de fumar. Se tiver dúvidas, procure orientação médica. Somente um/a médico/a poderá avaliar a utilização de outros métodos, como por exemplo, adesivos de nicotina.

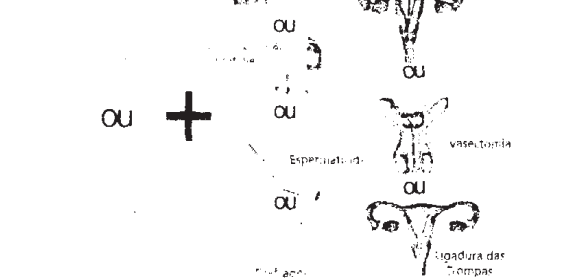
PLANEJAMENTO FAMILIAR

O planejamento familiar é um conjunto de decisões que são oferecidas todos os recursos, tanto físicos quanto psicológicos, para evitar a gravidez indesejada. Esses recursos devem ser escolhidos de acordo com o estilo de vida e a saúde das pessoas. O planejamento familiar ajuda a garantir a liberdade de decidir da pessoa sobre ter ou não filhos.

Existem vários métodos contraceptivos com 99% de eficácia. Entre os principais métodos estão os métodos comportamentais (tabelas), o muco cervical, o método da temperatura basal, os métodos de barreira (Camisinha Masculina ou Feminina), o Dispositivo Intra-Uterino (DIU), os anticoncepcionais orais, os métodos de aplicação, os métodos cirúrgicos (ligadura de trompas e vasectomia) e o uso de preservativos (camisinha masculina ou feminina).

Além de evitar a gravidez, o planejamento familiar também ajuda a prevenir a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e a infecção pelo HIV/AIDS.

O planejamento familiar é uma decisão que deve ser tomada em conjunto com o parceiro(a). É importante procurar um profissional de saúde para escolher o método mais adequado para você.



Além de evitar a gravidez, o planejamento familiar também ajuda a prevenir a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e a infecção pelo HIV/AIDS.

AS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (DST) E A AIDS

As doenças sexualmente transmissíveis (DST) são doenças causadas por vários tipos de agentes. São transmitidas, principalmente, por contato sexual (oral, vaginal ou anal), sem o uso de camisinha, com uma pessoa que esteja infectada, mas que nem sempre apresenta algum sinal ou sintoma. Podem também ser transmitidas da mulher grávida para o bebê durante a gestação, no parto ou pela amamentação, com consequências que podem chegar até ao aborto ou causar graves lesões no feto. Outras DST podem também ser transmitidas por transfusão de sangue contaminado ou por compartilhamento de seringas e agulhas, principalmente no uso de drogas injetáveis.

As principais DST são: cancro mole, gonorréia, uretrites não gonocócicas, tricomoníase, sífilis, herpes genital, papilomavírose humana (condiloma ou HPV), hepatite B, infecção pelo HIV e aids.

Geralmente se manifestam por meio de feridas, corrimentos, dor pélvica, coceiras, bolhas ou verrugas.

Algumas DST são de fácil tratamento e de rápida resolução. Outras, contudo, têm tratamento mais difícil ou podem persistir ativas, apesar da sensação de melhora relatada por pacientes.

É possível prevenir todas essas DST praticando sexo seguro, ou seja, usando a camisinha corretamente.

HIV e aids: Aids é uma doença causada por um vírus chamado HIV, que vai tornando a pessoa fraca, sem defesas contra infecções e assim ela pode contrair várias doenças. Quando a pessoa portadora do HIV começa a pegar várias doenças, diz-se que ela tem aids. O HIV passa de uma pessoa infectada para outra pelo esperma e pela secreção da vagina. O HIV também pode ser transmitido da mãe para o filho durante a gravidez, no parto e pela amamentação. Assim, relações sexuais, sem a proteção da camisinha, são a principal forma de se pegar o vírus da aids.

A pessoa ainda pode se infectar pelo HIV durante o uso de drogas injetáveis, ao compartilhar agulhas e seringas, ou durante a transfusão de sangue contaminado. Por isso, todo sangue deve ser testado para saber se tem o HIV e outras doenças.

Lembre-se:

A aids ainda não tem cura, mas pode ser controlada. A prevenção ao vírus da aids e a solidariedade com quem está infectado são as melhores armas na luta contra a doença.

mais difícil ou podem persistir ativas, apesar da sensação de melhora relatada por pacientes. As mulheres, em especial, devem ser bastante cuidadosas, já que, em diversos casos de DST, não é fácil distinguir os sintomas das reações orgânicas comuns de seu organismo. Isso exige da mulher consultas periódicas ao médico/a. Algumas DST, quando não diagnosticadas e tratadas a tempo, podem evoluir para complicações graves e até a morte.

Em caso de suspeita de DST, a pessoa deve: evitar atividade sexual, até que se esclareça se é ou não uma DST; procurar atendimento profissional em um serviço de saúde para fazer o diagnóstico; realizar o(s) tratamento(s); receber orientações corretas de como evitar a transmissão e também de como comunicar a seu(s) parceiro(s) que está ou esteve doente.

As DST são o principal fator facilitador da transmissão sexual do vírus da aids, pois feridas nos órgãos genitais favorecem a entrada do HIV. O atendimento e o tratamento das DST são gratuitos nos serviços de saúde do SUS. Procure sempre a orientação de um serviço de saúde.

Para saber se você tem o vírus da aids, você precisa fazer o teste anti-HIV, que pode ser feito nos laboratórios de alguns hospitais e centros de saúde do SUS e nos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA). O teste anti-HIV é gratuito e voluntário, não obrigatório, mas é muito importante fazê-lo, pois o diagnóstico precoce permite controlar a infecção, ou seja, previne a aids e, em gestantes, com o tratamento precoce, permite a prevenção da transmissão para o bebê.

Mesmo sem indicação de tratamento, toda pessoa portadora do HIV precisa de acompanhamento médico. A conduta vai depender de como cada pessoa reage à infecção e só um/a médico/a tem condições de avaliar o que pode e deve ser feito.



10 ANOS SAÚDE: DICAS PARA UMA VIDA SAUDÁVEL
10 PASSOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

- PASSO 1: Consuma diariamente uma variedade de frutas, verduras e legumes. Consuma 5 vezes por dia.
- PASSO 2: Não coma frituras mais de 1 vez por dia, no mínimo 4 vezes por semana.
- PASSO 3: Consuma carne magra, leite e produtos lácteos desnatados, como carne com gordura removida, leite desnatado, frutas e salgadinhos, para no máximo uma vez por dia.
- PASSO 4: Consuma a quantidade de sal na comida. Tire o sal da mesa.
- PASSO 5: Evite bebidas açucaradas. Não coma mais de 15 colheres de açúcar por dia.
- PASSO 6: Consuma o consumo de doces, bolos, biscoitos e outros alimentos com muito açúcar para no máximo 2 vezes por semana.
- PASSO 7: Evite consumir alimentos com gordura saturada, como manteiga e óleo.
- PASSO 8: Evite consumir alimentos com gordura trans, como margarina e fast-food.
- PASSO 9: Evite consumir alimentos com excesso de sódio.
- PASSO 10: Consulte um nutricionista para obter orientações específicas e individualizadas de um/a nutricionista.
- PASSO 11: Consuma alimentos ricos em fibras, como frutas, verduras e grãos integrais.
- PASSO 12: Consuma alimentos ricos em cálcio, como leite e derivados.
- PASSO 13: Consuma alimentos ricos em ferro, como carne vermelha e feijão.
- PASSO 14: Consuma alimentos ricos em zinco, como carne vermelha e castanhas.
- PASSO 15: Consuma alimentos ricos em vitamina D, como leite e derivados.
- PASSO 16: Consuma alimentos ricos em vitamina K, como couve e espinafre.
- PASSO 17: Consuma alimentos ricos em vitamina E, como azeite de oliva e castanhas.
- PASSO 18: Consuma alimentos ricos em vitamina C, como frutas cítricas e brócolis.
- PASSO 19: Consuma alimentos ricos em vitamina B12, como carne vermelha e leite.
- PASSO 20: Consuma alimentos ricos em vitamina B6, como batata e banana.
- PASSO 21: Consuma alimentos ricos em vitamina B9, como feijão e espinafre.
- PASSO 22: Consuma alimentos ricos em vitamina A, como cenoura e batata-doce.
- PASSO 23: Consuma alimentos ricos em vitamina B1, como arroz e carne vermelha.
- PASSO 24: Consuma alimentos ricos em vitamina B2, como leite e derivados.
- PASSO 25: Consuma alimentos ricos em vitamina B3, como carne vermelha e peixe.
- PASSO 26: Consuma alimentos ricos em vitamina B5, como leite e derivados.
- PASSO 27: Consuma alimentos ricos em vitamina B6, como batata e banana.
- PASSO 28: Consuma alimentos ricos em vitamina B9, como feijão e espinafre.
- PASSO 29: Consuma alimentos ricos em vitamina A, como cenoura e batata-doce.
- PASSO 30: Consuma alimentos ricos em vitamina B1, como arroz e carne vermelha.
- PASSO 31: Consuma alimentos ricos em vitamina B2, como leite e derivados.
- PASSO 32: Consuma alimentos ricos em vitamina B3, como carne vermelha e peixe.
- PASSO 33: Consuma alimentos ricos em vitamina B5, como leite e derivados.
- PASSO 34: Consuma alimentos ricos em vitamina B6, como batata e banana.
- PASSO 35: Consuma alimentos ricos em vitamina B9, como feijão e espinafre.
- PASSO 36: Consuma alimentos ricos em vitamina A, como cenoura e batata-doce.
- PASSO 37: Consuma alimentos ricos em vitamina B1, como arroz e carne vermelha.
- PASSO 38: Consuma alimentos ricos em vitamina B2, como leite e derivados.
- PASSO 39: Consuma alimentos ricos em vitamina B3, como carne vermelha e peixe.
- PASSO 40: Consuma alimentos ricos em vitamina B5, como leite e derivados.
- PASSO 41: Consuma alimentos ricos em vitamina B6, como batata e banana.
- PASSO 42: Consuma alimentos ricos em vitamina B9, como feijão e espinafre.
- PASSO 43: Consuma alimentos ricos em vitamina A, como cenoura e batata-doce.
- PASSO 44: Consuma alimentos ricos em vitamina B1, como arroz e carne vermelha.
- PASSO 45: Consuma alimentos ricos em vitamina B2, como leite e derivados.
- PASSO 46: Consuma alimentos ricos em vitamina B3, como carne vermelha e peixe.
- PASSO 47: Consuma alimentos ricos em vitamina B5, como leite e derivados.
- PASSO 48: Consuma alimentos ricos em vitamina B6, como batata e banana.
- PASSO 49: Consuma alimentos ricos em vitamina B9, como feijão e espinafre.
- PASSO 50: Consuma alimentos ricos em vitamina A, como cenoura e batata-doce.
- PASSO 51: Consuma alimentos ricos em vitamina B1, como arroz e carne vermelha.
- PASSO 52: Consuma alimentos ricos em vitamina B2, como leite e derivados.
- PASSO 53: Consuma alimentos ricos em vitamina B3, como carne vermelha e peixe.
- PASSO 54: Consuma alimentos ricos em vitamina B5, como leite e derivados.
- PASSO 55: Consuma alimentos ricos em vitamina B6, como batata e banana.
- PASSO 56: Consuma alimentos ricos em vitamina B9, como feijão e espinafre.
- PASSO 57: Consuma alimentos ricos em vitamina A, como cenoura e batata-doce.
- PASSO 58: Consuma alimentos ricos em vitamina B1, como arroz e carne vermelha.
- PASSO 59: Consuma alimentos ricos em vitamina B2, como leite e derivados.
- PASSO 60: Consuma alimentos ricos em vitamina B3, como carne vermelha e peixe.
- PASSO 61: Consuma alimentos ricos em vitamina B5, como leite e derivados.
- PASSO 62: Consuma alimentos ricos em vitamina B6, como batata e banana.
- PASSO 63: Consuma alimentos ricos em vitamina B9, como feijão e espinafre.
- PASSO 64: Consuma alimentos ricos em vitamina A, como cenoura e batata-doce.
- PASSO 65: Consuma alimentos ricos em vitamina B1, como arroz e carne vermelha.
- PASSO 66: Consuma alimentos ricos em vitamina B2, como leite e derivados.
- PASSO 67: Consuma alimentos ricos em vitamina B3, como carne vermelha e peixe.
- PASSO 68: Consuma alimentos ricos em vitamina B5, como leite e derivados.
- PASSO 69: Consuma alimentos ricos em vitamina B6, como batata e banana.
- PASSO 70: Consuma alimentos ricos em vitamina B9, como feijão e espinafre.
- PASSO 71: Consuma alimentos ricos em vitamina A, como cenoura e batata-doce.
- PASSO 72: Consuma alimentos ricos em vitamina B1, como arroz e carne vermelha.
- PASSO 73: Consuma alimentos ricos em vitamina B2, como leite e derivados.
- PASSO 74: Consuma alimentos ricos em vitamina B3, como carne vermelha e peixe.
- PASSO 75: Consuma alimentos ricos em vitamina B5, como leite e derivados.
- PASSO 76: Consuma alimentos ricos em vitamina B6, como batata e banana.
- PASSO 77: Consuma alimentos ricos em vitamina B9, como feijão e espinafre.
- PASSO 78: Consuma alimentos ricos em vitamina A, como cenoura e batata-doce.
- PASSO 79: Consuma alimentos ricos em vitamina B1, como arroz e carne vermelha.
- PASSO 80: Consuma alimentos ricos em vitamina B2, como leite e derivados.
- PASSO 81: Consuma alimentos ricos em vitamina B3, como carne vermelha e peixe.
- PASSO 82: Consuma alimentos ricos em vitamina B5, como leite e derivados.
- PASSO 83: Consuma alimentos ricos em vitamina B6, como batata e banana.
- PASSO 84: Consuma alimentos ricos em vitamina B9, como feijão e espinafre.
- PASSO 85: Consuma alimentos ricos em vitamina A, como cenoura e batata-doce.
- PASSO 86: Consuma alimentos ricos em vitamina B1, como arroz e carne vermelha.
- PASSO 87: Consuma alimentos ricos em vitamina B2, como leite e derivados.
- PASSO 88: Consuma alimentos ricos em vitamina B3, como carne vermelha e peixe.
- PASSO 89: Consuma alimentos ricos em vitamina B5, como leite e derivados.
- PASSO 90: Consuma alimentos ricos em vitamina B6, como batata e banana.
- PASSO 91: Consuma alimentos ricos em vitamina B9, como feijão e espinafre.
- PASSO 92: Consuma alimentos ricos em vitamina A, como cenoura e batata-doce.
- PASSO 93: Consuma alimentos ricos em vitamina B1, como arroz e carne vermelha.
- PASSO 94: Consuma alimentos ricos em vitamina B2, como leite e derivados.
- PASSO 95: Consuma alimentos ricos em vitamina B3, como carne vermelha e peixe.
- PASSO 96: Consuma alimentos ricos em vitamina B5, como leite e derivados.
- PASSO 97: Consuma alimentos ricos em vitamina B6, como batata e banana.
- PASSO 98: Consuma alimentos ricos em vitamina B9, como feijão e espinafre.
- PASSO 99: Consuma alimentos ricos em vitamina A, como cenoura e batata-doce.
- PASSO 100: Consuma alimentos ricos em vitamina B1, como arroz e carne vermelha.

mulheres que precisam de dietas especiais, por exemplo, para diabetes, hipertensão e colesterol alto, devem receber orientações específicas e individualizadas de um/a nutricionista.

CUIDADOS PARA PROMOVER E MANTER A SAÚDE BUCAL



limpar os dentes com uma escova de dentes adequada e pasta de dente fluorada. Escovar os dentes duas vezes ao dia, antes e depois das refeições, por pelo menos dois minutos. Usar fio dental diariamente para remover o acúmulo de placa e restos de alimentos entre os dentes.

Se a pessoa usa prótese total (dentadura), ela deve limpar a prótese fora da boca com pasta de dente e escova de dente e depois colocá-la na boca para limpar a língua e a prótese. Se a pessoa usa prótese parcial removível (parcial), ela deve limpar a prótese fora da boca com pasta de dente e escova de dente e depois colocá-la na boca para limpar a língua e a prótese.

Se a pessoa utiliza prótese parcial removível (parcial), ela deve limpar a prótese fora da boca com pasta de dente e escova de dente e depois colocá-la na boca para limpar a língua e a prótese. Se a pessoa utiliza prótese total (dentadura), ela deve limpar a prótese fora da boca com pasta de dente e escova de dente e depois colocá-la na boca para limpar a língua e a prótese.

Mulheres no climatério: neste período, algumas mulheres podem apresentar sintomas de osteoporose, como dores nas costas e fraturas ósseas. É importante consumir alimentos ricos em cálcio e vitamina D para manter a saúde óssea. Além disso, é importante fazer exames regulares de densitometria óssea para avaliar o risco de fraturas.

levar à maior fragilidade óssea. Quando associada à higienização inadequada, pode induzir à doença periodontal e à perda de dentes.

COMO LIMPAR BEM OS DENTES?

• A escovação dos dentes deve ser feita com escova de tamanho adequado e cerdas macias diariamente.

• Passe o fio ou fita dental entre todos os dentes, com delicadeza para não machucar a gengiva. Depois que o fio passar pelo ponto mais apertado entre os dentes, leve-o até o espaço existente entre a gengiva e o dente e pressione-o sobre o dente buxando a superfície até a ponta do dente. Primeiro de um lado, depois do outro.

• Escovar a língua é muito importante, pois ela acumula restos alimentares e bactérias que provocam mau hálito. Faça movimentos cuidadosos com a escova, "varrendo" a língua da parte interna até a ponta.

• Se a pessoa usa prótese total (dentadura), ela deve limpar a prótese fora da boca com pasta de dente, fazer uma limpeza da boca, principalmente da língua, e em seguida colocar a prótese na boca.

• Se a pessoa utiliza prótese parcial removível (parcial), ela deve limpar a prótese fora da boca com pasta de dente e escova de dente e depois colocá-la na boca para limpar a língua e a prótese.

• Quando a pessoa não tem dentes e não faz uso de prótese, ela deve fazer a limpeza da boca com fralda molhada em água e não esquecer de limpar bem a língua com escova de dentes macia ou limpador de língua, fazendo movimentos no sentido de dentro para fora, nunca com a escova voltada para o final da língua; isso é para evitar que machuque a garganta e para não causar ansia de vômito.

• A fluoroterapia é recomendada para manter os níveis de flúor na boca e isso pode ser feito por meio do uso de pastas de dentes com flúor, que ajudam na redução da cárie.

ATIVIDADE FÍSICA

Os Ministérios da Saúde e do Esporte advertem: caminhar, sorrir, dançar, brincar, nadar, jogar no time da rua, pedalar: tudo faz bem à saúde, se for praticado com regularidade. Você não precisa ser uma atleta olímpica, nem frequentar uma academia de ginástica, basta escolher uma atividade que lhe dê prazer e ficar firme no propósito de se fazer bem. Afinal, a prática de um esporte, de uma atividade de lazer ou uma simples caminhada lhe traz muitas vantagens, sem falar nos novos amigos que você pode fazer. Participe e estimule as brincadeiras ativas com as crianças. Relembre as atividades de sua infância e estimule seus filhos a praticá-las. É bom para o corpo e para a sua relação com eles!

- fortalece os músculos e ossos;
- melhora a qualidade do sono; e
- melhora a frequência dos batimentos do coração e a circulação do sangue.

- riscos de doenças cardiovasculares (hipertensão, infarto);
- ansiedade e depressão;
- obesidade e diabetes (açúcar no sangue);
- osteoporose; e
- alguns tipos de câncer.

- nunca caminhe ou pratique esportes em jejum e procure manter-se bem hidratada;
- a companhia de alguém de que você gosta torna seus exercícios mais agradáveis;
- dê preferência a lugares apropriados como parques, praças, e centros de esporte e lazer, com boa iluminação e segurança;
- na prática de exercícios, procure orientação profissional e respeite seus limites; e
- busque as horas mais frescas do dia e evite a exposição exagerada ao sol.

- evite usar elevadores, se possível, use escadas ou rampas;
- junte a turma do prédio, da rua, do bairro ou da escola para jogar vôlei, peteca, ou qualquer esporte;
- leve o cachorro para passear, saia para dançar; e
- procure estacionar o carro um pouco mais longe do destino, ou desça da condução um ou dois pontos antes.

ANTES DE PRATICAR EXERCÍCIOS, CONSULTE UM MÉDICO.

VACINAS

Vacinas são importantes meios de proteção contra doenças que podem causar muitos problemas. É importante conhecer as vacinas disponíveis para mulheres adolescentes e adultas (acima de 10 anos) e estar com o calendário de vacinação em dia. Caso esteja com as vacinas em atraso, procure o serviço público de saúde. Mantenha seu Cartão de Vacinação atualizado.



VACINA	DOENÇAS	DOSES	OBSERVAÇÕES
dT: Dupla bacteriana tipo adulto	Difteria Tétano	3 doses, com intervalo de 2 meses entre elas. O reforço é após cada 10 anos.	Grávidas, que receberam sua última dose há mais de 5 (cinco) anos, precisam receber uma dose de reforço. Em caso de ferimentos graves, a dose de reforço deve ser antecipada para cinco anos após a última dose.
Tríplice viral - SCR	Sarampo Caxumba Rubéola	Dose única.	Se você já recebeu a vacina Tríplice Viral (SCR), não é necessário revacinar. É importante tomar a vacina antes de engravidar, para prevenir rubéola congênita, ou no período de pós-parto imediato. Se tomou a vacina e não sabia que estava grávida, você deve procurar o serviço de saúde.
Hepatite B	Hepatite B	3 doses: a 2ª após um mês, e a 3ª após 6 meses da primeira dose.	Caso tenha recebido a vacina contra Hepatite B, as três doses devidamente comprovadas no cartão de vacinação, não precisa mais receber esta vacina.
Febre amarela	Febre Amarela	Dose única, com reforço a cada 10 anos.	Indicada para residentes ou pessoas que viajarão para: <ul style="list-style-type: none"> • áreas endêmicas: Região Norte e MA, MT, MS, GO e DF. • áreas de transição: alguns municípios do PI, BA, MG, SP, PR, SC e RS. • áreas de risco potencial: alguns municípios da BA, ES e MG.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendida na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, na verdade, eu gostaria de um esclarecimento. Matéria do **Correio Braziliense** de hoje trata de uma questão que já vem surgindo de vem em quando, no dia-a-dia, e que traz aqui, em detalhes, informações de todos os tipos de repasse que a Tesouraria da Casa faz aos seus Parlamentares.

Há uma riqueza de detalhes tão grande que eu fico aqui a me perguntar se esses detalhes são públicos e, sendo públicos, eu não sabia. Se não são públicos, como podem ter adquirido tais informações, se foi por terceiro? Pergunto se alguém poderia nos esclarecer se a Mesa concede informação dessa natureza para a imprensa ou para qualquer pessoa. Eu estou incomodado com isso aqui. Na qualidade inclusive de amigo da pessoa citada, de companheiro de Bancada, eu solicito essas informações.

Nós tivemos aqui o episódio da história de sigilo, como foi o calor do debate nesta Casa, e se não vale para um não vale para ninguém. Estou aqui solicitando uma informação para saber se tiveram acesso a essa matéria. A matéria está assinada pelos jornalistas Ana D'Angelo e Lúcio Vaz, do **Correio Braziliense** de hoje, que informa em detalhes a tramitação financeira de membros do Senado Federal. Neste caso, quero saber de V. Ex^a se esse procedimento é de público ou se devo procurar outras informações à Presidência ou a outras pessoas, membros da Mesa Diretora do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Bom, conforme o art. 215, Inciso II, letra “b”, do Regimento Interno, que trata de esclarecimentos sobre atos de administração interna do Senado, eu encaminharei o requerimento de V. Ex^a para que o Presidente ou a Mesa possa despachá-lo, por meio de uma consulta à Diretoria-Geral.

Entretanto, eu, como Senadora também, gostaria de fazer um breve relato. Eu não conheço a matéria. Portanto, nem sei quem V. Ex^a está citando.

Mas tenho absoluta certeza e convicção de que, por respeito às normas jurídicas vigentes, não cabe sigilo daquilo que é a utilização de dinheiro público disponibilizado aos gabinetes. Então, só nesse sentido. Não sei do que V. Ex^a está tratando, não faço juízo de valor sobre o fato, até porque V. Ex^a não falou quem é o Senador que está sendo citado na matéria. Entretanto, aquilo que é recurso público disponibilizado aos gabinetes, eu entendo que deve ser tratado de forma

pública; portanto, não-sigiloso. O que é completamente distinto, diferente daquilo que é sigilo bancário, fiscal ou telefônico para quem quer preservar – o que não é o meu caso, pois não tenho sigilo bancário, fiscal e telefônico.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A minha preocupação, Sr^a Presidente, é a riqueza de informações, ou seja, trata de quaisquer tipos de repasses formais, é claro, do Senado Federal aos Parlamentares: salários...

A matéria está aqui, não quero citar, porque eu queria tirar a dúvida. Em seguida, se necessário for, nós fazemos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está ótimo. Conforme o art. 215, eu estou encaminhando para esclarecimentos pela Diretoria do Senado, embora eu não tenha dúvida de que não cabe sigilo e que, portanto, todo cidadão, seja o mais simples ou a imprensa, tem direito a ter acesso a esses dados, por mais que seja constrangedor a qualquer Parlamentar, para mim ou para V. Ex^a. Mas, sendo dinheiro público, disponibilizado formalmente, respaldado por Portaria Interna ou por decisão da Casa, não cabe sigilo. Mesmo assim, eu encaminho o requerimento de V. Ex^a, cumprindo a obrigação por estar, provisoriamente, na Mesa, o requerimento de V. Ex^a, para que o Sr. Presidente solicite da Diretoria-Geral as informações solicitadas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr^a Presidente.

A Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra à Senadora Heloísa Helena, nos moldes como S. Ex^a orienta toda vez que usamos a tribuna, pelo tempo que assim entender necessário.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paim. Sei do esforço que fez para estar na Presidência da Casa, adiando uma reunião para que eu pudesse fazer uso da palavra. Tenho certeza de que se trata de um tema que V. Ex^a compartilhará comigo.

Hoje, como sabem todos, é o Dia Mundial de Combate à Tortura. Claro que há muito tempo na história de humanidade, buscaram-se mecanismos para combater a tortura. Essa condição condenável, não apenas porque é desumana, degradante, promove atos cruéis contra a dignidade da pessoa humana, como também, já demonstrado, é ineficiente e estúpi-

da, inclusive quando utilizada como “metodologia” das investigações policiais.

Não é à toa que já há muito tempo, há dois séculos, muitos juristas romanos apresentavam suas dúvidas sobre a credibilidade de informações decorrentes de práticas de tortura ou adquiridas por elas. Até porque existem muitas pessoas cuja relação com o sofrimento físico é modificada.

Existem pessoas que, mesmo culpadas, agüentam o sofrimento físico de tal forma que nem sob tortura são capazes de confessar o crime que cometeram. E existem outras que, não por serem mais fracas, mas mais frágeis para agüentar o sofrimento humano, são capazes de assumir a culpa do que elas nunca fizeram.

Existem vários depoimentos. Trouxe apenas um, para aqui lembrar, de uma simples cabeleireira piauiense que foi torturada em uma delegacia do País. Ela dizia que os choques eram tão violentos que o corpo parecia decolar do chão: “Amordaçada, eu não conseguia gritar. Fiquei pendurada por horas. Desmaiei várias vezes. Quando acordei, minhas roupas estavam sujas de sangue, eu cheirava a urina e tinha tanta febre que não conseguia conter o vômito. Nua, eu assumi a culpa. Eles me deram uma Novalgina e foram embora”.

Existe, ao longo da história da humanidade, a promoção de torturas diversas, desde a Idade Média, com os chamados tribunais eclesiásticos, os tribunais do Santo Ofício, que de santo nada tinham; muito pelo contrário, absolutamente condenáveis pela lógica da espiritualidade de Deus, de qualquer espírito cristão ou de qualquer outra forma de expressão da espiritualidade ou da religiosidade; os campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, onde judeus, comunistas, ciganos, homossexuais eram submetidos a torturas infames; outras formas de perseguição implacável, seja pela cor da pele, pela religiosidade, pela orientação sexual; torturas em regimes ditatoriais, capitalistas ou – supostamente, porque nunca foram, mas que se reivindicavam – socialistas. Enfim, muitas dessas coisas que são realmente gravíssimas.

Neste dia, vou falar sobre um outro tipo de tortura, Senador Paulo Paim. Vou falar do sistema prisional e de suas torturas. Sei que, todas as vezes que falamos sobre isto, imediatamente muitas pessoas mandam *e-mails*, dizendo que não estamos pensando na dor das vítimas, das pessoas que foram assassinadas pelos que lá estão privados de liberdade.

Sempre respondo e digo: por favor, não queiram me solicitar uma dor, porque essa dor implacável eu já sofri com o meu irmão mais velho querido, assassinado covardemente – como filho de pobre, nunca acharam o assassino –, achado no meio do matagal

com balaços de doze pelo seu corpo, que tirou o brilho dos seus olhos claros e a sua alegria.

Portanto, não queiram cobrar dores porque essas dores nós já sofremos.

Acho muito importante, porque infelizmente – infelizmente mesmo – o debate da violência só vem a público diante do mar de sangue em que policiais foram assassinados, em que pessoas ligadas ao Comando Vermelho (ou não) foram assassinadas também, ou em que, como no vídeo “Falcão”, uma criança disse que quando crescer queria ser bandido. Depois as pessoas esquecem completamente.

Não é à toa que, mesmo depois de o vídeo ser apresentado à sociedade, exibindo experiências traumatizantes de meninas pequenas que eram obrigadas a fazer sexo oral com traficantes de drogas em troca de maconha e de *crack*, e mesmo depois do mar de sangue em função dos assassinatos ocorridos dos dois lados, absolutamente nada foi feito pelo Governo Federal.

Eu falava que o Congresso Nacional poderia exigir novo pacto federativo em relação ao aparato de segurança pública. Nem vou falar do tratamento das causas, porque muitas vezes V. Ex^a, assim como a Senadora Patrícia Saboya, a Senadora Lúcia Vânia e a Senadora Iris de Araújo, falam daquilo que significa possibilidade de prevenção, para que nossas crianças e jovens não permaneçam na marginalidade, na criminalidade, no narcotráfico e na violência como último refúgio.

Há uma questão grave no sistema prisional brasileiro.

Não é uma coisa qualquer. Todos os dias há rebelião. Está ocorrendo rebelião no Espírito Santo agora, como já houve nas Febems da minha Alagoas e no sistema prisional, como há no Rio Grande do Sul e em todos os Estados da Federação. Alguns casos são mais escondidos, mas vivenciados em alguma matéria de jornal, como aquele em que uma criança corta a cabeça da outra criança, ou aquele em que pobre mata pobre, ou aquele em que matam o carcereiro, ou aquele em que se torna vítima o familiar que vai visitar o preso. Não é uma coisa qualquer, mas um problema de alta complexidade a ser resolvido.

Tem de ser iniciado imediatamente um projeto claro para o sistema prisional brasileiro, dando conta da ressocialização e do combate implacável à corrupção, seja do aparato de segurança pública no sistema prisional ou no crime organizado.

Não é uma coisa qualquer. Quem assiste às cenas veiculadas pelos meios de comunicação está vendo claramente o que acontece no sistema prisional brasileiro, Senador Paulo Paim. Trata-se de um mecanismo de tortura, de tratamento desumano e degradante. Se

as pessoas que lá estão, privadas de liberdade, promovem tratamento desumano, violência desumana e degradante às suas vítimas, não há o que justifique o fato de a pessoa, ao ser aprisionada, privada de liberdade, ser mutilada todos os dias e explorada sexualmente.

Nos presídios brasileiros, para se protegerem, acontece violência sexual todos os dias. Se o Estado brasileiro não protege os seus presos, quem protege é a facção criminosa e deles cobra a ausência de estupro todos os dias e de violências, as mais diversas, até que estejam integrados à rede maldita do crime organizado dos PCCs da vida.

É essencial que o sistema prisional brasileiro tenha, ao mesmo tempo, condições dignas de salário, formação para os agentes penitenciários, combate implacável a todas as formas de corrupção do sistema, atendimento médico e psicoterápico da população carcerária. Cada vez é maior a incidência de Aids, de doenças sexualmente transmissíveis, de tuberculose e de outras coisas igualmente graves. Evitar a dependência e a utilização de drogas psicotrópicas dentro do sistema prisional é essencial. Precisamos promover o acesso ao ensino fundamental, a profissionalização, os projetos agrícolas, a capacitação, tendo em vista a ressocialização da pessoa pela inserção no mercado de trabalho.

É necessário o monitoramento de cada um dos presos. Sei que o Senador Magno Malta, várias vezes, já falou sobre o assunto. É inaceitável que não existam mecanismos de controle para o sistema prisional brasileiro. É inaceitável que 60% da população de uma cidade fique sem usar celular para minimizar a possibilidade de utilização de celulares dentro do sistema prisional. É inaceitável – e o Senador Romeu Tuma já falou várias vezes sobre a questão – que não tenhamos nem o mecanismo mais simples existente em vários países do mundo. É barato. Causa um impacto financeiro mixuruca. O impacto social e na área de segurança pública, no entanto, são gigantescos.

Falo da pequena pulseira, ou tornozeleira, com um chip que monitora cada um dos passos de cada um dos presos, esteja ele em liberdade provisória, utilizando o indulto ou encarcerado. É inaceitável dizer que eles não podem ser monitorados, fiscalizados, controlados.

Quanto à questão da relação de presos por metro quadrado, à separação dos presos por delito, por periculosidade, por antecedente criminal, entre presos condenados e provisórios, eu já falei 500 vezes, e 500 vezes mais direi, enquanto cordas vocais eu tiver – embora já muito combalidas –, que é inaceitável um preso, em vez de ser encarcerado pelo crime cometido, pelo

antecedente criminal, pelo grau de periculosidade, seja encarcerado conforme a facção criminosa em que ele “milita”. E quem “milita” numa facção criminosa imediatamente declara, para não ser assassinado numa ala vizinha. Quem não é de nenhuma facção criminosa passa a ser quando lá está.

Então, faço mais uma vez, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um apelo no sentido de que o Governo Federal, diante de todos os dados concretos, objetivos, tenha um diagnóstico completo da área de segurança pública, incluindo o sistema prisional brasileiro. Todos os Secretários de Segurança Pública, de Justiça Social, ou qualquer nomenclatura que tenha nos Estados, fizeram um diagnóstico com um nível de detalhamento inimaginável. Então, é essencial que o Governo Federal chame todos esses Secretários, representantes do sistema prisional brasileiro para uma reunião – não é para fazer mais uma reunião de fotografia, porque não adianta reunião de fotografia nem no Senado, nem no Palácio do Planalto nem em nenhum Estado brasileiro. Com todo esse diagnóstico estabelecido pelas Secretarias de Segurança dos Estados brasileiros, com todas as propostas concretas a serem implementadas a curto prazo, a partir de agora, o Governo Federal tem que assumir a coordenação desse processo e estabelecer um pacto federativo, relacionado diretamente à área de segurança pública e ao sistema prisional brasileiro, para que não tenhamos que amargar mais novos, malditos e inimagináveis dias de violência neste País.

Este é o apelo que faço: que todas as proposições concretas apresentadas sejam assumidas pelo Governo Federal, estabelecendo quais os mecanismos que serão disponibilizados, quer seja de recursos financeiros, quer seja de prerrogativas assumidas pelos Municípios, pelos Estados e pelo Governo Federal, para que possamos, ao menos, minimizar o risco de ver ações de tanta violência.

Então, que, neste dia, Dia Mundial contra a Tortura, além da convenção contra tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes, possamos incluir questões em relação a essa situação gravíssima por que passa o sistema prisional brasileiro.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, pelo tempo que entender necessário para fazer a sua exposição.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, vimos à tribuna fazer um breve comentário sobre a Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores,

que homologa a candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição e a candidatura de seu Vice, o atual Vice-Presidente, José Alencar.

Foi uma convenção, como era de se esperar, muito representativa e que contou com a presença de cerca de dois mil militantes. Cremos que todos os Estados estavam lá representados. Quase todos os candidatos e pré-candidatos aos Governos Estaduais, não só do PT, mas dos diversos Partidos que comporão tanto a aliança nacional formal quanto as alianças nos Estados, estiveram presentes ao evento.

Estamos muito felizes porque saímos dali convencidos de que o debate nacional tem ocorrer, acima de tudo, sobre a construção do Brasil dos sonhos de todos nós.

No nosso Estado, haverá convenção na próxima sexta-feira, dia 30. Registramos a nossa alegria pela formatação da aliança feita no Estado do Acre. Nosso pré-candidato atual ao Governo do Estado será o nosso Vice-Governador, Binho Marques; para o Senado, na campanha de reeleição, o Senador Tião Viana. Formamos aliança com onze Partidos. Estamos construindo coletivamente a proposta de um novo plano de Governo, visando definir o que fazer para o futuro daquele Estado no novo período. Vamos insistir num debate de construção local. Vamos nos recusar a fazer um debate que venha a falar de qualidades individuais de pessoas. No nosso entendimento, ao se colocarem no ambiente da disputa política, as pessoas têm que estar preparadas para todo tipo de diversidade.

Senadora Heloísa Helena, ouvi hoje a entrevista de V. Ex^a na CBN, com o Heródoto; ouvi também o pré-candidato do P-SOL ao Governo do Estado de São Paulo, nosso companheiro Plínio de Arruda Sampaio. Confesso que esse é o tipo de debate que inspira as respostas imediatas que V. Ex^a apresentou naquele momento e, com certeza, vão engrandecer qualquer rodada que fizermos: pública, coletiva ou individual, como deverão ser as rodadas de debate para essas eleições. Isto é o que o Brasil está querendo: uma conversa franca, direta, objetiva sobre o que e como fazer. Vi que o Heródoto está muito bem afiado para as perguntas, não tergiversa, vai direto ao ponto; e V. Ex^a se revelou conforme já conhecemos nesta Casa: firme na hora de dar as respostas. Claro que temos divergências em alguns pontos, mas estou falando da qualidade do que foi a entrevista.

Ele disse que vai ouvir todos os pré-candidatos, o que é muito importante porque enriquece o Brasil a demonstração de como pensamos nosso País para o futuro.

Nessa experiência que tivemos – pegando trechos do discurso do Presidente Lula –, assumimos um

Governo que muitas pessoas imaginavam que seria muito bom na área social e um fracasso no equilíbrio fiscal. Imaginavam que o Governo iria fazer o caos na reforma agrária, iria criar o maior embaraço no setor financeiro, que jamais honraria seus compromissos internos e externos e assim por diante.

Admitimos que temos também as nossas falhas, que não somos perfeitos, que também somos também passíveis de erros, porque essa é a natureza humana. Mas é claro que o Presidente Lula, para muitas pessoas, agora se revela a pessoa que elas não imaginavam: com muita capacidade de liderança, com uma visão muito grande, que conhece muito bem os problemas deste nosso País, que conhece muito o contexto em que o Brasil vive com seus vizinhos na América do Sul e com o resto do mundo; que conhece muito bem as nossas necessidades sociais, os anseios de nossa sociedade; e que conhece muito bem os deveres e responsabilidades de um administrador público. Sua Excelência se revela uma pessoa acima das temperaturas. Olhem que não foram poucos os momentos conjunturais, pontuais, e muitas pessoas imaginavam que esse seria o tom do futuro do Brasil e, consecutivamente, o tom do futuro do Governo.

Vejamos o caso do Mercosul: bastaram algumas palavras do Governo do Uruguai e muitas pessoas cantaram que o Mercosul estava acabado; vide o caso da Bolívia quando se viu a decisão do Governo boliviano sobre o gás, que muitos diziam que estava encerrada a possibilidade de o Brasil ser o líder da América do Sul; vide o caso da Venezuela, quando, naquele momento de turbulências internas, imaginava-se que era uma nova onda da presença imperialista na América do Sul; e assim por diante. E em todas elas, as decisões do nosso Presidente foram muito bem calculadas, analisadas e responsáveis. Vide os resultados muito positivos para o Brasil e para o Mercosul, como para os Estados circunvizinhos.

Vide o papel do nosso Presidente em relação às negociações, seja na questão da ONU, da OMC, seja nos debates feitos sobre os programas sociais, como é o caso do combate à fome. Em todas elas, o Presidente lidera como ninguém uma nova forma de relações internacionais.

De vez em quando, o debate nos traz, no Brasil, uma visão catastrofista. Também já fomos um pouco isso. Não posso dizer que nunca o fizemos. Fizemos. Durante muitos anos, pregávamos situações que nos levavam a pensar que torcíamos pelo catastrofismo.

Temos a responsabilidade e o entendimento de que, ao administrar o País, não somos mais apenas o Partido dos Trabalhadores. Administrar o Brasil é ad-

ministrar a vontade, o interesse e os direitos de 180 milhões de pessoas.

Portanto, o nosso Presidente, o Presidente Lula, preparadíssimo para a função que exerce, está, no nosso entendimento, mais amadurecido ainda para uma segunda gestão.

O instituto da reeleição, Sr^a Presidente, não foi inventado por nós. Nós não criamos isso. Não é uma decisão de V. Ex^a, do PT, nem de nenhum de nós que fazíamos oposição naquele momento. Foi uma decisão do partido que governava o Brasil naquele ano de 1997.

Continuo acreditando que reeleição não é bom nem para o País, nem para a democracia. Foi um teste que se fez. Vamos concordar que foi bom para se fazer uma experiência, mas se revela impossível de continuar.

Temos a consciência de que, no Brasil, ainda estamos longe de encontrar um ideal de organização político-partidária, uma nova acomodação política que responda por esta liderança por que o País tem que trilhar no seu futuro imediato.

Quando olhamos a estabilidade interna do Brasil, perguntamos o que foi o equilíbrio das contas. Tínhamos um país endividado em 63% de todas as suas rendas. De cada R\$100,00 produzidos no Brasil, devíamos R\$63,00.

O modelo de governo instalado na época – e aqui não vou julgar o mérito, não quero julgar particularidades – trilhou o caminho da venda de estatais: vender as estatais para fazer o equilíbrio de contas. Não conseguiu muito o equilíbrio das contas, o endividamento cresceu e ficamos sem empresas estratégicas.

Pensou-se também na venda de empresas como o Banco do Brasil. Pensou-se na quebra do monopólio total da Petrobras com consecutiva venda para o capital privado da participação pública. Pensou-se na extinção ou quase extinção da Caixa Econômica Federal. Foi quase declarada a extinção do Banco do Nordeste do Brasil. Foi quase declarada a extinção do Banco da Amazônia. Queriam reduzir o que é o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e a Caixa Econômica das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte a uma representação na cidade de Fortaleza. Era esse o Brasil que estava em curso. Foi extinta a figura dos bancos estaduais. O grande Banespa, uma potência como era aquele Banco, foi vendido! Foram vendidas muitas empresas, o que, na nossa concepção, não havia nenhuma necessidade. Estamos provando que é possível governar com o desendividamento do Brasil, sem precisar vender nenhuma empresa pública.

Então, de 63% do endividamento do Brasil, hoje estamos na faixa de 51,5%. E, se vencermos essa

meta de estarmos com a taxa Selic abaixo dos 15% até dezembro próximo, na faixa de 12%, inevitavelmente o endividamento brasileiro, a relação dívida/PIB cairá para menos de 50%. Este, no nosso entendimento, é o receituário. Embora saibamos perfeitamente que ainda não é aquilo que se deseja, pensamos que estamos no caminho certo.

Ouvi de V. Ex^a uma afirmação que me chama a atenção e com a qual concordo plenamente, quando lhe foi perguntado sobre a autonomia do Banco Central. Penso que V. Ex^a responde de uma maneira que é do agrado de muitas pessoas. O Banco Central é de responsabilidade da autoridade pública que foi eleita. Ao elegermos o Presidente da República, esta pessoa responde por todas as instituições a ela subordinadas.

Não podemos tratar o Banco Central como se o estivéssemos considerando uma figura completamente fora das decisões de Governo. Neste ponto, temos concordância.

No que diz respeito aos investimentos, no desendividamento, o Brasil caminha para contratos cada vez melhores no campo internacional, nas suas relações internacionais. Então, no nosso entendimento, esse é mais um ponto de acerto. Com a diminuição da taxa Selic, teremos uma migração de dinheiro do capital estrangeiro para o capital industrial, o setor produtivo. Ao se fazer isso, estaremos gerando um potencial de consumo no Brasil. E devemos ter o maior cuidado possível para que esta procura não possa gerar uma nova inflação.

Com o controle total da inflação, mantendo-se uma média abaixo dos 5% para o novo período, atingindo-se, em cinco anos consecutivos, um crescimento de quatro pontos percentuais na média nacional, teremos um Brasil inevitavelmente muito melhor do que qualquer outra economia que cresce a ritmos bem mais altos do que ouvimos falar hoje.

Tenho falado aqui várias vezes – este é o caso que sempre uso para comparação – do crescimento da China e da Índia. Estes dois países crescem nos níveis mais elevados da atualidade, por um período mais extenso e prolongado, mas com um grande diferencial: isso não se está revertendo imediatamente em distribuição de renda.

Esse problema também assola os Estados Unidos e quase todas as economias da Europa. Vivem, de um lado, as benesses do que se chama um crescimento prolongado e acima da média de 5%, mas com dificuldades na distribuição de renda. No caso do Brasil, por conquista do atual Governo, do Presidente Lula, temos o desendividamento, temos exportações crescentes, temos distribuição de renda – é isso o que faz com que o Brasil aponte para o crescimento sustentável – e temos a

reinserção de investimento na chamada matriz da infraestrutura, tanto no caso da energia, dos combustíveis em geral, como na forma de transporte.

O Governo retoma as ferrovias, que estavam praticamente abandonadas. A produção primária do Brasil, seja na área da mineração, seja na área da agricultura, deve chegar a cerca de 150 milhões de toneladas em 2010. Com essa produção, se o nosso Brasil insistir em transporte sobre rodas e pneus, sobre caminhões, é claro que vamos perder competitividade, porque vamos ter um transporte muito mais caro, com seus custos de manutenção muito mais altos. Então, é inevitável que o Brasil faça o intercâmbio das suas vias de transporte rodoviário, hidroviário, ferroviário, marítimo e também, em alguns casos, aeroviário.

O Governo retoma o debate sobre ferrovias. Isso é importante, porque vamos ter uma maior capacidade de carga e poderemos dar maior competitividade na nossa produção primária, tanto agrícola quanto mineral. As nossas empresas que trabalham nesse setor inevitavelmente terão melhor faturamento. E o Governo insiste que nessas matrizes haja a participação de pequenos, principalmente da área da reforma agrária.

Então, acredito que o que vamos apresentar, ouvindo muito bem o Presidente Lula no debate desta campanha eleitoral, é o Brasil que temos e o Brasil que queremos. Claro que não nos furtaremos a responder a tudo o que possa envolver o nosso Partido ou pessoas de nosso Partido. Não nos furtaremos a dar as explicações que acharmos convenientes e necessárias. Mas, é claro, o debate pelo Brasil é o que vai nos nortear.

Faremos uma aliança já no primeiro turno. Infelizmente, a verticalização, com a concordância de todos, foi feita em um tempo que não permitiu aos Partidos se ajustarem e se organizarem para tal – mas continuo defendendo a verticalização –, por isso não podemos ter as alianças formalizadas no âmbito nacional já em primeiro turno. Mas é claro que um partido político do porte do PT sabe que é impossível se governar sozinho.

Muitos não gostam de tratar se o Brasil ainda pensa ideologicamente sobre o que é Esquerda, Direita, centro, Centro-direita, Centro-esquerda, extrema direita, extrema esquerda. É claro que há algum tempo o Brasil já não discute mais sobre esse patamar, mas o perfil das alianças está colocado. Quando se discutia a participação do PMDB numa aliança conosco, sabíamos que os que trabalhavam em sentido contrário o faziam porque queriam o PMDB consigo. Entendemos perfeitamente e sabemos que isso não passa de um debate pré-eleitoral. Então, nós do PT trabalharemos firmemente esta aliança, ainda que informal, com o PMDB.

O nosso Partido ainda vai insistir na aliança formal com o PSB e com o PC do B. Esta aliança, Sr^a

Presidente, já existe desde 1990, quando criamos a Frente Brasil Popular, que foi responsável por eleger o Presidente Lula, em segundo turno, com a expressiva votação de mais de trinta milhões de votos. Essa aliança se reproduz em muitos Estados brasileiros, inclusive lá no meu Acre. Desde 1990, ela é praticamente a mesma. Em um momento somou doze partidos e agora possui onze, todos cientes das obrigações que têm com o País e com o nosso Estado.

Então, essas alianças, no meu entendimento, vêm para reafirmar que nenhum partido hoje tem as condições de governar sozinho. É preciso haver um programa discutido coletivamente; é preciso ter um plano de governo discutido coletivamente; é preciso ter uma gestão coletiva, com a participação de todos, sabendo que temos uma pessoa do porte do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nós sabemos que não há uma varinha de condão. Aqui não há mágica. Aqui o que há são decisões sobre prioridades dos investimentos, de cortes, do equilíbrio de contas, de tudo o mais. Assim sendo, rogo que todos os militantes do PT em todo o Brasil, em todos os Estados, dêem-se as mãos, juntem-se nessa missão de um grito de guerra, para que possamos dar oportunidade de uma segunda gestão do Governo do Presidente Lula.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Sibá, permite-me um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Logo ouvirei V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

Estou dizendo isso, Sr^a Presidente, porque, no momento da crise, muitos diziam que o PT acabaria; houve, inclusive, frases que considero muito infelizes para o debate político – não é mais o caso citá-las neste momento –, mas a resposta foi dada. Quando houve a eleição interna do PT para decidirmos nossas instâncias, das presidências de nossos diretórios, mais de 80 mil de novos filiados e filiadas participaram, mostrando que nosso Partido está vivo, que nosso Partido é atuante. Portanto, é nesse calor, é nesse clima, é nesse ambiente que participaremos de mais um embate, como manda a nossa Constituição e como mandam os desejos de nossa sociedade.

Ouçó, com atenção, o aparte do Senador Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Sibá Machado, eu vinha acompanhando o seu pronunciamento e quero fazer uma pergunta a V. Ex^a. No passado, o PT tinha como bandeira a ética; no passado, o PT tinha como tema: “Brasil Decente” – e eu me recordo da campanha do PT: “Brasil Decente” –, e hoje não estamos mais ouvindo falarem desses temas: decência, ética, honestidade, seriedade. Não estou condenando, não! Estou elaborando uma pergunta. Outro fato que estranhei foi que inúmeras pessoas que foram acusadas – muitas não foram punidas;

algumas, sim – estavam presentes na Convenção, como se nada tivesse acontecido. Será que é por causa do envolvimento de alguns integrantes do PT no mensalão que não se fala mais em Brasil decente, não se fala mais em ética, não se fala mais em moralidade? Será que é por causa do envolvimento dessas pessoas do PT? José Dirceu foi cassado; o Ministro Palocci foi demitido; houve o caso de Santo André, em que falaram de envolvimento no assassinato do Prefeito; e uma série de acontecimentos deixaram realmente a política um pouco para baixo, promovidos até por pessoas que integram o PT. E lá estavam agora na convenção. A pergunta, para tirar a dúvida, é: o PT não fala mais em Brasil decente, não fala mais em ética, só porque tem essas pessoas todas envolvidas em corrupção? Ou não; eles mesmos são sem ética, são repudiados pelo PT e estão lá porque foram intrusos nesse evento? Cadê a frase: “Brasil Decente”? Ela sumiu?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Pavan, esse é o tipo de debate que não faremos. A Justiça que cuide desse trabalho, que investigue as pessoas que crê deva investigar e esteja livre para tal, como nunca esteve.

Quero dizer, com toda a segurança e tranqüilidade, que, quando Geraldo Brindeiro era Procurador-Geral da República, a imprensa nacional dizia diariamente que ele era o “engavetador-mor” do Governo de V. Ex^a, e nós não vamos tratar desse assunto. Não vamos topar trabalhar dessa maneira.

O que ainda estiver para ser julgado, rastreado, divulgado e publicado, que seja. Se qualquer pessoa que estiver no comando de campanha do Presidente Lula ou no dos nossos governos estaduais e do nosso Partido tiver algo a responder, responderá.

Então, vamos tratar do Governo. O que ele pôde realizar e o que poderá vir a realizar, sem nos furtarmos a dar as respostas que julgarmos necessárias.

A questão da ética é premente, é óbvio. Se tivermos que ainda tratar, quanto à ética, de questões localizadas, também o faremos. Agora, ela não faz mais parte do *slogan* da campanha porque temos um outro assunto muito mais premente para tratar, ou seja, o que o nosso Governo fará.

Diante desse debate, fica muito claro que se, porventura, a Oposição quiser usar como, digamos assim, seu carro-chefe esse tipo de atenção, esteja à vontade. Se julgarmos que devemos responder, nós o faremos. No que competir à Justiça, ela o fará. Mas daqui para frente o assunto é governabilidade. Vamos tratar do Brasil, pois é sobre isso, com certeza, que a população está um pouco mais interessada em ouvir.

Sr^a Presidente, para avançar um pouco mais no debate, quero manifestar algumas opiniões sobre a CPI. Confesso que estou cada vez mais preocupado com a

questão do tempo: temos sessenta dias para apresentar um relatório robusto, contundente e preciso, evitando a injustiça de envolver pessoas que, eventualmente, não tenham nada a ver com o problema.

Estou muito preocupado. Podemos ter um Brasil hexacampeão, e isso, inevitavelmente, interfere – basta observarmos que, cada vez que a nossa Seleção joga, o País pára para assisti-la; restaurantes param, hotéis param, tudo pára para assistir ao jogo da nossa Seleção. Então, até o dia 9, com certeza, será assim. Em seguida, começam as campanhas eleitorais, e haverá recesso na Casa a partir do dia 17, podendo ir até o dia 31. A LDO, segundo o nosso Relator, é provável que seja votada em tempo hábil; assim, o recesso é possível de ocorrer.

Neste caso, acredito que só há uma saída, de acordo com o nosso Presidente: vamos nos debruçar ao máximo sobre documentações, vamos fechar entendimento sobre que tipo de pessoa deve prestar depoimentos, para que não nos percamos em muitos depoimentos que não contribuam, e devemos deixar muito claro para a sociedade que não é papel da CPI condenar absolutamente ninguém. O papel da CPI é apenas apresentar sugestões para que as instâncias da Justiça possam cumprir o seu papel e, é claro, que os Parlamentares envolvidos sejam submetidos aos Conselhos de Ética das duas Casas.

Assim, registro aqui a opinião de uma pessoa que está de espírito aberto para o debate. Com certeza, teremos nesta Casa excelentes momentos para que possamos apresentar pontos de vista.

Volto a dizer: parablenizo V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, pela entrevista de hoje. Gostei demais e acredito que essas são as palavras que o Brasil gostaria de ouvir de todos nós.

Muito obrigado pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo, pelo tempo que entender necessário, e, depois, ao Senador Leonel Pavan, também pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna fazer um registro que considero importante e também um apelo para que votemos, na próxima quarta-feira, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que propõe as regras para o Orçamento do próximo ano.

Sou Relator da LDO na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Na última semana, construindo um amplo entendimento, conseguimos aprovar, com o voto de todas as Lideranças, a proposta da nova LDO. Registro que foram apresentadas a essa proposta 2.321 emendas, das quais conseguimos atender, integral ou parcialmente, 609 emendas ao anexo e 552 emendas ao corpo da lei. Portanto, foram mais de 1.100 emendas atendidas, buscando compatibilizar a LDO com a visão do Congresso, com a visão dos Partidos políticos, com a visão das Lideranças e dos Parlamentares que atuam naquela Comissão.

Sr^a Presidenta, quero registrar que fizemos algumas modificações importantes nessa proposta da LDO. Primeiro, sinalizamos a redução dos gastos com custeio da máquina pública.

No próximo ano, o setor público só poderá gastar com diárias, passagens e publicidade 90% do que gastou este ano. Portanto, terá de haver, necessariamente, uma redução de pelo menos 10% nessas despesas, além da redução de 0,1% do PIB nas dotações e nos gastos autorizados para o custeio e as transferências.

Além disso, estamos tomando uma decisão dura: reduzir em 30% o volume de restos a pagar. Anualmente, a inscrição de restos a pagar vinha subindo, o que, de certa forma, mostrava que havia empenhos no Orçamento sem que houvesse execução orçamentária. Agora, terá de haver 30% menos que o ano anterior na inscrição “restos a pagar”.

Além disso, priorizamos algumas ações importantes para o País, inclusive a pesquisa e o transporte de gás, exatamente para evitar dependência do Brasil com relação à Bolívia, como ocorreu nos últimos meses.

Também criamos um mecanismo muito importante: o da transparência na fiscalização, principalmente no que diz respeito às transferências voluntárias a entidades privadas ou ONGs e Oscips, ou seja, entidades sem fins lucrativos. Estamos criando uma nova regra que fará com que se possa fiscalizar melhor a liberação de recursos para essas entidades, inclusive, com proibições e com a necessidade de apresentação dos membros da diretoria dessas entidades, para que, em parecer prévio na Comissão de Orçamento, a matéria seja aprovada.

Conseguimos também diminuir a exigência de contrapartida para os Municípios mais pobres do País. No caso da contrapartida, tratar igualmente os Municípios mais pobres e os Municípios médios é injusto. Esse era um mecanismo que terminava concentrando renda. Um Município razoável, economicamente bem, tem condições de dar 5% ou 10% de contrapartida. No entanto, um Município pobre não tem condições de dar uma contrapartida nessa proporção. Portanto, criamos um mecanismo para reduzir a necessidade de contrapartida, com comparação

dos IDHs, exatamente para que os Municípios de IDHs mais baixos tenham as menores contrapartidas.

Sr^a Presidente, criamos também mecanismos para ressalvar do contingenciamento algumas despesas. Já foram ressalvadas em outras LDOs a área de ciência e tecnologia. Estabelecemos como ressalva de contingenciamento a prevenção e o combate à violência contra a mulher; a aquisição e a distribuição de alimentos destinados ao combate à fome, pelo Ministério do Desenvolvimento Social; os gastos com defesa animal, vegetal na questão sanitária. Fizemos essa ressalva exatamente para ter os recursos necessários para combater uma possível ocorrência da gripe do frango e para combater a febre aftosa. Enfim, são áreas que não podem prescindir de uma atuação emergencial.

Elaboramos vários mecanismos que vão forçar o Poder Executivo a comparar e a aplicar recursos para a redução das desigualdades de gênero, de raça, de etnia, de idade, de pessoas portadoras de necessidades especiais e das desigualdades regionais. Mais de 30 emendas foram provadas exatamente em entendimento a vários setores que atuam nessa área.

Neste rápido registro sobre a LDO, eu gostaria de definir o papel, a contribuição de todas as lideranças partidárias, independentemente do posicionamento político-eleitoral, independentemente de ser ou não da base do Governo. Para confecção dessa LDO, houve contribuição de todos os Parlamentares, de todos os partidos, de todas as Lideranças.

Espero que, na próxima quarta-feira, possamos, numa sessão do Congresso Nacional, manter esse entendimento, votar essa matéria que é tão importante para o País, avançar em todos esses mecanismos que registramos e aprovar uma obrigação do Congresso. De acordo com a Constituição, o Congresso só pode entrar em recesso depois da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Como Relator, cumpri meu papel. Desde o dia 1º de junho, o relatório está pronto. Debates muito esse relatório e o aprovamos na semana passada. Agora cabe ao Congresso Nacional referendar essa LDO que avança, como eu disse, nos mecanismos de transparência, de fiscalização e de controle dos gastos públicos.

Peço a transcrição desses itens que mencionei, Sr^a Presidente, e agradeço a oportunidade de fazer esta comunicação a todo o País.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 - Principais Alterações Constantes do Substitutivo apresentado pelo Senador Romero Jucá

Ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 foram apresentadas 2.321 emendas, das quais 872 referem-se ao Anexo de Metas e Prioridades e 1.449 ao texto da lei e demais anexos. Dessas, foram aprovadas, integral ou parcialmente, 609 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades e 552 emendas ao corpo da lei e demais anexos, o que totaliza 1.161 emendas aprovadas.

Dentre as principais alterações introduzidas pelo Substitutivo destacam-se:

a) Controle do aumento das despesas primárias correntes da União.

Com vistas a garantir a obtenção da meta de superávit fixada, foi aperfeiçoada a regra, introduzida no PLDO, que prevê a obrigatoriedade de redução da dotação autorizada em 2007 de 0,1 ponto percentual do PIB em relação ao autorizado em 2006.

No substitutivo apresentado prevê-se que essa redução deva ocorrer também nos valores empenhados no exercício. Nesse sentido, não só as dotações autorizadas deverão ser reduzidas em 0,1 ponto percentual do PIB, mas o controle deve se estender à execução do orçamento e limitar também o empenho das dotações em 2007 em relação ao empenhado no exercício de 2006.

Ficam ressalvadas do cálculo dessa redução, além das previsões já constantes do PLDO, os subsídios e subvenções ao setor agrícola, a aquisição e formação de estoques públicos, as medidas que assegurem o financiamento da produção e a estabilidade dos preços agrícolas e o Fundo Constitucional do Distrito Federal, nos termos da Lei no 10.633, de 27 de dezembro de 2002. Essas ressalvas fazem-se necessárias, devido ao caráter obrigatório das despesas e à possibilidade de eventual elevação demasiada de gastos inviabilizar a execução das demais despesas primárias correntes.

Incluiu-se limite às despesas com publicidade, passagens e diárias que não poderão exceder, em 2007, a 90% (noventa por cento) do valor empenhado em 2006.

b) Redução de 30% da inscrição de despesas em restos a pagar, liquidados ou não, com base no montante inscrito em 2006, medida que representa apoio à manutenção do equilíbrio fiscal e redução da pressão sobre o orçamento do ano seguinte;

c) Anexo de Metas e Prioridades:

Priorizou-se o acolhimento de emendas que definem programas e ações de caráter nacional, com destaque para as destinadas à área social e àquelas que visam a redução das desigualdades regionais. As ações que objetivam a redução das desigualdades de raça, gênero, etnia e pessoas com deficiência também tiveram prioridade.

Foram rejeitadas as emendas que priorizavam obras específicas, localidades, ou regiões, em razão de que compete à LDO definir prioridades que orientem a elaboração e a execução orçamentária, sem antecipar o direcionamento da programação.

A partir dos critérios estabelecidos, foram acolhidas, parcial ou integralmente, 609 emendas, das 872 apresentadas ao Anexo I.

d) Transferências Voluntárias a Entidades Públicas e ao Setor Privado:

Com o objetivo de propiciar melhor controle e equidade das diversas formas de transferências a entidades públicas e privadas, na busca por critérios que privilegiem a transparência, publicidade, economicidade e eficiência das ações públicas, foram incluídas as seguintes medidas:

- 1) obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos convênios em páginas específicas na internet mantidas pelos órgãos concedentes;
- 2) ampliação da obrigatoriedade de informações dessas entidades no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG;
- 3) obrigatoriedade da informatização da prestação de contas dos convênios;

- 4) exigência de contrapartida a ser oferecida pelas entidades beneficiárias, definindo-se para esse fim os percentuais exigidos dos municípios onde as instituições estiverem legalmente registrados;
 - 5) redução do percentual máximo de contrapartida a ser exigida dos municípios com até 25.000 para as transferências voluntárias da União, de 8% para 5%.
 - 6) redução da exigência de contrapartida dos Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM abaixo de 0,600 ou localizados na faixa de fronteira, com limite mínimo fixado em 1% e máximo em 3%.
 - 7) extensão, aos municípios beneficiários de transferências voluntárias da obrigatoriedade da adoção dos procedimentos definidos para União relativos à licitação, contratação, execução e controle, dentre eles os relativos ao pregão eletrônico.
 - 8) obrigatoriedade de inclusão no SIAFI das informações relativas à descrição do bem ou serviços adquiridos e o número do contrato, convênio ou instrumentos congêneres.
- e) No intuito de preservar as decisões tomadas no âmbito do Congresso Nacional, vedou-se o cancelamento de dotações oriundas de emendas parlamentares para atender a créditos adicionais, salvo se demonstrada a inviabilidade técnica ou legal da execução da programação objeto da emenda. Vedou-se, também, o acréscimo de recursos relativos à modalidade de aplicação 50 (transferências a entidades privadas) à conta de redução de dotações que tenham sido incluídas pelo Congresso Nacional nas demais modalidades.
- f) Execução Provisória do Orçamento.

Foram aprovadas diversas emendas para retirar, do PLDO, os dispositivos que possibilitavam a execução da totalidade do projeto de lei orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional, caso este não fosse sancionado até 31 de dezembro de 2006. Entendeu-se que a manutenção dessa autorização usurparia as prerrogativas do Congresso Nacional quanto à definição dos gastos públicos. No entanto, possibilitou-se a execução, na forma de duodécimo, das despesas correntes de caráter inadiável e relevante constantes do projeto de lei orçamentária e das dotações referentes a obras e projetos de investimento em andamento ou cujos contratos já tenham sido firmados.

- g) Inclusão de novas despesas no Anexo V - Despesas Ressalvadas do Contingenciamento:
- 1) Normatização e Fiscalização, Defesa Sanitária Vegetal, Defesa Sanitária Animal e Normatização e Qualidade, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
 - 2) Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher;
 - 3) Promoção do Desenvolvimento do Estado do Tocantins - Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda (CF, ADCT, art. 13, § 6º);
 - 4) Aquisição e distribuição de alimentos destinados ao combate à fome, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- h) Objetivando o aperfeiçoamento do Projeto no que se refere à diretriz constitucional de redução das desigualdades, foram acolhidas emendas que:
- 1) determinam que o Projeto de Lei orçamentária Anual venha acompanhado de relatório anual de avaliação da execução dos programas voltados ao combate das desigualdades nas dimensões de gênero, raça, etnia, idade, regional e de pessoas com deficiência;
 - 2) impõem que se obedeça à diretriz de redução das desigualdades de gênero, raça e etnia, quando da elaboração e execução do orçamento fiscal e da seguridade social;
 - 3) vedam a concessão ou renovação de empréstimos ou financiamentos pelas agências financeiras oficiais de fomento a empresas ou grupos empresariais cujos dirigentes sejam condenados por assédio moral, racismo ou trabalho escravo;
 - 4) determinam às agências oficiais de fomento que observem a diretriz de redução das desigualdades de gênero, raça, etnia, idade, regional e de pessoas com deficiência, na definição da política de aplicação de seus recursos e que publiquem relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate a tais desigualdades.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, que no momento preside a Mesa do Senado, Sr^{as} e Srs. Senadores, inscrevi-me para falar porque estou um pouco preocupado com a liberação das nossas emendas.

Recebi algumas manifestações de Prefeitos que estão ansiosos com a liberação dos recursos. Hoje é dia 26, e somente podem ser assinados convênios até o final do mês. Todos os direitos constitucionais que tenho em relação às emendas parlamentares foram seguidos rigorosamente, como prevê a lei.

Os recursos destinados pela Bancada de Santa Catarina – a minha parte, a parte do PSDB – foram-me dados para que eu pudesse fatiá-los entre Prefeituras do meu Estado. Outros recursos são aqueles a que temos direito – penso que são R\$ 5 milhões – para também dividir entre Prefeituras de nossos Estados.

Designei recursos para cidades com mil, dois mil, cinco mil habitantes e até para cidades grandes, como Joinville, para a qual designei R\$ 400 mil. Para a capital de Santa Catarina, Florianópolis, também liberei uma emenda; para São José, outra grande cidade, para Tubarão e para inúmeras outras cidades de Santa Catarina.

Mas tenho ficado um pouco preocupado porque, das cerca de 100 cidades para as quais designei recursos, entre as emendas de Bancada e a emenda individual, dividi R\$ 100 mil, R\$ 120 mil, R\$ 150 mil e R\$ 80 mil para Municípios pequenos. São recursos que vão ajudar – e muito – as localidades menores. Embora sejam poucos, os recursos são de grande importância. Alguns se destinam a infra-estrutura, na parte de saneamento; outros, a construção de postos de saúde, de creche, de casa de idosos, de portal turístico, de casa de cultura; a compra de equipamentos agrícolas.

Todo o trabalho que tivemos creio não valeu a pena ou não vai valer a pena. Não é possível que haja uma certa má vontade por parte do atual Governo Federal em relação às nossas emendas. No ano passado, fui prejudicado, e muito, porque não repassaram os recursos que deveriam ser repassados. Fomos avisados de que não deu, faltou dinheiro, passou o prazo. Meras justificativas. Viemos à tribuna e deixamos o nosso protesto. A partir dos últimos meses, passamos a manter um diálogo mais constante com os Ministros, com seus Assessores, e dissemos que estávamos criando expectativa para os Municípios. E

Municípios que não são apenas do meu Partido, mas do PMDB, do PP, do PFL, até do PT, do PL, do PPS, do PTB. Municípios de todas as cores partidárias, que nos procuraram em nossos gabinetes. E nós entendemos que a solicitação era necessária e justa para aquela comunidade, para aqueles munícipes. De repente, nós nos encontramos em um caminho que poderá ser muito ruim para os pequenos Municípios do interior do Estado de Santa Catarina.

Se os recursos não forem liberados, Senadora Heloísa Helena – V. Ex^a tem um compromisso muito grande com as cidades mais sofridas, desassistidas e desrespeitadas –, será apenas pelo fato de serem Municípios pequenos, com poucos eleitores, poucos votos, e, por essa razão, o Governo não dá bola para eles.

Estou preocupado porque eles vieram de suas cidades, deslocaram-se até Brasília, gastaram com passagens de ônibus ou combustível e, às vezes, até com passagens aéreas, porque alguns vão de carro até certa localidade onde há aeroporto e pegam um avião para cá. Aqui, gastaram com hotéis e com refeições. Entregaram os projetos e voltaram para suas cidades, felizes por terem conseguido apresentar uma emenda e vê-la aprovada para o seu Município.

Esses Municípios pequenos não têm cor partidária. Os munícipes não são de uma cor apenas. Existem pessoas de todos os Partidos políticos: os que contestam o Governo Federal e os que não contestam. Existe uma minoria, claro. Mas há uma diferença muito grande entre o passado e o presente. E existem petistas que também seriam beneficiados com a liberação desses recursos.

O Ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, pessoa simples que aprendi a respeitar, justificou o porquê da não liberação da vez passada. Esteve em meu gabinete, educadamente, e justificou.

Temos algumas emendas no Ministério das Cidades. Tenho ocupado esta tribuna e feito inúmeros elogios ao meu amigo Walfrido Mares Guia, ao seu Ministério, chegando a dizer, em algumas palestras, que é a Pasta que se destaca. Tenho elogiado S. Ex^a e tenho me dedicado, todas as vezes que discutimos o Orçamento, a apresentar emendas a fim de que o Ministério disponha de mais recursos para investimentos no Brasil e até no exterior.

Recentemente, apresentei uma emenda à LDO para a infra-estrutura turística nacional. Sou da Oposição e acredito que isso teria que vir do Governo, porque será ele o beneficiado. Sou da Oposição e fui lá, pois fiquei preocupado. Encaminhei emendas há três anos, há dois anos, no ano passado e neste ano, e continuo apresentando, não apenas para o meu Mu-

nício, mas para o Ministério, que chegam a R\$ 40 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, a fim de que o Ministério depois distribua aos Parlamentares, pois entendo ser o turismo uma das principais indústrias do mundo, e não poderia ser diferente no Brasil. Todo Governo responsável tem que investir nessa área; todo homem público tem que assumir a Pasta do Turismo com seriedade.

Quanto a mim, Senador da República, autor da proposta de criação da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, hoje uma Comissão Permanente, junto com a de Desenvolvimento Regional, independente de cores partidárias, estou incluindo emendas ao Orçamento para essa Pasta, a fim de que possa, posteriormente, investir em infra-estrutura e liberar recursos para os Municípios que possuem potencial turístico muito forte, pois às vezes não conseguem receber turistas porque não têm dinheiro para investir em saneamento, em sinalização, não possuem uma casa de cultura, uma casa para o turista ou mesmo um pórtico turístico. Enfim, não há infra-estrutura.

No que tange à emenda individual de Senador, cem por cento dela eu coloquei para o Turismo, pois acredito em Walfrido Mares Guia, acredito no Ministério. Mas fiquei preocupado, porque hoje já é dia 26. Na segunda-feira passada, ocupei esta tribuna na tentativa de sensibilizar esses dois ministérios. Que atendam não ao Senador Leonel Pavan, não a mim, mas aos Municípios; do contrário, dirão que só não liberaram porque somos do PSDB.

Aliás, ouvi dizer que, no Gabinete da Casa Civil, comentam: "Isso é da Oposição, que critica muito o Governo. Não libere". Ora, oposição faz parte da democracia. Oposição é um processo natural.

Já pensaram, 81 Senadores aqui dizendo amém ao Governo e não apontarem as falhas, não fiscalizarem as falcaturas, o mensalão, os sanguessugas, o desvio de dinheiro público?

Somos representantes do povo, dos Municípios. Esta é a nossa missão. Claro, devemos apoiar os bons projetos, aplaudir o Governo quando atua corretamente, mas também vir à tribuna falar do que não está correto.

Não liberar as emendas porque somos da Oposição, penso que isso poderá trazer sérios prejuízos à sociedade brasileira, até porque a Oposição é maioria nesta Casa, aparentemente. Então, só vai liberar para uma minoria. Pelo menos, no final do mandato, mais da metade é da Oposição. No começo, mais da metade era do Governo, agora diminuiu. Há mais Oposição nesta Casa.

É o apelo que deixo aos Assessores Parlamentares dos Ministérios que têm emendas nossas, pois

a partir de hoje, dia 26, temos cinco dias para assinar os convênios. Que eles nos atendam!

Na quarta-feira, não estarei aqui, pois será realizada a Convenção do PSDB, em Santa Catarina.

Com relação a esse fato, gostaria de deixar um recado. Anteontem, participamos da Convenção do PMDB, em meu Estado, ocasião em que foi reconduzido, como candidato, o atual Governador Luiz Henrique da Silveira.

Na eleição passada, participamos de uma coligação com o PMDB, e o Luiz Henrique da Silveira foi eleito Governador de Santa Catarina. Agora, nós tínhamos, dentro do PSDB, uma corrente muito forte que queria candidatura própria. Depois de muito diálogo e conversa, nós conduzimos mais uma vez o PSDB para uma coligação com o PMDB em Santa Catarina. Desta vez, o PSDB deverá indicar o Vice-Governador. O PFL, que também pretendia concorrer com o seu candidato a Governador, Raimundo Colombo, ex-Prefeito de Lages, também vai participar dessa coligação, indicando como candidato a Senador o Sr. Raimundo Colombo.

Na quarta-feira, estarei em Santa Catarina. Por isso, peço para que os Ministros entendam e atendam ao nosso pedido antes de quarta-feira, até porque amanhã o Brasil vai jogar e a sessão aqui, parece-me, terminará às 11 horas e 30 minutos. Com a vitória do Brasil, os Ministérios ficarão esvaziados certamente. Assim, precisamos correr atrás da máquina governamental, para que os responsáveis por ela liberem os recursos urgentemente.

Na quarta-feira, ocorrerá a Convenção do PSDB. Hoje à noite, dar-se-á a Convenção do PFL, em Santa Catarina, ocasião em que será homologado o nome de Raimundo Colombo como candidato ao Senado.

Quero apenas registrar aqui essa minha preocupação referente à liberação dos recursos para as emendas do Estado de Santa Catarina.

Se a Oposição não tem o mesmo direito, fico imaginando quais os direitos da Senadora Heloísa Helena, que pertence a um partido novo. Fico imaginando as dificuldades por que passa o Partido de V. Ex^a. Eu, que aqui faço Oposição, tenho usado muitas vezes a tribuna para enaltecer alguns setores.

Mas, se a Oposição não tem direito, que democracia é essa? E o PT não pode agir diferente, porque foi um dos Partidos mais valentes do passado, que brigava por igualdade, pelo processo democrático. Não podemos entender como, de repente, o próprio PT agora queira deixar de atender às emendas dos Parlamentares justamente porque somos da Oposição.

Fiquem atentos os Municípios do meu Estado, Santa Catarina, pois, se os recursos não chegarem

até o dia 31, não foi por não termos encaminhado as emendas, mas sim, talvez, pela insensibilidade do atual Governo Federal.

Há pouco, estava aqui o Senador Sibá Machado. Eu perguntei a ele por que o PT mudou do Brasil decente. E ele me respondeu que não queria debater, que não queria entrar nesse assunto. Dizia-me ele: “Não queremos discutir isso. Vamos discutir outras coisas”. Por quê? Decência tem que ser discutida. Unicidade, seriedade e transparência têm que ser discutidas.

E Brasil decente também é respeitar a todos, atender a todos, sem perseguição. Brasil decente é também atender aos Municípios, mesmo que não sejam os do PT.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Compartilhamos de todas as preocupações de V. Ex^a, entendendo que é inaceitável o Orçamento ser mecanismo para pôr uma etiqueta na testa de Deputados e Senadores e que seja mecanismo de promiscuidade política.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio pelo tempo que entender necessário.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, a quem antecipadamente cumprimento pela Convenção do P-SOL, Senador Leonel Pavan, a quem cumprimento pelo pronunciamento.

Brasília, a capital da República, completou 46 anos no último 21 de abril. Mas só ganhou autonomia depois da Constituinte de 1988. Política é aqui arte recente, porque tudo é novidade nesta curtíssima história que ainda não completou duas décadas de exercício da escolha de governantes e representantes no Distrito Federal.

Tancredo Neves disse certa vez: “conheci pessoas cassadas, instituições cassadas, mas cidade cassada só Brasília”.

Em termos de política, Brasília está construindo história, partidos e preferências. Experimentamos a radicalização dos anos 80.

O Partido dos Trabalhadores ficou de um lado e, de outro, os correligionários do Governador Joaquim Roriz, que teve, ao longo desse período, enorme êxito. Governou o Distrito Federal por quatro vezes.

Os demais Partidos sobreviveram à sombra das duas principais referências. O Senador Cristovam Buarque governou o Distrito Federal eleito pelo PT. A divisão de forças, refletida no eleitorado, opunha os dois fortes blocos e obrigava outras legendas à existência tímida.

Essa é a fotografia da política do Distrito Federal, desde que o eleitor daqui passou a ter o direito de

escolher seus representantes. Ocorre que as cidades que integram o quadrilátero onde se situa a capital da República cresceram muito. Hoje somam uma população que chega perto de dois milhões e trezentos mil habitantes.

A utopia de Juscelino ganhou pernas e vida própria. Passou a caminhar. Buscou abrir perspectivas e começou a demandar do Governante, como ocorre em qualquer outra cidade brasileira. Brasília deixou de ser apenas a referência política nacional. Passou a se constituir em importante pólo de ação partidária local. É nessa moldura que outras legendas começaram a buscar o caminho que também as conduziu ao poder. O Partido da Frente Liberal foi uma delas.

Assumi a Presidência do PFL no DF e procurei promover a sua revitalização. Fiz comícios, reuniões, visitas e convidei correligionários a preencher fichas de filiação.

Hoje, o PFL do Distrito Federal possui algo em torno de 35 mil filiados. É um grande partido! Possui três Deputados Federais, cinco Distritais, um Senador da República, a Líder do Governo e o Presidente da Câmara Legislativa. Ou seja, o PFL do DF ganhou musculatura política.

E, segundo as pesquisas de opinião, dois nomes ganharam destaque dentro do Partido: o meu e o do Deputado José Roberto Arruda. A soma dos índices obtidos por um e outro, revelada por diversos mecanismos de apuração, é igual à metade dos eleitores do Distrito Federal. Experimentamos uma situação singular: a principal disputa ocorreria antes da eleição. A escolha do candidato poderia antecipar, ao menos, aquele que estaria no segundo turno da eleição. Minha responsabilidade de Presidente do PFL-DF é grande. Não poderia comprometer a unidade da legenda.

Brasília resulta de uma manobra política notável. O Presidente Juscelino foi exímio artesão das soluções engenhosas. Ele, que era do PSD, criou a Novacap, entregou uma de suas diretorias à UDN. O primeiro representante udenista foi o Deputado Íris Meinberg. Virgílio Távora, o grande político cearense, também foi Diretor da Novacap, embora pertencesse à União Democrática Nacional, Partido que fazia oposição ao plano de metas de JK. Negociação, transigência e conciliação permitiram que Juscelino fizesse aprovar no Congresso as leis que permitiram a mudança da nossa Capital.

Esse é um belo exemplo. Lembro-me de outros do quilate de Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, José Sarney ou Marco Maciel, gigantes na política e habilíssimos na arte de conversar. Brasília, portanto, assistiu, ou é consequência, de exemplos notáveis, de negocia-

ções complexas que se transformaram em luminosos exemplos da arte de conduzir o bem público.

Não me comparo a nenhum desses monumentos da política nacional, mas fui buscar neles a inspiração para agir da melhor maneira possível, frente a um ambiente político-partidário que corria o risco de radicalização. Conversei muito. Ouvi conselhos de políticos experientes, de todos os partidos, e aceitei, de bom grado, a mediação do presidente Jorge Bornhausen. Diante de um possível impasse, decidi, solitariamente, aceitar a composição com o Deputado José Roberto Arruda. Ele será o candidato do PFL ao Governo de Brasília. Vou compor a chapa na qualidade de candidato a vice-Governador.

Quero oferecer este esclarecimento aos meus eleitores. Gostaria de dizer a todos eles que entendimento, negociação e busca da conciliação é a marca registrada da política nacional. O confronto levou à ditadura. A negociação reimplantou a democracia. No regime das liberdades plenas não há espaço para voluntarismo. Vamos sim, Arruda e eu, caminhar juntos, porque essa é a vontade majoritária dos eleitores do PFL aqui em Brasília.

Quem apostou na divisão do PFL perdeu. Demos o exemplo contrário. Fizemos o acordo que se dizia impossível. Criamos as condições para uma administração tranqüila e estável nos próximos tempos, como fizeram os cearenses, com Tasso Jereissati e Ciro Gomes; e os paulistas, com Mário Covas e Geraldo Alckmin.

Política é a arte da convivência de diferenças dentro do mesmo espaço. Acordos feitos às claras servem ao bem coletivo e sinalizam o futuro. Eles revelam confiança na parceria e fé no amanhã do nosso País.

Portanto, Sr^a Presidente, era esse o esclarecimento que julguei hoje ser oportuno dar a esta Casa, o Senado Federal, e aos meus pares aqui para que todos possam entender o meu sentido de união, parceria e entendimento dentro de um partido pelo qual trabalhei muito e que presido há bastante tempo: o PFL de Brasília, que, com muito orgulho, hoje representa 35 mil brasilienses e não tenho dúvidas de que vai mudar a história política da nossa cidade.

Muito obrigado e vamos em frente!

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Octávio.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 170, de 2006** (nº 475/2006, na origem), de 23 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja au-

torizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – PRODECAR.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A Presidência recebeu o Ofício nº 133, de 19 do corrente, do Presidente do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, encaminhando as deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, no período de 23 a 26 de maio de 2006.

O expediente, autuado como Ofício nº S/8, de 2006, vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, João Batista Motta, João Tenório, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Conselho recomenda cassação de Janene”, publicada pelo **Jornal do Brasil** em sua edição de 14 de junho do corrente.

Segundo a matéria, o relator diz que ficou comprovado repasse de dinheiro de caixa 2 do PT ao PP.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Conselho recomenda cassação de Janene

■ BRASÍLIA. O Conselho de Ética aprovou ontem por 12 votos a favor e uma abstenção o parecer do relator, deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), que recomenda a cassação do deputado José Janene (PP-PR), acusado de envolvimento no mensalão. O plenário agora vai decidir sobre o mandato de Janene. Em seu parecer, Jairo Carneiro diz que a CPI dos Correios comprovou que o deputado José Janene (PP-PR) recebeu R\$ 4,1 milhões por intermédio do valerioduto.

O próprio Janene, segundo o relator, admitiu ter recebido R\$ 700 mil por intermédio do assessor João Cláudio Genu. Carneiro argumenta que, independentemente do valor recebido, ficou comprovada a participação de Janene em ato ilícito.

Jairo Carneiro também assinala que foi garantido amplo

direito de defesa ao parlamentar e argumenta que os advogados do deputado tentaram evitar o comparecimento de Janene ao conselho, o que representou, na verdade, uma estratégia de defesa. Jairo Carneiro usou em seu parecer provas e depoimentos colhidos nas investigações da CPI dos Correios e pela Procuradoria-Geral da República.

O relator informou que ficou comprovado o repasse pelo PT ao PP de dinheiro não contabilizado em 2003 e 2004. O deputado José Janene e o ex-deputado Pedro Corrêa, presidente do partido à época, autorizaram João Cláudio Genu, funcionário da liderança do PP na Câmara, a recolher o dinheiro.

O relator explica que a ex-diretora financeira da Agência de Publicidade SMPB Simone

Vasconcelos repassava o dinheiro a Genu em malas ou sacolas, dentro da própria agência do Banco Rural, em Brasília, no hotel Grand Bittar, onde se hospedava e na sede da empresa de Marcos Valério. Os valores recebidos por Genu seriam entregues no PP, no 17º andar do Anexo 1 do Senado.

O ex-deputado Pedro Corrêa confirmou que o partido recebeu R\$ 700 mil por meio

do chamado valerioduto. Genu também confessou o recebimento do dinheiro, mas alegou desconhecer a quantia, já que não conferia o dinheiro recebido. Janene e Pedro Corrêa alegaram que os recursos foram usados para pagar honorários do advogado Paulo Goyaz na defesa de candidatos do PP no Acre, processados pelo PT no estado.

No relatório, Carneiro con-

clui que depoimentos e provas do processo comprovam a participação de Janene no esquema do mensalão. Os repasses do valerioduto – acrescentou o relator – eram feitos por empresas de Valério e instituições financeiras como o Banco Rural e as corretoras Bônus-Banval e Natimar. *(Com agências)*

■ Leia e opine no JB Online.
www.jb.com.br

■ Sessão plenária evita arquivamento do processo

■ BRASÍLIA. A votação do processo do deputado José Janene (PP-PR) no Conselho de Ética começou em clima de Copa. Inspirados pelo verde-amarelo das bandeiras que enfeitavam a mesa da cúpula do colegiado, os parlamentares iniciaram a sessão que seria um dos poucos trabalhos do Congresso que ontem ficou vazio graças ao jogo da Seleção Brasileira.

No final da manhã, a votação foi interrompida por causa do início da ordem do dia no plenário da Câmara. Como o processo de Janene já foi

adiado por pedido de vistas da defesa do deputado e porque o parlamentar faltou à sessão, os integrantes do conselho temiam que a interrupção prejudicasse novamente o trabalho do colegiado.

O deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) criticou o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), por não ter esperado o final da votação no conselho para iniciar as discussões no plenário.

– Seriam apenas mais 10 minutos – contestou Biscaia. – Não é possível que o presidente da Casa tenha iniciado

a sessão. Janene tem muita força mesmo.

O primeiro item votado no plenário foi justamente o adiamento do processo de Janene por mais 90 dias. A medida foi tomada para se evitar o risco de um arquivamento do processo que se encerraria no dia 15 de julho. Agora os deputados terão até 15 de outubro para analisar o caso.

O presidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), disse que a medida é uma cautela e que o processo deve ser votado no plenário já no próximo mês. Janene avisou, por meio dos advogados, que recorrerá Comissão de Constituição e Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Terrorismo biológico”, publicada na revista **Veja** de 21 de junho do corrente.

A matéria, de autoria do jornalista Policarpo Júnior, destaca que, 17 anos após a espantosa e veloz destruição das lavouras de cacau na Bahia pela infecção conhecida como “vassoura-de-bruxa”, um técnico em administração contou que se juntou a outros cinco militantes do PT para conceber e executar a sabotagem, transportando ramos infectados trazidos do norte do País, onde a praga era endêmica.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TERRORISMO BIOLÓGICO

Petistas são acusados de disseminar a praga que destruiu a lavoura de cacau no sul da Bahia

Policarpo Junior

No dia 22 de maio de 1989, durante uma inspeção de rotina, um grupo de técnicos descobriu o primeiro foco de uma infecção devastadora conhecida como vassoura-de-bruxa numa plantação de cacau no sul da Bahia. A praga é mortal para os cacauzeiros. Os técnicos, porém, se tranquilizaram com a suposição de que se tratava apenas de um foco isolado. Engano. Em menos de três anos, de forma espantosamente veloz e estranhamente linear, a vassoura-de-bruxa destruiu as lavouras de cacau na região — e fez surgir um punhado de explicações para o fenômeno, inclusive a de que o Brasil poderia ter sido vítima de uma sabotagem agrícola por parte de países produtores de cacau da África, como Costa do Marfim e Gana. Reforçando, então, as suspeitas de sabotagem, técnicos encontraram ramos infectados com vassoura-de-bruxa amarrados em pés de cacau — algo que só poderia acontecer pela mão do homem, e nunca por ação da própria natureza. A Polícia Federal investigou a hipótese de sabotagem, mas, pouco depois, encerrou o trabalho sem chegar a uma conclusão. Agora, dezessete anos depois, surge a primeira testemunha ocular do caso. Ele conta que houve, sim, sabotagem, só que realizada por brasileiros.

Em quatro entrevistas a VEJA, o técnico em administração Luiz Henrique Franco Timóteo, baiano, 54 anos, contou detalhes de como ele próprio, então ardoroso militante esquerdista do PDT, se juntou a outros cinco militantes do PT para conceber e executar a sabotagem. O grupo, que já atuava em greves e protestos organizados na década de 80 em Itabuna, a principal cidade da região cacauzeira da Bahia, pretendia aplicar um golpe mortal nos barões do cacau, cujo vasto poder

econômico se desdobrava numa incontestável influência política na região. O grupo entendeu que a melhor forma de minar o domínio político da elite local seria por meio de um ataque à base de seu poder econômico — as fazendas de cacau. “O imperialismo dos coronéis era muito grande. Só se candidatava a vereador e prefeito quem eles queriam”, diz Franco Timóteo. A idéia, diz ele, partiu

Rota da destruição

A vassoura-de-bruxa, praga que devasta as plantações de cacau, apareceu, pela primeira vez, no município de Uruçuca, em 1989 — e, nos anos seguintes, espalhou-se pelo sul da Bahia

de Geraldo Simões, figura de proa no PT em Itabuna que trabalhava como técnico da Ceplac, órgão do Ministério da Agricultura que cuida do cacau. Os outros quatro membros do grupo — Everaldo Anunciação, Wellington Duarte, Eliezer Correia e Jonas Nascimento — tinham perfil idêntico: eram todos membros do PT e todos trabalhavam na Ceplac.

Franco Timóteo conta que, bem ao estilo festivo da esquerda, a primeira reunião em que o assunto foi discutido aconteceu num bar em Itabuna — o Caçuá, que não existe mais. Jonas Nascimento explicou que a idéia era atingir o poder econômico dos barões do cacau. Geraldo Simões sugeriu que a vassoura-de-bruxa fosse trazida do Norte do país, onde a praga era — e ainda é — endêmica. Franco Timóteo, que já morara no Pará em 1976, foi escolhido para transportar os ramos infectados. “Então eu disse: ‘Olha, eu conheço, sei como pegar a praga, mas tem um controle grande nas divisas dos estados.’” Era fim de 1987, início de 1988. Apesar do risco de ser descoberto no caminho, Franco Timóteo foi escalado para fazer uma primeira viagem até Porto Velho, em Rondônia. Foi de ônibus, a partir de Ilhéus. “Em Rondônia, qualquer fazenda tem vassou-

ra-de-bruxa. Nessa primeira viagem, peguei uns quarenta, cinquenta ramos. Coloquei num saco plástico e botei no bagageiro do ônibus. Se alguém pegasse, eu abandonava tudo.” Nos quatro anos seguintes, repetiria a viagem sete ou oito vezes, com intervalos de quatro a seis meses entre uma e outra. “Mas nas outras viagens trouxe os ramos infectados num saco de arroz umedecido. Era melhor. Nunca me pegaram.”

Franco Timóteo conta que, quando voltava para Itabuna, entregava o material ao pessoal encarregado de distribuir a praga pelas plantações. A primeira fazenda escolhida para a operação criminosa chamava-se Conjunto Santana, ficava em Uruçuca e pertencia a Francisco Lima Filho, então presidente local da União Democrática Ruralista (UDR) e partidário da candidatura presidencial de Ronaldo Caiado. Membro de uma tradicional família cacauzeira, Chico Lima, como é conhecido, tinha o perfil ideal para os sabotadores: era grande produtor e adversário político. “Chico Lima era questão de honra para nós”, diz Franco Timóteo. Foi justamente na fazenda de Chico Lima que foi encontrado o primeiro foco de vassoura-de-bruxa, em 22 de maio de 1989 — e a imagem dos técnicos, no exato momento em que detectam a praga, ficou registrada numa fita de vídeo à qual VEJA teve acesso. Como medida profilática os técnicos decidiram incinerar todos os pés de cacau da fazenda. Chico Lima ficou arruinado. Hoje, arrenda as terras que lhe restam e vive dos lucros de uma distri-

buidora de bebidas. Informado por VEJA da confissão de Franco Timóteo, ele lembrou que sempre se falou de sabotagem — mas de estrangeiros — e mostrou-se chocado. “Isso é um crime muito grande, rapaz. Os responsáveis têm de pagar”, disse.

Os ataques às fazendas, todas situadas ao longo da BR-101, aconteciam sempre nos fins de semana, quando diminui o número de funcionários. O grupo tinha o cuidado de usar um carro com logotipo da Ceplac para criar um alibi: se eles fossem descobertos por alguém, diriam que estavam fazendo um trabalho de campo. “A gente chegava, entrava, amarrava o ramo infectado no pé de cacau e já emborava. O vento se encarregava do resto”, conta Franco Timóteo. Para dar mais verossimilhança a uma suposta disseminação natural da vassoura-de-bruxa, o grupo tentou infectar pés de cacau numa lavoura mantida pela própria Ceplac. Não deu certo, devido à presença de um vigia, e o grupo acabou esquecendo, no atropelo da fuga, um saco com ramos infectados sobre a mesa do escritório da Ceplac. A operação criminosa, por eles apelidada de “Cruzeiro do Sul”, desenrolou-se por menos de quatro anos — de 1989 a 1992. “No início de 1992, parou. Geraldo Simões disse que a praga estava se propagando de forma assustadora. Não precisava mais.”

Os sabotadores nunca foram pegos, mas deixaram muitas pistas. “Encontramos provas de que houve sabotagem em várias fazendas”, conta Carlos Viana, que trabalhava como diretor da Ceplac quando a praga começou a se disseminar. Ele se lembra do saco plástico esquecido sobre a mesa do escritório da Ceplac numa das lavouras — e isso o levou, inclusive, a acionar a Polícia Federal para investigar a hipótese de sabotagem. “Uma coisa eu posso garantir: os focos não foram acidentais”, diz Viana, que deixou o órgão e tem hoje uma indústria de óleo vegetal. Um relatório técnico e oficial, elaborado pela Ceplac logo no início das investigações, chegou a considerar a hipótese de que produtores do Norte do país teriam levado a vassoura-de-bruxa para as plantações da Bahia — mas movidos por “curiosidade ou ignorância”. O relatório afirma que a chegada à Bahia da *Crimipellis perniciosa*, nome científico do fungo causador da vassoura-de-bruxa, “não pode ser atribuída a agentes naturais de disseminação”. VEJA consultou Lucília Marcelino, pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em

Brasília, para saber se a história contada por Franco Timóteo seria viável. “Sob o ponto de vista técnico, sim”, diz ela.

A sabotagem produziu um desastre econômico. Derrubou a produção nacional para menos da metade, desempregou cerca de 200 000 trabalhadores e fez com que o Brasil, então o segundo maior produtor mundial de cacau, virasse importador da fruta. Um estudo da Universidade Estadual de Campinas, elaborado em 2002, estima que a devastação do cacau na Bahia provocou, nos últimos quinze anos, um prejuízo que pode chegar à astronômica cifra de 10 bilhões de dólares. Mas, na mesquinha política dos sabotadores, o plano foi um sucesso. Em 1992, no primeiro pleito depois da devastação, Geraldo Simões elegeu-se prefeito de Itabuna pelo PT — e presenteou os quatro companheiros de sabotagem com cargos em sua gestão. Everaldo Anunciação foi nomeado secretário da Agricultura — cargo que deixaria dois anos depois, sendo substituído por Jonas Nascimento, o outro petista sabotador. Wellington Duarte, também membro do grupo da sabotagem, ficou como chefe-de-gabinete do prefeito. E Eliezer Correia ganhou o cargo de secretário de Administração e Finanças. Como não pertencia ao PT, Franco Timóteo não ganhou cargo algum na prefeitura. Em 1994, com o recrudescimento de suspeitas de que a vassoura-de-bruxa fora uma sabotagem, ele resolveu deixar Itabuna e mudar-se para Rondônia. O prefeito lhe deu um cheque de 250 000 cruzeiros reais (o equivalente a 800 reais hoje) para ajudar nas despesas da viagem — paga, para variar, com dinheiro público. A operação consta da contabilidade da prefeitura, em que está registrada sob o número 2 467, e informa que o beneficiário era mesmo Franco Timóteo, mas, providencialmente, não há processo descrevendo o motivo do pagamento. “É estranho. Se havia algum processo, sumiu”, diz o atual prefeito, Fernando Gomes, do PFL.

Nos últimos anos, Franco Timóteo tem sido assaltado pelo remorso do crime que cometeu. Um dos atingidos era seu paiçante. Silvano Franco Pinheiro, seu primo, tinha uma empresa de exportação de semente de cacau que chegou a faturar 30 milhões de dólares por ano. “Perdi tudo”, conta Pinheiro, que, há seis anos, ouviu a confissão de Franco Timóteo. “Falei para ele sumir da cidade porque seria morto”, conta o primo. Para expiar sua culpa, Franco Timóteo também fez sua confis-

são para outro fazendeiro, Ozéas Gomes, que chegou a produzir 80 000 arrobas de cacau e empregar 1 400 funcionários — e hoje mantém ainda um padrão confortável de vida, mas emprega apenas 100 funcionários. A produção caiu para 15 000 arrobas. “Quando ouvi a história, liquei com muita raiva. Mas, depois, ele explicou que não tinha idéia da dimensão do que fazia...” No fim do ano passado, Franco Timóteo confessou-se ao senador César Borges, do PFL baiano e plantador de cacau. “A história dele tem muitos pontos de veracidade diante do que a gente sempre suspeitou ter acontecido”, diz o senador. O governador Paulo Souto, cujos familiares perderam tudo devido à vassoura-de-bruxa, também ouviu uma confissão de Franco Timóteo. O senador e o governador, porém, decidiram ficar em silêncio, segundo eles para evitar a acusação de exploração política.

Os acusados desmentem categoricamente qualquer envolvimento na sabotagem e dizem até que nem sequer conhecem Franco Timóteo. “Nunca vi esse louco”, diz Geraldo Simões, que, no governo Lula, ganhou a presidência da Companhia das Docas da Bahia, da qual se afastou agora para concorrer a deputado federal pelo PT. “Essa história toda é fantasiosa”, diz Eliezer Correia, que continua cuidando de cacau e hoje é chefe de planejamento da Ceplac, em Itabuna. “É um absurdo”, diz Wellington Duarte, que, no atual governo, foi promovido a um dos chefes da Ceplac em Brasília. Everaldo Anunciação, que foi nomeado para o cargo de vice-diretor da Ceplac, diz que não liga o nome à pessoa. Jonas Nascimento — demitido a bem do serviço público na década de 90, voltou numa função comissionada, em 2003, no Centro de Extensão da Ceplac em Itabuna — é o único que admite conhecer Franco Timóteo, mas nega a história. Talvez seja o único a contar um pedaço da verdade. Ouvido por VEJA, o publicitário Ithamar Reis Duarte, ex-secretário de Meio Ambiente na gestão do petista Geraldo Simões, conta que essa turma toda — Franco Timóteo e os petistas — é de velhos conhecidos. “Era um grupo que se reunia sempre para planejar ações”, diz ele, que participou de alguns encontros. “Fazíamos reuniões até no meu escritório. Se alguém negar isso, estará mentindo.” ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o editorial do jornal **Folha de S.Paulo** de 6 de junho do corrente, intitulado “Um ano depois”.

O editorial destaca que, passado um ano das primeiras denúncias sobre o mensalão, ainda não se vislumbra uma resposta compatível com a gravidade das acusações.

Um ano depois

Da Justiça se deve esperar uma resposta à altura do escândalo do mensalão; a punição política ficou aquém do esperado

PASSADO um ano das primeiras denúncias sobre o mensalão, ainda não se vislumbra uma resposta compatível com a gravidade das acusações. Mesmo que parte dos processos ainda aguarde julgamento, as evidências disponíveis, graves o bastante para exigir punições severas e um profundo reexame do sistema político nacional, suscitaram desdobramentos tíbios, quando não meramente formais.

Os mais de R\$ 10 milhões desviados da Visanet para irrigar o “valerioduto” —quantia semealhante à que o publicitário Duda Mendonça confessou ter recebido ilegalmente do PT—, os R\$ 21 milhões sacados das contas de Marcos Valério de Souza entre julho de 2003 e maio de 2005, os “empréstimos” contraídos pelo mesmo publicitário mineiro no BMG e no Banco Rural, todos esses fatos estão devidamente documentados e provados.

A denúncia apresentada pelo Ministério Público, a síntese mais consistente e objetiva sobre o caso, obteve justificada repercussão, mas a seqüência da ação penal agora depende do Supremo Tribunal Federal. O documento, assinado pelo procurador-geral, Antonio Fernando de Souza, descreve em detalhes a orquestração do crime e é categórico ao afirmar que todas as denúncias reveladas em entrevista à **Folha** pelo então deputado federal Roberto Jefferson foram comprovadas.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

É preciso respeitar os prazos da Justiça; a importância e a visibilidade do caso não devem levar ao açodamento. É do Judiciário, porém, que se deve esperar uma resposta à altura dos desmandos cometidos nas mais altas esferas do poder, no entorno imediato da Presidência da República —embora o ocupante do posto tenha dito, reiteradas vezes, que de nada soube, que foi traído.

As condenações políticas ficaram muito aquém do razoável: dos 19 deputados acusados de envolvimento, três tiveram seus mandatos cassados. A flagrante maioria —11 parlamentares— acabou absolvida, mesmo os que confessaram o saque de recursos ilegais, em rituais de leniência e compadrio que ajudaram a derubar a confiança da população no Congresso Nacional.

A ruína ética e o desmoronamento das cúpulas do PT e do governo Lula são itens de destaque no balanço da crise. A despeito disso, o lulismo agora patrocina uma campanha cujo objetivo é apagar, nos eleitores, a memória do que foi o escândalo de corrupção. A estratégia oportunista se vale dos altos índices de popularidade presidencial —ancorados em dinheiro transferido a famílias pobres e melhoras discretas no emprego— e aposta no desgaste que o tempo decorrido desde as primeiras denúncias emprestou ao tema.

Impedir que o mensalão se torne apenas um episódio no rol de escândalos esquecidos da política nacional depende, mais do que nunca, da capacidade de resposta das instituições democráticas; instituições que abrangem o processo eleitoral —no qual a população será estimulada a recordar os desmandos e a refletir sobre seu significado—, mas que a ele não se limitam.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Já ganhou’ toma conta de Lula”, de autoria do jornalista Rudolfo Lago, publicada pela revista **IstoÉ** em sua edição de 14 de junho do corrente.

Segundo o autor, o Presidente Lula está “rindo à toa”, por acreditar que pode vencer as eleições ainda no primeiro turno. Mas a matéria mostra que essa felicidade está sob ameaça, pois a OAB entregou uma notícia-crime ao Procurador-Geral da República com um pedido para o aprofundamento das investigações em relação ao Presidente.

A matéria destaca que “a notícia-crime que a OAB entregou ao Procurador-Geral aponta três momentos

em que a digital do Presidente Lula pode surgir misturada a escândalos”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“Já ganhou” toma conta de LULA

**Embalado por pesquisas favoráveis,
presidente terá vida dura como candidato:
na Justiça e até dentro do chamuscado PT**

Por RUDOLFO LAGO

Deliciado com pesquisas eleitorais que anunciam sua vitória em primeiro turno, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está rindo à toa. Age, na prática, como se já tivesse o campeonato ganho antes mesmo do início da primeira partida. Reduziu seu expediente para despachos administrativos, leva sua pré-campanha desafiando a legislação e, a todo momento, confronta seus adversários. Foi assim na quarta-feira 7, em pleno Palácio do Planalto, quando reuniu os líderes dos partidos da sua base eleitoral. “Meus adversários ficam me cobrando, dizendo que eu não posso fazer reunião política aqui. O que é que eles querem que eu faça? Que eu saia do meu local de trabalho para trabalhar?”, provocou abrindo os braços e, para variar, um largo sorriso. Toda a felicidade de Lula, porém, está sob ameaça. Na segunda-feira 5, dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entregaram uma notícia-crime ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, com um pedido para o aprofundamento das investigações em relação ao presidente. Noutra frente, o PSDB e o PFL escalaram um time de advogados para vigiar de perto os passos de Lula.

Eles estão convencidos de que o presidente vem abusando do uso da máquina pública na sua campanha. "O presidente debocha das leis e da capacidade de indignação do povo brasileiro", afirma o senador Jorge Borhansen (PFL-SC). "Ele pensa que o jogo está ganho, mas a verdade é que mal começou."

E não começou mesmo. Até aqui, Lula tem sido visto pela população como o presidente das frases de efeito e do programa assistencialista Bolsa Família. Ele nem sequer admitiu que é candidato. Quando fizer isso, terá de dizer mais: **que é candidato pelo PT dos chefes que foram flagrados em práticas de corrupção e caixa 2; pelo PT que alimentou o vale-tudo e, por sua vez, forneceu recursos para o mensalão; pelo PT que sustentou uma política de juros altos e impostos pesados, contrariando seu próprio programa.** Neste momento, Lula terá como base um partido esfacelado, com candidatos tibios nas eleições para os governos estaduais, sem condições políticas de fazer alianças ao centro. Um partido que terá de se contentar em ficar ao lado do extemporâneo PCdoB, do infimo PSB e de mais quem? O mesmo PMDB que não pretende ter candidato a presidente é também o que hesita em fechar uma coligação com o PT. Além disso, em termos de exposição no horário político, pela configuração atual o PT de Lula terá cerca de 25% do tempo disponível, a metade do candidato Geraldo Alckmin, do PSDB, caso feche mesmo a coligação com o PFL. Lula verá, então, que ser candidato é muito diferente de ser presidente.

No presente, a notícia-crime que a OAB entregou ao procurador-geral aponta três momentos em que a digital do presidente Lula pode surgir misturada a escândalos. O primeiro está no contrato de R\$ 20 milhões da Gamecorp — empresa do filho do presidente, Fábio Luiz da Silva, o "Lulinha" — com a Telemar. O segundo, no decreto presidencial que teria beneficiado o banco BMG no negócio do crédito consignado para os aposentados da Previdência. O terceiro, na "Indesculpável e inexplicável" omissão de Lula nos casos do mensalão e da formação do caixa 2 para as campanhas do PT — em particular, a presidencial de 2002. Ao receber a peça produzida pela OAB, o procurador-geral prometeu olhar com lupa os indícios de omissão de Lula sobre os crimes de seus companheiros de parti-

do. Noutra frente, prosseguiu com força no Ministério Público a apuração do suposto beneficiamento ao BMG no crédito consignado. Ali, os procuradores já começaram a tomar os primeiros depoimentos. Ouviram, por exemplo, o ex-ministro da Previdência Amir Lando, que afirmou que o esquema foi traçado dentro do Palácio do Planalto. Do Congresso, a partir da CPI dos Bingos, avançou outro incômodo para o presidente. O presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, sai da investigação indiciado por lavagem de dinheiro (*leia quadro ao lado*).

Pela lei, Lula é passível de punição por ter se reunido com o ex-governador Orestes Quercia no Palácio do Planalto e feito a ele um convite para que o PMDB ingressasse em sua chapa presidencial. A legislação eleitoral estabelece que encontros desse tipo não podem aconte-

cer em "bens imóveis da União". Os advogados do tucano Alckmin já entraram com seis representações contra Lula e o PT no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Questionam, entre outros movimentos, as viagens de Lula pelo País para inauguração de obras públicas e os discursos eleitorais proferidos nesses momentos.** Os advogados já sabem que Lula fez este ano 133 discursos em inaugurações, e neles falou em "eleições" 33 vezes. A palavra "candidato", usou três vezes. "Adversários", 12 vezes. A expressão "meu governo" saiu da boca dele em 34 ocasiões. Até a terça-feira 6, o presidente já tinha feito 40 viagens pelo País. No mesmo período, no ano passado, Lula viajara somente 26 vezes a Estados brasileiros. Se isso não é fazer campanha com a utilização da máquina pública, o que é?

Um compadre cada vez mais enrolado

Compadre do presidente Lula, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, é um homem cada vez mais enrolado na Justiça. Um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que engloba o período em que Okamoto quitou uma dívida de R\$ 29 mil do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi entregue à CPI dos Bingos sem as tarjas pretas que o encobriam na primeira ver-

são (*leia abaixo*). ISTOÉ publicou, em primeira mão, o documento em seu site na terça-feira 6. Nele estão à vista as movimentações da empresa Red Star, especializada na venda de souvenirs do PT. A movimentação de R\$ 645 mil da empresa é considerada "incompatível com o patrimônio" e com a "capacidade financeira presumida do cliente". **Na quarta-feira à noite, a CPI dos Bingos decidiu indiciar Okamoto por lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária.** Isso indica como próximo passo uma investigação pelo Ministério Público, o que deixará Okamoto e suas contas pouco claras por muitos meses pela frente na berlinda:

RELATÓRIO n° 5490 - FI(s) 1-2

Relatório dirigido à(o): CPI - "Bingos"

IDENTIFICAÇÃO DO DEBITADO	CNPJ/CNPIS	Instituição	Conta nº	R\$ Milhões
RED STAR LTDA - EPP	04.924.04/0001-52	Banco Bradesco S/A - Ag. Fortaleza	133869	0,345
PAULO OKAMOTO	767.248.242-34	Banco Bradesco S/A - Ag. Fortaleza	35548	0,093

Consta que a empresa Red Star Ltda - EPP, constituída em 17.12.2001, com sede na cidade de São Bernardo do Campo - SP, atuando no ramo de comércio varejista de artigos de "souvenirs", em 19 de janeiro de maio/2002 e agosto/2003, considerado incompatível com o patrimônio e a capacidade financeira presumida do cliente além de não demonstrar ser resultado de atividade ou negócios normais da empresa, visto que utilizada para recebimento ou pagamento de quantias significativas sem finalidade clara da finalidade Bingos.

Consta ainda, que, do valor movimentado pela empresa, R\$ 7.512,50 foram identificados como depósitos efetuados pelo Partido dos Trabalhadores, conforme se pode verificar nos extratos de depósito em nome do partido, no valor de R\$ 2.000,00, em 23.04.2003 - Doc. crédito automático no valor de R\$ 2.000,00, em 29.07.2003 - Doc. crédito automático no valor de R\$ 500,00 e em 01.03.2004 - transferência entre agências, em cheque, no valor de R\$ 22.412,50.

Em 40 viagens nacionais e 133 discursos em inaugurações de obras este ano, Lula usou a palavra "eleições" 33 vezes

<p>Pra lá e pra cá Desde a posse, em janeiro de 2002, o presidente fez 76 viagens internacionais e 240 nacionais</p>	<p>Sem expediente Lula passou 467 dias viajando. Significa que no mandato de quatro anos, esteve mais de um ano fora</p>	<p>De Norte a Sul Lula esteve pessoalmente em 23 Estados</p>	<p>Nas alturas De janeiro a maio de 2005, o governo gastou R\$ 2,8 milhões com as viagens do Aeroflota</p>
---	---	---	---

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Vídeo mostra que invasão do MLST foi premeditada” publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 8 de junho deste ano.

A matéria destaca que um vídeo gravado em DVD mostra líderes tratando da ocupação da Câmara dos Deputados como “festa”, usando senhas de movimentos clandestinos.

DEMOCRACIA APEDREJADA

Ação de guerrilha

Vídeo mostra que invasão do MLST foi premeditada

Na gravação, líderes tratam ocupação da Câmara como “festa”, usando senhas de movimentos clandestinos

Eugênia Lopes
BRASÍLIA

Um vídeo gravado em DVD apreendido ontem pela Polícia Legislativa do Congresso não deixa dúvidas: a invasão da Câmara pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) na terça-feira foi cuidadosamente planejada e premeditada. As imagens em poder dos investigadores sugerem táticas de guerrilha. No vídeo amador, feito pelo próprio MLST, líderes do movimento referem-se ao Salão Verde da Câmara como salão de “baitê” e de “festa”. Os militantes tratam a ocupação da Câmara como “a festa”, usando senhas próprias dos movimentos clandestinos.

As três entradas principais da Câmara foram filmadas pelos ativistas e um líder do grupo passou 15 dias no Congresso, estudando acessos, corredores e salões. O plano apresentava em palestras aos sem-terra prévias até como começar a confusão: duas mulheres se aproximariam da porta do prédio conhecido como Anexo 2 e provocariam uma discussão com os cinco seguranças que costumam ficar por lá. Nesse momento, cerca de 20 militantes infiltrados no edifício iniciariam o

quebra-quebra. Foi exatamente o que aconteceu.

Em nenhum momento da uma hora e vinte minutos de gravação, os militantes do MLST se mostram preocupados com retaliações ou prisão pela invasão de prédio público. Ao contrário: chegam a dizer que, uma vez dentro da Câmara, só sairiam quando e como quisessem. Bruno Maranhão, coordenador do movimento e da invasão ao Congresso, não aparece no vídeo, que será usado como prova no inquérito contra os cerca de 500 manifestantes que invadiram e depredaram dependências da Câmara.

Nas duas reuniões preparatórias que antecederam a invasão, Antonio José Arruti Baqueiro, um dos líderes do MLST, dá o tom da ocupação. “Vamos dizer para o Brasil que tipo de reforma agrária queremos. Vamos dizer o que essa corja do PFL e do PSDB está fazendo nesse Congresso, quando deixou de votar o Orçamento da União achando que estava prejudicando o Lula. E o Lula continua aí tranquilo, com 68%”, diz Arruti para uma platéia de cerca de 50 militantes.

As gravações das reuniões de dirigentes do MLST com o

detalhamento dos planos de invasão foram feitas na segunda-feira. Os líderes do movimento evitam falar em “ocupação” ou “invasão” – usam códigos. Na primeira reunião, pela manhã, no auditório da Contag, em Brasília, os militantes ouvem de Arruti as instruções de como entrar na Câmara e passar pela segurança, sem chamar a atenção. O líder alerta que o grupo tem de ir bem vestido e de ternão. No vídeo, Arruti destaca que os militantes que vão participar da invasão da Câmara foram escolhidos a dedo nos Estados. “São companheiros que têm capacidade para fazer essa tarefa. O importante é que sintam que somos organizador e um movimento que sabe o que quer, que tem coragem de ir lá e dar o recado.”

No vídeo, os líderes detalham a ocupação. “Os ônibus vão sair do Parque da Cidade, dar uma volta de 1 hora para não chamar atenção. Quando os ônibus vão para o Congresso e descereamos pé como turistas. Um grupo de 20 pessoas vai ficar na porta em torno da guarita”, diz um dos líderes. “O alvo principal é o Salão Verde, ali onde tem aqueles sofás bonitos. Ali vamos fazer nossa atividade. Só o comando poder mudar.”

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VIOLENCIA PLANEJADA

TRECHOS

A prova do crime dos sem-terra

A Polícia Legislativa apreendeu uma gravação que revela que a invasão foi premeditada

1 Os sem-terra do MLST se reuniram durante o último final de semana em uma sala da sede da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em Brasília, onde receberam as instruções para a invasão à Câmara.

2 O primeiro passo que foi estabelecido durante a reunião na Contag foi chamar as instalações da Câmara dos Deputados. A visita ocorreu na segunda-feira quando gravaram imagens no total.

3 Os sem-terra foram divididos em quatro grupos, dos quais foram escolhidos como visitantes. Depois, foram a Contag. Aproximadamente 50 pessoas participaram do encontro na confederação.

4 As instruções são passadas a um grupo que irá primeiro se aglomerar na guarita de entrada da Câmara, como visitantes, querendo saber informações. Isso será feito pouco antes do horário marcado para a invasão.

5 O primeiro a dar os ônibus foi depois de o pessoal se aglomerar, pelo chamado para entrar no Salão Verde. A invasão estava marcada para às 14 horas.

6 A invasão do Salão Verde começou com o primeiro a que entrou lá a gente sei como foi. O primeiro da brecha, quando se começa a entrar. Um dos visitantes chama o local da Câmara do Salão Verde “festa” ao falar nos presentes.

• Paletó – “Quatro grupos de companheiros vão entrar na Câmara de paletó e gravata. Vocês vão visitar o salão de baitê. Vão entrar normalmente e garantir que três portas não se fechem para que a gente entre no salão de baitê”

• Supermercado – “Façam de conta que estão em um supermercado. Vocês têm de passar despercebidos. Não podemos gerar suspeita na segurança. Não pensem que é uma coisa de risco. A nossa ação vai colocar em xeque a segurança desse Congresso. Nosso dia D vai ser amanhã”

• Espaço – “É importante reconhecer o espaço. Não vão entrar todos pelo mesmo local. No Salão Verde ou salão de festa vocês vão encontrar um monte de holofote e de imprensa. Façam de conta que é normal. A Câmara é um lugar em que transita muita gente. Não podemos cometer nenhum vacilo”

• Roupa – “Bonê, camiseta, chinelo estão fora. Todo mundo tem de chegar lá bem bonitinho”

• Os escolhidos – “Cada um está dependendo do outro. Amanhã ninguém pode se perder. A organização é crucial. Os companheiros foram escolhidos a dedo nos Estados. São companheiros que têm capacidade para essa tarefa”

• Recado – “O importante é que sintam que somos organizados, que somos um movimento que sabe o que quer, que tem coragem de ir lá e dar o recado”

• Lula – “Vamos dizer o tipo de reforma agrária que queremos. Vamos dizer o que essa corja do PFL e do PSDB está fazendo no Congresso quando deixou de votar o Orçamento da União, achando que estava prejudicando o Lula. O Lula continua tranquilo, com 63%”

• Ocupação – “Hoje não tinha deputado na Casa. Amanhã vai ter. Depois que a gente entrar só sai quando e como quiser”

Melhora estado de saúde do diretor de segurança

Ligia Formenti

BRASÍLIA

O diretor da Coordenação de Apoio Logístico de Segurança da Câmara, Normando Fernandes, de 36 anos, que sofreu traumatismo craniano ao ser atingido por uma pedra anteontem durante a invasão do MLST, aguardava ontem à noite sua transferência da UTI para um

quarto do hospital. Durante todo o dia de ontem, ele permaneceu em observação na UTI. A expectativa era de que, até hoje pela manhã, ele já fosse dispensado da terapia intensiva. Ontem, foi submetido a uma terceira tomografia. Médicos constataram que seu organismo reagia bem ao traumatismo.

Lúcido, Fernandes recebeu várias visitas e conversou bas-

tante. Seu irmão, Nilton Fernandes, afirmou que ele lembrava o momento em que foi ferido. "Ele compartilha com toda a área de segurança a insatisfação com a dificuldade de proteger o patrimônio público", afirmou Nilton.

"Ficamos impressionados com a violência. Meu irmão tem 1,80m, é forte, mas caiu assim que foi atingido", reatou Nilton, depois de ter assistido a um vídeo que exibia o momento da agressão. Logo depois ele levantou e foi para o centro médico da Câmara, onde teve uma convulsão. Os demais feridos passaram bem. ●

Depredação deu prejuízo de R\$ 150 mil, diz Câmara

BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados divulgou ontem uma estimativa parcial dos prejuízos causados pela invasão e depredação promovida na terça-feira pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST). Pelos cálculos da Câmara, as perdas com o quebra-quebra chegam a

R\$ 150 mil.

Os sem-terra, armados de paus, pedras e blocos de cimento, destruíram portas de vidro, luminárias, janelas, terminais eletrônicos de auto-atendimento, entre outros objetos. Um busto de bronze do governador Mário Covas foi arremessado pelos manifestantes e rolou até a escadaria que leva ao Auditório Nereu Ramos.

Um carro Fiat Mille vermelho, que estava no saguão da Câmara e seria sorteado na festa junina dos funcionários da Casa, também foi destruído. O veículo foi usado pelos manifestantes como um aríete para romper o portão de vidro da entrada do anexo 2. Arrebatada a porta, atacaram com fúria o carro com pedaços de pau, barras de ferro e paralelepípedos apanhados na rua.

A Câmara vai esperar o término do inquérito policial que indicará os responsáveis pela destruição para acioná-los judicialmente e cobrar pelo prejuízo. ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “Quem sabe disso é a CIA”, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 7 de junho do corrente.

No seu artigo, o articulista Diogo Mainardi discute a informação sobre a existência de contas de Lula no exterior e sobre o envolvimento do empresário Daniel Dantas, da Kroll e da CIA. Segundo Diogo Mainardi, “o silêncio do presidente é para lá de suspeito”. “Se Lula não eleva o tom, é porque ele quer abafar o assunto”

O articulista conclui: “Minha única dúvida, a esta altura, é que o assunto Lula quer abafar: a acusação

de extorsão de Daniel Dantas, o envolvimento da CIA nas operações de espionagem ou os dados sobre uma conta bancária num paraíso fiscal. Se me pedirem um chute, eu chutaria que ele quer abafar os três”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“Quem sabe disso é a CIA”

Perguntei a Delfim Netto se ele sabia algo sobre as contas de Lula no exterior. Isso foi em setembro do ano passado. Estávamos no saguão da Câmara dos Deputados. Delfim Netto não é propriamente um interlocutor simples. Ele parece adormecer durante a conversa. Mesmo estando em pé. Não excluo que sua sonolência possa ter sido provocada por mim. É uma hipótese. Causo esse efeito sobre muita gente. O fato é que, quando mencionei as contas de Lula no exterior, ou num paraíso fiscal, já não lembro direito, Delfim Netto abriu momentaneamente os olhos e declarou:

— Quem sabe disso é a CIA.

Imediatamente depois de pronunciar a frase, Delfim Netto retornou ao seu estado de letargia. A declaração sobre a CIA, a única que consegui arrancar dele em mais de meia hora de encontro, ficou na minha cabeça. Por muito tempo, tentei dar-lhe alguma utilidade, citando-a numa coluna, sob um pretexto qualquer. Não consegui. Só agora, com a revelação da Folha de S. Paulo de que a Kroll se serviu da CIA para investigar Lula e seus ministros, a declaração ganhou um certo significado.

Perguntado a respeito, Delfim Netto certamente negará. Já estou acostumado com isso. Sempre me acusam de inventar histórias. Embora eu não invente nada. Pelo menos não aqui, na coluna. Não sei de onde Delfim Netto tirou a informação sobre a CIA. Só sei que ele é muito chegado a Daniel Dantas, que contratou a Kroll para desenterrar as contas de Lula no exterior. Daniel Dantas tem uma poderosa bancada no Congresso Nacio-

nal, com representantes de todos os partidos, de Jorge Bornhausen a Paulo Delgado, de José Agripino Maia a José Eduardo Cardozo. Nos últimos anos, graças sobretudo a Naji Nahas, Delfim Netto passou a ser considerado um deles. Não é desarrazoado supor que a informação sobre a CIA tenha sido assoprada ali, naquele meio.

Lula nos amolou por trinta anos com sua gritaria contra o imperialismo americano. Agora que ele teria todos os motivos para gritar, estranhamente prefere ficar calado. Eu não gosio de Lula. Acho que ele é ruim para o país. Os leitores podem até me acusar de má-fé. Mas o silêncio do presidente é para lá de suspeito. A acusação de que a Kroll se apoiou na CIA para investigar as contas de autoridades brasileiras num paraíso fiscal é uma questão de segurança nacional. Exigiria uma reação imediata e dura. Se Lula não eleva o tom, é porque ele quer abafar o assunto. Quanto mais distante das

“Só agora, com a revelação da Folha de que a Kroll se serviu da CIA para investigar Lula e seus ministros, a declaração de Delfim Netto, feita a mim em setembro do ano passado, ganhou um certo significado”

manchetes, melhor. Minha única dúvida, a esta altura, é que assunto Lula quer abafar: a acusação de extorsão de Daniel Dantas, o envolvimento da CIA nas operações de espionagem ou os dados sobre uma conta bancária num paraíso fiscal. Se me pedissem um chute, eu chutaria que ele quer abafar os três. Mas será muito difícil obter uma resposta. Como diria Delfim Netto, quem sabe disso é a CIA.

Agora pode voltar a dormir.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “A gangrena é maior do que parecia”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 6 de junho do corrente.

O artigo trata das denúncias envolvendo licitações fraudadas de ambulâncias em municípios de oito Estados, apuradas na chamada “Operação Sanguessuga” e mostra que “fica patente que o que já veio à tona é a ponta do *iceberg*, ou pouco mais do que isso, de uma armação criminosa que se irradia pelo País inteiro”.

Sr. Presidente, como segundo assunto, gostaria de comentar a matéria intitulada “Família denuncia ameaças do MST e abandona fazenda”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 31 de maio do corrente.

A matéria destaca que casal de aposentados diz que integrantes do Movimento dos Sem-Terra prometeram atear fogo à casa onde moram há 31 anos. Segundo a matéria, o aposentado informou que “os manifestantes estavam com foices e ameaçavam colocar fogo na casa”.

Sr. Presidente, solicito que as matérias acima citadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A gangrena é maior do que parecia

No primeiro aniversário do mensalão, a contar da entrevista em que o então deputado Roberto Jefferson incorporou o termo degradante ao léxico político brasileiro, acumulamos as evidências de um assalto aos cofres públicos em muitos sentidos até pior do que a compra de deputados para votar com o governo e a opulenta distribuição de recursos de origem inconfessável aos companheiros de viagem do sistema petista de poder.

A medida que a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) aprofundam o seu mergulho no lodaçal dos sanguessugas – a quadrilha de negociantes, congressistas, assessores parlamentares, funcionários do Ministério da Saúde e prefeitos, organizada para a compra de ambulâncias superfaturadas com dinheiro do orçamento –, fica patente que o que já veio à tona é a ponta do *iceberg*, ou pouco mais do que isso, de uma armação criminosa que se irradia pelo País inteiro.

No primeiro arrastão, posto em marcha em 2002, a Polícia Federal identificou e o Ministério Público denunciou 81 participantes do esquema responsável pelo desvio de R\$ 110 milhões em recursos federais, envolvendo licitações fraudadas de ambulâncias em municípios de 8 Estados. A gangue incluía 15 parlamentares e 11 ex-parlamentares. O total de parlamentares suspeitos, segundo uma versão, chegaria a 170 – ou, grosso modo, 1 em cada 3 deputados federais. Quarenta dos 48 quadrilheiros acusados estão presos. Os demais sumiram assim que uma juíza mandou soltar todos. (A decisão foi revogada dias depois.)

Eis que a CGU, ao analisar 300 convênios entre prefeituras e o Ministério da Saúde, de 2000 a 2005, topou com uma segunda máfia, maior e mais disseminada do que a primeira. “Tudo indica que estamos chegando a uma outra quadrilha, além daquela coordenada pela Planam”, revela o titular da CGU, ministro Jorge Hage, numa alusão à firma da família Trevisan Vedoin, de Cuiabá. Ela persuadiu deputados a apresentarem emendas ao orçamento destinadas à aquisição de ambulâncias para os municípios cujos prefeitos já tinham se entendido com o dono da firma, Darceni José Vedoin, para faturar as licitações que se seguiam. O sobre-

preço afinal pago pela União era rateado entre os sanguessugas.

Nos 300 contratos – 90% com sinais de irregularidades –, os fiscais constataram a participação de várias firmas de Porto Alegre, com atuação similar, porém ainda mais espraçada do que a da Planam. “O esquema funciona em praticamente todos os Estados”, diz Hage, citado pelo jornal *O Globo*. “A tipologia das fraudes é a mesma.” Diante do caráter endêmico da roubalheira, a CGU decidiu ampliar a devassa para 3 mil convênios. Os técnicos estimam que o trabalho levará pelo menos 2 meses.

Como de hábito, os delitos são grosseiros – demonstrando que os seus autores se sentiam confortáveis ao cometê-los, pela certeza de que não seriam apanhados. O superfaturamento não raro chegava a 100%. Veículos usados eram vendidos como ambulâncias zero-quilômetro. Microônibus eram montados com peças juntadas ao deus-dará. Não satisfeitos em promover concorrências com cartas marcadas para beneficiar empresas de fachada, prefeitos fracionavam o valor da compra a fim de não precisarem fazer a licitação.

Não há motivo para imaginar que essa modalidade de crime continuado tenha surgido somente em 2000, primeiro ano do período sob investigação. Pelo menos o ministro Hage, com conhecimento de causa, não tem ilusões. “Tudo o que estamos descobrindo agora estava aí desde sempre”, assegura. Ele poderia ter acrescentado que a corrupção é mais ágil do que as instituições concebidas para combatê-la. A CGU, inicialmente chamada Corregedoria-Geral da União, foi criada em abril de 2001 como órgão ministerial vinculado à Presidência da República. Em março de 2002, incorporou a Secretaria Federal de Controle, responsável pela tomada de contas do Executivo. Mas a fiscalização do que as prefeituras fazem com o dinheiro da União só começou em 2003, e ainda assim por amostragem.

O repasse federal aos municípios soma algo como R\$ 100 bilhões por ano – soma vultosa em qualquer parte do mundo. A Controladoria já descobriu trambiques na aplicação de verbas repassadas pela União para todo tipo de finalidade. E encontrou irregularidades em 70% dos casos. A gangrena avançou mais do que se supunha.

Família denuncia ameaças do MST e abandona fazenda

Casal de aposentados diz que sem-terra prometiam atear fogo à casa

Simone Menocchi

TAUBATE

A vida do aposentado Walter Truyts de Souza, 78 anos, três pontes de safena e um salário mínimo, virou de cabeça para baixo há 15 dias. Ameaçado por integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), ele teve que abandonar a casa onde

morava há 31 anos, na Fazenda Macuco, em Taubaté, Vale do Paraíba.

A área, que pertence à massa falida da empresa metalúrgica Pró-Metal e é considerada improdutiva pelo movimento, foi ocupada há 15 dias por 50 famílias integradas ao MST.

"Fomos acordados com eles tentando arrombar a porta. A

primeira coisa que fizeram foi cortar o fio do telefone para que ninguém chamasse a polícia. Tivemos que implorar para ficar mais cinco minutos', contou a mulher do aposentado, Maria de Lurdes de Souza, de 51 anos.

Naquela manhã de sábado o aposentado ainda se recuperava da cirurgia para a implanta-

ção das pontes de safena. "Pegamos algumas roupas e saímos correndo, pedindo para que não fizessem nada."

Segundo o aposentado, ainda bastante assustado com a situação, os manifestantes estavam com foices e ameaçavam colocar fogo na casa. No mesmo dia, o filho do casal, o caminhoneiro Valmir de Sou-

za, pediu ajuda à Polícia Militar para voltar à casa e buscar os remédios do pai. "Foi a única forma de entrar lá."

Uma semana depois, os móveis foram retirados, com o consentimento dos sem-terra, e, agora, o casal de aposentado está morando de favor na casa dos dois filhos. "Meu pai ganha um salário mínimo, não tem como alugar uma casa, não sabe o que fazer."

A família contou que apesar de estar na área há mais de 30 anos, não protocolou na Justiça o processo de usucapião por falta de dinheiro.

A coordenação regional do MST no Vale do Paraíba negou que seus integrantes tenham feito qualquer ameaça ao casal. O líder Valdeimir Nascimento informou que o aposentado foi convidado a participar

do Movimento dos Sem-Terra.

"Não podemos obrigar ninguém a ficar no movimento. Outras pessoas que moravam lá também aceitaram ficar. Nossa intenção não é excluir."

SOB INVESTIGAÇÃO

A área, de 725 hectares, estava sendo invadida por proprietários vizinhos e explorada por madeireiros, segundo o MST. "Se o casal quiser, também pode participar do MST, mas tem que cumprir as regras do movimento."

Segundo a assessoria de imprensa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), a área da Fazenda Macuco está sendo investigada e pertence à massa falida da Pró-Metal. O Incra não divulga a situação do processo de investigação. ●

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi, recentemente, o Relatório Anual da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) relativo ao ano de 2005, publicação com amplo conteúdo informativo e ótima apresentação gráfica que traz, na abertura, breve artigo da lavra do Presidente daquela instituição, Sr. Raymundo Magliano Filho.

A partir da leitura do documento, fica bem claro que o ano passado foi extremamente positivo para a BOVESPA. A confiança na instituição e no mercado de capitais ficou nitidamente demonstrada pela chegada à BOVESPA de novas empresas e novos investidores pessoas físicas. No total, ocorreram vinte distribuições públicas de ações, nove das quais ofertas públicas iniciais, as quais contaram com adesão de mais de 38 mil investidores pessoas físicas.

Vale lembrar que a cada nova companhia que abre seu capital corresponde um aumento no número de investidores, configurando-se, dessa forma, um avanço contínuo do mercado de capitais. São pessoas que não conheciam esse mercado e que decidem fazer uma nova opção de investimento. A maioria delas toma essa decisão a partir do momento em que passa a conhecer melhor o mercado de capitais, graças à campanha de popularização da Bolsa e ao trabalho das Sociedades Corretoras, parceiras indispensáveis da BOVESPA na luta pela expansão do mercado.

Uma razão não menos importante para a conquista desses novos investidores é a consolidação da imagem da Bolsa como instituição que zela pelo cumprimento das melhores práticas de governança corporativa. Mais ainda, a BOVESPA é vista, hoje, como uma entidade que, além de cumprir seu papel na economia, também promove os valores da democracia e da cidadania. É nítido o crescimento da percepção de que o investimento em Bolsa, por sua capacidade de capitalizar empresas e gerar empregos, tem uma função que transcende a economia – é, também, uma forma de inclusão social.

No ano passado, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Bolsa de Valores ficou ainda mais popular e os investidores mais maduros. Com base nesse binômio, fundamental para impulsionar a negociação de valores mobiliários, pode-se prever que o atual ciclo de crescimento do mercado é mais consistente e, portanto, sustentável.

Coerentemente com sua crença na sustentabilidade como objetivo a ser alcançado pelas empresas e nos negócios, a BOVESPA lançou o Índice de Sus-

tentabilidade Empresarial (ISE), um parâmetro para investidores e companhias que buscam a transparência e a boa governança corporativa.

A leitura do Relatório Anual da BOVESPA evidencia, contudo, que os compromissos dessa instituição não se limitam ao mercado, abarcando, também, a sociedade civil. Em 2005, a Bolsa de Valores de São Paulo inaugurou o Centro de Estudos Norberto Bobbio, órgão cuja missão é defender e difundir a democracia e a cidadania. A Bovespa tem o entendimento – do qual compartilho, aliás – que a democracia é uma conquista, mas que sua manutenção no longo prazo está ameaçada enquanto persistirem, em nosso País, as atuais desigualdades sociais e econômicas.

É por isso que, depois de lançar vários projetos no campo da responsabilidade social, a BOVESPA sentiu-se pronta, agora, para dar um novo passo, criando uma estrutura que terá a incumbência de coordenar e aprofundar suas atividades nessa área. Para isso foi fundado o Centro de Estudos Norberto Bobbio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os últimos dois anos trouxeram indícios de que uma nova fase inicia-se para o mercado de capitais brasileiro. São muitos fatos relevantes acontecendo simultaneamente: novas empresas lançando ações, aumento do volume negociado, excelente rentabilidade. Trata-se, sem dúvida, de um período muito profícuo para esse mercado.

Grças, entre outros fatores, à estabilidade econômica e ao aprimoramento regulatório, verificou-se, nesse período, um significativo aumento do grau de confiança de todos os participantes do mercado, processo que se materializou em uma nova onda de abertura de capital das empresas nacionais e no aumento dos volumes negociados de ações e de instrumentos de dívida corporativa.

O expressivo número de empresas que realizaram suas ofertas iniciais de ações na BOVESPA indica-nos que o mercado de capitais está, cada vez mais, confirmando sua importância como financiador da atividade econômica e do crescimento do País. Entretanto, as avaliações otimistas quanto ao desempenho desse mercado nos próximos anos não estão embasadas, apenas, no crescimento do número de companhias registradas. Influi, também, nesses prognósticos favoráveis, o fato de que, ao acessarem o mercado, essas companhias têm-se comprometido a adotar boas práticas de governança corporativa e, dessa forma, estabelecer um relacionamento mais estreito com seus acionistas.

De outra parte, o interesse dos investidores, comprovado pela forte demanda, tanto dos investidores institucionais – estrangeiros e nacionais – como dos individuais, também reforça a percepção de que o mercado de capitais brasileiro amadureceu e está apto a responder às necessidades de formação de patrimônios de longo prazo. Hoje, vislumbra-se um processo contínuo de ampliação da base de investidores e a continuidade de quebra de recordes de valorização do Ibovespa, tal como ocorreu em 2005. Afinal, não podemos esquecer que, pelo terceiro ano consecutivo, o mercado de ações representou a melhor alternativa de investimento no mercado financeiro nacional.

Além desses fatores, a gradual flexibilização da política monetária, que já começa a ser implementada, visando a promover o maior crescimento econômico, irá constituir-se num estímulo adicional à construção de um mercado de capitais sólido e eficaz na intermediação da poupança nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a BOVESPA vem adotando todas as medidas necessárias para que, ao longo dos próximos anos, possa confirmar sua importância na promoção do crescimento econômico da Nação e possa trilhar os caminhos para a plena consolidação da Bolsa Democrática, a qual tem como pilares a transparência, a visibilidade, a facilidade de acesso e a responsabilidade social, e a qual se orienta no sentido dos interesses dos cidadãos e do desenvolvimento do País.

Pelo ótimo trabalho que vem desenvolvendo, deixo registrados nos Anais da Casa meus efusivos cumprimentos à administração da Bolsa de Valores de São Paulo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Ainda há muito a tratar, mas como não há mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar a sessão, lembrando às Sr^{as} e os Srs. Senadores que amanhã haverá sessão não deliberativa às 9 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 14 minutos.)

(OS Nº 13875/06)

Ata da 90ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana e Romeu Tuma

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, substitutivo recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 2003

(Nº 5.704/2005, naquela Casa)

Altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1995, que disciplina a ação civil pública, legitimando para a sua propositura a Defensoria Pública.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

- I – o Ministério Público;
- II – a Defensoria Pública;
- III – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- IV – a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;
- V – a associação que, concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre con-

corrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

..... “ (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REVISÃO:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

- I – o Ministério Público;
- II – O Presidente da República;
- III – a Mesa do Senado Federal;
- IV – a Mesa da Câmara dos Deputados;
- V – o Governador de Estado e do Distrito Federal;
- VI – a Mesa das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;
- VII – o Prefeito de Município;
- VIII – a Defensoria Pública;
- IX – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e suas seccionais;
- X – a autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista, federal, estadual ou municipal;
- XI – associação que concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano, nos termos da Lei Civil;

b) inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”. (NR)

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 7.347, de 1985, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 5º

.....
 § 7º Na hipótese de o parlamentar perder o mandato no curso da ação por ele proposta, será o Ministério Público intimado para assumir a titularidade ativa, sem prejuízo da faculdade de qualquer outro legitimado assumir o pólo ativo da ação”. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de agosto de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

.....
 Art. 5º A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios. Poderão também ser propostas por autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação que:

I – esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil;

II – inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

§ 1º O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

§ 2º Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

§ 3º Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)

§ 4º O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse

social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido. (Incluído pela Lei nº 8.078, de 11-9-1990)

§ 5º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei. (Incluído pela Lei nº 8.078, de 11-9-1990) (Vide Mensagem de veto) (Vide Resp 222582/MG – STJ)

§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. (Incluído pela Lei nº 8.078, de 11-9-1990) (Vide Mensagem de veto) (Vide Resp 222582/MG – STJ).

.....
O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Substitutivo da Câmara ao **Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2003**, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 398/06/PS-GSE

Brasília, 23 de junho de 2006

Assunto: comunica envio de PLV à sanção presidencial

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, na Sessão Plenária do dia 13-6-06, foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2006, oferecido por essa Casa à Medida Provisória nº 285/06, do Poder Executivo, o qual “dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e dá outras providências”.

2. Comunico ainda que o Plenário aprovou as Emendas de Redação de nºs 1 e 2, apresentadas por esta Casa, ao PLV nº 19/06.

3. Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

4. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

.....
O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente lido, juntado ao processado do **Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2006**, proveniente

da Medida Provisória nº 285, de 2006, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim. A seguir, falará o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Senador Tião Viana, Vice-Presidente desta Casa, que preside a sessão; Senador Arthur Virgílio; Senadora Heloísa Helena; senhoras e senhores, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão do dia 12 de junho, firmou entendimento de que os sindicatos podem atuar na defesa de todo e qualquer direito individual e coletivo dos integrantes das categorias que representam.

Sr. Presidente, trago à tribuna essa decisão, porque entendo que é uma grande vitória do movimento sindical, pois, há quase uma década, ela é esperada.

A decisão põe fim a um recurso extraordinário interposto pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Passo Fundo – RS, contra a decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST, que entendia que o art. 8º, inciso III, da Constituição Federal não autorizava a substituição processual da parte legitimada pelo Sindicato. Enfim, essa decisão acaba, de forma definitiva, garantindo que os sindicatos possam ser substitutos processuais. Portanto, está de parabéns o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Passo Fundo, do meu Rio Grande do Sul!

Sr. Presidente, a Constituição de 1988, de cuja elaboração fiz parte, estabeleceu, de forma clara, a possibilidade de os sindicatos defenderem os trabalhadores. Vejamos o que diz o inciso III do art. 8º da Constituição: “III – Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”.

A substituição processual, dessa forma, protege o trabalhador, que é a parte mais frágil, de possíveis retaliações por parte dos empregadores, além de racionalizar as demandas no Judiciário, pois, em vez de milhares de processos individuais, há somente uma única demanda movida pela entidade sindical, e, ainda, os honorários pagos pelos trabalhadores poderão diminuir consideravelmente em virtude do ganho em escala.

O movimento sindical tem restabelecido esse importante instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores, já previsto na Constituição, visto que eles poderão atuar em nome dos trabalhadores em qualquer tipo de litígio.

Quero cumprimentar os Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, que restabeleceram o entendimento de que os sindicatos têm legitimidade para defender os direitos do conjunto da sua categoria. Essa decisão vem ao encontro do projeto de lei complementar que apresentei ainda quando Deputado Federal. À época, estabeleceu-se uma polêmica: o sindicato poderia ou não ser substituto processual? Agora, a questão está resolvida.

Mas há outra decisão, Sr. Presidente, que também me deixou satisfeito, a que foi proferida pela 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ, que, embora tenha sido uma decisão interpartes, vai ao encontro de outro projeto de minha autoria que está tramitando nesta Casa Legislativa, o Projeto nº 320/2005.

A Turma entendeu que o desconto do Imposto de Renda sobre o montante da verba previdenciária paga de uma só vez deve ser calculada de acordo com as parcelas mensais do benefício e não sobre o total pago. E, ainda, o pagamento deverá observar a legislação vigente à época do benefício e as alíquotas e faixas de isenção previstas para o recolhimento do Imposto.

Quero repetir, por questão de justiça, dois trechos do voto do Ministro Luiz Fux, relator do recurso especial, aprovado por unanimidade pelos demais Ministros da 1ª Turma. Diz ele: “Se os proventos, mesmo revistos, não seriam tributáveis no mês em que implementados, também não devem sê-los quando acumulados pelo pagamento a menor pela entidade pública”. E diz ainda:

O aposentado não pode ser apenado pela desídia da autarquia, que se negligenciou em aplicar os índices legais de reajuste do benefício. Nessas hipóteses, a revisão judicial tem natureza de indenização, pelo que o aposentado deixou de receber mês a mês.

Cumprimento aqui, mais uma vez, os Ministros pela brilhante e acertada decisão, ao tempo em que faço mais um apelo à Comissão de Assuntos Econômicos da Casa a respeito do PLS nº 320/2005, de minha autoria. Já falei com o Senador Luiz Otávio a respeito, porque nunca há **quorum** para votá-lo. A alegação é sempre a de que não há número suficiente de presentes para a devida votação. Agora, não há motivo para não se votar a matéria, porque já há uma decisão, em última instância, quanto a esse caso, Sr. Presidente.

Senador Tião Viana, se V. Ex^a me permitir – fique tranquilo os outros Senadores, porque não lerei todo este número de páginas, que são quase noventa –, vou apresentar o motivo deste documento e pedir que seja registrado nos Anais da Casa.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, a história que vou relatar diz respeito à minha participação na I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Tive a alegria de participar desse evento, explicando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi aprovado na íntegra.

A decisão da Conferência se deu no sentido de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência deverá ser aprovado depois que aprovarmos internacionalmente o que está sendo discutido em Washington, que é a Convenção Internacional sobre a Pessoa com Deficiência.

Ficou acertado que a Convenção será aprovada em Washington provavelmente entre janeiro e fevereiro. E, em março, então, se essa for a vontade do Congresso, aprovaremos aqui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Sr. Presidente, recentemente, tomei conhecimento da história de Marilza Matos, baiana, doutoranda em Filosofia, que tem deficiência visual desde 1970. Marilza escreveu ao escritor e cronista Rubem Alves, falando do prazer que sente ao ler seus poemas e crônicas, e disse que, infelizmente, apenas tinha acesso aos textos que eram publicados em jornais e que ela podia ler pela Internet com um aparelho colocado no computador. Infelizmente, Marilza não tinha acesso aos seus livros de papel. Ela, então, pediu que o autor disponibilizasse seus livros também em cópias digitalizadas. O pedido surpreendeu o escritor, que não imaginava que seus livros pudessem ser inacessíveis para alguém. Após o pedido, a Editora Lago, por iniciativa do autor, publicou a Coleção Rubem Alves em áudio livro.

A história de Marilza e de Rubem Alves mostra que, cada vez mais, precisamos abrir nossos olhos e enxergar o mundo de maneira mais ampla.

Faço aqui, então, um apelo aos escritores e editoras: sigam o exemplo de Rubem Alves e da Editora Lago, disponibilizem suas obras em formato digital em áudio livro.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a quer fazer um aparte?

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a pode continuar seu pronunciamento. Quando puder, peço que me conceda um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Levem, então, a informação e o prazer da leitura àquelas pessoas que lêem o mundo com os ouvidos e com os dedos, já que não enxergam.

Se me permitir, Senadora Heloísa Helena, faço uma homenagem à minha irmã, que tinha diabetes e glaucoma, que ficou cega com quarenta anos e que, infelizmente, faleceu há cerca de oito meses. Então, acabamos ficando muito ligados e principalmente às

pessoas com deficiência. E, é claro, mexe muito conosco essa questão da cegueira.

Isso é democratizar a informação, é possibilitar que todos, por intermédio da leitura e da aquisição de conhecimento, possam desenvolver-se, crescer como indivíduo, como cidadão e como sociedade.

Sr. Presidente, aproveito esta tribuna para falar não apenas de atitudes isoladas, quero falar aqui de um projeto que está sendo implantado lá no meu querido Rio Grande do Sul, com o objetivo da promoção, da inclusão e da cidadania da pessoa com deficiência. Refiro-me ao projeto “Cantando as Diferenças”, fruto da articulação com as administrações municipais e com a sociedade civil. Atua para que, na implementação das políticas públicas, sejam contempladas todas essas ações, que reconhecem a cidadania de todos, independentemente de gênero, de opção sexual, de origem étnica, de faixa etária ou de deficiência.

A implementação desse projeto se dará, Sr. Presidente, pela capacitação de atores de políticas públicas, para que, na execução dessas políticas, se faça um corte transversal, contemplando todas as diferenças próprias da condição humana.

O projeto “Cantando as Diferenças” tem como objetivo elevar a consciência e a vivência dos direitos humanos pela aplicação dos estudos, o do idoso, o da igualdade racial, o da pessoa com deficiência e o da criança e do adolescente, no que trazem na sua essência: a inclusão social por meio da educação cultural.

Sr. Presidente, como dizia no início deste pronunciamento, tive a honra de participar da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que foi brilhante e que contou com o pronunciamento de encerramento do Presidente Lula, ao qual tive oportunidade de assistir.

Gostaria de deixar registrado o conjunto de deliberações que lá foram elaboradas e que trazem uma visão ampla da situação das pessoas com deficiência no País.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que sejam registradas nos Anais da Casa as deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Paulo Paim, faço um apelo a V. Ex^a e ao Senador Tião Viana, que é membro da Mesa. Sei do esforço de V. Ex^a em relação à questão do deficiente. Há muito tempo, apresentei três projetos relacionados à questão da deficiência, tanto em relação aos surdos – não podemos falar em surdos-mudos, porque eles falam alguma coisa, emitem sons, alguns até bonitos que podem ser apreendidos por qualquer pessoa com um mínimo de sensibilidade –, como em relação aos cegos. Sabe V.

Ex^a que tenho uma filha de leite que é cega. Portanto, conheço muitas pessoas que são cegas e que são surdas, muitas pessoas que têm talentos belos e diversos e que não têm as condições objetivas de ter um computador. Com certeza, no próximo ano, não estarei aqui. O esforço que peço a V. Ex^a é que assuma esses projetos. Às vezes, fico pensando se é porque o projeto é de minha autoria que não se podem transmitir ao vivo as sessões da TV Senado em linguagem Libras. O que custa fazer isso? Pelo menos um programa da TV Senado faz a transmissão. Por que não se pode fazer isso? Qual o custo gigantesco e inimaginável de contratar três pessoas para que elas possam fazer a transmissão ao vivo em Libras? Não há justificativa para isso. Então, talvez, seja por que o projeto é da minha autoria. Do mesmo jeito, é o percentual para publicação em Braille. Eu já disse isso aqui umas quinhentas mil vezes. Já pedi isso ao Senador Tião Viana cerca de quinhentas mil vezes também. Talvez, no próximo ano, quando não estarei mais aqui, a Mesa possibilite que isso seja feito, definindo um percentual para que a Gráfica produza material em Braille. Há três anos, apresentei esse projeto, luto para isso. Já disse a V. Ex^a que estou há três anos sem produzir material, porque não há condição: tenho de abrir mão de produzir 35 mil livrinhos deste tamanho para poder produzir cem exemplares em Braille. Sei que a Gráfica do Senado faz um esforço gigantesco, mas há uma quota, que não é em Braille. Quem quiser produzir em Braille terá sua quota para produzir cinquenta ou cem livros em Braille, sem transformar em outra linguagem que não seja o Braille. Do mesmo jeito, apresentei projeto que estabelece que as editoras produzam em Braille 0,3% de algumas publicações, como alguns livros maravilhosos da Literatura mundial. Quais são os cegos do Brasil que têm um computador com um programa com a especificidade para fazê-lo? O apelo que faço a V. Ex^a é no sentido de que encaminhe esses projetos. São três projetos extremamente importantes, porque democratizam a linguagem Libras. É claro que algumas pessoas conhecem essa linguagem. Quem convive com os surdos sabe que eles ensinam para nós coisas superinteressantes. Qualquer dia desse, vou fazer um pronunciamento aqui só em Libras, dizendo o que penso de algumas pessoas neste País. Então, o apelo que faço a V. Ex^a é que esses três projetos possam ser encaminhados. Se isso não puder ser feito neste ano, talvez, no próximo ano, eles tenham a agilidade necessária. Espero que V. Ex^a possa conduzi-los, já que é o autor do Estatuto, o defensor de uma causa tão especial como essa, para que a Comissão leve em frente esses três projetos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, quero assumir aqui com V. Ex^a o compromisso de fazer de tudo para que, este ano ainda, esses três projetos de alcance ilimitado, pela sua importância para as pessoas com deficiência, sejam aprovados, enquanto V. Ex^a ainda estiver no Senado, já que é candidata à Presidência da República pelo P-SOL.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Isso os torna impossíveis – não tenho dúvida. Mas que V. Ex^a os defenda já é muita coisa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, creio que não. Farei o possível para que isso aconteça neste ano.

Se Deus quiser – não podemos prever o futuro, como o que aconteceu com minha irmã Marlene Paim, que faleceu, de quem eu não citava o nome e alguém me lembrou de fazê-lo –, estarei aqui no próximo ano e comprometo-me a trabalhar pela aprovação dos seus três projetos!

Agradeço ao Senador Tião Viana pelo tempo que me concedeu, assim como ao Senador Renan Calheiros, por ter permitido que eu concluísse meu pronunciamento.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Plenário do STF (Supremo Tribunal Federal), na sessão de 12 de junho, firmou entendimento de que os sindicatos podem atuar na defesa de todo e qualquer direito individual e coletivo dos integrantes das categorias que representam.

Essa decisão é uma grande vitória para o movimento sindical, pois ha quase uma década ela era esperada.

A decisão põe fim a um recurso extraordinário interposto pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Passo Fundo – RS, contra a decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho) que entendia que o artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal não autorizava a substituição processual da parte legitimada pelo sindicato.

A constituição de 1988, estabeleceu de forma clara a possibilidade dos sindicatos defenderem os trabalhadores, vejamos o que diz o inciso III do artigo 8º da CF:

“III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;”

A substituição processual desta forma protege o trabalhador que é a parte mais frágil, de possíveis retaliações por parte dos empregadores, além de racionalizar as demandas no Judiciário, pois ao invés de milhares de processos individuais, tem-se somente uma única demanda movida pela entidade sindical, ainda, a redução dos honorários pagos pelos trabalhadores poderá diminuir consideravelmente em virtude do ganho em escala.

O movimento sindical tem restabelecido esse importante instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores, já previsto na Constituição, visto que, poderão atuar em nome dos trabalhadores em qualquer tipo de litígio.

Quero parabenizar os senhores Ministros do STF, que restabeleceram o entendimento de que os sindicatos têm legitimidade para defender os direitos ou interesses individuais ou coletivos dos trabalhadores que representam.

O que vem ao encontro do projeto de lei que apresentei ainda quando exercia o mandato Deputado Federal.

Outra decisão que me deixou satisfeito, foi a proferida pela 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ, que, embora tenha sido uma decisão interpartes, vai ao encontro de um projeto que tenho tramitando nesta Casa Legislativa, o PLS 320/2005.

A Turma entendeu que o desconto do Imposto de Renda sobre o montante de verba previdenciária paga de uma só vez deve ser calculada de acordo com as parcelas mensais do benefício, e não sobre o total pago.

E, ainda, o pagamento deverá observar a legislação vigente à época do benefício e as alíquotas e faixas de isenção previstas para o recolhimento do imposto.

Quero repetir dois trechos do voto do Ministro Luiz Fux, Relator do recurso especial, aprovado, por unanimidade, pelos demais Ministros da 1ª Turma:

“Se os proventos, mesmo revistos, não seriam tributáveis no mês em que implementados, também não devem sê-los quando acumulados pelo pagamento a menor pela entidade pública”

E, ainda: “o aposentado não pode ser apenado pela desídia da autarquia, que se negligenciou em aplicar os índices legais de reajuste do benefício. Nessas hipóteses, a revisão judicial tem natureza de indenização, pelo que o aposentado deixou de receber mês a mês.”

Parabenizo os Ministros pela brilhante e acertada decisão, ao tempo em que reitero o meu desejo de que o PLS 320/2005 seja aprovado por esta Casa, tornando esse entendimento válido para todos os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta história eu já contei quando tive a oportunidade de participar da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, mas desejo partilhá-la aqui, pois é uma história que me emociona bastante.

Recentemente tomei conhecimento da história de Marilza Matos, baiana, doutoranda em Filosofia, que têm deficiência visual desde 1970.

Marilza escreve ao escritor e cronista Rúben Alves, falando do prazer que sente ao ler seus poemas e crônicas, mas que, infelizmente, ela apenas tinha acesso aos textos que eram publicados em jornais, e que ela lia através da internet .

Infelizmente Marilza não tinha acesso aos seus livros de papel. Ela então pede que o autor disponibilize seus livros também em cópias digitalizadas. O pedido surpreende o escritor que não imaginava que seus livros pudessem ser inacessíveis para alguém.

Após o pedido, a editora Lago, por iniciativa do autor publica a **Coleção Rúben Alves** em áudio livro.

A história de Marilza e Ruben Alves mostra que cada vez mais precisamos abrir os nossos olhos e enxergar o mundo de uma maneira mais ampla.

Faço aqui, um apelo aos escritores e editoras, sigam o exemplo de Rúben Alves e da editora Lago, disponibilizem suas obras em formato digital, em áudio livro.

Levem a informação e o prazer da leitura àquelas pessoas que lêem o mundo com os ouvidos e os dedos.

Isso é democratizar a informação, é possibilitar que todos, através da leitura e da aquisição de conhecimentos possam se desenvolver, crescer como indivíduo, como cidadão, e como sociedade.

Mas, venho a esta tribuna para falar não apenas de atitudes isoladas, quero falar aqui de um projeto que já está sendo implantado lá no meu querido Rio Grande do Sul e que tem por objetivo a promoção da inclusão e da cidadania da pessoa com deficiência.

Falo do Projeto Cantando as Diferenças. Um projeto que em articulação com as administrações municipais e sociedade civil atua para que na implementação das políticas públicas sejam contempladas ações que reconheçam a cidadania de todos, independentemente de gênero, opção sexual, origem étnica, faixa etária ou deficiência.

A implementação desse projeto se dará pela capacitação de atores de políticas públicas para que na execução dessas políticas faça-se um corte transversal contemplando todas as diferenças próprias da condição humana.

O Projeto Cantando as Diferenças tem como objetivos a conscientização, e a vivência dos direitos humanos pela aplicação dos estatutos, o do idoso, da igualdade racial e da pessoa com deficiência e criança e adolescente, no que trazem em sua essência, a inclusão social através da inclusão educacional e cultural.

Sr. Presidente, como eu dizia no início deste pronunciamento, tive a honra de participar da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Com Deficiência.

Eu gostaria de deixar registrado o conjunto de deliberações que lá foram elaboradas e trazer ao conhecimento de todos:

DELIBERAÇÕES DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

Como os cidadãos e as entidades da sociedade podem influenciar para a caracterização do direito à acessibilidade?

Exigir do Governo o cumprimento, pelas diferentes instituições, de ações que atendam as especificidades das deficiências existentes, para o pleno atendimento no âmbito Nacional, nos setores da educação, saúde, lazer, trabalho, transporte e assistência social com políticas integradas nos três níveis.

Elaborar e implementar um trabalho de conscientização pautado nas leis de acessibilidade, junto às três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), bem como a sociedade civil (empresas, comunidades, ONG's), assegurando a observância dos princípios de direitos humanos e da inclusão social da pessoa com deficiência.

Criar e fortalecer os Conselhos de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com caráter deliberativo, paritário e com Fundos próprios nas três instâncias governamentais, de forma obrigatória disciplinada por Lei, até o final do primeiro semestre de 2007.

Formar e fortalecer através dos Conselhos de Direitos, uma rede de atenção às pessoas com deficiência onde se possa agregar e mobilizar os cidadãos, o setor público e as organizações da sociedade civil.

Buscar junto ao Governo Federal a criação de leis de incentivos fiscais (pessoas físicas e jurídicas) para atender aos programas e projetos das entidades que defendem os direitos das pessoas com deficiência (ex: Lei de Incentivo Fiscal do ECA e da Cultura).

Garantir o direito ao trabalho da pessoa com deficiência auditiva/surdo na aquisição da carteira de habilitação profissional, na categoria "D", de baixo risco, constando nos automóveis somente os adesivos com o símbolo internacional da deficiência auditiva/surdez, conforme as normas da ABNT.

Qualificar os recursos humanos para o atendimento às pessoas com deficiência através do poder público e entidades de classe.

Implementar Comissões Permanentes de Acessibilidade com participação paritária, de caráter deliberativo e com recursos financeiros próprios, em todos os municípios do país, dentro de uma visão intersectorial, com participação e fiscalização dos Conselhos Municipais e Distrital dos Direitos da Pessoa com Deficiência, onde existirem, com a devida infra-estrutura operacional, que viabilize a implementação dos direitos estabelecidos no Decreto Federal nº 5.296/2004.

Criar coordenadorias municipais e estaduais de atenção à pessoa com deficiência para implementação da transversalidade das políticas públicas.

Implementar políticas públicas de prevenção de deficiência.

Exigir a aplicação da Emenda Constitucional nº 29, que estabelece o percentual de aporte de recursos da esfera federal (10%), estadual (12%) e municipal (15%), viabilizando junto ao SUS a concessão de órteses e próteses.

Atuar na formação, através de cursos e eventos para conscientizar a sociedade e profissionais ligados às edificações, das necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência.

Incentivar a formação e qualificação das pessoas com deficiência estimulando-as a assumirem o papel de protagonistas da sua própria história, exigindo, inclusive, das Promotorias e Defensorias Públicas que a legislação seja cumprida em todas as esferas.

14. Fortalecer as organizações da sociedade civil de defesa de direitos e as que prestam atendimento às pessoas com deficiência, bem como a ressignificação das mesmas, diante do paradigma da inclusão/acessibilidade numa visão universal.

15. Capacitar de forma permanente e continuada lideranças das pessoas com deficiência para participação nos Conselhos.

16. Promover a mobilização da sociedade como um todo por meio dos movimentos sociais, associações, sindicatos, conselhos, comissões permanentes, grupos de trabalho, para debates e formulação de ações para a acessibilidade, enquanto ação transversal de todas as políticas.

17. Implementar nas grades curriculares no ensino fundamental, médio e superior, conteúdo ou disciplinas sobre inclusão e acessibilidade.

18. Ampliar e/ou implementar equipe multidisciplinar qualificada no Programa de Saúde da Família, conforme realidade da região, e ampliar no município

e no estado os programas públicos de atenção às pessoas com deficiência, viabilizando o atendimento.

19. Incluir nos currículos profissionais de formação disciplinas sobre acessibilidade, desenho universal e ajudas técnicas, nos cursos de ensino superior e formação técnica.

20. Influenciar na caracterização da acessibilidade, no acompanhamento e na fiscalização das leis, fazendo valer os direitos adquiridos.

21. Promover campanhas, debates sobre inclusão e acessibilidade em todos os setores da sociedade, iniciando pela educação, a partir da educação infantil.

22. Criar, no ensino fundamental, disciplina específica sobre a questão: DIREITO E CIDADANIA trabalhada de forma obrigatória, no núcleo comum de cada instituição e não na parte transversal do ensino.

23. Implementar ações em nível federal, estadual, municipal e do distrito federal que efetivem a organização do atendimento educacional especializado, por meio da implementação de salas de recursos na própria escola ou em escolas localizadas em pontos estratégicos.

24. Criar junto às esferas de governo (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) o cargo de intérprete, guia de intérprete, professores surdos de LIBRAS, professor em técnica de Braille e outros profissionais habilitados que atuam na área de deficiência visual e auditiva e surdo cegueira.

25. Garantir aos profissionais da educação, formação inicial e continuada com temáticas alusivas ao processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, Ensino Médio e Superior.

26. Promover mudanças significativas na ação pedagógica das escolas, envolvendo toda a escola e a família de modo efetivo nas discussões e nas práticas educacionais.

27. Incentivar a criação de programas que trabalhem com psicomotricidade, estimulação precoce e preparação pré-escolar na Educação Infantil.

28. Criar mecanismos de efetivação da Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

29. Adotar medidas específicas para que na realização de concursos públicos, inclusive, provas de vestibular, seja assegurada a utilização de recursos específicos, tais como: LIBRAS, LIBRAS tátil, outras formas de comunicação usadas por pessoas com surdocegueira, Braille, letores, textos ampliados; sejam substituídas as questões de fonéticas das provas

de língua portuguesa dos surdos e surdocegos, bem como a flexibilidade temporal para realização das provas, principalmente, para as pessoas com mobilidade reduzida (paralisia cerebral).

Implantar, implementar e incentivar os cursos de LIBRAS e formação de intérpretes, guia-intérpretes e professores surdos, auxiliares de ensino surdos (monitores) e tiflogia (técnicas da leitura escrita no sistema Braille) bem como o curso em BRAILLE, em todas as escolas, onde os referidos cursos sejam ministrados, preferencialmente, por profissionais com deficiência (visual e auditiva/surdo), desde que sejam habilitados e formados na área, com certificado de instituição oficial.

Disponibilizar intérpretes e guias-intérpretes, com o objetivo de auxiliar pessoas surdas e pessoa surdocegas em eventos públicos.

Criar cadastro único das pessoas com deficiência para subsidiar políticas públicas.

Divulgar os direitos e as características de cada deficiência, principalmente nas escolas de educação fundamental (início do aprendizado) e nas universidades (quando se formam os profissionais).

Promover programas, projetos, benefícios e serviços de proteção social básica para as famílias no âmbito da assistência social e que garantam a convivência social e comunitária.

35. Aplicar com rigor punições aos municípios que não cumprirem a Lei de Acessibilidade criando instrumento que obrigue os municípios a instituírem os Conselhos Municipais de Direitos de Pessoas com Deficiência;

36. Criar recursos específicos dentro dos Fundos Nacional, Estadual, Distrital e Municipal de Assistência Social, Saúde, Criança e Adolescente, para o atendimento de políticas públicas e sociais pertinentes à pessoa com deficiência.

Criar um programa de incentivo às empresas com menos de 100 funcionários para a contratação de pessoas com deficiência mediante compensação financeira nos moldes do programa primeiro emprego.

Criar um percentual de 10% no Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT destinado a qualificação profissional e a geração de emprego e renda para as pessoas com deficiência.

Estabelecer percentual entre os impostos recolhidos no país a serem direcionados para o incremento de tecnologias voltadas para a pessoa com deficiência.

Definir que no mínimo 0,05% do IPTU cobrado pelos municípios serão revertidos para financiamento da acessibilidade.

Garantir que 2% da arrecadação da Federação Nacional das Entidades Seguradoras (FENASEG) sejam revertidas para a acessibilidade.

Mobilizar o Governo Federal para a vinculação de repasses de recursos financeiros aos Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal quanto à efetiva implantação da política de acessibilidade.

43. Implementar, junto aos municípios e o distrito federal, a criação de Coordenadorias e ou Secretarias de Acessibilidade condicionadas à realidade do município e subordinada ao controle e acompanhamento dos Conselhos Municipais e Distrital dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

44. Fomentar o empreendedorismo e o cooperativismo para as pessoas com deficiência, com o apoio de instituições financeiras e parcerias entre empresas privadas para garantir a sua inserção no mercado nacional e internacional.

45. Cobrar do Ministério Público a fiscalização dos direitos da pessoa com deficiência de forma a exigir maior agilidade dos processos para concessão de aposentadorias e benefícios para pessoas com deficiência, principalmente contra órgãos públicos.

46. Criar um Fórum permanente de acessibilidade nas três esferas do governo, envolvendo toda a sociedade civil, incluindo representantes de todos os tipos de deficiências.

47. Criar Lei Federal que obrigue Estados, Distrito Federal e Municípios a implementarem os Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência;

48. Propor aos Tribunais de Justiça a criação de Varas Judiciais Específicas para a pessoa com deficiência;

49. Fiscalizar como sociedade civil, toda e qualquer, lesão ao direito a acessibilidade, acionando o Ministério Público para que cumpra o seu papel.

50. Assegurar a efetivação imediata de projeto de lei que autorize as pessoas com deficiência que recebam qualquer Benefício Previdenciário e da Assistência Social, que ao se afastarem temporariamente do mercado de trabalho, possam retornar ao Benefício a qualquer tempo.

51. Formação de uma comissão pelo CONADE, com a participação dos conselheiros estaduais e municipais, bem como, sociedade civil para discussão do Estatuto da pessoa com deficiência e estudo da ampliação de outros grupos a serem considerados pessoas com deficiência, a exemplo dos portadores de LER/DORT (Lesão por Esforço Repetitivo/Distúrbio Ósteo-Muscular Relativo ao Trabalho), demais doenças ocupacionais, obesidade mórbida, albinismo, lábio

leporino e transplantado, entre outras patologias que levem à deficiência, para que estas possam usufruir dos direitos relativos a este segmento;

52. Garantir a permanência de peritos preparados, humanizados e capacitados na área da especialidade do requerente e/ou assegurado;

53. Garantir vagas para alunos com deficiência no ensino regular, no primeiro e segundo turno, independente da faixa etária.

54. Criação de um fundo advindo das multas das empresas que não cumprirem as leis de cota, o qual será destinado à qualificação e capacitação da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho.

55. Implementar política de emprego e geração de renda às pessoas com deficiência, incorporando-os ao sistema produtivo buscando a sua emancipação econômica, social e pessoal;

56. Garantir a previsão de recursos nos entes federativos para que se viabilizem as ações previstas no decreto 5.296/04, bem como a criação de comissão específica para fiscalizar as ações de acessibilidade;

57. Garantir ações de reabilitação na atenção básica, na lógica da saúde da família;

58. Garantir a inclusão no programa nacional de triagem neonatal e triagem auditiva (teste da orelhinha);

59. Mobilizar o executivo, legislativo e judiciário estadual e nacional para garantir a regulamentação da emenda constitucional Nº 25 que dispõem o financiamento da saúde;

60. Aumentar a percentagem de 5% para 10% de cotas nos concursos públicos para deficientes.

55. Implantar ações e serviços de atenção ao deficiente visual no âmbito federal.

61. Rever a legislação com objetivo de que o BPC seja permanente para deficiente mental severo e ao portador de deficiência múltipla.

62. Implantar casa lar para pessoas com condutas típicas oriundas de famílias desestruturadas em situação de risco pessoal e social a partir dos doze anos de idade.

63. Adaptar a língua portuguesa de LIBRAS de forma contemplar a comunidade surda, nos concursos públicos.

64. Capacitar conselheiros nas três esferas;

Quais as etapas em que a acessibilidade arquitetônica e urbanística pode ser controlada pelos gestores públicos e pela sociedade para o alcance de políticas setoriais inclusivas ?

65. Conceber todos os projetos de desenvolvimento regional de urbanismo e arquitetura, bem

como os equipamentos auxiliares comunitários sob a ótica do desenho universal de acordo com o Decreto 5.296/2004.

66. Submeter todos os projetos de desenvolvimento de urbanismo, arquitetura e de construções à avaliação dos conselhos nacional, estadual, distrital e municipal da pessoa com deficiência e/ou das comissões permanentes de acessibilidade.

67. Vincular a liberação de verbas para os municípios e o distrito federal, pelo Ministério das Cidades, mediante a implantação do plano de acessibilidade.

68. Sensibilizar e garantir a qualificação do corpo técnico de arquitetura e engenharia, por intermédio dos conselhos regionais das respectivas áreas quanto às questões de acessibilidade e desenho universal.

69. Garantir que a celebração ou renovação da concessão e exploração do transporte de uso coletivo seja realizada mediante frota acessível, sem gerar aumento da tarifa ao usuário.

70. Contar com o incentivo do governo federal para a realização de planos estaduais, distrital e municipais de mobilidade e transporte, contemplando a acessibilidade.

71. Responsabilizar o gestor público pelas condições de acessibilidade e acompanhamento das obras pela sociedade civil.

72. Realizar campanha nacional de sensibilização e conscientização dos cidadãos sobre acessibilidade, conforme as normas técnicas e legais voltadas à inclusão da pessoa com deficiência.

73. Padronizar em nível nacional a credencial destinada à pessoa com deficiência para acessibilidade aos estacionamentos.

74. Estabelecer um mínimo de 2% dos orçamentos municipais, estaduais, distrital e federal destinados à implantação e implementação da acessibilidade da pessoa com deficiência.

75. Assegurar que nos programas e ações desenvolvidos pelo MEC na educação básica e superior, realizados também em parcerias no âmbito estadual, distrital e municipal sejam disseminados os conceitos de acessibilidade e inclusão.

76. Formular políticas públicas estruturais ligadas à acessibilidade nos campos urbanístico, arquitetônico e do acesso à comunicação e informação acessível, nas municipalidades, em especial com participação deliberativa no plano gestor.

77. Garantir continuidade na implementação e fiscalização das políticas públicas na execução das ações, independente da alternância do gestor públi-

co, sempre na observância das leis vigentes quanto à acessibilidade.

78. Implementar ações possibilitando a construção e o desenvolvimento de uma cultura que estimule a participação ativa de todos os segmentos da sociedade.

79. Efetivar a acessibilidade, garantida a participação, com voz e voto, de todos os segmentos envolvidos para o planejamento, a implementação, a execução e a indispensável fiscalização por parte dos atores sociais, de seus conselhos estaduais, distrital e municipais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, do CONADE e afins, no exercício da cidadania para o controle social das políticas públicas.

80. Adequar os planos diretores municipais e distrital a lei e ao Decreto federal 5.296/2004 de acessibilidade.

81. Cumprir a lei de acessibilidade nos projetos de calçadas, bem como a criação de ciclovias.

82. Garantir acesso aos transportes coletivos com frota adaptada.

83. Capacitar de forma continuada os técnicos aptos a aprovarem projetos nos diversos segmentos federais, estaduais, municipais e distrital quando os mesmos tratarem de obras, reformas e aquisição de equipamentos.

84. Incluir na formação profissional dos técnicos, engenheiros civis, arquitetos e afins, o cumprimento do art. 10 do decreto 5.296/2004.

85. Aprovar projetos e fiscalização das obras com intensificação na exigência do cumprimento da NBR 9050/2005 nas construções, reformas e ampliações.

86. Criar mecanismo fiscalizador do cumprimento de projetos de acessibilidade nas obras financiadas pela União e Estados, coibindo a liberação de verbas para os municípios que não cumprirem a acessibilidade.

87. Assegurar a realização de audiências públicas para assinar termo de conduta com órgãos públicos e privados para garantia da acessibilidade.

88. Criar ouvidoria, por disk denúncia, para fiscalizar os descumprimentos dos direitos da pessoa com deficiência, de forma que trabalhe em consonância com o Ministério Público, para que se apliquem as devidas sanções.

89. Garantir a participação da sociedade organizada nas etapas de construção dos instrumentos de planejamento (PPA, PDU, LOA, LDO e nos planos de políticas setoriais, como educação, saúde, transporte e urbanismo) na etapa da aprovação desses instrumentos (pelo legislativo, executivo, conselhos, comi-

sões) e no acompanhamento, controle e avaliação da execução desse planejamento.

90. Buscar junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mecanismos de fiscalização na tramitação prioritária de ações processuais que envolvam questões da pessoa com deficiência, em todos os órgãos que compõem o Poder Judiciário.

91. Garantir que as etapas de projetos de financiamento de obras públicas e ou coletivas sejam avaliadas pelas comissões e conselhos para garantir a acessibilidade.

92. Capacitar as equipes técnicas lotadas nas secretarias municipais, estaduais, distrital e federal de infra-estrutura com a finalidade de fiscalizar, acompanhar e monitorar todas as obras de infra-estrutura, conforme a lei vigente de acessibilidade.

93. Regulamentar leis municipais e distrital que garantam o cumprimento de normas nacionais de acordo com o decreto 5.296/2004 no art. 2º

94. Enviar solicitação do CONADE para as casas legislativas estaduais, distrital e municipais, do cumprimento da chancela da lei de acessibilidade.

95. Assegurar que o CONADE promova campanha de divulgação dos principais instrumentos de acessibilidade arquitetônica e urbanística envolvendo os conselhos estaduais, distrital e municipais.

96. Garantir recursos financeiros para acessibilidade arquitetônica das unidades de saúde e educação, prioritariamente.

97. Criar sistema de sinalização em ponto de embarque e desembarque de todos os meios de transporte específico para pessoas com qualquer tipo de deficiência.

98. Garantir espaço nas vias públicas, nas proximidades de instituições prestadoras de serviço, para embarque e desembarque de pessoas com deficiência, sem uso para estacionamento, utilizando selos móveis específicos para condutores e conduzidos, padronizando-os em nível nacional.

99. Incluir conteúdos ou disciplinas de acessibilidade e de inclusão nos diversos cursos de graduação, pós-graduação e extensão em todo o país.

100. Garantir, na forma de lei, que os municípios e o distrito federal definam os critérios e as condições das construções em vias públicas, multifamiliares, populares e de uso público, visando à inclusão social das pessoas com deficiência.

101. Exigir, que moradias econômicas com financiamento de recursos públicos, sejam construídas atendendo às normas de acessibilidade, com acompanhamento dos Conselhos de Direitos da Pessoa

com Deficiência, e fiscalização do CREA através da exigência da anotação de responsabilidade técnica – ART de acessibilidade conforme estabelecido no Decreto 5.296/2004.

102. Criar o selo de qualidade para edificações e espaços públicos acessíveis, em parceria com entidades como o CREA e chancelado pelas Coordenadorias e Conselhos de Direitos de Pessoas com Deficiência.

103. Garantir percentual mínimo de 15% de moradias para pessoas com deficiência em programas de habitação de interesse social.

104. Realizar diagnóstico das condições de acessibilidade arquitetônica e urbanística em todos os edifícios de uso público e coletivo em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, como subsídio para o encaminhamento ao Ministério Público.

105. Criar lei que garanta a aplicação de parte de tributos municipais (ex. IPTU) para a promoção da acessibilidade nas calçadas e edifícios nos municípios brasileiros.

106. Exercer o controle social na execução e uso dos logradouros.

107. Garantir na Lei de Diretrizes Orçamentária recursos específicos para as adaptações e construções urbanísticas e arquitetônicas acessíveis.

108. Garantir que as obras de uso coletivo a serem construídas pelo poder público e/ou privado só tenham seu alvará de construção liberado se atenderem as normas técnicas de acessibilidade previstas no decreto 5.296/2004.

109. Assegurar que as obras que não atendam ao desenho universal de acessibilidade sejam embargadas através de ações de entidades representativas junto ao Ministério Público, federal, distrital e estadual.

110. Aprovar Lei estadual exigindo o plano de acessibilidade pelos municípios, prevendo penalidades aos gestores públicos pelo não cumprimento do Decreto 5.296/2004, com cassação de mandato dos gestores ou ordenadores de despesas.

Quais são os papéis do poder público, do setor privado e da sociedade para que todos os tipos de transportes coletivos se tornem acessíveis?

Papel do poder público:

111. Construir uma política nacional de gratuidade, em todos os tipos de transporte, para pessoas com deficiência, inclusive pacientes renais crônicos e transplantados, com validade em todo território nacional, com direito a acompanhante, implantando a carteira única nacional, e assumindo o poder municipal a responsabilidade pela liberação e emissão do passe livre.

112. Garantir recursos, nas três esferas de poder, para a implementação das políticas públicas que assegurem a acessibilidade no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

113. Reverter para o Fundo do Conselho de Direitos da Pessoa com Deficiência os valores referentes às multas decorrentes do não cumprimento das leis de acessibilidade, nas três esferas de governo, para custear programas e projetos aprovados pelos conselhos em prol das pessoas com deficiência.

114. Criar uma política nacional de estacionamento com vagas reservadas para pessoas com deficiência, sendo emitidos cartões, pelo órgão regulador do sistema, com a identificação da pessoa com deficiência e do veículo.

115. Divulgar os amparos legais que garantam os direitos do transporte e acompanhar a execução da ação de política do transporte.

116. Proibir a colocação aleatória do símbolo internacional de acesso em veículos de transporte coletivo que não se utiliza do sistema de acesso pleno e eficaz, deixando de certificar as empresas que se dizem asseguradas do acesso pleno e seus veículos.

117. Exigir da iniciativa privada transportes coletivos acessíveis, com rampas, espaço destinado à cadeira de rodas, bem como as formas de embarque a partir de pontos de parada com elevador direto ao veículo de transporte coletivo, ou preferencialmente, veículos rodoviários de piso baixo, etc., obedecendo às normas do Decreto nº 5.296/2004, que contempla em especial o transporte coletivo de massa, fazendo cumprir o prazo do referido decreto e o artigo 38 e seus parágrafos.

118. Realizar contratos de concessão para as empresas de transportes coletivos em todas as modais, com obrigatoriedade de frota acessível ou escalonamento do processo de adaptação de veículos com:

revisão das concessões existentes e as acessibilidades implantadas progressivamente;

renovação da frota;

cassação das concessões e permissões das empresas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos, que não disponibilizem sua frota de veículos adaptados, conforme estas normas técnicas;

cancelamento de repasse de recursos destinados para transportes dos Municípios, Distrito Federal e Estados das empresas que não cumprirem as normas da legislação vigente.

119. Exigir nos editais de licitações que envolvam a prestação de um serviço público por concessão, como o transporte coletivo terrestre, aeroviário e aquaviário, que as empresas obedeçam às normas de acessibilidade, segundo o princípio do desenho universal.

120. Desenvolver Campanha Permanente de Educação para o respeito à diversidade humana no campo do transporte público e coletivo, e promover campanhas de conscientização dos funcionários das empresas de transportes e da população em geral.

121. Repassar os recursos financeiros por parte do poder público, para que os Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência possam melhor se aparelhar para fiscalizar e acompanhar as políticas públicas.

122. Condicionar a liberação de verbas federais e estaduais para obras de urbanização nos municípios ao atendimento das normas de acessibilidade da ABNT.

123. Criar dentro da Secretaria Municipal responsável pelos sistemas de transportes coletivos, em todos os municípios, de um setor de fiscalização capacitado para verificar os aspectos de acessibilidade e atendimento a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

124. Responsabilizar efetivamente o poder público pelo entorno e pelas paradas, portos (ródulos) ou trapiches para que se tornem acessíveis.

125. Capacitação permanentemente, o setor público e privado, de motoristas, cobradores, condutores, administradores e demais trabalhadores envolvidos no sistema de transporte, bem como, sinalização luminosa onde se fizer necessário.

126. Ampliar para 10% o número de vagas reservadas para as pessoas com deficiência e garantir o direito de reserva de vaga nos estacionamentos públicos e privados para todos os tipos de deficiências.

127. Criar mecanismos para o cumprimento das leis de acessibilidade existentes, obedecendo ao desenho universal, definindo a sua regulamentação e impondo sanções aos infratores.

128. Fazer cumprir a lei de criação do transporte adaptado para pessoa com deficiência pelo poder executivo em todas as esferas.

129. Viabilizar transporte adaptado ou realizar a adaptação da frota já existente, para a condução de alunos com deficiência.

130. Criar um cadastro de famílias de pessoas com deficiência severa, nas regiões de difícil acesso à via pública, para possível solução, caso a caso.

131. Criar exigências para que as auto-escolas se estruturam para formar condutores com deficiência,

disponibilizando veículos adaptados, com adequação específica de sinalização para surdos.

132. Capacitar os profissionais dos DETRANs e donos de concessionárias para reconhecer o direito das pessoas com deficiência/ familiares de isenção de IPI/ICMS ao adquirirem veículos, incluindo na Carteira de Habilitação a sua condição de deficiência.

133. Eliminar roletas em ônibus ou criar espaço paralelo para passagem de pessoas com deficiência e barreiras existentes em virtude dos desenhos dos ônibus atuais, obedecendo às normas de acessibilidade, priorizando os ônibus de piso baixo.

134. Implementar ações de monitoramento e fiscalização, principalmente em relação ao estacionamento irregular sobre calçadas (veículo particular, viaturas policiais e outros), para garantir o ir e vir do cidadão.

Papel do setor privado:

135. Qualificar os operadores e profissionais para atendimento prioritário oferecendo serviços de qualidade.

136. Trabalhar a conscientização da necessidade do transporte coletivo com obrigatoriedade de frota acessível.

137. Cumprir a legislação em vigor, inclusive usando obrigatoriamente nos transportes coletivos o símbolo internacional de acesso e adquirindo e/ou adaptando todos os meios de transportes, em curto e médio prazo.

138. Obedecer às normas da ABNT quando da fabricação de seus equipamentos em observância da NBR 14020 sendo que o não cumprimento implicará em multas cuja destinação deverá ser para os conselhos municipais, distrital, estaduais e federal das pessoas com deficiência;

139. Aumentar a constante busca tecnológica para se criar soluções que visem melhorar cada vez mais a acessibilidade ao transporte coletivo.

140. Garantir que as concessionárias de transporte atendam prioritariamente às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, assegurando a qualificação continuada dos profissionais para o atendimento humanizado no transportes acessíveis.

Papel da sociedade:

141. Exigir a responsabilização do poder público para a garantia do direito do transporte acessível e promover a mobilização dos segmentos sociais para avaliar e acompanhar a execução da política de transporte.

142. Buscar informações através da participação em fóruns, meios de comunicação e outras instâncias de discussão pública;

143. Cobrar do poder público a execução da política de transporte através dos instrumentos legais disponíveis (Conselhos, Ministério Público e demais organizações).

Buscar alternativa de transporte especial para pessoas com deficiência, impossibilitadas de utilizar o transporte coletivo convencional lutando pelo respeito às suas peculiaridades como: micro ônibus bairro a bairro, ônibus que circulam nas favelas, táxis, barcos, etc.

Acionar o Ministério Público sempre que os direitos das pessoas com deficiência forem negligenciados.

146. Participar ativamente na elaboração e implantação das políticas públicas, combatendo o preconceito, fiscalizando as ações do poder público e a aplicação dos recursos, mobilizando-se de forma organizada em torno do tema acessibilidade.

147. Exigir do Poder Público o cumprimento da legislação vigente;

148. Negociar através de seus segmentos parcerias, apoios, contratos e convênios.

Do poder público, sociedade e setor privado

149. Garantir que o poder público, como também o setor privado e a sociedade exijam do Ministério Público providências no sentido de ingresso de ação civil pública contra o INMETRO em razão da sua omissão para o cumprimento da legislação vigente.

150. Garantir a construção de postos flutuantes com adaptações para acesso das pessoas com deficiência.

151. Garantir acessibilidade por meio de legislação, que garanta adaptações necessárias no transporte coletivo rodoviário e aquaviário intermunicipal e interestadual.

152. Garantir transporte porta a porta para pessoas com deficiência com grande dificuldade de locomoção, quando o serviço de transporte coletivo urbano acessível não tiver condições de atendê-lo com garantia de acompanhante.

De que forma a informação e a comunicação acessíveis contribuem para a inclusão de pessoas com deficiência?

153. Assegurar que sejam regulamentadas e devidamente aplicadas as normas nacionais e internacionais vigentes para que os meios de comunicação e informação sejam acessíveis atendendo as diferentes necessidades de todas as pessoas, em especial em sites, publicações em meio magnético, livros digitais falados e todos os meios de comunicação de massa e de domínio público.

154. Disponibilizar linhas de crédito e isenção fiscal na aquisição de equipamentos que viabilizem o acesso à informação e comunicação das pessoas com deficiência.

155. Disponibilizar programas de sintetizadores de voz em instituições públicas e privadas.

156. Cumprir a legislação específica para legitimidade das comunicações necessárias à inclusão das pessoas com deficiência em qualquer setor.

157. Garantir do governo, recursos públicos, para que todos possam ter acesso à informação e comunicação.

158. Mobilizar e conscientizar toda população brasileira sob orientação dos Conselhos e/ou instituições representativas dos deficientes, através de serviço de panfletagem e de veículos de comunicação de massa como, jornais, internet, canais de TV e rádios, com vistas a instrumentalizá-la para que possa cobrar ações do poder público, enquanto agentes fiscalizadores.

159. Formular uma política nacional de acessibilidade.

160. Disponibilizar tecnologias assistivas por parte do poder público nas áreas setoriais.

161. Formar e capacitar continuamente intérprete de LIBRAS e guias-intérpretes pela FENEIS/MEC, IES, SEED e Associações de Surdos para difusão das comunicações, na educação, saúde, cultura, comércio, etc(Lei 10.436/2002 e o decreto 5296).

162. Incluir a LIBRAS, o sistema Braille, como comunicação suplementar e alternativa e as várias formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdo-cegas no currículo escolar e informações gerais sobre a pessoa com deficiência, a partir das séries iniciais;

163. Equipar os estabelecimentos públicos e privados com telefones, computadores, sinalização adaptada para todos os tipos de deficiência e transcrição em Braille da moeda brasileira, caixas eletrônicas, cardápios, extratos bancários, folheteria de turismo, contas de telefone, água e luz.

164. Garantir que as emissoras de TV ofereçam recursos áudios-visuais e que as editoras financiadas com recursos públicos tenham uma porcentagem da sua produção transcrita para o Braille.

165. Garantir, nas contratações de concessão dos veículos de comunicação de massa, a exigência de que as empresas realizem o cumprimento das leis vigentes em relação à acessibilidade em comunicação e informação emitindo suas informações com tecnologias que permitam atingir todas as pessoas com deficiências ou não deficiência.

166. Aprovar as propostas remetidas pelos estados, distrito federal e municípios para a 1ª conferência nacional e posteriormente sejam as mesmas reeditadas e enviadas a todos os estados, DF e municípios, no prazo de 45 dias após a data do término da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

167. Investir no desenvolvimento de tecnologia abrangente, de massa e de fácil acesso.

168. Divulgar as leis, os direitos e promover a capacitação permanente de conselheiros sobre este tema: “acessibilidade”, sensibilizando os profissionais da saúde (PSF), educação, comunidade e dos demais setores, e pessoas com deficiência.

169. Elaborar sites com ícones que contemplem todas as deficiências e para cada deficiência as suas diferentes peculiaridades.

170. Garantir que as bulas possam ser acessíveis através de sites, CD's, DVD's ou outros meios para que a compreensão da informação possa ser garantida a todas as pessoas com deficiência.

171. Garantir a entrega, antes do início do período letivo, de todo o material didático ampliado, em Braille, que contemple LIBRAS e formas de comunicação suplementar e alternativa.

172. Assegurar o acesso a softwares do sistema de comunicação suplementar e alternativa para as escolas e espaços de uso público

173. Criar jornal ou boletim de âmbito nacional com esclarecimentos sobre deficiências, mercado de trabalho, denúncias e conquistas da pessoa com deficiência, codificados em LIBRAS e Braille.

174. Garantir que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a todos os meios de comunicação e ao desenvolvimento de políticas públicas de acordo com a legislação vigente.

175. Criar campanhas educativas, promovidas pelos governos federal, distrital, estadual e municipal utilizando a mídia e os meios educacionais públicos e privados nos três níveis de ensino, em todas as categorias de deficiência, visando a execução da legislação vigente, à prevenção de deficiências, a sensibilização sobre a diversidade, o exercício da cidadania, articulando-se com o Ministério Público, buscando formas eficazes e adequadas de acompanhamento às pessoas com deficiência.

176. Criar centros de apoio à educação inclusiva, com programas multidisciplinares, em interface com as secretarias de educação, saúde e assistência social, considerada a proporcionalidade ao número de habitantes, com serviços complementares e suplementares ao ensino regular, incluindo oficinas pedagógicas e tera-

pêuticas desenvolvidas por profissionais especializados e com verba própria para esses fins, sob fiscalização da comunidade e dos conselhos nos municípios em número proporcional ao de habitantes.

177. Buscar parcerias para criação de campanhas informativas nos meios de comunicação de massa, impressos e demais meios acessíveis, para viabilizar o conhecimento geral de todos os parâmetros no contexto da acessibilidade.

178. Realizar reuniões ampliadas e descentralizadas do CONADE e dos conselhos estaduais e distrital com o objetivo de divulgar, fiscalizar e acompanhar a implementação do decreto 5296/2004.

179. Fazer campanha nacional de mobilização envolvendo os estados e municípios para divulgação do decreto 5296/2004 utilizando todos os meios de comunicação.

180. Realizar, em todos os municípios brasileiros, o censo de pessoas com deficiência, não sendo por amostragem, e sob a responsabilidade dos secretários municipais, distrital e estaduais da Ação Social,

181. Implantar educação inclusiva como disciplina obrigatória, em todas as instâncias de ensino.

182. Implementar campanhas educativas de prevenção às deficiências, campanhas de ajudas técnicas e financeiras necessárias para evitar o agravamento de deficiências existentes, no âmbito de todas as unidades de saúde do município (próprias e conveniadas).

183. Promover conscientização por meio de campanhas de informação sobre a rubéola e suas especificidades de atendimento educacional e de saúde, e exigir dos órgãos públicos a vacinação nacional contra a doença, considerando-se a isenção de mercúrio na constatação das cepas virais.

184. Fazer levantamento sistemático, por micro e macrorregiões do estado e do distrito federal, de dados demográficos e epidemiológicos das pessoas com deficiência, organizando um cadastro único.

185. Divulgar, para toda a sociedade, os serviços e as comissões de transporte.

186. Promover a distribuição de jornais e apostilas, utilizando vários estilos e formas de comunicação.

187. Criar campanhas, por meio dos meios de comunicação, para divulgação de informações sobre a pessoa com deficiência, visando a conscientização para a eliminação de barreiras atitudinais e a garantia da acessibilidade.

188. Criar programa de informação e orientação sobre a anemia falciforme, doenças vinculadas à etnia, síndrome de Usher e outras doenças crônicas, usando para divulgação os meios de comunicação, como já

acontece nas campanhas sobre dengue, hipertensão, diabetes, HIV, DSTs e outros.

189. Elaborar em nível estadual e municipal uma cartilha acessível a todas as pessoas com deficiência que contenha informações de locais para atendimento médico, educacional, esportivo e cultural a pessoas com deficiência.

190. Garantir qualificação profissional para comunicação em Braille e LIBRAS e as formas de comunicação pelas pessoas surdo-cegas.

191. Assegurar à linha de financiamento, bem como a isenção fiscal para aquisição de tecnologias assistivas, para a comunicação e a comunicabilidade das pessoas com deficiência.

192. Facilitar a aquisição de tecnologias assistivas por meio de isenção do IPI.

193. Incluir o ensino de LIBRAS e as formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdo-cegas como disciplinas na educação básica para se construir uma emergente cultura sobre o seu uso funcional.

194. Implementar políticas públicas com a participação da sociedade civil por meio de financiamento e investimento em tecnologias, prestação de serviços, capacitação e financiamento de projetos por Fundos Específicos.

195. Garantir verbas e recursos públicos com relação à comunicação nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, que assegurem a comunicação universal, para que todos os segmentos tenham informações das políticas públicas.

196. Garantir recursos para aquisição de telefones DDD acoplados com display Braille e tela ampliada com alto contraste, TS e centro de atendimento aos surdos por meio do TS, em todos os espaços e órgãos públicos.

197. Garantir intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes e material em Braille em todos os espaços e órgãos públicos e em todas as instâncias federal, estadual, do distrito federal e municipal, que sejam avaliados por bancada formada exclusivamente por instrutores surdos ou professores de LIBRAS.

198. Assegurar que a secretaria de educação de cada estado seja responsável pela capacitação de intérprete de LIBRAS.

199. Encaminhar uma proposta ao Ministério do Trabalho para que a função, já existente, de intérprete de LIBRAS seja reconhecida como profissão.

200. Garantir a criação de uma central de intérpretes de Libras em cada estado e no distrito federal.

201. Garantir a criação de cargos de revisor em Braille.

202. Garantir a criação de cargos de leitor para cegos.

203. Criar cargos para concursos públicos de instrutor e intérprete de Libras, guia-intérprete para surdo-cegos e revisor Braille, professores formados em Libras e em Educação reconhecidos e fiscalizados pelo MEC e entidades reconhecidas pela comunidade surda.

204. Baixar custos, através de isenção de imposto, de produtos eletrônicos na aquisição por pessoa com deficiências.

205. Tornar acessível à navegação na internet para cegos.

206. Propor que a CORDE edite uma coletânea comentada da legislação vigente, concernente aos direitos das pessoas com deficiência.

207. Divulgar no site da CORDE, através de link próprio, informações que contenham súmulas e jurisprudências que retratem a efetividade da legislação voltada para a acessibilidade e desenho universal.

208. Propor que o Banco Central do Brasil determine (através de Portaria), a implantação de sistema de voz com fone de ouvido nos caixas de auto-atendimento do sistema bancário brasileiro;

209. Exigir das instituições de ensino superior públicas e privadas maior divulgação dos projetos e respectivos resultados das pesquisas que envolvam as pessoas com deficiência de seu repasse às instituições de atendimento especializado.

Como impulsionar a criação, a produção e a oferta de ajudas técnicas para melhorar a vida das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida?

210. Cumprir os artigos 61 a 66, do Decreto 5.296/2004 que se referem à criação, produção e oferta de Ajudas Técnicas no âmbito das três esferas governamentais.

211. Instituir parcerias em níveis federal, estadual, do distrito federal e municipal com órgão específico para impressão de livros em Braille e outros recursos disponíveis, de conteúdos diversos, para atender aos cursos de formação regular e para oferecer outras informações para professores e alunos.

212. Criar Lei federal que obrigue os gestores a cumprirem e implementarem as deliberações dos conselhos e das conferências nas três esferas de Governo.

213. Trabalhar a formação e o conhecimento da causa da acessibilidade em âmbito geral contando com as entidades, cidadãos e auxílio do poder público para a realização do repasse deste conhecimento.

214. Garantir que o governo federal assegure percentual das vagas, conforme lei que trata das cotas, de estágio e cargos comissionados e que as em-

presas se responsabilizem pela formação da pessoa com deficiência.

215. Criar Centros de Atendimento de Convivência para pessoas com deficiência, Casas Lares e residências com atuação de equipes interdisciplinares, equipamentos adequados e atendimento do instrutor mediador e/ou guia intérprete para pessoas surdocegas e/ou múltiplas sensoriais e com serviço de assistência às famílias de pessoas com deficiência por meio de parcerias com organizações governamentais, não-governamentais e outros.

216. Disponibilizar linhas de crédito e isenção fiscal na aquisição de equipamentos que viabilizem o acesso às ajudas técnicas pelas pessoas com deficiência.

217. Criar linhas de créditos específicas no BNDES, para financiamento de empresas que venham a produzir ou manipular equipamentos/suportes de ajudas técnicas e tecnologias assistivas, com isenção fiscal.

218. Garantir o direito da pessoa com deficiência de participar das discussões orçamentárias, buscando assegurar um percentual de recursos que favoreça a aquisição de órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção, garantindo a qualidade destes produtos e obedecendo às normas da ABNT, em seu município.

209. Ampliar os recursos para produção de órteses próteses e meios auxiliares de locomoção. E facilitar as parcerias com oficinas especializadas a fim de atender com tecnologia moderna a alta demanda reprimida.

210. Garantir que na compra de produtos de ajudas técnicas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como na manutenção de gastos do uso do cão-guia para cegos e surdocegos e que haja a isenção total dos impostos em produtos nacionais ou importados.

211. Criar, em forma de lei, mecanismos de financiamento e co-financiamento (a fundo perdido) nas três esferas governamentais, para capacitação e qualificação profissional, além de garantir o atendimento à rede de serviços: saúde, educação, transporte, telecomunicação, programas e projetos técnicos dirigidos à pessoa com deficiência, garantindo a manutenção das ajudas técnicas quando se fizer necessário, mesmo não estando incluso no quadro de baixa renda.

212. Reformular a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) na questão orçamentária, considerando baixa renda o **per capita** de um salário mínimo.

213. Instalar telefones, painéis e material de divulgação para acesso ao surdo e ao deficiente visual e exigir das operadoras que cumpram a legislação que obriga a instalação de telefones adaptados para os mesmos.

214. Garantir que os televisores fabricados no país, assim como os importados, tenham o dispositivo que permite o acesso à tecla SAP e à legenda oculta – **closed caption**, útil para o deficiente auditivo.

215. Liberar o saldo do Fundo de Garantia para que a pessoa com deficiência adquira qualquer equipamento de ajuda técnica.

216. Criar políticas públicas nas três esferas de governo que venham favorecer o incentivo e desenvolvimento de pesquisas científicas nas universidades públicas e privadas, buscando a promoção de ajudas técnicas / tecnologias assistivas, oferecendo premiações para cientistas que venham contribuir de forma eficaz para a promoção de uma vida independente;

217. Favorecer parceria tanto com ONG's quanto com o poder público, universidades, centros de pesquisas, empresas, escolas técnicas de forma a democratizar a criação, a produção e a distribuição de ajudas técnicas para atender as demandas das pessoas com deficiência no que se refere ao desenvolvimento e acesso às tecnologias, que possibilitem a inclusão educacional e profissional visando a independência e inclusão deste na sociedade.

218. Implementar a disciplina ajudas técnicas/ tecnologias assistivas na grade curricular do ensino fundamental à universidade, como também a criação de cursos profissionalizantes que amplie este teor.

219. Criar cursos universitários e disciplinas específicas sobre a pessoa com deficiência e suas acessibilidades com estágios curriculares, de extensão e iniciação científica que incentive a formação desses estudantes para dar suporte de ajudas técnicas.

220. Garantir a capacitação de técnicos e profissionais de ensino, para a melhoria do atendimento em reabilitação das pessoas com deficiência, utilizando equipamentos adequados de acordo com o tipo de deficiências, registrando as invenções através de patentes e das normas já existentes, assegurando todo material adquirido para linha de pesquisa e crédito, com juros acessíveis e isenção de todos os impostos, com apoio do poder público para criação de novas ajudas técnicas; firmar parcerias com órgãos governamentais e não governamentais e empresas privadas para reabilitação.

221. Garantir que as unidades escolares estejam aptas a trabalharem com todas as deficiências, disponibilizando livros e equipamentos em Braille, digitalizados e em outros formatos e equipando todos os estabelecimentos de ensino com material exposto em Libras.

222. Disponibilizar intérpretes oficiais de LIBRAS e guias intérpretes, reconhecidos pelo MEC, certificados por órgãos capacitados de acordo com o Decreto

5.626, de 22 de dezembro de 2005, por instituições conveniadas, em todos os níveis da educação.

223. Criar e/ou estabelecer parcerias com órgãos que ofereçam qualificação profissional para as pessoas com deficiência em cada município atendendo a demanda.

224. Incluir, em forma da lei, disciplina com conhecimentos básicos sobre a inclusão da pessoa com deficiência nas redes de ensino de educação básica, profissionalizante e superior em todas as áreas, de caráter obrigatório no núcleo básico comum, com presença de intérprete no caso de surdos.

225. Promover a efetiva criação das oficinas protegidas, de que trata o Decreto Federal nº 3.298/99, priorizando a deficiência mental, severa ou profunda e a múltipla deficiência sensorial (surdo-cego, pré-lingüístico), desde que inclusos na rede regular de ensino em período oposto.

226. Garantir a capacitação, formação e qualificação profissional de pessoas com deficiência em todos os cursos e com a participação do sistema S, por meio de parceria público-privada e institucionais.

227. Garantir a obrigatoriedade do conhecimento de Libras e do Braille para profissionais, com deficiência ou não, que atendam ao público e da criação de Centrais de Intérpretes e guias-intérprete nos municípios, desde que os cursos sejam ministrados por profissionais competentes e com o aval da ABRASC (Associação Brasileira de Surdocegos) e o grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial, com cursos específicos.

228. Exigir o cumprimento do Decreto 5296/04, no que diz respeito que nos serviços públicos e congêneres haja profissionais que se comuniquem por meio de Libras, Braille e outros para atendimento adequado ao público que necessita daquelas formas de comunicação.

229. Implantar nos municípios e no distrito federal, Centros Integrados de Recuperação para pessoas com deficiência, contemplando-os com recursos humanos, profissionais e técnicos necessários, bem como os recursos materiais (órtese e prótese) e com atendimento gratuito de acordo com a deficiência de cada pessoa.

230. Garantir a implantação dos Centros de Referência em reabilitação da Pessoa com Deficiência, conforme Portarias do Ministério da Saúde, incluindo recursos humanos, materiais e financeiros com a concessão de órteses, próteses e bolsas coletoras.

231. Viabilizar a construção, pelo Ministério da Educação, através das Secretarias Municipais de Educação, de Centros de Atendimento à Surdez e a todas

deficiências, nos municípios de médio porte com a presença de intérpretes oficiais de LIBRAS.

232. Promover encontros entre pessoas com deficiência e famílias, para envolvê-las no processo de inclusão.

233. Destinar recursos financeiros, humanos e tecnológicos, para que as bibliotecas públicas em nível nacional possam tornar acessíveis para as diferentes formas de deficiência, em todos os seus acervos (livros, jornais, etc), promovendo a máxima utilização de meios avançados e digitais de acesso a este acervo.

234. Cobrar e fiscalizar a implantação do Programa de Órtese e Prótese nos municípios como forma de agilizar o atendimento ao usuário.

235. Facilitar às pessoas com deficiência, incluindo os portadores de transtornos invasivos do desenvolvimento (todos os tipos de autismo e/ou seus representantes legais), aquisição de equipamentos (computadores, órteses, próteses, aparelhos auditivos, e outros), software e qualquer tecnologia assistiva por meio de redução ou isenção de impostos, linhas de créditos especiais ou mesmo subsidiando o valor integral do produto caso o usuário não possa arcar com os custos do financiamento.

236. Garantir incremento financeiro compatível com o valor de mercado dos equipamentos e inclusão de outros itens na tabela SUS (Grupo Específico de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção), de acordo com as demandas apresentadas pelas pessoas com deficiência e criação de Câmaras Técnicas para orientação/fiscalização da qualidade dos equipamentos adquiridos pelo Centros de Reabilitação credenciados junto ao SUS.

237. Reservar dotação orçamentária específica para implantação de acessibilidade nos municípios estabelecendo percentual nos orçamentos, nas três esferas de governo, com disponibilização de recursos das esferas, Federal, Estadual com repasse para os municípios e o distrito federal.

238. Garantir subsídios das três esferas de governo para indústrias de bens e equipamentos que desenvolvem tecnologias assistivas, possibilitando que as pessoas com deficiência tenham acesso aos equipamentos necessários para a participação efetiva na sociedade por meio de financiamento e isenção fiscal.

239. Garantir e ampliar a rede de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, por meio de equipe multiprofissional nas três esferas de governo com vista à inclusão social e comunitária, inclusão e reinserção no mercado de trabalho, educação, esporte, lazer e turismo fortalecendo os serviços de concessão de ajudas técnicas.

240. Assegurar equipe multidisciplinar (fonoaudióloga, psicóloga, psicopedagoga, musicoterapeuta, psiquiatra infantil, fisioterapeuta, professor de educação física especializado) e a aprovação dos projetos para aquisição de equipamentos técnicos e tecnológicos a fim de facilitar a vida da pessoa com deficiência.

241. Assegurar o cumprimento do Decreto 5.296/2004 e 5.626/2005 em todas regiões garantindo a interiorização.

242. Estabelecer que os Governos Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, crie mecanismos de difusão ampla das tecnologias assistivas desenvolvidas nas universidades públicas e privadas do País.

243. Emitir documentos públicos, como IPTU, IPVA e contas de consumo, em Braille.

244. Facilitar a aquisição de impressoras braile e sistemas de comunicação alternativa.

245. Assegurar ajudas técnicas e tecnológicas que auxiliem as pessoas com deficiência em seu cotidiano seja na vida diária, no trabalho, na educação, na saúde e no lazer.

246. Garantir, em caráter de urgência, ajudas técnicas necessárias à reabilitação e manutenção da saúde das pessoas com distrofia muscular, incluindo-se a essa ajuda equipamentos de ventilação mecânica que devem ser fornecidos pela esfera estadual ou federal.

247. Regionalizar as possibilidades de ajuda técnicas por grupos de municípios, possibilitando a criação de convênios e consórcios.

248. Garantir atendimento de saúde bucal, especialmente para as pessoas com deficiência mental, paralisados cerebrais, transtorno invasivo do desenvolvimento (todos os tipos de autismo) e todas as pessoas com deficiência.

249. Reconhecer a equoterapia e acupuntura como tratamento autorizado pelo SUS para pessoas com deficiência, estimulando sua indicação terapêutica.

250. Garantir recursos para a adequação das redes ambulatoriais de primeiro a terceiro níveis com equipamentos e equipes capacitadas ao atendimento das pessoas com deficiência, em parceria com a união, estado, distrito federal e município, incluindo-se a reabilitação e a estimulação precoce.

251. Garantir que sejam criadas leis e normas dirigidas aos fabricantes de produtos e equipamentos regulares que contemplem adaptações facilitadoras ao entendimento operacional e de manuseio das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

252. Assegurar que todos os produtos industrializados venham com manual em formato acessível.

253. Aumentar os recursos humanos e financeiros para habilitação/reabilitação das pessoas com deficiên-

cia, objetivando assegurar seus direitos em relação a material hospitalar, medicamentos, órteses, próteses e quando necessário, tratamento fora do domicílio, bem como, capacitação dos profissionais da área de saúde no conhecimento da linguagem de sinais (Libras).

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência lembra às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se no dia 28 do corrente, quarta-feira, às 12 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do **Projeto de Lei nº 2-CN, de 2006**, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências*.

Informo, ainda, que, para os efeitos do art. 33 do Regimento Comum, encontra-se distribuído o Suplemento ao **Diário do Senado Federal nº 103**, de 27 de junho de 2006, contendo o **Parecer nº 31, de 2006 – CN**, sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Voltamos à lista de oradores.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao nobre Líder do PSDB no Senado Federal, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Paulo Paim, no seu discurso, tocou num ponto que julgo relevante para a análise da Casa, que é, precisamente, Senadora Heloísa Helena, a presença de V. Ex^a, porque, afinal de contas, candidata como é, com toda a legitimidade, à Presidência da República, uma coisa é certa: no ano que vem, V. Ex^a não estará aqui. Não sei se estarei, mas V. Ex^a, certamente, não estará. Devo dizer que se abre, em qualquer circunstância, seja qual for o resultado dessa trajetória bonita e corajosa que V. Ex^a enceta na luta pela Presidência, uma lacuna, pela combatividade que o Senado perde, pela honradez que V. Ex^a encarna, pela presença constante, inteligente, lúcida – conhecedora profunda do Regimento da Casa que V. Ex^a é -, e pela fraternidade com que trata seus adversários, seus amigos e seus colegas. Em qualquer circunstância, tenho certeza absoluta de que o Brasil ganha uma líder de compleição nacional, mas o Senado perde uma das mais extraordinárias figuras que por aqui possam ter passado.

Bem a propósito, Senador Paulo Paim, acabo de receber um **e-mail** da Sr^a Marisa Lima, intérprete de Libra e filha de surdos. Ela diz o seguinte: “Sr. Senador, eu gostaria de saber por que, até hoje, o Senado Federal nunca teve, em seu quadro de funcionários, o profissional intérprete de Libra (Língua Brasileira de Sinais). Sou intérprete há 36 anos e ainda sonho em trabalhar no Senado – ela gostaria muito de atuar na TV Senado -, “como canal de comunicação com os mais de seis milhões de surdos brasileiros. V. Ex^a pode fazer alguma coisa a respeito ou, ao menos, se informar sobre essa possibilidade, se existe?”

Senador Paulo Paim, acerca de seu discurso, passo ao Sr. Presidente Renan Calheiros a reivindicação, para que incluamos na programação da TV Senado a figura do intérprete de Libra, aquele que fala, que interpreta o que dizemos para os surdos-mudos. Creio que isso incluirá na análise política do País, que no Senado se interpreta bem graças à presença brilhante de V. Ex^a, do Senador Fernando Bezerra, do Senador Paulo Paim e do Senador Tião Viana, seis milhões de surdos brasileiros. É um número significativo de brasileiros que devem ser incluídos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria dizer a V. Ex^a, sem pretender interrompê-lo, que, no Senado, temos feito tudo, absolutamente tudo, para tornar esta Casa um modelo institucional de acessibilidade ao portador de necessidade especial.

O Diretor-Geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, está-me informando, também agradecendo a idéia, a brilhante lembrança de V. Ex^a, que o processo já está em andamento, para que obtenhamos isso no mais curto espaço de tempo, aliás, atendendo seu pedido e sua reivindicação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabenizo V. Ex^a pela notícia que nos transmitiu de que, ainda neste ano, em 15 ou 16 capitais brasileiras, haverá o funcionamento da TV Senado em sinal aberto, o que é um golpe rude nas oligarquias regionais. A TV Senado, ao funcionar em canal aberto, significará um golpe muito rude nos que se julgam proprietários das opiniões em Estados que querem transformar em províncias, porque querem mantê-los subjugados, como se fossem sobas e nós, cubatas africanas de um tempo que já não queremos para a África e para lugar algum.

Senador Paulo Paim, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, quero cumprimentá-lo pelo apelo que fez ao Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, no sentido de que, de fato, a

linguagem de sinais Libras seja assegurada pela TV Senado. Tenho a certeza de que seu apelo traduz a vontade de todos os Senadores e de que o Senador Renan Calheiros haverá de fazer isso acontecer. Se V. Ex^a me permite, Senador Renan Calheiros, quero dizer que há duas pessoas cegas no meu gabinete. Pedi a V. Ex^a que as contratasse, e V. Ex^a as contratou. Foi importante V. Ex^a permitir que essas duas pessoas ficassem à minha disposição. Por isso, acredito que esse passo, ora solicitado pelo Senador Arthur Virgílio, tornar-se-á realidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, falarei, mais tarde, como Líder do PSDB. Por agora, dedico-me a alguns temas que envolvem, com muita força, a minha região.

Antes porém, requeiro, Sr. Presidente, voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 25 de junho, em São Paulo, da Sr^a Guita Mindlin, conhecida como a “amiga dos livros” e esposa, por toda uma vida, dessa grande figura, desse grande empresário, intelectual e brasileiro sério que é José Mindlin, a quem dirijo todo o sentimento de minha família e o meu sentimento pessoal.

Da mesma forma, requeiro voto de pesar pelo falecimento do geógrafo Orlando Valverde, figura que brilhou nos quadros do IBGE e que dedicou mais de 30 anos de sua vida a pesquisas na nossa região, na Amazônia. Orlando Valverde é uma referência. Não se pode falar em Amazônia sem que se estudem profundamente algumas pessoas, como a minha professora de Geografia no Instituto Rio Branco, Berta Becker, e seu professor, Orlando Valverde, falecido.

Portanto, solidarizo-me com sua família. E também com o País, que o perde.

Igualmente, proponho voto de aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas. Na anatomia patológica encontra-se a base da Medicina, porque é ela que faz o diagnóstico, inclusive, da causa mortis. Ela engloba a Histopatologia, que estuda os tecidos e permite que se afirme, com segurança, a natureza de uma lesão, e a Citopatologia, que estuda as alterações celulares, principalmente no núcleo celular, possibilitando que se detectem doenças como o câncer. Assim, proponho, a esse serviço de referência do Hospital Universitário da Fundação da Universidade Federal do Amazonas, voto de aplauso por um serviço tão relevante.

Ainda proponho voto de aplauso ao escritor Wastony Aguiar Bittencourt pelo lançamento, na minha cidade de Manaus, do livro *Crônicas de um Servidor Público*.

Do mesmo modo, ao escritor amazonense, Evaldo Ferreira, do jornal *O Estado do Amazonas*, pelo lança-

mento, em Manaus, do livro *No Tempo dos Seringais*. Como o próprio jornal o chama, Evaldo é o “cronista viajante”. Ele lança o seu primeiro romance baseado na realidade regional. Eu o lerei, com muito gosto, pelo respeito intelectual que de mim merece o Evaldo. Ainda, e finalmente, votos de aplauso ao escritor amazonense Deusanir Pereira* pelo lançamento, em Manaus, no dia 02 de dezembro de 2004, do livro, que merece ser lido – *Deusanir acabou de fazer um mestrado muito interessante na área – Amazônia Insustentável – Zona Franca de Manaus, Estudos e Análises*. Já li o livro e atesto que merece ser lido.

Sr. Presidente, sexta-feira passada, dia 23, tive a oportunidade de participar do café da manhã comemorativo dos 41 anos do Hospital Universitário Getúlio Vargas, em Manaus, a convite do Reitor da Universidade Federal do Amazonas, Professor Hidemburgue Ordozgoith da Frota e do Diretor do Hospital, Dr. Sérgio Ferreira Filho.

Estavam presentes relevantes autoridades, como o Governador do Estado, Eduardo Braga; os Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres; os Deputados Federais Humberto Michiles e Vanessa Grazziotin; os Deputados Estaduais Eron Bezerra e Arthur Bisneto, além de Vereadores, representando as correntes mais díspares da política local, junto com integrantes do corpo clínico e do de funcionários do Hospital e de estudantes.

O apoio ao Hospital Getúlio Vargas une os amazonenses. Não sem razão, porque se trata de instituição modelar, querida da população, não apenas do Amazonas, mas de toda a Região. O Hospital Universitário já viveu momentos críticos, mas tem conseguido superá-los, porque ele é, para os amazonenses, o que a Petrobras, a Varig e o Itamaraty são para todos os brasileiros. Tem espírito, tem alma. Seus funcionários, tanto os da ativa quanto os aposentados vestem a camisa da instituição. Nos momentos de crise, lutam bravamente para salvar o Hospital.

Após o café da manhã, o Diretor do Hospital, Dr. Sérgio, levou-nos para ver as obras do novo ambulatório, que estão bastante avançadas, graças aos esforços da reitoria da Universidade Federal do Amazonas e da bancada federal do Amazonas que, desde governos anteriores, vem, por meio de emendas parlamentares, destinando recursos para essas obras.

Apesar de ser um marco na área da saúde do Estado e da Amazônia e de pertencer a uma instituição federal – aliás, foi muito importante a sua transformação em Hospital Universitário – a meu ver, ele se ressentia da falta de recursos financeiros. Não lhe destinando verbas suficientes, o Governo Federal impõe limites quantitativos – o Hospital poderia atender a número

maior de pacientes –, e qualitativos – poderia ser ainda melhor o nível de atendimento.

O problema na área de saúde no Estado do Amazonas, contudo, não está na falta de dinheiro. O Governo estadual aplica em saúde, por ano, o equivalente a toda a arrecadação da Prefeitura de Manaus: R\$1,400 bilhão. O problema está na eficácia administrativa e na aplicação correta de cada centavo. Lá, no meu Estado, se fala, abertamente – o Tribunal de Contas da União examina isso –, em superfaturamento de remédios, de medicamentos. Não se trata de aplicar mais, e sim de aplicar com correção, com eficácia administrativa e com honradez, Senador Paulo Paim, cada tostão que se destine à área de saúde. É isso que precisa ser feito.

Não obstante a escassez de recursos federais, como disse, o Hospital Universitário Getúlio Vargas é uma referência para a Região. É o maior formador de recursos humanos na área da saúde. Profissionais das áreas mais distantes de Manaus o procuram para fins de aperfeiçoamento. E funciona também como academia, ao proporcionar profícua troca de idéias entre grandes especialistas da área médica.

Volto às visitas. Após percorrermos as obras do novo ambulatório, fomos levados ao Serviço de Anatomia Patológica da Ufam, dirigido pelo Dr. Jeconias Câmara.

O Serviço de Anatomia Patológica é, de fato, outro centro de referência, sendo a mais antiga residência médica no Estado. A anatomia patológica é peça-chave na Medicina. É ela que faz o diagnóstico da causa mortis; é ela que estuda os tecidos (histopatologia), permitindo verificar, com segurança, a natureza de uma lesão; é ela que estuda as alterações celulares (citopatologia), principalmente no núcleo celular, possibilitando detectar doenças como o câncer.

Fico, como amazonense, orgulhoso de ter, no Estado, um hospital como o Universitário e um Serviço de Anatomia Patológica, que é referência para a Região Amazônica.

Sr. Presidente, peço, portanto, voto de aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas.

Por último, encaminho aos Anais da Casa documento, que peço seja transcrito na íntegra, do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Amazonas, o Sintesam, em que expõe sua posição em face das propostas em exame relativas ao futuro dos Hospitais Universitários na área federal.

Segundo o Sindicato, os custos da folha de pagamento do pessoal técnico-administrativo desses Hospitais foram transferidos para o Ministério da Saúde, que, entretanto, se recusou a arcar com a despesa. Desde

então, se estuda solução para o problema, e, entre as possíveis soluções, estaria a criação de uma fundação estatal de Direito Privado, com o que os servidores não concordam. O Sintesam afirma ter por princípio a defesa dos Hospitais Universitários de Ensino, como hospitais públicos, gratuitos, que têm como missão o ensino, a pesquisa e a extensão.

Sr. Presidente, não estou entrando no mérito. Entendo que se trata de parcela legítima da população do meu Estado, que merece que o Senado tome conhecimento do seu ponto de vista, e, portanto, o que pensa o Sintesam, sirva de reflexão para o Governo Federal nesse momento.

Refiro-me, ainda, aos servidores do Judiciário, que decidiram suspender a greve iniciada há pouco mais de um mês. A reivindicação que deu motivo à paralisação é justa: eles pleiteiam a votação, em tempo, isto é, até o final deste mês, do Projeto de lei que trata do Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário.

Em várias ocasiões, ouvi os servidores e fiz um apelo à Câmara, onde o Projeto de Lei estava em votação, para que tudo se ultimasse dentro desse prazo. Inteirei-me, então, do procedimento correto dos servidores que buscaram o apoio do Relator do Projeto, Deputado Maurício Rands, com quem também me comuniquei.

Sr. Presidente, assim como antes vim a esta tribuna para apoiar a legítima reivindicação desses servidores, agora os cumprimento pelo procedimento que adotaram suspendendo a greve. Nesse episódio, há particularidades significativas. A greve atingia também os servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais, e a continuidade da paralisação seria desastrosa para as eleições que se avizinham.

Por isso, aplaudo o patriotismo dos servidores do Judiciário. Aqui continuarei lutando e apoiando a aprovação do almejado Plano de Cargos e Salários da categoria.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Hospital Universitário de Manaus, fator de orgulho para a Amazônia

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sexta-feira passada, dia 23, tive a oportunidade de participar do Café da Manhã comemorativo dos 41 anos do Hospital Universitário Getúlio Vargas, em Manaus, a convite do Reitor da Universidade Federal do Amazonas, Prof. Hidembergue Ordozgoith Frota, e do Diretor do Hospital, Dr. Sérgio Ferreira Filho.

Estavam presentes relevantes autoridades: o Governador do Estado, Eduardo Braga, os Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres, os Deputados Federais Humberto Michiles e Vanessa Grazziotin, os Deputados Estaduais Eron Bezerra e Arthur Bisneto, além de vereadores, representando as correntes mais díspares da política local, junto com integrantes do corpo clínico, de funcionários do Hospital e de estudantes.

O apoio ao Hospital Getúlio Vargas une todos os amazonenses. Não sem razão, porque se trata de instituição modelar, querida da população, não apenas do Amazonas, mas de toda a região.

O Hospital Universitário já viveu momentos críticos, mas tem conseguido superá-los, porque ele é, para os amazonenses, assim como a Petrobras, a Varig e o Itamaraty são para todos nós, brasileiros. Tem espírito, tem alma. Seus funcionários, tanto os da ativa quanto os aposentados, vestem a camisa da instituição. Nos momentos de crise, lutam bravamente para salvar o Hospital.

Após o Café da Manhã, o Diretor do Hospital, Dr. Sérgio, levou-nos para ver as obras do novo Ambulatório, que estão bastante avançadas, graças aos esforços da Reitoria da Universidade Federal do Amazonas e da bancada federal do Amazonas que, desde Governos anteriores, vem, por meio de emendas parlamentares, destinando verbas para essas obras.

Apesar de ser um marco na área de saúde do Estado e da Amazônia e de pertencer a uma instituição federal – aliás, foi muito importante a sua transformação em Hospital Universitário – ele se ressentia da falta de recursos financeiros. Não lhe destinando verbas suficientes, o Governo Federal impõe limites quantitativos (o Hospital poderia atender a maior número de pacientes) e qualitativos: ser ainda melhor o nível de atendimento.

O problema na área de saúde, no Estado do Amazonas, contudo, não está na falta de dinheiro. O Governo estadual aplica em saúde, por ano, o equivalente a toda a arrecadação da Prefeitura de Manaus: R\$1,4 bilhão. O problema está na eficácia administrativa e na aplicação correta de cada centavo. É isso que precisa ser feito.

Não obstante a escassez de recursos federais, como disse, o Hospital Universitário Getúlio Vargas é uma referência para a Região. É o maior formador de recursos humanos na área da saúde. Profissionais das áreas mais distantes de Manaus o procuram para fins de aperfeiçoamento. E funciona também como academia, ao proporcionar profícua troca de idéias entre grandes especialistas da área médica.

Mas, voltando às visitas. Após percorrermos as obras do novo Ambulatório, fomos levados ao Servi-

ço de Anatomia Patológica da UFAM, dirigido pelo Dr. Jeconias Câmara.

O Serviço de Anatomia Patológica é, de fato, outro centro de referência, sendo a mais antiga residência médica no Estado. A Anatomia Patológica é peça-chave na Medicina. É ela que faz o diagnóstico da *causa mortis*. É ela que estuda os tecidos (histopatologia), permitindo verificar com segurança a natureza de uma lesão. É ela que estuda as alterações celulares (citopatologia), principalmente no núcleo celular, possibilitando detectar doenças como o câncer.

Fico, como amazonense, orgulhoso de ter no Estado um Hospital como o Universitário e um Serviço de Anatomia Patológica que é referência para toda a Região Amazônica.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Hospitais Universitários: Posição dos Trabalhadores

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho aqui comigo, e peço que seja transcrito nos Anais, documento em que o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Amazonas – SINTESAM expõe sua posição em face das propostas em exame relativas ao futuro dos Hospitais Universitários na área federal.

Relata o Sindicato que, em junho do ano passado, os custos da folha de pagamentos do pessoal técnico-administrativo desses hospitais foram transferidos para o orçamento do Ministério da Saúde, que, entretanto, se recusou a arcar com a despesa. Desde então, estuda-se solução para o problema, entre as quais estaria a criação de uma fundação estatal de direito privado, com o que os servidores não concordam. O SINTESAM afirma ter por princípio a defesa dos Hospitais Universitários de Ensino como Hospitais públicos, gratuitos, que têm como missão o ensino, pesquisa e extensão.

Isso, em resumo, é o que está em debate. Não entro no mérito da questão. Mas cumpro o dever que o eleitorado amazonense me outorgou de repercutir nesta Casa os assuntos que parcelas legítimas da população do meu Estado considerem importantes. Trago, então, este tema para a reflexão do Governo Federal, pedindo que veja com respeito a posição do Sindicato.

Em anexo, cópia do documento a que me referi.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Em junho de 2005 os custos da folha de pagamento de pessoal Técnico-administrativo dos Hospitais Universitários e de Ensino de 2006, foram transferidos para o orçamento do Ministério da Saúde. Esta proposta retirava a despesa com os trabalhadores Técnico-Administrativos dos 75% dos recursos da Educação Superior e segundo o MEC sobriariam 1 Bilhão de Reais para as Universidades. O Ministério da Saúde, com o apoio dos Conselhos Nacional e de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde não aceitaram arcar com esta despesa. A partir daí o Ministro Fernando Haddad propôs a transformação dos Hospitais Universitários e de Ensino em um novo ente jurídico que vem sendo discutido pela ANDIFES e ABRAHUE. Dentre as propostas colocadas estão Empresa Pública de Direito Privado, Autarquias, Fundação de Apoio de Direito Privado e mais recentemente foi apresentado no Seminário da ABRAHUE, pelo Ministério do Planejamento, uma proposta para ser estudada, intermediária entre a Empresa Pública e a Fundação de Apoio, **que é a criação de uma Fundação Estatal de Direito Privado**. No entendimento do Ministério do Planejamento qualquer destas hipóteses de transformação tem como elemento central à mudança na contratação dos trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação, financiamento dos Hospitais Universitários e de Ensino pela captação de recursos através de contratos e convênios. Isto significa que estes hospitais terão que privatizar parte de seus serviços para se financiar e coloca os atuais trabalhadores do RJU em extinção, pois, serão substituídos gradativamente por trabalhadores celetistas.

O SINTESAM tem como princípio a defesa dos Hospitais Universitários de Ensino com Hospitais Públicos, Gratuitos que tem como missão, o Ensino, Pesquisa e Extensão que se dá através da Assistência. Defende ainda que estes Hospitais são de responsabilidade do MEC e seu financiamento deve ser feito pelo MEC e de forma complementar pelo SUS na prestação da assistência, extensão e do Ministério da Ciência e Tecnologia no financiamento das Pesquisas.

Como estas propostas ainda estão em discussão, e só não foram ainda viabilizadas em função de nossa mobilização e inserção no debate, é importante que toda categoria se antecipe e se mobilize, pois a transformação, não só colocaria os trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação em extinção, como, privatizaria e entregaria para iniciativa privada parte importante de

um serviço de saúde que atende a população em áreas especializadas de difícil acesso. Não podemos permitir que os Hospitais Universitários Públicos, construídos com recursos Públicos sejam sequer parcialmente privatizados, pois, haverá um grande prejuízo ao Ensino e a População em geral.

Precisamos desmistificar a "afirmação", de que a situação de crise dessas Instituições de Ensino é causada por problemas gerenciais, pois sabemos que essa crise é crônica e fruto dos descasos dos sucessivos Governos para com a saúde e educação, como atrasos nos repases de verbas e o baixíssimo valor da tabela do SUS.

Além de não repor o quadro pessoal o Ministério da Educação está propondo que estes hospitais sejam transformados em Fundações Privadas, isto é, como o ministério não quer mais contratar pessoal e nem mandar recursos, vai transformá-los em fundações privadas e privatizar parte de seus serviços, ou seja, os hospitais terão que fazer convênios privados para se auto sustentar.

Toda esta mudança proposta traz um grande prejuízo aos trabalhadores, que ficarão em regime especial e em extinção. O Ensino terá seu espaço reduzido, pois não se pratica ensino em atendimento privado. A população terá cada dia mais dificuldade de encontrar atendimento, e para conseguir um atendimento de especialidade, como Neurologista, Ortopedista, Reumatologista, terá que esperar por muito mais tempo ou terá que pagar.

Privatizar qualquer parte que seja destes hospitais é uma situação muito grave, pois são a maior rede hospitalar pública de atendimento de especialidade do país que atende a população/SUS.

Na bastasse o caso na saúde pública e as dificuldade que a população enfrenta para ser atendida nos serviços de saúde, o governo apresenta esta uma proposta que agrava ainda mais esta situação.

Diante deste quadro é que o SINTESAM, tem estado permanentemente em alerta, e se mantido presente as discussões junto aos GT's Saúde e Seguridade da Fasubra, visando elaborar propostas para os HU's no entendimento que são Instituições públicas, que prestam serviços de saúde e educação, na lógica do tripé universitário Ensino, Pesquisa e Extensão, com qualidade e compromisso social.

**Nem Autarquias, nem Fundações,
queremos os HU's no Ministério da Educação.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a, mais uma vez, a contribuição dada em relação ao aperfeiçoamento do serviço de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

Tenho a honra de conceder a palavra, pela ordem de inscrição que tenho sobre a mesa, em primeiro lugar, ao Senador Tião Viana; em segundo, ao Senador Ney Suassuna e, em terceiro, ao Senador Gilvam Borges.

Não tenho sobre a mesa a inscrição da Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Estou inscrita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a já está inscrita.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago, para leitura neste Plenário do Senado Federal, matéria intitulada “O Milagre da Educação de Lula”, publicada no último dia 25 de junho deste ano, pelo jornal **Folha de S.Paulo**, escrita por Gilberto Dimenstein, um jornalista insuspeito, da maior qualidade profissional, que procura, em sua atividade jornalística, descrever momentos interessantes que merecem o registro da sociedade a fim de levá-la a uma reflexão.

Neste artigo, o jornalista aponta uma experiência que julgo inusitada em Pernambuco e que suscita, no mínimo, um grande debate entre aqueles que têm a educação como matriz revolucionária e que entendem que não se muda uma nação senão pela educação. Fiquei, de fato, envolvido com esta matéria, porque sempre busco um estudo que aponte uma saída para a crise da saúde pública no Brasil, no que diz respeito ao seu financiamento. Acho que esta matéria inspira uma reflexão mais ampla, inclusive no campo da saúde pública.

Diz o jornalista Gilberto Dimenstein:

Estamos prestes a transformar a transmissão do conhecimento numa questão central para o país.

Uma das experiências sociais mais ouvidas do país ocorre em Pernambuco. Um grupo de 13 escolas estaduais paga parte do salário de seus professores com base no desempenho dos alunos. Sua direção, eleita pela comunidade, assina um contrato com o

governo e se compromete a atingir, a cada ano, determinadas metas. O salário-productividade dos professores é bancado com recursos de empresários que participam do conselho da escola, habilitada, por lei, a fazer arrecadações privadas para fortalecer o seu orçamento. Nesses colégios de ensino médio, com tempo integral, o cotidiano se mescla ao currículo tradicional. Um rio que passe na frente da escola é motivo para que se recorram às lições de história, química, biologia, física e matemática. É um modelo inusitado de gestão na rede pública de ensino, no qual se premia o mérito e se compartilha o ato de educar.

Um dos inspiradores dessa experiência é o presidente da Philips no Brasil, Marcos Magalhães, despertado pelo estado lastimável da escola pública na qual estudou em Recife. Envolveu-se a tal ponto nesse projeto que, convidado a se mudar para a Holanda e assumir a vice-presidência mundial de sua empresa, preferiu pedir aposentadoria para implantar, em escala nacional, esse modelo de gestão educacional. Se esse tipo de projeto, complexo, ganhar escala, teremos o que o Lula prometeu para seu segundo mandato. “Vou promover o milagre da educação”, disse [o Presidente], em tom de campanha. Para traduzir o tamanho do milagre necessário, bastaria lembrar que apenas 5% dos formados na rede pública dominam, apropriadamente, a língua portuguesa. Falar em milagre é um exagero publicitário. Mas o fato é que estamos prestes a transformar, de verdade, a transmissão do conhecimento numa questão central para o País, por falta de alternativa para sustentar o desenvolvimento econômico.

Reflexões dessa inquietação, começam a surgir, aqui e ali, projetos como os das 13 escolas de ensino médio pernambucano, nos quais educar não é responsabilidade apenas de governo. Em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, estão sendo criados bairros educativos; abrem-se, em torno da escola, espaços de aprendizagem conectados à rede de ensino.

Em Belo Horizonte, alunos mais pobres recebem educação de tempo integral, complementada por alguma entidade. Em Boa Vista (Roraima), juntam-se as políticas públicas em

torno de crianças e adolescentes, a exemplo do que ocorre em determinadas escolas de Curitiba. Clubes esportivos e parques são transformados, em São Paulo, numa extensão dos colégios; educadores são treinados a incorporar os equipamentos de saúde, cultura, lazer e esporte ao cotidiano dos estudantes. Governos estaduais – São Paulo, Tocantins, Minas, Santa Catarina, por exemplo – implantam escolas em tempo integral. Espalha-se por todo o país o hábito de abrir escolas nos finais de semana.

Acostumado a trabalhar com metas, Magalhães é um dos exemplos de empresários e executivos interessados em mexer na gestão de políticas públicas no geral e, em especial, na educação. Fundações empresariais formam profissionais, muitos deles vindos de faculdades de administração e de economia, capazes de criar indicadores, sistematizar experiências, racionalizar esforços, reduzir custos. Nesse ambiente, são incubados laboratórios sociais. Neste final de semana, na Bahia, empresários da América Latina, especialistas e poder público analisam casos de sucesso de responsabilidade empresarial para a melhoria do ensino. Desde o ano passado, algumas das mais importantes personalidades do PIB nacional estão participando, em parceria com entidades internacionais e representantes dos vários níveis de governo, da montagem de uma agenda exclusiva de educação para 2022, bicentenário da Independência do Brasil.

Na sua intuição, Lula percebeu que chegou a vez da educação, sem a qual o Brasil não conseguirá ir muito longe social, econômica e politicamente. O que talvez ele não saiba é que não se deve apostar em milagres nem na vontade de um presidente ou de um governo. Mas na transformação desse tema num projeto de nação, assim como o foram a volta da democracia, o fim da escravidão e o controle da inflação. Só assim a experiência das 13 escolas pernambucanas não sucumbirá ao corporativismo e à politicagem – e, quem sabe, será mais uma ilha de excelência num mar de indigência.

Assim conclui Gilberto Dimenstein:

Pode até ser uma atitude eleitoreira, mas considero um avanço um presidente falar que a prioridade número um de seu governo será a educação.

Assim, Sr. Presidente, julgo ser este um dos artigos mais lúcidos que pudemos testemunhar na imprensa brasileira nos últimos meses. Há dois dias, Gilberto Dimenstein escreveu esta matéria, suscitando um extraordinário debate por parte daqueles que têm compromisso com a educação. É uma matéria inovadora, porque muda a estrutura em que está assentada a educação brasileira, rediscute o financiamento da educação e aponta as falhas estruturais da carência de financiamento para o setor.

O Parlamento brasileiro tem despertado para o tema e promovido um belo debate a respeito dele. A Senadora Heloísa Helena, por exemplo, tem uma belíssima matéria legislativa aprovada aqui, aguardando o seu devido encaminhamento, que trata do acolhimento das crianças na primeira fase da vida, no ambiente escolar. Trata-se de uma trincheira libertária para o futuro de uma nação que quer considerar-se nação de fato. O Senador Cristovam Buarque prega a educação como a essência de uma eventual vitória sua no governo.

O Presidente Lula assume que, em um segundo governo seu, se for eleito, a educação será uma prioridade. Ao acompanhar os estudos estratégicos do atual Governo, pude perceber um desafio no campo da educação: que, em 2022, no ano do Bicentenário do País, de fato, indicadores demonstrem que a educação transformou a sociedade, a criança e a juventude brasileira, já que a educação representa oportunidade para todos. Para nós, educação é um conceito de matriz revolucionária em um País onde a economia não achou ainda o seu curso definitivo, transformador, que garante inclusão social para todos.

Por essa razão, peço que o artigo que li, de Gilberto Dimenstein, seja inserido nos Anais do Senado, bem como o editorial da **Folha de S.Paulo** de hoje, que também faz referência a esta matéria, tratando da responsabilidade social do empresariado brasileiro com a educação em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

25/06/2006

Gilberto Dimenstein: O milagre da educação de Lula

*Estamos prestes a
transformar a transmissão
do conhecimento numa
questão central para o país*

UMA DAS experiências sociais mais ousadas do país ocorre em Pernambuco. Um grupo de 13 escolas estaduais paga parte do salário de seus professores com base no desempenho dos alunos. Sua direção, eleita pela comunidade, assina um contrato com o governo e se compromete a atingir, a cada ano, determinadas metas. O salário-produtividade dos professores é bancado com recursos de empresários que participam do conselho da escola, habilitada, por lei, a fazer arrecadações privadas para fortalecer seu orçamento. Nesses colégios de ensino médio, com tempo integral, o cotidiano se mescla ao currículo tradicional. Um rio que passe na frente da escola é motivo para que se recorram às lições de história, química, biologia, física e matemática. É um modelo inusitado de gestão na rede pública de ensino, no qual se premia o mérito e se compartilha o ato de educar.

★

Um dos inspiradores dessa experiência é o presidente da Philips no Brasil, Marcos Magalhães, despertado pelo estado lastimável da escola pública na qual estudou em Recife. Envolveu-se a tal ponto nesse projeto que, convidado a se mudar para a Holanda e assumir a vice-presidência mundial de sua empresa, preferiu pedir

aposentadoria para tentar implantar, em escala nacional, esse modelo de gestão educacional. Se esse tipo de projeto, complexo, ganhar escala, teremos o que Lula prometeu para seu segundo mandato. "Vou promover o milagre da educação", disse, em tom de campanha. Para traduzir o tamanho do milagre necessário, bastaria lembrar que apenas 5% dos formados na rede pública dominam, apropriadamente, a língua portuguesa. Falar em milagre é um exagero publicitário. Mas o fato é que estamos prestes a transformar, de verdade, a transmissão do conhecimento numa questão central para o país, por falta de alternativa para sustentar o desenvolvimento econômico.

★

Reflexões dessa inquietação, começam a surgir, aqui e ali, projetos como os das 13 escolas de ensino médio pernambucano, nos quais educar não é responsabilidade apenas de governo. Em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, estão sendo criados bairros educativos; abrem-se, em torno da escola, espaços de aprendizagem conectados à rede de ensino. Em Belo Horizonte, alunos mais pobres recebem educação de tempo integral, complementada por alguma entidade. Em Boa Vista (Roraima), juntam-se as políticas públicas em torno de crianças e adolescentes, a exemplo do que ocorre em determinadas escolas de Curitiba. Clubes esportivos e parques são transformados, em São Paulo, numa extensão dos colégios; educadores são treinados a incorporar os equipamentos de saúde, cultura, lazer e esporte ao cotidiano dos estudantes. Governos estaduais -São Paulo, Tocantins, Minas, Santa Catarina, por exemplo- implantam escolas de tempo integral. Espalha-se por todo o país o hábito de abrir escolas nos finais de semana.

Acostumado a trabalhar com metas, Magalhães é um dos exemplos de empresários e executivos interessados em mexer na gestão de políticas públicas no geral e, em especial, na educação. Fundações empresariais formam profissionais, muitos deles vindos de faculdades de administração e de economia, capazes de criar indicadores, sistematizar experiências, racionalizar esforços, reduzir custos. Nesse ambiente, são incubados laboratórios sociais. Neste final de semana, na Bahia, empresários da América Latina, especialistas e poder público analisam casos de sucesso de responsabilidade empresarial para a melhoria do ensino. Desde o ano passado, algumas das mais importantes personalidades do PIB nacional estão participando, em parceria com entidades internacionais e representantes dos vários níveis de governo, da montagem de uma agenda exclusiva de educação para 2022, bicentenário da Independência.

Na sua intuição, Lula percebeu que chegou a vez da educação, sem a qual o Brasil não conseguirá ir muito longe social, econômica e politicamente. O que talvez ele não saiba é que não se deve apostar em milagre nem na vontade de um presidente ou de um governo. Mas na transformação desse tema num projeto de nação, assim como o foram a volta da democracia, o fim da escravidão e o controle da inflação. Só assim a experiência das 13 escolas pernambucanas não sucumbirá ao corporativismo e à politicagem -e, quem sabe, será mais que uma ilha de excelência num mar de indigência.

★

P.AS- Pode até ser uma atitude eleitoreira, mas considero um avanço um presidente falar que a prioridade número um de seu governo será a educação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero acrescentar, a bem da justiça, que a Senadora Heloísa Helena apresentou nesta Casa o primeiro projeto para tradução de Libra. É de se ressaltar a preocupação de S. Ex^a com os seis milhões de surdos que têm ficado excluídos de muitas atividades políticas relevantes. Agora marchamos, dando um grande passo neste Senado Federal, para dar a eles o tratamento de cidadãos, como efetivamente merecem.

Sr. Presidente, recebi, na Liderança do PSDB, o Sr. José Gabrielense Gomes Duarte, representante da associação dos servidores aposentados da Caixa Econômica Federal. Para resumir, ele reclama – parece-me que com justeza – da defasagem dos servidores aposentados da Caixa Econômica Federal em relação aos servidores aposentados do Banco do Brasil, que seria de aproximadamente 92%. Ele pede que nós, Lideranças e Parlamentares desta Casa, estudemos a questão com vistas a uma possível mudança a favor dessa importante categoria dessa relevante empresa pública.

Peço a V. Ex^a que me inscreva, depois que os oradores que estão inscritos falem, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscreverei V. Ex^a, na forma do Regimento.

Comunico à Casa que, em várias oportunidades, tenho conversado com o Presidente da República e com a Ministra Dilma Rousseff para que possamos ter, no prazo da lei, a correção das distorções salariais que atingem vários servidores, de várias categorias, principalmente os da Polícia Federal. A última vez em que houve um aumento significativo para a Polícia Federal foi quando eu era Ministro. Na ocasião, incorporamos uma gratificação antiga ao salário da Polícia Federal, apesar do parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda, e elaboramos um plano de cargos e salários para a Polícia Rodoviária Federal, elevando o salário, o teto da Polícia Rodoviária Federal para 80% do que a Polícia Federal ganhava. Uma histórica reivindicação.

Além disso, temos demandas com relação à Polícia Civil do Distrito Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional, ao grupo de gestão do Ministério do Planejamento, à Advocacia-Geral da União, ao Inkra, à Polícia Rodoviária Federal e outras categorias.

Antes de conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna, e com a sua aquiescência, Senador – e V.

Ex^a já pode até assomar à tribuna –, vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma, que deseja manifestar-se rapidamente sobre o assunto que acabo de anunciar: as demandas salariais de determinadas categorias, que objetivam, além da aprovação desses planos de cargos e salários, corrigir distorções com as quais não podemos conviver mais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente Renan Calheiros, tendo sido Ministro da Justiça e acompanhado de perto as transformações na área da segurança pública no que dizem respeito às entidades federais, V. Ex^a tem uma visão muito clara do problema. Não diria numa briga, mas num debate com a AGU, o Presidente incorporou a gratificação quando era Ministro. Desde então, não se fez mais nada em benefício da Polícia Federal.

Não vou criticar o Presidente nem o atual Ministro da Justiça, mas há uma enorme angústia na Polícia Rodoviária e na Polícia Federal, porque apesar de ter sido firmado um acordo de reestruturação e aumento em novembro, está chegando o dia 30 e não houve uma definição. Além disso, com essa discussão com o Tribunal Eleitoral agora, vive-se um drama. Quer dizer, vai ser possível ou não dar cumprimento à palavra empenhada pelo Presidente?

V. Ex^a já deu todo o embasamento legal relativo à estrutura, aquilo que constava na constituição da Polícia Rodoviária Federal, cujos membros eram do regime da CLT e passaram a ser policiais federais – estavam numa secretaria que, à época, eu dirigia. V. Ex^a deu infra-estrutura, e hoje são polícias independentes que trabalham harmonicamente para poder bem servir ao Brasil.

A Organização das Nações Unidas fez um relatório que evidencia o aumento do uso de drogas. Temos de contar com a Polícia Federal. Os Estados às vezes fazem acusações até injustas, dizem que o tráfico de drogas e de armas é responsabilidade da Polícia Federal. Não é verdade, V. Ex^a sabe que não é verdade, porque temos uma fronteira muito grande, e há quase uma incapacidade financeira de bancar as operações na área.

Eu queria, portanto, homenagear o Presidente Renan Calheiros por ter sempre olhado essa questão com carinho. Sei que o Ministro atual também está preocupado com ela, S. Ex^a me disse sua angústia era profunda por não ter podido ainda cumprir sua promessa.

Agradeço por V. Ex^a ter levantado esse problema que tanto nos angustia. Obrigado, Sr. Presidente. Esperamos que essa solução venha logo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a intervenção de V. Ex^a e as imerecidas palavras referidas a mim.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, que pena que nós, seres humanos, não tenhamos nem onipresença nem onisciência, qualidades que, sabemos, só quem tem é Deus. Hoje eu queria muito estar na cidade de Santa Rita, onde está havendo um encontro do PMDB, o encontro denominado Paraíba de Futuro. Embora saibamos tudo de que a Paraíba precisa para voltar a ter crescimento econômico, desenvolvimento social e tudo mais, abrimos essa discussão em cada grande cidade da Paraíba, debatemos em cada cidade com as ONGs, as Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e com as pessoas físicas o que poderia ser agregado ao nosso programa, ao programa do nosso PMDB para o governo do Estado.

Hoje se realiza esse encontro na cidade de Santa Rita, uma das maiores da Paraíba e a terceira em número de eleitores em nosso Estado. Lamento muito não poder estar lá – tenho obrigações aqui na Capital federal –, mas quero mandar o meu abraço aos companheiros que lá estão realizando neste momento o seminário Paraíba de Futuro. O meu abraço ao prefeito Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, que está transformando a cidade e fazendo, a cada semana, o calçamento de inúmeras ruas e muitas obras importantes.

Sr. Presidente, a minha vinda à tribuna se justifica também pelo meu desejo de insistir em três itens importantes para a agricultura do meu Estado. O primeiro deles diz respeito à dívida dos agricultores.

Sobre esse assunto já votamos matéria aqui, matéria que já foi para a Câmara, mas que ainda não foi, como gostaríamos que tivesse sido, votada com a maior rapidez possível. Não saiu até agora a votação que resolveria o problema dos nossos companheiros do semi-árido que ainda estão devedores. Nós conseguimos fazer aqui um acordo, que foi benéfico, de R\$100 mil na origem e que, além disso, daria quatro anos de carência e 20 anos para pagar, enfim, um acordo que seria importante.

O outro item sobre o qual falarei também afeta e aflige o Estado de V. Ex^a: é o problema dos plantadores de cana. Na Paraíba, nós tínhamos aproximadamente 2,7 mil plantadores de cana, mas hoje só temos cerca de 900. É um mercado que só vende para as usinas. O álcool subiu, o açúcar subiu, há um *boom* nessa área – muitos usineiros do meu Estado já estão com cinco, seis usinas em Tocantins, São Paulo, Minas Gerais –,

mas os plantadores de cana não compartilharam esse crescimento, ao contrário, tiveram perdas.

E hoje, para nosso azar, deixou de vigorar o pequeno percentual de equivalência que tínhamos em relação ao Sudeste.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A equalização de custo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Perdemos a equalização de custo, R\$5,00 por tonelada, Sr. Presidente. Isso representa 30% dos custos dos plantadores de cana e está causando prejuízos enormes. O resultado disso é que, por causa das agruras financeiras pelas quais estão passando, os agricultores estão vendendo suas terras para as usinas. Se tivermos de fazer, como fez o Sul e o Sudeste, uso de máquinas – cada máquina equivale a 70 trabalhadores –, muitos perderão seus empregos. Para que V. Ex^{as} tenham idéia: um empresário que saiu da Paraíba e hoje obtém altos índices de produtividade tem 70 máquinas, máquinas que significaram o corte de 4,9 mil empregos apenas em uma usina.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria dizer a V. Ex^a que nós não perdemos a equalização: ela está na lei. Precisamos é fazer com que o Governo cumpra a lei e as portarias que vêm ainda do antigo IAA.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Essa era uma portaria do IAA e está na lei sim, V. Ex^a está coberto de razão, apenas deixaram de pagar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Deixaram de pagar durante cinco ou seis anos. Temos de retomar essa luta, mobilizar o Congresso Nacional. No que depender de mim, estarei sempre com V. Ex^a, engajado para que isso aconteça.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Que ótimo, Presidente, porque isso atinge Alagoas, atinge a Paraíba, atinge Pernambuco, atinge o Ceará, atinge todos os Estados do Nordeste que perderam essa equalização.

Há um outro assunto que eu gostaria de trazer para V. Ex^a hoje, assunto que também atinge genericamente todos os Estados nordestinos. Veja V. Ex^a: se V. Ex^a tiver uma fábrica de ração no interior de um Estado nordestino e procurar milho, vai encontrá-lo no Centro-Oeste e no Sudeste. Sobre o preço do saco de milho, se for para ração, o Governo dá um desconto de R\$5,00, mas, se for para uma indústria alimentícia, não há esse desconto, não há esse incentivo. É uma distorção séria.

Como é possível, Sr. Presidente, haver incentivo para o animal e não haver também para o ser humano? O grande problema das indústrias alimentícias nordestinas que usam o milho como base é exatamente

o transporte. Para comprar na Bahia e levar para a Paraíba, por exemplo, custa R\$ 5,70. O incentivo seria de R\$5,00 se fosse para ração, mas para o ser humano não tem incentivo e, então, custa mais caro: R\$ 5,70. Isso faz com que se perca competitividade diante das indústrias que estão nas regiões onde o milho é produzido. São problemas de um país continental, mas é preciso fazer alguma coisa? Não permitir a industrialização de uma região tão grande como é a nossa significa perder empregos, perder incentivos. É preciso encontrar uma solução, e a solução que encontramos neste País continental foi essa equalização, seja para a cana-de-açúcar, seja para o milho. No caso da cana-de-açúcar, caminha-se para a extinção da classe dos plantadores de cana. E, no caso do milho, para os produtores de alimentos, está-se gerando esse problema, essa distorção.

Como essa situação atinge todo o Nordeste, apelo a V. Ex^a e aos Senadores nordestinos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Isso reflete, se V. Ex^a me permitir, sobretudo a ausência de uma política de combate à desigualdade regional. No mundo todo tem isso. Todo Estado norte-americano que não acompanhou o desenvolvimento médio do país teve para si, especificamente para si, uma política de combate à desigualdade regional. Agora, na fusão das últimas Alemanhas, a Ocidental investiu US\$500 bilhões na Oriental, o que não temos hoje no Brasil; não podemos abrir mão de instrumentos que podem, sem dúvida alguma, minimizar essa desigualdade que a cada ano aumenta mais.

Eu queria parabenizar V. Ex^a pela oportunidade do discurso e lembrar, sobretudo, que, quando votamos aqui a renegociação da dívida dos produtores agrícolas, não foi votado um tipo de dívida que já tinha sido mandado pelo banco para o Tesouro. Essas dívidas que já estão no Tesouro precisariam de uma regra para serem negociadas. Tanto que colocamos isso na Medida Provisória dos Empregados Domésticos; e eu, pessoalmente, em nome dos Líderes partidários, dos Líderes que dão sustentação ao Governo, falei com o Presidente da República, que pediu a mim que lembrasse a V. Ex^a e ao Líder do Governo no Senado Federal, Senador Romero Jucá, de tratarem especialmente desse assunto, porque, a exemplo do que se fez com a criação da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), órgão criado para negociar as dívidas dos mutuários junto à Caixa Econômica Federal, temos de ter um organismo, uma instituição ou mesmo algumas pessoas para negociarem as dívidas dos bancos que foram mandadas para o Tesouro Nacional. Só em Alagoas, para se ter uma idéia – não quero citar os outros Estados do Nordeste do Brasil –, mais de duas

mil pessoas estão nessa situação. Quer dizer, não dá para resolver um problema pela metade, temos que resolvê-lo como um todo, e a saída é a renegociação inteira dessas dívidas. Entendo como patrocinadores V. Ex^a e outros Senadores, tais como o Senador Marco Maciel, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Gilvam Borges e o Senador Teotônio Vilela Filho, que, desde o primeiro momento, batalhou para que isso efetivamente pudesse acontecer.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, V. Ex^a está coberto de razão. Eu vou conversar com o Senador Romero Jucá e com os demais Líderes para ver como poderemos agilizar a tramitação dessa matéria. Não é justo que os que já foram para o Tesouro tenham um tratamento diferenciado, mais pesado e mais duro do que os que ainda não tinham ido. Por esta razão, conseguimos votar para tentar salvar uma situação que é de justiça.

Mas, Sr. Presidente, quero encerrar falando de um último segmento, o segmento dos que caíram no “conto da algaroba”. Não sei se no Estado de V. Ex^a, mas no meu Estado são inúmeras as fazendas nas áreas do semi-árido – no Estado de V. Ex^a o semi-árido é menor. E onde havia o semi-árido, durante o Governo de João Figueiredo, informaram que a algaroba era um milagre e que se deveria plantá-la. Todo mundo arrancou tudo para poder receber o empréstimo e só pagaram a primeira parte do empréstimo. A algaroba não era nada do que se falava: não deu madeira, não deu alimentação para gado. Pelo contrário, se fosse fornecida para o gado constantemente, irá até criar um problema locomotor nas reses. No caso da Paraíba, cerca de 200 fazendeiros estão tendo as suas terras tomadas porque caíram nesse conto – foi um dinheiro que sequer receberam a segunda parcela.

Então, na reunião com a Associação dos Agricultores, fiquei impressionado com a injustiça em relação à cana-de-açúcar, em relação ao milho para a produção de alimentos humanos e, também, em relação a esse fato da algaroba. E agora V. Ex^a traz mais um item para o qual precisamos olhar e resolver: a diferenciação de tratamento sofrida por aqueles que estavam com seus endividamentos em trâmite no Tesouro – que estão tendo um tratamento mais duro e injusto.

Vamos tentar, pois, encontrar uma solução para o caso. Para tanto, estou pedindo uma audiência ao Ministro da Agricultura, levando esses itens, e lá, vou ousar dizer que V. Ex^a não só está nos apoiando como também nos incentivando a encontrar uma solução.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Não há dúvida.

Peço permissão ao Senador Gilvam Borges, para conceder a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a por mais tempo.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sr. Presidente Renan Calheiros, e obrigada, Senador Gilvam Borges, pela oportunidade de estar aqui, hoje, me referindo a um dos temas sobre o qual já tive oportunidade de falar com V. Ex^a: um projeto nosso que tramita no Senado Federal e que trata da ampliação da licença-maternidade para as mulheres que trabalham na iniciativa privada.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um balanço de como anda essa nossa campanha. Trata-se da campanha pela licença-maternidade de seis meses, causa que abracei com entusiasmo em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria. Inclusive, V. Ex^a recebeu o Presidente da OAB, na ocasião, e o Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dr. Dioclécio Campos Júnior, dando o apoio integral a essa causa que é de todas as mulheres trabalhadoras e de todas as crianças e adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a não imagina a repercussão desse projeto. Estive em vários lugares, mas o último lugar que estive foi em Penedo, dando uma entrevista. A entrevistadora, muito competente por sinal, perguntou quando seria votado o projeto da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Fiz questão de dizer que tão logo tenhamos a nossa pauta desbloqueada – e tenho trabalhado todos os dias para que isso aconteça – vamos votá-lo.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Percebi, desde o primeiro momento, a sensibilidade de V. Ex^a para essa causa. Quero citar, também, o Senador Paulo Paim, Relator dessa matéria, que está praticamente com o seu relatório pronto e aguarda, até a meu pedido, a fim de que pudéssemos ter mais tempo para essa discussão, envolvendo o Brasil e todos os segmentos; para que pudéssemos fazer várias audiências públicas de modo que esse projeto possa ser consolidado e que todo o Brasil possa aderir, pois essa é uma causa suprapartidária. Penso que é uma causa de todos os brasileiros, homens e mulheres de bem, que sonham com um Brasil mais justo, onde os nossos filhos possam ser protegidos e recebam a segurança necessária para que possam se desenvolver tanto física como intelectual e emocionalmente.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, quero apartear a mesma linha do Senador Renan Calheiros. Como sou Relator da matéria, V. Ex^a não imagina o número de corres-

pondências que estou recebendo para subsidiar o meu relatório. Respondemos a todas, seguindo a orientação que V. Ex^a nos deu quando às audiências públicas, a política de convencimento. Como o projeto é optativo, não engessa nada, V. Ex^a está fazendo um trabalho, em nível nacional, de convencimento, para que, sendo a lei aprovada – e tenho certeza que será aprovada no Senado e na Câmara –, efetivamente as empresas e a sociedade assumam a responsabilidade de ampliar a licença. Por isso faço este aparte para cumprimentá-la e justificar que o relatório será exatamente como V. Ex^a orientar. Se houver alguma mudança, mínima que seja, será obra de V. Ex^a. Cumprirei o que foi combinado, pois é V. Ex^a que está viajando o Brasil todo e subsidiando-me para fazer o relatório final. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Eu que agradeço a V. Ex^a, que teve uma grande sensibilidade na audiência pública. Inclusive, quando digo que o Senador Paulo Paim é o Relator desta matéria, as pessoas sempre comentam que, pela sua luta, pela sua história, certamente este projeto será votado em breve. E, como disse o Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, daremos essa oportunidade a milhões de mulheres brasileiras e a milhões de crianças. Quero só agradecer a V. Ex^a a sensibilidade e determinação em ajudar a aprovar este projeto, pois, desde o início, mesmo antes de ser Relator desta matéria, já esboçava o seu convencimento pelo assunto. Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Em meados do ano passado, fui procurada pelo presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dr. Dioclécio Campos Júnior, para que pudéssemos apresentar esta proposta arrojada e ousada, que vai garantir que as mulheres da iniciativa privada possam optar por mais dois meses de licença-maternidade. Alguns até podem questionar que mais dois meses de licença-maternidade poderia criar um certo impasse ou uma certa dificuldade, ainda maior do que a que existe hoje, para o acesso da mulher ao mercado de trabalho. Mas tenho procurado convencer do contrário aqueles que a princípio possam estar contra o projeto, mostrando que isso, na verdade, é um grande investimento que estamos fazendo em nosso País. Participei, semana retrasada, da 5^a Conferência da Sociedade de Pediatria, com todos os pediatras do Brasil, onde este projeto também foi amplamente discutido, e todos os especialistas que lá se encontravam eram unânimes em afirmar que os seis primeiros meses na vida de uma criança são essenciais para determinar como essa criança irá se comportar no futuro. O objetivo principal do projeto, na verdade, não é apenas o aleitamento materno, mas muito mais fortalecer o vínculo afetivo

entre mãe e filho. Todos sabemos a importância que tem a fala da mãe, o carinho da mãe, o contato, o tato, o cheiro da mãe para a criança.

Uma criança nasce com aproximadamente 100 bilhões de células de neurônios que precisam se interligar, é a sinapse. E isso acontece com os estímulos que a criança recebe do meio externo. E o maior estímulo, aquele mais importante de todos, evidentemente, é o carinho, a proteção e a segurança que a criança recebe da mãe nos primeiros meses de vida.

Alguns podem também dizer que, se dermos isenção a todas as empresas que queiram aderir ao projeto, haverá um custo muito elevado para o País. A consultoria do Senado e a própria Sociedade Brasileira de Pediatria, Senadora Heloísa Helena, têm analisado os custos do acréscimo de dois meses na licença-maternidade para o Brasil. E um estudo inicial mostra que, se todas as empresas do Brasil – pequenas, médias e grandes – aderissem a essa proposta já no princípio, pois ela é facultativa, o impacto para os cofres públicos seria em torno de R\$500 milhões por ano.

Porém o SUS, Senadora Heloísa Helena, gasta R\$300 milhões só com as internações de crianças com menos de um ano, por pneumonia. R\$300 milhões! Então, isso vai significar, na verdade, uma economia brutal para o País. No entanto, mais do que isso – e me dirijo àqueles que são apegados aos números, às taxas –, esse projeto tem de ser visto tem de ser lido como um investimento na primeira infância, segmento que tenho insistido em tratar nesta Casa, pois é o mais frágil, o mais vulnerável.

Senadora Heloísa Helena, várias vezes conseguimos trabalhar juntas essa matéria. V. Ex^a tem uma proposta, a qual assinei, garantindo a estabilidade das mulheres que gozarem por mais dois meses da licença-maternidade para que não sejam demitidas sem justa causa, porque, infelizmente, ainda é isso que acontece em nosso País.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – De fato, Senadora Patrícia, mais uma vez, quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a e homenagear a sua luta nesta Casa. Sei que não é uma luta dedicada apenas à infância, mas ela se torna mais especial e preciosa justamente pela dedicação a essa etapa da vida. Tenha certeza do carinho e da admiração que todos desta Casa têm por V. Ex^a. Quantas vezes aqui nos emocionamos todos juntos: V. Ex^a, o Senador Tuma... O Senador Tuma, tão bravo, tão competente, e é todo coração com a gente. Minha mãe diz que uma das mais belas homenagens que prestaram a mim aqui foi feita por ele, quase chorando, o fofo. Então, quero homenagear

mais uma vez o trabalho, a luta, o carinho de V. Ex^a. E o que há de mais belo é que esse trabalho se associa a uma conduta pessoal de V. Ex^a.

V. Ex^a adotou a Maria Beatriz, a poderosa Bia, realizando o mais belo gesto de amor de uma pessoa, que é conseguir amar o filho de outro como se fosse o seu próprio filho. Então, quero abraçar mais uma vez o seu esforço. V. Ex^a também já tinha dito da preocupação, das questões que recebemos de várias entidades sindicais e de várias mulheres no Brasil, muito preocupadas se a extensão da licença-maternidade potencializaria a instabilidade e o aumento da demissão. Então, também tivemos a oportunidade de pensar juntas, de minimizar esse risco. Não tenho dúvida, é uma fase da vida muito especial. Claro que todos os mais importantes e brilhantes estudos na neurociência mostram exatamente qual é o papel de todas as conexões neurológicas nesse período da infância. É importante o período da amamentação, a relação com o bebezinho. Além de ter amamentado os meus, fui mãe de leite de outras duas crianças. Sei quais os vínculos maravilhosos que podem ser potencializados com essa fase. E muitas mulheres que adorariam ter a oportunidade de ficar amamentando seus filhos, que amariam a possibilidade de estar mais pertinho de seus filhos nessa época da vida são arrastadas para outras circunstâncias. Não estou falando apenas das mulheres mais pobres da periferia, mas também de muitas de nós. Para amamentar exclusivamente, dar a mama durante seis meses aos meus filhos, eu os levava para a faculdade. Saía de ônibus com meus filhos, Senador Romeu Tuma, andava mais de um quilômetro para deixar o mais velho em uma creche, andava mais outras centenas de metros para pegar um ônibus para a universidade. Pegar dois ônibus com crianças pequenas não é uma coisa qualquer. Eu tinha a compreensão de quanto isso era importante. Muitas mulheres acabam não tendo a possibilidade de compreender, ou possuem vários outros preconceitos, muitas coisas são ditas nas nossas vidas, e não conseguem compreender a importância da amamentação. Portanto, o projeto de V. Ex^a, elaborado de forma honesta e conseqüente, é aplaudido pela sociedade de pediatria e por outros movimentos engajados. Quero mais uma vez parabenizar esse gesto não apenas de generosidade parlamentar, mas de grandeza política e pessoal de V. Ex^a em relação ao tema. Esse aparte é somente para mais uma vez parabenizá-la.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Obrigada, Senadora Heloísa Helena, que tem me ajudado muito nesta Casa a compreender determinados fatos, inclusive na própria política, pois às vezes não entendemos. Quando cheguei a esta Casa, per-

cebi a força e a determinação de V. Ex^a, que fala com coração sobre aquilo que acredita. Sei que, quando V. Ex^a faz um pronunciamento desta natureza, apoiando o projeto, é porque acredita nele, deseja realmente que ele seja aprovado, porque a sua sinceridade e a sua honestidade têm sido muito importantes neste momento tão difícil do nosso País.

Vejo como as pessoas a admiram, pela sua simplicidade e porque conhece pessoalmente essa realidade, pois já a viveu. Enquanto V. Ex^a descrevia esse quadro, eu ficava imaginando como é a vida da grande maioria das mulheres brasileiras, tão sacrificadas, com a responsabilidade de criar, amamentar, educar, amar, cuidar dos filhos, fora as outras tarefas, como o trabalho, a realização pessoal como profissional, que é necessária. E conciliar tudo isso, às vezes, é uma carga muito pesada, mas muito prazerosa para nós que temos a experiência de ser mãe. Agradeço mais uma vez a gentileza de suas palavras.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma, pessoa tão querida e, como disse a Senadora Heloisa Helena, tão brava, mas talvez o Senador desta Casa que tenha mais sensibilidade, carinho e mais emoção para tratar dessas causas sociais.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Patrícia e Senadora Heloisa, não vou falar pelo art. 14, porque são tantos os elogios que teríamos de inverter o número do parágrafo. Mas é uma alegria! Quando vi as duas conversando ali, eu falei: “Vai sair coisa boa”. Temos aqui um time de mulheres que representam a sociedade de fazer inveja a qualquer segmento deste País. Senadora Heloisa Helena, se me permitir a Senadora Patrícia, V. Ex^a entra numa disputa eleitoral para dar equilíbrio de amor ao próximo, numa situação em que espiritualmente estamos nos sentindo mal. Eu me sinto mal, com toda sinceridade, pois há um ambiente pesado, carregado de agressividade. Sabemos que a presença feminina dará equilíbrio, um pouco mais de amor. Que Deus a abençoe e guie o caminho de V. Ex^a, que resolveu provar que a mulher tem o direito de participar ativamente, porque conhece os problemas do País e da sociedade. Senadora, gostaria de chamá-la de Patrícia, porque tem a ver com o coração,

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Fique à vontade, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Os árabes, principalmente, chamam de patrícios aqueles por quem têm muita amizade. Sou um homem que não tem a experiência da mulher com relação aos filhos. Mas eu tenho quatro filhos, nove netos e, há um mês, uma bisneta. Acho que sou um homem que tem pós-graduação em crianças, em razão de toda a experiência de criar os filhos. Mas o valor da esposa, da mulher, no que diz à

agregação da família, é uma coisa maravilhosa. Não há no mundo coisa mais bonita do que a dedicação da mulher à sua família. Amamentar, lutar para substituir o marido que normalmente trabalha quase o dia inteiro... Lembro-me de uma vez em que eu estava na delegacia, num momento difícil... Quem tem cara de bravo tem de ser bravo com bandido. Com quem temos amor temos de sorrir e chorar. Eu estava lá e avisaram que minha esposa queria falar. Tínhamos os dois primeiros filhos. Ela estava tão brava e dizia que, se eu não dava educação para eles de forma presente, então que fizesse isso por telefone, porque ela não agüentava mais. Eles estavam brigando demais e ela estava entrando em pânico. Mas hoje ela agregou... Desculpe-me por tomar seu tempo, Senadora.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Fique à vontade, Senador. É um prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É tão bonita a presença de V. Ex^a na tribuna, falando sobre seus projetos voltados para a criança, principalmente aquelas que não podem conviver em uma família bem formada. Ela dizia: “Não podemos reclamar, temos a alegria de estarmos todos juntos”. Foi aniversário de um neto no último domingo e reunimos todos os meus filhos, netos e minha bisneta. Estávamos todos juntos num amor profundo e alegres. Não falarei mais, porque...

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Senador Romeu Tuma, mais uma vez, agradeço a V. Ex^a. Senadora Heloísa Helena, ao beijar o Senador, faça-o por mim e por V. Ex^a. Mais uma vez agradeço-lhe, Senador Romeu Tuma, por tudo. Desde a época em que presidi a CPI, V. Ex^a foi um parceiro, ajudou-nos na luta. V. Ex^a é uma pessoa sensível, merece essa família tão bonita, tão maravilhosa, que emociona a V. Ex^a e a todos nós.

Sr. Presidente, antes de concluir, quero fazer uma prestação de contas de alguns Municípios. Ao mesmo tempo em que tenho procurado fazer audiências públicas para discutir essa matéria, tenho também procurado fazer reuniões com Prefeitos, Prefeitas e Governadores, para que possam adaptar essa lei a seus funcionários públicos. Temos recebido adesão de todo o Brasil.

No Ceará, a licença-maternidade de seis meses é uma realidade em dez Municípios. Beberibe foi o primeiro Município do Brasil a instituí-la e já beneficiou uma mãe e sua filha Júlia. Em Sobral, minha terra, o Prefeito Leônidas Cristino, imediatamente abraçou essa causa, o que me dá uma força, porque Sobral é uma cidade muito importante do Ceará, e isso influencia outros Municípios. Quero, aqui, mandar um abraço muito especial para a minha terra e para o meu Prefeito querido, Leônidas Cristino, que abraçou também

essa idéia. O projeto já virou lei em outros Municípios do Ceará, como General Sampaio, Ipu, Maranguape, Pindoretama, Redenção, Tamboril, Varjota e Horizonte. E em outros quatro Municípios já está tudo pronto para sanção da lei. Em Fortaleza, a Câmara Municipal aprovou a proposta e a Prefeita Luizianne Lins irá sancionar essa proposta.

E, no dia 19 de junho passado, em Fortaleza, fizemos um encontro com vários Prefeitos, Primeiras-damas, Vereadores, e a idéia é de que outros Municípios possam aderir a essa proposta.

Enquanto isso, vai-se espalhando no Brasil. No Espírito Santo, a extensão do benefício foi adotada pela capital, Vitória, a primeira capital, e pelos Municípios de Serra e Castelo. No Amapá, a Assembléia Legislativa votou projeto nesse sentido, e o Governador já sancionou a proposta. Recentemente, tivemos a notícia que a Assembléia Legislativa do Maranhão também aprovou proposta nessa direção, faltando ainda a sanção do Governador. Em várias Câmaras Municipais do País, como os casos de Cuiabá, em Mato Grosso; Londrina, no Paraná; Macapá, no Amapá; Belém, no Pará; e Vila Velha, no Espírito Santo.

Portanto, agradeço a todos esses Prefeitos, Prefeitas, Governadores que têm apoiado. Sr. Presidente, Renan Calheiros, ao mesmo tempo em que esperamos aprovar essa lei para as mulheres que trabalham na iniciativa privada, queremos consolidar uma cultura de responsabilidade social no nosso País, em que cada um possa dar um pouco de sua contribuição.

Portanto, neste momento, agradeço a todos os que têm aderido e nos ajudado; a V. Ex^a, que, mais uma vez, disse da importância de se aprovar este projeto com urgência; ao Senador Paulo Paim, mais uma vez, pela força e entusiasmo com que tem tratado desse assunto; e a todos desta Casa que, tenho certeza, irão aprovar, por unanimidade, o projeto que prorroga a licença-maternidade e que, enfim, faz justiça com os nossos filhos e as mulheres brasileiras.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Fica, na intervenção da Senadora Patrícia Saboya Gomes, a resposta que me foi feita, numa recente visita a Penedo, pela radialista Marta Márthyres, uma grande mulher alagoana, uma das maiores radialistas do Brasil e que cobra, realmente, que todas essas demandas do Congresso Nacional, quer sejam da Câmara ou do Senado Federal, andem.

Isso, como eu dizia na oportunidade, é muito bom para que possamos retomar a legitimidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 171, de**

2006 (nº 476, de 2006, na origem), de 23 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se a financiamento do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial – APL.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de, por inversão com a Senadora Heloísa Helena, conceder a palavra ao Senador Gilvam Borges.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente Renan Calheiros; Exm^{as} Sr^{as} Senadoras que compõem esta Casa, a quem, nas figuras brilhantes e inteligentes das Senadoras Heloísa Helena e Patrícia Saboya Gomes, quero estender meus cumprimentos; Senador Marco Maciel, quero estender, por meio de V. Ex^a, um grande abraço e meus cumprimentos a todos os outros Senadores.

Sr. Presidente, serei muito breve nesta minha fala, pois a Nação toda já se mobiliza no sentido do jogo da seleção brasileira de futebol, que se inicia ao meio-dia. Já são 10 horas e 30 minutos e há uma certa ansiedade por parte dos servidores da Casa e do País todo por causa do engarrafamento e do trânsito, uma vez que o deslocamento para casa leva, às vezes, de 40 a 50 minutos. Realmente, serei muito breve.

Eu gostaria de registrar a presença da delegação de Vereadores do meu querido Município de Oiapoque, no extremo Norte. Estamos recebendo a delegação hoje, em pleno jogo do Brasil. Eles já chegaram à Capital federal, onde iremos travar a discussão sobre o Orçamento de 2006 para a ponte sobre o rio Oiapoque, projeto já aprovado por esta Casa e que também será aprovado pelo Parlamento francês. Possivelmente ainda este ano iremos iniciar a construção da ponte sobre o rio Oiapoque.

Os Vereadores, cujos nomes eu gostaria de registrar nos Anais desta Casa, integram essa grande delegação de Vereadores que, repito, já está na Capital.

Presidente: Vereador Valdifrance Borges (PDT/AP)

1º Vice-Presidente: Vereador Ramos dos Santos (PSB/AP)

1º Secretário: Vereador Antônio Dejalma (PSC/AP)

Parlamentares:

Vereador Antônio Dejalma (PSC/AP)

Vereador Coraci Gabriel (PSB/AP)
 Vereador Dimas Amorim Ribeiro (PT/AP)
 Vereador Felizardo dos Santos (PL/AP)
 Vereador Nilton Castilo Dias (PV/AP)
 Vereador Ramos dos Santos (PSB/AP)
 Vereador Valdifrance Borges (PDT/AP)
 Vereadora Maria Orlanda Marques (PDT/AP)
 Vereadora Neusa Maria dos Santos (PSDB/AP)

Na semana passada, recebemos os Vereadores dos Municípios de Cutias e Santana, também recepcionados pelo Presidente Sarney.

Enquanto o País vive as grandes festas junina e da Copa do Mundo, alertamos, cada vez mais, para que se prossiga com o trabalho. O Amapá está presente e, hoje, com os Vereadores do Oiapoque, discutiremos o Orçamento de 2006, que inclui obras da maior importância para o nosso Estado.

Sr. Presidente, não me vou alongar, principalmente em consideração a todos os servidores da Casa e a V. Ex^a, porque o tempo exige que comecemos a marchar para a frente da telinha, a fim de acompanharmos esse jogo do Brasil e vermos se o placar das previsões astrológicas, e também de acordo com a performance da nossa Seleção, se confirma em 3x0. É uma boa expectativa.

Agradeço a V. Ex^a pelo tempo.

Que Deus sempre nos proteja e nos abençoe.

Estou indo para o meu gabinete, a fim de receber os Vereadores do Município de Oiapoque. Teremos um encontro com o nosso querido Presidente José Sarney, que trabalha atentamente pelos interesses do Estado do Amapá e do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A exemplo do que fiz com o Senador Arthur Virgílio, eu queria também falar da importância da Senadora Heloísa Helena com relação à sensibilidade dos portadores de necessidades especiais, principalmente no que diz respeito à transmissão das sessões do Senado Federal.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, há alguém inscrito além de mim? Eu estou esperando um documento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há o Senador José Agripino.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a também, após o Senador José Agripino.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só quero que V. Ex^a, por obséquio, possibilite que eu fale, porque estou esperando um documento chegar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino. Em seguida, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Heráclito Fortes, eu pediria especial atenção de V. Ex^a, que é Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, para a preocupação que quero apresentar à Casa.

Em qualquer época, principalmente agora, em tempo de eleição, deslocamo-nos para cima e para baixo o tempo todo. Nunca vi, no País, tanto aeroporto entupido e tanto avião lotado como agora!

É claro que há uma explicação: a nossa Varig, todo dia, cancela 100, 150, 180 vôos, e está em processo pré-falimentar. Lamentavelmente, está em processo de encerramento de atividades, causando enorme transtorno às pessoas que precisam deslocar-se de norte a sul, de leste a oeste, neste País.

Concordo que a nossa Varig é um problema de governo, que deve ter solução de Governo, mas ninguém pode discordar que deve ter solução dentro da lei.

Senador Heráclito, não sei se V. Ex^a leu uma entrevista na **Folha de S. Paulo** de hoje. Desde ontem, venho tomando conhecimento, Senadora Heloísa Helena, de tratativas de venda da Varig a uma empresa chamada Volo, que, há muito tempo, vem em entendimentos com a Varig. A Volo já comprou a VarigLog.

Quem é a Volo? É uma empresa que, como se supõe, está suportada financeiramente por capital estrangeiro maciçamente – 80%, 90% ou mais do que isso de capital estrangeiro. Investimento estrangeiro é perfeitamente compatível e desejável. A Volo comprou a empresa VarigLog, só que, agora, está apresentando propostas para comprar a Varig.

Existe, Senador Arthur Virgílio, uma lei brasileira que impede que empresas estrangeiras operem no mercado doméstico do Brasil.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a, que é gaúcho e que tem idade parecida com a minha, deve-se lembrar da Panair do Brasil; da Navegação Aérea Brasileira (NAB), de meus tempos de menino em Mossoró; da Cruzeiro do Sul, como deve-se lembrar da Varig, da Vasp, da Transbrasil, da GOL, da OceanAir, empresas brasileiras que, ao longo do tempo, transportaram passageiros. Algumas desapareceram, outras permanecem, mas nunca se mudou a lei.

A Panair do Brasil cedeu lugar à Cruzeiro do Sul, que cedeu lugar à Varig, que cedeu lugar à GOL e à TAM. O processo de bom ou mau desempenho de

empresa privada é produto direto do capitalismo, mas nunca houve desobediência à lei. A lei prevê que, para que brasileiros possam usufruir de um mercado que é subsidiado por reais pagos por brasileiros, o mercado doméstico de aviação deve ser operado por empresas brasileiras.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a é uma interessada direta na lisura de procedimentos de Governo, e a Varig é uma questão de Governo, de interesse nacional, em que as autoridades nacionais precisam estar diretamente envolvidas, no bom sentido, no decente sentido, no ético sentido. Aí, vai a minha preocupação.

Quero expor a preocupação que recolho da entrevista que li, do Sr. Milton Zuanazzi, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Tenho a informação de que a Anac, até pouco tempo atrás, Senador Heráclito Fortes, tinha posição contrária à venda da Varig à Volo, pelo fato de a Volo ter capital estrangeiro subsidiando seu suporte financeiro. Não era simpática a essa proposta. De repente, estou lendo na entrevista, dada mediante a manchete “Agência de Aviação admite ação política”: “Para o Presidente da Anac, cabe à Receita Federal e ao Banco Central analisar a origem de recursos da proposta da Volo pela Varig”.

A Agência de Aviação admite ação política. Ação política é perfeitamente razoável, mas passando por cima da lei? Aí, a conversa é outra, Senador Leonel Pavan! Se a ação é política, passa por cima da lei e faz o *bypass* transferindo certas responsabilidades da Anac para a Receita Federal e para o Banco Central, ela passa a me incomodar. Como Liderança da Oposição, isso passa a me incomodar, principalmente porque eu sabia que a Anac tinha posição contrária à venda da Varig à Volo, pelo fato de esta ser empresa de capital estrangeiro. Se o capital estrangeiro passasse a ser dono da Varig, esta seria operada pelo capital estrangeiro. Então, a história da aviação civil no Brasil, desde a NAB, a Panair e a Cruzeiro do Sul, empresas que se sucederam sempre com capital nacional, iria pelo ralo.

Há algo errado nessa história, que precisa ser melhor explicado.

Sr. Presidente Renan Calheiros, quando a KLM, a maior empresa de aviação da Holanda, uma economia sólida, quis comprar 18% da Northwest, uma empresa americana, também sólida, o Presidente Clinton vetou. Quando a British Airways, uma das empresas mais rentáveis da aviação mundial, quis comprar 16% da US Airways, nos Estados Unidos, o Presidente Bush, o pai, vetou. Aqui, no Brasil, parece que estão fazendo o contrário: para privilegiar o capital estrangeiro, em

um segmento que tem de ser operado pelo capital nacional, parece que o Governo está incentivando, está fomentando, partindo ao meio a lei. E aí vem a minha preocupação.

Senador Arthur Virgílio, não sei se V. Ex^a sabe que a Anac mudou de opinião depois que a Volo passou a ter como seu advogado... Sabe quem, Senador Arthur Virgílio? Dê um palpite!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Posso adivinhar?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Dê um palpite!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Roberto Teixeira?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ele e a filha, Valeska Teixeira. Sabe quem é Roberto Teixeira? Compadre de Lula, aquele operador de negócios de Lula! Ele, há pouco tempo, está como advogado da Volo, empresa que tem capital estrangeiro e que quer comprar a Varig, para acabar com a história da aviação civil brasileira, e o Governo está incentivando isso!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Serei rápido. Apostei, no jogo Brasil **versus** Gana, em três a zero. Queria ter a mesma certeza do resultado do jogo, quando – digo a V. Ex^a com toda a honestidade, apanhado desprevenido pelo discurso de V. Ex^a –, de supetão, citei o nome de Roberto Teixeira. Em negócios neste Governo, Roberto Teixeira está envolvido sempre. Assim, gostaria de ter a certeza de que Gana perderá por três a zero do Brasil hoje, com dois gols de Ronaldo, o Fenômeno, e com um gol de um zagueiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a presteza da informação de V. Ex^a. Veja como estamos sintonizados! No momento em que Roberto Teixeira e Valeska, a filha, entraram como advogados da Volo, tudo mudou na Anac! “A Anac não tem qualquer obrigação em fazer a triagem do capital da Volo, para que Volo possa ou não comprar a Varig”. É claro que tem! A Anac é uma agência reguladora dessa atividade e tem de ter as obrigações por inteiro; portanto, não pode ceder pedaços de preocupações para outros órgãos.

O Sr. Roberto Teixeira está por trás da velocidade com que o Governo se moveu no sentido de permitir que a Volo comprasse a Varig. Então, vai-se passar por cima da lei, da estruturação de um segmento da economia. Queremos a solução da Varig. Eu quero isso, eu preciso disso, como usuário. Eu preciso disso, mas não posso abrir mão da lei, Senador Tasso Jereissati. Não posso abrir mão da lei que manda que o capital

das empresas que operam a aviação no mercado doméstico tem de ser nacional. Não posso permitir que o tráfico de influência política, que vem desde Waldomiro, Silvio Pereira, Delúbio, termine agora na Varig! Não posso permitir que o efeito Waldomiro em cima de Roberto Teixeira termine na Varig!

Bush e Clinton vetam, e o Brasil estimula o contrário: que o lucro do mercado doméstico vá para os Estados Unidos, para os investidores, para um fundo especial chamado Matlinpatterson. Vai-se permitir que o lucro do mercado doméstico vá para o Matlinpatterson, quebrando a tradição de anos e anos, por conta da presença do Sr. Roberto Teixeira, por conta do Sr. Zuanazzi, que é o fundador do PDT do Rio Grande do Sul, junto com a Sr^a Dilma Rouseff?

Senador Paulo Paim, sabe o que me dizem? Recuso-me a acreditar! Não é possível que isso seja verdade! Mas me dizem que a Ministra Dilma Rouseff, que, aliás, teria o direito e até a obrigação de participar de decisões, estaria com a componente política, atuando no caso Varig-Volo. Será que isso é verdade? Ligação pessoal com o Sr. Zuanazzi, ela a tem: foram fundadores do PDT; são amigos de muito tempo. Todo mundo tem o direito de ser amigo de quem quer que seja, mas prejudicar o interesse nacional e passar por cima da lei não! Aí vão nos encontrar pela frente!

Por essa razão, antes de concluir, concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Agripino, tenho participado e incentivado o debate sobre a Varig, em primeiro lugar, porque a empresa nasceu no Rio Grande do Sul e, hoje, tornou-se uma companhia de credibilidade, diria, pela sua marca registrada em âmbito internacional, embora esteja passando por dificuldades financeiras enormes. O Senador Heráclito Fortes – que é do Partido de V. Ex^a e que tenho elogiado sempre – foi o grande arquiteto por haver reunido quatro Comissões, que foram ouvidas por nós, a respeito de tudo o que há sobre a Varig. Para tanto, convidamos a BR Distribuidora, o Sr. Milton Zuanazzi, o Presidente da Varig, o BNDES, o Banco do Brasil, enfim, os acionistas majoritários da Varig. A partir daí, mais do que nunca, fez-se um grande movimento político nesta Casa, com o apoio não só do Senador Jefferson Péres, mas de 90% dos Senadores, mediante documento que apresentei – e todos o assinaram –, para que o encaminhássemos ao Governo, dizendo que, por parte do Senado da República, faríamos todo o possível para que a Varig não fosse à falência. Houve o leilão. E, para nossa surpresa, nenhuma das companhias que disseram que dariam um lance cumpriu o que foi dito. Mas, na última hora, para evitar a falência, o consórcio dos trabalhadores apre-

sentou uma proposta, mas, infelizmente, no decorrer dos dias, eles não puderam sustentá-la. Estávamos torcendo para que isso desse certo. Senador José Agripino, havia outra corrente de pensamento que dizia que a Anac não daria sinal verde para a negociação com a Volo, porque haveria o compromisso do Governo – quero relatar os fatos que nos chegaram – de deixar que a falência ocorresse, porque, assim, a TAM e a GOL teriam, de graça, o direito de assumir todas as linhas aéreas da Varig, se fosse o caso. Confesso a V. Ex^a – eu o respeito muito, e V. Ex^a sabe disso – que estou a refletir sobre o tema. Por quê? Porque, se se faz esse movimento dando a possibilidade à empresa Volo de apresentar, em leilão, que vai ser apresentado ao juiz, outra proposta para se evitar a falência da Varig, se a Anac não der sinal verde para que isso possa acontecer, o juiz terá de decretar a falência definitiva da Varig. Faço este aparte a V. Ex^a, porque também fui à tribuna para falar sobre o tema. Eu disse: “Ainda bem que apareceu um novo investidor! Ainda bem que o juiz, mais uma vez, alonga o prazo!” Também o Senador Ramez Tebet, desta tribuna, disse que a Justiça norte-americana também deu um prazo, se não engano até 20 de julho, para que outros investidores se apresentassem. A Volo se apresentou. Confesso que falei com Milton Zuanazzi sobre a questão, que me disse para ficar tranquilo, que não havia nada que ferisse a lei. Agora, ouço o discurso de V. Ex^a. Inclusive, consulto meu Líder maior, porque S. Ex^a, que preside a Comissão, pediu-me que coordenasse o grupo, mas sob a Presidência de S. Ex^a – novamente quero dar os méritos ao Senador Heráclito Fortes. Não vejo problema algum em convidarmos Milton Zuanazzi, até porque – confesso – tanto ele quanto a Ministra Dilma são meus amigos. A Ministra Dilma, no começo da minha vida pública, como sindicalista, teve participação fundamental nas portas de fábrica, há trinta anos. A partir daí, laços de amizade com a Ministra Dilma e com Milton Zuanazzi se fizeram. Considero ambos muito sérios, responsáveis, éticos, e, na minha cabeça, não passa, no caso específico de Milton Zuanazzi, que houvesse qualquer coisa que fugisse do campo da legalidade, da ética. Por isso, se V. Ex^a assim entender, poderemos convidar o Sr. Milton Zuanazzi a dialogar conosco sobre esse tema nessa Comissão, que é um misto de quatro outras Comissões. Confesso que eu estava muito assustado, caso a Varig fosse à falência, se não aparecesse outra proposta. Confesso a V. Ex^a que fico feliz ao ver que aparece outra proposta que impossibilita que o juiz decrete a falência. Pelo que sei, houve um aporte recentemente, para que a Varig não deixasse totalmente de voar, de US\$8 milhões, mas o juiz está estudando se abre prazo para novo leilão.

E o investidor chamado Volo, no caso, com os outros acionistas, que podem envolver, inclusive, o consórcio dos trabalhadores, apresentará nova proposta, e o juiz dirá se a aceita ou se encaminha para a falência. Veja que estou fazendo mais uma reflexão com V. Ex^a. E vejo suas preocupações. Talvez, o Senador Heráclito Fortes, mais do que ninguém, possa manifestar-se, porque S. Ex^a preside essas quatro Comissões – colocou-me, inclusive, como sub-coordenador, digamos. Quem sabe possamos convidar Milton Zuanazzi! Tenho a certeza de que, se eu ligar agora, ele se disporá a vir dialogar conosco, para que não fique nenhuma dúvida sobre esse processo. Todos nós – tenho a certeza de que V. Ex^a também – torcemos para que a Varig não vá à falência, para que não a entreguemos de graça para a TAM e para a GOL. Se a falência for decretada, haverá somente duas companhias. Já estamos sabendo – outro dia, comentávamos sobre esse fato aqui – que as passagens já começaram a aumentar. Calculemos nós o que ocorrerá com a falência definitiva da Varig! Então, fiz com V. Ex^a não um contraponto, mas uma reflexão para ver os próximos passos que poderemos dar juntos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim sua intervenção muito razoável, muito racional, com a qual concordo completamente, em gênero, número e grau. Não tenho nenhum reparo a fazer.

Apenas quero dizer ao Senador Paulo Paim, que é gaúcho e que, por razões óbvias e regionais, tem interesse na solução da situação da Varig, que eu sou como V. Ex^a, sou potiguar, mas, nessa causa, sou brasileiro, gaúcho, como V. Ex^a, que quer que a Varig tenha solução.

Quando votamos aqui medida provisória, primeiramente votamos a admissibilidade para ver se há consistência jurídica e legal, para que não votemos gato por lebre. A falência da Varig tem de ser evitada, mas o preço de se evitar a falência da Varig não pode ser a falência de uma lei. Não podemos fraturar uma lei que rege as relações da aviação civil há décadas.

Então, esta é a minha preocupação: o esclarecimento desse fato, principalmente na hora em que fico com a informação de que o Sr. Roberto Teixeira e a Sr^a Valeska entraram no circuito e aceleraram um processo que todos queremos ver concluído, ou seja, a solução da Varig, mas não às custas de uma suspeita, que quero remover.

Ouçõ o Senador Heráclito Fortes, para, em seguida, apresentar minha proposta de convocação. Concorro inteiramente com o Senador Paulo Paim, lembrando a S. Ex^a apenas que a questão Varig, mais do que uma questão técnica, é uma questão de interesse nacional,

é uma questão de Governo. Então, é preciso passar a limpo o interesse legítimo do Governo e o encaminhamento legal do processo de venda da Varig.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com licença, Senador José Agripino. É importantíssimo o assunto que V. Ex^a traz, é uma aflição muito grande não somente dos trabalhadores da Varig como também dos usuários, principalmente os que se encontram na Europa, como vemos todos os dias nos programas de televisão. Porém, ainda há outros oradores, e, por isso, quero fazer um apelo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já encerro, já encerro, Sr. Presidente. Vou ouvir o Senador Heráclito Fortes e já encerro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O assunto é importantíssimo. Penso que todos vão compreender, pois só dispomos de mais meia hora. Obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já encerro, Sr. Presidente.

Tem o aparte o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, escutei com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a, com a participação do Senador Paulo Paim. Essa questão da Varig é mais grave do que aquilo que, até agora, a imprensa conseguiu alcançar. É uma empresa que, há 20 anos, tinha um patrimônio de US\$8 bilhões e que, hoje, encontra-se na situação que todo o Brasil sabe. Sabemos, de antemão, que a Varig teve deficiências administrativas graves por intermédio da Fundação. Sabemos também que, por uma decisão da Justiça por conta de prejuízos obtidos em um desses planos, a Varig tem a receber do Governo R\$4 bilhões. Mas o grave é que a pressão para que a Varig não sobrevivesse começou exatamente no primeiro mês do atual Governo, pressões das mais diferentes formas, até se chegar ao ponto que V. Ex^a relatou. Evidentemente, é estranho a roda maior entrar na roda menor. A VarigLog comprar a Varig é, no mínimo, curioso. Uma empresa – salvo engano, é o consórcio Volo –...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Volo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Essa empresa, para se habilitar à compra da primeira parte, que era a VarigLog, teve dificuldades para efetuar o pagamento. Por outro lado, é preciso saber quem são os donos da Volo, quem está por trás da Volo, qual o patrimônio e a experiência que eles têm em aviação. O mais estranho é o seguinte: se o Governo quer ajudar, por que não ajudou os funcionários, já que é o Governo do Partido dos Trabalhadores? Por que não deu condições aos funcionários, àqueles que deram toda a sua vida por

aquela empresa? Tenho a impressão de que os funcionários teriam mais condições, pelo conhecimento que têm, pela vivência que têm da empresa e, acima de tudo, pelo amor que têm pela empresa, de gerir os destinos da Varig. O BNDES não pode dar empréstimo ao consórcio dos funcionários, mas pode dá-lo ao consórcio Volo. Precisamos saber qual é o respaldo financeiro que eles têm, qual a origem deles. Tudo isso soa muito estranho, muito esquisito. Se abrirmos os jornais hoje, Senador José Agripino, veremos algo estranho: o próprio Presidente da Infraero, que tem participação importante nessa questão, declara que achou esquisita e estranha a maneira como a negociação foi feita e critica a falta de independência, inclusive, da Anac. Alguma coisa não me cheira bem nessa questão. Só o tempo mostrará o que é. Basta esperar para se ver. Esse último fato que V. Ex^a aponta, a participação do Sr. Roberto Teixeira por intermédio da filha, é muito grave. Espero que esses fatos sejam confirmados ou desmentidos de maneira clara. Como Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, tenho recebido algumas informações a respeito desse assunto. Estão sendo catalogadas. Depois, poderão ser aceitas como verdadeiras ou como boato. A verdade é que é necessário questionar. Estou inteiramente solidário com V. Ex^a com relação à vinda da Ministra Dilma Rousseff para tratar desse assunto. Concordo com a vinda não só de S. Ex^a, mas também do Presidente da Anac e das demais pessoas envolvidas nesse caso, principalmente do responsável pela Volo. Concordo com a sugestão de V. Ex^a – a Ministra tem um convite formalizado, assumiu um compromisso, com a interferência do próprio Senador Paulo Paim – de transformar a convocação em convite e de aceitar a data da marcação. Podemos, hoje mesmo, acertar – está aqui o Senador Tasso Jereissati, Presidente da outra Comissão que participou do convite – a realização de reunião conjunta para ouvir a Ministra, já que, segundo a imprensa, a centralização dos entendimentos e das negociações é oriunda da Casa Civil. Congratulo-me com V. Ex^a pela oportunidade do discurso e pela preocupação que demonstra. É preciso que se veja, de uma vez por todas, que a Varig não é do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro ou de São Paulo, mas do Brasil. Em um governo que tem como símbolo o trabalhador brasileiro, não podemos aceitar nem admitir que as conseqüências da omissão ou do atrevimento sejam responsáveis pela demissão de onze mil servidores diretos e de quarenta mil servidores indiretos. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, antes de ouvir o Senador Paulo Paim, queria dizer a V. Ex^a da minha grande preocupação.

V. Ex^a conhece o art. 181 da Lei de Concessões, que determina:

A concessão somente será dada à pessoa jurídica brasileira que tiver:

I – Sede no Brasil;

II – Pelo menos 4/5 (quatro quintos) do capital com direito a voto, pertencentes a brasileiros, prevalecendo essa limitação nos eventuais aumentos do capital social:...

Ou seja, deve haver sempre 80% de capital nacional.

Sabe o que estão dizendo? Que, na Volo, que tem sócios brasileiros e capital estrangeiro, os sócios brasileiros são meros laranjas para justificar o cumprimento da lei. Cumprimento da lei à custa de uma falácia, à custa de uma farsa, à custa de um blefe de laranjas?! É isso que tem de ser esclarecido. Não estou assegurando, mas há essa dúvida, a difusão dessa tese. E está em jogo o interesse nacional. A fila, Senadora Heloísa Helena, para viajar de Natal para cá e daqui para São Paulo está um inferno. Por conta de quê? Da desativação da Varig. Isso está afetando todos nós. É preciso haver uma solução, mas esta não deve custar a infração à lei.

Portanto, a lei que acabei de ler não deve ser infringida, a tradição deve ser respeitada. Aquilo que Bush e Clinton fizeram nos Estados Unidos, Lula não deve fazê-lo aqui às avessas, ao contrário.

Antes de ler o requerimento que vou apresentar na Comissão de Infra-Estrutura, Senador Paulo Paim, quero dizer que tenho a impressão de que, dessa proposta do Senador Heráclito Fortes, da somação de esforços das duas Comissões presididas pelo Senador Tasso Jereissati e pelo Senador Heráclito Fortes, pode-se encontrar, em primeiro lugar, o esclarecimento de dúvidas e, em segundo lugar, a sintonia fina para a solução do caso Varig.

O Senador Heráclito Fortes disse algo com muita propriedade: por que se pode apoiar a empresa Volo financeiramente, se for o caso, e não o grupo organizado de trabalhadores da Varig, cujo maior desejo é reabilitar a empresa da qual se orgulham? Todos eles usam, com muita alegria, o emblema da Varig no peito ou na lapela.

Ouçõ o Senador Paulo Paim, com muito prazer, e já encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Agripino, eu me havia comprometido com V. Ex^a. Acabo de desligar o celular. Estava falando com o Presidente da Anac, Milton Zuanazzi, que me disse a seguinte frase: “Nunca, na história da aviação brasileira, fez-se uma análise tão rigorosa para se dar o sinal

verde, para que houvesse a possibilidade de a Volo entrar no leilão que será marcado pelo juiz, que está fazendo um bellissimo trabalho”. Disse mais: “Estou inteiramente à disposição para que, no dia e na hora em que o Senador assim entender, eu possa demonstrar quais foram os critérios que adotamos para permitir que a Varig não fosse à falência e tivesse alternativa”. Como disse o Senador Heráclito Fortes, estamos preocupados não somente com 11 mil trabalhadores, mas também com a família Varig, com os aposentados, com os dependentes, com os pensionistas, o que envolve 50 mil pessoas. Mais do que isso, a fala de V. Ex^a foi brilhante. V. Ex^a sabe o transtorno, o inferno – termo que V. Ex^a usou – que virou viajar neste País, porque a Varig não está voando. Então, quero dizer que estamos no bom caminho. Sua proposta é também equilibradíssima. Milton Zuanazzi, da Agência Nacional de Aviação Civil, já se dispõe, na hora em que entendermos, a vir aqui. Senador Heráclito Fortes e Senador José Agripino, dizíamos, quase todos os dias: “É preciso que o Governo, de uma forma ou de outra, participe desse processo, para evitar que a Varig vá à falência”. Entendo que está havendo um sinal do Governo para que se construa esse entendimento, quem sabe com a Volo e com o próprio consórcio dos Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), que poderão se somar no leilão. Vou dizer o que ouvi por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por parte do Banco do Brasil: “Temos todo o interesse em fazer o tal do empréstimo-ponte, que poderia ser para o consórcio dos trabalhadores, mas tem de haver um lastro que avalize isso”. São normas de qualquer Banco. E o que me disse Márcio Marsillac é que esse foi o problema. Precisaria haver esse aporte, porque o consórcio dos trabalhadores não é dono da Varig, eles não podem nem empenhar, dar o aval consequente que garanta, dentro do mínimo da legalidade, o fornecimento do empréstimo. Esse foi o problema que impossibilitou o empréstimo e que impossibilitou, inclusive, os trabalhadores de depositarem os US\$70 milhões que eram objeto do compromisso. Até a última hora, o Márcio, inclusive, ficou de me ligar para que eu anunciasse: “Paim, conseguimos o dinheiro”. Não me ligou, porque não conseguiu depositar aquilo que havia de compromisso. Não estou entrando no mérito, porque fui o maior torcedor. Acho que torci mais do que torço para o Brasil, em relação à Copa, naturalmente, no caso Varig, para que o consórcio dos trabalhadores desse certo. Infelizmente, não deu certo, apareceu outra possibilidade. Por isso, quero seguir a linha de V. Ex^a: vamos convidar as partes, para que fique clara toda a transação. Vamos torcer para que, dentro da legalidade que V. Ex^a quer e que eu quero,

o Governo possa impulsionar essa questão, para que não digamos amanhã que, por culpa do Senado e do Governo, a Varig foi à falência, porque o Senado proibiu a presença da Volo, que, em tese, segundo o Ministério, dentro da legalidade total, estaria com o aporte de recursos para evitar a falência da Varig. Por isso, quero caminhar com V. Ex^a e com o Senador Heráclito Fortes no sentido de que se ouçam as partes e de que permitamos que a Varig não vá à falência.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço-lhe. Já finalizo, Sr. Presidente.

O lastro que se pretende dar para a concessão de algum tipo de empréstimo, de socorro ou de ajuda aos empregados ou à empresa Volo precisa ser, na minha opinião, um lastro legal. Com isso, caminhamos legalmente.

Eu queria comunicar à Casa, ao Senador Heráclito Fortes e ao Senador Tasso, que são Presidentes das Comissões, que vou apresentar um requerimento de comparecimento do Sr. Milton Zuanazzi, que terá de vir aqui junto com o Ministro Waldir Pires, porque a convocação terá de ser do Ministro, acompanhado de pessoas subordinadas à sua atuação, que, no caso, são: o brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Infraero, que tem o direito e o dever de dar sua opinião; o Sr. Milton Zuanazzi, Diretor-Presidente da Anac; o Ministro da Defesa, Waldir Pires; e a Ministra Dilma Rousseff, conforme até sugeriu o Senador Heráclito Fortes. Dessa forma, todos os assuntos ficarão esclarecidos, explicados. Inclusive, será esclarecida a presença do Sr. Roberto Teixeira e da Sr^a Valeska Teixeira, na aceleração do processo de definição da Anac, como os jornais começam a sugerir, como que denunciando um fato supostamente ilegal.

O que queremos, o que desejo é apenas passar a limpo uma suspeita de ilegalidade. Acima de tudo, minha determinação é a de colaborar, no limite das minhas possibilidades, para que se encontre uma solução legal para uma questão que é nacional, que é a sobrevivência da nossa Varig.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sr^{as} e Srs. Senadores, como faltam 21 minutos para o encerramento do expediente da Casa – não apenas da sessão – e ainda temos quatro oradores inscritos, concederei seis minutos para cada orador. Portanto, solicito que cada um fale em seis minutos.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, como Líder, é o primeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Abro mão da minha inscrição como Líder e apenas quero comunicar a V. Ex^a que cheguei a um acordo com o Senador Roberto Saturnino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e com o Senador Heráclito Fortes, a respeito da indicação do Embaixador Jacques Guibaud. Ou seja, por informações que chegaram a mim e que foram repassadas para o Senador Heráclito Fortes, nós deveríamos ter feito o que fizemos: pedir vista para aprofundar melhor sobre o que seria o suposto envolvimento com a comunidade de informações do Embaixador Jacques Guibaud. Eu o conheci pessoalmente, o Senador Heráclito Fortes também. Trata-se de uma pessoa sofrida, de uma pessoa com um passado de decência e que, de jeito algum, merece ser penalizado. Afinal de contas, temos um regime de anistia vigorando no País. A anistia serve para um lado e serve para o outro. Gostaria, portanto, de dizer que, por parte da Liderança do PSDB, não há nada que obste a se colocar na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, amanhã, o nome do Embaixador Guibaud e que o PSDB votará a favor, entendendo que tomou a precaução necessária, mas que prolongar essa dúvida significaria ser injusto com o Embaixador, a quem desejo aprovação no plenário, aprovação na Comissão e uma feliz gestão como Embaixador no país para o qual o indica o Chanceler Celso Amorim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, eu já havia conversado sobre isso com o Senador Heráclito e cumprimento V. Ex^a por esta manifestação.

Pergunto ao Senador Heráclito Fortes se gostaria de falar rapidamente sobre o assunto, tendo em vista ter sido citado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de dizer que concordo em número, gênero e grau com o que disse o Senador Arthur Virgílio. Não conhecia o Embaixador. Agora, diante das informações que nos chegaram, tínhamos de ter cautela. Estou muito seguro porque o Senador Eduardo Suplicy me afirmou que trará uma carta do Ministro Rubens Ricupero, esclarecendo a questão. O Senador Eduardo Suplicy fez um contato com o Ministro Ricupero, à época Embaixador, pois foi S. Ex^a quem presidiu o inquérito, e, pelo que entendi, ficou de mandar essa correspondência. Mas quero dizer ao Senador Eduardo Suplicy que, independentemente da carta, concordo em gênero, número e grau. De minha parte, não há nenhuma dificuldade; agora, acho que, até para a

satisfação do próprio diplomata e da Comissão, seria importante que essa correspondência chegasse à Comissão o mais rápido possível.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Para esclarecer brevemente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a já encaminhou o pedido?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esse assunto já está esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador Arthur Virgílio já teria conversado com o Senador Roberto Saturnino, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. Está, inclusive, para entrar na pauta amanhã como matéria extra, vai depender de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas a documentação chegou a esclarecer...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, a documentação, a carta... O contato foi do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Eduardo Suplicy se manifeste então, por favor.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – É sobre o assunto, não é?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, e o próprio Senador Heráclito Fortes por sua atitude. É natural que tenham levantado a necessidade de informações, é fato que conversei com o Ministro Ricupero, o embaixador Guibaud enviou uma carta para ele, esclarecendo os fatos. O Embaixador Rubens Ricupero me informou da boa-fé com que agiu na oportunidade e que não tem qualquer intenção de prejudicar o Sr. Guibaud. Avalio, então, que amanhã poderemos, com mais informações recolhidas por todos nós, apreciar a indicação feita para o Sr. Guibaud para a Embaixada da Guiné.

Mas cumprimento os Senadores, que, inclusive, puderam conhecer pessoalmente o Sr. Guibaud e reconhecer a boa-fé com que tem agido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Esclarecido o assunto, passo a palavra ao Senador

Leonel Pavan, por cinco minutos. Peço escusas a V. Ex^a por ser tão exíguo o tempo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero dizer que não serão necessários os cinco minutos, porque teremos, em seguida, a Senadora Heloísa Helena que quer deixar a sua mensagem.

Sr. Presidente, quero deixar registrado que hoje já é dia 27; até sexta-feira é o prazo final para assinar convênios com as nossas emendas. Todos os Senadores ou grande parte dos Senadores e Deputados estão comprometidos com as convenções partidárias, inclusive nós. Amanhã, teremos que estar em Santa Catarina porque será a convenção do meu Partido, onde será homologada, definitivamente, a composição PMDB, PSDB e PFL em Santa Catarina. Mas já recebemos, hoje, em torno de dez prefeitos.

Ontem, usei a tribuna para chamar a atenção e apelar para a sensibilidade do Governo, de alguns Ministros, de alguns amigos Senadores, a fim de que interviessem e nos ajudassem no sentido de que esses prefeitos pudessem sair daqui de Brasília com a certeza de que terão os seus recursos liberados. Não é possível que tenhamos de ficar nessa agonia, nessa angústia – além da angústia da Copa do Mundo – com o Governo, sem sabermos se os recursos serão liberados, haja vista que o Congresso Nacional está praticamente esvaziado. Não sei se foi tática do Governo ou não, mas por que deixar para os últimos dias? Precisamos ter a certeza da liberação desses recursos.

No ano passado, fiz apelos veementes ao Senador Aloizio Mercadante para que nos ajudasse, pois tenho feito oposição aqui, mas com inteligência, com respeito. Votei quase todos os projetos do Governo. Apesar de termos votado alguns por apelo de alguns Senadores, como por exemplo o Senador Tião Viana, o Senador Aloizio Mercadante. No entanto, na hora da contrapartida aos nossos Municípios pobres, não ao Senador Pavan! Estão aqui prefeitos de municípios pobres pedindo para que o Governo decida urgentemente agora, hoje, amanhã, sobre a liberação dos recursos para os seus municípios.

Falei agora há pouco com o Senador Tião Viana, que tem acesso livre, é uma pessoa respeitada pelo Governo, e sabe o quanto trabalhamos aqui para o nosso País, como fazemos oposição com responsabilidade, sem raiva, oposição como a democracia permite. Agora, não liberar os recursos porque são da Oposição, isso não dá para aceitar!

Fiz esse apelo ontem e volto a fazê-lo hoje, de novo! Ministro Mares Guia – a quem sempre chamei de amigo aqui e cujo Ministério sempre defendi, en-

caminhando, inclusive, inúmeras emendas, sem que o Ministério pedisse, para que pudéssemos investir no turismo do nosso País –: não recebi, até agora, resposta positiva alguma! Esse é o apelo que deixo aqui, mais uma vez, para o Governo Federal, para os Ministérios.

Há municípios do PT, do PMDB, do PFL, do PTB, do PSDB, do PL, do PPS, enfim, são inúmeros municípios e diversas cores partidárias. O prefeito tem cor partidária, mas o povo, não! O povo quer investimento!

Fica aqui registrado, mais uma vez, o nosso apelo!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Leonel Pavan, não é só o Estado de V. Ex^a, mas o País inteiro. Desejo-lhe sorte na convenção.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a já está em condições?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Romeu Tuma, quero fazer uma brevíssima consideração, até atendendo ao apelo de V. Ex^a, mas não poderia deixar de elogiar a decisão da Diretoria do Senado da República, especialmente na pessoa do Exm^o 1^o Secretário, Senador Efraim Morais, que estabeleceu uma decisão muito, muito importante!

O Sr. 1^o Secretário deferiu a inclusão da Sr^a Cláudia Helena de Oliveira Gurgel como dependente da Servidora Sílvia Del Valle Gomide, na qualidade de companheira, para efeito de assistência à saúde e como beneficiária de pensão.

Essa é uma decisão muito preciosa, única, especial e que realmente merece o nosso elogio, primeiro, porque é plenamente compatível com o nosso ordenamento jurídico brasileiro, guardando perfeita harmonia com os objetivos fundamentais da nossa Constituição, de construir uma sociedade livre, justa, solidária, sem quaisquer formas de preconceito.

Reconheço a opinião das pessoas, sei que existem muitas pessoas que são contrárias a esse tipo de pronunciamento, algumas das quais respeito, e outras não. E muitas das que respeito, faço-o, por toda a formulação cultural que trazem ao longo de sua vida. Mas, por favor, poupem-me de quem gosta de ataques homofóbicos histéricos! Aqui não se trata de falar em matrimônio e casamento, com suas implicações religiosas e ideológicas. E, como não tenho dúvida de que são duas pessoas do mesmo sexo, que vivem uma relação emocional respeitosa permanente, que são filhas do meu e do nosso Deus, que são amadas por ele, pois ele ama suas filhas e seus filhos quando suas vidas são permeadas pelo amor em plenitude. Portanto, por favor, quem gosta do preconceito, dos ataques homofóbicos histéricos, poupe-me! Respeite-

mos aquilo que nada tem a ver com questões ideológicas e religiosas, mas tem a ver com a configuração de um direito de duas pessoas que constroem uma vida juntas: que uma outra pessoa possa ser igualmente atendida pela assistência à saúde.

Portanto, parabeno essa decisão corajosa, que, volto a repetir, é plenamente compatível com o nosso ordenamento jurídico, guarda profunda e perfeita harmonia com os objetivos fundamentais da nossa Constituição e zela por aquilo que é o sonho de todas as pessoas, a vida vivenciada não pela farsa, pela mentira, pelo fingimento, mas com aquilo que Deus ama e ensina aos seus filhos, que é o amor respeitoso em plenitude.

Portanto, deixo meus parabéns a esta Casa pela decisão tomada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

Concedo a palavra a V. Ex^a por cinco minutos.

Peço encarecidamente a V. Ex^a que seja breve.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, obviamente estamos todos com muita vontade de assistir a Brasil **versus** Gana.

Desejo que seja um excelente jogo. Estou torcendo pelo Brasil, respeitando Gana. Imagino como é que estão todos.

A Senadora Patrícia Saboya Gomes está nos convidando para assistir à partida em sua residência. Estou aceitando o convite. Estarão lá a Senadora Heloísa Helena e o Senador Arthur Virgílio.

Sr. Presidente, quero registrar e requerer a inserção nos Anais do Senado Federal da entrevista concedida por um correligionário de V. Ex^a, o Governador Cláudio Lembo, do PFL, pessoa pela qual tenho tido, desde os anos setenta, uma relação de respeito e de amizade. Mas considero a entrevista dada pelo Governador ao Mauricio Stycer e Mino Carta, editor da revista **CartaCapital**, convém ser lida por todos os Senadores.

O Presidente Romeu Tuma já a leu e acredito que também a recomende. Estava conversando com o Líder do PFL, José Agripino, e com o Líder do PSDB, Arthur Virgílio. Há uma recomendação de como nos relacionarmos com nossos adversários políticos, da importância de sempre nos referirmos às pessoas com o respeito devido. Esse era um dos maiores ensinamentos do tão saudoso Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, do PMDB.

E eu ouvia isso com muito interesse. As pessoas devem sempre se referir aos demais colegas políticos, inclusive aos adversários, de tal maneira que possam conversar sem perder o respeito mútuo.

O Governador Cláudio Lembo – inclusive os seus próprios colegas do PFL, há poucos dias, no programa eleitoral, fizeram ofensas ao Presidente e a pessoas do Partido dos Trabalhadores – recomenda que se trate a figura do Presidente da República com respeito, para que sempre se possa ter um diálogo construtivo em defesa dos interesses maiores da Nação. Leio um pequeno trecho:

Eu confesso que tive grande respeito pela formação do PT, mas achava que não daria certo. Acredito ser importante a formação social vinda da base. Achava, porém, que a composição era muito difícil: a Igreja Católica, os sindicatos e a intelectualidade. São elementos que não têm amálgama. É isso está se vendo claramente hoje. O PT foi uma grande experiência histórica, muito rica, que eventualmente possa se recompor ao se afastar dessas origens. É possível. Tem um líder [e aí eu faço uma referência especial de como é que ele trata o Presidente] que tem carisma e qualidade intelectual, que é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pode liderar a recomposição. O meu partido, o PFL, é um partido típico da pequena burguesia, de interesses locais. Ele passa a ser um defensor da liberdade nesse vazão de liberdade. Tem suas qualidades, mas participam dele ...

E também faz críticas. Não vou falar sobre todas as questões. Mas quando ressalta certos adjetivos com os quais o Presidente da República foi referido, ele diz: “Não gosto de agredir o Presidente da República, nem os Governadores, nem outras autoridades. Deve haver um respeito às instituições senão destruímos a democracia”.

Assim, Sr. Presidente, recomendo fortemente aos Líderes e aos Senadores desta Casa a leitura dessa entrevista, que requeiro seja inserida nos Anais da sessão do Senado.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Seu País

NO PAÍS DOS PILANTRAS

ENTREVISTA Corajoso, o governador de São Paulo, **Claudio Lembo**, aprofunda as críticas à “minoria branca” que infelicita o Brasil

A MAURICIO STYCKER E MINO CARTA

Chuchu. No Palácio dos Bandeirantes, do governo paulista, almoçamos como entrada salada de chuchu, notabilíssimo legume exaltado pelo candidato tucano à Presidência da República, Geraldo Alckmin, mesmo quando acompanhado por tomate, agrião e alface. Ousariamos dizer, sem deixar de pedir vênua, que este é o único, indiscutível traço de semelhança entre o ex-governador e seu substituto nesse tempo de desincompatibilização, o ex-vice Cláudio Lembo. O chuchu.

Lembo é personagem insólita nesta quadra tensa. Alçado a um posto que certamente não esperava, diagnostica com precisão cirúrgica os males do Brasil e as inauditas prepotências da elite nativa. Batiza-a, não sem ironia, de “minoria branca”.

Nesta conversa, à mesa do Palácio, à qual o governador tomou suco de uva, acompanhado por um dos entrevistadores, enquanto outro, com alguma audácia, preferia vinho tinto, Lembo expôs as razões do seu otimismo em relação a um país que começa a enveredar pelo caminho da liberdade e, portanto, a fazer suas próprias escolhas ao repelir as tentativas de manipulação da mídia. Todas as perguntas que a situação sugeria foram postas. Faltou uma: governador, por que o senhor não apara suas sobranceiras?

CartaCapital: No seu diagnóstico dos males do País, quanto contribuiu o fato de ser italianinho? O senhor mesmo se apresenta como tal.

Cláudio Lembo: Eu acho que muito, porque o italianinho sempre tem um *irridente* dentro de si, e ele confia na força da liberdade e da não limitação de sua vontade. Isso é próprio de todos aqueles que vieram da Itália. Claro que isso foi se perdendo com o tempo, particularmente aqui em São Paulo, mas alguns restaram ainda com aquela raiz *irridente*, de quem quer efetivamente a liberdade. E a liberdade exige que a gente seja claro nos posicionamentos.

CC: O seu avô era italiano?

CL: Os quatro avós. Dois do sul da Itália, os paternos, da Magna Grécia, da região de Salerno e Castellabate. E os maternos eram vênnetos.

CC: Então, *uns eram súditos dos Bourbons e os outros do Império Austro-Húngaro. É isso?*

CL: Exatamente. Os do sul eram dos Bourbons e, lá no norte, havia os austro-húngaros. As tragédias da nossa antiga e boa Itália, que nunca pôde ser unida em razão dos interesses da Igreja Católica e das famílias imperiais da Europa.

CC: O senhor olhou a última edição de *CartaCapital* sobre a lista de Furnas e comentou: “País de pilantras”. O que quis dizer exatamente?

CL: Falei, sim. E acho importante que *CartaCapital* tenha colocado na capa os pilantras em seus últimos números. Mas a revista tem edições semanais. E os pilantras, no Brasil, são diários.

CC: Como chegamos ao país dos pilantras?

CL: Primeiro, pela falta de liberdade. Pode até parecer um traço neurótico da minha personalidade,

mas eu acho que a liberdade sempre faltou no Brasil. Os meios de comunicação foram dominados por poucos e, mais do que isso, direcionaram toda a sociedade. No momento em que não existe liberdade, surge a pilantragem. No momento em que voltamos a ter liberdade, o

que aconteceu nos últimos 25 anos, os pilantras não conseguem se esconder. É uma questão de tempo. Mais dez ou 20 anos, o Brasil vai ser um país equilibrado. O que está acontecendo no Brasil, hoje, aconteceu nos Estados Unidos entre 1890 e 1930, na chamada era progressista norte-americana. Só existia pilantra, malandro, safado. E os Estados Unidos puseram uma ordem na casa. Nós vamos pôr também. Mas é preciso liberdade.

CC: E a igualdade nisso tudo?

CL: Eu acho que a liberdade conduz à possível igualdade. A igualdade não é um dado oferecido graciosamente. Quando se tem liberdade, conquistam-se espaços e, depois, uma certa igualdade social, econômica etc.

CC: Temos partidos políticos no Brasil?

CL: Temos embriões de partido político. Eu confesso que tive grande respeito pela formação do PT, mas achava que não daria certo. Acredito ser importante a formação social vinda da base. Achava, porém, que a composição era muito difícil: a Igreja Católica, os sindicatos e a intelectualidade. São elementos que não têm amálgama. E isso está se vendo claramente hoje. O PT foi uma grande experiência histórica, muito rica, que eventualmente possa se recompor ao se afastar dessas origens. É possível. Tem um líder que tem carisma e qualidade intelectual, que é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e pode liderar a recomposição. O meu partido, o PFL, é um partido típico da pequena burguesia, de interesses locais. Ele passa a ser um defensor da liberdade nesse vazio de liberdade. Tem suas qualidades, mas participam dele alguns sátrapas, alguns senhores de engenho. Por causa deles, o PFL também retrata o Brasil do latifúndio, o Brasil da Idade Média, ou seja, o das capitâneas hereditárias. Espero que seja possível, em São Paulo, conquistar o pequeno e o médio empresário e prosperar.

CC: Mas se pensarmos nos momentos em que o PFL foi governo, tanto nos estados

“O presidente Lula tem carisma e qualidade intelectual. Pode recompor o PT”

SOMENTE NO SITE

Ouçá trechos da entrevista com Cláudio Lembo em www.cartacapital.com.br

como ao participar do poder federal, o partido está muito longe desse conceito de liberdade a que o senhor se refere, não?

CL: Ah, sim. O PFL nasce no fim da Idade Média, com as capitulâncias hereditárias brasileiras. Então, ele também tem de se reciclar para a liberdade.

CC: Quem são os sátrapas?

CL: Um deles, bastante evidente nesses últimos meses, é o senhor Antonio Carlos Magalhães. Ele foi deselegante comigo, muito deselegante, desrespeitoso com São Paulo. E recebeu a resposta à altura que merecia.

CC: O senhor considera liberal o presidente do PFL, que disse: "Vai ser bom se livrar dessa raça"?

CL: Não é bom, não é bom... A palavra raça não deve ser usada, ainda porque a última vez que o Supremo Tribunal Federal analisou a palavra raça constatou que é agressiva ao ser humano. Todos nós pertencemos à raça humana...

CC: E o candidato a vice-presidente, José Jorge (PFL-PE)? Ele disse que Lula só viaja e bebe demais.

CL: Vamos falar do José Jorge e, depois, eu lhe digo sobre a frase proferida. O José Jorge é uma figura querida do povo. Ele é um homem de classe média baixa de Pernambuco. Estudou em escola pública, fez a Universidade Federal de Pernambuco. Tem qualidades, mesmo porque sempre obteve os seus cargos pelo voto popular. É figura nova, não vem de regimes anteriores. Votei nele. Ainda mais porque, vocês sabem, no Nordeste só tem os Cavalcante e os cavalgados. Ele é um cavalgado. Agora, a frase. A frase não foi feliz. Não gosto de agredir o presidente da República, nem os governadores, nem outras autoridades. Deve haver um respeito às insti-

tuições, senão destruímos a democracia.

CC: De que forma o senhor sente a presença da "minoridade branca"?

CL: Eu certamente pertenço à minoria branca, mas sou pequeno-burguês. Servi à minoria branca. Eu sou um homem que vive do trabalho e fui advogado em uma grande instituição financeira. E não me arrependo. Ao contrário, acho que fui muito útil no meu trabalho naqueles anos todos. A nossa minoria branca fecha-se em torres de marfim. Agora, por exem-

plu, descobriu a responsabilidade social. O que ela gasta nos seus impressos sobre responsabilidade social salvaria todas as crianças pobres do Brasil. A minoria branca precisa parar de ser cínica, ela tem de ser realista, abrir os olhos e deixar de ser hipócrita. E não fazer fundações para os seus filhos. A fundação americana pensa na grande sociedade, afasta-se dos seus fundadores e passa a ter funcionários que pensam na realidade do mundo e dos Estados Unidos. No Brasil, não. Eles se fecham em si mesmos e se acham excepcionalmente úteis à sociedade, preservando os seus filhos no interior de suas fundações. Isso não dá. Isso é cinismo, é brasileiro. A minoria branca só pensa nos seus familiares, e vai nos palácios pedir. Está sempre pedindo alguma coisa do governo. Precisa acabar com isso no Brasil.

CC: E o que o senhor diz à minoria branca quando ela vem ao palácio pedir?

CL: Eu ofereço um cafezinho e digo que bom que você está aqui. Ponto, e basta.

“Sou um italianinho porque confio na força da liberdade. Dela, pode nascer a igualdade”

CC: Alguns representantes da minoria branca se apressaram a dizer que eles é que sofrem mesmo...

CL: Sofrem muito, sofrem sim. Eles estão preocupados com as exportações, porque subiu muito o dólar e eles não podem ir viajar, uma vez que os seus lucros diminuíram. Eles têm grandes preocupações, cada vez maiores. O problema deles é que sempre conviveram com a ausência de liberdade e essa presença da liberdade os preocupa, porque não estão acostumados a ter riscos.

CC: É o problema da impunidade?

CL: Não é só a impunidade, e sim toda a proteção em torno deles mesmos, nos seus guetos fechados. Eles sempre se fecharam em guetos. Esse é um problema de natureza psicológica individual. E mais a impunidade. Na história do Brasil, o primeiro banqueiro preso é este senhor do pequeno banco, o Edemar Cid Ferreira.

Porém, deveria ter outros banqueiros presos em Taubaté. O que aconteceu no governo anterior, do Fernando Henrique Cardoso, quando grandes bancos nacionais entraram em estado de liquidação? Eu não vejo nenhum deles preso. O Ministério Público da época não foi ativo.

CC: O Banco Nacional, o Banco Econômico...

CL: Você é que está citando... (risos)

CC: O senhor acha possível governar sem se curvar à minoria branca? Claro que o seu caso é muito específico, o senhor deve governar por apenas nove meses...

CL: De fato, é um caso muito especial mesmo. Eu reconheço que eu sou muito livre porque eu não sou candidato. Não dependo de ninguém a não ser da Assembleia Legislativa, com quem eu tenho um bom relacionamento. Também dependo da sociedade em si, com quem eu tenho um bom relacionamento. E a minoria branca vai ter de me respeitar e esperar por mais seis meses.

CC: Então a resposta para a pergunta é não.

CL: Escuta, a minoria branca, como um

Seu País

dos segmentos nacionais, tem de ser respeitada, tem de ser ouvida e tem de ser levada em conta. O que ela não pode é dominar o governo. No momento em que passa a haver um estado de hegemonia e dominação, as coisas se tornam graves.

CC: E como a minoria branca está diante das perspectivas eleitorais?

CL: Preocupada. A grande preocupação da minoria branca hoje é o que será o eventual segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Acreditam que ele deverá resgatar toda a sua pregação anterior. Eu não acredito. Acho que, se houver um segundo mandato de Lula, vai ser uma mandato equilibrado e de bom senso. É um homem que busca a moderação. No fundo, é um grande conciliador.

CC: Qual é o destino do PT?

CL: Está numa situação realmente difícil. Acho que não terá uma grande votação. São coisas bem distintas, o presidente Lula e o PT.

CC: E como Lula vai governar se não tiver maioria petista?

CL: Eu diria que a maioria petista fez muito mal ao presidente Lula. Certamente, ele poderia ter avançado mais com outros partidos. Essa minoria petista é a minoria branca petista, que esteve no Palácio do Planalto durante muito tempo... Havia ali leninistas, gostam de centralismo democrático...

CC: Quem é leninista?

CL: O doutor José Dirceu. Ele quis a dominação total do Congresso. Foi um erro. Se ele tivesse mantido um diálogo com todos os partidos, inclusive

“O presidente do PFL (Jorge Bornhausen) usou a palavra “raça”. Não é bom, não é bom...”

“Por causa de gente como ACM, o PFL também retrata o Brasil da Idade Média”

os partidos tidos como conservadores, teria obtido mais sucesso.

CC: E o doutor Palocci?

CL: Palocci é uma tragédia nacional. Foi um grande ministro, conseguiu dialogar com todos os segmentos. Mas, infelizmente, tinha sido prefeito de Ribeirão Preto (risos).

CC: Como o senhor explica a popularidade de um presidente que há mais de um ano vem sendo massacrado pela mídia com denúncias de corrupção?

CL: O presidente Lula é um produto autêntico das raízes nacionais. Ele é povo, ele é Brasil. Ele é uma saga que as pessoas respeitaram. Eu sempre costumo dizer que a história pessoal do presidente é uma das mais bonitas da história brasileira. A tragédia de Lula foram os maus companheiros.

CC: Em 1989, a mídia apoiou Colôr desbragadamente...

CL: Um típico produto da minoria branca.

CC: Sem dúvida, mas a estratégia funcionou naquele momento. Por que não funciona agora? Poderíamos admitir que a mídia desta vez falhou?

CL: Não, a mídia informa e cada um de nós faz a sua própria equação, o seu próprio julgamento. O brasileiro não é mais conduzido.

CC: A mídia não esteve sempre a serviço da minoria branca?

CL: Ah, lógico. Não sei se chegou a distorcer os fatos, mas a visão sempre foi da minoria branca.

CC: Então o povo não se deixa convencer mais?

CL: É mais do que isso. Ninguém se deixa dirigir, ninguém mais dirige. E sabe por que não tem mais direção no Brasil? Porque não tem mais hegemonia religiosa. No momento em que surgiram muitas posições religiosas e houve um conflito de posicionamentos, o Brasil já não é hegemônico. Então, ninguém mais vai dominar o eleitorado. É tolice pensar que vai dominar, porque os brasileiros passaram a pensar em segmentos específicos. Eles começam a ter condutores da vontade do político.

CC: O senhor concorda com a idéia de que a mídia, como um instru-

mento da minoria branca, tentou nivelar por baixo? O senhor lê o jornal com o mesmo prazer que lia há 40 anos? Falamos de texto, de qualidade da língua...

CL: Eu acho que esse é outro problema, problema de mídia. Estão surgindo mídias novas, que estão deixando o jornal diário em situação muito difícil. A internet é uma coisa nova, que esclarece muito mal, diga-se de passagem. É a história do nosso Lampedusa, o autor de *O Leopardo*. Eu diria que nunca mais a história será igual. A liberdade rompeu todas as barreiras e fará isso não só no Brasil, e sim em qualquer lugar. A China terá um problema, porque a liberdade vai destruindo os regimes autoritários.

CC: Por que lhe ocorre Lampedusa?

CL: Eu sempre lembro daquela frase final: “Um copo tirado do lugar nunca volta ao mesmo lugar, a menos que queiram que volte”. Sempre existe uma diferença de espaço. É o caso do Brasil, que está avançando e não vai voltar nunca para o mesmo lugar.

CC: Então o senhor está otimista em relação ao Brasil?

CL: Muito otimista, muito otimista. A caminhada do Brasil foi dura. Você falou dos italianinhos... Nós tivemos grandes conflitos sociais aqui em São Paulo. A nossa universidade, os nossos grandes acadêmicos, os grandes intelectuais no Brasil, vão estudar a Revolução Francesa, vão estudar o vento mistral no sul da França e a poesia provençal. Eles vão estudar a Revolução Americana – pouco, porque são um tanto ignorantes em inglês –, e assim vai. Nunca estudaram, por exemplo, os movimentos sociais que os italianos fizeram em São Paulo. Têm medo. Você sabe que o bairro do Brás ficou isolado do resto da cidade durante longos períodos? Ninguém entrava porque tinha guerrilha urbana. Ninguém lembra isso. A história das grandes migrações para São Paulo ninguém estuda. Acho incrível esse desinteresse. Por quê? Porque a minoria branca não quer. Ela está dominando dentro da universidade e não quer estudar as revoltas sociais em São Paulo. Há um pouco de estudo sobre o negro, mas sobre as imigrações europeias, e sobretudo as italianas que modificaram a cidade, nada. Têm medo.

CC: O senhor herdou um pepino grande, que estourou um mês e pouco depois de assumir o governo. E o que espanta é que, até agora, o senhor fez pouco no sentido de mudar o quadro...

CL: Mudei, mudei o secretário da Administração Penitenciária. E o secretário que você quer escreveu até que basta um aceno de cabeça do governador para cair o secretário de Segurança Pública, com todas as suas formas estranhas de se dirigir à sociedade e particularmente ao Parlamento de São Paulo, foi um homem de muita coragem. Ele teve muita firmeza na condução daqueles dias difíceis.

CC: *Eu entendo, mas ele comanda uma tropa que, de acordo com o Conselho Regional de Medicina...*

CL: Eu conheço o Conselho Regional de Medicina intimamente. Eu pedi uma posição desse conselho a respeito da morte do meu filho. E não tive muito sucesso, não. Eu pedi simplesmente que eles comunicassem aos médicos que um determinado medicamento é perigosíssimo. Por isso, eu vejo o Conselho Regional de Medicina como mais um agente de momento circunstancial da história de São Paulo. Não me preocupo muito. E acho também que algumas ONGs dirigidas com dinheiro estrangeiro, dinheiro vindo do Norte da Europa, basta abrir o site para conferir a origem, estão fazendo tribunais de exceção no Brasil. Nós estamos no Estado de Direito. Temos o juiz natural. Vamos aguardar os processos chegarem ao Poder Judiciário e esperar a sua decisão.

CC: *O senhor gosta de dizer que não gosta de ofensas pessoais, nem mesmo ao presidente Lula. O que dizer dos gestos obscenos do Saulo de Castro?*

CL: Não, não. Vocês têm toda razão. E ele pediu desculpa. Ele mandou uma carta, um ofício ao Poder Legislativo de São Paulo, desculpando-se.

CC: *Sim, mas ele fez os gestos.*

CL: Fez, estava errado. Tanto fez que pediu desculpas. Por exemplo, eu gostaria que quem ofendeu o presidente da República mandasse uma carta. Acho que ninguém pode ofender nem instituições nem pessoas.

CC: *E o Marcola? Será que o sonho dele é pertencer à minoria branca?*

CL: Ele é da minoria branca. Ele é branco, um homem extremamente lúcido, pelo que me dizem. Ele lê muito. Dizem que leu mais de 2 mil livros. O Marcola é um produto direto do crime organizado, do narcotráfico. Utiliza-se de dois segmentos: aqueles que podem conduzir a droga, as mulas que não têm condições financeiras; e a classe média, que

puxa fumo e usa pó. O Marcola, na verdade, tem um grande consumidor à sua disposição. E são esses mesmos consumidores que vêm ao palácio do governo pedir para a gente agir duramente contra o crime organizado. Só que eles usam o pó, consomem e alimentam o crime organizado. Então, você veja que é uma sociedade hipócrita. Quando ele disse isso, ele não estava em estado emocional. Estava dentro da realidade.

CC: *E tudo isso é fruto do quê? Do desequilíbrio social?*

CL: Não só. Acho que a perda de alguns valores tradicionais do Ocidente levaram a tudo isso. O trabalho era um valor para todos nós do Ocidente. Deixou de ser. Jogaram na nossa cabeça que o ócio é que é importante. O segundo ponto é a ausência dos valores religiosos, que leva à ausência de qualquer limite ou preocupação social. E também o fim da família tradicional. Não sei se isso é bom ou mau, é uma questão sociológica. Mas o fim daquele núcleo familiar forte deixou as pessoas fracas.

CC: *Mas, em comparação com a Europa e outros países, a gente vê que os brasileiros da minoria branca acham que podem viver erguendo muralhas em torno de suas vivendas...*

CL: Eu acho isso ridículo. No exterior não é assim, nem no meu Bexiga. Nós vivemos todos lá, sem nenhum atrito. É incrível. O Bexiga é um caldo cultural diferenciado, sempre de portas abertas...

CC: *Mas somos vice-campeões mundiais em má distribuição de renda.*

CL: A diferença aqui é fatal. A minoria branca vai ter de abrir a bolsa. Quando eu disse isso, se ofenderam.

CC: *A onda de violência em São Paulo terá repercussões negativas na campanha de Alckmin e de Serra?*

CL: Não, porque esse é um tema tão sério, tão complexo, que quem o usar como objeto de campanha vai sair perdendo. Hoje, eu vejo um menino aí falando muito sobre isso. Ingênuo,

ele diz que vai acabar com a Febem.

CC: *O menino é o Mercadante?*

CL: Sim, esse menino é o doutor Aloizio Mercadante. É jovem, e os jovens costumam ter muita empáfia. É empafioso dizer: "Vou acabar com a Febem". Eu estou pensando até em mudar o nome da instituição, o nome ficou maldito. Estou pensando em Fundação Casa. Mas o Brasil é o país do ingênuo, ou dos aproveitadores.

CC: *Por que o senhor disse que não vai se candidatar a nada?*

CL: Eu sou candidato.

Eu já disse antes em Santos, quando me perguntaram: "O senhor é candidato a quê?" Eu respondi: "Ao Saboó, porque eu nasci em Santos, ou ao Araçá, em São Paulo". O Saboó é um cemitério de Santos e o Araçá é um cemitério de São Paulo.

CC: *No término deste mandato, o senhor encerra a sua carreira política?*

CL: Não, eu continuei no partido, fazendo campanha política. Agora, eu não sou candidato e não acho que tenho condições

populares para ser candidato. E também não quero fazer concessões a ninguém para apoiar a minha campanha. Se eu não devo nada a ninguém até hoje, não vou dever amanhã.

CC: *O senhor não cogita uma campanha daqui a dois anos?*

CL: Eventualmente, se eu me tornar popular por força própria, posso até ser candidato a um cargo majoritário, nunca proporcional. Mas, se eu não tiver força própria, não serei candidato, porque não quero depender de ninguém. É o típico italianinho, não? Não quero dever nada a ninguém. ■

“O secretário Saulo de Castro fez o gesto. Estava errado. Tanto fez que pediu desculpas”

“O menino Mercadante fala em fechar a Febem. É jovem. Os jovens são empafiosos”

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Senador Eduardo Suplicy, ontem houve uma comemoração do 50º aniversário da Anfavea. Amanhã, se eu tiver chance, usarei da palavra para descrever o evento. Lá se encontravam o Presidente Lula, o Governador Cláudio Lembo, o Prefeito Gilberto Kassab, o Presidente da Anfavea e o Ministro Furlan, todos em perfeita harmonia e respeito. Foi uma reunião muito boa, porque objetivamente se discutiu um setor importante da economia brasileira. Estava também o Senador Aloizio Mercadante comigo representando o Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Não fui à reunião da Anfavea, porque não fui convidado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Representei V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 707, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao escritor amazonense Deusamir Pereira pelo lançamento, em Manaus, no dia 2 de dezembro de 2004, do livro Amazônia Insustentável – Zona Franca de Manaus, estudos e análise.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao escritor e também administrador Deusamir Pereira, pelo lançamento de seu livro Amazônia Insustentável – Zona Franca de Manaus, Estudos e Análise.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se pelo tema do livro, muito oportuno. Seu autor, pós-graduado em Marketing Empresarial e Gerência Financeira pela Universidade Federal do Amazonas, e também Administrador. Nesse seu livro, ele faz meticulosa análise dos reais custos/benefícios da ZFM de Manaus e as possibilidades de reorientaçãoL do atual modelo vol-

tado para o aproveitamento dos potenciais naturais e culturais da Amazônia. E, pois, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 708, DE 2006

Requer Voto de Aplauso a Wastony Aguiar Bittencourt, pelo lançamento, em Manaus, do seu livro Crônicas de um Servidor Público.

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao funcionário público amazonense e também escritor Wastony Aguiar Bittencourt, pelo lançamento de seu livro Crônicas de um Servidor Público.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se pelo tema do livro, de grande interesse para o público em geral. Nele, Wastony faz um relato do dia-a-dia de um servidor público, publicado, em crônicas, no Jornal do Comércio. É, pois, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 709, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do Geógrafo Orlando Valverde, no dia 14 de junho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 2006, do Geógrafo Orlando Valverde, que integrava os quadros do IBGE e que dedicou 30 anos de sua vida a pesquisas na Amazônia.

Requeiro, ademais, que o conteúdo deste Voto seja comunicado aos familiares do Geógrafo e à Fundação IBGE.

Justificação

Orlando Valverde foi dedicado geógrafo do IBGE e participou intensamente de estudos e debates sobre o problema do manejo florestal no Brasil. Dedicou 30 anos de sua vida profissional a pesquisas na Amazônia, como chefe do Grupo de Pesquisas criado para

estudos daquela área. Fundou e presidiu a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia. Desde a década de 80, foi um fervoroso defensor das reservas extrativistas e indígenas e contra a invasão das madeiras internacionais na Amazônia. O Voto que ora proponho é justo, por significar o reconhecimento do valor daquele grande Geógrafo e amigo da Amazônia.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 710, DE 2006

Requeiro voto de pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, 25 de junho de 2006, em São Paulo, da Exma. Sra. Guita Mindlin, “amiga dos livros”.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, 25 de junho de 2006, da Exma. Senhora Guita Mindlin, esposa do Acadêmico José Mindlin.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento do Acadêmico José Mindlin e à Academia Brasileira de Letras.

Justificação

O hoje Acadêmico José Mindlin, conhecido em todo o Brasil pela formação da maior biblioteca particular do País, perdeu na madrugada de domingo sua esposa e dedicada companheira, Sra. Guita Mindlin. Ela faleceu cinco dias após a posse do marido como novo imortal da Academia Brasileira de Letras, a que chegou por alto merecimento. Dona Guita conheceu José Mindlin na Faculdade de Direito das Arcadas, em São Paulo, ela então caloura e ele formando. Dois anos após, casaram-se. Na vida em comum, Dona Guita foi a grande estimuladora da obra a que ele, José Mindlin, se dedicava, a formação de uma biblioteca, hoje de valor inestimável. Para tanto, especializou-se em encadernação e restauro. Na década de 70, em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, chegou a desenvolver uma máquina de reconstituir papel. Fundou ainda a Sociedade Brasileira de Encadernação e Restauro (SBE), apoiada pela Escola Theobaldo Nigris, entidade que, em apenas cinco anos, formou 150 alunos na arte do restauro de livros. E, pois, merecedora do Voto de Pesar.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 711, DE 2006

Raquer Voto de Aplauso ao escritor amazonense Evaldo Ferreira, do jornal O Estado do Amazonas, pelo lançamento, em Manaus, do livro No Tempo dos Seringais.

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao cronista Evaldo Ferreira, do jornal O Estado do Amazonas, pelo lançamento de seu romance de estréia No Tempo dos Seringais.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Evaldo Ferraira e cronista do jornal O Estado do Amazonas e seus escritos são um retrato de Manaus, do Amazonas e da Amazônia. O próprio jornal chamado de cronista-viajante. Agora, ele lança seu primeiro romance, baseado na realidade regional. O título da obra dá bem uma idéia do conteúdo, que reúne suas idéias e análises de um tempo, o dos seringais. A homenagem que ora formulo justifica-se pelo tema do livro, muito oportuno pelo que reúne de história do meu estado e da região.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 712, DE 2006

Requer voto de aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em Manaus.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do diretor daquele serviço, Dr. Jeconias Câmara e a todos que ali trabalham, bem como ao Reitor da Universidade Federal do Amazonas, Prof. Hidembergue Ordozgoith Frota.

Justificação

O Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas – UFAM é centro de referência médica não somente no Estado como em toda a Região Amazônica. É a mais antiga residência médica no estado. A Anatomia Patológica é básica na medicina. É ela que faz o diagnóstico da causa mortis. É ela que estuda os tecidos (histopatologia), permitin-

do afirmar com segurança a natureza de uma lesão. É ela que estuda as alterações celulares (citopatologia), principalmente no núcleo celular, possibilitando detectar doenças como o câncer. Faz jus, portanto, à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 713, DE 2006

Requer à Ministra do Meio Ambiente, informações sobre intenções anunciadas pela organização francesa Nature Rights, que podem representar ameaças à integridade da Região Amazônica.

De acordo com o art. 216 do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, Requeiro que a Mesa solicite, por escrito, à Ministra do Meio Ambiente, informações acerca de notícia divulgada recentemente pela Agência Amazônica de Notícias, dando conta da existência de uma organização francesa, que teria propósitos de lotear áreas ainda intactas da Região Amazônica. Indago se o Ministério do Meio Ambiente tem conhecimento desses planos que representariam sérias ameaças à integridade e ao futuro da região estratégica por excelência do Brasil.

Justificação

Ao Senado, casa representativa dos Estados, compete, dentro de sua prerrogativa fiscalizadora, acompanhar as ações oficiais, planos e projetos do Executivo em relação às diferentes regiões do País. E, ademais, inteirar-se, acompanhar e fiscalizar intentos estranhos, vindos do Exterior, de olhos voltados para a compra e o loteamento de áreas da Grande Floresta.

Há pouco, denunciei aqui a compra de uma grande área na Amazônia por um cidadão europeu, a pretexto de preservação.

Sempre que alguém, sobretudo de fora do Brasil, fala em preservação da Amazônia, temos que colocar um pé à frente e outro atrás.

Agora, diz a Agência Amazônica de Notícias, a grafista franco-portuguesa Samantha Novella deve

desembarcar em agosto no Brasil, para executar um plano no mínimo suspeito. Ela diz que vai escolher uma área-piloto para estabelecer o projeto que tem em mente, como sempre “para reduzir o índice de destruição da Amazônia”.

Diz essa grafista – e pela sua profissão, pode-se concluir que seu objetivo visa a lucros – que seu projeto baseia-se na recente Lei nº 11.284, a chamada *Lei Florestal*. Em lugar de pleitear o direito de exploração racional da Amazônia (baseada na Lei), Samantha quer que essa concessão seja partilhada com pessoas do mundo inteiro, cada uma adquirindo um hectare da área-piloto.

A mesma Agência Amazonense de Notícias adverte: “O argumento não é novo. No final dos anos 80, o então presidente francês François Mitterrand, durante reunião da Cúpula Internacional dos Países mais ricos do mundo, defendeu o ponto de vista de que a Amazônia é importante demais para ser protegida apenas pelo Brasil.

No mesmo tom, essa grafista sustenta que “a Amazônia é patrimônio mundial e nosso interesse é preservá-la”. Alto lá: a Amazônia é Patrimônio, sim, mas do Brasil. É Patrimônio do Brasil a serviço da Humanidade.

Por isso, formulo este Requerimento de Informações à Ministra Marina, pedindo à Mesa urgência máxima no seu encaminhamento.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2006 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2006

Requeiro nos termos regimentais seja aprovado voto de pesar pelo falecimento, em 20-6-07, aos 70 anos, de Hildebrando Rossi Filho, professor e diretor do Centro Educacional Objetivo e da Universidade Paulista-UNIP, e que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família e das entidades acima.

Justificação

Paulista de Itapira, fundo ao lado de Rudge Alegratti e Jorge Brihy o Grupo Objetivo, que se tornou uma das maiores e bem sucedidas escolas de São

Paulo, conseguindo em curto período expandir e espalhar-se por quase todo o país, onde ainda hoje é um paradigma de bom ensino.

Era querido pelos funcionários por não poupar esforços para ajudá-los e considerado “o coração da escola” por suas atitudes profissionais e sua competência administrativa.

Era casado com dona Nilza e tinha dois filhos, Jorge e Heloísa e estava feliz com a chegada de Vinícius, o primeiro neto.

A morte de Hildebrando Rossi Filho, o Dinhão, como era conhecido, deixa saudoso todos aqueles que, como eu, tiveram o privilégio de sua amizade pois sua vida foi um exemplo a ser seguido pelos que militam na área educacional.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 093/05–GLPSDB

Brasília, 27 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a exclusão do Senador Álvaro Dias da condição de suplente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “para apurar as denúncias envolvendo a ‘Operação Sanguessuga’, realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde”.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 172, DE 2006

(Nº 465, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior,

aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como nos arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Georges Lamazière, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Lituânia, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Os méritos do Senhor Georges Lamazière que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 225 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 7 de junho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal; o artigo 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986; o artigo 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Georges Lamazière, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Georges Lamazière poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República da Lituânia, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Georges Lamazière, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros. – Respeitosamente,
– **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GEORGES LAMAZIÈRE

CPF.: 44007752753

ID.: 7493 MRE/DF

- 1952 Filho de Maurice Lamazière e Vera da Motta Lamazière, nasce em 04 de janeiro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ
- 1975 Direito pela Pontifícia Universidade Católica, PUC/RJ
- 1977 CPCD - IRBr, Concurso Direto
- 1977 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Prata
- 1977 Terceiro Secretário em 01 de dezembro
- 1977 Divisão de Ásia e Oceania, assistente
- 1979 Divisão de Política Comercial, assistente
- 1980 Segundo Secretário, por merecimento, em 23 de janeiro
- 1980 Mestre em Filosofia pela PUC/RJ
- 1981 Embaixada em Paris, Segundo Secretário
- 1983 Estudos de Pós-graduação - DEA ("Diplôme d'Études Approfondies") em Política de Defesa, Universidade de Paris-I, Panthéon-Sorbonne, Paris
- 1984 Embaixada em La Paz, Segundo Secretário
- 1986 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
- 1986 Primeiro Secretário, por merecimento, em 18 de dezembro
- 1988 Delegação para Desarmamento e Direitos Humanos, Genebra, Primeiro-Secretário
- 1990 Secretaria-Geral de Política Exterior, Coordenador-Executivo, substituto
- 1991 Conselheiro, por merecimento, em 20 de dezembro
- 1992 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador-Executivo
- 1993 Instituto Rio Branco, Professor de Teoria Política
- 1993 Embaixada no México, Conselheiro
- 1993 "Threat Perceptions and Security Requirements for the 1990's", em "Conference of Latin American and Caribbean Research Institutes", org. por Péricles Gasparini Alves, Nova York
- 1993 "Latin America: The Multilateral Dimension", em "Regional Approaches to Disarmament, Security and Stability", org. por Jayantha Dhanapala, UNIDIR, Dartmouth, Londres

- 1995 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
- 1995 CAE - IRBr, A resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa
- 1997 Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Chefe de Gabinete
- 1998 Ordem, Hegemonia e Transgressão, Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto Rio-Branco, Centro de Estudos Estratégicos, Brasília
- 1999 *Presidência da República, Assessor Especial*
- 2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 2001 O Impacto dos Processos de Integração Regional nas Políticas de Defesa e Segurança. O Brasil e a Cooperação Político-Militar na América do Sul, Política Externa, no. 4, Março/Abril/Maio
- 2002 Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Geral
- 2002 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 27 de dezembro

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO SOBRE O REINO DA DINAMARCA

Maio de 2006

Avaliação do estado das relações bilaterais

As relações brasileiro-dinamarquesas têm sido tradicionalmente caracterizadas pela notável atmosfera de cordialidade e crescente interesse mútuo, fluidez e ausência de grandes contenciosos. No campo da política externa, tem-se observado ampla faixa de coincidência e afinidades entre as posições de ambos os países. Brasil e Dinamarca partilham os mesmos ideais de coexistência internacional, defendendo a solução pacífica de controvérsias e valorizando o papel de organismos internacionais como foros para o desenvolvimento da cooperação entre os países. A economia brasileira tem atraído o empresariado dinamarquês, sendo para o Brasil positivos os fluxos de investimento. De um modo geral, a Dinamarca tem dado regular apoio a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

Relacionamento político

Os contatos políticos culminaram, em maio de 1999, com a visita de Estado da Rainha Margrethe II ao Brasil, a primeira em nível de Chefe de Estado. Em seguimento à visita real, os contatos bilaterais em alto nível não tiveram continuidade, uma vez que não houve possibilidade de agendar visita presidencial de retribuição à da soberana dinamarquesa ao longo dos anos de 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004.

Não obstante, a partir do ano de 2002, foram retomadas com maior intensidade as iniciativas no plano do relacionamento bilateral, nas áreas política, comercial, econômica e cultural.

No mês de fevereiro, Delegação brasileira, chefiada pelo Ministro Marcos Vileça, do Tribunal de Contas da União, assistiu à inauguração de exposição das pinturas do pintor holandês Albert Eckhout - "Albert Eckhout - os primeiros retratos do Brasil"- como ponto de partida para a apresentação das obras no Recife, em Brasília e em São Paulo. A exposição foi inaugurada pelo Príncipe Frederik, Herdeiro do trono da Dinamarca, que viajou em missão oficial ao Recife em setembro de 2002 para assistir à cerimônia de inauguração da mostra das obras naquela cidade. A exibição foi visitada no Brasil por mais de um milhão de pessoas.

Em maio do mesmo ano, então Vice-Presidente da República, Marco Maciel, realizou visita de trabalho à Dinamarca, o primeiro contato político-diplomático como o novo Governo liberal-conservador que assumiu o poder na Dinamarca em novembro de 2001. A autoridade brasileira teve a oportunidade de entrevistar-se com o Presidente do Parlamento, com o Prefeito de Copenhague, e com o Ministro de Refugiados, Imigração e então, também, Ministro de Assuntos Europeus, que respondia pela pasta das Relações Exteriores na ausência do titular, Bertel Haarder. A visita do então Vice-Presidente brasileiro teve o mérito de retomar, em alto nível, o diálogo político e cultural entre os dois países.

Quanto ao futuro do relacionamento bilateral, caberia o planejamento de ações capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma parceria político-econômico-comercial mais estreita. É certo que, no momento, o quadro da política externa dinamarquesa não parece, à primeira vista, o mais propício à intensificação das relações com a região latino-americana. Com exceção do período no segundo semestre de 2002 em que a Dinamarca exerceu a presidência do Conselho da União Européia, a atuação externa do Governo vem apresentando aparente tendência à contração, em favor de economias para a aplicação de maiores recursos no plano doméstico. O Governo determinou em 2002 o fechamento de Embaixadas dinamarquesas, entre as quais a de Buenos Aires. No momento, a Dinamarca conta, na América do Sul, com apenas três Embaixadas, em Brasília, La Paz e Santiago. Esse desinteresse pela região latino-americana acentuou-se após a entrada em funções do novo Governo e se agravou em razão da dispensa de pessoal, bem como dos cortes severos no orçamento da Chancelaria e da redução da antes generosa assistência técnica e econômica a países em desenvolvimento.

No quadro de discreta atenção reservada à região, as relações oficiais da Dinamarca com o Brasil, o Chile e o México são consideradas relativamente privilegiadas. Já os setores empresariais mais dinâmicos persistem em buscar parcerias internacionais em mercados de países emergentes, incluindo a América Latina, mostrando-se vivamente interessados em expandir a presença dinamarquesa além das áreas de interesse tradicional, o que oferece continuada oportunidade alternativa de expansão das relações bilaterais.

O Brasil encontra-se, portanto, em posição privilegiada para servir de ponte para um diálogo entre a Dinamarca e a América do Sul, incluindo seus agrupamentos regionais como o Mercosul, a CASA e o Grupo do Rio. No plano político, o diálogo de alto nível com o Governo dinamarquês poderia servir de modo prático para angariar apoio a alguns dos temas prioritários de nossa política externa, como o Fundo Mundial de Combate à Fome, o fortalecimento das Nações Unidas, a reforma do Conselho de Segurança e as negociações no âmbito da OMC.

Cabe comentar que, no início de 2005, a Chancelaria dinamarquesa, revertendo tendência anterior, manifestou à Embaixada do Brasil em Copenhague a intenção de estreitar as relações com a América Latina, "a Latin America offensive". Situa-se nesse contexto as visitas do Secretário Permanente da Chancelaria dinamarquesa ao Brasil e à Argentina, em março do corrente ano. Nesse contexto está também a projetada visita da Rainha Margrethe II ao México, em 2005, que não ocorreu em virtude de problemas de saúde da soberana.

Em 2005, foi celebrada a primeira reunião de consultas bilaterais com o atual Governo, entre o Senhor Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e o então Secretário permanente da Chancelaria dinamarquesa, Embaixador Friis Arne Pertesen.

A Dinamarca convida o Senhor Presidente da República para uma visita de Estado, em retribuição à visita da Rainha Margrethe II ao Brasil, em 1999. Por razões de agenda, das duas partes, não foi possível até o momento marcar uma data.

Cultura

Em agosto de 2002, realizou-se na cidade de Aarhus festival que celebrou a cultura dos países lusófonos. O evento inaugural do Festival, que contou com a presença da Rainha Margrethe, consistiu na apresentação do espetáculo "Clássicos do Samba", protagonizado por Dona Ivone Lara, Eliana Farias, Martinho da Vila e Jamelão. O Festival contou com a participação de numerosos outros artistas plásticos e músicos brasileiros, entre os quais o grupo de "funk" "Meninos de Rua", os fotógrafos Pedro Lobo e Severino Silva e os artistas plásticos Ernesto Neto, Márcia Thompson e Marcelo Krasilcic, cuja participação no prestigioso evento foi propiciada por esforço conjunto do Ministério da Cultura e do Itamaraty.

Já em 2003, no mês de maio, Pelé visitou a Dinamarca para receber o título honorífico de "Embaixador da Boa-Vontade Hans Christian Andersen", a convite das prefeituras de Copenhague e de Odense e da Fundação 200 Anos de Hans Christian Andersen. Com esse título, a referida Fundação tem distinguido personalidades dinamarquesas e estrangeiras, com vistas à divulgação das comemorações dos 200 anos do nascimento do célebre escritor, a ocorrerem em 2005. A cerimônia de outorga do título foi presidida pelo Príncipe Frederik, herdeiro do trono da Dinamarca.

Em setembro de 2003, foi inaugurada no Museu Arken de Arte Moderna Exposição sobre as obras do Arquiteto Oscar Niemeyer, que já havia sido anteriormente exibida em Bruxelas, Lisboa, Paris e Frankfurt. A cerimônia de abertura contou com a presença da patrona do Museu, a Princesa Alexandra (então casada com o Príncipe Joachim, filho menor da Rainha Margrethe II).

No ano de 2004, no mês de julho, visitou oficialmente Copenhague o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, oportunidade em que foi agraciado por seu colega dinamarquês, Ministro Brian Mikkelsen, com o título de "Embaixador da Boa-Vontade Hans Christian Andersen".

Relacionamento econômico-comercial

Os dois Encontros Empresariais realizados por ocasião da visita oficial da Rainha Margrethe II ao Brasil, em maio de 1999 — em São Paulo e no Rio de Janeiro — tiveram o efeito de apontar para o potencial, não explorado, do comércio bilateral e para a possibilidade de aumento dos fluxos de investimentos privados para o Brasil.

Em maio de 2002, nos dias 29 e 30 ocorreu a visita de missão comercial brasileira à Dinamarca chefiada pelo Senhor Diretor Geral do DPR, que, além de propiciar uma renovada divulgação da realidade brasileira, proporcionou o intercâmbio de experiências no setor petrolífero, a oportunidade para encontros exploratórios entre empresas candidatas a se tornarem parceiras comerciais e a ampliação de conhecimentos e contatos de utilidade futura para as atividades do SECOM.

Dados de comércio

Exportações à Dinamarca (FOB)	
2005	2002
US\$151.249.568	US\$75.605.847

Importações da Dinamarca (FOB)	
2005	2002
US\$237.166.231	US\$157.208.938

Saldo	
2005	2002
(US\$85.916.663)	(US\$81.603.091)

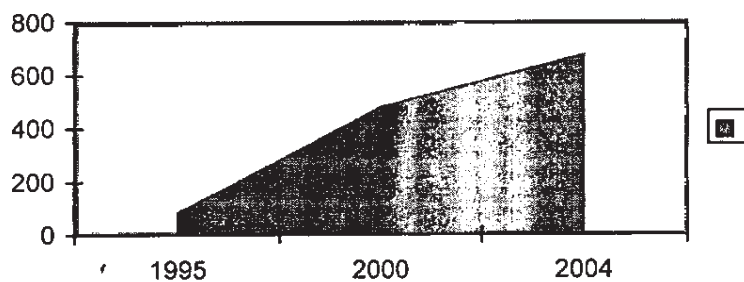
Principais produtos exportados à Dinamarca (jan-dez 2005)
Resíduos sólidos da extração do óleo de soja
Café não-torrado, não-descafeinado, em grão
Fumo não-manufaturado
Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas

Principais produtos importados da Dinamarca (jan-dez 2005)
Insulina, em doses
Aparelhos para facilitar a audição de surdos
Motores diesel e semi-diesel para embarcações
Fones de ouvido (auscultadores), mesmo com microfones

Dados de investimento

Estoque de investimentos dinamarqueses no Brasil (em US\$ milhões)

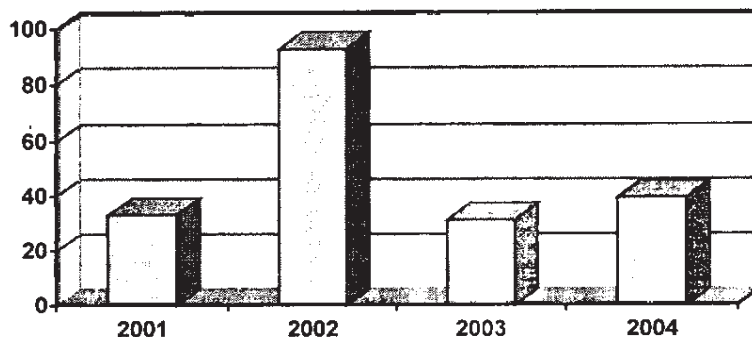
1995	2000	2004
84,91	478,10	674,82



Fonte: Banco Central. Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio. Dados de Censo de Capitais Estrangeiros (datas-base 1995 e 2000). Conversões pela cotação do último dia útil do respectivo período.

Fluxo de investimentos dinamarqueses ao Brasil (em US\$ milhões)

2001	2002	2003	2004
33,20	92,75	31,31	39,46



Fonte: Banco Central. Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio. Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto. Conversões em dólares às paridades históricas.

INFORMAÇÕES SOBRE A DINAMARCA

Dados básicos

Nome Oficial: Reino da Dinamarca

Capital: Copenhague

Área: 43.094km²

População: 5.450.661 (estimativa para julho de 2006)

RELAÇÕES BRASIL-LITUÂNIA

O Brasil manteve relações diplomáticas com a Lituânia durante o breve período de independência do país, entre os anos 20 e 30. O relacionamento diplomático foi reatado em 1991, depois do reconhecimento brasileiro, no mesmo ano, da independência reconquistada. No terreno político, a criação da Embaixada do Brasil na Lituânia, em 1993, cumulativa com nossa *Missão Diplomática* em Copenhague, e a da Lituânia no Brasil, em 1996, cumulativa com a Embaixada da Lituânia em Madri, determinou maior grau de aproximação. A existência, em São Paulo – onde a Lituânia mantém Consulado-Honorário – da maior colônia lituana na América Latina confere importância adicional às relações bilaterais.

Em janeiro de 2006, a Lituânia anunciou a transferência da sua representação cumulativa no Brasil, de Madri para Buenos Aires, sinalizando o desejo de estabelecer relações bilaterais mais próximas. Estão sendo realizadas consultas sobre a abertura de seção consular lituana no Brasil, a funcionar nas dependências de representação diplomática ou consular de outro país membro da União Européia junto ao Governo brasileiro. Este seria o passo inicial em direção à futura instalação de Consulado-Geral da Lituânia em São Paulo.

Foram poucos os contatos bilaterais desde o restabelecimento das relações diplomáticas, cabendo mencionar as visitas ao Brasil do ex-Chanceler Póvilas Gylys, em 1994, e do então Presidente Algirdas Brazauskas, em 1996. Em novembro de 2002, o então Chanceler Celso Lafer realizou a primeira visita de uma alta autoridade brasileira à Lituânia. Na ocasião, foi assinado acordo bilateral de supressão de vistos em passaportes comuns, de serviço e diplomáticos, ainda não ratificado pelo Brasil.

Com vistas à maior dinamização do relacionamento bilateral, está prevista a realização de reunião de consultas políticas bilaterais, em Brasília, em fins de junho próximo.

Existe marcado interesse lituano em intensificar a cooperação na área multilateral, com ênfase na experiência brasileira no âmbito do ECOSOC, organismo para o qual ambos os países foram eleitos recentemente. A Lituânia *também se interessa em manter diálogo sobre candidaturas e troca de votos*. Nesse contexto, vale ressaltar que a Lituânia co-patrocinou o projeto do G-4 para reforma do CSNU e manifestou apoio à candidatura brasileira a membro permanente do Conselho.

As perspectivas de incremento das relações econômico-comerciais estão diretamente relacionadas com o processo de reformas lituano, que tem sido bem sucedido em diferentes setores. O país acedeu à União Européia em 2004 e vem, desde então, dinamizando sua economia. Em março último, a Lituânia

encaminhou a Bruxelas requerimento de avaliação com vistas ao ingresso na zona do euro, a partir de janeiro de 2007. O resultado da avaliação pelo Conselho da UE e pelo Banco Central Europeu é esperado ainda no decorrer da primavera européia. No entanto, em virtude do desempenho da inflação lituana – 2,7% em fevereiro de 2006, quando o teto estabelecido pelo Tratado de Maastricht é de 2,63% –, especula-se que a Lituânia poderá ser forçada a adiar sua adesão à moeda comum até ajustar-se às normas comunitárias.

Segundo dados da SECEX/MDIC, o comércio bilateral tem produzido saldos positivos para o Brasil: em 2005, as exportações brasileiras para a Lituânia totalizaram US\$ 45 milhões, e as importações, US\$ 5,2 milhões. Entre janeiro e março de 2006, o volume total do comércio bilateral atingiu US\$ 6,5 milhões, e o Brasil registrou superávit de US\$ 6 milhões. Entre os principais bens exportados pelo Brasil, encontram-se açúcar, carnes, fumo, laminados e café. A Lituânia, por sua vez, concentra suas exportações em produtos como uréia, amônia e máquinas diversas.

(DE-II, 24.04.2006)

Aviso nº 658 – C. Civil.

Em 21 de junho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho e essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Georges Lamazière, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Lituânia, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 173, DE 2006

(Nº 466, na Origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências

a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.

Os méritos do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

EM Nº 231 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 14 de junho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 05 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com

o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.

Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor Luiz Fernando

Gouvea de Athayde, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE LUIZ FERNANDO GOUVEA DE ATHAYDE

CPF.: 6206034704

ID.: 2558 MRE/DF

- 1945 Filho de Alair Athayde e Maria Elisa Gouvêa de Athayde, nasce em 03 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1967 Letras pela UERJ/RJ
- 1968 CPCD - IRBr
- 1968 Terceiro Secretário em 17 de outubro
- 1968 Divisão de Cooperação Técnica, assistente
- 1971 Delegação junto à UNESCO, Paris, Terceiro e Segundo Secretário
- 1972 Segundo Secretário em 11 de maio
- 1975 Embaixada no México, Segundo Secretário
- 1976 Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, assessor
- 1977 Embaixada em Kingston, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1977 Divisão de Informação Comercial, assistente
- 1978 XI Feira Internacional de Santa Cruz de la Sierra, Diretor-Geral do Pavilhão
- 1978 EXPO BRASIL 78, I Exposição Industrial Brasileira na Austrália, Sydney, Diretor-Geral
- 1979 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado na ausência do titular
- 1979 Primeiro Secretário, por antigüidade, em 02 de março
- 1981 Embaixada em Quito, Primeiro Secretário
- 1984 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor
- 1985 Divisão de Informações Econômicas, Chefe
- 1985 Embaixada em Kingston, Primeiro Secretário, missão transitória
- 1986 Embaixada em Praia, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1986 Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro
- 1987 Departamento Econômico, assessor
- 1987 Resenha Econômica do Ministério das Relações Exteriores, Editor

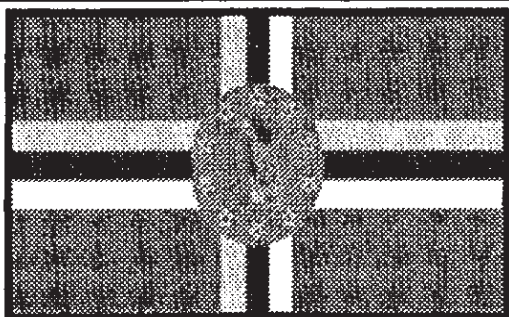
- 1987 Embaixada em Nova Delhi, Conselheiro e Encarregado de Negócios na ausência do titular
- 1988 Embaixada em Nova Delhi, Encarregado de Negócios
- 1989 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral adjunto e Chefe, substituto, do SECOM
- 1990 CAE - IRBr, A Tensão como Fator Determinante das Relações entre a Índia e o Paquistão: Estudo sobre suas causas e consequências. Subsídios para uma Visão Brasileira
- 1993 Divisão de Formação e Treinamento, Chefe
- 1993 Medalha Mérito Santos-Dumont, Ministério da Aeronáutica, Brasil
- 1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 24 de junho
- 1994 Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral
- 2000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Assessoria de Assuntos Internacionais, Chefe
- 2001 Reunião do Grupo Revisor da Implementação do Mandato da Cúpula das Américas sobre Agricultura e Vida Rural, São José da Costa Rica, Chefe de delegação
- 2003 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Assessoria de Assuntos Internacionais, Chefe
- 2004 Secretaria de Estado das Relações Exteriores
- 2005 Embaixada em Port of Spain, Embaixador


CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

DOMINICA

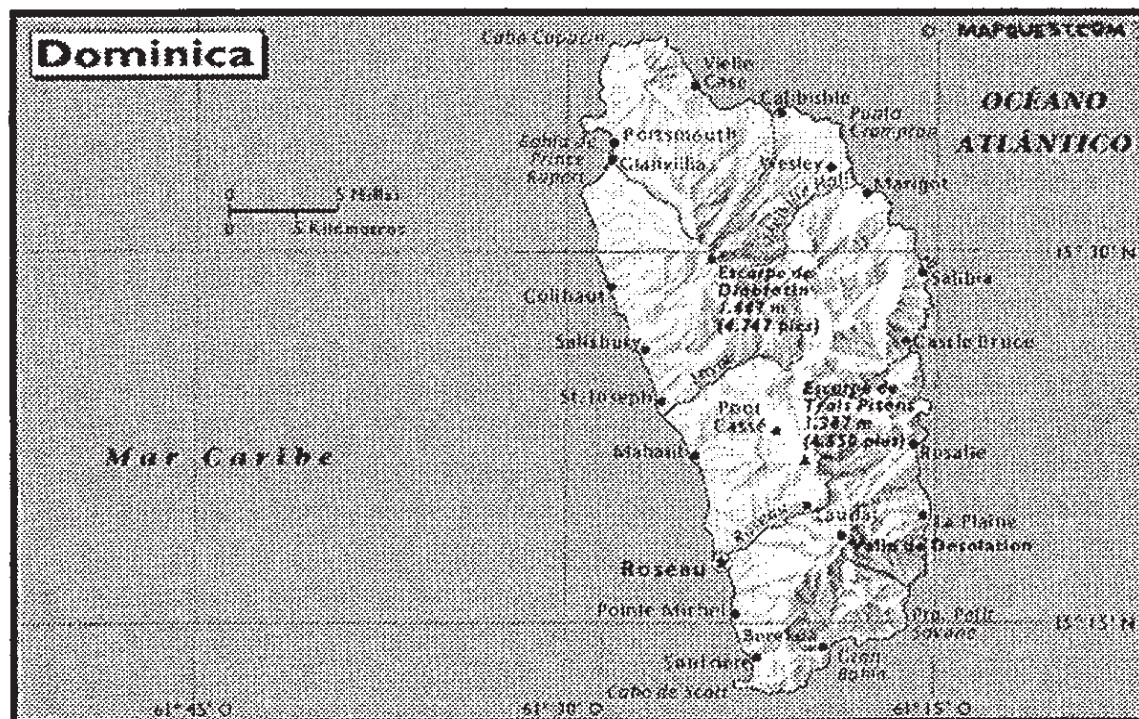
Bandeira de Dominica



Capital: Roseau



Mapa da Comunidade da Dominica



DADOS BÁSICOS

PRESIDENTE	Nicholas Liverpool (desde 2003)
PRIMEIRO-MINISTRO	Roosevelt Skerrit (desde 2004)
CHANCELER	Charles Savarin (desde 2005)
GOVERNO	Democracia parlamentar, membro da Commonwealth
INDEPENDÊNCIA	3 de novembro de 1978

CAPITAL	Roseau
Superfície	13.940 km ²
População	69,029 habitantes (Estimativa 2005) *
PIB	US\$ 384 milhões ppp (Estimativa 2003) *
Renda per capita	US\$ 5.500 ppp (2003)*
Próximas eleições	Outubro de 2008. Presidenciais (Presidente eleito pela House of Assembly por um período de cinco anos).

* CIA World Factbook, <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/do.html#Econ>> em 8 de junho de 2006

Política Interna

A ilha foi explorada por Colombo em 1493 e reclamada tanto pela Grã-Bretanha quanto pela França até 1763, quando passou a ser formalmente uma possessão britânica. Juntamente com outras Ilhas Winward, tornou-se, em 1967, um Estado Associado das Índias Ocidentais, gozando de autonomia na gestão de seus assuntos internos.

A demora na ocupação da ilha pelos colonizadores europeus foi decorrente, em grande medida, da feroz resistência dos Caraíbas que a ocupavam na época do descobrimento. Hoje, a ilha ainda é ocupada por cerca de 3.000 Caraíbas, que formam o único grupo pré-colombiano remanescente no Caribe Oriental.

A insatisfação com a lentidão da reconstrução após o impacto do Furacão David na ilha, em setembro de 1979, levou a uma vitória esmagadora de Mary Eugenia Charles, do Partido da Liberdade, em julho de 1980, o que a levou a ser a primeira mulher a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro no Caribe. Seu partido venceu novamente as eleições em 1985 e 1990, período no qual o Governo levou a cabo intenso programa de desestatização. O partido da oposição, Partido dos Trabalhadores Unidos, venceu as eleições de 1995.

Na eleição parlamentar realizada na Comunidade de Dominica, em maio último, o “Labour Party”, governista, obteve 13 (treze) cadeiras e o “United Workers”, oposicionista, 8 (oito). Naquela ocasião, o Partido de oposição acusou o Partido vencedor de ter fraudado as eleições, por meio de compra de votos e alterações na listagem oficial de eleitores cadastrados. O “United Workers”,subsequentemente, impetrou ação judicial no sentido de anular o pleito, que foi rejeitada em 5 do corrente pela Corte dominicense. O líder do Partido, Sr. Earl Williams, afirmou que não irá recorrer da decisão e que, outrossim, direcionará seus esforços no sentido de fortalecer o Partido e de modificar a lei eleitoral do país.

Economia

Em 1997, a Dominica torna-se o primeiro país caribenho a participar no trabalho do “Green Globe”, com o objetivo de transformar o país em modelo como destino de ecoturismo. Ainda que a ilha seja mais pobre do que alguns dos seus vizinhos caribenhos, Dominica conta com índice de criminalidade relativamente baixo e não apresenta os extremos de

pobreza e riqueza tão evidentes em outras ilhas. Medidas de austeridade econômica, incluindo elevação de impostos, foram introduzidas no país em 2002, o que provocou amplos protestos da população.

A principal cultura de exportação é a banana. Cocos, frutos cítricos e óleo de coco também são exportados, enquanto tubérculos e mangas são cultivados para consumo local. A indústria limita-se, de modo geral, ao processamento de alimentos e produção de sabonetes e outros produtos derivados do coco. O turismo está em franco crescimento, mas ainda assim a Dominica continua sendo uma das mais pobres nações caribenhas.

Política Externa

Em 2004, a Dominica decidiu romper suas relações diplomáticas com a ilha de Formosa, após promessa da República Popular da China de conceder US\$ 100 milhões em ajuda financeira.

É membro da CARICOM e, conforme a tradição da Comunidade, vota de acordo com esta nos fóruns internacionais.

Relações com o Brasil

O então Ministro Gonçalo Mello Mourão, acompanhado pelo Conselheiro Igor Kipman, manteve encontro com o Chanceler Charles Savarin e com o Vice-Chanceler Steve Ferrol, no dia 28/06/05, em Roseau, para tratar do relacionamento da CARICOM com o Haiti.

Em 3 de julho de 2005, em Santa Lúcia, o Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, na qualidade de Emissário Especial do Sr. Presidente da República, participou da 26ª Reunião Ordinária de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM). Em 5 de julho, o Embaixador reuniu-se com o Ministro das Relações Exteriores e Comércio de Dominica, Charles Savarin, para debater o tema da reforma do sistema das Nações Unidas.

Em 14 de outubro de 2005, missão multidisciplinar da DCC e da ABC, visitou a Dominica, ocasião em que foram discutidas possibilidades de cooperação em defesa civil, agricultura, saúde pública. As autoridades receberam com satisfação a proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica submetida à apreciação pela delegação brasileira e se prontificaram a dar andamento expedito à sua aprovação interna.

Em 24 de abril de 2006, o Ministro Celso Amorim participou de reunião com os Chanceleres do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da CARICOM (COFCOR), em Saint George's, Granada, atendendo convite formulado pelo Secretariado da CARICOM. O objetivo do convite era conhecer a visão do Brasil a respeito da situação no Haiti. Na ocasião, o Chanceler da Dominica, Charles Savarin, afirmou que seu país está mais longe geograficamente do Haiti, mas compartilha raízes culturais comuns "créoles" com o país, o que o torna atraente para imigrantes haitianos. Observou que, dos 70.000 haitianos que chegam anualmente à Dominica, muitos seguem para Martinica e Guadeloupe, o que cria dificuldades entre a Dominica e os Governos desses países. Por esse motivo, a Dominica prioriza a reconstrução social e econômica do Haiti. Acrescentou que o Haiti é importante mercado para o CSME – Caribbean Single Market and Economy,

que deve entrar em vigor em 2008, e pediu que o Brasil prossiga em seus esforços no comando militar da MINUSTAH.

A partir de 8 de maio de 2006, a ABC, a DCC e a Defesa Civil promoveram a realização de curso de capacitação em Defesa Civil. Participaram 20 capacitandos provenientes de vários países caribenhos, inclusive dois da Dominica.

Quanto ao comércio com o Brasil verifica-se, abaixo, que, não obstante seja diminuto, apresenta crescimento no período analisado, chegando as exportações brasileiras a crescer quase 150% de 2003 a 2004, caindo em 2005. Embora o percentual de variação das importações brasileiras de 2003 para 2004 seja falacioso, dado o insignificante valor base em 2003, o fato de ter sido importado praticamente um sexto do total exportado já, em contrapartida aos anos anteriores quando as importações eram praticamente nulas, é promissor. O valor refere-se principalmente à importação de bombas volumétricas rotativas e outros motores hidráulicos de movimento retilíneo que volta a se repetir (ainda que em menor valor) em 2005, o que pode indicar uma tendência a equilibrar a balança no futuro. As exportações brasileiras são, principalmente, de madeira compensada e laminados de aço galvanizado.

Intercâmbio Comercial Brasil – Dominica¹

2001 – 2006 (janeiro – abril)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – DOMINICA	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (janeiro-abril)
(US\$ mil)						
Exportações (fob)	801	946	1.214	2.955	1.882	399
Importações (fob)	12	1	6	504	320	126
Intercâmbio Comercial	813	947	1.220	3.459	2.202	525
Saldo Comercial	789	945	1.208	2.451	1.562	273

Aviso nº 659 – C. Civil.

Em 21 de junho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 174, DE 2006

(Nº 482, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 104 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Edson Carvalho Vidigal.

Brasília, 26 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

ANTONIO HERMEN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN

Rua Bagé, 139/194,
04012-140 São Paulo, SP

E-mail: planet-ben@uol.com.br
Telefone: (55) (11) 55.74.75.42

NASCIMENTO

Data: 13 de novembro de 1957
Local: Catolé do Rocha, Paraíba

FILIAÇÃO

Antonio Benjamim Filho
Iracema Fernandes Maia

DOCUMENTOS

RG: 17.258.257 (SSP – São Paulo)
CPF: 510.463.187.72

EDUCAÇÃO

Primário: Colégio Francisca Mendes e Colégio Dom Vital (Catolé do Rocha, Paraíba)
Ginásial: Colégio Marista Pio X (João Pessoa, Paraíba)
Colegial: Colégio Jesuíta Nóbrega e Colégio ESUDA (Recife)

Bacharelado: Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980)

Mestrado (LL.M.), University of Illinois College of Law (1987)

ATIVIDADE PROFISSIONAL – MINISTÉRIO PÚBLICO

1982 – até o presente Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo; Promotor de Justiça titular em Bananal (1983), Santa Izabel (1983), Santo André (1983-1984) e Capital (1984-1994); Procurador de Justiça (1994)

ATIVIDADE PROFISSIONAL – DOCÊNCIA

1995 – até o presente Professor-Visitante, Faculdade de Direito da Universidade do Texas

1999 e 2001 Professor-Visitante, Faculdade de Direito da Universidade de Illinois

1994 – 1998 Professor-Visitante, Curso de Verão em Direito Ambiental e do Consumidor, Faculdade de Direito, Universidade Católica de Louvain-la-Neuve, Bélgica

1983-1985 Professor, Faculdade de Direito, FMU, São Paulo

Interesse acadêmico Direito Civil, Direito das Obrigações, Direito do Consumidor, Direito Administrativo e Direito Ambiental

OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS ATUAIS

2005 – 2010 Co-presidente, INECE – International Network on Environmental Compliance and Enforcement (Rede Mundial de Órgãos e Entidades de Implementação Ambiental)

2004 – até o presente Membro do Conselho Diretor da Comissão Fulbright

2001 – até o presente Conselheiro do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, indicado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e reconduzido pelo Presidente Luiz Inacio Lula da Silva

1995 – até o presente Fundador e co-diretor da Revista de Direito Ambiental (RT)

ATIVIDADES PROFISSIONAIS PASSADAS

Junho de 2002 Membro da Delegação Oficial brasileira à Cúpula da Terra, Johannesburgo

1997 – 2000 Fundador e Diretor, Revista de Direito do Consumidor (RT)

1999 – 2001 Presidente, Associação Brasileira dos Ex-Bolsistas Fulbright

1996 – 2000 Vice-Presidente, Associação Internacional de Direito do Consumidor

1996 – 1998 Membro e Relator-Geral, Comissão de Juristas do Projeto de Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente, Ministério da Justiça

1993 - 1995 Membro da Comissão de Juristas da ONU sobre crimes contra o meio ambiente

1988 - 1990 Membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o Código de Defesa do Consumidor

PUBLICAÇÕES

Livros

Law, Water and the Web of Life, editor (IMESP, 2003), two volumes, in English, Portuguese, Spanish and French

Ten Years After Rio 92: Sustainable Development and Law, editor (IMESP, 2002), in English, Portuguese and Spanish

Agriculture and the Environment, editor (IMESP, 2001), in English, Portuguese and Spanish

The Legal Protection of Tropical Forests, editor (IMESP, 2000), in English, Portuguese, Spanish and French

Direito Ambiental das Áreas Protegidas (Environmental Law and Protected Areas), editor (Forense Universitária, 2000), in Portuguese

Dano Ambiental: Prevenção, Reparação e Repressão (Environmental Damage: Prevention, Compensation and Sanctioning), editor (Editora Revista dos Tribunais, 1994), in Portuguese

Estudo de Impacto Ambiental (Environmental Impact Statement), co-author (Editora Revista dos Tribunais, 1993), in Portuguese

Comentários ao Código de Proteção do Consumidor (Commentaries to the Brazilian Consumer Protection Code), co-author (Saraiva, 1991), in Portuguese

O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor pelos seus Redatores (The Brazilian Consumer Code by its Drafters), co-author (Forense Universitária, 1991; 7th edition 2002), in Portuguese

Ensaio em livros

"*O Estado teatral e a implementação do Direito Ambiental*" ("The theatrical State and the enforcement of environmental law"), in *Law, Water and the Web of Life*, Antonio Herman Benjamin, editor (IMESP, 2003), in Portuguese

"*Derechos de la naturaleza?*" ("Rights of nature?"), in *Obligaciones y Contratos en los Albores del Siglo XXI (Obligations and Contracts in the 21st Century)*, Oscar J. Ameal and Silvia Y. Tanzi, editors (Abeledo-Perrot, 2001), in Spanish

"Introdução ao direito ambiental brasileiro" ("Introduction to the Brazilian environmental law system"), in *The Legal Protection of Tropical Forests*, vol. I, Antonio Herman Benjamin, editor (IMESP, 1999), in Portuguese

"Criminal law and the protection of the environment in Brazil", in *Proceedings, Fifth International Conference on Environmental Compliance and Enforcement* (INECE 1998), in English

"Reflexiones sobre el principio de la vinculación contractual de la publicidad" ("Reflexions on the contractual effects of advertising"), in *Responsabilidad por Daños en el Tercer Milenio*, Alberto José Bueres and Aída Kemelmajer de Carlucci, editors (Abeledo-Perrot, 1997), in Spanish

"Environmental Crimes in Brazil" (co-author), in *Environmental Protection - Potentials and Limits of Criminal Justice. Evaluation of Legal Structures*, Günter Heine / Mohan Prabhu / Anna Alvazzi del Frate, editors (Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht and UNICRI, 1997), in English

"Direito de propriedade e meio ambiente" (Property rights and the environment"), in *Direito, Advocacia e Mudança (Law, Legal Profession and Change)*, *Anais da XVI Conferência Nacional dos Advogados (Proceedings of the XVI National Conference of the Brazilian Bar Association)*, (OAB, 1996)

"A insurreição da aldeia global contra o processo civil clássico" ("The insurrection of the global village against classical civil procedure"), in *Textos: Ambiente e Consumo (Texts: Environment and Consumers)*, (CEJ, Lisbon, 1996)

"Responsabilidad civil en Brasil" ("Civil liability in Brasil"), in *Enciclopedia de la Responsabilidad Civil*, vol. I, Atilio Aníbal Alterini and Roberto Lopez Cabana, editors (Abeledo-Perrot, 1996), in Spanish

"Desafios à efetivação dos direitos do consumidor" ("Barriers to the effectiveness of consumer rights"), in *Ética, Democracia e Justiça (Ethics, Democracy and Justice)*, *Anais da XV Conferência Nacional dos Advogados (Proceedings of the XVI National Conference of the Brazilian Bar Association)*, (OAB, 1994)

"Group action and consumer protection in Brazil", in *Group Actions and Consumer Protection*, Thierry Bourgoignie, editor (Kluwer, 1992), in English

"The Brazilian Class Action", in *Collective Access to Justice*, Thierry Bourgoignie editor (E. Story), in English

"Em busca do sim: o Ministério Público como mediador nos conflitos de consumo" ("In search of yes: the Attorney General as a mediator of consumer disputes") in *Defesa do Consumidor: Textos Básicos*, Luiz Amaral, editor (MJ – CNDC, 1988),

in Portuguese

"Estudo de impacto ambiental e Ministério Público" ("Environmental Impact Statement and the Role Attorney General"), in *Ministério Público e a Constituição: Anais do 7º Congresso Nacional do Ministério Público (The Attorney General and the Constitution: Proceedings of the 7th National Conference of Attorneys General)* (1987), in Portuguese

"A proteção do consumidor e Ministério Público" ("Consumer protection and the role of the Attorney General") (co-author), in *Justiça e Constituinte (Justice and the Constitutional Convention)*, Anais de Teses do 6º Congresso Nacional do Ministério Público (Proceedings of the 6th National Conference of Attorneys General), (1985), in Portuguese

Artigos

"A proteção das florestas brasileiras: ascensão e queda do Código Floresta" ("The protection of Brazilian forests: the rise and fall of the Forest Code"), 18 *Revista de Direito Ambiental* 21 (2000), in Portuguese

"Um novo modelo para o Ministério Público na proteção do meio ambiente" ("A new model for the Attorney General in the protection of the environment"), 10 *Revista de Direito Ambiental* 7 (1998), in Portuguese

"Responsabilidade civil pelo dano ambiental no Brasil e as lições do direito comparado" ("Civil liability for environmental damage in Brazil and the lessons of comparative law"), 2 *Lusíada - Revista de Ciência e Cultura* 543 (1998), in Portuguese

"O transporte aéreo e o Código de Defesa do Consumidor" ("Air transportation and the Consumer Protection Code"), 26 *Revista de Direito do Consumidor* 33 (1998), in Portuguese

"Economic and market incentives as instruments of environmental policy in Brazil and the United States" (co-author), 32 *Texas International Law Journal* 67 (1997), in English

"O controle jurídico da publicidade" ("The legal control of marketing practices"), 9 *Revista de Direito do Consumidor* 25 (1994), in Portuguese

"Proteção do consumidor e patentes: o caso dos medicamentos" (Consumer protection and patents: the case of drugs"), 10 *Revista de Direito do Consumidor* 21 (1994), in Portuguese

"A repressão penal aos desvios de marketing" ("Marketing and criminal law"), 325 *Revista Forense* 15 (1994), in Portuguese

"A proteção do consumidor nos países menos desenvolvidos: A experiência da América Latina" ("The protection of consumers in less-developed countries: the Latin American experience"), 8 Revista de Direito do Consumidor 200 (1993), in Portuguese

"O Código Brasileiro de Proteção do Consumidor" ("The Brazilian Consumer Protection Code"), 7 Revista de Direito do Consumidor 269 (1993), in Portuguese

"O direito penal do consumidor: capítulo do direito penal econômico" ("Criminal consumer law: a chapter of criminal economic law"), 1 Revista de Direito do Consumidor 103 (1992), in Portuguese

"El derecho del consumidor" ("Consumer law"), 24 Estudios sobre Consumo 11 (1992), in Spanish

"Crimes de consumo no Código de Defesa do Consumidor" ("Consumer crimes in the Consumer Protection Code"), 3 Revista de Direito do Consumidor 88 (1992), in Portuguese

"A 'citizen action' norte-americana e a tutela ambiental" ("The American citizen action and the protection of the environment"), 53 Ajuris 87 (1992), in Portuguese

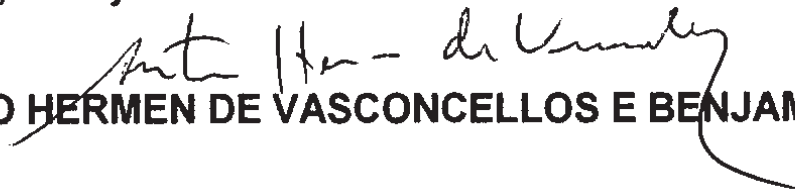
"Administrative Discretion and Environmental Impact Statement", Revista Forense (1992), in Portuguese

"The General Principles of Environmental Law", Jornal do Ministério Público de Goiás (July 1990), in Portuguese

"O conceito jurídico de consumidor" ("The legal concept of consumer"), 628 Revista dos Tribunais 69 (1988), in Portuguese

"Del ministerio publico de Brasil al ombudsman o defensor del pueblo en Venezuela" ("From the Attorney General in Brazil to the Ombudsman in Venezuela"), 9 Revista del Ministerio Publico de Venezuela 15 (1986), in Spanish

São Paulo, 26 de junho de 2006.


ANTONIO HERMEN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN

Aviso nº 682 – C. Civil.

Brasília, 26 de junho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República indica o Doutor Antonio Hermen Vasconcellos e Benjamin, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Edson Carvalho Vidigal.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Antero Paes de Barros, João Batista Motta, Sérgio Guerra, João Tenório, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na

forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista concedida ao **Jornal do Brasil** do último dia 12 de junho pelo Doutor em Geografia Humana Marco Antonio Mitidiero.

Na entrevista, intitulada “O MLST luta para implantar o comunismo”, Marco Antonio Mitidiero afirma que o MLST produz hoje um discurso mais radical, que o MST já deixou de fazer.

Sr. Presidente, solicito que a entrevista acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

'O MLST luta para implantar o comunismo'

Marco Antonio Mitidiero, doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), é professor de Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Fez mestrado também na USP, em 2002, com tese sobre o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), grupo que desfechoou na semana passada o mais violento ataque ao Congresso, teve rachas internos pela falta de controle financeiro nas bases. É o que mostra a tese de doutorado *O MLST e as contradições da luta pela terra no Brasil*, de Marco Antonio Mitidiero.

O trabalho do professor, de 2002, narra que ex-dirigentes nacionais do MLST no Triângulo Mineiro já se caracterizavam pela falta de transparência na política das finanças e pela facilidade como isolavam e expulsavam militantes que questionavam suas decisões.

O Triângulo Mineiro era a maior base do grupo no país, até que Bruno Maranhão, o principal líder do movimento, ainda preso em Brasília, contestou a estratégia do então comandante do MLST na região. A dissidência gerou o Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta, ou o MLST de Luta.

O casal João Batista e Marilda Fonseca, antiga advogada do MLST, dominava os assentamentos daquela região com mão de ferro, segundo os relatos coletados por Mitidiero.

Marilda chegou a ser acusada de cobrar honorários para liberar créditos concedidos pelo governo federal aos assentados. Só do assentamento Rio das Pedras recebeu R\$ 13 mil. Quando o assunto é dinheiro, a maior contradição do MLST é que, mesmo tendo recebido R\$ 5,6 milhões por convênios com o governo federal, desde 2003, prega a auto-sustentação financeira em sua cartilha.

Em entrevista ao JB, o pesquisador critica a precária situação dos assentamentos Brasil a fora. Perguntado se o MLST receberia dinheiro de organismos internacionais ou de outros governos, o professor – que acompanhou o grupo durante três meses para preparar a tese – é taxativo:

– Nunca consegui obter essa informação.

– O ato violento do MLST na Câmara dos Deputados é uma prática comum?

– Não. Esse foi apenas o terceiro ato de manifestação mais radical do MLST durante os seus nove anos de existência. Se não me engano, em 1998, eles botaram fogo num carro de polícia durante uma reintegração de posse no Triângulo Mineiro. No ano passado eles ocuparam pacificamente o Ministério da Fazenda.

– Segundo a sua tese, os coordenadores do MLST são oriundos do chamado "PT de Aço", ala mais radical do partido. O movimento preta de ações como a invasão da Câmara para atrair a atenção da mídia?

– Por mais que eles tenham um discurso teórico de luta socialista-comunista, a sua prática assemelha-se muito às práticas dos outros movimentos. Ou seja, desen-

volem ações como passeatas, ocupações de latifúndios e de prédios públicos, marchas. Creio que o ato de terça-feira possui dois sentidos: o primeiro é o de chamar a atenção da sociedade civil e do governo para a existência desse movimento. Foi um grito de "existimos!". O segundo é na direção de sacudir a administração pública num ano eleitoral, no qual, muito frequentemente, o governo pára. As políticas públicas de apoio aos assentados não caminham, a liberação de recursos é extinta e, principalmente, os atos de desapropriações desaparecem da pauta de ações do governo.

– Quais são as principais diferenças entre o MLST e outros movimentos sociais ligados à questão agrária?

– São pequenas. O MLST produz um discurso mais radical de luta pelo socialismo e pelo comunismo, coisa que o MST deixou de fazer. Já o MST é um movimento inteiramente descentralizado e de dimensão nacional, organizado em 23 Estados da federação, possui várias instâncias hierárquicas e vários coletivos de decisões.

“ O MLST andava meio apagado, antes da invasão, provavelmente por problemas internos

– O MLST cobra "díizmo" de seus associados?

– Não há uma cobrança de liberdade de taxas por esse movimento. Há, sim, a possibilidade de receber contribuições dos assentados que ainda militam no movimento.

– Qual é a relação do MLST com o atual governo petista?

– O MLST andava meio apa-

“ O MLST produz hoje um discurso mais radical, que o MST já deixou de fazer

“ As políticas públicas de apoio aos assentados não caminham. A liberação de recursos foi extinta

gado, antes da invasão, mas creio que esse fato esteja aliado a problemas internos e não a uma possível aproximação com o governo atual. A reforma agrária no governo Lula foi muito tímida, para não dizer um fracasso.

– Qual é a verdadeira imagem que os trabalhadores rurais têm do MLST?

“ A maioria dos assentamentos passa por graves problemas com a produção e comercialização dos produtos

“ A reforma agrária no governo Lula foi muito tímida, para não dizer um fracasso

– As famílias que entrevistei, são de ex-trabalhadores rurais que estão vivendo na miséria e que encontraram no movimento uma forma de lutar por terra e pela transformação das suas condições de vida.

– A produção dos assentamentos do MLST é menor ou mais precária do que em outros assentamentos?

– A atividade econômica segue a mesma realidade da maioria dos assentamentos do Brasil. Passam por graves problemas com a produção e comercialização dos produtos produzidos no lote, devido, principalmente, a dois fatores: as imperfeições das políticas públicas de apoio e créditos aos assentados e pelo desaparecimento da situação de movimento social depois da criação dos assentamentos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “A carne-seca não é tanta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 12 de junho do corrente.

O editorial trata da declaração do presidente Lula de que “O Brasil é dono da carne-seca e não precisa temer os abalos no mercado financeiro internacional”. Sobre a declaração, o editorial cita advertência dos economistas do Ipea que contrasta fortemente com a posição otimista do presidente. Para o Ipea, o cenário externo favorável foi fundamental para a melhora da situação do País; no entanto, o atual Governo não soube aproveitar essa oportunidade e o Brasil cresceu menos do que podia nessa fase de bonança, desperdiçando

a oportunidade de resolver o mais grave problema de sua economia – o desequilíbrio das contas públicas.

O editorial conclui: “A advertência dos economistas do Ipea é muito clara: a agenda é pesada e urgente e o risco de ter de cumpri-la num ambiente menos favorável que o dos últimos anos é muito grande. Não é hora de superestimar o estoque de carne-seca”.

Sr. Presidente, requieiro que o editorial citado seja considerado como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A carne-seca não é tanta

O Brasil é dono da carne-seca e não precisa temer os abalos no mercado financeiro internacional, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, celebrando mais uma vez a solidez da economia brasileira, uma condição sem precedente, segundo ele, propiciada ao povo por seu governo. Ele deve ter-se esquecido de transmitir a boa nova aos técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). As primeiras sete páginas de seu novo boletim conjuntural, divulgado na quarta-feira, são dedicadas principalmente a um balanço das oportunidades perdidas na fase de bonança internacional e dos desafios não enfrentados, principalmente na área fiscal.

Essa introdução contrasta fortemente com o relativo otimismo exibido nos capítulos seguintes, dedicados à avaliação das perspectivas para 2006. As projeções de crescimento econômico são melhores que as divulgadas no primeiro trimestre, mas o estoque de boas previsões logo se esgota.

O Brasil está menos vulnerável do que noutros momentos de instabilidade externa, reconhecem os economistas do Ipea, mas nem por isso eles deixam de mostrar preocupação diante da piora do cenário internacional.

O esforço interno pode ter sido relevante, mas o quadro externo, argumentam, muito contribuiu para a melhora da situação do País. O comércio mundial expandiu-se rapidamente e os preços de muitos produtos brasileiros subiram. Além disso, houve financiamento farto e barato, num ambiente de baixa aversão ao risco.

Mas o Brasil cresceu menos do que podia nessa fase de bonança. Além disso, desperdiçou a oportunidade para resolver o mais grave problema de sua economia – o desequilíbrio das contas públicas. O governo terá de cumprir em condições menos favoráveis todas as tarefas não realizadas até agora. Será esse o primeiro e mais importante desafio para quem administrar o País a partir de 2007.

A política de crescimento já será mais complicada, se os prenúncios de piora do cenário externo se confirmarem. Com o risco país na faixa de 275 a 300 pontos, a margem de manobra para políticas expansionistas será bem menor do que até recentemente, quando aquele

indicador estava próximo de 200.

Será menor o espaço para redução dos juros internos – para mencionar apenas uma das conseqüências da mudança. A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada um dia depois do boletim do Ipea, realçou esse ponto.

Mas o governo não se limitou a postergar a solução do desajuste fiscal. Esse desequilíbrio tem aumentado e vem-se convertendo, segundo os autores do boletim, no “maior obstáculo” a uma expansão mais vigorosa da produção brasileira nos próximos anos.

De janeiro a abril, os gastos primários do governo central, isto é, suas despesas não financeiras, foram 7,5% maiores, descontada a inflação, que no período correspondente de 2005. Excluídas as transferências a Estados e municípios, aquela diferença chega a 8,7%.

Se essa tendência for mantida ao longo do ano e se o superávit primário (resultado sem os juros) for o programado oficialmente, o gasto primário do governo central, excluídas as transferências a Estados e municípios, chegará a 18,8% do Produto Interno Bruto (PIB).

Se aquelas despesas primárias tivessem continuado no padrão de 2003, corresponderiam, neste ano, a 16,7% do PIB. Nesse caso, o setor público teria um déficit total, incluídos os gastos com juros, inferior a 1% do PIB. Mantida a tendência atual, dificilmente ficará abaixo de 2,5%. A piora do quadro fiscal vem de longe. Confirmadas as projeções, a despesa primária do governo central, incluídas as transferências a Estados e municípios, terá subido de menos de 14% para 23,2% do PIB. Os gastos previdenciários terão passado de 3,4% para 8,7% do PIB.

O País, portanto, continua a perder “uma oportunidade excepcional, propiciada por condições particularmente favoráveis ao crescimento”, de resolver o problema fiscal. Ao longo desse período, a carga de impostos aumentou e a qualidade do gasto público deteriorou-se;

A advertência dos economistas do Ipea é muito clara: a agenda é pesada e urgente e o risco de ter de cumpri-la num ambiente menos favorável que o dos últimos anos é muito grande. Não é hora de superestimar o estoque de carne-seca.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ex-dono da Leão nega acusação”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 27 de maio do corrente.

A matéria destaca que, protegido por um **habeas corpus** que o impediu de ser preso, o ex-presidente do grupo Leão Leão, Luiz Cláudio Leão, negou durante depoimento qualquer tipo de irregularidade no contrato de limpeza urbana em Ribeirão Preto durante as ad-

ministrações petistas do ex-ministro Antônio Palocci e do seu sucessor.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ex-dono da Leão nega acusação

DA REDAÇÃO

Protegido por um **habeas corpus** que o impediu de ser indiciado, o ex-presidente do Grupo Leão Leão Luiz Cláudio Leão negou ontem, durante depoimento, em São Paulo, qualquer tipo de irregularidade no contrato de limpeza urbana em Ribeirão Preto (SP) durante as administrações petistas do ex-ministro Antonio Palocci como prefeito (2001-2002) e do seu sucessor Gilberto Maggioni (2002-2004).

Segundo o advogado de Leão, Edson Junji Torihara, o **habeas corpus** que impediu o empresário de ser indiciado pelos crimes de falsidade ideológica, formação de bando ou quadrilha e lavagem de dinheiro foi concedido nesta quinta-feira à noite pelo juiz-substituto da 1ª Vara Criminal de Ribeirão Preto, Silvio Ribeiro de Souza Neto.

Leão depôs por cerca de quatro horas no 68º Distrito

Policia! da capital paulista. "Ele reside em São Paulo e agora está tentando reconstruir a sua vida", disse Torihara. Segundo o advogado, além de negar qualquer irregularidade no contrato de limpeza urbana em Ribeirão Preto, Leão questionou as suspeitas de que notas fiscais falsas foram utilizadas por sua empresa para justificar a saída do dinheiro a ser utilizado no suposto pagamento de propina ao PT.

A afirmação contraria o delegado seccional de Ribeirão Preto, Benedito Antonio Valencise, que preside o inquérito. Ele sustenta que o contrato de limpeza urbana teria sido superfaturado em cerca de R\$ 30,7 milhões durante os quatro anos do go-

verno Palocci-Maggioni! O delegado, baseado no depoimento de Rogério Buratti, ex-diretor do Grupo Leão Leão e ex-secretário de Palocci, declarou que o dinheiro era utilizado para o pagamento de propina ao PT e a políticos do partido.

"Além de responder a todas as perguntas, Luiz Cláudio se propôs a fazer qualquer tipo de acareação com qualquer um dos investigados ou testemunhas", ressaltou o advogado. Ainda segundo Torihara, o Grupo Leão Leão já tem laudos feitos por técnicos particulares que contestam as apurações da polícia de que o superfaturamento no contrato do lixo era feito por varrição de áreas inexistentes ou superestimadas.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Crescer é sempre bom, mas...”, publicada na revista **Veja**, em sua edição de 7 de junho do corrente.

Segundo a matéria, o avanço do PIB anunciado na semana passada tem como motor gastos estatais que não são sustentáveis. Ainda de acordo com a matéria, “De olho nas eleições, o governo abriu os cofres e ajudou a inflar o PIB, em projetos como a ampliação das verbas para o Bolsa Família e torrando dinheiro

público num mal-ajambrado programa para tapar buracos nas estradas”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Crescer é sempre bom, mas...

...o avanço do PIB anunciado na semana passada tem como motor gastos estatais que não são sustentáveis

Giuliano Guandalini

É pouco recomendável tirar conclusões definitivas sobre a taxa de crescimento dos países com base em períodos curtos. Principalmente numa economia como a do Brasil, com tantas deficiências e tantos problemas estatísticos. Não raras vezes, uma taxa trimestral aparentemente baixa é, na verdade, sinal de que o país caminha com responsabilidade no sentido do crescimento sustentado. Da mesma forma, um crescimento acelerado — e festejado — pode resultar de uma base de comparação muito fraca, ou indicar que o país está superaquecido, à beira do descontrole inflacionário. Por essas razões, deve-se olhar com uma pitada de cautela os números divulgados na última semana pelo IBGE. Depois da freada no ano passado, o PIB iniciou o ano com avanço positivo de 1,4% na comparação com o último trimestre de 2005. Em relação ao primeiro trimestre do ano passado, a alta foi de 3,4%. Esses números são bons e indicam que 2006 será de recuperação. De olho nas eleições, o governo abriu os cofres e ajudou a inflar o PIB, em projetos como a ampliação das verbas para o Bolsa Família e torrando dinheiro público num mal-ajambrado programa para tapar buracos nas estradas. O problema é que essas medidas não asseguram o crescimento saudável. Por isso soa precipitada a euforia do governo, manifestada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. “O país está crescendo com investimento e aumento do consumo das famílias, e isso é o que mais importa”, disse ele. Compreendesse o otimismo do ministro, mas o Brasil terá de fazer muita força para crescer 4% neste ano, e mesmo assim obterá um resultado bem abaixo da estimativa para os países em desenvolvimento

— que é de 6,3%, segundo o Banco Mundial. Além disso, o Brasil pouco fez nos últimos anos, para remover as barreiras que o impedem de crescer mais rapidamente. Dessa forma, como já ocorreu em períodos anteriores, é muito improvável que a mesma taxa do primeiro trimestre se repita no resto do ano. Por essa razão, economistas como Eduardo Giannetti da Fonseca não viram tanto motivo de alegria no resultado. Giannetti lembrou que, no primeiro trimestre de 2002, a economia cresceu 1,7%, mas encerrou o ano com apenas 1,9%.

As forças do PIB

O PIB, a soma de mercadorias e serviços produzidos pelo país, cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2006 em comparação com os três últimos meses do ano passado. Em relação ao primeiro trimestre de 2005, a alta ficou em 3,4%. Veja os fatores que mais pesaram a favor e contra o desempenho da economia

CONSTRUÇÃO CIVIL

A atividade foi uma das que mais cresceram no trimestre, com alta de 7%, impulsionada pelo aumento do crédito imobiliário.

PETRÓLEO E MINÉRIO

Empresas ligadas ao consumo, como montadoras e têxteis, não foram tão bem. Em compensação, a produção de petróleo e gás subiu 12,7% e a indústria de minério de ferro avançou 16,8%.

GASTOS DO GOVERNO

O governo aumentou a liberação de verbas, investindo em projetos como a Operação Tapa-Buraco. A contratação de funcionários públicos também pesou.

CONSUMO

Os gastos das famílias subiram um ritmo mais lento no início do ano, mas a queda dos juros e o aumento do salário mínimo deverão estimular o consumo nos próximos meses.

AGRICULTURA

A queda na produção de culturas importantes, como algodão e arroz, e os efeitos da febre aftosa na pecuária fizeram o setor recuar 0,5%.

SALDO COMERCIAL

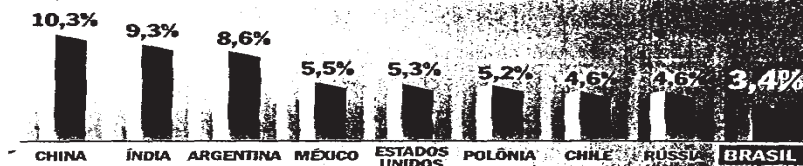
As importações cresceram bem mais que as exportações no primeiro trimestre; por isso, o comércio externo teve colaboração negativa para o PIB.

Tome-se o caso da festa da retomada nos investimentos, que em tese seria uma boa notícia. Novas fábricas, máquinas modernas e tecnologia de ponta permitem à economia acomodar um maior crescimento com menor pressão inflacionária. Mas boa parte do aumento dos investimentos ocorrido no primeiro trimestre se deveu simplesmente à recuperação do setor imobiliário (contabilizado pelo IBGE como investimento em construção civil). Ainda que a construção de novas casas e apartamentos seja boa nova, dado o déficit habitacional dos brasileiros, isso não representa um aumento na produtividade. Outro fator que explica a alta dos investimentos foi a Operação Tapa-Buracos. Os gastos da operação ajudaram a inflar o PIB, mas as obras são de tão má qualidade que de nada servirão para ampliar o potencial produtivo do país. A contratação de novos servidores, que entra na contabilização do consumo do setor público, também deu uma empurradinha no PIB. Sem falar no Bolsa Família, o grande responsável pelas altas taxas de crescimento do comércio no Nordeste. O problema é que, embora ajudem a empurrar a economia no curto prazo, essas políticas do governo praticamente não ajudam o país a se tornar mais competitivo e produtivo.

Na avaliação do economista José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central, o país conseguiu ampliar ligeiramente, nos últimos anos, o seu potencial de crescimento. Isso foi possível graças às privatizações, à queda da inflação, às exportações e ao cenário externo favorável. O Brasil tem condições de crescer hoje algo em torno de 3,5%. Mas, acima disso, ocorreria um superaquecimento inflacionário. Foi o que se viu em 2004, quando a economia cresceu perto de 5%, a inflação despertou e o BC precisou elevar a taxa de juros. Como sair dessa cilada? O país terá de deixar de postergar reformas fundamentais, como a tributária, a previdenciária e a trabalhista, em vez de torrar em obras eleitoreiras. Por isso, não se recomenda ater-se somente aos números do PIB para certificar a saúde da economia. ■

Abaixo da média

O crescimento do PIB do Brasil ainda continua abaixo do de outros países em desenvolvimento.



* Primeiro trimestre de 2006 em comparação com o primeiro trimestre de 2005.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Candidato, Alckmin faz promessas e ataca Lula”, publicada no jornal **Folha de São Paulo**, em sua edição de 12 de junho deste ano.

A matéria destaca que, em discurso proferido ao ser oficializado candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin esboçou as linhas gerais de seu programa de Governo, anunciando medidas como uma reforma tributária, a diminuição dos Ministérios e providências na área de segurança.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Candidato, Alckmin faz promessas e ataca Lula

Em um longo discurso, tucano diz que vai diminuir ministério e fazer reforma tributária

Convenção em MG oficializa ex-governador como nome do PSDB para disputar a Presidência; aliança com PFL também é referendada

DOS ENVIADOS A BELO HORIZONTE DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

Num discurso longo e cansativo, o ex-governador Geraldo Alckmin anunciou ontem, ao ser oficializado em convenção candidato do PSDB à Presidência, três medidas a serem tomadas logo na sua primeira semana de governo, caso seja eleito: uma reforma tributária, menos ministérios e medidas para a área de segurança.

Falando ao partido e a pefelistas por uma hora e cinco minutos, em Belo Horizonte, Alckmin leu um texto de 19 páginas, no qual esboçou as linhas gerais de seu programa, enfatizando que o crescimento será uma “obsessão”. No fim do discurso, atacou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sem citá-lo: “Onde está o chefe, o líder dos 40 ladrões?”.

Segundo os tucanos, o objetivo do longo discurso foi mostrar um projeto de governo, buscando responder as críticas de que o candidato não tem consistência nem idéias.

O longo discurso, no qual Alckmin também apresentou projetos para as áreas de educação, saúde e segurança, acabou dispersando os militantes que, no início da convenção, lotavam o pavilhão. Ao final de sua fala, mais da metade das pessoas já havia deixado o centro de convenções do Expominas.

Alckmin começou com um agradecimento ao anfitrião do evento, o governador Aécio Neves (PSDB), e com críticas ao desempenho econômico do governo Lula. Comparou os atuais índices de crescimento

do Brasil aos do Haiti e prometeu eficiência fiscal.

“Vou direto ao ponto. Meu compromisso é enviar ao Congresso, na primeira semana de governo, projeto de reforma tributária que simplifique o modelo, estimule novos investimentos e busque eficiência.”

Em seguida, atacou o que chamou de “inchaço” da máquina pública. “Vamos cortar esses ministérios criados à toa [pelo governo Lula]; cabides de emprego”, disse.

Nervo exposto

Ponto vulnerável da gestão de Alckmin em São Paulo, a área da segurança pública mereceu destaque na exposição.

“É meu compromisso lançar, na primeira semana de governo, um conjunto de medidas que melhorem a articulação entre as forças da lei e aumentem o trabalho e o resultado da União no setor”, disse Alckmin.

Para cada tópico, o candidato tucano entremeava uma crítica ao governo Lula. “Não preciso lembrar o quadro caótico do atendimento público de saúde, embora o atual presidente o veja como ‘quase perfeito’.”

Alckmin reafirmou sua estratégia de dizer que é tucana a paternidade dos programas sociais unidos no Bolsa-Família, carro-chefe da campanha de Lula. “O atual presidente herdou dos antecessores uma rede de proteção social que, em 2002, se estendia a mais de 38 milhões de brasileiros”, disse.

Na parte final do discurso, o ex-governador se concentrou na crise do mensalão. Episódios como a apreensão de dólares na cueca de um petista, em julho do ano passado, foram lembrados. “O que os brasileiros viram nos últimos anos não tem paralelo na história do nosso país. Nunca houve tanta desfaçatez e tanto banditismo em esferas tão altas da República.”

Onde está o chefe, o líder dos 40 ladrões?

O que os brasileiros viram nos últimos anos não tem paralelo na história do nosso país. Nunca houve tanta desfaçatez e tanto banditismo em esferas tão altas da República

Um líder verdadeiro não pode se omitir, não pode dizer que não sabia, não pode fingir que não tem responsabilidade, não pode achar que nada é com ele

O povo brasileiro não é corrupto, não é mentiroso. O povo brasileiro não é preguiçoso. (...) O povo brasileiro não é cínico

GERALDO ALCKMIN

» NA INTERNET - Leia a íntegra do discurso de Geraldo Alckmin www.folha.com.br/061624

Nesse ponto, afirmou que quer ser presidente para “restaurar a confiança” da população. Ao encerrar, em tom indignado, se referiu à denúncia da Procuradoria Geral da República no mensalão.

“Que tempos são esses, em que um procurador-geral da República denuncia uma quadrilha de 40 criminosos e no

meio da lista estão ministros, auxiliares do presidente, amigos do presidente? (...) Onde está o chefe, o líder dos 40 ladrões?”, questionou.

O Palácio do Planalto não comentou as declarações.

A convenção referendou, por 384 votos, a candidatura Alckmin e a aliança com o PFL. (VALDO CRUZ, JOSÉ ALBERTO BOMBIG, CATIA SEABRA, PAULO PEIXOTO E SILVIO NAVARRO)

Cúpula tucana queria um texto longo e denso

DOS ENVIADOS A BELO HORIZONTE DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

“Ao optar por um discurso longo e positivo o candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin contrariou a coordenação de comunicação da campanha e a ala paulista do partido. Aliados de Alckmin em São Paulo questionaram a decisão de ler o discurso escrito, recomendando que apelasse para a emoção. Mas, convencido pela cúpula do PSDB, Alckmin preferiu um texto com densidade e ênfase. Isso, de que Alckmin deveria falar para o povo”, como disse o coordenador geral da campanha Sérgio Guerra (PFL). “Tinha que ser um discurso denso e longo. Se não falariam que ele não tem conteúdo”.

“O longo texto era preciso para mostrar substância e conteúdo. Argumentou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O texto que serviu de base ao discurso de ontem

Graças ao próprio FHC escreveu alguns trechos. Foi um texto a várias mãos. Disse Edison Amarelo, do MLST, no sábado. Aleckmin reconhecia que o discurso era produto de trabalho coletivo. Nós estamos elaborando um discurso", disse, mas negou que fosse apenas ler um documento escrito pelo candidato. Isso é muito difícil, né?", reagiu. No sábado, antes de em-

barcar para Belo Horizonte, Aleckmin se reuniu com o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, e com José Serra, para conversar sobre a linha do discurso. O próprio coordenador de comunicação, Luiz González, participou de reunião com Tasso. Na noite de sexta, já em Minas, González e Aleckmin voltaram a debater por uma hora sobre o documento. Havia dúvidas so-

bre o tamanho ideal de discurso. Guerra propôs um texto mais enxuto, por temer que a plateia abandonasse a convenção enquanto Aleckmin falasse. Ficou acertado que fosse planejado um discurso de 30 minutos. Mas Tasso defendia que construisse até uma hora. Foi um risco calculado. Todos concordam que o discurso deveria ser propositivo, ainda que demorasse muito,

disse Guerra.

A opção era objeto de polêmica quando, sob o olhar apreensivo dos tucanos, Aleckmin iniciou a leitura das 19 páginas de seu texto. "É um bom discurso, mas...", disse o senador Eduardo Azeredo (MG). "Eu falaria um pouquinho menos. Mas tinha muitos pontos interessantes e a entonação estava melhor", comentou o senador Heráclito Fortes (PFL-PA).

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Lula liberou R\$ 5,6 mi para entidade ligada ao MLST”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 9 de junho do corrente.

A matéria destaca que a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), fundada e comandada por líderes do Movimento de Liberação dos Sem-terra (MLST), responsável pela invasão violenta da Câmara dos Deputados, é financiada com dinheiro público. Segundo a matéria, “a entidade recebeu, de

1999 a 2006, R\$ 5,7 milhões, dos quais R\$5,6 milhões só do governo do PT”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula liberou R\$ 5,6 mi para entidade ligada ao MLST

Bruno Maranhão e Edmilson Lima, acusados de planejar e executar invasão da Câmara, assinaram três dos quatro convênios entre o governo e a Anara

BRASÍLIA

A Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), fundada e comandada por líderes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), responsável pela invasão violenta da Câmara dos Deputados na terça-feira, é financiada com dinheiro público. A entidade recebeu, de 1999 a 2006, R\$ 5,7 milhões, dos quais R\$ 5,6 milhões só do governo do PT, para assistência a assentamentos dentro do programa de reforma agrária.

A informação está no site Contas Abertas, especializando em acompanhar a execução do Orçamento da União. Um dos militantes do MLST, Idevanir da Silva, representante do Assentamento Paulo Faria, na cidade de Fraca (MG), afirmou ontem que "os recursos não chegam aos assentamentos" e o dinheiro "deve ser ficado no meio do caminho". Mas, na sede da Anara, em Brasília, a funcionária Elizabeth da Sil-

va Ribeiro confirmou que a associação recebe recursos públicos: "Obviamente que todo movimento social tem de ter ajuda do governo. Receber nós também recebemos, só não sei quanto."

Segundo o Contas Abertas, os dirigentes do MLST Bruno Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima, presos sob acusação de envolvimento no planejamento e execução da invasão e do quebra-quebra na Câmara, assinaram como responsáveis três dos quatro convênios entre o governo e a Anara. O site informa que, dos R\$ 5,7 milhões, a maior parte - R\$ 4,2 milhões - foi repassada à associação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a partir de 2005.

De acordo com os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), os recursos serviriam para a "reestruturação econômica, social e cultural do Assentamento Paulo Faria" e financiariam a realização de cursos e oficinas de capa-

zilação em diversos Estados, além de 21 encontros regionais da Anara e um nacional.

Parte do dinheiro, segundo o Contas Abertas, foi liberado para a associação um mês depois da visita de Maranhão ao Palácio do Planalto para reivindicar a punição dos assassinos de um líder rural. O site informa ainda

Um dos repasses foi liberado 1 mês após líder ser recebido no Palácio do Planalto

que os repasses federais mais recentes para a Anara foram feitos em fevereiro de 2006, no total de R\$ 1 milhão. Seu primeiro convênio com o governo Lula foi publicado em dezembro de 2003, para repasse de R\$ 250 mil, que só se efetivou em abril de 2005. Esse dinheiro teria sido usado no pagamento de cursos, estudos,

pesquisas, produção de textos, cartilhas e propostas de funcionamento de empresas agrícolas.

O Contas Abertas divulgou também a informação de que, em agosto de 2004, a Anara recebeu mais R\$ 1,1 milhão do Incra, para "reestruturação produtiva, social e cultural de assentamentos", em benefício de 6.234 famílias. Esse repasse foi feito cerca de um mês depois de visita de 14 líderes do MLST, entre eles Maranhão, ao presidente Lula no Palácio do Planalto. Na ocasião, Lula teria prometido aos líderes dar especial atenção à estruturação dos assentamentos e autografou o bonê dos militantes.

Ainda em 2004, a Anara recebeu R\$ 50 mil dessa vez do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para "capacitação de agricultores familiares". Além disso, Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima teriam recebido "diárias financiadas com dinheiro público para servir de colaboradores eventuais em Brasília".

Invasão custou R\$ 82 mil, indica agenda apreendida com líder

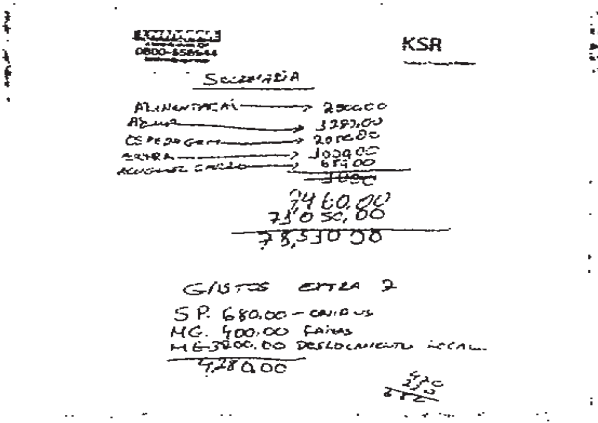
Anotações incluem lista de despesas com passagens de ônibus; uma delas registra: 'Fechar números do PT'

Denise Madureira
Eugênia Lopes
BRASÍLIA

O MLST teria gasto R\$ 82.790 para organizar a invasão da Câmara. A informação consta em uma agenda apreendida por policiais em poder de Bruno Maranhão, um dos principais líderes do movimento. Em dez páginas da agenda há contabilidade detalhada de despesas e, entre outras anotações, uma referência ao PT - partido ao qual é filiado e cuja Executiva Nacional foi afastado anteontem. Em uma anotação, Maranhão orienta uma mulher, identificada apenas por Raquel, para "fechar os números do PT para comigo e orçamento de passagens".

O PT, por meio de sua assessoria, disse que não fez nenhuma doação ao MLST nem houve pedido para financiar ações. Segundo o PT, Maranhão recebia R\$ 6,8 mil mensais de salário como dirigente partidário. A assessoria informou que a administração do partido está verificando se houve pagamento de passagens para ele.

Na contabilidade anotada na agenda, os quase R\$ 83 mil seriam gastos com caravanas de sem-terra de vários Estados e com alimentação, água, hospedagem, extras e aluguel de carro. Numa anotação, intitulada "gastos extra 2", são especifica-



NOTAS - Página da agenda, com contas sobre os gastos da invasão

das as despesas de R\$ 680 para ônibus, em São Paulo; R\$ 400 com faixas e R\$ 3,2 mil para deslocamento em Minas, Paraná, Goiás, Maranhão, Tocantins, Bahia, Rio Grande do Norte e Alagoas também são listados em página com data 04/06/06 e a inscrição "BSE/MLST".

Em duas páginas são listadas tarefas a serem cumpridas pela mulher chamada Raquel, que

soria secretária de Maranhão. Em uma página há lembretes para "escrever as faixas" e "73 mil (valor de ação)". Em outra são listados nomes de pessoas e de serviços com valores ao lado.

Há também anotações de gastos com telefone e fotocópias. Em outro trecho, um registro: "O meio é a gente voltar sem aceitar o projeto. E noutras páginas, o nosso dinheiro".

PF indicia 42 dos presos por depredar a Câmara

BRASÍLIA

A Polícia Federal começou a interrogar ontem os 42 integrantes do MLST presos que foram identificados como autores do quebra-quebra da Câmara. Todos foram qualificados por crimes de corrupção de menor, danos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e ao da União, formação de quadrilha e lesão corporais simples e grave. Os advogados do MLST chegaram atrasados e não acompanharam os interrogatórios.

Na saída de seu depoimento, Bruno Maranhão se disse injustiçado e reclamou de ter passado a noite numo solitário no complexo penitenciário da Papuda. "Tem mais 13 companheiros em solitários e essa prisão é ilegal."

Ele considerou sua prisão arbitrária e disse que na hora da baderna estava no gabinete do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA). "Eu queria evitar a tropa de choque. Eu estava com Pellegrino. Tirei todo o pessoal de dentro."

Apenas os 42 identificados no quebra-quebra continuaram presos. Outros militantes que não foram flagrados na invasão terão suas prisões relaxadas. A PF trabalha com o número total de 582 sem-terra que estariam envolvidos no episódio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “O aristocrata sem-terra”, publicada pela revista *Época*, de 12 de junho do corrente.

A matéria mostra que o líder do MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra, movimento responsável pela depredação da Câmara dos Deputados no último dia 6 de junho, ocupava o cargo de secretário de Mobilizações Populares da Executiva do Partido dos Trabalhadores e é amigo pessoal do presidente Lula desde a fundação do PT, da qual ambos participaram.

Segundo a matéria, “A proximidade entre o presidente Lula e Maranhão também ajuda a entender as razões do ataque ao Congresso na semana passada”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz respeito ao artigo intitulado “O busto de Mário Covas e a quebraadeira do MLST”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado pelo jornal *Correio Braziliense*, de 11 de junho deste ano.

O artigo destaca que, apesar do ataque feito pelo MLST contra o Congresso, a democracia se fortalece com a garantia do pleno funcionamento das instituições.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado também passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O aristocrata sem-terra

Quem é Bruno Maranhão, o homem que comandou a depredação do Congresso Nacional que deixou 41 feridos

MATHEUS MACHADO e MARCO BAIÉ

Aonda começou com um ar de espetáculo. Em maio de 1997, 400 manifestantes ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) invadiram o Ministério do Planejamento com porcos, patos, galinhas e bodes e puseram um peru na mesa do então ministro. Na ocasião, ainda parecia uma forma bem-humorada e inofensiva de chamar a atenção e de abrir os olhos públicos para a reforma agrária. De lá para cá, invasões de prédios públicos ou de propriedades de autoridades por manifestantes sem-terra passaram a ir além da ousadia pública. Em 2002, cerca de 250 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam uma fazenda do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, em Burtis, Minas Gerais. Durante 22 horas, esvaziaram a adega da fazenda. Alguns deles testaram a cama usada por FHC diante da imprensa.

Na terça-feira 6, mais de 500 manifestantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), um grupo dissidente do MST, invadiram o prédio do Congresso. Depredaram partes da Câmara dos Deputados a pretexto de protestar contra a demora na desapropriação de terras. Armados de paus e pedras, quebraram o que viram pela frente. Deixaram um rastro de vandalismo e um saldo de 41 feridos. Quem estava no comando da operação era um dirigente do PT chamado Bruno Maranhão.

Até quarta-feira, quando foi atestado pela direção do partido, Maranhão tinha assento na executiva nacional do PT. Ocupava o cargo de secretário de Mobilizações Populares. No atual governo, Maranhão foi recebido oficialmente duas vezes pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. A primeira, em junho de 2004. O segundo encontro ocorreu em novembro de 2005, sete meses depois de mais de mil manifestantes do MLST terem invadido o gabinete do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci.

Bruno Maranhão e Lula são velhos amigos, desde a fundação do PT, da qual ambos participaram. Nos primeiros anos do partido, Lula costumava se hospedar na casa de Maranhão sempre que ia ao Recife. Maranhão também já dormiu na Granja do Torto, residência oficial da Presidência, da Re-

pública, a convite de Lula. Ele é um militante sem-terra singular. Não mora em assentamentos rurais nem passa suas noites debaixo de lonas de plástico. Não vem de família pobre nem pode ser considerado um excluído do campo.

Filho de grandes proprietários de terra de Pernambuco, ele tem dois endereços. O primeiro é uma mansão de três pavimentos com elevador panorâmico, onde mora a mãe, no Recife. O segundo é um apartamento duplex no bairro de Engenópolis, habitado pela classe média alta em São Paulo. Amigos afirmam que, quando não está discursando contra o sistema capitalista, Bruno adora um bom vinho importado e queijos finos. “Com o todo bom burguês”, diz um deles.

A família Maranhão é uma das mais tradicionais de Pernambuco. Com a notoriedade súbita do filho rebelde, o clã foi apresentado pela imprensa como um grupo de usiários falcos. Mas essa qualificação revela apenas parte da história. Os Maranhão continuam prósperos em outras áreas econômicas. São donos de pelo menos oito grandes propriedades no Estado, entre engenhos de cana-de-açúcar e fazendas. Também são proprietários de frigoríficos, de uma rede de lava-jatos de luxo e de lojas em shopping centers. O sobrenome Maranhão tem presença constante nas colunas sociais dos jornais recifenses e porta aberta em qualquer evento da alta sociedade. Engenheiro mecânico, Maranhão é pai de um casal de filhos. O filho, Mário, comanda os negócios da família no Recife. A filha, Alexandra, mora em Nova York.

Bruno Maranhão começou a militância política no início da década de 60, quando tinha 20 anos e ainda estava na faculdade. Voluntarioso, ingressou no antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Seu colega de turma e hoje médico Cláudio Siqueira, de 59, define a personalidade de Maranhão na juventude da seguinte forma: “Certa vez Bruno levou a pior numa briga. Passou um ano treinando artes marciais em segredo. Quase não o víamos mais. Quando se sentiu preparado, foi lá e devolveu a surra ao rapaz”.

Com o golpe militar de 1964, Bruno partiu para a clandestinidade. Insatisfeito com o tom ameno do “partidão”, ajudou a fundar uma dissidência do PCB chamada Corrente Revolucionária. Sob o nome de Partido Comunis-

ta Brasileiro Revolucionário (PCBR), ele e seus companheiros depois realizaram seqüestros políticos e assaltos a bancos para financiar a tal revolução. O cerco apertou e Bruno foi para o exílio, na França e, depois, no Chile. De volta ao Brasil depois da Lei da Anistia, em 1979, ele participou da fundação do PT no ano seguinte. O antigo PCBR metamorfoseou-se na corrente radical interna do PT conhecida como Brasil Socialista. Bruno Maranhão foi o primeiro presidente do PT em Pernambuco.

Em 1997, Maranhão organizou um racha interno do MST e fundou o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), organização responsável pelo quebra-quebra no Congresso. A divergência ideológica entre MST e MLST era supostamente a seguinte: o primeiro defendia lotes individuais nos assentamentos, enquanto o segundo acreditava na produção coletiva, como “semente de uma sociedade socialista”. Na época, Maranhão afirmou ter criado o Movimento Zapatista brasileiro, numa referência aos rebeldes mexicanos da província de Chiapas, liderados pelo assim chamado Subcomandante Marcos. Hoje, presente em 12 Estados e comandando cerca de 50 mil famílias, segundo sua coordenação, o MLST é a terceira força entre as mais de cinco dezenas de movimentos de sem-terra existentes no país. Perde apenas para o MST e para a Contag.

“Sobre a invasão da Câmara na semana passada, Maranhão afirmou que se tratou de um “incidente”. “Era para ser uma manifestação pacífica. Eu tinha um planejamento de entrar lá por várias entradas, pacificamente, mas mudou de rumo a manifestação”, disse e em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*. Uma fita de vídeo, capturada pela polícia, com o registro de uma reunião de integrantes do MLST no fim de semana anterior ao quebra-quebra na Câmara contradiz a versão de Maranhão. A fita mostra que os manifestantes esperavam reação da polícia e que a operação havia sido meticulosamente planejada com o objetivo de fazer barulho (*leia o quadro à pag. 41*) e pressionar o governo a liberar mais verbas do Orçamento para o movimento.

A proximidade entre o presidente Lula e Maranhão também ajuda a entender as razões do ataque ao Congresso na semana passada. Entre maio de 1997 e junho de 2006, enquanto as in-

vasões e ocupações dos sem-terra crescem, as reações dos governantes oscilaram entre a brandura, a incúria e a libertação de verbas para tentar acalmá-los. O governo Lula passou a ignorar uma lei, editada na gestão de Fernando Henrique Cardoso, que impede por dois anos a desapropriação de terras invadidas. "Esse tipo de ação prospera por causa da omissão do governo e do PT. O partido sempre aceitou em seu bojo esse tipo de movimento", diz o cientista político Rui Tavares Maluf, professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. "Para minimizar o prejuízo, o partido e o governo fazem a condenação pública a posteriori. Mas não criam condições de prevenção."

A omissão do governo federal no cumprimento da lei, afirma Maluf, tirou os freios dos movimentos de sem-terra. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de invasões de propriedades rurais no governo Lula cresceu em relação ao mandato de FHC. Nos três primeiros anos de Lula, houve 1.724 invasões contra 1.195 registradas em igual período do governo FHC. É um aumento de 10%. O número de municípios atingidos pelas invasões também aumentou. Passou de 580 para 688.

Mesmo com esse crescimento dos atos ilegais, o caixa federal continuou aberto. Por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), o governo Lula repassou, entre 2003 e 2005, R\$ 589 milhões para entidades ligadas ao MST e para outras organizações de sem-terra. "Há uma fábrica de sem-terra no país, financiada com dinheiro público. Essas organizações brigam entre si pela primazia de quem mais tira dinheiro do governo", diz o deputado Xico Graziano (PSDB-SP), ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A invasão do Congresso na semana passada também foi, pelo menos parcialmente, financiada com dinheiro público. O frete de um ônibus que levou manifestantes do MLST do Rio Grande do Norte para o Distrito Federal, no valor de R\$ 7.800, será pago com dinheiro do governo potiguar, comandado por Wilma Faria (PSB), de acordo com o que afirma Didier Ramalho, presidente da Coopertiva, cooperativa de Natal, Rio Grande do Norte, que alugou ônibus para os sem-terra. "Não houve autorização nem da Casa Civil, nem da Secretaria de Assuntos Fundiários", diz Rubens Lemos, secretário de Comunicação do governo do Rio Grande do Norte.

O governo Lula também repassou dinheiro para uma organização não-

governamental, a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), ligada ao MLST. De acordo com dados do Siafi, a Anara recebeu R\$ 5,6 milhões dos cofres da União desde 2004. Para ter uma idéia do incremento do orçamento da Anara, basta lembrar que, nos três últimos anos do governo FHC, a entidade recebeu apenas R\$ 75 mil. Na quinta-feira, numa entrevista coletiva convocada pelos militantes rurais, Jutai Morais, representante do MLST, afirmou que o movimento recebe dinheiro da Anara.

Para legitimar a retórica da revolução socialista, a maioria dos movimentos dos sem-terra costuma agitar a bandeira da reforma agrária — uma causa em que todos os governos do período democrático, de José Sarney a Lula, se empenharam, com resultados até agora insatisfatórios ou insuficientes. Especialistas apontam sérias deficiências na maneira como a reforma agrária vem sendo implementada. "Grande parte dos assentados tem baixo nível de escolaridade, pois foi excluída da rede de educação. Eles estão em áreas sem nenhum tipo de infraestrutura", diz Bernardo Mançano, coordenador do Núcleo de Estudos da Reforma Agrária da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

"São lotes pequenos, distantes, sem escala nem acessibilidade e sem tecnologia para produzir", afirma Bertha Becker, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autora de diversos estudos sobre a Amazônia e o meio ambiente. Como exemplo do que costuma acontecer com os assentamentos, ela cita o índice de evasão em Santarém, no Pará: 70%. "Existe muita propaganda e pouca política de desenvolvimento", afirma Bernardo Mançano. "As pessoas que fizeram reforma agrária no governo Fernando Henrique e as que fazem no governo Lula não acreditam nela. A reforma agrária está sempre em questão, porque nunca é feita plenamente."

Para Maranhão e para o MLST, esse tipo de omissão política acabou funcionando como incentivo para elevar o tom das reivindicações. O que se viu na semana passada pode ter sido apenas um "incidente" carregado de violência. Mas também revela um drama normal: é esquecido o que deve ser tratado sem demagogia: a questão agrária. Na quinta-feira, algemado numa delegacia do Distrito Federal, Maranhão afirmou: "Não sou preso comum. Sou preso político. Jogar a culpa no MLST é elitismo da direita brasileira". Ele teria mais chance de ser respeitado sem a pancadaria. ■

COM ANDREA LEAL

Invasão no Congresso

Fita de vídeo mostra que ação do MLST no Congresso foi planejada

"Vamos dizer ao Brasil que tipo de reforma agrária queremos. Vamos dizer o que essa corja do PFL e do PSDB está fazendo com esse Congresso quando deixou de votar o Orçamento da União"

José Antonio Arruti Baqueiro,
do MLST da Bahia

"Lá tem a segurança legislativa, então não precisa ficar encarando. Vocês vão agir como se estivesse tudo normal, como se estivessem em um supermercado"

Líder não-identificado do MLST,
orientando uma "visita de reconhecimento" antes da invasão

"Vocês vão visitar o salão de baile (Congresso) hoje, vão entrar normalmente. A partir de amanhã vocês estarão lá, vão garantir a principal função de todos os companheiros, que é garantir que três portas não se fechem"

Líder não-identificado do MLST,
dando coordenadas para a irvasão

OPINIÃO

O busto de Mário Covas e a quebradeira do MLST

MAURÍCIO CORRÊA
Advogado

A semana passada rendeu dois fatos de invulgar singularidade na rotina institucional do país. O primeiro refere-se à agressão infligida pelos membros do MLST à Câmara dos Deputados e, por extensão, ao Congresso Nacional. O segundo diz respeito à resposta dada à consulta formulada pelo PL pela Justiça Eleitoral de que a verticalização deve ser aplicada de modo a preservar sua integralidade original. Isso significa dizer que tudo aquilo que se desenhava poder fazer, em termos de coligações partidárias nos estados, se despedaçou em cacos como explosão de granada em loja de louça.

Daqui pra frente, todos ou quase todos os arranjos entabulados pelos partidos deveriam merecer novas avaliações para que, com base nelas, se refizessem alianças, mantendo ou não as já acertadas, marchando sozinhos, ou perdendo-se nos meandros da nova verticalização, conforme decidira o Tribunal Superior Eleitoral.

Se o princípio que sedimentou as bases desse instituto confirmara o formato constitucional de unidade nacional dos partidos, ficava claro que, se determinada agremiação que tivesse candidato à Presidência da República fizesse coligações com outros partidos, todas as candidaturas de governadores nos estados e no Distrito Federal deveriam seguir as. A base do novo édito se fundava, em síntese, no fato de que a regra é de que o partido deve ter candidato à PR, a exceção, as coligações com quem já possui candidato, residindo nas dificuldades de todo esse unbrógllo nas respostas a serem dadas às dúvidas remanescentes da nova interpretação da corte.

· Ao contrário do que se possa supor, se à maioria dos segmentos partidários o que o TSE fixou foi repudiado, provocando indignação de toda ordem, em juízo isento pode-se afirmar que, a bem do aprimoramento do processo eleitoral, nada nos poderia ter acontecido de melhor, tanto mais que a resolução ora revogada pelo TSE procurava refazer a desordem do processo eleitoral vigente, aperfeiçoando-o já que a tão esperada reforma do sistema eleitoral até hoje não veio.

Surpreendentemente, depois da onda de manifestações dos partidos contra a medida, o TSE acaba de voltar atrás, mantendo o critério da verticalização que prevaleceu para as eleições de 2002. A questão pertinente à segurança jurídica, agora invocada para a meia-volta dada, deveria ter sido avaliada antes do bombástico anúncio da inovação, fato que, sem dúvida, não ficou bem para a Justiça Eleitoral.

Quanto ao vandalismo praticado pela turba comandada pelo senhor Brur: o Maranhão, que danificou vidros, luminárias, computadores, terminais e outros bens da Câmara dos Deputados, merece enérgica condenação de toda a consciência nacional. Não é crível que brasileiros malformados se deixem conduzir para os abismos de insanidades desse jaez. A casa que conspurcaram é instituição nacional que, a despeito de todos os defeitos, vícios e condutas reprováveis de muitos de seus membros, deve ser respeitada por todos.

A democracia se fortalece com a garantia do pleno funcionamento das instituições do Estado, sobretudo de seu Poder Legislativo, jamais podendo ser atacadas pela barbárie desordeira, como fizeram os trogloditas que, não só cometeram graves crimes pelos quais devem ser punidos, como, igualmente, têm que

ressarcir o Estado pelos danos causados ao patrimônio do povo. As melhorias sociais que buscam conquistar podem ser até legítimas. O processo para alcançá-las, entretanto, só pode ser feito pela via legal, nunca por meio de expedientes irracionais como os adotados.

Para que as instituições nacionais se fortifiquem, torna-se imperioso que os responsáveis pelos atentados respondam civil e criminalmente pelo que fizeram de ruim e condenável. Só assim o exemplo valerá como antidoto contra novas investidas. Em qualquer plano que os segmentos sociais desejem a atuação dos poderes do Estado, nada há que se possa fazer se não se observar a lei.

O que não se entende é que, talvez por excesso de escrúpulos ou pudor, não tenha o presidente da Câmara dos Deputados permitido que a polícia militar do DF presente, colaborasse com a segurança da casa, para conter, de forma mais efetiva, a sanha dos depredadores dos bens públicos danificados. Se fosse usar a polícia para reprimir quem ordeiramente estivesse postulando seus direitos, vá lá, mas se omitir diante do assalto cometido pelos agressores do MLST, é demais. Foi lamentável!

Mário Covas foi uma das figuras mais dignas da vida pública brasileira. Suas ações pautaram-se sempre pela ética, seriedade e obediência à lei. Entre os bens patrimoniais destruídos pela estupidez da horda invasora achava-se seu busto. O que querem o senhor Maranhão, da Executiva do PT, comandante do MLST, e seus licerados, é o perecimento da democracia, o desrespeito à lei e à ordem. Covas é exemplo vivo a ser seguido. Jamais sua memória poderia ser enlameada por mãos tão covardes e sujas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é parte indissociável da atividade política no Parlamento destacar os pontos positivos de qualquer ação levada a cabo pelo serviço público. Não podemos ser contaminados por aquela visão antiquada e amesquinhada em que os servidores públicos não seriam mais do que meros “barnabés” buscando sugar os recursos do Estado.

O servidor público muitas vezes demonstra uma face inovadora e criativa, capaz de propor soluções adequadas a diferentes recantos da administração governamental. Prova inequívoca dessa tendência a inovar são os resultados encontrados nos inúmeros prêmios destinados às iniciativas ou idéias que visam à melhoria contínua dos serviços prestados à população brasileira.

Todo este preâmbulo, Sr. Presidente, prende-se a um objeto concreto. Há pouco, recebi o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) referente ao ano de 2005. Digase, num parêntese, que a própria criação da Anvisa, em 1999, se mostrou uma das mais brilhantes iniciativas para melhorar a vida dos brasileiros. Diria, inclusive, que nunca, em nossa história, a Saúde Pública foi levada tão a sério e tratada de modo tão responsável.

Mas, fechado o parêntese, volto ao relatório para dizer que toda a edição está centrada na questão da **Excelência**. Mas o que vem a ser exatamente isso?

Com palavras certas, a Anvisa conceitua excelência como “(...) o estabelecimento de um conjunto de premissas definidoras da atuação dos órgãos públicos, no sentido de que atendam da melhor maneira possível os distintos segmentos que dependem de seu desempenho técnico e administrativo”.

Em suma, a Agência vem perseguindo, repetidamente, a melhoria dos serviços que presta à população.

Citando novamente o Relatório, “...em continuidade à [...] estruturação [inicial da Anvisa], a atual presidência da Agência estabeleceu como um dos três eixos de seu marco de gestão a excelência na prestação de serviços. A melhoria do desempenho técnico da Anvisa enquanto instituição pública tem sido buscada incessantemente em todas as suas frentes de atuação. Padrões de qualidade e esquemas de trabalho vêm sendo constantemente avaliados e revistos, tendo o aperfeiçoamento das atividades e ações servido como

foco permanente da preocupação dos dirigentes e profissionais da Anvisa”.

O trecho reproduzido, em verdade um pouco longo, é, todavia, essencial para mostrar a toda a preocupação do Governo em melhorar os serviços prestados ao povo brasileiro. Diria, inclusive, que a Anvisa se tornou um ponto de referência em termos de qualidade na Administração Pública – e não apenas em relação ao Brasil, mas até mesmo em nível internacional.

Agindo, sempre no sentido de melhorar a atuação em sua área fim, a Anvisa vem promovendo autênticas revoluções silenciosas na Vigilância Sanitária Brasileira. Vejamos algumas.

A primeira é a implantação dos medicamentos fracionados. Trata-se de medida democrática e adequada para estender o acesso aos remédios para os mais pobres, que agora podem comprar o que necessitam na medida certa. De outro lado, é importante porque evita desperdícios, resultantes do consumo de medicamentos além da medida necessária ou por pessoas que não tenham necessidade deles.

A segunda é a revisão da legislação e das normas referentes à inspeção das empresas fabricantes ou distribuidoras de remédios que porventura realizem o fracionamento.

A terceira é a regulamentação do comércio de produtos à base de colas, **thinner** e adesivos. A medida objetiva, principalmente, coibir o uso, com fins psicotrópicos, da chamada “cola de sapateiro”.

Em quarto lugar, em abril de 2005, a Agência deu início às atividades para elaborar a regulamentação das Boas Práticas em Serviços de Saúde, que busca implementar ações não regulamentadas em normas legais, mas que tenham o intuito de melhorar a qualidade da atenção prestada em serviços de saúde.

Em suma, esses são apenas alguns poucos exemplos do que a Anvisa tem realizado pelo Brasil. Todos eles, no entanto, têm algo em comum: a busca incansável pela excelência, pela qualidade e pela prestação de serviços que nos façam orgulhosos de sermos brasileiros.

Obrigado, Anvisa!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, desejando que o Brasil ganhe o jogo de hoje, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, DE 2006***(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

Prazo final: 6.7.2006

2**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 17, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 9.8.2006

3**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 18, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006, e estende a todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social o mesmo percentual aplicado ao Salário Mínimo; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995,*

9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.

Relator revisor:

Prazo final: 11.8.2006

4**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, DE 2006**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 289, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 21.8.2006

5**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, DE 2006**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 290, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 23.8.2006

6

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 64, DE 1999**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao*

inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2000

(Votação nominal)

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória à programação constante da lei orçamentária anual.*

Pareceres sob nºs 103, de 2004, e 443, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges – 1º pronunciamento (sobre as Propostas): favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003, que tramitam em conjunto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário): pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3, na forma de subemendas que apresenta, e da Emenda nº 4.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.*

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 22, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal.* (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Regulação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Alvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.*

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude.*

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira.*

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2006 (nº 3.952/2004, na Casa de origem), que *estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.*

Parecer favorável, sob nº 664, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do*

art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.*

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 29 minutos.)

(O.S.: 13883/2006)

Ata da 91ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Antero Paes de Barros, Efraim Moraes, Papaléo Paes, Marcos Guerra, Cristovam Buarque e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 28/6/2006 07:38:56 até 28/6/2006 21:02:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
PMDB	RO	AMIR LANDO		X					
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X					
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS		X					
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X					
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X					
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X					
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X					
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X					
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO		X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X					
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X					
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X					
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X					
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X					
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA		X					
PMDB	PI	MÃO SANTA		X					
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X					
PSDB	ES	MARCOS GUERRA		X					
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X					
PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X					
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES		X					
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	MS	RAMEZ TEBET		X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X					
PMDB	RR	ROMERO JUCA		X					
PFL	SP	ROMEU TUMA		X					
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X					
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X					
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X					
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					

Compareceram: 61 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 61 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago ao conhecimento da Casa e do País o pedido de demissão do Ministro Roberto Rodrigues.

Reconhecedor do valor que esse cidadão tem, não poderia ficar calado, haja vista que S. Ex^a sempre foi um homem que lutou e procurou alavancar o agronegócio neste País, sempre foi um intransigente defensor do trabalhador do campo, do homem que vive no interior do nosso País. E, no entanto, estava emprestando o seu nome para sepultar esse segmento de trabalhadores, esse segmento de lutas, responsável pelo sucesso do nosso País, responsável várias vezes por segurar a nossa balança de pagamentos em épocas difíceis, quando não tínhamos ainda autonomia de petróleo. Pois bem, esse segmento, hoje, está morto e sufocado.

Ontem, o Bom Dia Brasil mostrou ao País inteiro a crise que vive o agronegócio no Sul, mostrou em que situação precária se encontra o homem do campo. Está de parabéns o ex-Ministro Roberto Rodrigues. Há um boato de que ele está saindo por conta de doença na família, mas acredito que não seja verdade, porque foi surpresa para todos os seus assessores o conhecimento de qualquer doença na família. Ele está deixando o Ministério por não querer mais emprestar seu nome, repito, para ajudar a sepultar o agronegócio, sepultar o homem do campo, matar o nosso agricultor como está acontecendo neste momento.

Meus parabéns, Roberto Rodrigues. V. Ex^a deixa o Ministério porque não há Governo, não há proteção ao homem do campo. Há proteção apenas para a baderna, para o MST, que todo dia invade terras e fazendas neste País, trazendo intranquilidade e desordem ao campo brasileiro.

Meus parabéns, Roberto Rodrigues.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Está feito o registro, Senador João Batista Motta.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito.

Registro também meu pedido de inscrição para falar pela Liderança do PSDB após o primeiro orador inscrito. Deixo registrado que fui o primeiro a solicitar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Ouço V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a palavra para uma comunicação inadiável se eu não conseguir fazer a permuta com algum Parlamentar inscrito antes da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como estou sempre inscrito pelo art. 17, porque falo sempre nas segundas e nas terças-feiras, peço a palavra para uma comunicação inadiável. Se V. Ex^a entender que algum orador inscrito não estará em plenário, inscreva-me para falar por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, por permuta com o Senador Paulo Octávio.

V. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento e dois minutos de prorrogação, se necessário for.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, volto

a esta tribuna para repercutir, mais uma vez, a reportagem que a revista **Veja** publicou, na edição da semana passada, sob o título “Terrorismo Biológico”, onde traz a confissão de uma pessoa que participou com outras de um ato criminoso, com prejuízo incalculável. Se esse prejuízo pudesse ser calculado, estaria em torno de dez bilhões de reais ou de dólares, Sr. Presidente, porque os números não são fáceis de quantificar.

A denúncia se refere à contaminação da lavoura cacaueteira no Estado da Bahia, um grande patrimônio do nosso País, fundamental para a economia daquele Estado. Hoje, talvez nem tanto, porque a economia da Bahia está diversificada, a sua indústria cresceu e o cacau não representa muito na nossa pauta de formação do Produto Interno Bruto, mas, no passado, para V. Ex^a ter idéia, o cacau representava 60% da arrecadação do Estado. Quando a safra frustrava ou atrasava, o Estado não tinha sequer recursos para pagamento do funcionalismo público.

Felizmente, a Bahia diversificou sua economia com a petroquímica, o petróleo e, mais recentemente, a indústria automobilística, que está no nosso Estado. Se, economicamente, a lavoura do cacau já não representa uma parcela significativa da economia estadual, com certeza representa uma parcela significativa do índice de geração de empregos na região cacaueteira.

A partir de 1989, essa praga, que é endêmica na Região Amazônica – existe nos países vizinhos, como Equador, Bolívia e Colômbia, e nos Estados brasileiros, principalmente Rondônia, Acre e Amazonas –, chegou à Bahia. A Ceplac – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira – tinha um enorme cuidado de criar barreiras fitossanitárias, impedindo que essa doença chegasse ao nosso Estado. Durante muito tempo isso foi obtido com sucesso.

Em 1989, Sr. Presidente, essa doença chegou à Bahia, num momento em que a lavoura já passava por problemas devido aos baixos preços internacionais e num momento de luta política, quando se falava na possibilidade de o Governo de então extinguir a Ceplac, e o movimento sindical dentro dessa Comissão era muito forte.

À época, houve uma suspeita fortíssima na região de que a chegada dessa praga à Bahia não havia sido fruto da natureza, não havia sido trazida pelo vento ou pelos passarinhos, mas teria chegado pelas mãos humanas. Havia pessoas interessadas em criar um fato que justificasse a existência da Ceplac e a derrubada de uma estrutura econômica, trazendo de-

assossegando a milhares de trabalhadores e de famílias da região cacaueteira.

Mas ficamos apenas na suspeição. A Ceplac, à época, pediu à Polícia Federal que fossem feitas investigações, que não foram adiante; foram arquivadas.

Mas agora, Sr. Presidente, o fato que vem estarecendo toda a região – e por isto volto a esta tribuna – é que alguém disse: “Eu participei desse ato”, contando em detalhes como ocorreu o crime.

A Bancada baiana no Senado – Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador Rodolpho Tourinho e eu – estive com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na quarta-feira da semana passada. O Ministro assumiu um compromisso – que foi cumprido – de, no dia seguinte, determinar a abertura de um inquérito pela Polícia Federal de Ilhéus.

Foi designada a delegada federal de Ilhéus, Denise de Oliveira Cavalcanti, para presidir o inquérito para investigar a denúncia de que a disseminação da praga da vassoura-de-bruxa foi um ato de sabotagem biológica promovido pelo Partido dos Trabalhadores na região Sul da Bahia, conforme denunciou a revista **Veja**.

[...]

Segundo a assessora de imprensa da Polícia Federal, Mônica Horta, as pessoas envolvidas na denúncia devem ser intimadas para depor. Entre elas, o técnico de administração Luís Henrique Franco Timóteo, responsável pela denúncia, o ex-prefeito de Itabuna, Geraldo Simões, [que inclusive é candidato a Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores, que exerceu até pouco tempo a presidência da Codeba – Companhia de Docas do Estado da Bahia, e sobre ele pesam acusações do ponto de vista de desvios administrativos em concorrências públicas lesivas aos interesses da Codeba], e outros quatro militantes do PT: Everaldo Anunciação, Wellington Duarte, Jonas Nascimento e Eliezer Correia, todos funcionários da Ceplac e integrantes da alta cúpula da instituição.

Portanto, esse é um crime que compensa. Por quê? Em primeiro lugar, eles conseguiram manter a Ceplac, mesmo desprestigiada por conta de falta de verbas e de recursos; em segundo lugar, compensa porque eles estão na direção da Ceplac.

Então, o que se deseja é uma apuração severa, profunda, para que o fato seja esclarecido, porque a

região, revoltada, não aceita o que está acontecendo, Sr. Presidente.

Ouçõ o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães, com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão. Estamos tomando as providências indispensáveis, dando satisfação à lavoura cacauera, que foi criminosamente atacada pelo Partido dos Trabalhadores. Houve um prejuízo de milhares e milhares de reais para fazendeiros grandes e pequenos, com mais de 200 mil desempregados. De maneira que temos de tomar providências. Isso, sim, é que cabe uma comissão de inquérito! Isso, sim, é que deve ser estudado por qualquer das Comissões desta Casa! Inclusive, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pode criar uma subcomissão para tratar de assunto tão grave, se a Comissão de Agricultura não o fizer. De modo que não vamos ficar calados diante dessa barbaridade provocada pelo Partido dos Trabalhadores, useiro e vezeiro em prejudicar a economia brasileira!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Ex^a está certíssimo na sua assertiva de que não podemos descansar enquanto toda a verdade não vier à tona e os culpados por esse crime de lesa-pátria não forem condenados.

Também o Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria Regional de Itabuna, está empenhado em acelerar o inquérito que investiga essas denúncias. De acordo com o coordenador da Promotoria Regional de Itabuna, Clodoaldo Silva Anunciação, além dele e dos promotores Márcia Bandeira e Márcio Fael – de Improbidade Administrativa e Meio Ambiente –, outros dois Promotores da Vara Crime da região se juntaram à investigação. Segundo ele, a expectativa é que promotores de outras comarcas [que tiveram suas regiões, seus Municípios prejudicados por esses crimes,] possam também colaborar com seus trabalhos.

[...]

Os Presidentes da Comissão Nacional de Cacau, da Associação de Apoio à Recuperação da Lavoura Cacauera (Comacau), os Sindicatos Rurais de Ilhéus, Ipiáú, Itajuípe, Barro Preto e Camacan vêm a público manifestar sua preocupação com a matéria [...] que denuncia as infestações dos cacauais baianos por essa

praga [...], patrocinada por alguns militantes do PT, Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de quebrar as oligarquias locais e abrir espaços políticos para os filiados do Partido.

Esse fato provocou a queda acentuada da economia cacauera, o desemprego de mais de 200 mil trabalhadores e o endividamento dos produtores rurais. Devido à gravidade das denúncias, as entidades acima citadas solicitarão à Procuradoria Geral da República, ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal que procedam, com o maior rigor possível e com a serenidade necessária, à apuração das denúncias, de forma que, se comprovadas, os culpados sejam rigorosamente punidos.

Assinam a nota os presidentes da Comacau, José Carlos Soares de Assis, da Comissão Nacional do Cacau, José Mendes Filho, e dos sindicatos de Ipiáú, Florisnelson Moreira Amparo, de Camacan, Guilherme Castro Moura, de Itajuípe, Itatolino Leite Júnior, de Barro Preto, Fernando Botelho, e de Ilhéus, Mário Bunchaft.

Portanto, Sr. Presidente, ficaremos aqui todas as semanas repercutindo esse fato, até que a Polícia Federal, o Ministério Público e a Procuradoria-Geral da República possam trazer à luz toda a verdade desse escabroso caso de lesa-pátria. Não ficaremos aqui parados; faremos a defesa da lavoura – e averiguar esses fatos faz parte da defesa dessa lavoura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço um minuto a V. Ex^a. O Deputado Federal Ivan Ranzolin, como não pode fazer uso da palavra no Senado, pediu-me – o que faço com muita satisfação – que fizesse uma pequena saudação aos 40 Vereadores, que aqui o acompanham, que são da região fria de Santa Catarina, divisa com o Rio Grande. Cumprimento a todos na figura do Presidente da Uveres, o Vereador Cidinei Marcon.

Sejam bem-vindos! É uma alegria recebê-los aqui e tenho certeza de que sempre teremos uma política de

parceria entre Governo Federal, Governos Estaduais e, naturalmente, os governos municipais por intermédio dos Vereadores.

Faço este depoimento até porque meus pais nasceram em Bom Jesus, cidade que fica praticamente na divisa dos Estados, nessa região que os Vereadores representam.

Era o que tinha a dizer, agradecendo a V. Ex^a e enviando um abraço carinhoso do Senado a essa delegação de lutadores pelas questões de Santa Catarina, à semelhança da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, saúdo os ilustres visitantes com o mesmo empenho que faz o nosso nobre Senador Paulo Paim e encaminho à Mesa, Sr. Presidente, antes de termos o prazer de ouvirmos o Senador Papaléo Paes, voto de aplauso à Irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, missionária do Amazonas, que se especializou e se dedicou ao tratamento de hansenianos. Recentemente, foi homenageada com o título de Cidadã Amazonense pela Assembléia Legislativa. Isso é o mínimo que se poderia fazer no meu Estado por figura tão nobre e tão honrada.

E encaminho a V. Ex^a voto de aplauso ao Município de Maués, pelo seu 173º aniversário de criação, junto com pronunciamento dirigido àquele povo, àquele que é turisticamente conhecida como a “terra do guaraná” e, economicamente, também, é uma cidade criadora, criativa e que, portanto, merece ser dignificada pelo Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº /2006

Requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Daniel Queiroz, pela conquista de Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em São Luís/MA, em junho de 2006.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta amazonense Daniel Queiroz, que conquistou Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em junho de 2006, no Maranhão.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e da Federação Amazonense de Natação.

Justificação

O Amazonas brilhou no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em São Luís, Maranhão. O atleta amazonense Daniel Queiroz garantiu a Medalha de Ouro na prova de 200 metros, nado de peito. Daniel, que pratica natação desde um ano de idade, começou a competir aos sete e é uma grata revelação para essa modalidade de esporte. É, pois, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº /2006

Requer Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso de seu 173º aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito Municipal de Maués, Sr. Sidney Leite e, por seu intermédio, ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e ao povo de Maués.

Justificação

Maués, a pouco menos de 180 quilômetros de Manaus, é a bela Terra do Guaraná, hoje nacionalmente conhecida pelos seus maravilhosos cenários, que atraem anualmente milhares de turistas de todo o País e até do exterior. Conta hoje com 45 mil habitantes e suas atividades econômicas, além da produção do Guaraná, são a pecuária e a produção de pescado.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº /2006

Requer Voto de aplauso à Irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, Missionária no Amazonas, que, desde 1971, dedica-se ao tratamento de hansenianos, pelo que lhe foi outorgado o Título de Cidadã Amazonense.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Irmã Maria Angela Alcade Torrecilla, pelo título de Cidadã Amazonense, outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Ela é missionária originária da Espanha e, ao longo desses últimos 35 anos, vem se dedicando ao tratamento de hansenianos na Colônia Antônio Aleixo, a 25 quilômetros de Manaus.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Justificação

A vida da Irmã Maria Ângela Alcaide Torrecilla é de total dedicação ao tratamento de hansenianos na Colônia Antonio Aleixo, no interior amazonense. Ela chegou ao Amazonas, vinda da Espanha, sua terra natal, em 1971 e ao longo de 35 anos, vive praticamente reclusa, com dedicação total a essa humanitária causa. O título de Cidadã Amazonense foi proposto à Assembléia Legislativa pelo Deputado Aroldo Andrade, ex-Secretário Municipal de Saúde em Manaus. A irmã é, pois, merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores,

Maués, de Rara Beleza e Terra do Guaraná, Completa 173 Anos de Existência

Maués, bela há 173 anos! Assim escreve o jornal **A Crítica**, ao saudar a maravilhosa Terra do Guaraná, no meu Estado, cujas origens começam com os ín-

dios Mundurucus, que ergueram, no lugar onde hoje é Maués, a Aldeia Uacituba, que significa Terra Fértil.

Ali, em 1798, os portugueses Luís Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto fundaram o povoado Luséa, mais tarde elevado à condição de Missão, já com o nome de Maués. Em Tupi, Maués significa Pagaio Falante.

A História de Maués inclui a chamada Cabanagem, movimento de libertação social encabeçado por pessoas simples da Amazônia, nada parecido com os chamados movimentos sociais da atualidade brasileira.

Esses registros mostram que, por volta de 1840, a principal praça de Maués, hoje chamada Praça Coronel João Verçosa, foi palco de conflitos sangrentos que resultaram na rendição dos últimos guerreiros cabanos, obrigados, então, a jurar fidelidade ao Império do Brasil.

Maués, elevada à condição de cidade em 1896, portanto já na República, é hoje uma cidade de mil e um encantos, de cenários deslumbrantes, com grutas, cachoeiras, montanhas, encontro das águas de lagos de rara beleza.

Em separado, estou encaminhando à Mesa requerimento em que proponho um Voto de Aplauso do Senado da República ao Município de Maués, hoje conduzido pelo dinâmico Prefeito Sidney Leite. Por seu intermédio, cumprimento o Vice-Prefeito, os Vereadores e o povo de Maués pelo aniversário da cidade.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº /2006

Requer Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso de seu 173º aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito Municipal de Maués,

Sr. Sidney Leite e, por seu intermédio, ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e ao povo de Maués.

Justificação

Maués, a pouco menos de 180 quilômetros de Manaus, é a bela terra do guaraná, hoje nacionalmente conhecida pelos seus maravilhosos cenários, que atraem anualmente milhares de turistas de todo o País e até do exterior. Conta hoje com 45 mil habitantes e suas atividades econômicas, além da produção do guaraná, são a pecuária e a produção de pescado.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores,

Se a educação é prioridade pública, em todo lugar, em todo estado, como entender que no Amazonas estejam sendo desviadas verbas da Universidade Estadual do Amazonas-UEA para outros fins?

Se a UEA fosse uma Universidade Federal, esses delituosos desvios de verbas seriam suficientes para caracterizar um escândalo nacional!

A UEA não é federal, mas a Educação é! o escândalo é do mesmo tamanho. Por isso, trago ao Senado da República esta denúncia, para mostrar o próprio crime de desviar verbas; e, por essa prática, o descaso do Governo do Estado para com a Educação.

Vamos aos números dessa barbaridade:

Dez empresas. Fundações e projetos de outras áreas do Governo do Amazonas foram premiados com R\$52 milhões de um total de R\$98 milhões, que foram arrecadados e que se destinavam à Universidade do Estado do Amazonas. Isso ocorreu nos dois últimos anos.

Explico: tais recursos são captados de empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus, por meio de benefício fiscal e recolhidos para o fim específico de custear o desenvolvimento de atividades da universidade estadual.

O escândalo é de pasmar!

Não posso aceitar que o Governo do Estado fique a tungar recursos para educação no meu Estado. As verbas são específicas para esse fim, não há como desculpar esse crime de lesa-educação.

A Universidade Estadual do Amazonas tem metas a cumprir e não só em Manaus. Em todo o interior do Estado. Há demandas urgentes, entre outras, nos Municípios de Carauari, Eirunepé, Humaitá, Apuí e Manicoré, todos atendidos pela UEA. As atividades nessas áreas estão praticamente paralisadas, por falta de recursos.

Para dar a aparência de legalidade, o Governo Estadual aprovou e sancionou lei que permite a realocação de verbas que excedam as despesas anuais da universidade.

Não é o caso.

A Universidade Estadual do Amazonas precisa de recursos. E não apenas para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Também para outras ações que desenvolve em todo o Estado.

Denuncio, além dos desvios, o pouco interesse do atual Governo do Amazonas pelo ensino, pela educação. Não é concebível falar em verba excedente. Para educação, a prioridade deve ser total, a menos que os administradores queiram deixar que essas atividades, voltadas para o ensino das nossas populações, sejam relegadas ao descaso.

A denúncia desses desvios foi publicada pelo jornal **A Crítica**, mostrando em pormenores os valores tungados da UEA, para construtoras, fundações e para outros projetos do Governo Estadual.

O texto da denúncia vai para os Anais do Senado. Segundo esse respeitável jornal, o Governador do estado usa e expedientes, contrários á educação, para fins eleiçoeiros. E, como mera e frágil capa de legalidade, o governador ampara-se na lei que permitiria ao governo tungar dinheiros da UEA.

Na Assembléia Legislativa do Amazonas já há fortes reações contrárias a essa prática. O PSDB apóia as manifestações que ora ali estão em curso e dará o apoio necessário para evitar que o governador siga nessa prática contrária à educação.

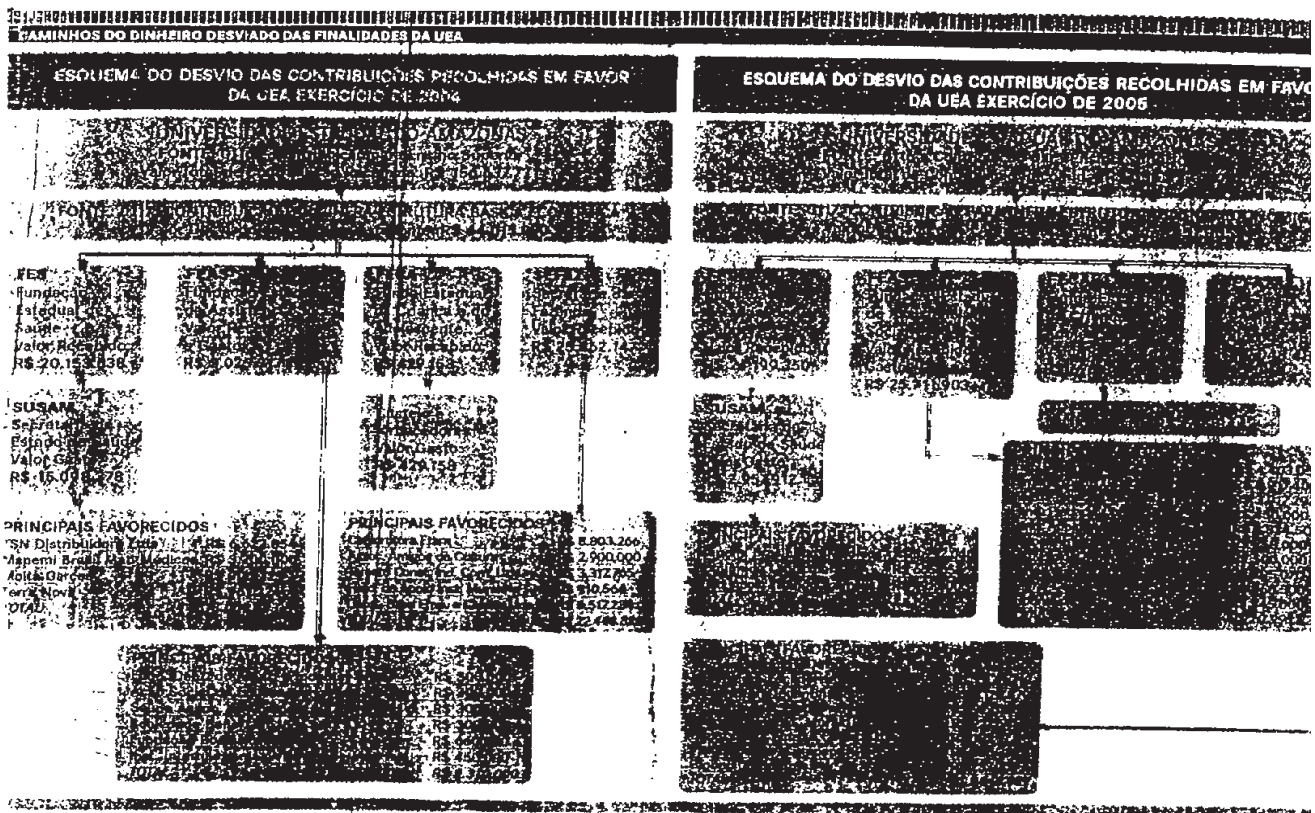
Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Verba da UEA é desviada para outras finalidades

O esquema já possibilitou a transferência de mais de R\$ 98 milhões dos recursos da instituição para outros setores



CAAP EM AÇÃO!

O Centro Acadêmico de Administração em nome de todos seus diretores e colaboradores, agradece a participação dos acadêmicos nos eventos, tais como: Seminário de Administração Pública na SUFRAMA, no Curso de Informática, nas palestras no auditório da ESO e na doação de leite a Casa VHIDA. Por isso, o CAAP tem orgulho de representar os universitários de administração pública da Universidade do Estado do Amazonas.

Luiz Frederico Oliveira de Aguiar - Presidente CAAP

Raifran Brandão Araújo - Presidente do DRE/CEST/UEA

O desvio de verba pública já caracteriza por si só um crime contra o patrimônio público. A grandiosidade desse desvio ultrapassa todas as fronteiras da irresponsabilidade e do desrespeito com o povo amazonense. A nossa universidade é uma real perspectiva de desenvolvimento, sobretudo para o interior, mas sem investimento e com desvio de recursos ficaremos assistindo aos estrangeiros pesquisarem e levarem as nossas riquezas naturais

Denísio Araújo (Ex-Presidente do DCE-UEA)

"No estatuto da UEA, existe o artigo sobre o conselho curador que prever a participação de membros do pólo industrial de Manaus fazendo fiscalização e planejamento dos recursos da UEA, mas até então este conselho nunca foi ativado antes da saída da nossa gestão enviamos ofício a reitoria solicitando a instalação do conselho".

(Original ilegível fornecido pelo autor.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores,

OS MAIS POBRES VIRAM *POVO-OBJETO*
DO PRESIDENTE-CANDIDATO LULA

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

Faço uma análise da fala de Lula na convenção petista que lançou seu nome à reeleição. E por mais boa vontade que possa ter, encontro apenas frases ultrapassadas que não servem ao Brasil de hoje, cheio de desencontros.

O Presidente ontem voltou ao mesmo discurso sem lastro, para dizer que, antes dele, o *Brasil era uma coisa meio desarranjada*. Ele nada explica. Nem traduz o que é *coisa meio desarranjada*.

Essa é uma retórica que merece e é usada para engodar as parcelas mais sofridas da população. O Presidente *usa-as!* e não sem maldade oculta. Faz isso em nome de seus propósitos de ficar no Governo. Até agora, ele não disse a que veio, não é capaz de apontar uma única obra. Mas fala e fala!

Chego, lamentavelmente, a uma conclusão: o Governo Petista do Presidente Lula transformou o povo mais pobre do Brasil em *objeto*. *Objeto-eleitoral*, no pior sentido literal. É uma forma desprezível de degradar o povo, em especial as parcelas mais pobres. O processo com que o atual Governo leva a cabo suas idéias de perenização no poder desconsidera o povo como *pessoa*. Trata-o, sim, como objeto. É o *Povo-objeto*. A esse povo-objeto, avelha postura do *pão-e-circo* dos *Tempos do Ronca, ou do Onça*.

Sim, já não há dúvida de que os tempos brasileiros de hoje, tomados de propaganda petista, revivem o *Tempo do Onça* ou o *Tempo do rei velho*, o velho e antigo *Tempo do Ronca*.

A diferença é que isso já não cabe como prática aceitável. Lula imagina que sim, pelo desespero do nada ter feito e que, ao final, vai gravar em sua biografia um quatriênio.

Tempo do Onça, sabem os marqueteiros de Lula, é a expressão que aponta ações de uma era que já passou. Que deu certo numa época longínqua, em prevaleciam a vontade e os caprichos dos governantes. Governar não era o mais importante! Temo que tudo isso esteja voltando.

A frase *Tempo do Onça* nasceu no Rio de Janeiro, nos idos de 1725, época em que um polêmico Capitão Monteiro era o Governador local. Ele era apelidado de *Onça* pela sua conduta autoritária, que fechava os olhos para a corrupção que corria solta.

Ao povo, o *Velho Onça* entoava frases de efeito, como as que estão novamente na vigente cena brasileira. Bastava um agrado, um churrasco e sair soltando números falsos de uma realidade que o povo não via, mas pensava ser verdadeira.

A convenção do Partido dos Trabalhadores teve tudo isso. O Presidente, que já era candidato quis aparentar à Nação que só no sábado passaria a ser candidato.

Nela, Lula cometeu gafes, disse as inconveniências de sempre, afagou os amigos *mensaleiros* e jogou falação, sem oferecer dados ou cifras. Coisas como o *maior governo do Sul do Mundo nos últimos 500 anos*.

Essa dita convenção petista não teve nada de elevação. Só destemperos e rotulagens fáceis, dando razão para que, no domingo, o ex-Presidente Fernando Henrique viesse a corrigir os destemperos da *gente do PT, que é apenas boa de garganta e tem um Presidente que na verdade só e só cacareja sobre ovos postos por outros*.

Segunda-feira, na reunião da dita coordenação política do Governo, Lula quis demonstrar o que não é, criticou FHC, acusando-o de destempero verbal por levar o Presidente ao galinheiro e acabou falando em *dor-de-cotovelo*.

Vamos colocar os pingos nos i.i. Lula é a última pessoa neste País a ter autoridade para falar em *destempero verbal*, ele que é useiro e vezeiro na linguagem mais chula da face do Planeta Terra.

Coisas, por exemplo, como a inauguração de ala internacional em aeroporto sem linha para o exterior. Se duvidar, ele acaba inaugurando pedra fundamental de terminal marítimo em Brasília, que não tem mar.

Os tempos do Brasil petistas são mesmo *tempos do ronca*, com um Presidente que vive inventando jeito de matar o tempo e empregá-lo em ocupações que servem tão-só para substituir a inação. Distrair-se e recrear-se é com ele mesmo!

Engana-se, no entanto o Presidente Lula ao supor que a população brasileira aceita o tanto de falsidade embutida na propaganda maciça do seu Governo ou quando ele se traves-te de *Lula Conselheiro*, fala dos 50 reais que distribui todo mês às populações carentes, finge que se sensibiliza com a pobreza. Não será nenhuma surpresa se ele, daqui a pouco, empunhar um cajado e sair por aí, continuando a engodar.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

O que Lula não sabe é que a mentira tem pé curto. As populações que ele tapeia só são tapeadas, infelizmente, porque não têm tido acesso à informação e acabam sendo vítimas do engodo do Governo petista, que se sustenta à custa do dinheiro público com que financia a maciça propaganda enganosa.

Com os recursos da propaganda, Lula faz o povo acreditar que seu Governo é realizador. Não é! Seu Governo, como lembrou FHC, é promotor, ocultador e campeão em matéria de corrupção e escândalos.

Ao falar ao povo, mentindo, Lula joga números falsos. Diz, por exemplo, que criou nesses seus quase quatro anos de mandato, 10 milhões de empregos. Ele só não explicou que 7 milhões foram gerados na China. Ele foi lá, adulou seus hóspedes e o Brasil acabou se tornando forte importador de produtos chineses, de qualidade duvidosa. Em consequência, a indústria de lá criou 7 milhões de empregos. Para chineses.

No entanto, as populações que dispõem de informações e lêem sabem que tudo não passa de mentirinha. O Governo petista de Lula é fraco, esbanjador, corruptor e protege os corruptos. E mente à beça. Eis aqui a relação das 15 maiores mentiras dele:

1. Prometeu e garantiu que criaria 10 milhões de empregos
2. Disse que os brasileiros teriam três refeições todo dia: r café, almoço e jantar para todos os brasileiros.
3. Garantiu que assentaria 500.000 famílias de sem terra. Em vez disso, protegeu as invasões e criou *intranquilidade no campo*.
4. Prometeu criar 500.000 empregos no improvisado programa chamado Primeiro Emprego. Foi o maior malogro de seu Governo.
5. Criou o Banco Popular, com o pretexto de levar crédito aos pobres. Levou endividamento. E o Banco Popular deu um enorme prejuízo ao Banco do Brasil
6. Prometeu que o Brasil cresceria em média de 5% (PIB) ao ano. Cresceu 2,3%.
7. Prometeu criar o IVA em substituição ao ICMS. Ficou na promessa
8. Prometeu arrecadar mais R\$ 2, 5 bilhões e dar emprego a 350.000 agricultores em função do Bolsa Família. Limitou-se a distribuir dinheirinho.
9. Prometeu que o Brasil deslancharia com as PPP, Parcerias Público Privadas. Estão na gaveta, por incompetência.
10. Prometeu construir 600.000 novas moradias por ano. Ficaram na propaganda de out-doors.
11. Prometeu disponibilizar R\$ 4,5 bilhões do FGTS para construção de casas. O povo ainda não viu. Se somar, vai ser um desastre.
12. Acenou com a redução da jornada de trabalho, para gerar 3,2 milhões de novos empregos. Ficou tudo como dantes no quartel desses falantes.
13. Garantiu aposentadoria digna para 3,2 milhões de idosos com mais de 60 anos que permanecem no mercado de trabalho. E aí? Quem viu o quê?
14. Prometeu aumentar o prazo do seguro-desemprego para 8 meses
15. Prometeu fazer o Governo mais sério e honesto da história do Brasil. Mentiu feio. As CPIs que o digam

É bom que Lula se inteire ao menos do que o povo fala, como seu Governo é visto por uma expressiva parcela da população, que tem a avaliação de que nenhum Governo foi pior do que o de Lula, em toda a História do Brasil.

Na página de cartas dos leitores da edição da Revista *Veja* que circula esta semana há, há várias opiniões acerca do malfadado Governo Lula, essas sim, legítimas.

Leio algumas:

O autor de Belíssima se diz chocado com a descoberta de que o público mudou seu modo de encarar os desvios de conduta dos personagens. Isso é o reflexo da sociedade em que vivemos, já que exemplos não faltam, começando por Laila e sua gangue.

Edson José de Azevedo

Joinville, SC

Outra:

Lendo a entrevista de Silvio de Abreu é que pude entender o porquê do alto índice de aprovação do governo Laila. É triste chegar à conclusão de que para o povo brasileiro não importam os meios que o levaram ao poder, mas sim o poder. Como disse o ilustre autor de Belíssima, "as pessoas querem subir na vida e dane-se o resto". A honestidade e a moral viraram palavras em desuso.

Andresa Vitorino Garcia Ribeiro

Araranguá, SC

Mais aspas para a Veja:

De olho na reeleição

Afinal de contas, as empresas públicas são entidades independentes ou apenas um braço do governo, que serve, entre outras coisas, como palanque para políticos inescrupulosos? Excelentíssimos senadores e deputados, já passou da hora de encerrar esse tipo absurdo de uso da máquina do Estado. Seja por meio de leis que inibam a apropriação indébita dos feitos das estatais por parte do governo, seja por meio de mais privatizações ("Os rãos da reeleição", 21 de junho).

Aldebaran Perseke

São Paulo, SP

Ainda os leitores de Veja:

Laila faz as chamadas "inaugurações-fantasma" simplesmente por não ter obras (reais) suficientes para mostrar o que fez em seu governo.

Flandácio Tolentino Filho

Montes Claros, MG

Outro leitor:

Estarrecido com a reportagem a respeito do terrorismo biológico na região cacaneira da Bahia, no primeiro momento pensei em fantasia, vingança do denunciante, criação anti-PT. Mas, vendo o nome dos participantes e conhecendo de perto o modo de atuar das pessoas citadas, infelizmente sei que não praticam os limites do bom senso ou o respeito à história do cacau e ao patrimônio privado. Que as necessárias e aprofundadas investigações não parem como as anteriores, pois o bem-sucedido terrorismo se constitui num verdadeiro crime de lesa-pátria. A região sabe que a vassoura-de-bruxa foi implantada por mãos humanas e que os citados são capazes do feito.

Ubaldo Dantas

Ex-prefeito

Itabuna, BA

Mais um, com denúncia:

Arlei Coqueiro, procurador da prefeitura de Parauopeba, em Minas Gerais, comunica a premiação de Silvrinho Pereira com o troféu Quiabo do Ano. Situada na região central de Minas, a 100 quilômetros de Belo Horizonte, Parauopeba é, segundo a Emater, a campeã nacional da produção de quiabo, com 2 800 toneladas em 2005. O prêmio Quiabo do Ano, ou Kiaboo Prize, foi instituído para homenagear figuras que se destacam pela habilidade de "se esquivar de problemas e de não assumir o que dizem e fazem". Sendo assim, Silvrinho Pereira, ex-secretário-

— *geral do PT, que deu entrevista reveladora ao jornal carioca O Globo e uma semana depois negou tudo na CPI, foi honrado com uma caixa de 40 quilos de leguminosa, entregue na sede do PT. A escolha de Silvinho ocorreu durante a I Festa Nacional do Quiabo, no início do mês, quando se comemoraram os 94 anos de fundação do município.*

Senhor Presidente, Senhoras e

Senhores Senadores,

Não é apenas a falta de realizações que caracteriza o Governo Lula. Em tudo mais esse Governo é um desastre, a começar pela corrupção!

No final de uma das sessões do Senado, semana passada, por exemplo, denunciei a maneira desastrada e incompetente com que o Ministro da Justiça conduz uma das mais importantes áreas a ele jurisdicionadas, a Polícia Federal.

Afirmar, então, que o propósito do Governo parece evidente: o de pretender levar a Polícia Federal não como *Polícia de Estado*, que é a sua missão, tal como é encarada pela sociedade civil brasileira. A julgar pela forma com que o Governo petista dá curso à tal *Lista de Furnas*, leva a conclusões pouco lisonjeiras, desmerecendo o papel significativo da Polícia Federal.

Na oportunidade, mereci um aparte do ilustre Senador Romeu Tuma, que honrou aquela instituição como seu então Diretor-Geral. O ilustre representante de S.Paulo, como sempre faz, uma vez mais revelou seu amor à Polícia Federal.

Disse-lhe, em resposta, que ele — estou certo — ama e venera a Polícia Federal. Eu e os brasileiros a respeitamos. E muito.

Hoje, tive o prazer de receber mensagem de um Delegado da Polícia Federal, com palavras que apenas convalidam minha boa impressão acerca dessa indispensável instituição brasileira.

Apraz-me repetir aqui algumas das frases do Delegado:

-Sonhamos com o dia em que o cidadão de bem deste País voltará a ter a segurança nas ruas. Pode ser uma utopia, mas há diversas idéias e projetos que estamos elaborando nesse sentido.

E mais. (Novas aspas ao Delegado que me escreveu):

-As operações que ocorreram nos últimos anos são fruto do desprendimento e da organização interna, reforçada com novos policiais egressos de concursos públicos.

Outro trecho da mensagem que me chegou, enviada por esse digno Delegado da Polícia Federal:

-Penso que a exploração política da Lista de Furnas, sabidamente um documento imprestável, inidôneo, seria um tiro no próprio pé.

Termino, com uma apreciação do Delegado sobre o Ministro da Justiça:

-De fato, o Ministro da Justiça tem o controle administrativo do Departamento de Polícia Federal; pode nos humilhar, deixar que telefones sejam cortados, remanejar pessoas e determinar a instauração de procedimentos disciplinares. Mas ele não pode decidir o que os Delegados farão nos inquéritos que presidem. E se algum outro partido que venha a assumir o poder pensa que poderá fazê-lo, está enganado. Como o Senador disse, a PF é Polícia do Estado e não do Governo ou de Partido.

Ainda sobre essa área, outro cidadão brasileiro, advogado em Rondônia, enviou-me e-mail, para manifestar sua opinião sobre o *desserviço que o Ministro da Justiça vem perpetrando contra o País*.

A mensagem vai além e adverte:

-O que o Ministro vem fazendo causa perplexidade e tem graves riscos para o Estado de Direito e para a Democracia do Brasil.

Numa breve auto-apresentação, ele se diz *desacorçoado com a profusão de acontecimentos desagradáveis que já são rotina na condução dos destinos do Brasil pelos seus governantes, sempre para proteger os atuais ocupantes do Palácio do Planalto*.

Tudo isso excede em muito a vontade de poder do Presidente Lula et caterva, segundo o Ministério Público aponta à exaustão: vai além, faz irradiar para o tecido social o sentido nefando da impunidade, desorganizando por completo a vida em sociedade.

Mais aspás, para mais denúncias:

Observo que o papel de acobertamento criminoso que tão bem vem sendo exercido pelo Ministro da Justiça. Preocupam-nos a sem-cerimônia com que o Ministério da Justiça vem produzindo cortinas de fumaça para acobertar os delitos cometidos pelos ocupantes do Palácio do Planalto.

Encerro, Senhor Presidente, lamentando o engano que caracteriza o *Governo Lula*, um *Governo sem nível*, amorfo, incompetente e que tem amigos – esses sim, os verdadeiros amigos – cuja passagem pela vida pública não honra o Partido dos Trabalhadores, pelo menos aquele nascido das lutas do ABC paulista.

Esses amigos são os mensaleiros, além de Okamoto e tantos outros figurantes da vida policial deste Brasil da Era Lula.

Antes de encerrar, acrescento a este pronunciamento a notícia publicada nessa terça-feira pelo jornal *The New York Times*. A matéria é de autoria do jornalista Larry Rothers, correspondente do importante jornal norte-americano no Brasil. Rothers é o mesmo repórter que Lula quase expulsou do Brasil, por uma outra matéria que levou o Presidente a revelar um pouco mais do seu quase nenhum apreço à liberdade de imprensa.

Incluo essa nova reportagem de Rothers – sintetizada pelo serviço brasileiro da BBC de Londres, com o título: *Lula usa Seleção para escapar de críticas*. Nela, o repórter observa que *Lula usa o êxito do futebol brasileiro para responder a críticas de incompetência e corrupção em seu Governo*.

Não sou eu a dizer. É o NYT, na reportagem de Larry Rothers.

Aspas para o repórter:

Em suas declarações públicas, Lula freqüentemente usa metáforas do futebol para explicar suas ações, como ocorreu no ano passado, ao tentar impedir que o então Ministro Antonio Palocci fosse demitido por causa de seu envolvimento em um escândalo de corrupção: por quê vou mexer com o Palocci? Isso seria o mesmo que retirar Ronaldinho do Barcelona. Deixe-o jogar. Poucos são tão astutos como Lula – escreve Rothers. E eu acrescento: e assim ele vai levando o seu Governo.

Termino, repetindo que esta é a definição a que se chega no Brasil da triste atualidade:

Lula transformou o povo pobre do Brasil em mero *objeto*. Para o Presidente, é o *Povo-objeto!*

Era o que tinha a dizer.

D: Meus Documentos\DISC 26 JUN 06 POL FEDERAL.doc

Arthur.Virgilio@senador.gov.br

FHC diz não ser igual a 'essa gente do PT' e que Lula 'é bom de garganta'

Ex-presidente pede comparação de seu governo com o do sucessor, marcado por 'corrupção e escândalos'

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:
"Anexos."

ANEXOS

FHC diz não ser igual a 'essa gente do PT' e que Lula 'é bom de garganta'

Ex-presidente pede comparação de seu governo com o do sucessor, marcado por 'corrupção e escândalos'

Ana Paula Scinocca

Um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ser confirmado candidato à reeleição, seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, aproveitou a convenção estadual do PSDB em São Paulo para avisar ao petista que não teme e aceita o desafio de comparar seu governo com a gestão do PT.

Ao lado dos candidatos tucanos à Presidência, Geraldo Alckmin, e ao governo paulista, José Serra, Fernando Henrique disse que Lula é "bom de garganta" e se destaca nos quesitos corrupção e gastos com publicidade. Foi além. Afirmou que os petistas estão, na verdade, "cacarejando sobre ovos postos por outros". "Para chegar à vitória, nós vamos travar uma luta e não tememos ninguém, partido nenhum. Eu quero a comparação do meu governo com o atual", anunciou, logo ao abrir o ato tucano, que reuniu cerca de 5 mil pessoas na Assembléia Legislativa ontem.

Em discurso inflamado de apenas 12 minutos, FHC frisou que seu governo não pode ser comparado ao de Lula quando o assunto é a corrupção. "Teve coisas que eles fizeram mais do que nós: muita corrupção, os escândalos, aí ganharam. Também gastaram muito. É muita publicidade, é muita propaganda, é muita palavra para encobrir o nada. Aí, ganharam", afirmou o tucano, que, por diversas vezes, fora interrompido por aplausos.

Em resposta às declarações de Lula anteontem, que chamou tucanos e pefelistas de "vozes do atraso", FHC insistiu nos escândalos de corrupção que assolaram o governo do ex-sindicalista Lula. "Nós nunca saímos pelas ruas do Brasil dizendo que nós éramos os éticos, e só nós; eles diziam. Agora, ainda ontem (anteontem) o presidente outra vez vem dizer 'vamos esperar a palavra final da Justiça, enquanto ela não vêm somos todos iguais'. Eu não. Eu não sou igual a essa gente, não. Nós não somos iguais. Nós não somos iguais", afirmou, exaltado.

Embora mencionasse a questão da corrupção que atingiu o governo Lula várias vezes ao longo de sua fala, o ex-presidente também fez comparações em outras áreas. A de infra-estrutura foi uma delas. "Estão tapando buracos que fizeram em estradas que foram construídas por nós. Não construíram um quilômetro de estrada. Estão cacarejando sobre ovos postos por outros." A questão central da campanha de 2002 - a geração de empregos - também foi citada pelo ex-presidente FHC. "Não disseram que iam criar 10 milhões de empregos? Pois é. Agora, foram 4 milhões. E esqueceram de dizer que parte desses 4 milhões é emprego informal que se formaliz-

zou."

Em seguida, FHC ao lado de seu ex-ministro da Saúde, Serra, mudou o setor de comparação. "Podemos falar de saúde. O que foi feito? Nada, não. Houve escandalozinhos por lá também. Houve desvio de propósito. Houve sim muita coisa equivocada." Valendo-se da fama de desinformado de Lula, cutucou: "Como é que se chama o ministro da Saúde? Eu acho que nem o presidente Lula sabe. Ninguém sabe." O atual ministro interino da Saúde é Agenor Álvares.

INCOMPETENTE

O ex-presidente também chamou Lula de "incompetente" e disse que o petista não soube aproveitar o cenário internacional favorável para fazer o País crescer. "É uma vergonha que um mundo nas condições de hoje, bem diferentes das do meu tempo, o Brasil não tenha aproveitado a onda para crescer mais. Falavam e ameaçavam. Mesma coisa: 2.6%. Eu com quatro crises financeiras e eles com um boom econômico no mundo todo. Incompetentes", anotou.

FHC ainda acusou Lula e seus companheiros de PT de "desmoralizar as instituições" e ressaltou que o petista também leva vantagem quando o assunto é nomeação. "Nomearam muito mais do que eu. Tudo que era gente amiga foi nomeada; todos os bigodes estão lá no governo. Só que não se aprende do dia para noite. Tiraram gente competente para botar gente de partidos." A extensa agenda de viagens de Lula também não passou em branco pelo ex-presidente. E a autopromoção do petista, idem. "Chega de bazófia. Chega de garganta". E prosseguiu: "Só diz eu fiz, eu, eu, eu, eu. Eu? Vai ver nas urnas onde o eu vai parar." Assim como FHC, Serra e Alckmin seguiram linha de ataques a Lula em suas falas. Um integrante da cúpula tucana agradeceu a Lula. "Ele nos fez um favor. Conseguiu que o PSDB afinasse o discurso." À chegada da convenção houve tumulto. Segundo a rádio CBN, FHC caiu e quase foi pisoteado." (O Estado de S. Paulo, 26 jun 2006)

FHC diz que Lula 'cacareja' sobre ovos alheios

Apenas 24 horas depois de Lula ter dito, no primeiro discurso como candidato, que seu governo bate o do antecessor — "Fizemos em 42 meses mais do que eles em oito anos" — o tucano FHC decidiu cantar de galo.

Falando na convenção que homologou a candidatura de José Serra ao governo de São Paulo, o ex-presidente provocou: "Eles estão cacarejando sobre os ovos postos por outros. Não temo a comparação. Venham com qualquer tema. Chega de bazófia, de garganta. E esse presidente fala muito e, quando tem de fazer, deixa para os outros".

A alcunha de falador foi uma das mais suaves que o tucanato dirigiu a Lula neste domingo. Nos discursos da convenção do PSDB paulista, o presidente foi brindado com adjetivos bem mais depreciativos: "corrupto" e "incompetente", por exemplo (clica).

Lula tem dito que não pretende deslizar para a baixaria. Há poucos dias, chegou mesmo a dizer que responderá à ira dos inimigos com carinho, amor e trabalho. A julgar pelos números das pesquisas, ele faz bem em não mostrar as esporas.

São Paulo, segunda-feira, 26 de junho de 2006 FOLHA DE SÃO PAULO **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELEIÇÕES 2006 / SÃO PAULO

FHC reage a Lula e diz que PT só ganha em corrupção

Ex-presidente aceita desafio da comparação e chama petista de "incompetente"

Lançamento oficial de Serra ao governo vira desagravo ao ex-presidente, que acusa gestão petista de abusar da publicidade e da fisiologia

CATIA SEABRA
JOSÉ ALBERTO BOMBIG
DA REPORTAGEM LOCAL

O PSDB transformou ontem a convenção paulista do partido em um ato de desagravo a Fernando Henrique Cardoso. Ao comparar seu governo com o do presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva, o tucano afirmou que seu sucessor no Planalto ganha em "corrupção" e em "publicidade".

Anteontem, quando se lançou candidato à reeleição, Lula atacou a gestão tucana (1995-2002), estimulou o PT a compará-lo com o antecessor e disse que, em três anos e meio, fez mais do que FHC fez em oito. FHC respondeu: "Eu quero a comparação do meu governo com o governo atual. Eu quero, e vou dizer por quê. Teve coisas que eles fizeram mais do que nós: muita corrupção, os escândalos, aí ganharam. Também gastaram muito. É muita publicidade, é muita propaganda, é muita palavra para encobrir o nada. Aí, ganharam", afirmou, em discurso ontem.

A convenção, realizada à tarde na Assembléia Legislativa de São Paulo, oficializou José Serra candidato ao governo do Estado e contou com a presença de Geraldo Alckmin, o presidenciável tucano.

O ex-presidente retornou de uma viagem à Itália ainda pela manhã e foi informado do conteúdo do discurso de Lula, feito na convenção nacional petista em Brasília.

lia anteontem.

Em reunião no diretório estadual do PSDB, antes de chegar à Assembléia, FHC conclamou o partido a reagir. Ao final da festa, resumiu seu sentimento: "Chega, alguém tem que dizer a verdade".

O ex-presidente tucano centrou a crítica no aspecto ético e no escândalo do mensalão, denunciado pela Procuradoria Geral da República.

"Agora, ainda ontem [anteontem], o presidente outra vez veio dizer "vamos esperar a palavra final da Justiça, enquanto ela não vem, somos todos iguais". Eu não. Eu não sou igual a essa gente, não. Nós não somos iguais", afirmou FHC.

Energia e agricultura

Em seguida, o ex-presidente passou a fazer comparações pontuais, começando pela área de energia. "Vamos falar de uma área que eles gostam de falar. Qual foi a usina feita por eles que não tivesse sido começada por nós?", perguntou.

Sobre a agricultura, disse que Lula se aproveitou da situação deixada por seu governo, mas deu um passo atrás nas questões sanitária e cambial. "Deixaram o câmbio valorizar demais. Não tiveram interesse em proteger aquilo que foi a âncora verde do Real, que é a produção agrícola. Agora, se gabam que estão exportando. Sim, é bom que exportem. O Brasil precisa exportar. Por que estão exportando? Porque nós acertamos as bases para a produção."

O ex-presidente ressaltou a paternidade de seu gover-

no em programas sociais, como o Bolsa Escola e o Vale-Gás, unificados no Bolsa-Família, carro-chefe de Lula na área social. "Eles juntaram tudo isso e aumentaram", disse.

Na educação, FHC citou o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). "Quem inventou isso? Foi o PT? Não, o PT votou contra."

Economia

Mas a crítica pontual mais aguda ficou para a economia: "É uma vergonha que em um mundo nas condições de hoje, bem diferentes das do meu tempo, o Brasil não tenha aproveitado a onda para crescer mais. Falavam e ameaçavam. Mesma coisa: 2,6% [média de crescimento do PIB no primeiro mandato de FHC]. Eu, com quatro crises financeiras, e eles com um "boom" econômico no mundo todo. Incompetentes."

Primeiro a discursar após FHC, Alckmin fez a defesa dos tucanos, chamados de "vozes do atraso" por Lula. "O Fundeb [fundo para o ensino básico], ficou só na propaganda, como não existe a transposição do São Francisco, como não existe a Transnordestina, como não existe o Fome Zero, como não existe o Meu Primeiro Emprego, como não existe o Banco Popular. O que existe é a mentira reiterada", disse sobre Lula. Serra também não deixou de defender o legado de FHC, de quem foi ministro: "Tucano não gosta de lama, não tem nenhuma identidade com pântano, tucano voa", disse.

Responsável pela propaganda eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o marqueteiro João Santana demonstrou insatisfação com o tempo que o petista terá na televisão. Segundo ele, o ideal seria contar com pelo menos oito minutos diários,

Improviso e gafes durante o discurso

Presidente trocou partido do vice e desconhecia o novo líder da CUT

João Domingos, BRASÍLIA

O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na convenção do PT que lançou sua candidatura à reeleição durou uma hora e 32 minutos. Foi escrito com antecedência, e Lula improvisou só o início. Mas cometeu muitas gafes no improviso.

Trocou o partido de seu vice, José Alencar, de PRB para PRTB; mudou o nome do presidente da Câmara, Aldo Rebelo, para Aldo Rabelo; e mostrou desconhecer a recente eleição na CUT, que elegeu para presidente Artur Henrique Silva Santos. Lula achava que ainda era João Felício.

No discurso, Lula deixou mal o ex-presidente e ex-governador Itamar Franco. "Tenho dito que, possivelmente, o presidente Sarney (José Sarney) seja de todos os ex-presidentes da República o que mais sabe ser ex-presidente da República. O Sarney não dá palpite, ele dá conselhos; ele não fala para a imprensa, ele fala com a gente."

Quando Lula falou sobre a CUT, ao ser avisado de que o presidente já era outro, perguntou: "Já mudou? É o Artur agora? Então alguém tem que comunicar aqui." (O Estado de S.Paulo, 25 junh0 06)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 715, DE 2006

Requer, voto de aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso de seu 173º “aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito Municipal de Maués, Sr. Sidney Leite e, por seu intermédio, ao Presidente da (Câmara Municipal de Vereadores e ao povo de Maués.

Justificação

Maués, a pouco menos de 180 quilômetros de Manaus, é a bela *Terra eh Guaraní*, hoje nacionalmente conhecida pelos seus maravilhosos cenários, que atraem anualmente milhares de turistas de todo o País e até do exterior Conta hoje com 45 mil habitantes e suas atividades econômicas, além da produção do Guaraná, são a pecuária e a produção de pescado.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senador **Artur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 716, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Irmã MARIA ÂNGELA ALCALDE TORRECILLA, Missionária no Amazonas, desde 1971, dedicação ao tratamento de hansenianos, pelo que lhe foi outorgado o Título de Cidadã Amazonense.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Irmã MARIA ÂNGELA ALCALDE TORRECILLA, pelo título de Cidadã Amazonense, outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Ela é missionária originária da Espanha e, ao longo desses últimos 35 anos, vem se dedicando ao tratamento de hansenianos na Colônia Antônio Aleixo, a 25 quilômetros de Manaus.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Justificação

A vida da da Irmã Maria Ângela Alcade Torrecilla é de total dedicação ao tratamento de hansenianos na Colônia Antonio Aleixo, no interior amazonense. Ela chegou ao Amazonas, vinda da Espanha, sua terra natal, em 1971 e ao longo de 35 anos, vive praticamente reclusa, com dedicação total a essa humanitária causa. O título de Cidadã Amazonense foi proposto à Assembléia Legislativa pelo Deputado Arnaldo Andrade, ex-Secretário Municipal de Saúde em Manaus. A irmã é, pois, merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 717, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Daniel Queiroz, pela conquista de Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em São Luís/MA, em junho de 2006, no Maranhão.

REQUEIRO, nos termos do art.222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao atleta amazonense Daniel Queiroz, que conquistou Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em julho de 2006, no Maranhão.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e da Federação Amazonense de Natação.

Justificação

O Amazonas brilhou no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em São Luís, Maranhão. O atleta amazonense Daniel Queiroz garantiu a Medalha de Ouro na prova de 200 metros, nado de peito. Daniel que pratica natação desde um ano de idade, começou a competir aos sete e e uma grata revelação para essa modalidade de esporte. E, pois, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 718, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do RISF, Voto de Aplauso para os 13 municípios com melhor Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, e em especial para os municípios catarinenses de Bom Jesus, Flor do Sertão e José Boiteux.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006 – Senadora **Ideli Salvatti**.

REQUERIMENTO Nº 719, DE 2006

Requeremos, nos termos do artigo 222 do RISF, Voto de Aplauso para a Mesa Diretora do Senado Fe-

deral, por ter reconhecido recentemente a união estável entre pessoas do mesmo sexo, aceitando como dependente a companheira de uma servidora da Casa.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti** – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2005** (nº 1.677/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2005** (nº 1.662/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2005** (nº 572/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Taió Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2006** (nº 1.808/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão “Novo Horizonte de Virginópolis” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Virginópolis, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2006** (nº 1.947/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bias Fortes – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Bias Fortes, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2006** (nº 1.504/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2006** (nº 1.541/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comuni-*
- tária Senhora Santana da Comunidade de Jati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jati, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2006** (nº 1.918/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Mercosul de Difusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2006** (nº 1.816/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2006** (nº 1.904/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2006** (nº 1.964/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2006** (nº 1.980/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rosa de Saron – ACRS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 172 de 2006** (nº 1.992/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Educação de Marco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marco, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2006** (nº 1.994/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Pequi Esporte Clube – Pec a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequi, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2006** (nº 1.957/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubajara, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2006** (nº 1.987/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comu-*

nitária João Kominek a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2006** (nº 1.996/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Marajá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2006** (nº 2.025/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2006** (nº 2.033/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2006** (nº 1.551/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Saúde de Feijó/AC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feijó, Estado do Acre;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2006** (nº 1.850/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Deserto, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2006** (nº 1.869/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Pedro do Rosário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro do Rosário, Estado do Maranhão;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2006** (nº 1.921/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira – Ascobem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2006** (nº 2.048/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Canal Vinte e Um para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2006** (nº 2.051/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Continen-*

tal Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2006** (nº 1.919/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cajazeiras FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Queimadas, Estado da Paraíba;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2006** (nº 1.639/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Candelariense – Acomcan a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2006** (nº 1.728/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mirandiba FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirandiba, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2006** (nº 1.954/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Deoclécio Mendes do Amaral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasileira, Estado do Piauí; e*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2006** (nº 2.080/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária “Voz das Rocas” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2006

**Prevê nova cominação penal aos crimes que especifica e define o tipo de pe-
culato-uso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 312, 315, 316, 319, 320 e 321 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 312.....
.....

Peculato-uso

§ 4º Utilizar-se o funcionário público, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos. Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa. (NR)”

“Art. 315.....

Pena – detenção, de um a três anos, e multa. (NR)”

“Art. 316.....

Pena – reclusão, de quatro a doze anos, e multa.

§ 2º.....

Pena – reclusão, de quatro a doze anos, e multa. (NR)”

“Art. 319.....

Pena – detenção, de um a dois anos, e multa.

“Art. 320.....

Pena – detenção, de um a dois anos, e multa. (NR)”

“Art. 321.....

Pena – detenção, de um a dois anos, e multa.

Parágrafo único.....

Pena – detenção, de quatro a oito anos, e multa. (NR)”

Art. 2º O § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º.....
.....

§ 1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punido o do inciso I, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e multa; o do inciso III, com reclusão, de dois a seis anos, e multa; os dos incisos III, IV e XII, com detenção, de um a três anos, e multa; os dos incisos V, VI, VII, VIII, IX, X, XIII, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII e XXIII, com reclusão, de um a quatro anos, e multa; o do inciso XI, com reclusão, de três a cinco anos, e multa; os dos incisos XIV e XV, com detenção, de três meses a três anos.

.....(NR)”

Art. 3º O art. 303 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 303...
.....

Peculato-uso

§ 5º Utilizar o funcionário público, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, bens, rendas ou serviços públicos.

Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa. (NR)”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição pretende corrigir a insuficiência das penas de alguns crimes contra a Administração Pública (arts. 315, 316, 319, 320 e 321 do Código Penal) e dos crimes praticados por prefeito municipal (art. 1º da Decreto-Lei nº 201, de 1967). Ao mesmo tempo, prevê o crime de **peculato-uso** no Código Penal e no Código Penal Militar.

A decisão sobre o aumento ou diminuição de penas é, basicamente, uma decisão de política criminal. No entanto, o legislador deve observar o princípio da proporcionalidade, de modo a não apenar igualmente condutas de gravidade diferenciada, e tampouco apenar desigualmente condutas de mesma gravidade. Nesse sentido, três são as referências fundamentais para a adequada individualização legislativa dos tipos penais: **a)** gravidade da sanção; **b)** importância do bem jurídico-penal tutelado; **c)** gravidade do ataque desferido contra tal bem.

Vale lembrar que muitos crimes contra a administração pública assemelham-se a crimes contra o patrimônio. Em tese, seria razoável afirmar que os crimes contra o patrimônio público, praticados por funcionários públicos, deveriam ser punidos mais severamente do que os crimes contra o patrimônio de terceiros, praticados por particular. E que a administração pública comparece como bem jurídico digno de tutela especial, como um **plus**.

O crime de extorsão assemelha-se ao crime de concussão (art. 158 **versus** art. 316, ambos do CP). Ora, se a concussão é uma forma de extorsão **propter officium** (em razão do ofício), não haveria razão para apená-la mais brandamente. Dessa forma, fica claro que a atual pena está aquém da gravidade objetiva da conduta. Penso que um bom ajuste seria punir o crime de concussão com a pena de reclusão, de quatro a doze anos de reclusão. Em consequência disso, impõe-se a elevação da pena do crime de excesso de exação mediante desvio (art. 316, § 2º, do CP) para os mesmos parâmetros.

De sua vez, as penas previstas para os crimes de emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, condescendência criminosa e advocacia administrativa (arts. 315, 319, 320 e 321 do CP), estão muito abaixo do que espera a sociedade brasileira de hoje. Por essa razão, também proponho novos limites mínimo e máximo, ajustando melhor a dosagem da pena à gravidade de cada conduta.

No que diz respeito à responsabilidade criminal dos prefeitos municipais, é fácil notar que o Decreto-Lei nº 201, de 1967, repete inúmeras infrações constantes do Código Penal. Não há razão, pois, para que as penas previstas no primeiro diploma sejam mais brandas do que as previstas no último. Pretendo romper, assim, com o nivelamento por baixo da lei vigente, acolhendo parâmetros mais ajustados ao grau de reprovação dos crimes praticados por prefeitos municipais. Da mesma forma, é de estranhar o fato de que o Decreto-Lei nº 201, de 1967, não tenha previsto a pena de multa para tais crimes, o que busco reparar na presente proposição.

Finalmente, típico o crime de **peculato-uso**, pois, hoje, segundo a orientação jurisprudencial dominante, tal conduta não configura crime, salvo no caso do art. 1º, II, do Decreto-Lei nº 201, de 1967. É que o agente não teria o **animus rem sibi habendi** (ânimo de ter a coisa para si). Assim, proponho a criminalização (no Código Penal e no Código Penal Militar) da utilização indevida de bens, rendas e serviços públicos, zelando pela moralidade administrativa. No entanto, por uma questão de proporcionalidade, não se pode punir o **peculato-uso** com a mesma pena do **peculato-apropriação** ou do **peculato-furto**, já que o agente restitui a coisa utilizada indevidamente.

Em suma, a presente proposição tem o cuidado de estabelecer, segundo critérios de proporcionalidade, penas mais ajustadas à gravidade dos mencionados crimes, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento da legislação penal.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senador **Demostenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

Art 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou

particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Peculato culposo

§ 2º Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Peculato mediante erro de outrem

.....
Art. 315. Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena – detenção, de um a três meses, ou multa.

Concussão

Art. 316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa.

Excesso de exação

§ 1º Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27-12-1990)

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27-12-1990)

§ 2º Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Condescendência criminosa

Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Advocacia administrativa

Art. 321. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena – detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único – Se o interesse é ilegítimo:

Pena – detenção, de três meses a um ano, além da multa.

.....
 DECRETO-LEI Nº 201,
 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

Art. 1º.....

.....
 § 1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.

.....
 DECRETO-LEI Nº 1.001,
 DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Código Penal Militar

§ 2º Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Condescendência criminosa

Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Advocacia administrativa

Art. 321. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena – detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único – Se o interesse é ilegítimo:

Pena – detenção, de três meses a um ano, além da multa.

.....
 DECRETO-LEI Nº 201,
 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

Art. 1º.....

.....
 § 1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.

.....
 DECRETO-LEI Nº 1.001,
 DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Código Penal Militar

Art 303. Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio:

Pena – reclusão, de três a quinze anos.

§ 1º A pena aumenta-se de um terço, se o objeto da apropriação ou desvio é de valor superior a vinte vêzes o salário mínimo.

Peculato-furto

2º Aplica-se a mesma pena a quem, embora não tendo a posse ou detenção do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou contribui para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de militar ou de funcionário.

Peculato culposo

§ 3º Se o funcionário ou o militar contribui culposamente para que outrem subtraia ou desvie o dinheiro, valor ou bem, ou dele se aproprie:

Pena – detenção, de três meses a um ano.

Extinção ou minoração da pena

§ 4º No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede a sentença irrecorrível, extingue a puriabilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Peculato mediante aproveitamento do erro de outrem

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2006

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para estabelecer que os candidatos devem registrar os respectivos carta de princípios e programa de trabalho na Justiça Eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.

§ 1º

IX – carta de princípios e programa de trabalho.

§ 6º Para os fins do inciso IX do § 1º,

considera-se:

I – **carta de princípios**: declaração do candidato com informações sobre os fundamentos pelos quais postula a sua eleição;

II – **programa de trabalho**: indicação dos objetivos que pretende realizar no decorrer do mandato. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente iniciativa tem o objetivo de preencher lacuna existente em nossa legislação eleitoral. Ocorre que hoje não há exigência para que os candidatos a cargos eletivos registrem na Justiça Eleitoral a sua carta de princípios e o seu programa de ação.

Desse modo, não obstante os partidos políticos tenham os respectivos programas, a lei hoje permite que alguém possa ser candidato a cargo do Poder Legislativo ou do Poder Executivo sem que apresente os fundamentos pelos quais pretende se eleger ou os objetivos que pretende ver realizados no curso do mandato, se eleito.

Entendemos que é mesmo um direito do eleitor tomar conhecimento de que fundamentos movem o candidato e quais as suas propostas concretas, até

para que possa vir a cotejar tais documentos com a atuação concreta dos mandatários.

Assim, estamos propondo alterar o § 1º do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), que arrola os documentos que os pretendentes devem apresentar por ocasião do pedido do registro das respectivas candidaturas, para acrescentar inciso IX incluindo entre tais documentos cada de princípios e programa de trabalho.

Por outro lado, no atual quadro partidário brasileiro, esta Carta de Princípios pode ser um instrumento de defesa do eleito no caso em que seu partido se afaste de seus próprios princípios.

Registrada a Carta de Princípios do candidato, caso o partido se afaste de suas bandeiras, o candidato, eleito ou não, terá como mostrar que sua fidelidade aos eleitores se mantém, mesmo quando se afaste do partido.

Em face da relevância da proposição que ora apresentamos aos nobres colegas, solicitamos o necessário apoio para o seu aperfeiçoamento e ulterior aprovação.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.

§ 1º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos:

I – cópia da ata a que se refere o art. 8º;

II – autorização do candidato, por escrito;

III – prova de filiação partidária;

IV – declaração de bens, assinada pelo candidato;

V – cópia do título eleitoral ou certidão, fornecida pelo cartório eleitoral, de que o candidato é eleitor na circunscrição ou requereu sua inscrição ou transferência de domicílio no prazo previsto no art. 9º;

VI – certidão de quitação eleitoral;

VII – certidões criminais fornecidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Eleitoral, Federal e Estadual;

VIII – fotografia do candidato, nas dimensões estabelecidas em instrução da Justiça Eleitoral, para efeito do disposto no § 1º do art. 59.

§ 2º A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse.

§ 3º Caso entenda necessário, o Juiz abrirá prazo de setenta e duas horas para diligências.

§ 4º Na hipótese de o partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral nas quarenta e oito horas seguintes ao encerramento do prazo previsto no **caput** deste artigo.

§ 5º Até a data a que se refere este artigo, os Tribunais e conselhos de contas deverão tornar disponíveis à Justiça Eleitoral relação dos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, ressalvados os casos em que a questão estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, ou que haja sentença judicial favorável ao interessado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2006

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para obrigar a emissão em braille de faturas dos serviços públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-B:

“Art. 7º-B. As concessionárias de serviços públicos oferecerão, a pedido do usuário, a fatura de débitos em braille.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Justificação

De acordo com o Censo Demográfico 2000, o Brasil possui 24,6 milhões de pessoas portadoras de deficiência. Desse total, 16,6 milhões são incapazes de enxergar ou detêm alguma ou grande dificuldade permanente de visão. Embora os dados não permitam determinar aque-

les que não conseguem enxergar, sabe-se que contingente significativo encontra-se nessa situação.

Por isso, é imprescindível que ações sejam empreendidas com a finalidade de propiciar a integração social dessas pessoas. A propósito, recordamos que, consoante o art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Reconhecidamente, os portadores de deficiência visual estão em condições de exercer a cidadania com plenitude, desde que lhes sejam proporcionadas condições para tal. Não se deve perder de vista que, suprimidas as barreiras de acesso ao meio em que vivem, as pessoas portadoras de deficiência tornam-se capazes de trabalhar, circular e exercer seus direitos e deveres.

A proposição que ora submetemos à consideração do Congresso Nacional tem a finalidade de contribuir para que sejam oferecidas às pessoas portadoras de deficiência visual as condições para sua integração social e, assim, para que elas possam exercer plenamente sua cidadania.

Sala das Sessões, 28 junho de 2006 – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

CAPÍTULO III

Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Art. 7º. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I – receber serviço adequado;

II – receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III – obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder concedente. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

IV – levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V – comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;

VI – contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

Art. 7º-A. As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos. (Incluído pela Lei nº 9.791, de 1999)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal Legislar concorrentemente sobre:

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2006

Proíbe a entrada de funcionários nas cadeias e penitenciárias em que trabalhem portando aparelhos celulares ou qualquer outro aparelho de comunicação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a entrada, nas cadeias e penitenciárias, de funcionários portando aparelhos celulares ou quaisquer outros aparelhos de comunicação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A ação do Primeiro Comando da Capital na cidade de São Paulo colocou em evidência as diversas falhas da administração do sistema carcerário que, não obs-

tante há muito entendida como tibia e ineficaz, jamais foi combatida com o necessário vigor e vontade política.

O franco acesso dos presos a aparelhos celulares desnudou as lacunas na revista de visitas e deixou sem refutação a hipótese razoável de que tais bens sejam vendidos ou alugados por funcionários penitenciários a esses mesmos presos, que o utilizam para a concertação de ações criminosas, deslanchadas dentro e fora da jurisdição penitenciária. A urgência de se atacar as fontes de fornecimento desses bens aos presos parece-nos, a toda prova, auto-evidente.

A esse propósito, o Projeto de Lei em tela, buscando a maior eficácia possível da medida, temperada com a razoabilidade dos meios empregados, restringe a proibição para duas espécies de estabelecimentos penais: cadeias públicas e penitenciárias. Esse refreamento, em atenção ao princípio penal da mínima lesividade, busca dosar a medida aventada pelo projeto de lei ao grau de periculosidade, de presumida organização interna dos presos e de vulnerabilidade a fugas, maiores naqueles estabelecimentos prisionais que em quaisquer outros. Porquanto são precisamente os presos em regime fechado, reclusos em presídios, e os presos provisórios, de ordinário, reclusos nas cadeias, com expectativa ou não de condenação em regime fechado, os mais ansiosos para solicitar auxílio externo, seja para evadir-se da jurisdição penal, seja para dar continuidade a atos ilegais. Em outras palavras, se excetuam do rol de estabelecimentos prisionais atingidos pelo projeto de lei os estabelecimentos para idosos, colônias agrícolas, industriais ou similares (para os quais são destinados os condenados a regime semi-aberto), casas do albergado, centros de observação criminológica e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.

Há muito que, no debate acerca da necessidade de se restringir o acesso dos detentos a aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, seja pela restrição ao acesso físico a tais dispositivos, seja pelo bloqueio, no primeiro caso, das linhas de celular nos estabelecimentos penais, exsurtem argumentos diversos contrários, então prevaletentes, escoimados no direito do consumidor e em leituras viesadas e unilaterais dos direitos humanos.

A necessidade de impor a proibição da entrada de funcionários penitenciários aos seus estabelecimentos de trabalho em posse de aparelhos de comunicação é de evidente e incontestável importância, visto que os regulamentos internos desses estabelecimentos não têm se mostrado suficientes para mitigar essa má prática.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006 – Senador **Magno Malta**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)
– Os projetos que acabam de ser lidos, serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 776 , DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 170, de 2006 (nº 475, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, no valor total de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – PRODECAR.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado da Bahia, por intermédio da Mensagem nº 170, de 2006, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA.

As operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – PRODECAR.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do Programa está orçado em US\$ 60,0 milhões, financiado

parcialmente com o presente empréstimo do FIDA, a ser desembolsado em seis anos, e com a contrapartida de recursos do Estado, estimada no montante de até US\$ 30,0 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme TA380931. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decec/Diope/Suaut2006/075, de 17 de maio de 2006.

A operação de crédito com o Fida se processará na modalidade de empréstimo FIDA Floating, na qual são cobrados juros vinculados à Taxa de Referência do Fida, incidentes sobre o saldo devedor do empréstimo. Nesse empréstimo, não são previstas despesas financeiras relativas à comissão de compromisso e à inspeção e supervisão geral do Projeto.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 7,2% ao ano.

II – Análise

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação do Estado da Bahia no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às Fls. disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim, para que possa ser concedida garantia da União, é necessário o cumprimento das seguintes condições:

- 1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;
- 2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer STN/Coref Nº 268, de 24 de maio de 2006, informa que consulta realizada por meio eletrônico, na

presente data, não indicou a existência de débito em nome da Administração Direta do Estado da Bahia junto à União ou a suas entidades controladas. Ademais, é informado que não há registro de pendências do interessado, no âmbito do Siafi, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Por outro lado, há previsão do oferecimento de garantias da parte do Estado da Bahia. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. De acordo com estudo elaborado pela Corem/STN, o Estado tem cumprido regularmente os compromissos e metas contratuais assumidos com a União.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) não apenas são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, como, também, (ii) o Estado da Bahia conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Além disso, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado da Bahia nos últimos anos.

Dessa forma, entendemos que estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos temos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados na referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/COREF Nº 268, de 2006;

b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/Nº 1044/2006, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam na Lei nº 9.823, de 1º de novembro de 2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual Estadual, para o período 2004-2007, em que se inserem as ações do projeto em exame.

Ainda de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Estadual nº 9.842, de 27 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Bahia para o exercício financeiro de 2006, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso. Constam desse orçamento dotações relativas ao ingresso de recursos externos, à contrapartida do Estado e para o pagamento de juros e demais serviços da dívida.

Como ressaltado pela STN, considerando as informações prestadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos, entendemos que o mutuário dispõe de dotações necessárias ao início da execução do programa.

d) os limites de endividamento do Estado do Bahia, estipulados nas referidas resoluções nºs 40 e 43, de 2001, são considerados atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/COREF.

Como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame acha-se explicitamente inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado da Bahia, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997. A inserção do projeto no programa, assegura ao Estado a não obrigatoriedade de cumprimento dos limites, conforme excepcionalização contida no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001 e no art. 50 da Re-

solução nº 40, de 2001. Ademais, como já enfatizado, é informado que o Estado tem cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 7,2% a.a., constituindo-se em um indicativo aceitável para a contratação, considerando-se que o custo médio atual de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional situa-se na faixa de 6,5% ao ano.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Estado da Bahia, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado da Bahia encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2006

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FUDA, no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – PRODECAR.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado da Bahia;

II – *credor*: Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a SDR 20.800.000 (vinte milhões e oitocentos mil direitos especiais de saque), com contrapartida do Estado no mesmo montante;

V – *prazo de desembolso*: até sessenta meses, contados a partir da vigência do contrato;

VI – *carência*: três anos, contados a partir da data da aprovação do empréstimo pelo **board** do FIDA;

VII – *amortização*: 29 parcelas semestrais, sucessivas e iguais, equivalentes a SDR 693.334, e uma parcela final de SDR 693.314, na moeda de Pagamento de Serviço do Empréstimo, que é o dólar dos Estados Unidos da América, sendo que a primeira prestação deverá ser paga em 15 de novembro de 2009, e a última em 15 de maio de 2024;

VIII – *juros*: pagos nas mesmas datas das amortizações e calculados sobre o saldo devedor do empréstimo em uma taxa equivalente à Taxa de Juros de Referência do FIDA, estabelecida em base anual, tendo por referência a taxa variável de julho a dezembro, disponibilizada pelo BIRD para empréstimo em cesta de moedas.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na operação de crédito externo referida nesta resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155, das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do estado ou das transferências federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
 MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 170, DE 2006
 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/06/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO-TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLYCY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 09/05/2006

PARECER Nº 777 , DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 171, de 2006 (nº 476, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial – APL.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado da Bahia, por intermédio da Mensagem nº 171, de 2006, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

As operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento Empresarial – APL.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do Programa está orçado em US\$16,6 milhões, financiado parcialmente com o presente empréstimo do BID, a ser desembolsado em quatro anos, e com a contrapartida de recursos do Estado, estimada no montante de até US\$ 6,6 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme TA382030. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decec/Diope/Suaut2006/082, de 19 de maio de 2006.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,13% ao ano.

II – Análise

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União a essa operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação do Estado da Bahia no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim, para que possa ser concedida garantia da União, é necessário o cumprimento das seguintes condições:

- 1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;
- 2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer STN/COREF Nº 287, de 29 de maio de 2006, informa que consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débito em nome da Administração Direta do Estado da Bahia junto à União ou a suas entidades controladas. Além disso, é informado que não há registro de pendências do interessado, no âmbito do SIAFI, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Ademais, há previsão do oferecimento de garantias da parte do Estado da Bahia. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente

das transferências federais ou das contas centralizadas da arrecadação do Estado. De acordo com estudo elaborado pela COREM/STN, o Estado tem cumprido regularmente os compromissos e metas contratuais assumidos com a União.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) não apenas são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, como, também, (ii) o Estado da Bahia conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Por outro lado, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado da Bahia nos últimos anos.

Dessa forma, entendemos que estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados na referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/COR.EF Nº 268, de 2006;

b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/Nº 1150/2006, de 12 de junho de 2006, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 50 da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual,

é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam na Lei nº 9.823, de 1 de novembro de 2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual Estadual, para o período 2004-2007, em que se inserem as ações do projeto em exame.

Ainda de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Estadual nº 9.842, de 27 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Bahia para o exercício financeiro de 2006, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso. Constam desse orçamento dotações relativas ao ingresso de recursos externos, à contrapartida do Estado e para o pagamento de juros e demais serviços da dívida.

Como ressaltado pela STN, considerando as informações prestadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos, entendemos que o mutuário dispõe de dotações necessárias ao início da execução do programa.

d) Os limites de endividamento do Estado da Bahia, estipulados nas referidas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, são considerados atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/COREF.

Como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame acha-se explicitamente inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado da Bahia, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997. A inserção do projeto, sob a denominação "Ciência e Tecnologia", assegura ao Estado a não obrigatoriedade de cumprimento dos limites, conforme excepcionalização contida no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001 e no art. 5º da Resolução nº 40, de 2001. Ademais, como já enfatizado, é informado que o Estado tem cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 5,13% a.a., constituindo-se em um indicativo aceitável para a contratação, considerando-se que o custo médio atual de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional situa-se na faixa de 6,5% ao ano.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Estado da Bahia,

conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado da Bahia encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 2006

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no captd destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial – APL.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor**: Estado da Bahia;

II – **credor**: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – **garantidor**: República Federativa do Brasil;

IV – **valor**: até US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com contrapartida do Estado equivalente a US\$6.667.000,00 (seis milhões, seiscentos e sessenta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – **prazo de desembolso**: até três anos, contados a partir da vigência do contrato;

VI – **carência**: quarenta e oito meses;

VII – **amortização**: parcelas semestrais sucessivas e tanto quanto possível iguais, devendo a primeira prestação ser paga no dia 15 de maio de 2010 e a última até o dia 15 de maio de 2031;

VIII – **juros**: pagos semestralmente no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, a partir de 15 de novembro de 2006, e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual composta pela LIBOR trimestral para o dólar americano, acrescida de **spread** a ser definido pelo BID;

IX – **comissão de crédito**: até 0,75% ao ano, calculada sobre o saldo devedor não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

X – **recursos para inspeção e supervisão geral**: durante o período de desembolso não serão reservados recursos do financiamento para atender despesas de supervisão e inspeção gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período, sendo que, em nenhum caso, para atender às referidas despesas em um semestre determinado, poderão ser destinados recursos superiores a 1% do valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no caput fica condicionado a que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que tratam o art. 155, das cotas de repartição de receitas de que trata os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das Transferências Federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006.

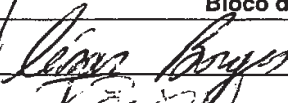
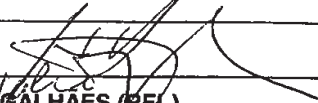
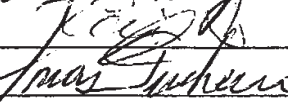
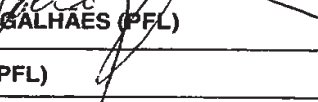
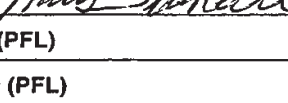
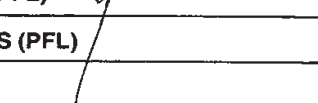
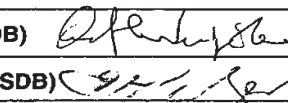
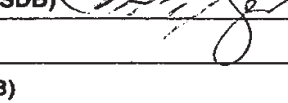
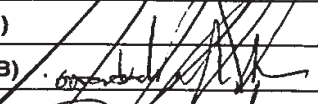
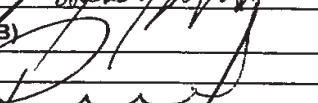
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 171, DE 2006
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/06/06 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

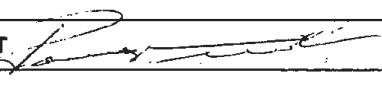
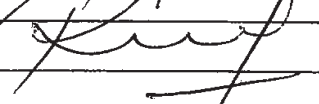

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

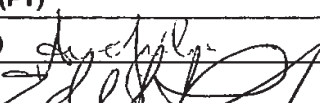
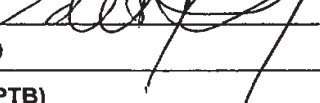
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL) 
EDISON LOBÃO (PFL) 	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL) 
JONAS PINHEIRO (PFL) 	3-HERÁCLITO FORTES (PFL) 
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) 	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB) 

PMDB

RAMEZ TEBET 	1- ROMERO JUCÁ 
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP 	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 09/05/2006

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 776 e 777, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes Projetos de Resolução:

- **Nº 43, de 2006** (MSF nº 170/2006), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América; e*
- **Nº 44, de 2006** (MSF nº 171/2006), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.nº. 382/06/PS-GSE

Brasília, 14 de junho de 2006

Assunto: comunica envio de PLv à sanção presidencial

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, na Sessão Plenária do dia 08.06.06, foram aprovadas as Emendas de nºs 01 e 02 e rejeitada a Emenda de nº 3, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (MPv nº 283/06, do Poder Executivo), o qual “Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre

a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência, sobre a cessão de servidores para o DNIT e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1916, que dispõe sobre os bens imóveis da União, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.”

2. Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

3. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O ofício que acaba de ser lido, juntado ao processado do **Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006**, proveniente da **Medida Provisória nº 283, de 2006**, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela Liderança do PSDB, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

V. Exª dispõe de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, quero me somar ao Senador Paulo Paim e ao Senador Arthur Virgílio, ao cumprimentarem os Srs. Vereadores. Acredito que há uma Srª Vereadora, também. Cumprimento esses representantes do povo que estão bem próximos da população. Parabéns pelo trabalho de V. Exªs.

Sr. Presidente, no dia 25 de junho último, comemoramos uma das mais importantes datas da história política do Brasil: o Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, completou 18 anos de fundação.

O PSDB é o Partido mais jovem dos grandes partidos políticos brasileiros. Não obstante isso, com apenas dez anos de fundação já estava presente em todo o Território nacional, com mais de um milhão de filiados e com sucessivas vitórias eleitorais.

O Brasil deve ao PSDB a estabilidade macroeconômica, o controle da inflação, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a modernização da Administração Pública e o repúdio ao populismo, à demagogia e à falta de ética, no trato das questões públicas.

O PSDB tem como marca o combate à corrupção, ao populismo, ao abuso do poder econômico e político, pois seus fundadores são políticos experientes, competentes, éticos, com grandes serviços prestados ao Brasil nos mais diversos campos: técnico, cultural, político, administrativo e social.

Os fundadores do PSDB são figuras políticas importantes, que tiveram parte ativa das lutas pela redemocratização no Brasil e, em sua grande maioria, fizeram parte do chamado MDB histórico. Sofreram perseguições do regime autoritário e participaram diretamente da luta pelo restabelecimento das eleições diretas no País.

Aliás, o grande comício pelas “Diretas Já” na Praça da Sé, em São Paulo, representa um marco daquilo que seria o embrião do PSDB, com destaque para a liderança do então Governador Franco Montoro.

As grandes lideranças políticas que fundaram o PSDB tinham como meta a construção de uma sociedade mais justa, mais equânime, mais igualitária; uma sociedade pluralista, mais aberta, social e economicamente. Isso só poderia ocorrer com um sistema partidário mais moderno, mais organizado em torno de projetos políticos sólidos, democráticos, estáveis e não demagógicos.

Por isso mesmo o PSDB nunca temeu enfrentar decisões político-administrativas difíceis e aparentemente impopulares, se vistas em uma visão imediatista, de curto prazo.

O oportunismo político, a falta de ética e a utilização da máquina pública para retirar vantagens eleitorais, tão presentes hoje no Brasil, nunca fizeram parte da ação política do PSDB. A construção de uma democracia moderna e estável é a preocupação primeira dos ideais do PSDB, que nasceu não de um mero desen-

tendimento ou de um cisma dentro do antigo MDB, ou de interesses pessoais contrariados.

O PSDB nasceu da vontade política e dos ideais de um grupo de pessoas idôneas, de políticos capazes e com uma visão democrática de futuro para o Brasil. Nomes como Mário Covas, Franco Montoro, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e o nosso candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, dão-nos garantia de que o Partido da Social Democracia Brasileira continuará a representar ética, austeridade fiscal, responsabilidade social, desenvolvimento social e econômico. Essa representação, no Senado, está por conta do nosso grande Líder Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a ocasião para informar à Casa que, no dia 25 do mês corrente, o PSDB, juntamente com o PFL, em cumprimento à Lei Eleitoral, realizaram convenções partidárias. O meu nome foi o escolhido para concorrer ao cargo de Governador pelo Estado do Amapá. O vice da chapa veio da legenda do PTB – trata-se do Deputado Estadual Lucas Barreto, ex-presidente da Assembléia Legislativa do Amapá, político de escol, grande liderança que agora veio somar à nossa chapa.

Estou sendo chamado a servir o meu querido Estado como candidato ao cargo de Governador. Tenho consciência de que o povo anseia por governantes probos cujas promessas de campanha sejam cumpridas.

Srs. Senadores, o Estado do Amapá vem, a cada dia, perdendo. Estamos perdendo em muitos aspectos, mesmo comparados a outros Estados da Região Norte que são considerados frágeis e lentos. Faço questão de dizer que não há propaganda ou discurso que esconda essa constatação, pois o crescimento do Estado é medíocre e nada ou quase nada produzimos. Somos grandes exportadores dos recursos do Estado.

Fazer o Estado do Amapá crescer e se desenvolver é um clamor de todos os amapaenses e eu e o futuro Vice-Governador Lucas Barreto seremos determinados em ouvir o povo nos seus anseios, pois quero governar com o povo e trabalhar com transparência a fim de que todos tenham conhecimento de como é gasto o dinheiro público.

O Amapá é um exemplo para a humanidade. Em seu território está o maior parque de floresta tropical do mundo – o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – com cerca de 3,8 milhões de hectares. Nesse parque encontramos nada mais, nada menos, que 20

mil espécies de plantas, com cerca de 35% delas endêmicas, isto é, espécies que só existem nesse Parque e em nenhuma outra parte do mundo, o que coloca a área entre as três mais ricas em botânica do planeta.

Entendo que o cargo público eletivo deve ser entendido como missão, e o mandato não como um prêmio, mas como uma convocação por exercício dessa missão a serviço de todos. Se o povo do Amapá me escolher como governante, terei a obrigação de servir, e não de me servir do cargo. Sei que essa tarefa não é fácil, mas, com a ajuda de todos e com a proteção de Deus, o futuro será próspero. Nada será como antes, Sr. Presidente!

Neste momento grave da história do Brasil, em que nosso destino como Nação democrática estará em jogo nas próximas eleições, o Partido da Social Democracia Brasileira representa a segurança de que não cairemos no populismo, não insistiremos numa política externa equivocada e desequilibrada e não praticaremos a irresponsabilidade fiscal.

Em 1989, o Brasil passou por um dos piores momentos de sua vida política: teve de escolher entre a demagogia de direita e a demagogia de esquerda, entre Collor e Lula.

Em 1989, venceu a demagogia de direita, e vimos onde isso foi dar. Em 2002, foi a vez da demagogia de esquerda, e o espetáculo dos últimos anos não foi muito menos deprimente. Esperemos que, em 2006, nosso povo saiba mais uma vez resistir aos apelos demagógicos e escolher a melhor alternativa para nosso País.

Em 1989, o Partido da Social Democracia Brasileira tinha o melhor candidato: Mário Covas, cujo busto foi covardemente atacado por vândalos na invasão do MLST ao Congresso Nacional.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Muitos e muitos brasileiros se arrependem das escolhas de 1989: Collor ou Lula. Passados os anos, quase todos gostariam de ter votado em Mário Covas.

Todos aqueles que conheceram Mário Covas sabem que ele escolheu Geraldo Alckmin como Vice-Governador porque viu nele o homem íntegro, competente, prudente, realizador e capaz de conduzir o Brasil no rumo do desenvolvimento econômico e social.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao completar 18 anos de fundação, o PSDB tem história, tem

experiência, é um Partido maduro e moderno, tem quadros competentes e está em condições de oferecer ao Brasil um projeto de Governo voltado para o futuro e para a construção de um País mais moderno e mais solidário. O PSDB está, hoje, pronto para reassumir o Governo Federal e para comemorar seus 20 anos de fundação, em 2008, ocupando o cargo máximo da Nação, a Presidência da República.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me um aparte, Senador Papaléo Paes?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não era para mim novidade a sua candidatura ao Governo do Estado do Amapá e nem é novidade para mim a lealdade com que aborda a candidatura do Sr. Geraldo Alckmin, ex-Governador de São Paulo, à Presidência da República. Esse é o seu perfil e é desse perfil que o Amapá está a necessitar: firmeza, consequência, experiência administrativa, honradez pessoal, visão estratégica, olhos pregados no futuro, em cima de uma boa história, de um bom passado. Desejo-lhe, em nome da Liderança do seu Partido, a melhor sorte, o melhor êxito, a melhor vitória no pleito que se avizinha.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Todos nós, do PSDB, sentimos orgulho por ter V. Ex^a como o grande Líder do Partido nesta Casa.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra à nobre Senadora Iris de Araújo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pois não. Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa uma denúncia grave feita pelo jornal **A Crítica**, do meu Estado, de tungagem, de desvio de verbas da Universidade Estadual do Amazonas, por parte do Governo do Estado, para outros fins, inclusive pagamento de empresas, empreiteiras. O Governo estadual alega que tem aprovada, na Assembléia, e sancionada pelo Governador, a possibilidade de remanejar recursos excedentes. Mas é brincadeira de mau gosto se falar em recursos excedentes para a Educação no meu Estado. O que houve foi um desvio delituoso,

criminoso, de recursos, e eu digo que, se universidade é estadual, educação é nacional.

Por isso, levo ao conhecimento do Senado essa denúncia, que terá desdobramentos na semana que vem, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa a encaminhará, na forma regimental, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra à nobre Senadora Iris de Araújo. V. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria apenas a minha inscrição como Líder, logo após.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Será feita a sua inscrição, Senador Ney Suassuna. Em seguida, concederei a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, em permuta com o Senador Leonel Pavan, e, depois, ao nobre Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora Iris de Araújo, desculpe-me por um minuto.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva pela Liderança do meu Partido, para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a está inscrito após o Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para onde, efetivamente, o Brasil caminha em face dos fatos cada vez mais estarrecedores que evidenciam o recrudescimento da violência na guerra urbana? Nesta semana, dois episódios nos colocaram, outra vez, diante da necessária reflexão para que se faça nascer um movimento consistente e nacional, que nos leve, finalmente, ao tremular vigoroso da bandeira da paz.

Em Goiânia, minha cidade, Sr. Presidente, no domingo passado, a ousadia de criminosos deixou toda uma sociedade atônita e assustada: assaltaram o Parque Mutirama, um espaço destinado a crianças, da forma mais violenta possível. O tiroteio deixou o soldado da Polícia Militar Paulo César Miranda de Oliveira, de 32 anos, gravemente ferido, além do assessor da Superintendência do Parque, Antônio de Assis, de 35 anos, também atingido. Os assaltantes levaram uma sacola com o dinheiro arrecadado com a venda de ingressos dos cinco mil pagantes que passaram pelo local durante o dia, cerca de R\$7 mil.

Para se ter uma idéia da chocante ousadia, basta dizer que o Parque Mutirama localiza-se em frente ao Centro de Operações da Polícia Militar, no Centro de Goiânia, ou seja, os assaltantes agiram a dois passos da tropa. O mais terrível é imaginar o que aconteceria caso a ação tivesse sido realizada no momento em que o local estava tomado por inocentes crianças... Graças a Deus, na hora do assalto, o parque já havia encerrado as atividades, mas continuavam lá 54 funcionários, o que poderia resultar numa tragédia de proporções alarmantes.

Ao lado desse episódio, carregado de evidências altamente preocupantes, o País volta suas atenções mais uma vez para São Paulo, onde, nesta segunda-feira, uma ordem vinda de dentro do Sistema Penitenciário para que criminosos matassem de cinco a 10 funcionários de Centros de Detenção Provisória, causou a morte de 13 pessoas e a prisão de outras cinco.

A Secretaria de Segurança Pública paulista atribuiu o ato à facção criminosa Primeiro Comando da Capital, ou seja, o mesmo PCC que, entre 12 e 19 de maio, promoveu aquela série de ataques e rebeliões pelo Estado, deixando mortos pelo menos 41 policiais, 109 supostos criminosos e quatro civis, numa onda de rebeliões que atingiu 82 unidades do sistema penitenciário paulista. Segundo o Governo estadual, 270 suspeitos foram detidos.

Além de tudo o que já ficou registrado – infelizmente, com sangue – em nossa História, o País, desgraçadamente, deve permanecer em alerta quanto ao crime organizado, ainda mais depois que o próprio Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, revelou as novas ameaças do PCC de realizar “muitos” ataques no Estado. Os alvos dessas novas ofensivas seriam, preferencialmente, autoridades, delegacias, obras públicas e instituições.

Todos esses acontecimentos, Sr^{as} e Srs. Senadores, apontam para um acirramento ainda maior do já conturbado quadro social brasileiro, na medida em que o crime organizado, nos grandes centros urbanos, e os novos grupos surgidos, como o do lamentável assalto ocorrido em Goiânia, parecem cultivar a mesma fonte de ousadia para praticar atos insanos.

E o que estaria por detrás dessas barbáries? A meu ver, primeiro, o fato de que o País continua sendo um exemplo universal de impunidade.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Concedeme V. Ex^a um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a está de parabéns pelo assunto que traz. Está fazendo muito mais sucesso do que a própria Seleção Brasileira, nos jornais do País e na mídia do mundo, a violência que campeia pelo Brasil. Senadora Iris de Araújo, há seis anos, quando presidi a CPI do Narcotráfico, elaborei um relatório, de caráter reservado, para o Governador Mário Covas e, àquela época, eu ali apontei – o Relator da CPI era o Deputado Moroni Torgan – o surgimento do PCC, assim como apontávamos esse perverso e desgraçado Marcola, Geleirão – hoje, o Geleirão foi afastado, criando uma outra facção, foi expulso do PCC. E, naqueles dias, apontávamos o surgimento do telefone pré-pago utilizado pelo crime. Naqueles dias, propúnhamos, por meio do relatório da CPI do Narcotráfico, mais de trinta medidas aos poderes constituídos. Pergunto: providências foram tomadas? Não. Nenhuma providência foi tomada pelo Poderes Executivo e Judiciário, nem pelos Governo estaduais e municipais. Agora, estamos pagando o preço por todo esse bonde da violência comandada, que atemoriza a sociedade brasileira, que atemoriza o Estado que aqui V. Ex^a representa, e também o meu – aliás, o Espírito Santo está pegando fogo, não seria diferente. Presídios em greve, presos rebelados, morte de pessoas inocentes, indivíduos sendo trucidados, decapitados, presídios depredados, o dinheiro do contribuinte servindo para reconstruí-los, para comprar colchões, para que eles possam novamente fazer suas rebeliões, porque a nossa legislação é horrível. Temos o crime de sangue organizado e temos também o crime organizado do colarinho branco, que é, sem dúvida alguma, o salvo-conduto do crime. A autoridade é o salvo-conduto do crime. Hoje, a Globo News mostrou a prisão de mais três advogados que estão a serviço do crime de

sangue, do seqüestro, dos coquetéis molotovs contra bancos, contra hospitais. Onde vamos parar? O que podemos fazer, a não ser denunciar – aliás, coisa que V. Ex^a está fazendo, e muito bem? Produzir instrumentos para que o Judiciário possa agir em favor da sociedade. Quais são esses instrumentos? Mudar a legislação? Ir a fundo no Código de Processo Penal e no Código Penal brasileiro, que, diga-se de passagem, é horrível, que chega a ser criminoso, que está mais a serviço do crime do que da sociedade como um todo? O que fica é a denúncia de V. Ex^a ao lamentar a dor da família do policial e da do servidor do Parque que foi atingido. Além disso, restam crianças amedrontadas, afastadas das ruas, dos parques. Aliás, há denúncia de que o PCC está preparando uma operação, chamada Vulcão, que pretende colocar fogo em todas as capitais do Brasil, ao mesmo tempo. E as autoridades constituídas afrouxam-se, “botam o galho dentro”, arrefecem-se, tornam-se gatinhos diante da ação de um grande animal predador. Tem-se a impressão de que ninguém jamais poderá contê-los. Tudo isso me entristece, porque entendo que falta investimentos para a prevenção, para a inclusão social do menos favorecido. Falta rigor para com aqueles que têm dinheiro. Cadê os matadores do índio Galdino? Os filhos da classe rica dos condomínios, que são verdadeiros “condemônios”, filhos das baladas, dos ectasys, das drogas sintéticas, que chegam em carrões, e que, quando pegos, mãos são passadas sob suas cabeças? Na verdade, a tentativa de não se punir o usuário, nessa nova Lei do Narcotráfico, no Brasil, é para proteger o filho de rico.

Dá a impressão de que são os filhos dos pobres, o filho do pedreiro, o do desempregado, que moram em favelas quem produz violência neste País! Não. Quem produz violência neste País são os que consomem a droga, de forma descarada, nos grandes condomínios e não querem prestar contas à Justiça. Esse é o grande problema da violência.

Pasme V. Ex^a, e escreva isso em seu discurso – para nossa tristeza, V. Ex^a não é candidata reeleição e, sim, à Deputada Federal; tenho a certeza de que V. Ex^a se elegerá e será uma grande Deputada Federal pelo Estado de Goiás, e que continuará ajudando o País com discussões tão boas como esta –, que daqui a um ano vamos ter de pedir autorização aos traficantes para levarmos nossos filhos ao *shopping*, para irem à escola; vamos pedir autorização para irmos à igreja.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PSDB – GO) – Tenho esperança de que não, Senador.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Mas em quem? A nossa esperança é só em Deus, para nos guardar, Senadora! Cadê o Poder Público; os homens públicos? Nós não precisamos cobrar isso da Polícia, que é mal paga, que mora mal e que não faz leis. Nós é que temos de fazer as leis mudarem, temos de fazer com que o Poder Executivo cumpra a sua parte para que a sociedade brasileira volte a ter paz. Previ, para o que está acontecendo hoje, o prazo de 10 anos. No entanto, demorou apenas seis. Isso está acontecendo hoje. No meu Estado há um tal de Toninho Pavão que comanda tudo de dentro dos presídios. A sociedade do Espírito Santo, um Estado tão pequeno, tão promissor e rico, está sobressaltada, assaltada, com medo. As pessoas esvaziaram as ruas e os parques porque ninguém tem segurança. As mães não dormem enquanto os filhos não chegam da faculdade. Vou lhe dizer algo, Senadora: o Estado desorganizado não foi pego de surpresa por esse estado organizado e criminoso, que é o estado bandido dentro do Estado de Direito, que estão dentro das penitenciárias comandando essa violência. Não foi. Foi avisado, está sendo avisado, mas parece-me que somente quando a dor de dente bate é que se corre para o dentista. Cadê as leis aqui aprovadas por nós em 48 horas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania? Foram para a Câmara e a de lá não saíram.

Está na mídia que as leis mudaram! Cadê? Um trabalho feito em 48 horas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, velocidade dada pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães e pelo nosso querido Senador Demóstenes, que fez o relatório, que foi para a Câmara e que lá ficou. Então, chamo a atenção para debate tão importante que V. Ex^a traz a esta Casa e que nos enriquece, debate que as famílias recebem de bom grado em casa. Os que estão ouvindo pela televisão recebem muito bem debate tão corajoso feito por uma mulher, coisa que comumente só ouvimos da Senadora Heloísa Helena.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Magno Malta, agradeço pela oportunidade do aparte de V. Ex^a, até porque eu o considero um entendido desse assunto, tendo em vista a atuação de V. Ex^a na CPI do Narcotráfico, oportunidade em que adquiriu conhecimento e vivência no assunto. Acaba de chegar o nobre Senador Romeu Tuma, que, logicamente, deve ter sido atraído pelo tema deste pronunciamento. Outra

coisa, Senadores: o motivo do meu pronunciamento seria outro; eu falaria hoje sobre a entrevista dada pelo jornalista Sílvio de Abreu, da Rede Globo, às páginas amarelas da **Veja**, entrevista que me deixou estarecida, uma vez que ele coloca que os telespectadores estão torcendo para o “modelito” do bandido. Isso é grave, e nos diz respeito, Senadores. Temos de tomar uma posição, porque, de certa forma, não está havendo modelos que possam ser copiados. E temos responsabilidade nisso. Mas o que me fez mudar de tema foi o absurdo de um parque, destinado a crianças, haver sido assaltado. Ou seja, o bandido não está escolhendo nem respeitando mais nada, nem sequer valores.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Íris de Araújo, tenho elogiado a participação das representantes do sexo feminino neste Congresso Nacional, principalmente no plenário desta Casa, ao travar lutas maravilhosas, trazendo conhecimento ao público de tudo o que traz intranqüilidade à sociedade. Certamente, V. Ex^a se refere ao seu Estado, Goiás.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – O assalto ocorrido no Parque Mutirama.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Veja V. Ex^a que a violência grassa não apenas no Estado de V. Ex^a, mas coisas graves acontecem no Espírito Santo e também no meu Estado. O Governo de São Paulo, ao desmembrar a Secretaria de Segurança em duas – a Secretaria de Segurança e a Secretaria do Sistema Penitenciário –, provocou um confronto entre as Secretarias, o que fez com que o crime fosse realimentando. O sistema penitenciário realimenta o crime. Os Senadores Magno Malta, Demóstenes Torres, representando o Estado de V. Ex^a – V. Ex^a também deve colaborar –, e eu fizemos nova proposta de alteração da Lei Antidrogas. Aceitamos fazer essa emenda com o propósito de não deixar passar em branco o usuário da droga. Penso que a pressão contra o uso é que inibe a produção da droga. Sem dinheiro para comprá-la, Senador Ney Suassuna, não haverá produção. Lembro-me de que, quando estava na Interpol, o Presidente americano dizia sempre que os usuários eram vítimas, porque os países responsáveis eram o produtor e o de passagem. Fomos incluídos no de passagem. Depois que dois elementos do FBI foram assassinados pelos traficantes, vendedores de drogas das ruas de Nova Iorque e de outros estados americanos, disseram “nós temos as mãos sujas de sangue, é o nosso dólar que alimenta”. Então, a responsabilidade compartilhada tem de ser

internacional e tem de estar entre nós também. Não adianta achar que um Estado está pior e outro melhor e sempre querer responsabilizar a Polícia Federal porque o Estado não quer assumir a responsabilidade de um combate direto ao tráfico doméstico. Tem de separar o tráfico internacional do doméstico. Então, V. Ex^a traz um assunto que arrepia, Senadora. V. Ex^a deve ter visto que atacaram um parque infantil.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Exatamente.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Em São Paulo, toda semana, escolas públicas são assaltadas, sofrem danos, pois quebram tudo, cadeiras, a escola. Os professores, às vezes, têm medo de dar aula porque há alunos armados dentro da escola. Então, é um modelo que se está transformando numa coisa perigosíssima para a vida em sociedade, às vezes destruindo o principal, que é a família. Continue na luta, Senadora, pois vale a pena.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – E tem o meu apoio também, Senadora, com toda certeza. V. Ex^a tem o nosso apoio integral.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço aos dois importantes Senadores pelos apartes.

Mas temos de convir que, noite e dia, o medo faz parte do nosso cotidiano. Agora, temos de reagir. Uma providência imediata, em minha opinião, seria alocar significativos recursos para enfrentar a violência.

O articulista Gesner Oliveira, em seu artigo “Economia contra o crime”, observa que a Colômbia avançou no combate à criminalidade, quando recebeu US\$10 bilhões de investimento direto em 2005 – algo perto de 8,3% do PIB. O percentual, aplicado ao Brasil, resultaria em US\$63 bilhões – mais de quatro vezes o investimento direto de 2005. Seria um passo inicial, mas decisivo na direção de medidas que ataquem causas e não só conseqüências da violência.

Um dos maiores especialistas mundiais no estudo da violência, Loïc Wacquant – professor de sociologia da Universidade da Califórnia em Berkeley e do Centro de Sociologia Européia em Paris –, pesquisou no Brasil questões como as desigualdades sociais e os sistemas carcerário e judicial. Falando ao jornal **Folha de S. Paulo**, ele afirma que o crime organizado somente será dominado quando as elites políticas e o Governo contra-atacarem no campo social, e não apenas no criminal.

Segundo Loïc, nas últimas décadas, as elites políticas brasileiras têm usado o Estado penal – ou seja:

polícia, tribunais e sistema judiciário – como único instrumento de controle da criminalidade. Mas, apesar de a polícia de São Paulo matar mais que as polícias de todos os países da Europa juntos, a violência não cede. E nosso sistema prisional, longe de recuperar personalidades conturbadas, acabou virando mesmo foi um “campo de concentração” – e, salvo raríssimas exceções, apenas dos muitos pobres...

Não tenho dúvida: educação, emprego, um fundo para amparar os desempregados e uma ampla rede social para os mais pobres seriam, estas, sim, as ações decisivas para livrar o País da criminalidade.

O crime nasce e prospera em face das precárias condições de vida da população.

E resultados de recente trabalho do IBGE nos põem ainda mais em alerta diante desta premissa, na medida em que concluem: em 2004, 14 milhões de brasileiros sofreram de fome, num universo de 72 milhões de pessoas vítimas de insegurança alimentar. Mais grave ainda: este flagelo é maior nos domicílios com menores de 18 anos (41%) do que nas residências habitadas por adultos (24%). Ou seja, os quase 2 milhões de jovens aptos a ingressar no trabalho anualmente, mas que não encontram emprego, tornam-se o “exército de reserva do narcotráfico”, segundo o sociólogo Hélio Jaguaribe.

Outro estudo estima que o custo da violência no Brasil é de R\$300 milhões/dia. Lembrem que o valor não contabiliza o sofrimento físico e psicológico...

É verdadeiramente alarmante, mas com 3% da população mundial, o Brasil concentra 9% dos homicídios no planeta! Sendo que estes homicídios cresceram 29% na década passada, atingindo 48% de nossa juventude. Aliás, as mortes violentas de jovens aqui são 88 vezes maior do que, por exemplo, na França. Mais: cerca de 2 mil roubos ocorrem diariamente na Grande São Paulo, mas, em menos de 3%, os assaltantes são presos no momento do crime. Sem contar que, no Rio de Janeiro, apenas 1% dos homicídios é esclarecido pelos trabalhos de investigação, segundo revela o Ministério Público.

É passada a hora de duplicar o orçamento para a segurança pública, educação e projetos consistentes na geração de emprego que incorporem a juventude a um sistema eficiente de formação profissional.

É passada a hora de o Brasil assumir políticas que enfrentem as causas estruturais da violência!! Chega de paliativos ou medidas superficiais...

Nosso povo não suporta mais conviver com a violência no seu cotidiano!!! Muito menos com o medo que nos persegue 24 horas por dia, muito mais do que pregar a paz, faz-se imprescindível e urgente criar condições concretas para que esta deixe de ser um sonho para se tornar uma viva realidade.

Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a. Entendi que a Senadora Ideli Salvatti estava me solicitando aparte. Tudo bem, Senadora, seria um prazer muito grande conceder aparte a V. Ex^a.

Encerrando meu pronunciamento, agradeço pela tolerância da Mesa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a terá assegurada a sua inscrição no momento oportuno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa breve pronunciamento em cima de reportagem da jornalista Talita Ribeiro, da **Agência Estado**, publicada recentemente, na minha terra, pelo jornal **A Crítica**, de Manaus, denunciando que está sendo destruído este patrimônio ecológico inestimável que é o arquipélago fluvial de Anavilhanas, a 40 quilômetros de Manaus, tão famoso quanto o encontro das águas dos rios Negro e Solimões.

Solicito ao Secretário do Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas que verifique, com urgência, a denúncia que trago ao conhecimento do Senado da República.

Digo, novamente, que esta é uma questão nacional, porque se fala em turismo, biodiversidade, em Amazônia, em Amazonas, portanto há que se evitar essa cena de milhares de troncos de árvores abatidas e flutuando à espera de transporte, para que sejam transformadas em madeira para o mercado da construção civil. A questão é de predação e não de exploração sustentável.

Esta, a grave denúncia que trago ao conhecimento do Senado Federal, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs Senadores, faço aqui protesto enérgico: estão destruindo criminosamente – criminosamente, sim, e aos olhos das autoridades do Meio Ambiente – uma inestimável riqueza do Amazonas, que é o Arquipélago fluvial das Anavilhanas, a 40 quilômetros de Manaus e tão famoso quando o encontro das águas dos rios Negro e Solimões.

Na edição de segunda-feira, o jornal **A Crítica** relata, em matéria de página inteira, com fotos que falam muito, o que é essa devastação contra o que oponho este indignado protesto.

Com meu protesto, solicito ao Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Virgílio Viana, que verifique com a urgência necessária a denúncia que trago ao conhecimento do Senado da República.

É doloroso, Sr. Presidente, constatar o que está ocorrendo e que **A Crítica** descreve em pormenores:

Quem visita o arquipélago das Anavilhanas vê, entre uma ilha e outra, milhares de troncos de árvores abatidas e flutuando à espera de transporte, para que sejam transformados em madeira para o mercado de construção civil.

É de pasmar! É a natureza da Amazônia agredida pelas motosserras de irresponsáveis, certamente pessoas descompromissadas com o futuro do País. A Amazônia é região estratégica e dela depende do futuro do País.

Espero, pois, que o Secretário Virgílio Viana informe com urgência o que está sendo feito ou o que se pensa fazer para evitar que esse crime continue sendo praticado à luz do dia, às escâncaras!

Estou incluindo a este pronunciamento a íntegra da reportagem de **A Crítica**.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MEIO-AMBIENTE

Derrubada ilegal devasta Anavilhanas

Leis mal-empregadas dificultam a fiscalização e resultam em perda de biodiversidade e irracionalidade econômica

TALITA RIBEIRO
DA AGÊNCIA ESTADO

Tão famoso quanto o encontro das águas dos rios Negro e Solimões, o imenso arquipélago fluvial das Anavilhanas, a 40 quilômetros de Manaus, é uma das principais atrações da Amazônia. No entanto, quem visita o lugar testemunha o contraste, obviamente ocultado pela indústria do turismo: entre uma ilha e outra, flutuam milhares de troncos de madeira, aguardando o momento de serem apanhados, beneficiados e vendidos para o mercado de construção de Manaus.

A cena se repete com frequência e preocupa as entidades que tentam proteger da devastação o maior arquipélago fluvial do mundo. Além da dificuldade de locomoção dos inspetores e da vastidão territorial, a fiscalização é dificultada por leis mal-empregadas, que, segundo ambientalistas, resultam em perda de biodiversidade e irracionalidade econômica.

"O arquipélago das Anavilhanas é instituído como Estação Ecológica. Essa categoria é uma das mais restritivas entre

todos os tipos de Unidades de Conservação (UCs). Isso significa que, pela lei, não poderia haver qualquer atividade econômica ou mesmo moradores dentro da Estação", explica um dos coordenadores do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) na Amazônia, Estuano Bardiali.

TURISMO

A lei restringe a prática do turismo em Anavilhanas. Mas basta visitar Manaus para perceber que o roteiro pelo arquipélago é um dos chamativos do turismo local. "A regularização das atividades turísticas poderia ser um instrumento econômico para incentivar a preservação do habitat e, ao mesmo tempo, gerar recursos vitais para a gestão da unidade", defende Bardiali. Mas, segundo ele, só legalizar a atividade não é suficiente para resolver o problema de Anavilhanas. "O turismo é sazonal. Precisamos de outras opções econômicas vinculadas", diz.

DESPERDÍCIO

A Estação Ecológica das Anavilhanas foi criada em 1981 no intuito de preservar as mais de 400 ilhas, que ocupam uma área aproximada de 380 mil

hectares. Entre elas, o rio Negro serpenteia e se ramifica em centenas de igarapés, canais e 600 lagos, abrigando uma incalculável biodiversidade. "Ao contrário da maior parte das Unidades de Conservação brasileiras, as Anavilhanas têm sua situação fundiária totalmente regularizada", lembra o analista ambiental Daniel Rios de Magalhães Borges, chefe da Estação Ecológica.

Segundo ele, as ilhas são alvos fáceis para os madeireiros. "Uma vez que a árvore é derrubada, ela já cai praticamente dentro d'água e de lá é facilmente rebocada de canoa."

Aproximadamente 40% das ilhas já foram saqueadas. "Elas formam um grande labirinto. É muito difícil fiscalizar nessas condições", desabafa Borges.

BUSCA RÁPIDA

Madeira é usada como azimbre

A madeira mais visada é a da virola, uma árvore alta, fácil de ser serrada e transformada em tábua. Além de representar crime ambiental, esse tipo de atividade econômica gera uma renda muito

balça, explica o analista ambiental Daniel Rios de Magalhães Borges, chefe da Estação Ecológica de Anavilhanas. Ele lembra que a maior parte da virola é usada como azimbré: tábuas empregadas para conter cimento. Assim, ela é usada só uma vez e depois descartada.

Projeto do Ibama deve sair em 2007

Além da briga para a regulamentação do turismo, o Ibama trabalha na implantação de um projeto que visa a limitar as rotas de navegação dentro da Estação Ecológica a uma (única via principal) que facil-

itaria a fiscalização. "O Rio Negro é uma das principais vias de acesso fluvial. Não há como proibir que os barcos trafeguem. A ideia é estudar uma rota onde o impacto ambiental seria menor e delimitá-la com bóias. Quem estiver nos braços do rio fora dessa via principal será multado", explica Borges.

O Ibama tem previsão para colocar o projeto em prática somente no final de 2007, quando todas as medições e pesquisas estarão concluídas. Para os ambientalistas, precisa ser revista a categoria de Unidade de Conservação das Anavilhanas. Transformada em Parque Nacional, a questão econômica se resolve em parte.

Mas o tráfico de madeira está longe de ter um desfecho favorável. Mesmo com as multas, as grandes madeireiras enxergam viabilidade na der-

rubada. "Quem acaba levando a pior é quem vai lá à noite fazer o serviço sujo. É muito difícil descobrir quem financia tudo isso", diz Borges.

EM NÚMEROS

400

ilhas formam o arquipélago de Anavilhanas e ocupam uma área aproximada de 380 mil hectares.

40%

das ilhas já foram saqueadas. Segundo o Ibama, com as atuais condições de fiscalização, elas são alvos fáceis para os madeireiros.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa encaminhará na forma do Regimento Interno, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para encaminhar à Mesa um pequeno pronunciamento.

Sou cristão praticante, mas existe uma entidade filosófica no Japão, com sede no Brasil, que fará rea-

lizar, nos dias 30 de junho e 1º de julho, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o Vigésimo Segundo Seminário Especial da Prosperidade, cujo tema é "A prosperidade em suas mãos".

Eles tentam que se busque um encontro de dignidade, Senadora Ideli Salvatti, para que não haja nenhum tipo de "sanguessuga", mensalão, nada disso. Penso que é um trabalho que devemos respeitar.

Pedindo desculpas a V. Ex^a, Sr. Presidente, solicito o encaminhamento desse convite.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

DO SENADOR ROMEU TUMA (PFL – SP)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Nos próximos dias 30 de junho e 1º de julho, estará sendo realizado aqui em Brasília, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o Vigésimo Segundo Seminário Especial da Prosperidade, promovido pela Seicho-No-Ie do Brasil. Está prevista a presença de mais de dois mil empresários, profissionais liberais e executivos, com o objetivo ajudá-los a descobrir soluções que facilitem ainda mais a vida das pessoas, criando uma sociedade mais rica e feliz. Considero importante destacar, Senhor Presidente, que é a primeira vez que esse Seminário se realiza na Capital Federal.

Com o tema “A Prosperidade em Suas Mãos”, as atividades desse Seminário partem da premissa de que todos temos a chave do sucesso dentro de nós mesmos. Contudo, precisamos aprender a utilizar, de modo correto, o conhecimento que possuímos. Assim procedendo, seremos capazes de obter maior eficácia em nossas ações e aumentaremos nosso potencial produtivo. A chave para tudo isso, de acordo com os organizadores do evento, consiste em treinar e disciplinar a nossa mente, que é a principal ferramenta da vida pessoal, profissional e empresarial.

A Seicho-No-Ie do Brasil, promotora do Seminário, é uma entidade filosófica e religiosa fundada no Japão, em 1930, pelo Dr. Masaharu Taniguchi. Presente em mais de 50 países, a Seicho-No-Ie procura fortalecer nas pessoas pensamentos positivos em prol da felicidade, da prosperidade e da paz mundial, baseada no princípio de que o homem é filho de Deus.

Entre as atividades previstas para o Seminário Especial da Prosperidade, estão palestras e também mesas redondas sobre temas bastante atuais, como saúde, meio ambiente, importância da gratidão e

da atitude mental positiva. Na manhã do sábado, dia 1º de julho, às 7 horas e 15 minutos, na Praça dos Três Poderes, será efetuada a leitura da Sutra Sagrada “Chuva de Néctar da Verdade”, com o objetivo de iluminar o ambiente político e os responsáveis pelas altas decisões nacionais. Essa é uma atividade aberta, não apenas aos participantes do Seminário, mas a todos que assim o desejarem.

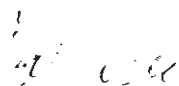
Talvez, Senhoras e Senhores Senadores, seja esse o momento mais importante do Encontro, em face aos lamentáveis escândalos de mensalão e de sanguessugas que se abateram sobre a Nação brasileira nos últimos tempos, e que contribuíram para desacreditar, ainda mais, a imagem dos políticos perante a opinião pública nacional.

Apesar de eu ser católico praticante, Senhor Presidente, não poderia deixar de subir a esta tribuna para registrar esse importante acontecimento e felicitar seus organizadores. Isso porque entendo que nós, homens públicos, devemos estimular e aplaudir todas as iniciativas que venham a somar na construção de um Brasil mais próspero para todos os brasileiros, independentemente de crenças ou de ideologias. Só assim, unindo todos os nossos esforços e todas as nossas melhores idéias, poderemos atingir os objetivos insculpidos no artigo 3º da Constituição Federal, entre os quais destaco: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e promover o bem de todos.

Portanto, parabéns à Seicho-No-Ie do Brasil por essa feliz iniciativa, e sucesso na realização do Vigésimo Segundo Seminário Especial da Prosperidade.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado!



O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa encaminhará na forma do Regimento Interno.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Há orador na tribuna, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se V. Ex^a me permite, serei breve. Estamos encaminhando à Mesa, em meu nome e em nome do Senador Arthur Virgílio, um requerimento de voto de aplauso pela decisão adotada pela Mesa do Senado, que reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Uma funcionária da Casa fez essa solicitação em março de 2005, e, apesar de não termos conseguido ainda o reconhecimento legal, ou seja, apesar de, infelizmente, a legislação ainda não ter sido aprovada no Congresso Nacional, o Senado da República, como já o fazem outras instituições, tem reconhecido às pessoas do mesmo sexo, quando há união estável entre elas, todos os direitos que são dados aos demais cidadãos e cidadãs brasileiros em tal situação.

Portanto, como Membros da Frente Parlamentar pela Livre Orientação Sexual, que tanto eu como o Senador Arthur Virgílio integramos, estamos apresentando voto de aplauso à Mesa do Senado pela importante decisão adotada, que é um avanço e que contribuirá, com certeza, para o aprimoramento legislativo, para a aprovação da legislação, de uma vez por todas, no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa o encaminhará na forma do Regimento, Sr^a Senadora.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Recentemente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupei esta tribuna preocupado com a qualidade dos gastos públicos no Brasil. À oportunidade, comecei a analisar as graves deficiências com os gastos em educação, o que continuo na tarde de hoje.

Apreciando-se a proposta orçamentária, é possível constatar, Sr. Presidente, que os recursos orçamentários federais, na educação, orientam-se prioritariamente para o ensino superior.

Outra vez deixo claro que não pretendo, com essa constatação, reduzir a relevância e a importância do ensino superior, fonte destacada de agregação de valor e de competitividade à formação dos jovens brasileiros. Almejo, isto sim, demonstrar como são poucos e pequenos, comparativamente, os montan-

tes financeiros destinados ao ensino básico, cujo ônus recai, principal e fundamentalmente, nos ombros dos Municípios e dos Estados.

Sou, como se sabe, um ardoroso defensor dos princípios da responsabilidade fiscal, na forma em que o conceito foi construído e vem sendo desenvolvido entre nós. Não concebo, entretanto, que uma prioridade maior do que a educação possa vir a alcançar precedência na discussão do Orçamento.

Certamente não deve ser menor que a dada aos juros, que, não obstante, entendo que devam ser pagos; não deve ser menor que a conferida a qualquer outro setor social visto de forma isolada, como, por exemplo, a saúde, que tem o seu orçamento vinculado ao crescimento do PIB – não pode diminuir, mas, cada vez que o PIB aumenta, aumenta o orçamento da saúde. Isso é meritório, mas a educação deveria ter o mesmo tratamento.

Parece-me fundamental – e aqui recorro recente intervenção de Sua Excelência, o Senador Pedro Simon – garantir maior nível de intervenção da União como articuladora, fomentadora e supridora de recursos para a educação básica.

Verifico, preocupado, a demora na aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb. Há poucos minutos conversávamos com o Senador Arthur e com a Senadora Ideli para vermos se poderíamos votar hoje, nem que fosse em primeiro turno, o Fundeb.

Penso, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a imediata aprovação do Fundeb será, sem a menor sombra de dúvida, um ponto de honra para os membros do Congresso, na medida em que sinalizará importante reavaliação nas prioridades do investimento público.

Estará respeitando o parlamentar, dessa forma, uma prioridade nacional que deveria ser – como, de fato, estou certo de que o é – uma prioridade de todas as casas legislativas federais, estaduais e municipais. Estará respeitando o parlamentar – e nunca é inútil lembrar – uma política pública que fez de países como a Coreia do Sul uma potência econômica, *status* que alcançou com um razoável índice de justiça social. Uma política que fez de países como a Índia, num contexto muito mais difícil e complexo, uma potência na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico – uma verdadeira fábrica de cérebros –, diferenciais competitivos com os quais vem galgando, velozmente, o *ranking* de desenvolvimento entre os países do Terceiro Mundo.

Entendo, portanto, que a hora é esta e que é aqui, numa das casas mais prestigiosas de nosso Congresso, o lugar preciso onde essas prioridades deverão ser levantadas, defendidas e implementadas.

Aos membros da Base de apoio do Governo digo: essa é a nossa missão como sustentadores do programa de Governo em vigor. Aos membros das Bancadas de oposição digo: sei que tenho sua concordância e seu entendimento sobre o valor positivo da proposta para a afirmação da cidadania brasileira, não importando a cor partidária e ideológica pela qual lute cada um – já ouvi aqui o Senador José Jorge, inúmeras vezes, pedir o mesmo que estou pedindo neste momento.

Espero que os esforços que encetarei, pela liderança do PMDB e da Maioria, possam ser acompanhados, pronta e afirmativamente, por toda a Casa, por seus méritos evidentes e que, humildemente, faço despir de todo apelo personalista e particularizante.

Entendo, Sr. Presidente, que, na discussão que ora se inicia, devemos pensar, juntos e coordenados, apenas no Brasil. E pensar no Brasil, neste instante, significa pensar de que maneira podemos plantar, no presente, o seu futuro, tendo como ferramenta fundamental a educação básica. Significa apoiar os reflexos positivos que ela trará.

Quero aqui agradecer ao Presidente Lula pelos quatro novos **campi** universitários e também pelas duas novas escolas técnicas federais que foram criadas na Paraíba.

Tenho certeza de que os investimentos na educação básica, agora e mais adiante, contribuirão para o bem-estar da sociedade brasileira e para o crescimento e a riqueza da Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço, com prazer, o aparte de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me, Senador Ney Suassuna, sei que V. Ex^a já terminou o seu discurso, mas há algo que gostaria de acrescentar. Eu estava conversando com o Sr. Raimundo Carreiro, que é o nosso grande Secretário-Geral, e concordamos que o Fundeb tem de caminhar rapidamente. O projeto ficou muito tempo parado no Ministério da Educação, durante a gestão do Ministro Cristovam Buarque, depois passou pelo Governo e veio para cá. Temos cinco medidas provisórias, e o item relativo ao Fundeb, estou conferindo, é o item 13. Se não conseguirmos um apoio do Presidente Lula no sentido de parar um pouco de mandar medidas provisórias e chegarmos a um acordo rapidamente para votarmos – a maioria das medidas dizem respeito à suplementação de verbas e a alguns outros itens que podem ser discutidos –, vamos ficar praticamente sem conseguir votar nada dentro do período eleitoral. Desculpe-me, Senador

Ney Suassuna, por ter feito o aparte após o término de seu discurso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, foi muito bom.

Estamos programando duas ou três sessões aceleradas. Para isso, claro, é necessária a concordância da Oposição. Há poucos minutos conversava com o Senador Arthur Virgílio, homem de muita visão, e falávamos que precisávamos tentar esse acordo, uma vez que não temos só isso; temos indicações de autoridades e empréstimos a Estados que precisam ser votados. Essas medidas provisórias estão atravancando a pauta.

Se hoje tivermos um pouco de boa vontade, poderemos vencer esses obstáculos e votar, pelo menos, a primeira fase do Fundeb.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu fiz o aparte só para dizer que a Mesa está agindo com toda correção.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não tenha dúvida. A Mesa está fazendo o que pode.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Está lutando para que o Fundeb possa ser aprovado. Não há nenhuma crítica à direção da Casa, apenas registro a angústia pelo fato de as medidas provisórias estarem se acumulando e fazendo crescer as dificuldades para que se faça um acordo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E é legítima a angústia de V. Ex^a, porque amanhã será o penúltimo dia para as convenções. Hoje, aqui no Senado, já encontrei cinco Senadores que terão de estar em seus Estados, o que significa que amanhã e depois de amanhã não teremos quórum. Precisamos administrar a situação para que possamos agilizar a votação de um item tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio por permuta com o Senador Leonel Pavan.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a dispõe de até dez minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Jefferson Peres, pela Liderança do PDT.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, circula na *Internet* uma lista com as mais óbvias petas, ou seja, mentiras pregadas pelo Presidente Lula à Nação brasileira.

E aqui vão elas, Sr. Presidente:

1^a Prometeu e garantiu que criaria dez milhões de empregos. De certa forma fez isso, mas foram três milhões aqui e sete na China, com aquele acordo de

sastroso que considerou a China economia de mercado sem ela o ser.

2ª Peta: disse que os brasileiros, ao fim de seu governo, teriam direito, todos eles, a pelo menos três refeições por dia, café, almoço, jantar.

3ª inverdade: garantiu que assentaria quinhentas mil famílias sem terra. Em vez disso protegeu as invasões. financiou entidades que terminaram agredindo a própria dignidade física do Congresso Nacional.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, V. Ex^a me permite só uma interrupção mínima para agradecer a inversão que gentilmente fez, o que possibilitou que eu falasse agora há pouco. Como não registrei o agradecimento da tribuna, faço-o agora. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a foi muito gentil; eu é que agradeço pela gentileza reiterada. Muito obrigado.

4ª Criou o Banco Popular com o pretexto de levar crédito aos pobres.

Levou endividamento. E o Banco Popular que não passou de uma brutal negociata com aquele Seu Ivan das quantas – não se pode esquecer esses nomes – mas foi o maior... Deu um grande prejuízo ao Banco do Brasil, com envoltimentos valerianos, conforme vimos.

5ª Prometeu que o Brasil crescerá em média 5% ao ano.

Cresceu até o presente a média de 2,6% anualmente.

6ª Prometeu criar o IVA em substituição ao ICMS.

Prometeu a Reforma Tributária, ficou na promessa. O Senado aperfeiçoou, arredondou uma proposta que veio do Governo para a Câmara e da Câmara para cá; virou letra morta.

7ª Prometeu arrecadar mais R\$2,5 bilhões e dar empregos para trezentos e cinquenta mil agricultores, em função do Bolsa-Família.

Limitou-se a distribuir dinheiro a fundo perdido, sem nenhuma exigência de contra-partida educacional, sem nada, quase que uma esmola eleitoreira mesmo.

8ª Prometeu que o Brasil deslancharia com as PPPs, as tais Parcerias Público-Privadas.

Elas estão na gaveta por absoluta incompetência gerencial deste Governo. A época diziam para nós, Sr. Presidente, Senador Marcos Guerra, que ou aprovávamos as PPPs ou o Brasil perderia uma grande chance de crescer e teria problemas. Aprovamos as PPPs e as moralizamos. O Senador Tasso Jereissati quase foi processado pelo Sr. Delúbio Soares quando gritou, neste plenário, que, do jeito que estavam, o Delúbio

poderia deitar e rolar. Hoje, o Delúbio não processa mais ninguém. O Brasil mudou muito.

9ª Prometeu construir 600 mil novas moradias por ano, mas ficaram na propaganda dos *outdoors*.

10ª Prometeu disponibilizar R\$4,5 bilhões do FGTS para construção de casas. O povo ainda não as viu. É mais um desastre.

11ª Acenou com a redução da jornada de trabalho para gerar 3,2 milhões de novos empregos. Terminou ficando tudo como dantes no quartel de Abrantes desses falantes.

12ª Prometeu garantir aposentadoria digna para 3,2 milhões de idosos com mais de 60 anos que permanecem no mercado de trabalho. Quem viu o quê? Qual foi a mudança qualitativa ou quantitativa a favor dos idosos?

13ª Prometeu aumentar o prazo do seguro-desemprego para oito meses. Não cumpriu.

14ª Prometeu fazer o Governo mais sério e honesto da história do Brasil. Mentiou feio – as CPIs que o digam.

Sr. Presidente, na semana passada, discuti aqui – não esqueço os assuntos; tem gente que esquece, mas tenho o hábito de não esquecer – a tal lista de Furnas. No dia seguinte, cumpri com a palavra: o Líder Jutahy Magalhães, com procuração minha, foi à Receita Federal e pediu a abertura de procedimento fiscal para investigar recursos no valor de R\$4 milhões mal explicados pelo advogado Márcio Thomaz Bastos, hoje Ministro da Justiça.

De repente, ninguém falou mais no assunto. Continuo entendendo que o Ministro está usando a Polícia Federal – uma entidade respeitável – para fins políticos, para fins de perseguição a adversários. Não tem a coragem mínima de dizer que essa tal lista de Furnas é uma balela e que há, ali, uma falsificação grosseira. Então, fica esse ata e esse desata que desmoraliza o Governo, desacredita e desmoraliza também o Ministro da Justiça. Por ele, eu não falaria mais no assunto; por ele, Senador João Batista Motta, ele se esquece por um lado, eu me esqueço por outro, dá amnésia geral, Senador Jefferson Péres. Só que eu volto ao assunto, eu não sofro de amnésia. Volto ao assunto.

Estou aqui dizendo ao Ministro da Justiça que ele está se portando mal. Assim como é uma brutal tolice essa história do Ministro Tasso Genro com o Ministro Márcio Thomas Bastos ao Presidente Marco Aurélio de Mello*, do Tribunal Superior Eleitoral, para perguntarem o que podem fazer na eleição. Como se Lula não soubesse o quanto ele já transgrediu a lei eleitoral até aqui. Parece menino de reformatório, procurando saber quais são as regras para que não viole a condicional. No fundo, parece isso.

Mas muito bem, vamos lá. Eu, aqui, ainda em cima dessa tal lista de Furnas, recuso-me a aceitar que o Ministro continue tentando desmerecer, Senador Romeu Tuma, o papel tão importante que a Polícia Federal, órgão que V. Ex^a honrou, dignificou, como seu diretor-geral. Muito bem. V. Ex^a ama a Polícia Federal e eu a respeito. Não quero é que o Ministro Márcio Thomaz Bastos continue a desrespeitá-la.

Tive o prazer de receber, hoje, mensagem de um delegado da Polícia Federal, com palavras que apenas convalidam a minha boa impressão acerca dessa indispensável instituição brasileira.

Apraz-me repetir aqui algumas das suas frases: “Sonhamos com o dia em que o cidadão de bem deste País voltará a ter a segurança nas ruas. Pode ser uma utopia, mas há diversas idéias e projetos que estamos elaborando nesse sentido”. E mais: “As operações que ocorreram nos últimos anos são fruto do desprendimento e da organização interna, reforçada com novos policiais egressos de concursos públicos”. Senador Jefferson Péres, ouça outro trecho desse mesmo digno delegado da Polícia Federal, cujo nome omito por entender que devo fazê-lo em um Governo que é de caça às bruxas, de macartismo, embora se diga de esquerda: “Penso que a exploração política da lista de Furnas, sabidamente um documento imprestável e inidôneo, seria um tiro no próprio pé”. Ele deve saber o que está dizendo. “De fato, o Ministro da Justiça tem o controle administrativo do Departamento da Polícia Federal”. Aí diz o delegado, Senador Jefferson Péres: “Pode nos humilhar, deixar que telefones sejam cortados, remanejar pessoas, determinar a instauração de procedimentos disciplinares, mas ele não pode decidir o que os delegados farão nos inquéritos que presidem. E se algum outro partido que venha a assumir o poder pensa que poderá fazê-lo, está enganado. Como o Senador disse, a Polícia Federal é polícia do Estado e não do Governo ou de Partido”.

Ainda sobre essa mesma área, outro cidadão brasileiro, um advogado, em Rondônia, envia-me um *e-mail*, dizendo o seguinte: “O que o Ministro vem fazendo causa perplexidade e tem graves riscos para o Estado de direito e a democracia do Brasil”.

Sr. Presidente, devo dizer a V. Ex^a que voltei ao assunto das tal Lista de Furnas. Sr. Presidente, devo dizer a V. Ex^a que voltei ao assunto das tal Lista de Furnas, meu querido Senador Sibá Machado, para cobrar do Ministro o que eu havia dito. Eu cumpri a palavra. Fomos à Receita Federal e pedimos a abertura de um procedimento fiscal a respeito dos tais quatro milhões mal explicados nas contas do Ministro Márcio Thomaz Bastos no exterior.

Já me disseram que ir lá não resolve muito, teríamos que ir à Polícia Federal. E para a Polícia Federal tomar uma atitude, Senador Wellington Salgado, veja a minha situação – não que eu não seja capaz de fazer isso, porque sou: eu teria que sair daqui, Senador Paulo Paim, ir andando até o Ministério da Justiça, e pedir para mandar a Polícia Federal apurar uma denúncia que faço. E contra quem? Contra o Ministro da Justiça. Ele teria que se afastar, ou então, em um supra-sumo da cara dura, da cara deslambida, dizer: eu vou mandar apurar contra mim mesmo, ou não vou apurar contra mim mesmo; algo desse tipo. Ir à Polícia Federal e pedir uma investigação contra o Ministro da Justiça é como eu fazer queixa ao Major contra o Tenente-Coronel ou contra o Marechal de Campo. Eu não posso.

O que fica evidente é que o Ministro vem perdendo as condições de o ser, porque usa linguagem doce, de diálogo, quando se encontra com a Oposição e, em seguida, vem com essas perversidades, com essas bobajadas de lista de Furnas, sei lá o que, sem ter coragem de dizer que não é verdade. Como cresceria na minha admiração se dissesse que não é verdade esse documento, que é algo que vem da cabeça de um doidivanas qualquer do Partido do Governo, lá em Minas, acoplado a um chantagista notório. Mas não! Deixa águas paradas ficarem fazendo mal à reputação de pessoas – e acho que nem estão fazendo mal à reputação de ninguém.

O que é estranho, faço um discurso forte como aquele – devo ter importância zero, apesar de ser Líder de um partido importante como o PSDB, vai ver que o meu Partido é importante, mas eu não sou –, é que cumpro a palavra, no dia seguinte se pede a abertura de um procedimento fiscal contra o Ministro, por evasão de divisas, e não acontece nada. Nada, nada, nada. S. Ex^a agora deve estar com a camisa verde e amarela, torcendo para o Brasil ganhar da França. Está ali tranquilo, lampeiro, ou seja, achando que, se tivesse uma olimpíada depois disso aí, o Senador Arthur Virgílio não se lembraria mais do assunto e aí ficaria tudo como dantes no quartel de Abrantes, desses falantes.

Portanto, Sr. Presidente, quando encerro, digo que não deixo as coisas baratas. Vou voltar ao assunto semana que vem. Quero esclarecimentos sobre a vida fiscal do Ministro e quero a definição: ou é ou não é verdadeira e fidedigna essa tal lista falsa de Furnas. Mas não é possível a dúvida pairar na cabeça de quem quer que seja. Este governo tem de ser afirmativo uma vez na vida, parar de ser politiquês e agir com cabeça erguida e moral elevado, se é que isso não lhe dói. Tenho certeza de que não lhe dói. A dignidade não faz mal a ninguém, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Por ora, era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT, por até cinco minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil é um país sur-realista e, às vezes, desanimador.

Segunda-feira eu estava em Manaus, antes de viajar, antes de ir para o aeroporto, numa reunião com executivos de empresas, fazendo uma exposição sobre o Amazonas. Depois, enveredei por uma análise dos problemas brasileiros e fiz uma comparação do Brasil com outros países, procurando mostrar por que um país tão vocacionado para a grandeza como o Brasil estava patinando ainda hoje no subdesenvolvimento, numa situação de “Belíndia” – metade Bélgica, metade Índia –, porque isso acontecia com um país que tinha tudo para se desenvolver.

Fui aparteado por uma executiva, uma senhora com traços orientais, que suponho nissei, e, quando eu expunha as razões, os fatores que levavam o Brasil a não se desenvolver até hoje, ela me disse: “Também, Senador, nesses outros países que o senhor citou a vida não é paralisada por causa de uma partida de futebol”.

Eu não disse nada, continuei minha exposição. Saí de lá para o aeroporto e, depois de quase três horas, duas horas e meia de viagem, vim para Brasília certo de que iria trabalhar normalmente durante a semana. Cheguei segunda-feira à noite. Terça-feira de manhã estava aqui.

Dirigi-me à Comissão de Assuntos Econômicos. Sr. Presidente, não havia reunião, tinha sido cancelada. Por quê? Por causa do jogo Brasil x Gana, de ontem. Fiquei no meu gabinete trabalhando até tarde, até às 11 horas e 30 minutos, fui para casa assistir ao jogo. No intervalo, almocei, assisti ao segundo tempo. Quis vir para o Senado. Não tinha o que fazer no Senado, não havia sessão deliberativa à tarde. O Senado não funcionou, praticamente, ontem.

Vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não perco uma partida de futebol de Copa do Mundo. Também gosto e torço. Assisti à partida de ontem. Mas o jogo era das 12 horas às 13 horas e 45 minutos. O que impedia as Comissões do Senado de trabalharem ontem de manhã até às 11 horas, Senador? Por que as Comissões não se reuniram ontem à tarde? Por causa de um jogo de futebol que iria ocorrer às 12 horas?

Fiquei a manhã no meu gabinete porque não havia reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e a pauta estava cheia de matérias. E de tarde? Os Senadores foram para casa, os funcionários foram dispensados para ir para suas casas assistir à partida e almoçar. Muito bem. Que ficasse parado de 11 horas e 30 minutos às 14 horas e 30 minutos. O jogo terminou às 14 horas e 50 minutos. Por que o Senado Federal não funcionou das 15 horas às 18 horas?

Senador Renan Calheiros, se estiver me ouvindo, por que V. Ex^a não convocou sessão deliberativa normal para às 15 horas de ontem? Sim, V. Ex^a dirá: “O Deputado Aldo Rebelo convocou, e não houve quórum na Câmara dos Deputados”. Está certo o Deputado Aldo Rebelo: convoca-se a sessão, o Presidente chega às 15 horas, não há Senadores na Casa, “está encerrada a sessão, registre-se em ata”, por que não houve quórum, porque os Senadores, depois de assistirem à partida de futebol, foram fazer não sei o quê.

É esse o retrato do Brasil! No mesmo dia, Senador Paulo Paim, nossa Varig dava mais um mergulho para o fundo do poço. A empresa emblemática do Brasil, que desfraldou as bandeiras deste País em todo o mundo durante 79 anos, está morrendo. Ninguém a socorre. Salvo os funcionários, quem é que protesta contra isso? Estava todo mundo gazeteando trabalho, inclusive os Senadores, por causa de uma partida de futebol que se realizou na hora do almoço!

Sr. Presidente, sei que estou fazendo sermão aos peixes, que perco meu tempo, mas vou perder meu tempo até morrer. Que fique registrado na ata da Casa meu protesto contra o que aconteceu ontem, está acontecendo e vai acontecer até o dia 9 de julho, último dia da Copa do Mundo: o Congresso Nacional semiparalisado, não se vota nada aqui porque estamos em tempo de Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, como orador inscrito, e, em seguida, ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do nobre Senador Paulo Octávio.

Nobre Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei um pronunciamento sobre o meu Estado, o Rio de Janeiro. Antes, porém, quero inserir nos Anais da Casa uma entrevista extremamente importante, antológica mes-

mo, que Pedro Estevam Serrano, Professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, e Gabriel Cohn, Professor do Departamento de Ciências da USP, concederam a Marco Aurélio Weissheimer da **Carta Maior**.

Nessa entrevista extremamente oportuna comentam as agressões verbais, os ataques feitos ao Presidente Lula, de forma completamente inadequada, com uma linguagem de agressividade injustificável. Os professores os consideram um ataque ou mesmo um atentado não apenas à pessoa do Presidente mas à instituição Presidência da República. Além disso, manifestam um enorme desprezo pelo voto popular, pela manifestação popular da representação democrática.

Enfim, como se trata de uma entrevista extensa, Sr. Presidente, e eu não teria tempo de lê-la na sua inteireza, peço a V. Ex^a que a mesma seja inserida nos Anais da Casa, junto com o meu pronunciamento.

Não fora o fato de que esse tipo de agressão atinge as instituições e o próprio voto popular, eu até estaria alegre com elas, porque acho que, sob o ponto de vista eleitoral, é completamente contraproducente. A consciência popular condena em absoluto esse tipo de agressão que excede todo e qualquer limite do bom senso e da educação. Isso favorece mais do que prejudica a candidatura à reeleição do Presidente Lula. Como esse tipo de comportamento afeta as instituições, não posso deixar de lamentar e pedir a referida transcrição nos Anais da Casa.

Sr. Presidente, quero falar sobre o meu Estado – e por isso vim à tribuna hoje – para comentar uma atuação que, durante oito anos, constitui verdadeiro desgoverno por parte de um casal que eu poderia classificar de maus atores teatrais, que pensam que conseguem iludir o povo, tomando algumas iniciativas de cunho popular. Estão levando o Estado do Rio de Janeiro à situação de verdadeira calamidade em que se encontra, apesar de, economicamente, o Estado estar emergindo, depois de tanto tempo de decadência.

Na verdade, depois desses oito anos, o Rio de Janeiro começa a sair do fundo do poço, do ponto de vista econômico, graças, principalmente, ou quase totalmente, aos investimentos do Governo Federal, especialmente da Petrobras, investimentos gigantescos que estão alavancando a economia do Estado, reerguendo-a depois de tanto tempo de desgaste e decadência.

Chegamos ao fim desse período desastroso para o Estado, mas o emblema dessa presença devastadora, dessa atuação devastadora do casal governan-

te é estado em que se encontra a Uerj, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, outrora Universidade do Estado da Guanabara, que já foi orgulho da cidade, que já foi sede de um pensamento elaborado, de um pensamento de excelência e de transmissão desse pensamento a várias gerações. E, hoje, ela se encontra em uma greve sem solução, cuja reivindicação é a recomposição do ambiente universitário de trabalho, que não consegue ser atingida.

Sr. Presidente, isso é emblemático, mas, infelizmente, é o resultado de toda essa atuação de oito anos desse casal, que infelicitou o Estado do Rio de Janeiro.

Tenho sido instado por muitos professores a fazer um pronunciamento de protesto contra a situação da Uerj, mas, na verdade, Sr. Presidente, pronunciamentos de condenação têm sido feitos, inúmeros, por personalidades até com mais credencial do que eu para fazê-lo. Não será o meu discurso aqui capaz de mudar essa situação infeliz, calamitosa, em que se encontra a universidade, a grande Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O que vai mudar essa situação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o voto popular, nas eleições que se aproximam. E essa é a nossa convicção, essa é a nossa expectativa, essa é a nossa esperança fundada, porque temos a convicção de que estamos credenciados a pleitear o voto para o nosso candidato, Vladimir Palmeira, pela marca importante que o Governo Federal deixou no Estado, por meio dos seus investimentos estratégicos da maior importância, que estão reabilitando economicamente o Estado do Rio, para emergir da situação de desgaste em que se encontra. Evidentemente, a questão do voto e da escolha do governante é decisiva para esse reerguimento.

Mas faço aqui uma referência, ainda que breve, Sr. Presidente, a esses investimentos, a essas melhorias, a essa contribuição do Governo Federal, de inestimável importância para o nosso Estado, o Rio de Janeiro, a começar pela refinaria de Itaboraí, com extensão em São Gonçalo, onde se instalará o seu centro de recrutamento e de excelência. Representará um investimento que vai somar a mais de R\$10 bilhões, com geração de emprego, com geração de renda para o Estado, de renda tributária para o Estado, de inestimável significado.

Sr. Presidente, é, na verdade, o embrião do pólo petroquímico por cuja implantação políticos e dirigentes do Estado vêm lutando há vinte anos. E eis que,

agora, recentemente, foi lançada a sua pedra fundamental e foi decidido o investimento. É claro que é um investimento da Petrobras, associado a um grupo privado da maior importância, o Grupo Ultra, mas que vai produzir uma alavancagem na economia do Estado, especialmente na periferia do Rio de Janeiro, de extrema importância. Será um investimento pelo qual há muito tempo, há alguns meses, daqui desta tribuna, já vínhamos pleiteando, e a pedra fundamental foi lançada agora.

Assim também acontece, Sr. Presidente, com a recuperação da indústria naval, grande indústria do Rio de Janeiro, implantada no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek e localizada no Rio de Janeiro, exatamente pelas condições propícias da Baía de Guanabara e de toda a atividade marítima que se desenvolvia ali. O Rio de Janeiro era a sede das principais empresas de Marinha Mercante brasileira, e, infelizmente, todas foram à falência, Sr. Presidente, nessa política entreguista neoliberal. A Marinha Mercante brasileira, que era uma das mais importantes do mundo, teve a indústria naval instalada para exatamente reaparelhar-se constantemente, com novas construções, com novos navios. Mas a Marinha Mercante submergiu, acabou, e a indústria naval paralisou-se quase que totalmente – eu diria até que totalmente.

E eis que a indústria naval em Niterói, São Gonçalo e Angra dos Reis, majoritariamente situada no Estado do Rio, decidido assim pelo grande Presidente Kubitschek, a indústria naval se recupera com os investimentos da Petrobras em plataformas, que eram feitas fora do País porque era mais barato para os investidores e porque dava mais lucro para os acionistas.

Agora foi decidido que vinte navios da Petrobras serão construídos. Isso quer dizer que a indústria naval se recuperou, assim como os investimentos na capital, na cidade do Rio de Janeiro, com a revitalização da zona portuária, as obras para a realização do Pan-Americano de Atletismo, as obras na Vila Olímpica e outras obras de infra-estrutura para o Pan-Americano, a recuperação dos museus do Rio. Os museus são o tesouro cultural da cidade do Rio de Janeiro, enraizados lá pela sua história, pela história política e cultural do nosso País. O Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu da República, todos eles estavam em estado de deterioração avançada e mereceram investimentos por parte do Governo Federal de recuperação e, hoje,

retomaram suas atividades diante da iminência de um colapso em que se apresentavam.

E, mais, Sr. Presidente, investimentos no interior do Estado, com a recuperação de rodovias, como a BR-101, a BR-156, a BR-396, a BR-465; a solução urbanística para o caso do pátio ferroviário de Barra Mansa, uma reivindicação de mais de 20 anos, algo que atravança o crescimento da cidade e a vida normal desse grande e tradicional centro urbano do Sul do Estado; o Centro Federal de Educação Tecnológica de Nova Iguaçu (Cefet); a Escola Técnica Federal de Realengo; e os numerosos pontos que se espalham por todo o Estado, dando vida cultural a populações que têm enorme talento e buscam a oportunidade de realizá-los, o que vão encontrando, agora, com a implantação de numerosos desses pontos de cultura.

Enfim, Sr. Presidente, um conjunto significativo de investimentos, da maior importância, que o Governo Federal vem fazendo e que está provocando a onda de recuperação que o Estado e sua capital, a cidade do Rio de Janeiro, vêm encontrando e que devem merecer, evidentemente, pelo julgamento popular, um voto de confiança nessas decisões, contrastando com a calamidade a que a administração estadual levou essa importante unidade federada, o nosso grande Estado do Rio de Janeiro, cuja capital é o carinho deste País e, enfim, o centro cultural, ainda, de maior importância no nosso País.

De forma que, Sr. Presidente, eu queria expressar essa minha expectativa, essa minha confiança no voto popular para mudar a calamitosa situação em que o Estado se encontra e cujo emblema, como eu disse, é a caótica situação da grande Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que, infelizmente, se encontra nessa situação.

É o que eu queria dizer, Sr. Presidente, agradecendo a colaboração de V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Material que deve ser lido ou dado como lido em Plenário.

ENTREVISTA

Ataques pessoais contra Lula revelam desprezo pela Política

Na avaliação de **Pedro Estevam Serrano**, professor de Direito Constitucional da PUC-SP, e de **Gabriel Cohn** (foto), professor do Departamento de Ciências Políticas da USP, ataques e agressões pessoais desferidas contra presidente da República representam atentado contra instituições democráticas e manifestam desprezo pela representação popular.

Marco Aurélio Weissheimer - Carta Maior

PORTO ALEGRE - Desde o início da crise política, a oposição vem elevando o tom de voz nas críticas dirigidas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Rapidamente, passou-se da crítica política para os ataques pessoais. O presidente já foi chamado de preguiçoso, beberrão e corrupto, entre outras desqualificações. Um dos principais líderes da oposição, o senador Artur Virgílio (PBSD-AM) já ameaçou bater no presidente. O senador **Jorge Bornhausen** (PFL-SC) já expressou seu desejo de se "ver livre desta raça", referindo-se aos partidários do PT. Mais recentemente, o candidato a vice na chapa do candidato Gerlando Alckmin (PSDB-SP), José Jorge (PFL-PE), chamou o presidente da República de "bêbado e preguiçoso". Conforme foi noticiado por vários meios de comunicação, PSDB e PFL elegeram esse tipo de ataque como tática para a campanha eleitoral, cabendo ao segundo o papel de desferir os ataques mais duros.

A CARTA MAIOR ouviu um professor de Direito Constitucional e um sociólogo sobre essa tática de campanha e suas possíveis implicações para o sistema político do país. Para **Pedro Estevam Serrano**, advogado e professor de Direito Constitucional da PUC-SP, o que está sendo atacado não é propriamente a pessoa física do presidente, mas sim as instituições da República. "Esses ataques representam um atentado contra a presidência da República e contra o Estado. É como se o PCC quisesse organizar um partido ou como se alguém quisesse organizar um partido para defender a pedofilia. O limite para essas pretensões é aquele estabelecido pelo Estado de Direito". Na mesma direção, **Gabriel Cohn**, doutor em sociologia e professor titular do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo (USP), diz que esse tipo de ataques pessoais, além de afrontar as instituições, manifestam profundo desprezo pela representação popular e pelo voto do povo.

"Alimentar a idéia da disputa eleitoral como um vale-tudo representa um retrocesso muito grande. É preciso falar abertamente que essa postura está

ultrapassando todos os limites aceitáveis em uma democracia. Ao se fazer isso, se está reforçando a idéia que afirma que a política é uma coisa suja", adverte o professor da USP.

PEDRO SERRANO: "ESSES ATAQUES REPRESENTAM UM ATENTADO CONTRA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E CONTRA O ESTADO".

CARTA MAIOR: Qual sua avaliação sobre a tática que vem sendo adotada pela oposição de intensificar os ataques contra a pessoa do presidente da República?

PEDRO SERRANO: Sob o ponto de vista do Direito Constitucional e do Estado Democrático de Direito, a democracia e o próprio direito não são elementos ilimitados. Não devemos confundir liberdade com direito de liberdade. A natureza me deu força física para quebrar o carro do vizinho. Tenho a possibilidade de fazer isso se quiser, o que não quer dizer que tenha o direito de fazê-lo. A democracia é o regime que garante uma maior expansão do direito de liberdade, de liberdade de expressão, entre outros. Mas ela se define, entre outras coisas, por um conjunto de procedimentos, como formulou o pensador italiano Norberto Bobbio. E esses procedimentos devem ser observados por todos aqueles que vivem em um Estado Democrático de Direito. No que diz respeito à política, a finalidade de um partido é defender políticas públicas. Quando um partido parte para ataques de natureza *estritamente pessoal contra a figura do presidente da República, está fazendo algo bem diferente.*

Na verdade, o que está sendo atacado não é propriamente a pessoa física do presidente, mas sim as instituições. Esses ataques representam um atentado contra a presidência da República e contra o Estado. É como se o PCC quisesse organizar um partido, como se alguém quisesse organizar um partido para defender a pedofilia (como aconteceu recentemente na Holanda), ou para defender idéias e práticas nazistas. O limite para essas pretensões é o limite estabelecido pelos preceitos constitucionais, pelos princípios do Estado de Direito. Esse tipo de comportamento, que atenta contra as instituições democráticas pode levar inclusive à cassação do registro dos partidos que o adotarem. Os argumentos "ad hominem" (dirigidos contra a pessoa) são naturais no debate político, mas dentro de certos limites. Não é o reino do vale-tudo. Quando as instituições passam a ser atacadas, cabe à Justiça entrar em ação.

CM: Essa é uma prática aceitável no contexto de uma disputa eleitoral?

PS: Devemos considerar na mesma vala manifestações em defesa de idéias e práticas nazistas e racistas, em defesa da pedofilia, e manifestações dirigidas contra as instituições republicanas. A julgar pelas recentes manifestações de

líderes da oposição, eles querem transformar a disputa eleitoral em um festival de xingamentos pessoais dirigidos contra a figura do presidente da República. Mas, neste caso, o principal atingido não é a pessoa física do presidente da República, mas sim a instituição presidência da República. Isso é algo inaceitável do ponto de vista do Direito Constitucional e do Estado Democrático de Direito. Ao fazer isso, a oposição não está exercendo seu direito à liberdade de expressão, mas sim atentando contra as instituições republicanas. Seus partidos não estão defendendo esta ou aquela política pública, mas sim agredindo princípios que são obrigados a defender.

Agora, do fato de existir, em uma sociedade, um grupo que defenda idéias nazistas ou racistas, não segue que toda a sociedade seja considerada nazista ou racista. A Justiça está aí para coibir essas práticas. O que os ataques pessoais dirigidos contra a figura do presidente da República mostram é que nós ainda não temos uma democracia madura. Essa indistinção entre governantes e instituições é típica de democracias não maduras. No caso do PSDB, é um comportamento muito estranho, pois esse partido sempre se mostrou mais equilibrado nesta questão. Parece ser um sinal de desespero diante do desempenho de seu candidato nas pesquisas. O que não faz da prática de ataques às instituições algo menos inaceitável. Crimes e condutas ilícitas são cometidos todos os dias. O Estado e a Justiça estão aí para controlá-los e têm a obrigação de reprimir esse tipo de conduta que vem se repetindo com uma certa regularidade.

GABRIEL COHN: "QUANDO VOCÊ TRATA UM POLÍTICO ELEITO POR MILHÕES DE VOTOS DE UM MODO INDIGNO, ESTÁ MANIFESTANDO PROFUNDO DESPREZO PELA REPRESENTAÇÃO POPULAR"

CARTA MAIOR: Qual sua avaliação sobre a tática que vem sendo adotada pela oposição de intensificar os ataques contra a pessoa do presidente da República?

GABRIEL COHN: O que é mais assustador nesta estratégia de desferir ataques pessoais à figura do presidente da República é que ela põe em risco as instituições democráticas do país e a própria idéia de democracia! O que está em jogo, portanto, é a defesa destas instituições e da democracia. Há muito tempo que não se via algo assim. Em nossa história recente, os presidentes foram poupados desse tipo de ataque. Mesmo considerando o caso atípico de Collor, ele não chegou a ser alvo de ataques pessoais como o presidente da República sofre agora. Pelo contrário, ele é que se utilizou desse tipo de ataque na campanha eleitoral contra Lula. Creio que se pode dizer que, desde a tentativa golpista contra Getúlio Vargas, não vimos esse tipo de ataque. Que eu me lembre Sarney não foi vítima de campanhas difamatórias, e, muito menos, Fernando Henrique Cardoso. O que é mais perturbador, portanto, é que isso não é típico de nossa cultura política recente.

O caso de Lula é muito peculiar. Houve um momento em que se tentou destruir o partido do presidente da República. Não sendo isso suficiente, partiu-se para o ataque frontal e pessoal ao próprio presidente. O problema é que se ataque não atinge propriamente uma pessoa, mas sim a instituição da Presidência da República. Temos aí uma questão muito delicada. O que pode ser dito a respeito do presidente que não atinge a instituição? Qual é o limite? O que vemos hoje indica que esse limite já foi ultrapassado de longe. O ataque não é político e é por isso que ele acaba sendo dirigido às instituições. O presidente da República está quase sendo apresentado como uma espécie de usurpador do cargo, como alguém indigno de estar onde está, que chegou por acidente onde chegou. Mas não foi por acidente. Ele foi eleito com milhões de votos. Então, a primeira vítima deste processo é a dignidade do processo eleitoral.

Quando você trata um político eleito por milhões de votos de um modo indigno, está manifestando profundo desprezo pela representação popular. Aliás, o grande escândalo político dos últimos meses não foi tratado como tal, nem pela imprensa, nem pela sociedade de um modo geral. Esse escândalo foi o absoluto desprezo pelo voto popular manifestado pelo agora ex-prefeito de São Paulo, que abandonou o cargo para disputar o governo do Estado, desrespeitando o que havia afirmado claramente na campanha eleitoral. Esse é, na minha avaliação, de longe, o maior escândalo. É incrível que não tenha sido tratado como tal e que o candidato em questão tenha mantido praticamente inalterado seu índice de intenções de voto. Isso é muito preocupante. O desprezo pelo voto do eleitor, pela representação popular, quero dizer. Mostra uma fragilidade muito grande da nossa democracia.

CM: Essa é uma prática aceitável no contexto de uma disputa eleitoral?

GC: O que vemos hoje, entre outras coisas, é a emergência de um rancor muito grande. Não se trata apenas da figura individual do presidente. É algo mais profundo. Como estratégia eleitoral, tenho sérias dúvidas sobre a eficácia, sobre a racionalidade deste tipo de atitude. Há um certo desconforto entre a oposição porque a estratégia anterior não deu certo. O que vemos agora é algo que não se esgota em um cálculo eleitoral. E os termos da estratégia não são políticos. O que é preciso ficar claro para todos é que a maior vítima desse tipo de ataque não é Lula. Quem está patrocinando esse comportamento está engendrando algo que será difícil de remediar, algo que diz respeito ao avanço da democracia no país. As pessoas que têm alguma preocupação com esse avanço democrático devem se preocupar muito com o que está acontecendo. Principalmente porque se trata de algo que está passando em branco. Muita gente está preocupada mas não tem ninguém falando sobre isso.

Alimentar a idéia da disputa eleitoral como um vale-tudo representa um retrocesso muito grande. É preciso falar abertamente que essa postura está

ultrapassando todos os limites aceitáveis em uma democracia. Ao se fazer isso, se está reforçando a idéia que afirma que a política é uma coisa suja. E isso se torna muito grave quando é feito por figuras eminentes de um partido como o PSDB, que estão colocando gás neste balão, como é o caso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo. Há várias questões aí sobre as quais devemos refletir. Qual a ligação que há entre o ocupante do cargo e o cargo? Entre o modo pelo qual alguém conquista um mandato e o modo como é tratado? Como se dá essa passagem do ataque pessoal ao ataque às instituições?

Precisamos identificar com clareza em que ponto você sai do plano estritamente pessoal para cair no institucional. Ao se pretender desqualificar de tal maneira a figura do presidente da República, é o próprio conceito de representação popular que está em jogo. O que se está fazendo, na verdade, é desqualificando a política, muito mais do um candidato. Esse tipo de comportamento alimenta impulsos autoritários. Cito como exemplo aquela inacreditável declaração do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), sobre a necessidade de “acabar com essa raça” (referindo aos partidários do PT). Esse destempero verbal é inaceitável e o que é mais incrível é vê-lo alimentado pela imprensa. É algo muito assustador. O que temos que ponderar é qual o preço a ser pago por isso. O desgaste a que as instituições vêm sendo submetidas é algo muito preocupante. Quem faz isso, pode acreditar que sua ação se limita ao processo sucessório. Mas isso não é verdade.

Esse tipo de conduta tem efeitos negativos a longo prazo. No contexto atual, quem está sendo desqualificado é o mais forte candidato a ocupar a presidência da República no próximo mandato. Imagino qual a estratégia de longo prazo que está em gestação. Existe também um componente não político neste processo, uma arrogância de classe, arrogância dos poderosos, que não mede conseqüências. Provavelmente, eles se imaginam no centro do poder. No entanto, parecem não perceber que estão se tornando também vítimas potenciais do primeiro aventureiro político que aparecer por aí, com ares de um Napoleão. O que eles parecem não perceber é que, ao alimentar esse comportamento de ataques pessoais sem limites, estão serrando o próprio galho no qual estão sentados.

Fonte:

http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11490

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador Paulo Octávio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a coragem do Presidente da República de mentir é cada dia maior, e mente contra o Senado.

Exijo que o Sr. Presidente do Senado responda ao Presidente da República, que hoje, em Contagem, atacou o Senado da República por não fazer a votação do Fundeb. Como votei na minha Comissão, tendo como Relator o Senador José Jorge, com toda a pressa possível, digo que não se vota o Fundeb porque o Presidente da República não quer. Propositadamente, cinicamente, manda medidas provisórias para esta Casa, trancando a pauta como está trancada, procurando acordo com Líderes para poder fazer votação. Ele quer, realmente, desmoralizar o Poder Legislativo, porque ele já dizia que a Câmara dos Deputados, inclusive os dele, tinha trezentos picaretas.

Hoje, os picaretas se mudaram para o Planalto, para o palácio dele: são os Delúbios Soares, são os homens dos Land Rover, é Okamoto. São esses os ladrões do País que estamos vendo prestigiados pelo Presidente da República. E apagaram tudo. Todos os valeriodutos, todos os mensaleiros estiveram na convenção do Partido e são candidatos a Deputado outra vez. Isso é o que ele devia ver. Ele não vê porque não quer; ele não vê porque beneficia os seus amigos e aqueles que aderem por conta do dinheiro público, fazendo a maioria, às vezes, na Câmara dos Deputados. Mas ele está aí, subjugando os aposentados; ele está aí, dizendo uma mentira do Bolsa-Família. O Bolsa-Família foi criado com recursos que eu trouxe para este País para a erradicação da pobreza. É mentiroso quando ataca o Senado, e o Presidente do Senado, infelizmente, aparece ao lado dele nas convenções, achando que tudo vai muito bem.

Sr. Presidente, Renan Calheiros, gosto muito de V. Ex^a e respeito sua atuação. Entretanto, não esteja junto do Presidente da República, que ataca a Casa que V. Ex^a preside. Daí por que não vou comparecer à reunião para a qual V. Ex^a gentilmente me convidou, com o Ministro da Educação, porque no momento em que dizem que estamos atravancando os trabalhos do Fundeb – o que é uma mentira, pois queremos votar e não votamos por causa do Presidente da República, que não o permite por meio das medidas provisórias –, não posso participar de reunião no gabinete do Presidente do Senado com qualquer Ministro de Estado.

Sou coerente e por isso digo ao Sr. Presidente Renan Calheiros: não vou à reunião com o Ministro da Educação, não porque o Ministro da Educação não mereça. Pode até merecer, e acho até que merece, mas não posso me encontrar com um membro do Governo quando o Senhor Presidente, no dia de hoje, em Contagem, ataca o Senado da República, sem que haja uma voz, aqui, a protestar.

Essa Mesa, ou protesta ou se desmoraliza. Se quiser se desmoralizar, não será com o meu apoio e, sim, com o meu protesto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta, pela Liderança do PL. V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela Liderança do Bloco/PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicio minha fala parabenizando o jornal **A Gazeta**, do meu Estado, por trazer em seu editorial matéria extremamente importante e valiosa não somente para nós, capixabas, mas para o Brasil.

O primeiro parágrafo diz o seguinte:

Que o Brasil é destaque no *ranking* dos países com alto índice de violência, disso ninguém duvida. Mas há uma nova e impressionante constatação: o Brasil perde, a cada ano, R\$10 bilhões em produtividade por causa da violência armada entre os jovens.

A violência que se estabeleceu na sociedade brasileira tem raízes profundas no meu Estado. O editorial de **A Gazeta** foi escrito com propriedade, até por conta de o jornal ser testemunha dos fatos ocorridos em casa: as rebeliões, o desmando, a falta de comando, os ônibus queimados, a população inquieta, amedrontada, trêmula, trancada em casa; a angústia no coração de mães e de pais, que imaginam o momento doloroso de mandar um filho à escola ou de aguardar que uma filha volte da faculdade à noite, devido à insegurança que se estabeleceu no País.

O crime se organizou a partir das cadeias, com base e crença na impunidade, com conhecimento profundo de uma legislação pífia, horrível e descabida. O Código de Processo Penal brasileiro está a serviço muito mais da bandidagem que da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, amanhã é o aniversário de Cachoeiro do Itapemirim, capital secreta do mundo, terra de Rubem Braga, Roberto Carlos, Dona Maria, Seu João, Seu Pedro, Marcos, Ivone, Saulo, dos anônimos que construíram aquela terra de gente do bem. Foi lá que comecei a minha vida pública.

No sábado passado, em solenidade da Câmara de Vereadores de Cachoeiro do Itapemirim, Senador Marcos Guerra, houve a festa bonita – de que eu, como Vereador, havia participado por duas vezes – em que os Vereadores dão o título de cidadão aos que chegam e se estabelecem. É como uma grande ação global em que o cidadão recebe o seu registro como filho daquele lugar. Cachoeiro é um belo útero, além de fértil, pronto para a adoção. Por isso, fui adotado pelo povo de Cachoeiro de Itapemirim.

Sr. Presidente, naquela festa, tive o prazer de reencontrar Vereadores do meu tempo, como Wilson Dilleme; Jathir Moreira; Juarez Tavares Mata, que tem mais de 20 anos de Câmara Legislativa, quase mais antigo do que a própria Câmara; com o ex e grande Deputado Estadual Luciano Cortez; autoridades; Vereadores atuais e atuantes, trabalhando em favor de Cachoeiro de Itapemirim.

Sr. Presidente, ao parabenizar Cachoeiro de Itapemirim, quero dizer que amanhã acontecerá o desfile das escolas daquela cidade, e também comendas serão dadas, oportunidade em que terei o privilégio de ser homenageado.

Sr. Presidente, Cachoeiro é a capital do mármore. A primeira feira de mármore e granito deste País aconteceu e ainda acontece em Cachoeiro. Agora, há outra edição, em Vitória, mas sem tirar o brilho e o charme da feira de Cachoeiro de Itapemirim, que poderia muito bem ter a sua economia aquecida pelo turismo. As pessoas que vão a Cachoeiro querem ver a casa onde Roberto Carlos nasceu, porque lá está o berço e até a bacia em que a sua mãe lhe deu o primeiro banho; a Rádio Cachoeiro, o rio Itapemirim. Querido Senador Cristovam Buarque, candidato a Presidente da República, lá, na terra de Roberto Carlos, está o conservatório – a sua professora de piano ainda está viva –, e o regional de Zé Nogueira, onde ele tocou pela primeira vez. Zé Nogueira continua vivo, tocando, em Itapemirim. Todo o Brasil, que admira e ama Roberto Carlos, certamente, em havendo um programa de turismo para Cachoeiro, desceriam para aquelas terras para conhecer de perto onde nasceu o rei da música brasileira.

Sr. Presidente, a **Folha de S. Paulo** publicou dois artigos sobre os bingos; um, do Senador Garibaldi Alves Filho, e o outro, meu. O de S. Ex^a tem como título “Fim da hipocrisia”; e o meu, “Por que evitar um mal maior”

Todos conhecem a minha posição.

O Brasil deve permitir e regulamentar o funcionamento das casas de bingo? Na pesquisa feita pelo Senado, 87% da população brasileira diz, “não”. O povo está menos tolo. Quem pensa que o povo é bobo

se engana, e de bobó se faz, porque o povo brasileiro sabe que casa de bingo é lavagem de dinheiro da contravenção.

Senador Marcos Guerra, há um artigo, publicado pelo **Jornal do Brasil**, de autoria de Dom Eugênio de Araújo Salles, Arcebispo Emérito da Arquidiocese do Rio de Janeiro, que diz o seguinte:

Periodicamente surgem tentativas de legalização do jogo de azar e assemelhados. A 13 de junho último, a imprensa informou o resultado da pesquisa sobre a legalização dos Bingos. A Secretaria de Pesquisa de Opinião Pública do Senado concluiu que 48,2% dos entrevistados manifestaram-se contra e apenas 19,3% foram favoráveis. Os demais eram indiferentes, não sabiam e não responderam. O assunto do jogo de azar voltou a ocupar as atenções com a divulgação do relatório da CPI no Senado Federal. Parece-me oportuno relembrar a celebre catilinária de Rui Barbosa contra a jogatina [veja bem, Sr. Presidente, a célebre frase de um dos maiores pensadores deste mundo, Rui Barbosa, o grande baiano, a respeito da jogatina]: “De todas as desgraças que penetram no homem pela algibeira e arruinam o caráter pela fortuna, o mais grave é, sem dúvida nenhuma: o jogo (...). Permanente como as grandes endemias que devastam a humanidade, universal como o vício, furtivo como o crime (...) ele zomba da decência, das leis e da polícia (...). Alcança o requinte de suas seduções as alturas mais aristocráticas da inteligência, da riqueza, da autoridade; atira (...) à família corações degenerados pelo contato cotidiano de todas as impurezas, à correspondência do trabalho diurno os naufragos das noites tempestuosas do azar; e, não raro, a violência das indignações furiosas que vêm estuar no recinto dos parlamentos é apenas a ressaca das agitações e dos destroços das longas madrugadas de cassino”.

Sr. Presidente, quem disse isso foi Rui Barbosa. O Senador Garibaldi Alves fez um indicativo para a legalização dos bingos, e, em um acordo conosco... depois houve tantas versões. Foi uma proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães antes que eu tivesse manifestado meu voto em separado e depois do Senador Jefferson Peres... Espero que o Senador Garibaldi Alves tenha reconhecido isso, porque, senão, faremos uma questão de ordem e certamente brecaremos o relatório feito. Continuando, do relatório sairia, Senadora Ideli, o indicativo para a legalização dos bingos

no Brasil. E S. Ex^a, o Senador Garibaldi Alves, faria um projeto de lei à Mesa, que seria apensado aos já existentes. E o mais antigo é o meu, que pede o final dessa jogatina imediatamente, pede que o Ministério Público lance mão da sua competência, dada na Constituição de 1988, e incite o Poder Judiciário a matar definitivamente e de forma contundente as liminares que deixam abertas as casas de jogatina e a lavagem de dinheiro do narcotráfico no Brasil, empobrecendo os mais pobres, desmoralizando os desempregados, porque a honra de um homem é seu trabalho. Um homem sem trabalho é desonrado. E um homem, quando é atraído para a jogatina por estar desempregado, no engano de que pode levar para casa uma fortuna, cai no jogo. É um crime que se estabelece pela via da atração no sentido de atrair aqueles que menos têm. Então, é balela dizer que é preciso mandar abrir para depois fiscalizar. Não conseguiram fiscalizar a GTEch, que está dentro da Caixa Econômica. Não se fiscaliza o INSS. As nossas fronteiras – são mais de seis mil quilômetros – são abertas, não conseguimos fiscalizá-las. Por elas, passa todo tipo de contrabando, como o de armas até o tráfico de drogas, que destroem a sociedade brasileira. E agora vamos inventar mais um tipo de crime, legalizá-lo, a fim de criarmos uma outra estrutura para podermos fiscalizar?

Mantenho-me firme em minha posição, Sr. Presidente, que é a mesma daqueles que me mandaram para esta Casa, a posição de milhões de brasileiros de todos os cantos deste País, de quem recebo *e-mail*. Aos brasileiros que me enviam *e-mail* quero ratificar a minha posição, a mesma de João Batista. Mesmo que a minha voz clame no deserto, vou continuar com a voz de João Batista, a voz dos que clamam no deserto. A sociedade brasileira tem ouvido o meu clamor e feito coro a ele. Pesquisas apontam para o enojamento de tudo aquilo que fertiliza o crime neste País, Senador Guerra, e o bingo é fertilizante para o crime. Somos do Espírito Santo, e sabemos o mal que a jogatina causou e ainda causa ao meu Estado, principalmente quando políticos do alto escalão que comandavam a jogatina eram detentores de mandatos, produzindo um Estado bandido dentro do Estado de Direito, um Estado criminoso que faz ajoelhar o Estado de Direito, como o que estamos vivendo no Brasil. Um estado criminoso se estabeleceu, e criminoso cresceu, e fez ajoelhar o Estado de Direito. Por isso, mantenho minha posição. Ao ser entrevistado, perguntaram-me se a minha posição era meramente religiosa. E que fosse, e que fosse! Quem sabe faça parte? Porque a Bíblia condena toda sorte de jogo de azar. Mas as minhas convicções são as de um brasileiro que tem filho para criar e que já não tem segurança de vê-lo andar nas ruas, tal o crescimento

da violência em função do descaso com a segurança pública. Todo brasileiro se sente vitimado e, ao ligar a televisão, vê que o maior tempo é ocupado com a violência, assunto que dá muito mais Ibope hoje do que a própria Seleção Brasileira.

Fala-se em violência, queimação de ônibus, presídios rebelados, presos decapitados, balas perdidas. Agora mesmo, a Senadora Íris de Araújo fez um pronunciamento sobre o parque das crianças em Goiânia, que foi invadido com troca de tiros e assaltado por aquelas pessoas que não têm compromisso nem com a própria vida, muito menos com a vida dos outros. Por isso, é preciso que haja reação e alguém de plantão para engrossar o coro dos que têm coragem de fazer esse enfrentamento em nome da sociedade brasileira como um todo.

Sr. Presidente, gostaria só de fazer um registro para encerrar meu pronunciamento, porque há muitos oradores aguardando para falar. Em seguida, falará o Senador Marcos Guerra, empresário bem-sucedido lá do meu Estado do Espírito Santo, da cidade de Colatina, cidade maravilhosa, de um povo amado e amável que está me vendo agora, um povo trabalhador. O Senador Marcos Guerra é um empresário de que temos orgulho. Pena que esteja dando adeus à vida pública, porque gostaríamos de ter gente com sua integridade moral, com seu caráter, com sua consistência familiar, com o respeito da sociedade não só de Colatina, mas do Estado do Espírito Santo e do Brasil. Quem não conhece a marca Presídio, essa marca maravilhosa, de roupas maravilhosas? O problema é que os presídios no Brasil vão mal, mas a marca Presídio, que é de nosso Estado, vai muito bem, graças a Deus, graças a essa família que nos orgulha e que gera emprego, gera honra.

Senador Marcos Guerra, sou um homem apaixonado e devoto de quem gera honra, porque quem gera trabalho gera honra. Quem gera honra e põe feijão na mesa do trabalhador é digno de aplauso.

Faço esse registro para V. Ex^a e sua família.

Sr. Presidente, os presos no Brasil, por ano, hoje, custam R\$6 bilhões. Manter um preso no Brasil, hoje, custa entre R\$1 mil a 2 mil. Esses dados são do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. Esse valor equivale a mais de quatro salários mínimos. Um estudante, Senador Cristovam Buarque, candidato a Presidente da República, custa, nas instituições públicas do País, uma média de R\$790,00. Um preso custa de R\$1,5 mil a R\$2 mil, para maquinar contra a sociedade, para dormir o dia inteiro, jogar bola, falar ao celular, ter relações sexuais quantas vezes quiser, com visita íntima. Se não conseguem isso, eles brigam, fazem “bico”, queimam colchões, e o Estado vai lá e

socorre. Os Direitos Humanos vêm igual como bicho em cima de quem diz que está errado. E custam R\$2 mil por mês cada um, mas um aluno custa R\$790,00. Nas universidades particulares, existem cursos superiores de R\$300,00 a R\$800,00. A população carcerária no Brasil, nos nossos dias, alcança quase 362 mil detentos que estão em delegacias especializadas e em penitenciárias.

A conta: se um preso custa, em média, R\$1,5 mil por mês, manter essa população carcerária significa gastar meio bilhão de reais por mês ou seis bilhões de reais por ano. Não estou fazendo nenhuma crítica ao Governo – aliás, penso que tinha de ajudar mesmo os nossos irmãos no Haiti. Estou somente comparando com a questão da segurança pública.

O Brasil gastou, até agora, com as tropas envolvidas na operação de segurança e apoio no Haiti, R\$500 milhões. É quase o dobro, porque, no ano passado, em 2005, foram gastos, em segurança pública, R\$275 milhões – a metade do que se gastou na ajuda ao Haiti. Não estou aqui dizendo que não se deve ajudar o Haiti. Sou daqueles que os defendem, são nossos irmãos. É preciso haver unidade mundial no sentido de socorrer as nações, comportamento definido na própria natureza da formação da ONU.

Segurança pública é investimento, pelo amor de Deus! E a sociedade brasileira está precisando de investimento na segurança pública, porque vai chegar o momento, daqui a um ano, em que vamos pedir autorização aos traficantes para que entremos na igreja.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, para uma comunicação inadiável.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, de acordo com o art. 66, parágrafo único, solicito minha inscrição como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Em seguida ao Senador Marcos Guerra, V. Ex^a terá a palavra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o veto do Presidente

da República aos arts. 5º e 6º da Lei 11.311, resultante da conversão da Medida Provisória nº 280, é uma clara demonstração de que o Governo Federal ignora ou menospreza os efeitos positivos que a regularização de débitos tributários tem sobre a economia do País.

Os dois artigos vetados da lei, que foi discutida e aprovada nas duas Casas do Congresso Nacional, reabrem, por 120 dias, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal, o Refis, permitindo que as empresas devedoras de tributos federais refinanciem seus passivos.

O ato da Presidência condena à marginalidade empresários que, devido à notória voracidade do sistema tributário brasileiro, não conseguiram saldar seus débitos. Penalizar empreendedores que geram renda e emprego parece ter-se tornado regra em nosso País, mas o veto presidencial vai além – ele é uma prova de visão estreita, por desdenhar os ganhos já obtidos com o Refis.

De acordo com a própria Receita Federal, o Refis permitiu uma arrecadação de R\$1,1 bilhão em 2004; de R\$966 milhões, em 2005 e, entre janeiro e abril deste ano, de R\$267 milhões. Esse dinheiro não ingressaria nos cofres do Governo caso não existisse um incentivo à renegociação das dívidas de empresas inadimplentes.

Para justificar o veto, o Governo alega que o parcelamento dos débitos é “um desrespeito para com quem paga imposto”. Ele teria razão caso vivêssemos num País em que o sistema tributário tivesse um mínimo de racionalidade. O problema é que, no Brasil, de cada R\$100,00 gerados pela economia, R\$38,00 vão para os cofres públicos na forma de impostos. Só na Alemanha e na Suécia paga-se tanto imposto quanto aqui. Só que com uma grande diferença: naqueles países a população recebe serviços públicos, como saúde, educação, segurança, dentre outros, com qualidade, o que não acontece aqui no Brasil.

Com uma carga tributária altíssima e distorcida, as nossas empresas não deixam de pagar porque querem, como parece entender o Governo, mas porque não podem.

Afirmar, como fizeram técnicos da Receita Federal, que oferecer parcelamento de impostos “reforça a tolerância com quem não paga impostos” é desconhecer a realidade. As empresas brasileiras pagam em taxas o equivalente a 23% do Produto Interno Bruto. Graças à infinidade de impostos e contribuições que recaem sobre o setor produtivo, temos um dos mais altos índices mundiais de informalidade na economia, de 53% durante o ano de 2005.

A derrubada do veto presidencial é um imperativo, entre outras razões, porque, mais do que nunca,

precisamos proporcionar novas oportunidades a quem está disposto a produzir. É hora de levar em conta os interesses da economia brasileira e não os pretextos de burocratas que parecem ter só um objetivo: o de tornar a conta dos tributos cada vez mais insuportável.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, peço aos senhores, em nome daqueles que sempre contribuíram para o crescimento da nossa economia e que hoje estão à margem da legalidade, que, em conjunto, derrubemos este veto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Cristovam Buarque.

Venho a esta tribuna para destacar, do meu ponto de vista, uma das principais iniciativas do Governo Federal no campo diplomático nos últimos anos. Trata-se de criação, pelo Ministério das Relações Exteriores, do Departamento de Energia, dirigido pelo ministro Antônio José Ferreira Simões. A idéia havia sido anunciada pelo chanceler Celso Amorim em abril, mas se concretizou há cerca de quinze dias.

Com isso, como diz matéria do jornal **Correio Braziliense** publicada no último domingo, dia 25 de junho, e assinada pelo jornalista Cláudio Dantas Siqueira, a “energia ganha **status** diplomático”.

Na matéria, o diretor do novo Departamento do Ministério das Relações Exteriores justifica sua criação dizendo que o tema energia não é mais apenas “tecnológico ou econômico”, mas “acima de tudo político”.

O movimento do governo brasileiro segue a lógica das grandes potências mundiais, que definem a energia como uma das principais preocupações de Estado. Atualmente, por exemplo, Estados Unidos, China e Europa, esta enquanto bloco econômico, colocam o abastecimento energético no topo de suas prioridades econômicas, diplomáticas e, em alguns casos, militares.

Em sua entrevista, o Ministro Antônio José Ferreira Simões esclareceu que, mais do que decorrência dos conflitos regionais, como o ocorrido com a Bolívia, a criação do departamento se deve aos novos movimentos globais em torno do tema. Especialmente, diz ele, o impasse entre os governos da Rússia e da Ucrânia sobre o preço do gás, no início deste ano, que teve como conseqüência a suspensão do fornecimento do produto por um dia e meio para a Europa Ocidental, resultando em uma situação de pânico para as sociedades locais.

Saudamos com entusiasmo essa posição do governo brasileiro por acreditarmos que, de fato, é necessário adotar essa postura de Estado perante essa questão crucial para o desenvolvimento das Nações e dos povos, tanto do ponto de vista global quanto regional.

Desde que assumimos a Presidência da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, mais do que a integração mercantil, temos defendido que a unidade da América do Sul tenha como sua base fundamental a infra-estrutura e, particularmente, a energia.

O ponto de partida da construção da União Européia, em 1951, foi um acordo para o uso comum do aço e do carvão, e da mesma forma o Mercosul tem, no petróleo, no gás e também no carvão, o seu motor propulsor de desenvolvimento econômico.

Independentemente de crises conjunturais, a América Latina tem um imenso potencial energético, potencial que passa pelas reservas de petróleo, carvão e gás do Brasil, da Venezuela e da Bolívia especialmente, hoje evidentemente cobiçadas pelas grandes potências mundiais.

A adesão da Venezuela ao Mercosul, que será formalizada nesta próxima semana, em Caracas, fortalece a idéia da integração energética – nas palavras do ministro Antônio José Ferreira Simões, “fundamental para a sobrevivência da nossa região”. Nesse sentido, além das relações já existentes, inúmeros projetos começam a ser alinhavados, como o “supergasoduto do Sul”, que, apesar das críticas, tende a cumprir um papel decisivo, em médio prazo, para a integração energética do continente sul-americano.

Nesse sentido, gostaria de destacar o fato de que, além do petróleo, do gás e de outras energias renováveis, como o etanol e o biodiesel, o Brasil tem um grande potencial de exploração de carvão, capaz de garantir a segurança energética nacional.

Enquanto a expectativa de reservas mundiais para o gás e para o petróleo varia de 25 a 50 anos, o carvão tem reservas estimadas para cerca de 200 anos, distribuídas democraticamente por quatro continentes. No Brasil, apesar de relegado por muito tempo a um segundo plano no debate sobre soluções energéticas, o carvão é a maior reserva de combustível fóssil do País – é 2,7 vezes maior do que as reservas petrolíferas.

Diante disso, volto a destacar neste plenário a importância de se trazer a público a discussão sobre a matriz energética brasileira, não apenas do ponto de vista nacional, mas com suas implicações globais e, especialmente, regionais.

É fundamental neste momento a inclusão do carvão na cesta de energias para a integração energética

da América do Sul, assegurando que o debate seja realizado em toda a sua dimensão e considerando o conjunto de suas potencialidades. Temos dito, na condição de presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, que o desafio da energia deve ser enfrentado com ações que contemplem todas as formas de energia, o que não pode deixar de incluir, pela dimensão de suas reservas, o carvão mineral.

Em janeiro passado, disse nesta tribuna que “a integração das economias nacionais, com suas diferentes potencialidades, e com a devida utilização das riquezas naturais da região em benefício de seus respectivos povos, dá ao Mercosul uma nova condição para a efetiva e soberana integração da América do Sul na economia globalizada”.

Agora, com a decisão do governo brasileiro de tratar a energia como tema estratégico e mais do que apenas econômico ou político, cresce a nossa confiança de que o processo de integração do Continente Sul Americano se desenvolverá sobre bases mais sólidas e sustentáveis.

Na condição de Presidente **pro tempore** da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que conduzirá a instalação do Parlamento do Mercosul neste segundo semestre, desde já antecipo a disposição da nova instituição de participar desse debate, formular propostas e contribuir para o desenvolvimento da América do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Suplicy sem prejuízo da ordem de inscrição dos demais Senadores que, no momento, estiverem presentes.

O Senador Eduardo Suplicy terá dez minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente Cristovam Buarque, hoje é um dia muito importante para o Brasil e, acredito, para V. Ex^a, um dos que mais se empenhou para que neste Brasil nós tivéssemos o programa Bolsa-Escola. Registro aqui um fato de enorme relevância para todos aqueles que, como V. Ex^a, empenharam-se para que tivéssemos um programa de transferência de renda, de garantia de renda às famílias brasileiras, inclusive relacionado às oportunidades de educação e de assistência à saúde.

Hoje, em Contagem, Minas Gerais, o Presidente Lula e o Ministro Patrus Ananias anunciaram que foi atingida a meta de 11,1 milhões de famílias recebendo o Bolsa-Família em 2006. Essa meta significa que aproximadamente todas as famílias que não recebem hoje qualquer forma de remuneração ou recebem até R\$120,00 por mês **per capita** têm o direito de receber

esse benefício. Para as famílias com renda **per capita** de até R\$60,00, o benefício equivale a R\$50,00 mais R\$15,00, R\$30,00, ou R\$45,00 por mês, portanto, variando entre R\$15,00 a R\$95,00. Se as famílias tiverem renda **per capita** de R\$60,00 a R\$120,00 por mês, o benefício será de apenas R\$15,00, R\$30,00 ou R\$45,00, dependendo do número de crianças na família.

Caso a família seja composta apenas de marido e mulher e esta esteja gestante, ela precisará frequentar o posto de saúde, averiguando sua condição de mãe grávida, a fim de que se verifique se estão sendo tomados os passos adequados para que a sua gravidez e o nascimento da criança se dêem da melhor maneira possível.

No caso das crianças de até seis anos, precisam tomar as vacinas de acordo com o calendário do Ministério da Saúde. Se tiverem entre 7 anos e 15 anos e 11 meses, praticamente 16 anos, devem as mesmas frequentar pelo menos 85% das aulas.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a, em alguns momentos, quando se instituiu o Bolsa-Família, ficou um pouco preocupado com a exigência da frequência à escola. O Ministério do Desenvolvimento Social informou hoje que 90% das famílias estão demonstrando, junto aos respectivos Municípios que administram o programa, na expressão do Presidente:

O que estamos fazendo é o primeiro degrau, dando as calorias e proteínas necessárias às crianças. Elas estão indo à escola; não estão abandonando a escola. Noventa por cento das escolas brasileiras estão comunicando ao Governo a presença das crianças, como antes não se fazia tão adequadamente.

Em alguns momentos, no início da transição do Bolsa-Escola para o Bolsa-Família, houve, de fato, dificuldades, mas, acredito, preocupados com os apelos de V. Ex^a, o Governo e o próprio Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome fizeram com que esse aspecto fosse atendido.

O que gostaria de salientar, inclusive diante da palavra do Senador Antonio Carlos Magalhães, que hoje mencionou, aqui, que o Presidente teria feito críticas ao Senado, o que S. Ex^a não admite, é que, lendo o que o Presidente falou, relativamente à outra preocupação de V. Ex^a, os investimentos na educação, Sua Excelência gostaria que o Fundeb fosse votado o mais rapidamente possível pelo Congresso Nacional. Sua Excelência disse:

Desde junho do ano passado que o projeto está no Congresso Nacional. Já foi votado na Câmara dos Deputados e agora está no Se-

nado para ser votado. Pelas informações que recebo, parece que tem gente que não quer votar, porque, se votar, são R\$4,3 bilhões a mais para a educação, e isso poderia beneficiar o Governo do Presidente Lula.

Ora, o Presidente Lula não está fazendo um ataque ao Senado. Sua Excelência está observando que é importante que venhamos a dar a devida prioridade no Senado a fim de aprovar o Fundeb, tal como na Câmara dos Deputados, onde o Fundeb foi votado por larga maioria. Somente cinco Deputados, entre 513, votaram contrariamente. O que se espera, portanto, é que o Fundeb possa ser votado aqui no Senado também por todos os Partidos, ainda que possa haver sugestões de aperfeiçoamento das proposições. O Senador Cristovam Buarque, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Jefferson Péres e outros Senadores disseram que se poderia aperfeiçoar mais o Fundeb, mas, em geral, foram todos favoráveis a essa iniciativa. Portanto, cabe a nós, Senadores, chegarmos a um entendimento para votarmos essa matéria, se possível, nesta ou na próxima semana.

Outra coisa que gostaria de falar diz respeito às observações que o Presidente Lula fez por ocasião da convenção onde foi confirmado e aceitou ser candidato mais uma vez. Sua Excelência ressaltou ali inúmeros aspectos positivos do seu Governo e a menção do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso de que o Presidente Lula estaria se aproveitando daquilo que foi chocado por outras galinhas, ou seja, ovos que estariam sendo hoje produzidos, mas que já haviam sido preparados por governos anteriores, tendo até a jornalista Tereza Cruvinel mencionado, hoje, que o PT poderia se aproveitar para dizer que, na Ornitologia, os tucanos, na verdade, são pássaros normalmente conhecidos por se alimentarem de ovos de outros ninhos que não os dos próprios tucanos. Mas não gostaria de dar ênfase a esse tipo de comentário, porque o que considero importante, Senador Efraim Morais, é mostrar que um programa como o Bolsa-Família é o resultado dos esforços do mais largo espectro, primeiro dos economistas, filósofos e cientistas sociais que têm pensado sobre este tema ao longo da história, e também aqui, na vida política brasileira, o resultado dos esforços e da compreensão de pessoas dos mais diversos partidos políticos, inclusive do Senador Cristovam Buarque, do ex-Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, enfim, dos intelectuais dos mais diversos partidos.

Assim, é importante saudar que o Bolsa-Família atinge hoje 11 milhões e 100 mil famílias e mostrar também que isso constitui o resultado dos esforços de pessoas dos mais diversos partidos. Aliás, hoje, o

Presidente Lula, em Contagem, procurou ressaltar que o Programa Bolsa-Escola, embora seja de responsabilidade importante do Governo Federal, é também de responsabilidade dos prefeitos de todos os partidos; por isso Sua Excelência fez questão de agradecer às prefeituras de todos os Partidos políticos: do PFL, do PMDB, do PSDB, do PSB, do PT, do PTB, do PDT, do PCdoB, enfim, de todos, porque se trata de um programa que é administrado em cooperação entre a União e os governos estaduais e, principalmente, os governos municipais.

E ele mencionou:

Por que eu estou agradecendo às prefeituras? Porque esse programa [ressaltou o Presidente Lula], embora seja do Governo Federal, quem cadastra as pessoas não é o Governo Federal, são as prefeituras. É uma transferência de responsabilidade para as prefeituras, para demonstrar a isenção do Governo nesse projeto. Eu nunca perguntei de que partido é o prefeito. Se naquela cidade tiver gente vivendo com uma quantia mensal abaixo da linha da pobreza, ele pode ser um Prefeito do PFL ou do PSDB e pode passar o dia inteiro falando mal do Presidente, mas os pobres da sua cidade serão tratados como os da cidade de Belo Horizonte ou de Contagem.

Onde os prefeitos são Fernando Pimentel, de Belo Horizonte, e Marília Campos, de Contagem, ambos do Partido dos Trabalhadores.

Quero aqui ressaltar, Sr. Presidente, que nós tivemos, primeiramente, precursores importantes à idéia de se dar prioridade ao combate à fome e à pobreza absoluta. Dentre esses, poderíamos registrar alguns tais como os negros que lutaram pelo fim da escravidão, a começar, por exemplo, com Zumbi de Palmares há mais do que 300 anos. E todos aqueles que lutaram por melhores condições, como nos episódios dos Cabanos, dos Farrapos, de Canudos, dos Alfaiates, da Chibata, do Contestado, da luta dos trabalhadores rurais pela terra e dos trabalhadores urbanos por melhores condições de dignidade, sempre lutando pelo direito à vida.

É importante que nos lembremos aqui não apenas de Zumbi dos Palmares, mas também de pessoas como José do Patrocínio, Castro Alves, Joaquim Nabuco, André Rebouças na luta pela abolição da escravidão; e aqueles sociólogos, economistas, geógrafos e historiadores que, no século XX, tanto se destacaram como Josué de Castro, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Milton Santos, Célio Jaguaribe, Maria da Conceição Tavares, Herbert de Souza

– o Betinho – e Chico de Oliveira na luta para que tivéssemos proposições que erradicassem a pobreza e melhorassem a distribuição de renda no Brasil.

Gostaria também de mencionar que, na batalha pela garantia de uma renda mínima, tivemos precursores importantes como Antonio Maria da Silveira, que, em 1975, na **Revista Brasileira de Economia**, propôs ao Brasil um programa de garantia de renda mínima mediante imposto de renda negativo. Também Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger, em 1978, propuseram, em **Participação, salário e voto**, que a reforma agrária e a garantia de uma renda mínima seriam importantes para termos a democratização da sociedade brasileira como instrumentos eficazes da erradicação da fome e da pobreza absoluta.

Nos anos 80, juntamente com Paul Singer e outros economistas, conversando com a Executiva do PT, tanto nos empenhamos para que houvesse a inserção no programa do PT do princípio de garantia de uma renda. Nos anos 90, em 1991, apresentei uma proposta de garantia de uma renda mínima por meio de um imposto de renda negativo que foi aprovado consensualmente pelo Senado, inclusive com o voto do então Senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. A proposta foi para a Câmara dos Deputados, onde recebeu parecer favorável do Deputado Germano Rigotto, hoje Governador do Rio Grande do Sul. Mas foi no mesmo ano de 1991, no diálogo entre economistas do PT – José Márcio Camargo, Aloizio Mercadante e eu próprio – que José Márcio Camargo observou que seria importante iniciar o programa de renda mínima pelas famílias, relacionando-o às oportunidades de educação.

Desde 1986, Cristovam Buarque, em reuniões realizadas no Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, na Universidade de Brasília, propôs que houvesse a garantia de uma renda para que as famílias pudessem manter as suas crianças na escola. Em 1994, tanto Cristovam Buarque quanto José Roberto Magalhães Teixeira propuseram, respectivamente, programas de renda associados à educação que, em Brasília, tomou o nome de Bolsa-Escola. Daí para frente, tanto foram os Prefeitos como o próprio Antonio Palocci, em Ribeirão Preto, assim como os Prefeitos de Arujá, Barueri, Betim, Ferraz de Vasconcelos, Fortaleza, Franca, Londrina,

Manaus, Mococa, Osasco, Ourinhos, Paracatu, Pindamonhangaba, Porto Alegre, Presidente Bernardes, Recife, Salesópolis, Santo André, São Bernardo do Campo, São Luís, Suzano, Teresina, Vitória, São Paulo, Jundiá, São José dos Campos, Catanduva, São Joaquim da Barra, Araçatuba, Araraquara, Santo André, Franca, Guaratinguetá, Caçapava, Jaboticabal, Limei-

ra, Piracicaba, Ourinhos, Presidente Prudente, Santos, São Carlos, Belém, Belo Horizonte, Betim, Extrema, Blumenau, Chapecó, Boa Vista, Caxias do Sul, Goiânia, Natal, Vitória, Mundo Novo e dezenas de outros municípios, com bons resultados, instituíram programas de renda mínima associados à educação.

Em decorrência, novos projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional e no Senado Federal, pelos Deputados Nelson Marchezan, Chico Vigilante, Pedro Wilson, na Câmara dos Deputados, e pelos Senadores Ney Suassuna, Renan Calheiros, José Roberto Arruda, dos mais diversos partidos.

Em 1996, em diálogo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, sua equipe e o professor Philippe Van Parijs, este lhe disse quão positivo seria iniciar o Programa de Renda Mínima associado à educação. A partir daí, concluiu-se a tramitação da Lei nº 9.533, de 1997, que instituiu o Programa de Renda Mínima, associado às ações sócio-educativas, confirmado em 2001. Depois veio o Programa Bolsa-Alimentação, auxílio-gás e o cartão-alimentação, que, em outubro de 2003, foram unificados, racionalizados e tiveram aumentado significativamente seu valor na forma do Bolsa-Família.

Assim, Sr. Presidente, quero saudar o fato de ter o Bolsa-Família atingido 11,1 milhões de famílias e ressaltar que se trata de uma conquista que teve a colaboração de todos, inclusive do PFL e o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães, uma vez que na Comissão de Combate à Pobreza analisamos o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de sua iniciativa, que resultou em uma das principais formas de financiamento do Programa Bolsa-Família; correspondente a 0,08% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, ajuda a financiar esse programa que, portanto, é o resultado da cooperação de todos os segmentos, de todos os Partidos Políticos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. S. Ex^a dispõe de dez minutos, como inscrita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente. Cumprimento as Sr^{as}. e os Srs. Senadores e os telespectadores da TV Senado.

Início o meu pronunciamento com base em um requerimento que estou apresentando para que haja um voto de aplauso, Senador Eduardo Suplicy, para os Municípios com maior Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. O Ministério do Desenvolvimento Social identificou e premiou os Municípios que têm o melhor Índice de Gestão Descentralizada.

Há, no meu Estado, três Municípios que receberam os melhores índices. Aliás, Santa Catarina é, na lista, um dos melhores, um dos que gerenciam de forma mais adequada a aplicação do Programa Bolsa Família.

Os Municípios catarinenses que foram classificados entre os melhores da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família são: Bom Jesus, Flor do Sertão e José Boiteux. Além de Santa Catarina, no Maranhão, Piauí e Paraná, foram identificados, em cada um deles, dois Municípios. Em Goiás, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim e Senador Flexa Ribeiro, foram identificados, em cada um, um Município entre os mais bem avaliados no Índice Geral de Gestão Descentralizada do programa Bolsa Família.

O Índice de Gestão Descentralizada leva em conta o preenchimento correto do cadastro, a atualização cadastral, o envio da frequência escolar e o acompanhamento de saúde das famílias beneficiadas. Cada um desses quatro itens representam 25% da nota que vai de zero a um. E os Municípios que não atingem 0,4 do índice são cortados do programa; portanto, os Municípios não recebem o benefício pela gestão descentralizada.

Os Municípios com melhor índice estão recebendo aproximadamente R\$2,50 por família como ajuda do programa federal para que os Municípios mantenham esse programa de gerenciamento.

Flor do Sertão, onde 74 famílias são beneficiadas – é um Município extremamente pequeno do interior de Santa Catarina –, tem cinco pessoas trabalhando na fiscalização e no gerenciamento dos benefícios. A fiscalização e o gerenciamento são muito eficientes. Dessas cinco pessoas, uma é enfermeira e acompanha a saúde das famílias, faz a pesagem das crianças mensalmente. No Estado de Santa Catarina, temos um programa que se chama Apóia, que faz a intersecção das ações dos Conselhos Tutelares com o Ministério Público. Quando há qualquer falta ou indício de evasão escolar, automaticamente, essas instituições são acionadas para fazer o acompanhamento e para fazer com que a criança volte à unidade escolar. Portanto, de público, parabeno os Municípios que estão mais bem qualificados nesse Índice Geral de Descentralização do Programa Bolsa Família, e, de forma muito

especial, os três Municípios catarinenses que muito nos orgulham.

Com relação ao Programa Bolsa Família, chamou-me muito a atenção um artigo do jornalista Elio Gaspari, que tem como título: “O inchaço da máquina do Estado é lorota”.

Como isso tem a ver com a matéria com a qual iniciei meu pronunciamento, eu gostaria de realçar alguns trechos desse artigo porque uma série de dados ou de ilações ou de elucubrações que têm baseado, de forma muito contundente, vários pronunciamentos e várias posições da Oposição, várias críticas às ações do Governo Lula são frontalmente desmontadas pelo artigo do jornalista Elio Gaspari, a que me referi, publicado no dia 21 de junho.

Em determinado trecho, diz:

Lula inchou a máquina do Estado e torrou o dinheiro dos impostos no funcionalismo. Um bom “choque de gestão” permitiria que esse dinheiro custeasse as obras de infra-estrutura necessárias para tirar a economia do atoleiro. Quem quiser acredite, mas essa crença é uma lorota.

Na seqüência do artigo, o jornalista Elio Gaspari cita dados:

Aos números: entre 2003 e 2005, os gastos com servidores ativos ficou onde estava (2,3% do PIB).

Portanto, nos três primeiros anos do Governo Lula, não houve, como se pregou, o inchaço, os gastos excessivos com o funcionalismo. O gasto ficou exatamente em 2,3% do PIB. Mas se poderia dizer que o rombo seria proveniente das aposentadorias. Ao contrário, as aposentadorias correspondem a 2,5% do PIB em 2002 e fecharam 2005 em 2,2%. Portanto, nem o funcionalismo, nem as aposentadorias causaram o rombo.

Se os vilões – continua no artigo o Sr. Elio Gaspari – não foram os servidores, por certo teria sido a ganância com a máquina do Estado. Falso.

Essas despesas baixaram. Em 2002, elas eram 2,3% do PIB e, em 2005, foram reduzidas para 2%. Portanto, não foram os funcionários, não foi a aposentadoria, não foi a máquina do Estado, como muitos apregoam. Então de onde é que veio?

No próprio artigo, o Sr. Elio Gaspari diz:

Tudo bem, mas entre 2001 e 2005 os gastos não-financeiros do Governo Federal pularam de 16,1% do PIB para 17,7% do PIB e a carga tributária está em 37% da produção. Se a máquina do Estado não bebeu o erário, quem o bebeu? Resposta: ele foi comido pelos programas sociais.

A palavra “comido” é adequada mesmo porque o Bolsa-Família, os programas sociais, indiscutivelmente, são programas voltados para colocar comida na mesa de faixa significativa da população brasileira.

As transferências de renda dobraram, de 0,7% para 1,4% do PIB. As despesas com programas sociais passaram de 2% do PIB em 2002 para 2,7% no ano passado. Um aumento de 20% ao ano numa economia que cresce à taxa média de 2,5%. A boa notícia é que esse investimento encheu a geladeira do andar de baixo, diminuiu as desigualdades sociais e ampliou o mercado consumidor.

Esses são os dados que o Sr. Elio Gaspari usa no seu artigo quando diz que o inchaço da máquina do Estado é lorota e que os programas sociais significaram o aporte de um volume maior de recursos para, exatamente, o famoso andar de baixo, aquele que nunca tinha sido beneficiado num Governo que conseguiu reduzir de forma significativa as desigualdades sociais no nosso País, como identificou a pesquisa nacional de amostragem por domicílio.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana antes de comentar sobre o Estado que recebe a maior fatia do Bolsa-Família atualmente no nosso País.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli, quero apenas partilhar deste momento em que V. Ex^a aborda os bons números das políticas sociais do Governo do Presidente Lula. A confirmação hoje pelo Governo – evento já relatado anteriormente pelo Senador Suplicy – da antecipação da meta de 11,1 milhões de famílias cobertas pelo Programa Bolsa Família significa a presença de mais de 40 milhões de brasileiros no início de uma inclusão social. Seguramente, se dermos passos a mais para o programa renda básica de cidadania, a dimensão será muito maior. Na ausência de uma economia libertadora definitiva e de uma matriz de educação revolucionária – avançamos nas duas áreas –, mas tendo já uma responsabilidade social efetiva do Governo, é um passo largo muito bem dado. O Governo do Presidente Lula confirma a responsabilidade social a que se propôs no início de sua gestão. Gostaria apenas de lembrar a V. Ex^a aquilo que deve coincidir com o que diz Elio Gaspari: em 2002, os gastos com programas sociais, com o desenvolvimento social do Brasil foram de R\$6 bilhões. Hoje, o nosso Governo está gastando R\$22 bilhões. Essa é a diferença. Por isso, há um impacto efetivo no que se chama gasto, quando acho que aquela tese revolucionária é possível: dividir e fazer o País crescer.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Aliás, Senador Tião Viana, quero usar os dados da Bahia – a distribuição, os programas de inclusão, como o Fome Zero, cujo carro-chefe é o Bolsa-Família –, dizer o

quanto isso alavanca a economia, para exatamente desmontar aquela famosa tese de primeiro crescer para depois distribuir. Agora, está cada vez mais se confirmando que a política adotada de distribuir gera o crescimento.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Conclua, por favor, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Senador Efraim.

Inclusive a reportagem do **Valor Econômico** de hoje trata, detalha o resultado do Bolsa Família no Estado que é o campeão e tem o maior volume de recursos e de famílias atendidas pelo Bolsa Família, que é o Estado da Bahia.

Vou ler um trecho da reportagem: o avanço nos gastos do comércio, ou seja, o aquecimento do comércio na Bahia, foi de 9,83%, quase o dobro do restante do País. A alta se deve aos programas de transferência de renda do Governo.

Então, essa vinculação entre o aquecimento do comércio na Bahia está diretamente ligado aos programas de transferência de renda, fazendo com que a economia baiana seja uma demonstração inequívoca do quanto a distribuição da renda gera o crescimento, gera o aquecimento da economia.

Portanto, Sr. Presidente, nós gostaríamos de retornar ao início da nossa fala, parabenizando os municípios que foram identificados como de realce no Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. Quanto mais bem fiscalizado e gerenciado, teremos mais eficácia.

Se o Presidente me permitir, concedo o aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a registra tão positivamente esses fatos relacionados ao Programa Bolsa Família! É importante que o jornal **Valor Econômico** esteja hoje mostrando como o Bolsa Família teve, como efeito, um aumento tão significativo da atividade econômica na Bahia, a partir das mãos das famílias mais pobres e resultando em um efeito multiplicador, tal como os economistas muitas vezes mostram, de algo que o Presidente Lula, hoje, em seu pronunciamento, ressaltou que constitui, na verdade, um investimento. Senadora Ideli Salvatti, no meu pronunciamento, procurei ressaltar que se trata de uma conquista que é de todos nós. Felizmente, foi aqui apreciada, sem contestação, a Lei nº 9.533, que deu origem ao Bolsa Escola nacionalmente e, depois, em 2001, a nova lei que o expandiu. Portanto, é um mérito de todos os partidos. E o Presidente, ao falar hoje, fez questão de ressaltar que o Programa

está sendo administrado pela União, em cooperação com os prefeitos de todos os partidos.

Acho que isto deve ser observado, inclusive como uma conquista.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Assim como a Seleção Brasileira nos alegra suprapartidariamente, devemos também olhar a conquista da meta do Bolsa Família, que, na verdade, é como o Presidente Lula mencionou: é o primeiro degrau de uma escada de trinta degraus. Como V. Ex^a sabe, o Bolsa Família pode ser considerado como um degrau do passo maior que um dia atingiremos – e eu espero, em breve – da renda básica de cidadania, que beneficiará inclusive o Presidente Efraim Morais, do PFL, e a V. Ex^a, do Partido dos Trabalhadores, no mais largo espectro político brasileiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Suplicy. Agradeço, Presidente, por ter prolongado o meu tempo um pouco mais. E, apenas para exemplificar: entre os três municípios de Santa Catarina identificados como de melhor gestão no Brasil, nenhum deles é administrado pelo PT atualmente. Espero que um dia venha a sê-lo. Isso demonstra, inequivocamente, que se trata de um programa de parceria entre o Governo Federal e os prefeitos de todos os municípios.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Renan Calheiros, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão por dez minutos. Em seguida, a V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Exato. Eu gostaria de me inscrever para a Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a já está inscrito e anunciado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Agência Nacional de Petróleo realiza nesta quinta-feira, amanhã, no Rio de Janeiro, a Segunda Rodada de Licitações de Áreas Inativas com Acumulações Marginais, para as ativida-

des de avaliação, reabilitação e produção de petróleo e gás natural no País.

Entre as regiões escolhidas, encontra-se a Bacia de Barreirinhas, no interior do meu Estado, o Maranhão.

Eis aí mais uma confirmação das possibilidades oferecidas pelo meu Estado, cujas riquezas naturais, tantas vezes reafirmadas desta tribuna, ainda não foram devidamente exploradas pelos dirigentes brasileiros.

O Maranhão, Sr. Presidente, é o Estado nordestino de rios perenes. Quando tantos dos nossos irmãos nordestinos sofrem os terríveis períodos do flagelo das secas, o Maranhão mantém-se com terras e climas que se entregam ao êxito da agricultura. É o exemplo que oferece o extraordinário êxito das culturas de soja, cana-de-açúcar e outras.

Nada obstante, os rios do meu Estado – verdadeiro privilégio concedido pela natureza – são severamente castigados pela poluição.

A fartura das suas águas, antes limpas e piscosas, vai sendo praticamente condenada à exaustão. É o que ocorre, por exemplo, com o rio Itapecuru – registro histórico de gloriosos feitos, que corta várias e importantes cidades –, no qual já navegaram navios de razoáveis calados.

Reiterados apelos têm sido dirigidos aos governos para a salvação das vias fluviais maranhenses, uma providência que, antes de ser regional, é de suma importância para o nosso País. Contribuiria fortemente para o fortalecimento da economia nacional, pelo estímulo ao aumento agropecuário de uma vasta região e o melhor aproveitamento das águas que correm para o mar.

A decisão de agora da Agência Nacional de Petróleo significa que há perspectivas de aproveitamento de produção de petróleo e gás natural na Bacia de Barreirinhas. Expectativa, pois, de mais uma riqueza a crescer às tantas outras que envolvem região de raras belezas.

A atuação da referida Agência vem ocorrendo em parceria com outros órgãos governamentais, universidades e demais agentes da sociedade que tenham competência e interesse em colaborar no estímulo à atividade econômica e à preservação do meio ambiente.

Tais iniciativas, Sr. Presidente, devem ser louvadas. Aplaudidas, aliás, todas as que, de algum modo, desentranhem do solo brasileiro as maiores riquezas que gerem rendas, empregos e bem-estar para o nosso povo.

A Agência Nacional de Petróleo tem por missão regular a indústria do petróleo e gás natural, tendo

como diretriz a preservação do interesse público e do meio ambiente.

Nesse setor da economia petrolífera, vê-se como andamos certos com a aprovação, em 1997, da Lei nº 9.478. O monopólio da Petrobrás cedeu à realidade do mercado, graças ao fato de que a empresa vem atingindo renovados sucessos na execução de sua política de petróleo.

A Agência Nacional de Petróleo, portanto, merece encômios pela sua atuação, e a Bacia de Barreirinhas, os votos de feliz resultado na avaliação de suas possíveis reservas de petróleo e de gás natural.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, pela Liderança do PT.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, com a tolerância costumeira desta Presidência, Senador.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Paulo Paim, como Senador inscrito.

V. Ex^a disporá de dez minutos, Senador Paim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a pela pequena tolerância que será um pouco necessária.

Sr^{as} e Srs. Senadores, parafraseando Euclides da Cunha, o agricultor é um forte. Nada mais a dizer daqueles que, diante do quadro de dificuldades de ordens conjunturais e estruturais que enfrentam, no auge da crise, ainda encontram forças para lutar contra as adversidades provocadas pelas dívidas de safras passadas e reiniciar o seu périplo junto aos bancos, objetivando viabilizar os meios necessários para o início de mais uma jornada representada pela nova safra agrícola que se avizinha.

Nas minhas andanças pelo Paraná, tenho conviado com dramas familiares provocados não pela avareza ou pela ganância de ganhos fáceis. Ao contrário, pela vocação ao trabalho árduo que foi herdada dos seus antepassados. Porém, diante de tantas dificuldades, essas famílias, de forma contrariada, incentivam seus filhos, embora totalmente inseridos na atividade, a romperem com essa tradição e buscarem alternativas de trabalho no meio urbano.

É certo que o Pacote Agrícola recentemente apresentado pelo Governo, que, entre outras medidas, prorroga as parcelas das dívidas de investimentos e, parcialmente, as de custeio e define a alocação de recursos para a comercialização, deve ser entendido como sinal de reconhecimento da crise conjuntural. No entanto, isso não basta. Faz-se necessário um novo conjunto de regras para a atividade capaz de concretizar medidas estruturantes que ofertem a segurança

necessária para que aqueles que cumprem a missão de produzir alimentos e energia possam vislumbrar um futuro digno para suas famílias.

O setor do agronegócio requer muito mais do que o nosso simples reconhecimento. Pela sua participação no PIB, da ordem de 30%, pelas exportações, que alcançam 39%, e pelos empregos gerados, que totalizam cerca de 37%, já é passada a hora da realização de um esforço concentrado que envolva todos os segmentos representativos da vida política e econômica nacional para que, juntamente com os legítimos representantes dos agricultores brasileiros, constituam uma verdadeira FORÇA TAREFA capaz de dissecar a fundo toda a problemática que afeta o agronegócio e propor soluções duradouras para seus problemas cíclicos.

Muito se discute onde está o verdadeiro vilão que subjuga principalmente a pequena e a média produção agrícola. Certamente, não está apenas nos episódios climáticos e na política cambial, como alguns querem atribuir. O estudo que propomos deve considerar todas as iniciativas já desenvolvidas, a exemplo das projeções do Fundo para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas/ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (FAO/OCDE) para a produção de grãos, carnes e agricultura energética.

Ouvindo agricultores e suas entidades representativas, pode-se dizer que o entendimento consensual aponta, com uma grande frequência, para a direção dos pontos abaixo relacionados, os quais podem se constituir no eixo inicial do trabalho proposto:

Inexistência de crédito rural para investimento e custeio em quantidade, condições favoráveis e em épocas oportunas;

Garantia do cumprimento da política de preços mínimos;

– implantação do seguro rural para todas as categorias de produtores, mesmo aquelas que não se utilizam de financiamento agrícola, de forma a garantir a produção e a renda do agricultor;

– revisão das cargas tributárias incidentes sobre os insumos agropecuários;

– criação de programas de incentivo à inovação tecnológica;

– fortalecimento de mecanismos de controle sanitário e fitossanitário, com vistas a garantir a qualidade e competitividade dos produtos voltados ao mercado nacional e internacional;

– apoio às instituições oficiais e privadas responsáveis pela pesquisa agropecuária e programas de incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras.

Nobres colegas, espero que a proposta que ora apresento encontre receptividade por parte de todos os que comungam da preocupação quanto ao futuro do setor agroindustrial, ao tempo em que a encaminho para o Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, para que seja discutida no âmbito daquele Colegiado.

Tenho certeza de que a aplicação de medidas estruturais, de longo prazo, que precisam ser direcionadas para o agronegócio, não só fortalecerá o seu desenvolvimento, evitando o êxodo dos trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos, mas também contribuirá para que tenhamos uma política definida para este setor considerado vital para nosso País.

Quero acrescentar, Sr. Presidente, a este texto o fato de ter havido, na Câmara dos Deputados, um amplo debate com o Governo Federal a respeito das necessidades do setor agropecuário.

A partir desse evento, constituiu-se um grupo de trabalho. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, por intermédio do Senador Jonas Pinheiro e de minha própria pessoa, representando o espírito de debate dessa Comissão presidida pelo Senador Sérgio Guerra, faz parte também desse debate que vem acontecendo no Brasil a favor dessa área.

Como foi dito, são essenciais, são vitais, em termos de produção, em termos de constituição do PIB, em termos de balança comercial, em termos de geração de empregos, sem dúvida alguma, a medidas já anunciadas pelo Governo Federal fundamentais à área. Importante também é esse diálogo que o Governo Federal oferece à área. Fora disso, é fundamental que nos debruçemos sobre aquilo que podemos chamar de medidas estruturantes de médio e longo prazo as quais têm que fazer parte desse debate, para que não haja mais instabilidade, insegurança e desesperança num setor vital para o Brasil. Que haja força, energia, união, diálogo e co-responsabilidade a favor da área.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância costumeira de V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Flávio Arns, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

Convido o eminente 2º Vice-Presidente para assumir a Presidência da Mesa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr.

Presidente desta sessão, Senador Efraim Morais, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, em pleno Século XXI, ainda existem, infelizmente, no nosso País, pessoas contrárias às ações afirmativas, o que lembra muito a postura dos escravocratas do período que antecedeu a abolição da escravatura.

Esse setor é contrário à inclusão de negros, índios e pobres. São pessoas que agem de uma forma que me lembra os nazistas, que entendiam que somente eles tinham direito a envelhecer e viver com qualidade de vida.

Devido a tudo isso, Sr. Presidente, não citarei aqui os nomes deles. Como disse em outras oportunidades, a eles cabe o anonimato da história e o silêncio de homens e mulheres que defendem a igualdade e a vida com dignidade para todos.

Sr. Presidente, quero elogiar, sim, a Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sepir, pelo trabalho que está fazendo em defesa das ações afirmativas e da igualdade racial.

Por outro lado, Sr. Presidente, faço questão de que fique registrado nos Anais desta Casa o artigo publicado no último dia 26, no jornal **Correio Brasileiro**, sob o título “Da Igualdade”, de autoria da Doutora em Educação da USP, Diretora do Instituto da Mulher Negra e jornalista, Sueli Carneiro. Artigo dessa mulher, que é uma libertadora. Uma mulher que defende as causas dos discriminados, daqueles que são marginalizados e daqueles que sofrem pelo preconceito e pela discriminação.

Para mostrar que estamos no caminho certo, quero, neste momento, dar meus parabéns à Universidade Federal de São Carlos por estar implantando na instituição uma série de ações afirmativas, a exemplo de outras universidades como as da Bahia, do Rio de Janeiro, do Paraná, de Brasília e de tantas outras. Já existe a política afirmativa de cotas em mais de 30 instituições no Brasil.

Sr. Presidente, a Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo, resolveu adotar o Programa de Ações Afirmativas, a fim de permitir às pessoas oriundas de diferentes áreas, inclusive sócio-econômicas e étnico-raciais o acesso ao ensino superior.

São objetivos do programa: primeiro, a ampliação de acesso aos cursos de graduação que tenham cursado o ensino médio integralmente na rede pública municipal, estadual e federal, com adequada proporção de participação de negros, de índios e de pobres; segundo, o desenvolvimento de ações que tenham como objetivo o apoio à permanência dos alunos economicamente desfavorecidos na universidade, mediante condições de sobrevivência e de orientação para o

adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico. Vai além, Sr. Presidente, dar apoio aos estudantes docentes e servidores para que promovam, nos diferentes âmbitos da vida universitária, a educação das relações étnico-raciais.

As ações terão tempo determinado, como assim entendo e como o foi nos Estados Unidos da América. Como sempre digo, as ações são afirmativas. Não são assistencialistas e, muito menos, paternalistas. Nosso objetivo é dar oportunidade, é dar voz, é dar palco para quem nunca teve palco neste País. Após isso, as ações não precisarão mais ser adotadas porque os direitos das pessoas hoje excluídas serão naturais. Tomara eu venha à tribuna no futuro para dizer que não precisamos mais de políticas afirmativas, que não precisamos mais de políticas de cotas, porque o objetivo foi cumprido.

As ações que citei aqui, seja a luta de Sueli Carneiro, como também do corpo docente da Universidade de São Carlos, seja a belíssima luta daquele que considero um dos grandes líderes deste País, Frei Davi, que é de Abdias Nascimento, que está com 92 anos e continua firme nesta luta, Benedita da Silva, Zezé Motta e tantos outros.

Zezé Motta aniversariou no dia de ontem. Parabéns a você, Zezé Motta. E aceite meus cumprimentos pela sua vida e pela sua história em defesa dos discriminados.

Tudo isso, mostra – repito – que estamos no caminho certo.

Felizmente, posso anunciar da tribuna do Senado que pesquisa recentemente realizada no País – inclusive, com alto índice no meu Rio Grande – demonstrou que 90% dos brasileiros são favoráveis às ações afirmativas que tanto defendemos e que são tão importantes para reparar a exclusão a que os negros, índios e pobres foram submetidos neste País. E é por aí que vamos transformar efetivamente esta Nação.

Por isso tudo, temos a certeza, Sr. Presidente, de que a Câmara dos Deputados há de aprovar o projeto de cotas, Projeto de Lei nº 73, como aprovará também o Estatuto da Igualdade Racial, de nossa autoria.

Sr. Presidente, concluo meu pronunciamento, dizendo que tenho acompanhado o número de trabalhadores em greve neste País. São inúmeros aqueles que estão paralisados. Por exemplo, em Brasília e Sergipe, temos os policiais civis e os delegados. Inclusive, estão aqui em frente ao Congresso. Temos também os policiais militares e federais. Em Campinas, temos os guardas municipais. No Rio, os funcionários da Dataprev. Quero demonstrar que o movimento paredista tem lugar no âmbito dos Municípios, dos Estados e da União. No Rio de Janeiro, estão em greve os servidores da UERJ. Em Brasília, os rodoviários, em um grande

movimento que ainda não terminou. Os servidores da Justiça do Trabalho estão há quarenta dias em greve. Os auditores fiscais – chegou-me a informação e espero que seja verdadeira – estariam fechando um acordo, no dia de hoje, e com isso suspenderiam a greve.

Espero que, ao mesmo tempo em que a gente consiga buscar um entendimento com os auditores, nos lembremos, também, dos aposentados e dos pensionistas.

Os funcionários do Inbra estão parados desde maio. No INSS, cresce o movimento. Os metalúrgicos do grande ABC falam na greve e na resistência às demissões. São inúmeras as categorias, Sr. Presidente, que estão em greve. Por isso, vim à tribuna no dia de hoje. Repito que o movimento é no âmbito privado, municipal, estadual e também federal.

Quero dizer, Sr. Presidente, porque fui sindicalista muito tempo, que ninguém faz greve porque gosta.

É sinal de que algo está acontecendo. E a greve é a última arma que os trabalhadores usam. Quando uma das partes não caminha para o entendimento, isso é natural. Em qualquer país do mundo, capitalista, socialista, onde a democracia impera, principalmente, a greve é um instrumento normalmente usado.

Sr. Presidente, eu dizia e repito: esse instrumento é usado quando a interlocução entre trabalhadores e aqueles que estão do outro lado da mesa não caminha para o entendimento. Sabemos também, todos nós, que uma greve não mexe apenas com uma...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... ela interfere na vida de toda a família e da própria sociedade. Todos temos o entendimento de que a responsabilidade é muito grande. Falo como ex-sindicalista e como alguém que comandou algumas greves.

Sr. Presidente, quero reforçar: quando uma das partes envolvidas não caminha para o diálogo, a greve é um instrumento legítimo. Infelizmente, nem todos possuem instrumentos assim para servir de base nas suas reivindicações. O exemplo disso são os aposentados e pensionistas.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a, e que o Congresso Nacional esteja sensível à situação dos aposentados e pensionistas do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Da igualdade

SIBELI CARNEIRO

Doutora em educação pela USP e diretora do Celadés (Instituto da Mulher Negra)

O melhor das políticas raciais e especialmente as cotas é o poder que elas têm de pôr fim às distorções sobre a questão racial no Brasil. A suposta neutralidade científica mostra a face real e é substituída pelo ativismo intelectual contra políticas de inclusão racial. É o que se depreende do manifesto assinado por parcela da inteligência nacional endereçado ao Congresso, deputados e senadores, "pedindo-lhes que recusem o PL 73/1999 (PL das Cotas) e o PL 3.198/2000 (PL do Estatuto da Igualdade Racial). Alegam que o estatuto e as cotas raciais rompem com o princípio da igualdade e ameaçam a República e a democracia.

São eles, como afirma o sociólogo Carlos Medeiros, "defensores ferrenhos da igualdade que jamais se manifestam quando negros são humilhados e discriminados. Que não se espantam ao entrarem em shoppings onde os vendedores são todos brancos. Que não se incomodam com os papéis reservados aos negros em nossas produções televisivas, seja por terem naturalizado o racismo e a discriminação, seja por compará-los, no íntimo que seja, a visão negativa que esta sociedade reserva aos cidadãos de indistigável origem africana". ()

Também não se ouvem essas vozes clamando publicamente pela punição de atos de corrupção que corroem a República, ou contra a inse-

gurança pública e o assalto de diferentes quadrilhas sobre as instituições públicas que ameaçam a cidadania e a efetivação da justiça social. Para eles, são somente as políticas de inclusão racial o perigo iminente de ruptura do pacto republicano.

A postergação do Congresso em relação a esses projetos de lei encontra reforço nesse manifesto. Mas, para concretizar cabalmente as aspirações do grupo de intelectuais e as resistências no interior do próprio Congresso, é mister que deputados e senadores, além de recusar os projetos de lei em questão, tomem outras iniciativas. Faz-se necessário romper com vários instrumentos internacionais dos quais o Estado brasileiro é signatário como Estado-membro das Nações Unidas. Está comprometido, portanto, com a adoção de medidas especiais em favor de grupos historicamente discriminados, como forma de assegurar a igualdade de oportunidades bem como, periodicamente, prestar contas às Nações Unidas dos avanços alcançados.

São pactos, tratados, convenções, tais como a Convenção Internacional sobre Todas as Formas de Discriminação Racial, ONU, 21 de dezembro de 1965; a Conferência de Beijing, 1995; o Plano de Ação da Conferência Regional das Américas, ocorrida em Santiago do Chile, em 2000; a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, de 2001, em Durban, África do Sul.

Além, requereria fosse suspensa a Conferência Santiago + 5, a ser realizada em julho próximo em Brasília, quando os governos da região americana avaliarão os avanços alcançados e os desafios persistentes para a implementação do Programa de Ação da Conferência das Américas. Esse programa prevê, como a Conferência de Durban, a adoção de medidas legislativas, judiciais, normativas, administrativas e outras medidas para prevenção e proteção contra o racismo, discriminação racial, xeno-

fobia e intolerância correlata.

Em nível nacional, os desafios para os nossos congressistas não são menores para atender aos apelos de nossos intelectuais, pois, para que essa República igualitária e a-racial possa ser efetivamente consolidada, dispositivos constitucionais ou infraconstitucionais precisariam ser revogados — tais como o que institui tempo diferenciado de aposentadoria para as mulheres; o artigo 93 da Lei 8.213/91, que determina a contratação de deficientes físicos por empresas com 100 ou mais empregados; a lei de cotas para mulheres nos partidos políticos e rever o Título II — Dos direitos e garantias fundamentais, Capítulo II — Dos direitos sociais, artigo 7º, inciso 20, que ordena a "proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

Caberia ao IBGE eliminar de seus levantamentos estatísticos a coleta do quesito cor da população e, assim, as desigualdades raciais deixariam de existir e aderiríamos enfim a modernidade de uma República democrática e igualitária, tal como concebida pelos intelectuais do século 19 e, enfim, realizada pelos do século 21.

Mas, ainda assim, é preciso ir além. Se somos todos iguais perante a lei e a raça é uma falácia que deve ser banida da vida social, urge que as universidades extingam os seus departamentos ou núcleos de estudos raciais. E, talvez, seja necessário cassar os títulos acadêmicos alcançados por aqueles que os adquiriram estudando os negros, como um grupo racial diferenciado, essa heresia conceitual que, neste momento, para nossos intelectuais, coloca em risco a igualdade de nossa República democrática.

A fragilidade dessa posição de parcela da elite branca intelectual do país se revela pela necessidade de buscar legitimá-la com o apoio de um Movimento Negro Socialista, alçado à condição de ponto focal para adesões à sua proposta. Conhecemos isso de longa data, desde os tempos de antônio

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em pleno século XXI ainda existem pessoas que são contrárias às ações afirmativas, o que lembra muito a postura dos escravocratas do período que antecedeu a abolição da escravatura.

É um setor contrário à inclusão de negros, índios e pobres. Pessoas que agem como os nazistas que entendiam que somente eles tinham direito a envelhecer e viver com qualidade de vida.

Devido a tudo isso, Sr. Presidente, não citarei aqui os nomes desses conservadores. Como já disse em outras oportunidades, a eles cabe o anonimato da História e o silêncio de suas próprias vidas.

Sr. Presidente, quero elogiar a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), pelo brilhante trabalho que está fazendo em defesa das ações afirmativas e da igualdade racial.

Por outro lado, faço questão de que fique registrado nos Anais desta Casa o artigo publicado no último dia 26, no jornal Correio Braziliense, sob o título "Da Igualdade", de autoria da Doutora em Educação

pela USP e diretora do Instituto da Mulher Negra (Gelledés), Sueli Carneiro.

Artigo dessa que é uma libertadora. Uma mulher que defende as causas dos discriminados, daqueles que são marginalizados e que sofrem pelo preconceito e pela discriminação.

Na mesma linha, aproveito para parabenizar a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), por estar implantando na instituição uma série de ações afirmativas, a exemplos de outras universidades como as da Bahia, do Rio de Janeiro, do Paraná e de Brasília. Já existe a política de cotas em mais de 30 instituições no Brasil.

A entidade resolveu adotar um Programa de Ações Afirmativas (PAA) a fim de proporcionar às pessoas oriundas de diferentes sócio-econômicos e étnico-raciais o acesso ao ensino superior.

São objetivos do Programa:

A ampliação de acesso aos cursos de candidatos que tenham cursado o ensino médio integralmente na rede pública (municipal, estadual, federal) com adequada proporcionalidade de participação de negros e de indígenas;

o desenvolvimento de ações que objetivem o apoio à permanência dos alunos economicamente desfavorecidos na Universidade mediante condições de sobrevivência e de orientação para o adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico;

dar apoio aos estudantes, docentes e servidores para que promovam, nos diferentes âmbitos da vida universitária, a educação das relações étnico-raciais.

As ações terão tempo determinado.

É como sempre dizemos: as ações são afirmativas, não assistencialistas e paternalistas. Nosso objetivo é dar oportunidades. Após isso, as ações não precisarão mais ser adotadas. Os direitos às pessoas hoje excluídas serão naturais.

As ações que citei aqui – seja a luta de Sueli Carneiro, como a do corpo docente da universidade de São Carlos, assim como as de Frei Davi, Abdias Nascimento, Benedita da Silva, Zezé Motta e tantos outros, nos mostram que estamos no caminho certo.

Felizmente hoje a maioria das pessoas entendem que as ações afirmativas que tanto defendemos são importantes para reparar a exclusão a que os negros brasileiros foram submetidos e, mais, fundamentais para transformar nossa Nação.

Por isso tudo é que temos certeza de que a Câmara dos Deputados aprovará o projeto das cotas, assim como aprovará o Estatuto da Igualdade Racial.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz a Constituição em seu capítulo II, artigo 9: “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

Atualmente no Brasil são diversas as categorias em greve:

em Brasília e Sergipe, por exemplo, temos os policiais civis e delegados reivindicando aumentos salariais.

Os policiais militares e federais estão discutindo a possibilidade de fazerem o mesmo. É importante lembrar que no dia 21 deste mês a Polícia Federal fez uma greve de 24h. A intenção: obter reajustes de 30%;

em Campinas os guardas municipais iniciaram na terça uma greve de 48 horas;

no Rio, funcionários do Dataprev estão em greve desde o último dia 6;

ainda no Rio de Janeiro, os servidores da UERJ estão em greve desde 3 de abril.

também em Brasília, a revisão salarial é a reivindicação feita pelos rodoviários que só não continuaram mobilizados devido à liminar da Justiça. Mas, em Natal, os rodoviários estão, desde segunda-feira, parados;

os servidores da Justiça do Trabalho estão, há 40 dias, em greve. A categoria pede um novo plano de cargos e salários (PCS);

Os auditores fiscais da Receita Federal em todo o país estão parados desde o dia 2 de maio;

os funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estão parados desde maio e têm uma longa lista de reivindicações, sendo uma delas os reajustes de salários;

neste fim de semana os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reuniram-se em assembléia e decidiram que se os acertos feitos com o governo no ano passado não forem cumpridos, entrarão em greve a partir do dia 8 de agosto, por tempo indeterminado.

Suas principais reivindicações são reposição salarial e a criação de um Plano de cargos, Carreiras e Salários;

os metalúrgicos do Grande ABC falam em resistência e greve caso as ameaças de demissões se cumpram.

além disso, outras categorias, como a dos professores, por exemplo, também fizeram greves neste ano e muitas outras pensam em fazer.

Enfim, são muitas as categorias em greve.

Fato que deve ter a atenção dos governantes e também dos comandos de greves.

Sim, pois se há greve é sinal de que algo está errado. E, se observarmos bem, uma reclamação constante é o aumento salarial.

Nossos trabalhadores ainda não recebem o suficiente para ter vidas dignas. Não recebem o suficiente para proporcionar às suas famílias vidas honradas.

Ninguém faz greve porque gosta. Sabemos disso. O instrumento só é usado quando não há interlocução entre os trabalhadores e aqueles que estão do outro lado da mesa.

Quando não há negociação, a greve deve, sim ser utilizada como meio de se fazer pressão. Como forma de buscar o cumprimento ou o avanço dos direitos.

Sabemos também que a greve não mexe apenas com as categorias. Elas interferem nas vidas dos cidadãos, da sociedade. Todos temos o entendimento que nossa responsabilidade é grande. E falo isso como ex-sindicalista e ex-integrante de diversos comandos de greves.

Mas, reforço, quando uma das partes envolvidas não está aberta ao diálogo, a greve é um instrumento legítimo que pode e deve ser usado.

Infelizmente nem todos têm instrumentos assim para servir de base para suas reivindicações.

Um exemplo são nossos aposentados e pensionistas. Se eles tivessem direito à greve e, assim, pudessem pressionar como outras categorias, certamente suas reclamações seriam ouvidas.

Mas, infelizmente, os cerca de dez milhões de aposentados e pensionistas só tem o instrumento do voto para pressionar.

Por isso estão atentos a como se dará a votação do reajuste de seus benefícios. Eles esperam, assim como nós, que esta Casa aprove os 16,7%.

Esperamos que a matéria seja votada hoje e que votemos a favor dessa expressiva parcela da população.

Ficamos indignados quando percebemos que pessoas que nunca se manifestam contra reajustes dizem ser contrários ao reajuste dos vencimentos de aposentados e pensionistas.

Recursos para tanto existem. Basta que não haja remanejamento das verbas públicas e vontade política para conceder o reajuste.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, que é o próximo inscrito.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna hoje é o fato de o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, ter apresentado seu pedido de demissão ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Como V. Ex^a que preside os trabalhos, eu sou da região Centro-Oeste do Brasil. V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros, é um dos representantes do Estado de Mato Grosso, e eu sou um dos representantes do Estado de Mato Grosso do Sul, no Senado da República. Portanto, somos representantes de Estados que estão umbilicalmente ligados à agricultura e à pecuária.

Qual foi a atuação do Ministro Roberto Rodrigues? A de um homem lutador, de um homem que veio para a vida pública com toda a certeza e demonstrou, no espaço de tempo desde a posse do Presidente Lula até hoje, quando pediu demissão, elevada competência, grande espírito público, demonstrou ser conhecedor dos problemas do homem do campo. Procurou lutar – não conseguiu, é verdade – em defesa da agricultura e da pecuária. Sempre reconheceu as dificuldades do agricultor, do homem do campo, sujeito até mesmo às intempéries, a uma política creditícia que sabemos que é cruel, rude e que não atende às suas necessidades. Lutou o Ministro Roberto Rodrigues.

É preciso fazer-lhe justiça. Vim a esta tribuna para dizer ao Ministro Roberto Rodrigues que aqueles que vêm de Estados produtores, como eu, aqueles que trabalham no campo, aqueles que têm vindo ao Congresso Nacional pedir o apoio de Senadores e Deputados para suas mais legítimas reivindicações, aqueles que vêm aqui expor os problemas a que estão sujeitos são devedores da atuação de elevado espírito público e cívico do Ministro Roberto Rodrigues.

Lamento profundamente que S. Ex^a tenha deixado o Governo.

Preferiria continuar defendendo os agricultores, os pecuaristas, aqueles homens que trabalham no campo, homens de mãos calejadas, que não têm uma política creditícia bem definida, que não têm uma política para o seu trabalho. Realmente, não há uma política para o agricultor no País.

Prefiro vir aqui, em nome desses agricultores, agradecer ao Roberto Rodrigues e lamentar profundamente que S. Ex^a tenha deixado o campo de batalha. Não sei as razões que o nortearam. S. Ex^a disse que são motivos de ordem particular. Não sei bem se é isso. Seja como for, penso que o Brasil perde com a saída do Ministro Roberto Rodrigues.

Seja como for, apelamos muito para S. Ex^a, que sempre nos recebeu e foi fiel, leal às reivindicações para a solução dos problemas dos agricultores. É bem

verdade que não conseguiu tudo o que queria. Mas conseguiu algo, Sr. Presidente, que deixou marcado no setor produtivo do País, no agronegócio brasileiro. É muito repetido aqui que o agronegócio é responsável pelo superávit da balança comercial e responsável maior pelo índice de exportações do Brasil.

Ele deixou sua marca indelével, e por tudo isso somos agradecidos ao Ministro Roberto Rodrigues.

Pedimos que Deus ilumine o Presidente Lula, para que ele escolha como substituto do Ministro Roberto Rodrigues um homem que consiga implantar uma efetiva política em favor da agricultura neste País, um homem que conheça os problemas do campo. É o que podemos desejar neste momento.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Ramez Tebet, desejo apenas me associar às palavras de V. Ex^a na justa e elevada homenagem que faz ao Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que ora deixa o Governo para retornar às suas atividades na iniciativa privada. Trata-se de um homem que ajuda o Brasil onde estiver, pela sua formação intelectual, pelo seu compromisso com o País e, sobretudo, pela capacidade que teve de apontar um norte da importância da economia rural para o Brasil. O Ministro Rodrigues é um conhecedor profundo dos problemas da economia rural brasileira, tem um compromisso elevado e intransigente com o agronegócio brasileiro e entende que, caminhando bem, esse setor horizontalizaria até o benefício da agricultura familiar. Então, é um homem que procura ver o todo e que assumiu esse compromisso como um todo perante o nosso Governo. Teve dificuldades, como é natural, nas oscilações que a economia rural atravessa em qualquer país na condição do Brasil, que é grande produtor de matéria-prima, que gera pouco valor agregado aos seus produtos e que ainda passa dificuldades nessa área. Mas ele trouxe uma contribuição marcante. É um homem a quem o Brasil deve reconhecimento, deve gratidão. E eu lhe confesso, na condição de homem da Amazônia brasileira, que a minha gratidão é muito mais distinta, porque vi o Ministro da Agricultura de frente para a Amazônia, debatendo os problemas da região, respeitando suas posições doutrinárias e filosóficas, até na questão dos transgênicos e da biotecnologia, que ora se impõe a todos aqueles que lutam pela economia rural brasileira. Mas vi, sobretudo, um homem solidário às questões amazônicas. No meu Estado, S. Ex^a foi impecável, solidário permanentemente, tratando, com grande interesse e responsabilidade, de todos os problemas, da febre

aftosa, da defesa animal até a defesa fitossanitária. Então, é um Ministro completo, a quem muito deve a Amazônia por sua permanência à frente da pasta da Agricultura. Considero, assim como V. Ex^a, uma grande perda para o Brasil. Da minha parte, fica uma palavra de agradecimento muito sincero em nome de todo o povo do Acre. Era o que eu tinha a dizer. Agradeço e anuncio que me manifestarei formalmente também da tribuna, nos próximos dias, em reconhecimento ao Ministro Rodrigues. Muito obrigado.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Senador Tião Viana, as suas palavras, falando em nome da Amazônia, tiraram praticamente o caráter quase regionalista que eu estava dando ao meu pronunciamento. É que o meu sentimento é o de homem de Mato Grosso do Sul, de homem do Centro-Oeste, regiões cuja riqueza está no campo.

V. Ex^a disse muito bem: o Ministro Roberto soube conciliar até as suas posições ideológicas para melhor servir ao Brasil. Acreditava S. Ex^a – e penso que, naturalmente, continua acreditando – que precisamos efetivamente de uma política agrária que tire os produtores do Brasil, que tire a economia do campo da situação em que ela se encontra.

Portanto, o aparte de V. Ex^a só engrandece o meu pronunciamento.

Ouçó o aparte do Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em seguida, agradeço se V. Ex^a puder conceder-me um aparte.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Ramez Tebet, cumprimento V. Ex^a. Somos do Mato Grosso, Estado que tem 70% de sua economia dependente do setor da agropecuária, do setor do agronegócio. O Ministro é do ramo. É um dos raros ministros competentes do Governo Lula. Mas é preciso conhecer a fundo os porquês do pedido de demissão do Ministro Roberto Rodrigues. Esse Governo pactuou várias vezes com o setor agrícola do Brasil e não cumpriu nenhuma das vezes em que pactuou. A agricultura continua vivendo um seriíssimo problema em nosso País. Estamos, agora, inviabilizando 2007. O Ministro Roberto Rodrigues sabe disso. Esse Governo está preparando, agora sim, uma herança maldita para o futuro governo, para o novo governo que assumirá em 1º de janeiro. Não tenho dúvida alguma de que a agricultura brasileira e todos os produtores deste País reconhecem que o Ministro Roberto Rodrigues é do ramo, com a mesma intensidade que sabem que nenhum governo fez tão mal à agricultura brasileira quanto o do Presidente Luiz Inácio. O Governo do Presidente Lula realmente criou a impossibilidade de se produzir

nos campos brasileiros, seja em função do populismo cambial tendo em vista as eleições, seja em função de uma ausência total de política agrícola, pela qual o Ministro tanto lutou, sem conseguir. Pactos foram feitos com o Ministro e com o Congresso Nacional, e pactos foram desonrados com o Ministro e com o Congresso Nacional; pactos foram feitos com os agricultores, quando do tratoação, e pactos foram desonrados com os agricultores. O recente Pacote da Agricultura não resolveu os problemas do campo brasileiro. Tenho certeza absoluta de que muitos agricultores estavam torcendo para que o Ministro Roberto Rodrigues saísse, a fim de que o Presidente Lula não usasse a biografia de S. Ex^a como escudo diante da incompetência e da má-vontade desse Governo com a política produtiva, com o setor produtivo, com o setor do agronegócio no Brasil. Lula defende Bruno Maranhão. Lula defende o MST. Lula sempre voltou as costas para o agronegócio brasileiro. Não restava outra atitude ao Ministro. Penso até que foi um bom gesto do Ministro sair para deixar a interrogação sobre esse Governo à sociedade brasileira, porque o setor produtivo já sabe que o Governo fracassou totalmente nessa área.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Antero Paes de Barros, estou ocupando a tribuna para homenagear o esforço desse Ministro que, durante mais de três anos, foi o único Ministro da Agricultura do Presidente Lula, mas que será substituído agora.

Concordo com V. Ex^a quando diz que falta uma política que defenda realmente o homem do campo neste País. Não tenho a menor dúvida disso.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – E concordo com V. Ex^a que isso não é por culpa do Ministro.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Mas é inegável que todos reconhecemos o esforço do Ministro Roberto Rodrigues para construir uma política adequada, porque, há dez anos no Senado da República, vejo seguidamente, invariavelmente, todos os anos, ocuparmos esta tribuna, irmos ao Ministério, irmos ao Palácio do Planalto, em busca de ajuda aos agricultores, e tudo foi em vão.

Como V. Ex^a bem disse: houve um pacote agrícola, sim, mas que não atende as reais necessidades dos agricultores do nosso País.

Ouçõ o aparte do Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Ramez Tebet, quero somar-me a sua palavra de consideração ao Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, que, desde o início do Governo, tem-se constituído em uma pessoa extremamente respeitada. Junto a todas as pessoas que trabalham com agricultura e agropecuária no Brasil, S. Ex^a foi sempre

reconhecido como alguém que tem grande conhecimento dos problemas do setor e que vinha dando uma contribuição muito importante para o Presidente Lula. Quero aqui expressar o meu reconhecimento ao Ministro Roberto Rodrigues, pelas inúmeras vezes em que com ele interagi, como, por exemplo, no diálogo com os citricultores brasileiros, nas difíceis disputas que por vezes ocorreram entre os produtores de laranja – não apenas de São Paulo, mas do Brasil inteiro – e os produtores de suco de laranja. Trata-se de um embate difícil, e o Ministro da Agricultura sempre procurou ouvir os agricultores nas próprias regiões de produção da laranja. Fui convidado para estar presente e pude ver a sua disposição para dialogar. Isso também era feito com os cafeicultores, com os produtores de cana-de-açúcar, de álcool, de soja, enfim, com todos os setores produtivos. S. Ex^a foi sempre uma pessoa muito aberta. No que diz respeito às cooperativas, outro tema tão caro para o Ministro da Agricultura, que antes havia sido presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, juntamente com o Senador Osmar Dias, S. Ex^a colaborou para que fosse apresentado um projeto – diferente do que eu havia apresentado aqui – que define normas e diretrizes para as sociedades cooperativas. Eu, o Senador Flávio Arns, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, e o Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão, somos testemunhas dos esforços de diálogo. Ainda não completamos o processo de votação desta matéria, mas temos no Ministro da Agricultura um dos principais interlocutores, assim como o Ministro do Desenvolvimento Agrário, o Ministro do Trabalho e, em especial, o Secretário de Economia Solidária, Professor Paul Singer. Espero que, sendo a razão tratar de problema de saúde de sua esposa, a quem estimo melhoras, que possa Roberto Rodrigues, de onde estiver, continuar colaborando, com seu conhecimento, com suas idéias. Ainda que, por vezes, tenhamos divergido em alguns pontos, como no caso do projeto da Lei das Cooperativas, nosso diálogo sempre foi construtivo e produtivo. Portanto, cumprimento V. Ex^a por estar aqui exaltando as qualidades do Ministro Roberto Rodrigues. Espero que o Presidente Lula, que sempre reconheceu sua capacidade, possa ter uma pessoa a sua altura, que, inclusive, tenha o respaldo de todas as pessoas que trabalham na agricultura, para continuar a difícil e complexa missão de ser Ministro da Agricultura. Meus cumprimentos a V. Ex^a por esse registro.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, o aparte de V. Ex^a demonstra que o Ministro Roberto Rodrigues era unanimidade. E tinha que ser, pela sua competência, inclusive com relação à matéria em que V. Ex^a e ele divergiam, segundo as

palavras de V. Ex^a, da Lei que está tramitando aqui no Senado da República e que procura regulamentar, no Brasil, o cooperativismo, que é a forma associativa de melhor gerir a riqueza produzida no nosso País.

Quem tem o espírito cooperativista nunca vai deixar de colaborar. Portanto, mesmo não sendo mais Ministro, mesmo não ocupando um cargo ou uma função pública, com toda certeza, o Ministro Roberto Rodrigues vai estar atento aos grandes problemas nacionais, principalmente esses a que estamos nos referindo aqui, referentes à economia do campo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Tanto eu quanto o Ministro Roberto Rodrigues e os Senadores Osmar Dias, Flávio Arns e José Fogaça, que também foi um dos autores, somos a favor do estímulo às fórmulas cooperativas de produção. Diferimos apenas na definição de alguns termos ou de qual entidade estará organizando, até porque eu defendo que ela não seja a única, pois, como a Constituição brasileira observa, é preciso liberdade de organização e associação, inclusive para as cooperativas. Mas concordamos no que diz respeito ao propósito de estimular as cooperativas.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Perfeitamente.

Assim, deixo esta tribuna formulando votos de que o Presidente da República faça uma boa escolha do nome que vai substituir o Ministro Roberto Rodrigues, que disse que deixaria o cargo por motivos particulares, que, segundo o Senador Eduardo Suplicy, referem-se ao tratamento de saúde de sua esposa. É um motivo altamente compreensível, de grande relevância nas nossas vidas, pois a saúde é o mais precioso bem que um homem pode ter.

Desejo, portanto, ao Ministro muitos votos de felicidade e um pronto restabelecimento para sua esposa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ouço V. Ex^a pela ordem. Em seguida, darei início à Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas desejo externar aqui votos de pronto restabelecimento ao Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, que sofreu um grave acidente que lhe causou um politraumatismo. Ele se encontra

na Unidade de Terapia Intensiva do Incor. O acidente se deu na madrugada de sexta para sábado passado. Não tomamos conhecimento do acidente porque estávamos na convenção do Partido dos Trabalhadores e o fato só veio ao conhecimento público mais tarde. Ainda ontem os Líderes de todos os Partidos expressaram votos de pronto restabelecimento.

O Deputado Arlindo Chinaglia, segundo o médico com quem conversei ontem na UTI do Incor, se encontra consciente, falando, está se recuperando, mas está quase imóvel por causa do politraumatismo.

Espero que ele possa estar, em breve, novamente conosco no Congresso Nacional, colaborando com os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – De maneira bastante breve, associo-me, e faço isso em nome de toda a Bancada do PSDB, aos votos de pronto restabelecimento ao Líder do Governo na Câmara, Arlindo Chinaglia, aqui feitos pelo Senador Eduardo Suplicy.

Eu telefonei hoje para o gabinete do Deputado, já telegrafei para a sua família e, sinceramente, desejo que, de fato, S. Ex^a esteja brevemente de volta ao seu campo de luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 29 do corrente, quinta-feira, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, que “*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências*”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, de 2006
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global duzentos e cinquenta milhões

e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida, tendo em vista a não-realização da Ordem do Dia naquela data.

À Medida Provisória foram apresentadas 16 emendas.

Foram proferidos pareceres no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Almir Moura (PFL-RJ), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e pela rejeição das emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 22 de março, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 25 de maio;

– a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 23 de abril, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 20, de 2006, e se esgotará no dia 6 de julho;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 8 de junho.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 778, DE 2006–PLEN

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se da Medida Provisória nº 286, de 2006 que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$250.500.000,00 (duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica.

O autor é o Poder Executivo.

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Se-

nhor Presidente da República editou e encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da mensagem nº 20/2006-CN (nº 147/2006, na origem), a Medida Provisória nº 286, de 8 de março de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00 (duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica.

A Exposição de Motivos – EM nº 00032/2006/MP, de 6 de março de 2006, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a MP nº 286/2006, informa as seguintes destinações: R\$ 140 milhões para o Ministério da Justiça, para atender ações preventivas de segurança para a realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos que ocorrerão no Rio de Janeiro em 2007; preparação e emprego da Força Nacional de Segurança; implantação de uma infra-estrutura de sistemas vitais ao suporte de segurança dos Jogos; e ações de inteligência associadas aos Jogos.

Sr. Presidente, R\$ 140 milhões serão destinados ao Ministério da Justiça.

O Ministério da Previdência Social terá uma verba de R\$ 26 milhões, discriminadas da seguinte maneira: R\$ 10 milhões para serviços de processamento de dados de benefícios previdenciários; R\$ 2,2 milhões para o funcionamento de atividades descentralizadas da Previdência Social; e R\$ 13,8 milhões para reformulação das agências de atendimento da Previdência Social.

Sr. Presidente, R\$ 84,5 milhões serão destinados ao Ministério dos Esportes, sendo R\$ 60 milhões previstos para o apoio e a implantação do Parque Olímpico do Rio/Complexo do Autódromo Nelson Piquet. Ainda há verbas de R\$ 6 milhões, de R\$ 8 milhões, de R\$ 5 milhões, de R\$ 2,5 milhões e mais R\$ 3 milhões de publicidade de utilidade pública, somando R\$ 84,5 milhões destinados ao Ministério dos Esportes para apoio aos Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro.

Então, houve destinação aos Ministérios da Justiça, da Previdência e dos Esportes.

A Exposição de Motivos esclarece ainda que o crédito tem por finalidade o atendimento a diversas programações nesses órgãos e nessas unidades orçamentárias.

Sr. Presidente, no âmbito do Ministério da Justiça, esse crédito extraordinário destina-se à implementação do Plano de Segurança Pública para a realização dos XV Jogos Pan-Americanos – Pan 2007 e Para-Pan-Americanos –, cuja responsabilidade foi atribuída à Secretaria Nacional de Segurança Pública, Senasp, que, inclusive, utilizará a Força Nacional de Segurança Pública, criada pelo Decreto nº 5.289,

de 29 de novembro de 2004. Destaca-se que o Plano envolve, concomitantemente, o desenvolvimento de ações preventivas associadas às de inteligência e de policiamento ostensivo e contará com a participação das comunidades residentes na região da realização dos Jogos.

A referida Exposição de Motivos discrimina as diversas ações de segurança pública a serem realizadas como parte do Plano de Segurança Pública, entre as quais se destacam: capacitação de 1 mil jovens voluntários, identificados como brigadistas socorristas, de 10 mil outros, na faixa de 16 a 24 anos, que atuarão como guias cívicos durante os jogos de dos gestores municipais de Segurança Cidadã; e implantação de uma companhia escolar de polícia comunitária, que objetiva a atuação combinada das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, bem como de representantes das comunidades.

No âmbito do Ministério da Previdência Social, conforme a Exposição de Motivos, os recursos serão destinados ao pagamento de serviços de processamento de dados previdenciários; ao aparelhamento de agências já reformadas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, que se encontram desativadas por falta de mobiliário; à aquisição de equipamentos para os novos médicos peritos concursados; e ao pagamento dos serviços de processamento de dados previdenciários.

Quanto ao Ministério dos Esportes, informa a Exposição de Motivos da Presidência da República e do Ministério do Planejamento que os recursos se destinam a apoiar financeiramente o Município do Rio de Janeiro para execução das obras de implantação do Parque Olímpico do Rio, no Autódromo Nelson Piquet, que será, Sr. Presidente, o epicentro das competições do Pan-Americano; e a garantir a exequibilidade das ações pertinentes à realização do evento.

Segundo a Exposição de Motivos, a intervenção do Governo Federal se tornou necessária tendo em vista que o Município do Rio de Janeiro não poderá atender a todas as despesas decorrentes das obras do Parque Olímpico, como inicialmente previsto, uma vez que está impedido de obter financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por já ter atingido o limite de endividamento de que trata o art. 30, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informa ainda a Exposição de Motivos que o crédito destinado ao Ministério do Esporte será também alocado na contratação de consultoria e estudos específicos; na realização das cerimônias de abertura e

encerramento dos Jogos; e em diversas outras ações voltadas à realização dos Jogos, incluindo a divulgação dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.

Por último, esclarece a Exposição de Motivos que a urgência e a relevância justificam-se pela possibilidade de os Jogos Pan-Americanos ficarem comprometidos caso as medidas de segurança pública e as obras do Parque Olímpico não se iniciem em tempo hábil – na verdade, Senador Romeu Tuma, estamos correndo contra o tempo; daí a importância de discutirmos hoje esta Medida Provisória –, o que colocará em risco a realização dos Jogos, acarretará a perda do direito de sediar o Pan 2007 e enfraquecerá as futuras candidaturas do País para sediar competições da mesma magnitude, além de outros prejuízos à imagem e à credibilidade do País.

No caso do crédito destinado ao Ministério da Previdência Social, Senador Paulo Paim, enfatiza-se a necessidade de evitar a paralisação dos serviços prestados pelas agências da Previdência Social. Esse dinheiro servirá para pagar o processamento de dados e o cálculo das pensões e aposentadorias de milhões de brasileiros.

A Exposição de Motivos não informa a origem dos recursos para contrapartida e nem as medidas que serão adotadas para evitar prejuízos ao alcance da meta de superávit primário estabelecida no art. 2º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006.

Sr. Presidente, foram apresentadas 16 emendas à Medida Provisória nº 286, de 2006, conforme demonstrativo em anexo, da Câmara dos Deputados. Todas foram rejeitadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

ANÁLISE DA MEDIDA PROVISÓRIA

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República, no caso de relevância e urgência, poderá adotar Medidas Provisórias com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por Medida Provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

Do exame do crédito extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos aspectos constitucionais, inclusive quanto aos pressupostos constitucionais de admissibilidade relativos à relevância e urgência, tendo em vista a natureza da matéria. Relativamente ao pressuposto de imprevisibilidade do gasto, há que se concluir que os obstáculos supervenientes criaram uma situação de premência de realização da despesa que justifica a superação do eventual óbice da ausência da imprevisibilidade de que trata o § 3º do art. 167 da Constituição, uma vez que impossibilitou o tratamento da matéria por meio de projeto de lei.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, percebe-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2006.

No que tange aos recursos alocados, o crédito solicitado não indica as fontes de recursos necessários à execução das despesas propostas. Tal fato, no entanto, não constitui óbice à aprovação da Medida Provisória em exame, haja vista que a Constituição estabelece claramente essa obrigatoriedade apenas para os créditos suplementares e especiais.

Assim sendo, presentes os pressupostos constitucionais caracterizadores da relevância e urgência, que são os requisitos básicos para a utilização de medida provisória, não deve o crédito sujeitar-se a limitações de recursos.

Não obstante, é conveniente que, no transcorrer da execução da Lei Orçamentária para 2006, o Poder Executivo promova os necessários ajustes às programações orçamentárias, visto que esses gastos afetam o cálculo do resultado primário preconizado no art. 2º da LDO/2006.

Além disso, a Exposição de Motivos do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição dessa Medida Provisória.

No que se refere ao mérito, o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas de extrema necessidade no âmbito dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte. Os recursos consignados pelo crédito visam, predominantemente, atender à realização dos XV Jogos Pan-Americanos – Pan 2007 e Para-Pan-Americanos – Para-Pan 2007, com implementação de ações preventivas de segurança pública e de implantação de infra-estrutura de instalações físicas, assim como para o Ministério da Previdência Social (INSS), com a iniciativa de garantir o processamento de dados dos benefícios previden-

ciários e o aparelhamento e a reforma das agências desse órgão.

Quanto às emendas apresentadas ao crédito, numeradas de 00001 a 00016, todas propondo a inclusão de programações de inegável mérito, concordamos com a decisão do Plenário da Câmara dos Deputados no sentido de rejeitá-las.

De fato, a eventual aprovação dessas proposições poderia comprometer a integridade do crédito extraordinário, em face dos eventuais prejuízos ao desenvolvimento das programações por ele beneficiadas, conforme se depreende das justificativas contidas na exposição de motivos apresentada pelo Poder Executivo.

VOTO

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 286, de 2006, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das Emendas nºs 0001 a 0016.

Sr. Presidente, não vou ler as emendas, pois foram todas apresentadas e rejeitadas no âmbito da Câmara dos Deputados.

Antes de concluir, gostaria de fazer um apelo aos Srs. Senadores, que certamente estão nos ouvindo em seus gabinetes, no sentido de aprovarmos a matéria.

Trata-se dos Jogos Pan-Americanos da cidade do Rio de Janeiro. O Prefeito César Maia gostaria de arcar com as despesas, não fosse o impedimento constitucional de a Prefeitura não poder contrair dívidas acima de 60% das suas receitas líquidas correntes. Portanto, a Prefeitura não poderá arcar com isso. O Governo Federal participaria com R\$ 250 milhões, tendo em vista ações de segurança e a construção, Senador Wellington Salgado de Oliveira, do Complexo Olímpico do Autódromo Nelson Piquet, onde ficará localizado o velódromo, importantíssimo para os Jogos Pan-Americanos.

Aliás, a Prefeitura do Rio de Janeiro está tendo uma atuação brilhante, diante dos poucos recursos de que dispomos. O Prefeito César Maia tem feito um esforço extraordinário para manter em dia o cronograma das obras. Na Vila Olímpica – passo por ela quase todos os dias, Senador Luiz Otávio –, já existem mais de 20 prédios construídos, numa combinação de recursos do FAT e da iniciativa privada. Há também o estádio do Engenho de Dentro, que dá para ser visto de quase toda a cidade. Já estamos no último degrau das arquibancadas, utilizando recursos próprios.

Cabe ao Governo Federal assumir essas ações, pois o Rio de Janeiro tem registrado altos índices de violência. No ano passado, houve 117 mil furtos, 70% são na região metropolitana. Furtos com violência, assaltos com arma, foram 111 mil. Lesões corporais dolosas, balas perdidas, bêbados atropelando pessoas, brigas com facas e garrafas foram 79 mil casos. É uma tragédia, uma catástrofe!

Agora que estamos para receber delegações do mundo inteiro, é preciso que haja ações preventivas de segurança.

No plano do Governo Federal, está previsto o treinamento de 10 mil jovens das comunidades, que serão embaixadores da cidadania no Rio de Janeiro, a fim de ajudar a recepcionar os turistas e atletas, e também de motivar a população em torno do objetivo único, que é divulgar ao mundo a experiência pacífica, organizada e democrática dos Jogos Pan-Americanos realizados no Brasil.

Se não votarmos esta Medida Provisória, que perderá a validade no dia 6 de julho, poderemos colocar em xeque o trabalho extraordinário do Prefeito César Maia.

Cito as ações tanto do Governo Estadual como do Governo Federal, no sentido de bem realizarmos esses Jogos.

Sr. Presidente, este é o apelo que faço. Não sou do PFL, mas, em nome do Prefeito César Maia, faço aqui este apelo porque sei que é do maior interesse do povo e do Estado do Rio de Janeiro.

E não é apenas isso, Senador Paulo Paim, V. Ex^a que tem defendido muito os aposentados e os pensionistas. Neste projeto, há mais de R\$ 20 milhões destinados ao INSS, ao pagamento do serviço de processamento de dados. V. Ex^a pode imaginar o que significaria para quase 30 milhões de brasileiros que recebem pensões e aposentadorias o colapso do serviço de computação do INSS, o que poderia causar de transtorno aos nossos aposentados.

Concluo, Sr. Presidente – para não cansar meus Pares –, fazendo este apelo, no sentido de que possamos aprovar esta Medida Provisória de tamanha relevância para o Brasil, sobretudo para o Estado do Rio de Janeiro e para a cidade do Rio de Janeiro.

Com certeza, o Senador Romeu Tuma, um dos líderes do Partido da Frente Liberal, há de entender as lutas, as angústias e as agruras que o Prefeito César Maia tem vivido e enfrentado para a realização desses jogos. Não é fácil. Hoje, corremos contra o tempo. O Comitê Olímpico Internacional vem à cidade, e há uma série de ações que precisamos tomar. É necessário liberar recursos. Cuidar da parte da segurança é fundamental. Temos que treinar todo esse pessoal, tratar

do transporte, de uma infra-estrutura tão importante e tão necessária aos Jogos Pan-americanos.

Sr. Presidente, como Senador do Rio de Janeiro, termino dizendo que esse é um apelo do meu Estado, da cidade que é capital do Brasil e não só do Rio, em nome dos Jogos Pan-Americanos, que, aliás, vão ser também os jogos Paramericanos, quer dizer, as pessoas deficientes também vão competir. Assim, vamos dar um exemplo extraordinário ao mundo de que nós aqui no Brasil sabemos tratar bem os atletas, as comitivas, assim como estamos sendo muito bem tratados na Alemanha, onde o Brasil está dando um *show* de bola com toda a segurança, e nossos turistas também.

Esse exemplo tão bonito que a Alemanha está dando para o mundo, nós, do Rio de Janeiro, que já fomos escolhidos como a cidade mais solidária do Brasil, queremos dar também um exemplo de organização nos Jogos Pan-Americanos.

Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção, aos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado. Pedimos às Sr^{as} e Srs. Senadores que estejam conosco nesse pleito para aprovamos esses recursos aos Jogos Pan-Americanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2006.

Do Plenário do Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº286, de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$250.500.000,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

1. Histórico

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República editou e encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 20/2006-CN (nº 147/2006, na origem), a Medida Provisória nº286, de 8 de março de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00 (duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica”.

A Exposição de Motivos – EM nº 00032/2006/MP, de 06 de março de 2006, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que acompanha a MP nº 286/2006, informa as seguintes destinações e respectivos valores para o crédito em foco, aos quais foram valores empenhados e liquidados:

ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / PROGRAMA	PROGRAMA / AÇÃO	VALOR (Em R\$ 1,00)	EMPENHADO	LIQUIDADO
30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA				
30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública		140.000.000		
1127 - Sistema Único de Segurança Pública - SUSP	1F63 - Ações Preventivas Associadas a Segurança Pública nos Jogos Pan e Para-Pan- Americanos de 2007	6.700.000	6.700.000	6.700.000
	1F64 - Preparação e Emprego da Força Nacional de Segurança Pública para os Jogos Pan e Pan-Americanos de 2007	7.000.000	6.954.000	0
	1F65 - Implantação de Infra-Estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte de Segurança Pública nos Jogos Pan e Pan-Americanos de 2007	116.300.000	1.026.000	0
	1F68 - Ações de Inteligência Associadas aos Jogos Pan e Pan-Americanos de 2007	10.000.000	312.139	240.000
33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
33201 - Instituto Nacional do Seguro Social		26.000.000		
0083 - Previdência Social Básica	2292 - Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	10.000.000	10.000.000	10.000.000
	2593 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social	2.200.000	506.039	665
0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários	5509 - Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social	13.800.000	1.756.936	0
51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE				
51101 - Ministério do Esporte		84.500.000		
1246 - Rumo ao Pan 2007	0B47 - Apoio a Implantação do Parque Olímpico do Rio/Complexo do Autódromo Nelson Piquet	60.000.000	60.000.000	30.000.000
	1D72 - Implantação de Infra-Estrutura Tecnológica para a Realização dos Jogos Pan e Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro	6.000.000	4.000.000	4.000.000
	2272 - Gestão e Administração do programa	8.000.000	4.000.000	4.000.000
	2430 - Realização dos Jogos Pan e Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro	5.000.000	297.678	170.909
	3950 - Implantação de Infra-Estrutura Física para a Realização dos Jogos Pan e Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro	2.500.000	97.893	84.865
	4641- Publicidade de Utilidade Pública	3.000.000	0	0
TOTAL GERAL		250.500.000		

Fonte: SIGA BRASIL – VALORES DISPONÍVEIS EM 19/06/2006

Esclarece a Exposição de Motivos – EM nº 00032/2006/MP que o crédito tem por finalidade o atendimento a diversas programações nos seguintes órgãos e unidades orçamentárias:

Ministério da Justiça

No âmbito do Ministério da Justiça, o crédito extraordinário destina-se à implementação do plano de segurança pública para a realização dos XV Jogos Pan-Americanos – Pan 2007 e Para-Pan-Americanos – Para-Pan, cuja responsabilidade foi atribuída à Secre-

taria Nacional de Segurança Pública – SENASP que, inclusive, utilizará a Força Nacional de Segurança Pública, criada pelo Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004. Destaca-se que o plano envolve, concomitantemente, o desenvolvimento de ações preventivas associadas às de inteligência e de policiamento ostensivo e contará com a participação das comunidades residentes na região de realização dos Jogos.

A referida EM nº 00032/2006/MP discrimina as diversas ações de segurança pública a serem realizadas como parte do plano de segurança pública, dentre

as quais se destacam: capacitação de mil jovens voluntários, identificados como brigadistas socorristas, e 10 mil outros, na faixa de 16 a 24 anos, que atuarão como guias cívicos durante os jogos e dos gestores municipais de Segurança Cidadã; e implantação de uma companhia escolar de polícia comunitária que objetiva a atuação combinada das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, bem como de representantes das comunidades.

Ministério da Previdência Social

No âmbito do Ministério da Previdência Social, informa a EM que os recursos serão destinados ao pagamento de serviços de processamento de dados previdenciários; ao aparelhamento de agências já reformadas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que se encontram desativadas por falta de mobiliário; à aquisição de equipamentos para os novos médicos peritos concursados; e ao pagamento dos serviços de processamento de dados previdenciários.

Ministério do Esporte

Relativamente ao crédito para o Ministério do Esporte, informa a EM que os recursos se destinam a apoiar financeiramente o Município do Rio de Janeiro para execução das obras de implantação do Parque Olímpico do Rio, no Autódromo Nelson Piquet, epicentro das competições, assim como garantir a exequibilidade das ações pertinentes à realização do evento. Esclarece que a intervenção do Governo Federal se tornou necessária tendo em vista que o Município do Rio de Janeiro não poderá atender a todas as despesas decorrentes das obras do Parque Olímpico, como inicialmente previsto, uma vez que está impedido de obter financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por já ter atingido o limite de endividamento de que trata o art. 30, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Informa, ainda, a EM que o crédito destinado ao Ministério do Esporte será, também, alocado na contratação de consultoria e estudos específicos; na realização das cerimônias de abertura e encerramento dos jogos e em diversas outras ações voltadas à realização dos Jogos, incluindo a divulgação dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.

Por último, esclarece a EM que a urgência e a relevância justificam-se pela possibilidade de os Jo-

gos Pan-Americanos ficarem comprometidos, caso as medidas de segurança pública e as obras do Parque Olímpico não se iniciem em tempo hábil, o que colocará em risco a realização dos Jogos, acarretará a perda do direito de sediar o Pan 2007 e enfraquecerá as futuras candidaturas do País para sediar competições da mesma magnitude, além de outros prejuízos à imagem e à credibilidade do País. No caso do crédito para o Ministério da Previdência Social, enfatiza-se a necessidade de evitar a paralisação dos serviços prestados pelas agências da Previdência Social.

A EM não informa a origem dos recursos para contrapartida e nem as medidas que serão adotadas para evitar prejuízos ao alcance da meta de superávit primário estabelecida no art. 2º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (LDO 2006).

Foram apresentadas 16 (dezesesseis) emendas à Medida Provisória nº 286/2006, conforme demonstrativo em anexo, todas rejeitadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

2. Análise da Medida Provisória

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República, no caso de relevância e urgência, poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional.

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o Parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

Do exame do Crédito Extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos aspectos constitucionais, inclusive quanto aos pressupostos constitucionais de admissibilidade relativos à relevância e urgência, tendo em vista a natureza da matéria. Relativamente ao pressuposto de imprevisibilidade do gasto, há que se concluir que os obstáculos supervenientes criaram uma situação de premência de realização da despesa que justifica a superação do eventual óbice da ausência da imprevisibilidade de que trata o § 3º do art. 167 da

Constituição, uma vez que impossibilitou o tratamento da matéria por meio de projeto de lei.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, percebe-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005).

No que tange aos recursos alocados, o crédito solicitado não indica as fontes de recursos necessários à execução das despesas propostas. Tal fato, no entanto, não constitui óbice à aprovação da Medida Provisória em exame, haja vista que a Constituição estabelece claramente essa obrigatoriedade apenas para os créditos suplementares e especiais (**ex vi** inciso V do art. 167).

Assim sendo, presentes os pressupostos constitucionais caracterizadores da relevância e urgência, que são os requisitos básicos para a utilização de medida provisória, não deve o crédito sujeitar-se a limitações de recursos. Não obstante, é conveniente que no transcorrer da execução da Lei Orçamentária para 2006, o Poder Executivo promova os necessários ajustes às programações orçamentárias, visto que esses gastos afetam o cálculo do resultado primário preconizado no art. 2º da LDO/2006.

Além disso, a EM nº 00032/2006/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição dessa Medida Provisória.

No que se refere ao mérito, o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas

de extrema necessidade no âmbito dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte. Os recursos consignados pelo crédito visam, predominantemente, atender à realização dos XV Jogos Pan-Americanos – Pan 2007 e Para-Pan-Americanos – Para-Pan 2007, com implementação de ações preventivas de segurança pública e de implantação de infra-estrutura de instalações físicas e, bem assim para o Ministério da Previdência Social (INSS) com a iniciativa de garantir o processamento de dados dos benefícios previdenciários e o aparelhamento e a reforma das agências desse Órgão.

Quanto às emendas apresentadas ao crédito, numeradas de 00001 à 00016, todas propondo a inclusão de programações de inegável mérito, concordamos com a decisão do Plenário da Câmara dos Deputados no sentido de rejeitá-las. De fato, a eventual aprovação dessas proposições poderia comprometer a integridade do crédito extraordinário, em face dos eventuais prejuízos ao desenvolvimento das programações por ele beneficiadas, conforme se depreende das justificativas contidas na exposição de motivos apresentada pelo Poder Executivo.

3. Voto

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 286, de 2006, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das Emendas nºs 0001 a 0016.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Senador **Marco Crivella**, Relator.

ANEXO I

MP nº 286, de 2006 – CN
DEMONSTRATIVO DAS EMENDAS APRESENTADAS (ART. 31, INCISO I, DA RES.
No 01, DE 2001–CN)

Emenda	Autor	Funcional/Subtítulo	Decisão Plenário da CD
00001	Anivaldo Vale	09.271.0083.2593.XXXX – Funcionamento das unidades descentralizadas da previdência social – No Estado do Pará	Rejeitada
00002	Anivaldo Vale	09.271.0085.5509.xxxx – Reformulação das agências de atendimento da previdência social – No Estado do Pará	Rejeitada
00003	José Divino	27.811.1246.1D72.0101 – Funcionamento de Núcleos de Esportes e de Lazer – IBAS	Rejeitada
00004	José Divino	27.811.1246.0847.0101 – Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer em Vários Municípios do Estado do Rio de Janeiro	Rejeitada
00005	José Divino	27.811.1246.1D72.0101 – Funcionamento de Núcleos de Esportes em Municípios do Estado do Rio de Janeiro	Rejeitada
00006	Pedro Novais	27.812.1250.5450.4080 – Implantação e Modernização de Quadra de Esporte Coberta em Municípios do Estado do Maranhão	Rejeitada
00007	Pedro Novais	27.812.1250.5450.0630 – Construção de Campo de Futebol em Municípios do Estado do Maranhão	Rejeitada
00008	Zé Gerardo	27.812.1245.2352.XXXX – Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social – Pintando à Cidadania – em Municípios do Estado do Ceará	Rejeitada
00009	Zé Gerardo	27.812.1245.2352.XXXX – Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social – Pintando à Cidadania – no Município de Caucaia - Estado do Ceará	Rejeitada
00010	Zé Gerardo	27.812.1250.5450.XXXX – Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer – no Município de Caucaia – Estado do Ceará	Rejeitada

00011	Zé Gerardo	27.812.1250.5450.XXXX – Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer – em Municípios do Estado do Ceará	Rejeitada
00012	André Figueiredo	27.811.1246.2430.0103 – Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro – No Estado do Rio de Janeiro	Rejeitada
00013	André Figueiredo	27.811.1246.XXXX.XXXX – Implantação de Infra-Estrutura Preparatória para os Atletas nos Estados da Federação	Rejeitada
00014	Fernando de Fabinho	0085.5509.XXXX.XXXX – Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social no Município de Feira de Santa - Bahia	Rejeitada
00015	Fernando de Fabinho	0085.5509.XXXX.XXXX – Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social no Município de Jacobina - Bahia	Rejeitada
00016	Fernando de Fabinho	0085.5509.XXXX.XXXX – Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social no Município de Amélia Rodrigues - Bahia	Rejeitada

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a também.

O Parecer do nobre Relator Revisor, Senador Marcelo Crivella, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência, de relevância e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória. No mérito, também é pela aprovação.

Em votação os pressupostos de urgência e de relevância.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores que aprovam os pressupostos de urgência e de relevância e adequação financeira queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os pressupostos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Líder do PL e sobretudo porque é visível a falta de **quorum** em plenário – não tenho nada contra a medida provisória nem contra qualquer outra votação – solicito de V. Ex^a, no momento oportuno, o pedido de verificação de quórum. Se não for agora, logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quando passarmos à votação do mérito, V. Ex^a poderá pedir verificação. É um direito regimental e nós vamos deferir o direito de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dever é uma coisa para se cumprir; portanto, eu vou cumprir o meu. Além das medidas provisórias, nós temos uma

série de projetos para apreciar, entre os quais empréstimos a Estados governados pela Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Oito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Oito. Muito bem. É preciso ficar claro que, se esta sessão cair, nós não teremos certamente nenhuma outra oportunidade de fazer com que esses empréstimos tenham qualquer validade no período que nos separa deste pleito. Que fique bem claro! E, com isso, está corroborando o Dr. Carreiro. Que fique bem claro! Ou seja, esta medida provisória, de crédito, tem pouco ou nenhum valor prático do ponto de vista de seu questionamento aqui. Questiona-se o que vem depois. Eu digo isso porque tenho o compromisso claro de me empenhar para aprovar, neste Plenário, os empréstimos destinados ao Estado do Pará, governado pelo tucano Simão Jatene, assim como empréstimos – se não me engano, dois – para o Estado do Ceará, governado pelo tucano Lúcio Alcântara. O Líder José Agripino certamente terá o que dizer a respeito do interesse do seu Partido em ver aprovados empréstimos para os Estados da Bahia, que é do PFL; Ceará, que já mencionei; e para o Rio de Janeiro também.

Que fique claro: no momento certo, solicite-se a verificação de quórum. O meu dever está sendo cumprido: lutar pela aprovação de empréstimo que sirvam à elevação do nível de vida das populações desses Estados que elegeram...

Eu não obstaculizo o do Amazonas. Outro dia, o Governador Eduardo Braga imaginou que, passando para o seu Partido, bastava falar com V. Ex^a. E, no momento em que ele entendeu que não era assim, que precisava falar comigo aqui, ele teve direito ao empréstimo do BID. Eu disse a ele isso: tenho o maior respeito e a maior fraternidade ao Presidente Renan Calheiros, mas não pense que sua passagem por dez mil partidos, e agora dez mil e um, vai resolver coisa alguma não. Nomeie seus secretários e governe bem. Eu vou fiscalizar a aplicação do seu dinheiro aí. Agora, aqui tem uma bancada de Senadores à qual você, Eduardo, tem que prestar contas, tem que se reportar. Ele falou comigo e imediatamente – V. Ex^a sabe disso – foi aprovado o projeto.

Portanto, que fique claro isso, Sr. Presidente. Eu acho que não tem quorum mesmo. Vou estar aqui para sustentar, com o voto, o meu compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabenizo V. Ex^a, sobretudo pela coerência mais uma vez demonstrada.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje pela

manhã, conversei com o Senador César Borges, que veio da Bahia só para participar da reunião da CAE, que ensinou a aprovação de mais dois pedidos de empréstimos do Estado da Bahia.

Conversei com o Senador Antonio Carlos Magalhães em seguida, que igualmente fez o apelo, tendo em vista, inclusive, que a partir do dia 30 fica impossibilitada, por razões da lei eleitoral, a chance de transferência de recursos decorrentes de empréstimos.

Temos na pauta, suponho, seis, sete ou oito pedidos de empréstimos para Estados diversos. Temos, seguramente, sete ou oito pedidos de empréstimo.

A minha idéia é dar ao Ceará, ao Tocantins, ao Pará, enfim, a todos os Estados que têm pedidos de empréstimo o mesmo tratamento que eu desejo para o Estado da Bahia, do meu correligionário Paulo Souto.

Tenho a impressão de que se algum partido político se manifestar contra a concessão desses empréstimos, estar-se-á abrindo um precedente perigosíssimo para as relações congressuais, porque se estará tratando da perseguição explícita ao interesse legítimo de um Estado, que está pleiteando um empréstimo discutido, debatido e aprovado em diversas instâncias e com recursos de origem externa para projetos de importância inquestionável, tendo em vista que foram debatidos, discutidos e aprovados por instâncias internacionais.

Estamos numa luta contra o tempo e concordamos em votar as medidas provisórias para destravar a pauta por entender que esses Estados governados por... Mato Grosso do Sul, é PT; Tocantins, creio que é PMDB; Bahia, é do PFL; Pará, é do PSDB; Ceará, é do PSDB. Temos aí, dentre os pleiteantes, Estados de praticamente todas as tendências político-partidárias do País. E nós estamos solidários em que se votem todos, que não se sacrifique nenhum, até por respeito aos pleitos e a importância dos projetos que esses financiamentos vão atingir.

De modo que, com essa observação, Sr. Presidente, o meu Partido, o PFL, pugnaré no sentido de que votemos, por acordo, se possível, as medidas provisórias que constam da pauta, para que possamos destravá-la e votar na devida medida e no correto tempo os sete ou oito projetos de empréstimos para programas importantes dos Estados que constam da pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antero Paes de Barros, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES de BARROS (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, quero também me solidarizar com a po-

sição do Líder Arthur Virgílio e lembrar a importância desta Casa, a importância da função de Senador da República. O Senador da República é o representante do Estado. O Deputado Federal é o representante do povo brasileiro.

Esta Casa não pode nem deve tomar atitudes eleitorais que prejudiquem os Estados brasileiros. Por isso, apelo a todos os integrantes da Casa no sentido de que o Senado dê o exemplo de prestigiar a Federação, de prestigiar os Estados. Esses projetos já foram todos discutidos e aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos, razão pela qual, como sempre ocorreu na história do Senado, poderemos aqui encaminhar o entendimento para que possamos fazer a votação em favor dos Estados brasileiros. Digo isso com a tranquilidade de quem nunca se colocou contra empréstimos para o meu Estado de Mato Grosso, ainda que o meu Estado seja dirigido por um adversário político meu.

Então, quero registrar nossa posição, da tribuna do Senado da República, para que possamos votar os empréstimos, liberar a pauta e ajudar todos os Estados deste País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos agora à discussão do mérito da matéria.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Marcelo Crivella pela importância... eu fico aqui perdido porque ele quer me ditar o que devo falar. Mas eu tenho respeito pelo Senador Marcelo Crivella. Acho que o prefeito do meu Partido tem suado sangue para conseguir as verbas para os Jogos Pan-americanos. O Brasil assumiu um compromisso internacional para realizá-los.

Estamos vendo o que a Alemanha investiu em segurança para garantir a Copa do Mundo. Qualquer participação internacional é onde a marginalidade e os terroristas tentam se aproveitar, pela insuficiência da segurança que possa oferecer.

Então, esta Medida Provisória vem ao encontro de uma reivindicação correta, honesta, daqueles que querem a realização dos Jogos Pan-Americanos no Brasil, com toda a transparência, com toda a tranquilidade, e que o povo possa realmente, ao se deslocar, ter a garantia de que a segurança será perfeita.

Então, quero cumprimentar o Senador Marcelo Crivella. Tenho certeza de que ele não sairá daqui derrotado com a sua medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou encerrar a discussão e passar à votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao meu querido companheiro do Tocantins para que pudéssemos aprovar. Aliás o Senador era o Relator desta medida provisória, mas, num gesto de grandeza, entendendo que eu era do Rio de Janeiro, concedeu-me a honra. Portanto, pelo resto da minha vida, devo esse favor a S. Ex^a. Que possamos votar essa medida provisória, que é de extrema relevância para o Estado do Rio de Janeiro, cuja validade termina agora em julho e é do interesse nacional, porque coloca a imagem do nosso País em xeque. Se não tivermos os recursos para implementar esses serviços, essas obras, os jogos não se realizarão e não poderemos, depois, nos candidatar a ser sede da Copa do Mundo, que é nossa intenção em 2014.

Se não tomarmos medidas de segurança, delegações poderão recusar o convite do Brasil e não virem por questões de segurança.

Então, faço o apelo aos meus Colegas da Base do Governo, à Senadora Ideli Salvatti, ao Senador Aloizio Mercadante, enfim, a todos os nossos Senadores, sobretudo do PFL. Falo aqui em nome do Prefeito César Maia, que precisa muito dessa verba. Que essa Medida Provisória seja aprovada, que seja implementada a tempo todas as medidas necessárias à consecução desses jogos que são tão importantes para a imagem do nosso País.

Então, Sr. Presidente, estou fazendo um apelo aos companheiros para que possamos votar esta Medida sem transtornos e aprovar essa verba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos à votação do mérito.

Em votação.

As Sr^{as}. e Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a precisaria, regimentalmente, só do apoio de três Senadores.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Senador Paulo Paim, Senador Leomar Quintanilha, Senador Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está deferido o pedido de V. Ex^a.

Passamos à verificação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, com a palavra V. EX^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – O mínimo com que poderia contar esta Liderança seria claramente com o apoio justo e maduro das Lideranças do Governo, para mostrarmos a figura da isenção, da isonomia, da equanimidade no trato da questão pública. A idéia de que se possa, neste momento, estar prejudicando governos eleitos legitimamente pelos cidadãos e cidadãs dos seus Estados, defendendo bandeiras de Partidos de Oposição à atual ordem de coisas, a idéia de que se possa estar fazendo isso é extremamente grave. Eu os advirto, corroborando a tese aqui já esposada pelo Senador José Agripino. É grave! Não me venham falar mais em nada! Estão rompidos doravante todos os acordos. Não se fala mais em nenhum assunto, em nenhuma matéria de mérito, em nada que necessite contar com a colaboração do PSDB antes, então, de se ferir esse processo eleitoral, já que a eleição rege certas cabeças.

Que fique bem claro: é bom que cada um assuma a sua responsabilidade. Eu assumo as minhas sempre às claras, sempre de maneira nítida. E, neste momento, eu esperava firme colaboração – e espero – do Governo, para se enfrentar essa verificação de quorum de maneira exitosa. Se não, que fique bem claro: a pauta volta a ficar empacada e, daí para frente, até o final desse processo eleitoral, o PSDB não participará de nenhum entendimento, de nenhuma conversa que vise a desobstruir pauta nenhuma, a votar coisa qualquer, rompendo inclusive com a nossa tradição de sermos nós duros na tribuna e muito flexíveis aqui no Plenário, aqui na votação; flexíveis aqui, extremamente flexíveis, democráticos, preocupados com o funcionamento de agências reguladoras, preocupados com o preenchimento de cargos de confiança do Governo, preocupados com o funcionamento da máquina da política exterior brasileira. Mas não é cabível, não é aceitável por nós que não possamos levar a cabo importantes projetos em Estados governados por Governadores filiados a Partidos de Oposição, com a anuência do Governo a esse golpe. Eu não posso aceitar isso!

Então, Sr. Presidente, convoco os Senadores do PSDB, todos, a comparecer aqui para marcar presença, de modo a enfrentarmos esta que, imagino, seja a primeira verificação de **quorum**.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem. A seguir, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero manifestar a minha preocupação diante da ausência de um número significativo de Senadores, tendo em vista que parte importante desses recursos se destina a um projeto que não é do meu Estado, mas é do Brasil, que é a realização do Pan-americano, ano que vem, na cidade do Rio de Janeiro.

Tardiamente, há que se reconhecer, o Governo Federal edita uma medida provisória destinando recursos para a infra-estrutura do Pan. Acompanho, preocupado, a evolução dos investimentos para o nosso Pan-americano. Há atraso nas obras, mas a hora não é de reclamar o que já passou, apenas registrar o lamento do atraso por parte do Governo Federal no apoio ao Pan. Mas está aqui a medida provisória que foi muito bem relatada pelo Senador Crivella.

Portanto, cabe a nós, Senadores do Rio de Janeiro, fazermos um apelo para que os Senadores desta Casa compareçam ao plenário e votem esta medida provisória, de vital importância, sobretudo para o nosso Estado do Rio de Janeiro, voltando a dizer que o Pan-americano não pertence ao Rio, pertence ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tasso Jereissati, com a palavra V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria também lamentar profundamente o que está acontecendo hoje nesta Casa, principalmente quanto ao Estado do Ceará, que, assim como o Estado do Pará e outros Estados, é extremamente pobre. Um empréstimo dessa natureza tem grande relevância para aplicação social e com certeza irá beneficiar a população cearense. Estamos aqui!

Estranho mais ainda, porque, hoje pela manhã, o Presidente Lula, em uma entrevista, culpou o Senado por não votar absolutamente nada e impedir a aprovação do Fundeb. Mas hoje nós estamos vendo aqui a participação efetiva da Base Aliada do Governo nessa ação de deliberadamente impedir a votação, não permitindo que Estados brasileiros pobres recebam os recursos necessários para seu desenvolvimento e política social.

É profundamente lamentável isso. Eu conjugo esse fato, neste momento, com a declaração do Presidente Lula, que mostra, mais uma vez, a distância gigantesca, a enorme enganação que se está pregando

pelo País no discurso presidencial e na ação do seu Governo e de suas lideranças no dia-a-dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, com a palavra V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da mesma forma que o Senador Tasso Jereissati, venho de um Estado pobre, do Ceará, o qual tem tantas dificuldades... Portanto, eu queria aqui registrar, mais uma vez, a importância de que votemos a matéria e atendamos realmente a esses Estados que têm tantos problemas, tantas dificuldades, tantos obstáculos... É uma população que precisa desses recursos, para que o nosso Estado possa se desenvolver, possa crescer, gerando mais justiça social.

Sou do PSB, da Base Aliada do Governo, mas não aceito. Acho um absurdo que deixemos de votar empréstimos dessa natureza e que têm uma importância tão grande para todo o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, quero aqui endossar o pedido do nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, e solicitar aos Senadores da Base do Governo que compareçam ao plenário, para que dêem **quorum** à verificação que está sendo feita, a fim de que possamos votar as medidas provisórias que travavam a pauta e possamos votar os empréstimos aos Estados aprovados na CAE.

Alguns desses projetos, Presidente Renan Calheiros, já estão encaminhados à Mesa há algumas semanas, talvez há um mês. Então, é importante que eles sejam votados. São, como disseram a Senadora Patrícia Saboya e o Senador Arthur Virgílio, empréstimos importantes para o Ceará, para a Bahia, para Minas, para o meu Estado do Pará, que tem condições de viabilizar esse empréstimo, mas vê agora a possibilidade de ele não ser feito devido a uma verificação de **quorum**. E a Base do Governo pode, apoiada pela Oposição, pelo PSDB e pelo PFL, dar **quorum**. Faça também esse apelo, Senador Renan Calheiros, para que possamos dar continuidade às votações para aprovarmos as medidas provisórias, os empréstimos aos Estados, a fim de que não seja preciso chegar ao extremo, conforme o Senador Arthur Virgílio colocou, de inviabilizar as composições inclusive para a aprovação da LDO. Não poderemos entrar de recesso sem a aprovação da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se a LDO não for aprovada, obviamente não haverá este pequeno recesso que será do dia 17 de

julho ao dia 31 de julho. É um recesso pequeno de meio do ano, mas, para que ele ocorra, teremos de aprovar a LDO.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Por isso, peço o apoio e o comparecimento dos Senadores ao plenário, para que possamos dar continuidade aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para tanto, eu havia convocado uma sessão do Congresso Nacional para amanhã, ao meio-dia, entendendo ser possível as convergências das Lideranças, para aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Hoje, foi feita a primeira tentativa, mas não foi possível votá-la. Convocamos para amanhã outra sessão. É óbvio que estamos vendo dificuldades políticas.

Hoje, conversando com a imprensa, fiz questão de dizer que estamos vivendo dificuldades políticas de toda ordem. Estamos a menos de cem dias de uma eleição, e o Governo insiste em editar medidas provisórias, o que tumultua a vida do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e desta Casa.

Durante todo o ano que passou, votamos mais de duas mil matérias. Até agora, votamos pouco mais de 500 matérias. No ano passado, demonstramos que era possível votarmos apesar das investigações políticas. Neste ano, não estamos conseguindo fazer isso pelas dificuldades óbvias que estamos vivendo. Mas não falta, em nenhum momento, o esforço do Presidente do Congresso Nacional para que deliberemos com normalidade. Todo dia, tenho falado com os Líderes. Hoje mesmo, falei com todos os Líderes da Casa para que possamos deliberar.

Além das seis medidas provisórias, há oito empréstimos de oito Estados da Federação, mais de 30 autoridades, projetos importantes, como o Fundeb, o projeto da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que objetiva combater a violência doméstica e cuja Relatora é a Senadora Lúcia Vânia. São matérias importantíssimas que precisam ser votadas desde que haja convergência para que isso possa acontecer.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de tirar uma dúvida. Quem pede verificação de **quorum** tem de registrar presença ou não?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pelo Regimento, sim. Se não estiverem presentes, cai o pedido de verificação.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Se as pessoas que pedem verificação de **quorum** não registram presença, elas não estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Senadores Leomar Quintanilha e Paulo Paim já marcaram presença. Só falta o Senador Gilvam Borges marcar presença.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, apelo para que todos os Senadores e Senadoras venham ao plenário marcar presença e votar. Há entendimento com as Lideranças da Oposição para que possamos votar as medidas provisórias, as autoridades e também os empréstimos. A posição do Governo é votar, esta noite, essas matérias todas.

O SR. LUIZ OTAVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Luiz Otávio. Em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, vou ouvir primeiramente a Senadora Ideli Salvatti, como Líder do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero deixar consignado, em primeiro lugar, que temos uma situação extremamente delicada. Estamos há muitas semanas com a pauta trancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Desde o dia 19 de abril que estamos com a pauta trancada.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com a pauta permanentemente trancada. Isso, obviamente, cria uma situação de muito desgaste para a Casa e uma situação de muita dificuldade no trato das questões. Até conseguimos fazer algumas votações. No entanto, se pensarmos em termos de média aritmética, não dá uma medida provisória por semana. Está certo que o volume de medidas provisórias que chega ao Senado trancando a pauta é de praticamente 100%. Há muito tempo não temos uma medida provisória

que venha da Câmara e que não chegue ao Senado já trancando a pauta.

Indiscutivelmente, temos tido dificuldades nos acordos, nas conversações, entre as Lideranças partidárias para podermos – mesmo face a essa situação de medidas provisórias que chegam trancando a pauta, de termos um mínimo de fluxo de votação a ponto de termos uma média mais, digamos, compatível, para pelo menos, como em outras situações, termos brechas, vácuos de votação entre a retirada das medidas provisórias que estavam obstruindo a pauta antes de chegarem as novas.

Vivenciamos aqui, inclusive, momentos – e aí peço a confirmação do Presidente – em que saímos de reuniões, na Sala do Presidente, com os Líderes, após fecharmos um acordo para votar, e, quando chegavam no plenário, os liderados se rebelavam e aí não conseguíamos votar. As situações eram constrangedoras, porque Líderes diziam que estavam acordados para votar. E o Senador de tal bancada dizia que não ia votar nada. E não se votava nada! E agora estamos correndo contra o tempo, porque, no caso dos empréstimos, todos estávamos alertados para o fato de que deixar para os últimos dias era realmente correr um grande risco, Senador José Agripino. Todos nós sabemos que era correr um grande risco.

Portanto, quero fazer o apelo a quem estiver na Casa. Trata-se de uma semana de convenções. Estamos com dificuldades. Há pessoas da Bancada do PT que não estão presentes, já viajaram. Não sei se isso está acontecendo em outras bancadas. A sensação que me dá é de que também está acontecendo em outras bancadas. Porque, senão, como vai se justificar? Bahia tem empréstimo, mas não há nenhum Senador da Bahia aqui. Do Pará, estão todos. Do Ceará, há um ausente. De Mato Grosso do Sul, há apenas um. Então, nem dos próprios Estados que têm empréstimos, estão todos aqui.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Só o Senador Jorge Bornhausen está registrado para Santa Catarina.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu já vou votar – estou aqui e vou votar. Não tem nenhum problema.

O que estou dizendo é que, se tentarmos caracterizar isso, com toda a situação que vivenciamos, com toda a busca incessante de acordos, com acordos feitos que, depois, no plenário, desmilingüiram-se, desmancharam-se no ar, com a média de votação baixíssima que mantivemos nesses quase três últimos meses, temos uma situação realmente muito delicada para tentar carimbar responsabilidade pelo que vai acontecer hoje aqui, se não conseguirmos **quorum**.

No entanto, eu não deixo de fazer o apelo. Recorrendo a todos os Parlamentares da Bancada do PT que venham ao plenário e que votem.

Já vou consignar o meu voto aqui, para que não pare nenhuma dúvida, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem – eu já havia pedido a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes, vou dar a palavra pela ordem ao Senador Arthur Virgílio, que já havia pedido antes.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Quero apenas uma informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador Virgílio, ouço V. Ex^a.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu somente gostaria de saber se existe no Regimento Interno o tempo que teremos de esperar pelo **quorum**. Pelo que vejo, já estamos há aproximadamente 25 minutos, aguardando o **quorum** – já se passaram mais de 25 minutos, Sr. Presidente.

Gostaria de obter de V. Ex^a a informação se há limite de tempo. Tenho acompanhado outros pedidos de verificação de **quorum** e confesso que não sei quanto tempo a Mesa deve esperar ou se consta algo no Regimento nesse sentido. Consulto a Mesa sobre isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Nos últimos cinco minutos, o **quorum** aumentou de 15 para 24.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL. Fazendo soar a campainha.) – Senador Eduardo Supply, a Mesa está com a palavra.

Senador João Ribeiro, o Regimento não fixa tempo. Só temos condição de precisar o tempo, como V. Ex^a acaba de perguntar, depois que mandarmos imprimir o resultado da votação.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Prezado Senador João Ribeiro, tenho a mais absoluta crença de que V. Ex^a não tem nada contra os habitantes humildes do Ceará, do Pará, da Bahia. Não lhe estou concedendo aparte, nem posso fazê-lo. Estou acreditando que V. Ex^a, homem de bom coração como é, não está aqui fazendo nenhum jogo contra esses Estados. Sinta-se, pois, até – quem sabe – elogiado por mim, se é que V. Ex^a consegue ver em mim essa entonação.

Sr. Presidente, antes de tudo, peço a V. Ex^a que interrompa esta votação para, antes de tomarmos um

ato definitivo na nossa relação intracongressual, verificar se algumas razões voltam à razão ou se algumas razões saem definitivamente da razão.

Não sou médico; sou Parlamentar.

A Líder do PT eu tenho certeza de que S. Ex^a não estava esperando a configuração do não **quorum** para colocar o seu voto – sou um homem de extrema boa vontade e boa-fé, Senadora Patrícia –, a Líder refere-se à média baixa de votação.

Hoje, tenho certeza, Sr. Presidente Renan Calheiros, de que V. Ex^a já deu a dura resposta ao Presidente Lula. O Presidente Lula hoje tem a desfaçatez, o desprazer de dizer que o Senado é culpado pela não aprovação do Fundeb, como se não fosse culpa das medidas provisórias, sendo 30% das quais relevantes, que mereceriam ser tratadas como projetos de lei, 40% relevantes e urgentes, merecedoras, portanto, de virem sob a forma de medida provisória, e 30% lixo hospitalar puro, sem nenhuma utilidade.

O Presidente tem o desprazer de dizer que a culpa é do Senado, Senador Tasso Jereissati e Senador Jorge Bornhausen. O Senado estaria paralisando a vida brasileira. Responsabiliza o Senado, o Senhor Presidente da República, pelo não atendimento a pleitos de populações humildes deste País, quando sabemos que, primeiro, é a aplicação excessiva de medidas provisórias e, em segundo lugar, uma falta de senso de justiça, que faz deste o Governo o mais mesquinho na história da República. Absolutamente mesquinho, até porque mesquinha revela-se a figura do seu líder, daquele que o comanda. É um homem mesquinho, pequeno, menor! Um homem que imagina que deva mesmo retirar a sua bancada neste momento.

Temos três Senadores nossos que não podiam estar aqui: Sérgio Guerra, Marco Maciel e José Jorge, que estão em convenção em Pernambuco. Jamais passou pela minha cabeça, Sr. Presidente, jamais passou pela cabeça do Líder José Agripino que, num episódio desses, Senador Sérgio Cabral, pudesse alguém fazer isso que está acontecendo, ou seja, alguém fazer aquilo que me recusei a fazer o tempo inteiro em que atuei na Oposição. Eu sou Oposição no Amazonas ao Sr. Amazonino Mendes. Não fiz oposição nem contra ele. Não fiz oposição contra o meu adversário nesta eleição, que é o Sr. Eduardo Braga. Não fiz. Não o fiz por entender que tenho um povo a atender, porque tenho compromisso com o povo do Amazonas. Se o Governador malversa, se o Governador aplica de maneira equivocada, Tribunal de Contas nele; se o Governador, porventura, desvia recursos, Ministério Público nele, justiça nele, cadeia, mas negar ao povo de determinado Estado o direito de se beneficiar de um empréstimo, ou de empréstimos obtidos do exterior para cá com

juros favoráveis, com condições absolutamente boas, Senador Wellington Salgado, de pagamento, com prazo longo, com todas as condições satisfatórias... Isso para mim não é a forma correta de fazer política; isso para mim não rende sequer dividendos eleitorais. Isso para mim rende, ao contrário, desgaste eleitoral. Isso não representa nada.

Não consigo imaginar que a minha carreira deva florescer se eu tiver que atrapalhar o povo do Amazonas. Peço ao povo do Amazonas que jamais me dê qualquer voto se algum dia eu atrapalhar aqui algum momento que signifique benefício econômico ou social para quem me deu tanta alegria, tanta vitória numa carreira pública que já dura 28 anos, com pouquíssimos dissabores eleitorais, com enormes conquistas, com muitas vitórias, com muita consagração eleitoral.

Portanto, Sr. Presidente, tenho a minha forma de fazer política. A Líder dizia: "Há tanta que não está aqui." É verdade, convenções por aí e a crença de que ninguém seria capaz de fazer isso, a certeza de que ninguém seria capaz de obstaculizar uma votação como esta. A certeza porque nunca deixamos de atender São Paulo da Prefeita Marta Suplicy, não deixamos de atender outras prefeituras, jamais deixamos de atender governos de partidos vários. Aqui sempre se procurou corrigir o que porventura estivesse errado no projeto, de modo, Senador Eduardo Suplicy, a viabilizar a aprovação.

Portanto, não sei se V. Ex^a se dispõe, Sr. Presidente, esta é minha solicitação, a dar meia hora à razão, ao bom senso. Meia hora, não precisa mais do que isso. Evidentemente, não há **quorum**. Evidentemente, não há hipótese de pularmos de 15 para 41, com mais 16 votos em poucos minutos mais. Ainda que V. Ex^a quisesse, sem desrespeitar o Regimento, com a sua boa vontade, com o seu espírito público, esperar conosco até meia-noite, não chegaremos agora a 41 votos. Os que pediram verificação de **quorum** sabem disso. Não há hipótese, não vamos chegar a 41 votos. Não vamos chegar!

Talvez a saída seja se fazer essa reunião, Sr. Presidente, convocada e presidida por V. Ex^a, para se chamar à razão e à responsabilidade os que hoje estão interrompendo esse fluxo de recursos para o Estado do Senador Luiz Otávio, o Pará, para o Estado da Senadora Ana Júlia, para o Estado do Senador Flexa Ribeiro, para o Estado do Senador Tasso Jereissati, da Senadora Patrícia Saboya, do Senador Luiz Pontes, para o Estado do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Senador César Borges, do Senador Rodolpho Tourinho, do Senador Rodolpho Tourinho, para ao Estado... Enfim, são oito empréstimos.

Imagino que em meia hora se tenha tempo bastante, Sr. Presidente, para derrubar qualquer argumento, porque não há nenhum argumento que sustente esta posição. Esta posição não está sustentada na ética; esta posição não está sustentada na melhor forma de fazer vida pública; esta posição pode estar sustentada em qualquer instinto que não seja o de se fazer o que é correto para o povo.

Outro dia, aqui, defendendo minhas convicções, votei a favor do Governo. E tenho certeza de que a minha Bancada foi decisiva para aprovarmos aqui a não-taxação de capitais estrangeiros em Bolsa. Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a sabe o trabalho que tive dentro da Bancada, inclusive em discussões econômicas com V. Ex^a, para chegarmos à conclusão a que chegamos – e a aprovamos. Porque eu e o meu Partido não queríamos nenhum estouro negativo na Bolsa de Valores; não queríamos criar expectativas ruins numa hora em que percebemos a alta volatilidade dos mercados internacionais. Nós não queríamos. Agimos com a maior responsabilidade.

Sr. Presidente, a reunião é, quem sabe, a solução ou a não-solução. A não-solução significa a ruptura mesmo das nossas relações intracongressuais. Não temos compromisso com a aprovação de nenhuma matéria, já que tudo é eleição neste País. Quando não é futebol, é eleição. Então, já que tudo é eleição neste País, vamos deixar passar, mediocrementemente, a Copa do Mundo e vamos deixar passar, mais mediocrementemente ainda, a eleição para voltarmos a pensar neste País.

Ouçó o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu chamo a atenção de V. Ex^a para o fato de que, ao impedir a votação de empréstimos importantes para Estados como o meu, o Ceará, na verdade o que se está obstruindo é a votação das medidas provisórias, como bem nos lembrou aqui o Senador Romeu Tuma. O próprio Governo está obstruindo a votação das medidas provisórias, indo ao encontro novamente desse discurso – usarei uma palavra forte aqui – quase ridículo que o Presidente Lula tem repetido, numa tentativa de desmoralizar o Congresso Nacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Senador Luiz Otávio, antes de passar a palavra a V. Ex^a, encerro agradecendo a V. Ex^a e deixando a sugestão de fazermos, quem sabe ao fim do pronunciamento dos Senadores que pediram a palavra pela ordem, uma reunião. A única expectativa seria essa. Faltam só treze agora. Mas depois vem outro pedido, e outro pedido, e outro pedido. Ou seja, não é viável se votar os tais empréstimos. Ou se faz a reunião, Sr. Presidente, para chamarmos ao bom senso quem por-

ventura dele esteja desertando, ou nós não teremos a possibilidade de aprovar os empréstimos. E é bom que cada uma assuma a sua parte, a sua cota, a sua responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me na obrigação de vir à tribuna do Senado Federal prestar um esclarecimento da maior importância para esta Casa e, com certeza, para a consciência dos Srs. Senadores.

Primeiro, essas operações de crédito não poderão ser mais realizadas este ano, neste Governo, porque qualquer contrato só pode ser feito até três meses antes e, posteriormente, apenas três meses após as eleições. Nesses 180 dias, esses Estados perderão a capacidade de tomar esses recursos, ou seja, nesta noite deste dia 28 de junho, nesta quarta-feira, prestes a se encerrar o período legislativo, às vésperas das convenções das eleições, vamos jogar por terra oito financiamentos externos, principalmente, fora as medidas provisórias, como é o caso do Rio de Janeiro, para os Jogos Pan-americanos de 2007.

Esses Estados que foram relacionados, esses recursos que todos conhecemos são quase que exclusivamente para atender pessoas mais carentes, mais necessitadas.

É importante porque, neste momento, há um outro projeto que está também nesta famigerada pauta trancada, um projeto de resolução da Senadora Íris de Araújo, do PMDB do Estado de Goiás, que permite às mais de cinco mil e quinhentas prefeituras deste País, dos 26 Estados e do Distrito Federal, contratar operações de crédito sem necessitar, como prevê o projeto de resolução da Senadora Iris Resende, a apresentação de todas as certidões, de todos os CNPJs a que estão obrigados. E estão funcionando dessa maneira até a votação desse projeto de resolução. Com certeza, se nós votarmos vamos permitir a prorrogação até 31 de dezembro deste ano.

O Senador Romero Jucá, Líder do Governo, o Senador Arthur Virgílio e o Senador Tasso Jereissati estão me pressionando para conceder um aparte ao Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Luiz Otávio, sou muito franco nas minhas posições. Quando me pediram o apoio, eu estava visando ao terceiro item da pauta, a MP do Salário Mínimo, que trata do reajuste de 16,7% para os aposentados. A informação

que recebi agora, tardiamente – inclusive pergunto à Presidência -, é de que há um acordo pelo qual votaríamos os créditos para os Estados e também a MP para os aposentados, exatamente como veio da Câmara dos Deputados, o que garante os 16,7%. Senador Renan Calheiros, se há efetivamente esse acordo, que não me foi comunicado, quero dizer que estou retirando o meu apoio quanto à verificação de **quorum**.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente...

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O autor, de acordo com o Regimento, pode desistir do pedido de verificação de quórum, da mesma forma que qualquer outro, por igual tratamento, pode apoiar.

Não há como decidir diferentemente disso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero apenas registrar que o autor pediu a verificação e houve o apoio. Se houver a retirada de um apoio e este não for substituído, não haverá número para apoio.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já está substituído o apoio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já está substituído pelo Senador Eduardo Siqueira Campos.

Quando o Senador Luiz Otávio concluir sua intervenção...

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço, Sr. Presidente, que V. Ex^a me inscreva. Pretendo usar da tribuna logo após a fala do Senador Luiz Otávio, após V. Ex^a encerrar a votação. Já estamos praticamente por uma hora com o painel aberto.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente nesta noite deixaremos marcado, nesta Casa, onde estou há praticamente oito anos, um gesto que nunca aconteceu. Já tivemos oportunidade aqui de discutir vários e diversos, talvez milhares de projetos, de propostas, e nunca uma Liderança, de qualquer partido, criou qualquer obstáculo para votação de empréstimo externo, mesmo nos Estados onde há diferenças partidárias, políticas, nunca abrimos aqui esse precedente.

Estamos hoje abrindo um precedente para sempre que houver a conveniência de um, dois ou três Senadores nesta Casa de inviabilizar recurso externo ou interno, não só para os Estados, mas para todos

os Municípios brasileiros e até mesmo para a União, para o Governo Federal, para o nosso País.

Portanto, fiz questão de vir a esta tribuna nesta noite, como Senador do Pará, Estado que está sendo prejudicado neste momento, para afirmar que, da mesma forma que o meu Estado e outros que estão com empréstimos nesta pauta, todos os Municípios brasileiros hoje poderão ter um grande prejuízo, que atingirá todo o povo brasileiro, por esta decisão do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação.

Antes, porém, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas considerações claras. Hoje é quarta-feira, normalmente um dia de quórum maior nas sessões da Câmara e do Senado, e, muito embora em muitos Estados da Federação estejam sendo realizadas convenções partidárias, por volta de meio-dia ou uma hora da tarde tínhamos 52 presenças registradas.

O que se está verificando aqui é uma clara obstrução, mas não em função de não se votar a medida provisória que destina recursos para alguns Ministérios, principalmente para investimentos que vão beneficiar o Estado do Rio de Janeiro e seus Municípios, possibilitando algo que é um orgulho do País, que é a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007. O que estamos obstruindo neste momento é a destinação de recursos para os Jogos do Pan. No duro, no duro, é isso. Mas, por trás disso, há um outro interesse, com o qual não posso concordar, e quero dizer qual será a atitude do meu Partido. Refiro-me à votação dos empréstimos.

Não me lembro, Senador Arthur Virgílio, Senador Marcelo Crivella, Senador Flexa Ribeiro, de neste plenário nós termos exercido obstrução a qualquer pretensão legítima de empréstimo, a pedido de empréstimo de Estado algum, principalmente de empréstimo externo.

O empréstimo externo pressupõe uma longa tramitação, de um ano, dois anos, às vezes três anos. Há um organismo internacional – o Banco Interamericano, o Banco Mundial, a KFW alemã – que examina, debate e analisa o projeto. Vem a carta-consulta; aprova-se. Há uma longa tramitação doméstica, dentro do País, envolvendo Banco Central, Tesouro Nacional, Senado da República, até chegar a este ponto de aprovação, conforme a legislação manda, pelo Senado Federal.

Eu nunca vi – sou Senador pela terceira vez, este é meu terceiro mandato –, nunca vi este Senado

obstaculizar concessão de empréstimos sem uma forte reação do Plenário. Nunca vi obstaculizar e muito menos vi tentativa sem reação forte.

Os empréstimos, que são oito, de Estados governados pelo PT (Mato Grosso do Sul), pelo PSDB (Ceará e Pará), pelo PFL (Bahia) e ainda pelo PMDB (Tocantins), são para a realização de obras importantes de Partidos do Governo e da Oposição. São empréstimos ou pleitos de Partidos que vão do PMDB ao PSDB, ao PT e ao PFL, para obras importantes, e não há justificativa para serem obstaculizados. A tramitação está chegando na última hora. Só que essa última hora vai até terça-feira, dia 4 de julho. Ainda nos restam o dia de amanhã e o dia de terça-feira para se votar e se aprovar.

Quero dizer que acabei de conversar com o Líder do meu Partido, Senador Jorge Bornhausen, e combinei com S. Ex^a que insistiríamos na aprovação das medidas provisórias, conforme pactuado com o Líder do Governo e com V. Ex^a, Sr. Presidente, para desobstruirmos a pauta. São cinco medidas provisórias de fácil entendimento. Votadas as cinco MPs, há um acordo para que votemos os empréstimos dos Estados. Nós vamos exigir que amanhã eles sejam apreciados – e, se for o caso, alguém peça verificação de quórum, e que assuma as responsabilidades sobre os prejuízos decorrentes para os Estados – e que, na terça-feira, data final, façamos um último esforço.

Se não conseguirmos, contando com o apoio do PT, do Governador Zeca, do Mato Grosso do Sul; do PMDB, do Governador do Tocantins; do PFL, meu Partido; e do PSDB, não votaremos mais nada, porque estará claramente ofendida a pretensão de Estados que representam os partidos políticos majoritários desta Casa.

Não é possível que não se esboce uma reação em favor da justiça. Não é possível que um, dois ou três Senadores maculem a imagem de independência do Senado. Vou repetir: não é possível que um, dois ou três Senadores maculem a autonomia do Senado e dos partidos políticos. Em jogo o que está é a autonomia dos partidos políticos. Creio que a atitude de colocarmos em votação os empréstimos, amanhã e terça-feira, é legítima defesa do Senado Federal.

Em nome do meu Partido, insistiremos e levaremos às últimas conseqüências a aprovação dos sete empréstimos dos Partidos que estão pleiteando, para Tocantins, Pará, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Essa é a minha palavra e é a posição do PFL, meu Partido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex^a pela ordem. Antes, porém, consulto os Líderes partidários sobre se posso encerrar a votação e proclamar o resultado. É evidente a falta de quórum.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho uma pergunta a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a ainda me poderia conceder a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sim. Concederei a palavra ao Senador Arthur Virgílio, a V. Ex^a e à Senadora Ideli.

Consulto apenas sobre se posso concluir a votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a puder me ouvir, falarei por dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E eu, por um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se a Mesa corrobora os termos da argumentação do Senador José Agripino, ou seja, de que teríamos prazo até terça-feira para validade plena dos efeitos desses empréstimos solicitados, penso que V. Ex^a deve mesmo suspender a votação, porque temos um encontro marcado terça-feira. A Bancada do PSDB estará toda aqui, pois se reunirá antes para deliberar sobre isso, e ela pretende vir una, pretende vir unida, coesa.

Portanto, Sr. Presidente, terça-feira nós teríamos sessão deliberativa. Não adianta fingir que vamos fazê-la amanhã, dia de convenções partidárias, nem segunda-feira. Faremos na terça-feira. Se o Dr. Carreiro confirma que é isso, eu creio que V. Ex^a deve mesmo, incontinenti, Sr. Presidente, proclamar o resultado. Nós, então, aferiremos os votos e as intenções na sessão deliberativa de terça-feira.

É isso? Pode ser na terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pode, sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Está muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência da Casa e dos Líderes Partidários, nós faremos, novamente, qualquer esforço para que isso possa acontecer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou precisar apenas de um minuto.

Ainda quero tomar a liberdade de fazer um apelo àqueles que pediram a verificação de quórum no seguinte sentido: pelo acordo firmado e o entendimento feito com todos os Líderes, nós não estamos, neste momento, decidindo somente a questão do empréstimo para em torno de nove Estados, ao que sou totalmente a favor, não tenho nada contra. Pelo acordo firmado, se não houver votação hoje, amanhã ou terça-feira, nós estaremos inviabilizando que o Senado da República assegure o reajuste de 16,7% para cerca de dez milhões de aposentados e pensionistas. Quem pedir a verificação assume também essa responsabilidade.

No meu entendimento, Senador Siqueira Campos, a matéria será votada. Há um amplo acordo e não tenho dúvida de que será votado hoje, amanhã ou terça-feira. Assim sendo, o apelo que faço ao Senador Siqueira Campos e aos outros Senadores, já que a matéria será votada, é que nós deliberemos hoje em benefício não só dos Estados, mas também dos doze milhões de aposentados e pensionistas, que estão, neste momento, na expectativa de ver se o Senado delibera ou não hoje sobre essa MP que veio da Câmara, estendendo o mesmo reajuste dado ao mínimo também aos aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pontualmente, respondendo ao Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de dizer que a Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, diz, no seu art. 15, que é vedada a contratação de operação de crédito nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, vou encerrar a votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu gostaria de deixar aqui perfeitamente consignado quais foram os procedimentos e o que aconteceu não só no dia de hoje, mas, como já tive oportunidade de dizer, semana após semana. Há dias a pauta está obstruída e tem havido dificuldade para construção de acordos, que, inclusive, muitas vezes foram fechados na sala de V. Ex^a entre todos os Líderes. Mas ao chegar ao Plenário, eles se desmanchavam, porque não havia unanimidade ou consenso dentro das próprias Bancadas.

Faço questão de deixar consignado que são vários empréstimos de cinco Estados. Dos Estados beneficiados, pelo que consegui detectar, estão ausentes seis Senadores.

Quando houve a retirada...

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois, não. Quando houve...

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – O Estado do Mato Grosso do Sul tem dois Senadores presentes, um do PMDB e outro do PSDB. O Senador da Base de apoio ao Governo é que está ausente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas no caso da Bahia...

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – Os três Senadores querem o empréstimo, mas só o da Base de Apoio ao Governo é que não está presente. É bom deixar bem claro que o Estado do Mato Grosso do Sul está presente com dois Senadores, eu e o Senador Ramez Tebet, e que o Senador da Base do Governo não está presente. Portanto, parece-me verdadeira a tese de que o Governo não quer que essa matéria seja votada hoje.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Juvêncio, se V. Ex^a prestar atenção ao que acontece com a Bancada de outros Estados, V. Ex^a perceberá que essa regra não é igual, não é a mesma. Por exemplo, V. Ex^a vai querer dizer que os três Senadores da Bahia são governistas? Não são. São do PFL e estão ausentes no dia de hoje.

Em primeiro lugar, este é um dia difícil. Vínhamos alertando para isso ao, insistentemente, apelarmos para fazermos acordo, para votarmos, para desobstruirmos a pauta. Infelizmente, em vários momentos, isso não foi possível. E, muitas vezes, não foi possível – e aqui avoco o testemunho – por divergências dentro da Bancada até da própria Oposição. Tivemos aqui situação em que a Liderança da Oposição indicou de um jeito e o Senador do mesmo Partido disse que ninguém iria votar nada aqui. Nós vivenciamos isso.

Se tentarmos caracterizar a situação de hoje como uma questão Governo e Oposição, não será reproduzida a realidade dos fatos, tanto que alguém do Governo retirou o apoio e alguém da Oposição colocou o apoio.

Portanto, o que nós podemos fazer...

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Só para esclarecer, Senadora Ideli Salvatti. Os Senadores da

Bahia, Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Rodolpho Tourinho...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estão em convenção.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Não. Eles esperavam que a votação ocorresse por acordo. Só por isso é que eles viajaram. Não passou pela cabeça deles que não pudesse haver acordo para votar matéria dessa natureza. Foi só por essa razão. Mas, com certeza absoluta, eles estarão aqui na terça-feira. Concordo inteiramente com V. Ex^a: não se pode colocar essa questão como disputa entre Governo e Oposição, até porque há Estados, como Mato Grosso do Sul, que são beneficiários e que são do Partido do próprio Governo. Então, não é Fla-Flu nem é Governo versus Oposição; é interesse coletivo e soberania do Senado Federal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por isso, Senador José Agripino, quero dizer que terça-feira estaremos aqui com um número maior de Parlamentares, com certeza, pois não teremos a questão das convenções partidárias. Como V. Ex^a disse, Bancadas viajaram. Quero ter o entendimento de que há uma responsabilidade, sim, Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa. Não temos mantido uma média de votação acima da que praticamos no último período. Se tivéssemos tido uma média de votação como a daquele período, mesmo com todas as medidas provisórias obstruindo a pauta, teríamos aberto, em diversos momentos, lacunas para votar os empréstimos, como teríamos votado os itens relativos a autoridades e outras matérias relevantes, como é o caso do próprio Fundeb.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O problema é o de sempre: não há quórum. É evidente que não estamos compatibilizando o funcionamento da Casa, a presença de todos, com as eleições. Há candidatos que estão em campanha e que não tiraram licença para que os suplentes assumissem seus lugares. É um problema que precisa ser dito com todas as letras. Além das divergências com relação ao mérito das medidas provisórias, ainda estamos somando com este outro problema: os Senadores estão em campanha e não tiraram licença. Suas cadeiras ficam vazias. Estamos tendo dificuldades para administrar o quórum. A pauta do Senado está trancada desde o dia 18 de abril.

De lá para cá, conseguimos votar até quatro, cinco medidas provisórias, mas ficavam duas ou três trancando a pauta, permanentemente.

Outra coisa que quero repetir – peço a atenção da Casa: é desnecessário cobrar desta Presidência o cumprimento do seu papel constitucional. Toda vez

que alguém expôs o Congresso Nacional e o Senado Federal, tomei as providências que o exercício do cargo me recomenda.

Hoje os jornalistas me falaram que o Presidente Lula agrediu o Senado. Eu disse: em primeiro lugar, não acredito que ele tenha feito isso. Seria uma loucura da parte dele. Ele estaria enlouquecendo, porque ele, mais do que qualquer um, sabe que o Senado tem feito a sua parte, pelo menos no que depende de mim. Converso com ele quase que diariamente. Ele sabe que tenho feito tudo, absolutamente tudo para que o Senado tenha uma relação de harmonia com os outros Poderes e faça a sua parte, votando.

Se não há consenso com relação à medida provisória, se não há consenso com relação a autoridades, se não há consenso com relação a empréstimos de Estado e se não há consenso também porque os candidatos não tiraram licença para que os seus suplentes comparecessem ao plenário, o que fazer?

Desse modo, vou declarar encerrada a votação. Depois, concederei a palavra a todos.

Está encerrada a votação. Não há **quorum**.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Senadora Heloísa Helena está inscrita.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Deixe a Senadora Heloísa Helena votar, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas marcar uma posição sobre o que foi dito aqui. A Liderança do Governo tem todo o interesse na votação, articulou com os partidos de Oposição um entendimento, íamos votar as medidas provisórias, inclusive a medida provisória que diz respeito à questão do salário mínimo e da Previdência Social, íamos votar os empréstimos e íamos votar autoridades. Esse foi o entendimento feito com os Líderes, e essa é a posição do Governo, tomada pelas Lideranças do Governo.

Portanto, é preciso que isso fique bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um apelo.

Sabemos todos nós o que prevêem a Constituição Federal e o Regimento Interno. Há um problema grave: não é possível votar até terça-feira, a não ser que o Governo se comprometa a assinar o contrato. O problema está na contratação, e não na aprovação nesta Casa. É mais grave.

Já que o Governo está dizendo que nada tem em contrário, que assuma o compromisso de, se se votar a matéria de hoje a terça-feira, assinar o contrato no mesmo dia, uma vez que ele pode adiantar tudo para garantir a contratação.

Para que não levantemos nenhum questionamento, a fim de ver se há pessoas que estão se empenhando ou não, a fim de que não passemos a desconfiar um do outro, o apelo que faço é no sentido de que tenham o compromisso, porque o problema é a contratação. Portanto, é o contrato, é o acordo. Se já está tudo organizado entre as partes, pode ser viabilizado de fato. Porém, é necessário um compromisso do Governo de que assinará a contratação.

Volto a repetir, Senador Tião Viana: a questão não é a aprovação nesta Casa. A palavra é contratação. Se V. Ex^{as} assumirem esse compromisso, independentemente de a sessão cair hoje ou de se votar a matéria amanhã ou depois, com certeza, o problema pode ser resolvido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, na forma do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria pedir a atenção de meus Pares, porque foi este Parlamentar que aqui está que talvez tenha propiciado ao Governo do meu Estado, há pouco tempo, uma das aprovações mais rápidas de empréstimo do Banco Mundial.

Apresentamos uma emenda que foi aprovada pela Comissão de Fiscalização e Controle, que hoje tem outra denominação, solicitando ao Tribunal de Contas da União que acompanhasse a liberação dos recursos para esse empréstimo.

Sr. Presidente, peço encarecidamente a atenção de V. Ex^a e de meus Pares para o que tem ocorrido no meu Estado. Abro mão de todas as minhas imunidades para dizer que, em primeiro lugar, eu jamais, jamais iria obstruir o interesse de qualquer outro Estado, iria quebrar uma tradição que existe nesta Casa, iria diminuir o mandato de Senador, como não o fariam os Senadores Leomar Quintanilha e João Ribeiro, que aqui se encontram. Mas poucos ou ninguém sabe disso, porque a imprensa já não noticia mais, alegando que escândalo há para todo gosto e que escândalo não vale mais nada.

Gostaria de citar alguns fatos, pois – quem sabe? – poderei extrair dos meus Pares alguns compromissos. Vou pedir a atenção do meu Líder e do Presidente Tião Viana para que o que eu diga aqui possa produzir,

diante da Mesa desta Casa, entre os Líderes de todos os Partidos, algumas conseqüências com relação aos fatos que estão ocorrendo no meu Estado.

Vou aguardar, Sr. Presidente, pois tenho certeza de que o pouco que posso merecer é a atenção dos meus Pares para o que vou relatar.

Eu disse que iria abrir mão de minhas imunidades, porque é muito duro, é muito grave dizer que, no meu Estado – daí o meu pedido ao Tribunal de Contas que acompanhasse e fiscalizasse cada centavo –, uma quadrilha de saqueadores dos cofres públicos tem causado alguns espetáculos graves, que somente com o acompanhamento da Comissão de Fiscalização e Controle - como ficou aprovado em requerimento feito perante a Comissão, presidida por um Senador do Tocantins -, somente com o acompanhamento do Tribunal de Contas da União, não vamos ver acontecer algumas coisas como a que passo a relatar, Sr. Presidente.

Não faz nem dez dias que tomamos conhecimento, Senador Arthur Virgílio, de que, no meu Estado, há dispensa de licitação para pagar uma empresa e de que esse dinheiro pago a essa empresa não vai a banco. A empresa não tem um funcionário, não tem um móvel, não tem um bem; apenas o registro de uma sala. O Estado paga, mas não paga em conta-corrente. O dinheiro é sacado na boca do caixa! Sr. Presidente, eu diria que, se fazem isso com quatro, já o fizeram com 40, já o fizeram com 100.

Senador Arthur Virgílio, denunciei desta Casa que a Assembléia apreciou um voto de repúdio à minha atuação no Senado. Pediria a atenção do Presidente do meu Partido e dos meus Pares para o fato: lá no meio, solto no texto da justificativa desse voto de repúdio - que não foi assinado, inclusive, por alguns membros do PT, que disseram que não entendiam o que o governo estava querendo com aquela citação -, estava a afirmação de que, se houvesse uma CPI do Narcotráfico, eu não teria mais mandato nesta Casa.

Aí exigi, assim como a Bancada do PT da Assembléia Legislativa, e foi criada uma CPI do Narcotráfico em função da prisão de um narcotraficante, que está recolhido nas dependências da Polícia Federal. Não fizeram menções, Sr. Presidente; fizeram explicitamente de tudo para dizer que havia envolvimento deste Senador.

Senador Arthur Virgílio, vamos ao mais grave!

Sr. Presidente, pela consciência de um fotógrafo de 19 anos de idade, fui avisado de que, numa casa na Capital, havia ocorrido uma reunião com a participação de doze pessoas, entre elas o irmão do Governador de Estado, o Secretário de Comunicação e representantes de produtoras que estão trabalhando na campanha do

atual Governador. Pagaram, com cheque e em espécie, R\$70 mil a um cidadão que havia trabalhado na Câmara de Vereadores à época em que fui Prefeito para que ele desse um depoimento dizendo que este Senador era relacionado ao narcotráfico, entre outras coisas que não quero repetir neste plenário.

Pedi a abertura de um inquérito policial federal. O inquérito foi aberto há cinco meses. O que concluiu esse inquérito, Sr. Presidente? Indiciou o irmão do atual Governador; indiciou o Secretário de Comunicação, que já havia sido demitido; indiciou outras cinco pessoas.

O que disseram o dono da casa e o dono da produtora? Que o fizeram para obter lucro futuro na campanha eleitoral; que o pagamento do cheque, que está recolhido na Polícia Federal, foi dado a título de cachê.

Senador Arthur Virgílio, vou repetir: disseram que o cheque dado para que uma pessoa prestasse um falso depoimento - gravado não pela imprensa, que não foi chamada, mas por produtoras encarregadas da campanha do Sr. Governador -, o cheque de R\$45 mil, que está lá na Polícia Federal com o carimbo da compensação, foi dado ao falso depoente a título de cachê! E o dono da produtora disse: "Estou aqui prevenindo lucros futuros. Eu estava interessado em obter lucros futuros". Inclusive disse que pediu exclusividade para a utilização das imagens para a campanha.

E o que disse o Secretário de Comunicação, meu nobre Presidente Renan Calheiros? O Secretário de Comunicação, já demitido, disse que o fez a título de proteger o Governo do Estado. As passagens foram doadas pela empresa que fornece passagens ao Governo do Estado.

Todos os que compareceram ao depoimento não tiveram outra coisa a dizer à Polícia Federal a não ser que se tratava da obtenção de imagens para campanha eleitoral futura. Tendo concluído isso, o que fez a Polícia Federal? Indiciou o irmão do Governador, indiciou o Secretário de Comunicação e todos os demais que utilizaram o carro do Secretário para transportar a pessoa, que deram as passagens e disseram ao rapaz: "Não volte a Palmas se você tiver um pingão de amor à sua vida".

Sr. Presidente, a que estamos submetidos em meu Estado! Já houve inclusive denuncia do grampo. E o Coaf, meu nobre Líder Arthur Virgílio! Existe a prática de o Estado pagar alguém e o dinheiro não ir para a conta da empresa, mas ser sacado na boca do caixa. Isso é saque aos cofres públicos. É a isso que estou submetido em meu Estado.

Instalaram uma tal CPI que nunca ouviu um depoimento, não chegou a nenhuma conclusão, esperando, é lógico, o dia de levarem ao conhecimento da

opinião pública o falso depoimento – que eu consegui descobrir – de que a Polícia Federal investigou e que o fato está agora solucionado, com o irmão do Governador indiciado, dentre outros.

Sr. Presidente, estarei aqui na segunda e na terça-feira. A pauta da Casa está trancada por medidas provisórias, não é de hoje. E vários Líderes se pronunciaram: “Não vamos votar nada”. Mas não vamos votar nada por outras razões.

No mérito, quando vier o inquérito, vou apenas reafirmar o que já aprovamos. E espero que o Tribunal de Contas fiscalize cada centavo utilizado desse empréstimo, que vai merecer, Senador Arthur Virgílio, como no telefonema que fiz a V. Ex^a. Eu não tinha interesse – e não tenho – de prejudicar o meu Estado. E, dentro desse objetivo, digo serenamente desta tribuna: dinheiro nas mãos do atual Governo é dinheiro a ser roubado.

E digo, desde já, Sr. Presidente, que, requerido pelo Supremo, eu não quero imunidades. Já pedi ao Governador do meu Estado que me processe, que faça o favor de me processar pelas minhas acusações.

Trata-se de uma quadrilha que, junto com corretores que já estão na CPMI dos Correios, desviou R\$ 26 milhões, apenas da Previdência dos Funcionários Públicos do Estado de Tocantins. O relatório é do Ministério da Previdência e do Banco Central, que indica operações atípicas, em que eles compram títulos podres para resgatar, em 45 anos, comprometendo a Previdência do meu Estado.

Ajo de forma muito serena porque tenho certeza disso. Da mesma forma que não queremos conviver nesta Casa com sanguessugas, que somos contra – e fomos contra – as absolvições e contra aquelas pessoas que, sob forte acusação de corrupção, renunciaram aos mandatos para tentar voltar pelas urnas, também não queremos conviver com isso.

Pensei que esta Casa, Senador Arthur Virgílio, principalmente o PSDB, não ficaria um só dia com um de seus membros sob suspeita de narcotráfico dentro da sua Bancada.

Sr. Presidente, nós é que sabemos o que estamos vivendo fora do Estado democrático de direito. Nós é que estamos denunciando, como a imprensa fez, que lá os telefones estão todos grampeados; que o Estado se utiliza de um aparelho guardião, que é a Secretaria de Segurança Pública, e os nossos diálogos, dez minutos depois de uma conversa política, já são de conhecimento das autoridades ou dos líderes políticos de lá, surtindo os efeitos contrários. Em minha casa, Sr. Presidente, chego a surpreender pessoas revirando o lixo! E a Segurança Pública, disfarçada em

carros da P2, permanentemente vigiando, para saber quem entra e sai da minha casa.

Eu não quero ir além porque certamente encontraria, em vários Partidos, pessoas que não podem dizer que querem o bem do Tocantins – o que eu quero –, porque sequer votaram pela criação do Estado quando a emenda estava na Assembléia Nacional Constituinte. E não quero aqui citar nomes para não melindrar ninguém. Assim como também não aceito, de nenhum membro desta Casa, a acusação de que eu estaria aqui para prejudicar o meu Estado. Na verdade, beneficiar o meu Estado seria não o entregar a quem está roubando o dinheiro público, sacando-o na boca do caixa.

Portanto, peço aos Líderes que, junto comigo, assinem um ofício à Receita Federal, ao Coaf, a fim de que todos os saques, em dinheiro, na boca do caixa, de recursos provenientes do Governo do Estado sejam fiscalizados. Dessa forma, Sr. Presidente, o irmão do Governador, que já está indiciado, responderá a outro processo.

O próprio Governador não consegue dizer como construiu sua casa. Ela foi construída, com placa na parede, por uma empreiteira que recebe dos cofres públicos e que, por acaso, tinha entre seus sócios a cunhada do Governador.

Sr. Presidente, o que está acontecendo lá é muito grave. As agressões são muito profundas.

Tentei, numa emenda de plenário, fazer com que o Tribunal de Contas da União fizesse essa fiscalização. Os Senadores Leomar Quintanilha, João Ribeiro e outros Senadores, por unanimidade, na Comissão de Fiscalização e Controle aprovaram uma emenda, solicitando ao Tribunal de Contas da União que fiscalize cada centavo liberado, a fim de evitar que se transforme em objeto de outro desvio.

Estou aqui assumindo um compromisso com esta Casa. E tenho certeza de que, se tiver um pingo de honra, um pingo de moral, um pingo de ética, o Governador do Estado de Tocantins há de iniciar amanhã um processo contra este Senador. E aí será muito fácil, Sr. Presidente, porque teremos uma Corte Superior para atestar cada palavra do que estou dizendo.

É em favor da população do Estado do Tocantins a nossa plena atuação; do contrário, Sr. Presidente, no Orçamento da União, não teríamos obtido mais de R\$ 180 milhões em emendas para o nosso Estado, para obras como a Ferrovia Norte-Sul, a eclusa e as rodovias federais, dentre outras.

Tenho certeza de que contarei com a solidariedade de V. Ex^{as}. E peço ao Senador Romeu Tuma que faça esse requerimento a esta Casa, Senador Arthur Virgílio, porque eles já estão tentando, a esta altura,

fazer com que o encarregado por elas seja o Ministério Público Estadual.

Aliás, tenho um profundo respeito pelo Ministério Público Estadual, e sempre me portei contra a emenda da mordça porque quero crer na independência dos Poderes. Mas indo para o Ministério Público Estadual, sinceramente, Sr. Presidente, tenho poucas chances de ver a conclusão do relatório, pelo indiciamento do irmão do Governador, dentre outros, prosperar em uma ação judicial.

Peço, portanto, o apoio dos Líderes. E tenho certeza de que o Juiz Federal a quem está entregue o caso para decidir sobre a competência saberá como agir, em se tratando de um Senador da República estar aqui, não sob a suspeição, Senador Arthur Virgílio, porque sobre mim essa suspeição não pega. É como quando vejo V. Ex^a, com tenacidade, dizer: “Comigo não dá; escolheram a pessoa errada”.

Mas aquilo – e falo em nome de algumas pessoas que representam o Governo do Estado – é uma quadrilha. A última coisa que fez o Secretário da Fazenda do meu Estado foi lembrar que ele, como representante de uma empresa de táxi aéreo, possuía uma nota de cobrança de 12 anos, Senador Arthur Virgílio, que não estava inscrita em precatório. Naquele tempo, ele era apenas o representante de uma empresa de táxi aéreo. Quando se tornou Secretário da Fazenda, Senador Arthur Virgílio, sabe o que fez? Saiu da condição de cobrador – há 12 anos – e, na condição de Secretário da Fazenda, pagou R\$ 1,6 milhão pelo serviço, que dá para comprar uma aeronave. Isso para não dizer que o Estado, este ano, dispensou uma licitação para táxi aéreo no valor de R\$ 12 milhões, que é o pagamento da campanha do atual candidato a Governador.

Sr. Presidente, tenho a certeza de que, com a vemência dos Parlamentares que aqui usam o microfone, nenhum deles vai aceitar isso. Se aqui está alguém envolvido com o narcotráfico, esta Casa há de reagir, requerer à Polícia Federal que o caso venha para o Supremo Tribunal Federal para ser investigado.

Repito as afirmações que fiz com relação à quadrilha de saqueadores dos cofres públicos que desrespeitam a população do meu Estado. E quero que as pessoas que aqui estão, a serviço do Governo do Estado, muitos outros a serviço do Banco, ganhando, quem sabe, comissões, levem diretamente este recado ao Governador do meu Estado, e o faço da tribuna. Espero que ele tenha a honra – não a coragem, pois não é preciso coragem para aceitar este desafio – de processar este Parlamentar. E eu não serei processado como Senador. Quero ser processado como cidadão, para reafirmar aqui todas as observações que fiz.

Peço a esta Casa que nos dirijamos ao Coaf, à Receita Federal e a todos os órgãos, como fez o Banco Central, para investigar o desvio, o roubo, o saque que está ocorrendo naquela Casa, inclusive a intimidação por meio de grampo telefônico, de acusação indigna, imoral, insustentável, desbaratada pela Polícia Federal. Hoje eles dizem que pagaram ao depoente a título de cachê. O Secretário de Comunicação disse: “Não, eu estava protegendo a figura do Governador contra um adversário”.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PL – TO) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Senador João Ribeiro, já ultrapassei muito meu tempo e sei que há compreensão da Mesa, mas, ouço V. Ex^a.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PL – TO) – Senador Eduardo Siqueira Campos, eu me levantei para que V. Ex^a me veja aqui atrás, pois há dois Parlamentares em pé na minha frente – com todo respeito que tenho ao Sr. Deputado e ao Líder José Agripino. Quero apenas dizer a V. Ex^a que sabemos que a política não é diferente de tudo que se faz na vida. É preciso ter coragem; para o político é preciso ter coragem. Se ele não for corajoso e determinado, como V. Ex^a e como todos nós somos, para denunciar aquilo que está errado... Eu fui acusado várias vezes, e V. Ex^a sabe disso. Hoje acabamos levando a sessão para a questão dos empréstimos, e o interessante é que foram acusados Governo e Parlamentares, todavia, não há aqui questão de interesse do Governo ou da Oposição. Quando outros empréstimos vieram para cá, nós sempre os aprovamos – V. Ex^a sabe disso. Quando apresentei o requerimento – citado por V. Ex^a – na Comissão de Fiscalização e Controle, para que o Tribunal de Contas da União acompanhasse de perto a aplicação dos recursos, foi na intenção de aprovar o empréstimo. Mas há manobras. V. Ex^a sabe que, no dia em que a Mesa leu e aprovou um requerimento meu, pedindo as mesmas informações – informações sobre o empréstimo que o Governo não apresentou aos Parlamentares do Tocantins –, já havia a resposta do Ministério da Fazenda. Esse fato me causou muita estranheza, mas fiquei calado e aguardei. Sei que os jornais, Senador Eduardo Siqueira Campos, pagos com o dinheiro do povo, como eu aqui denunciei várias vezes e denunciei na CAE quando nós aprovamos os pedidos de empréstimos, estarão escancarados a serviço de quem está saqueando o Estado, como V. Ex^a acabou de dizer. Tudo que V. Ex^a disse é verdade. V. Ex^a esqueceu-se apenas de um ponto, talvez pelo fato de

o tempo não lhe ter permitido, devido a pressa de encerrar o pronunciamento. Mas eu acho que nós não temos que ter muita pressa não, Senador, porque hoje nós vimos aqui, durante a votação, que durou pouco mais de hora, que o nosso Presidente foi muito atencioso com os Líderes com relação ao tempo. Mas como dizia, Senador Eduardo Siqueira Campos, sabemos que a imprensa do Estado estará escancarada, atribuindo a mim os piores adjetivos. Eu já estou processando alguns jornais pagos com o dinheiro do povo – V. Ex^a sabe. Com relação ao ponto a que me referi, de que V. Ex^a não se lembrou, Senador Eduardo, é a questão do apostilamento, um dos maiores crimes que está ocorrendo no Brasil. Senador Renan Calheiros, trata-se da questão de obras pagas, quitadas e já chanceladas pelo Tribunal de Contas do Estado há 12, 13, 14, 15 anos. Eles pedem o requerimento do dono dessa empresa, ou da empreiteira, reabrem o processo que já está liquidado, pago, chancelado pelo Tribunal, reajustam aquela obra e corrigem os valores até os dias de hoje. Já pagaram R\$ 600 milhões desse jeito, Senador Eduardo. Portanto, dinheiro para fazer farra política lá, Senador, não se trata somente desse problema do empréstimo. Sabemos que eles estão malucos para pegar o empréstimo, Senador. Mas sabemos também, à boca pequena, que, no Tocantins, há pessoas, como o Secretário, prometendo, dizendo: “O empréstimo, na quarta-feira, estará aprovado...” E já estavam fazendo compromisso com candidato a Deputado, com isso e com aquilo. Esse dinheiro não é para isso, Senador! Agora, o dinheiro vai ser aplicado. O Banco não precisa se preocupar. Acho que quem trabalha tem todo o direito de receber o *spread*; não tenho nada contra isso. Vamos aprová-lo, mas não para período eleitoral. Inclusive, Senador Eduardo, estou entrando com projeto de lei, com uma medida constitucional, porque empréstimo não pode ser concedido até seis meses antes da eleição. Não, teria de ser até um ano antes da eleição, Senador Eduardo. É um absurdo! Eu não sei se nos outros Estados brasileiros está ocorrendo o mesmo que ocorre no Tocantins – espero que não. Então, Senador Eduardo, vou encerrar este meu aparte, até para não transformá-lo em um pronunciamento. Talvez eu possa ainda pedir a palavra como Líder, para que o Senador Renan me inscreva depois de V. Ex^a, se houver necessidade. Nós não precisamos fazer aqui a nossa defesa; estamos apenas esclarecendo a esta Casa o que sabemos, ou seja, que, lá no Estado, há aqueles que estão saqueando os cofres públicos. Presidente Renan, V. Ex^a sabe que, no Brasil, existem 23 mil cargos comissionados. O

Governo Federal tem 23 mil cargos comissionados. No Tocantins, Senador Eduardo, não sei se já passou dos 21 mil, mas, até a semana passada, os cargos comissionados já eram 21 mil, correspondentes ao número de cabos eleitorais contratados com o dinheiro do povo para fazer campanha política. O que está acontecendo no Tocantins é uma vergonha. Nós vamos desbaratar essa armação, denunciar esses fatos durante toda a campanha. Terei ainda outra oportunidade para falar, pois não vou transformar meu aparte num discurso. Só quero dizer a V. Ex^a que quem pediu a verificação de quórum fui eu e que, portanto, assumo a responsabilidade de meus atos. O mais bobo aqui, Senador Eduardo, elegeu-se Senador da República. Acho que todos aqui merecem respeito. Insinuações, eu não aceito, como V. Ex^a também não aceitará. A Oposição reclamou muito do Governo. Eu sou da Base, mas esta é uma oposição pessoal minha, não é mais do Governo, não. É uma posição pessoal. Agora, quem obstruiu o tempo todo, Presidente Renan, não foi o Governo, não, que tinha interesse em votar as medidas provisórias. Está errado o fato de o Governo editar essa quantidade de medidas provisórias. Mas isso vem de longe; não é de agora, não é culpa do Presidente Lula. Vamos regulamentar isso, mas não vamos colocar a culpa em quem não tem. Assumo a responsabilidade dos meus atos. Portanto, Senador Eduardo, meus cumprimentos por aquilo que V. Ex^a está fazendo, que é a defesa da sua honra e do seu mandato.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Eu quero concluir, Sr. Presidente, e fazer um pedido ao Senador Romeu Tuma.

Ninguém mais do que V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, conhece a Polícia Federal deste País. Um delegado, como eu creio ser todos os delegados, fez um inquérito policial federal e concluiu pelo indiciamento do irmão do Governador e outras autoridades.

Não vejo como dissociar a minha pessoa, cuja filha mais velha está com 26 anos de idade, da acusação de participação em narcotráfico. A trama foi desbaratada e ficou por isso mesmo. Então quero pedir a V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, e a V. Ex^a, Corregedor Romeu Tuma, que requeiram, em uma superintendência da Polícia Federal, por intermédio do Superintendente Nacional, a vinda, para esta Casa, desse inquérito para que V. Ex^a requeira ao Supremo Tribunal Federal ou à Justiça Federal que se encarregue da investigação que, aliás, foi feita e demonstrou que se tratou de uma trama contra um integrante desta Casa, Membro da Mesa do Congresso Nacional. Eu sei que tenho todas as razões não para votar contra um empréstimo do meu Estado, mas para pedir a esta Casa que acompanhe

e fiscalize. Durante todo esse tempo a pauta esteve trancada por medidas provisórias. Portanto, Senador Renan Calheiros, que V. Ex^a atenda o meu requerimento, faço a solicitação verbalmente a V. Ex^a: peça a subida desse relatório para esta Casa dele tomar conhecimento. E que ninguém, impunemente – não com relação apenas à minha pessoa, mas com qualquer integrante desta Casa –, aceite o que foi feito contra este Senador do Tocantins.

Sr. Presidente, quero deixar claro que não seremos nós, jamais, até pela condição da criação do Tocantins e da fundação de Palmas, que iremos obstruir o interesse do Estado. Ao contrário, quero que o Tribunal de Contas e todos os órgãos de fiscalização possam, definitivamente, acompanhar **pari passu** os recursos que estão indo. Os que lá já estão, estes estão sendo saqueados vergonhosamente.

Era o que eu tinha a dizer.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Eduardo Siqueira, permite-me um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Eu já concluí, mas V. Ex^a pode usar da palavra.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Como aparte a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Eu ouvi atentamente a explanação de V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos, que não deixa dúvida que V. Ex^a, na forma apresentada, abre mão da sua imunidade. Somos solidários à denúncia que V. Ex^a vem fazendo, que não é de hoje – é importante que se diga. Já vem fazendo há algum tempo, e isso em defesa do seu Estado, o Estado de Tocantins. Assim, quero fazer um apelo a V. Ex^a – e aí me coloco como seu parceiro – no sentido de que a verificação de **quorum** possa ser feita no momento da votação do projeto de Tocantins para que não se prejudiquem os outros Estados que estão também pleiteando empréstimo, como é o caso do meu Estado, o Estado do Pará, do Estado do Ceará, do Estado da Bahia. Todos nós, pelo menos o meu Líder Arthur Virgílio também apoiaria a verificação de **quorum**, no caso de votação do Estado de Tocantins, votaríamos, se fizéssemos um acordo, as medidas provisórias, os outros empréstimos e faríamos a verificação de **quorum** na ocasião da votação do Estado de Tocantins. V. Ex^a já deu testemunho da necessidade de que, em defesa dos interesses do Estado, ele não seja aprovado. É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, devo apenas dizer – e a Mesa poderia responder – que a votação foi encerrada, que foi constatada a inexistência de **quorum** e que o painel já voltou à condição natural.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A votação está encerrada e, tão logo o Senador acabe a sua intervenção, encerrarei a Ordem do Dia.

Estão inscritos o Senador Ramez Tebet, o Senador José Agripino, o Senador Romero Jucá, que invoca o art. 14, e a Senadora Heloísa Helena.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e aguardarei as providências que, tenho certeza, V. Ex^a irá tomar.

Sr. Presidente, deixo claro que eu não preciso receber solicitação nem apelo de nenhum integrante desta Casa quando se tratar do interesse de Tocantins, até pela minha origem, pelo meu sangue e pela minha vida inteira dentro deste plenário e dentro daquele Estado. O que eu quero, na verdade, é apenas o acompanhamento e a fiscalização para que se estanque, de uma vez por todas, o dreno dos recursos públicos.

A matéria é vencida para hoje, mas teremos o dia de amanhã, a segunda-feira e a terça-feira para votá-la. Isso não me causa a menor preocupação. Quero apenas que esta Casa acompanhe a situação e que eu possa merecer dela o respeito com relação às minhas ponderações.

Quero que me escute, mais uma vez, o Governador: crie coragem, Governador! A sua dignidade está em jogo! Faça os processos que estou lhe pedindo para que possamos, no Judiciário, mostrar o tamanho do prejuízo que o seu Governo está dando ao meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa encaminhará, juntamente com o Corregedor da Casa, Senador Romeu Tuma, todas as providências cabíveis solicitadas por V. Ex^a.

Está encerrada a Ordem do Dia. Em consequência, os itens da pauta ficam sobrestados.

São os seguintes os itens sobrestados:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica.

3

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006, e estende a todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social o mesmo percentual aplicado ao salário mínimo; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, de 2006

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, de 2006

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinqüenta e oito reais, para os fins que especifica.

6

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 77/99 e 28/2000)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória à programação constante da lei orçamentária anual*.

Pareceres sob nºs 103, de 2004, e 443, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges – 1º pronunciamento (sobre as Propostas): favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003, que tramitam em conjunto; 2º pronunciamento (sobre as Emen-

das nºs 1 a 4, de Plenário): pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3, na forma de subemendas que apresenta, e da Emenda nº 4.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 77, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22/2000 e 28/2000)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.*

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida, tendo em vista a não realização da Ordem do dia naquela data.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77/2000 e 28/2000)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal. (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais)*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Regulação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Álvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de de-*

zembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49 DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida*.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação*.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2006, da Comissão de Educação, Relator Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude*.

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista*.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira*.

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2006 (nº 3.952/2004, na Casa de origem), que *estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*.

Parecer favorável, sob nº 664, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente

menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 — COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.*

Parecer favorável, sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma do art. 14, com a aquiescência do Senador Ramez Tebet, o primeiro orador inscrito, seguido do Senador Arthur Virgílio, do Senador José Agripino e da Senadora Heloísa Helena, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Serei muito rápido, Sr. Presidente; falarei pelo art. 14.

A Senadora Heloísa Helena fez uma colocação que considero importante sobre a posição do Governo quanto à formalização dos contratos até a próxima semana. Quero aqui marcar a posição do Governo.

O Governo tentou fazer o entendimento de todas as formas e participará de qualquer entendimento futuro que venha a possibilitar a votação desses empréstimos. Naquilo que estiver dentro da lei e nos procedimentos que estiverem corretos, o Governo ensejará esforços para garanti-los e assinar dentro do prazo o que for possível. Não me comprometo com o que estiver fora dos procedimentos, mas, no que estiver dentro dos procedimentos, o Governo irá tomar todas as providências para executar os contratos.

O Governo não tem posicionamento contra nenhum desses contratos ou financiamentos. Dou um exemplo: sou Líder do Governo, concorro, no meu Estado, contra o Governador. Ontem, esse Governador que será meu adversário assinou contrato de 77 milhões de reais com a Caixa Econômica Federal e tendo o meu apoio. Assim, não há posicionamento do Governo contra qualquer contrato e procedimento. Qualquer entendimento feito aqui para se votar antes de terça-feira terá a participação do Governo. Assim como emitiu parecer favorável a esses contratos, as-

sim como deu andamento a esses contratos, assim como procedeu administrativamente, o Governo sinaliza claramente que é a favor dos contratos e irá assinar aquilo que estiver dentro da lei e de acordo com os procedimentos.

Ensejo que os Estados chequem a documentação, como estão os procedimentos, se existe alguma pendência porque – volto a dizer – o compromisso se dá com o que estiver dentro da lei, da norma e das regras, inclusive para cumprir a legislação eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma sugestão e uma solicitação.

Como em oportunidades anteriores, gostaria de sugerir a V. Ex^a - e consultá-lo se é possível – que deixássemos o painel em aberto, para que amanhã, com o quórum registrado no painel, tentássemos fazer uma nova votação. Amanhã pela manhã, na hora da reunião. Que deixássemos o quórum registrado, tendo em vista o momento excepcional que estamos vivendo: de convenções, de ausências eventuais. Que deixássemos o painel com o registro do momento e que, amanhã, tentássemos a nova votação. Se não tivermos quórum, tentaremos votar na terça-feira mais uma vez. É a sugestão que faço a V. Ex^a, bem como uma solicitação.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sessão pela manhã. Não é isso?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pela manhã. Se o Presidente determinar que a sessão seja pela manhã.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, há concordância com esse procedimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Permita-me, Sr. Presidente, acrescentar a essa sugestão um apelo aos Senadores que porventura tenham deixado Brasília. Se V. Ex^a definir que o horário da sessão será, digamos, amanhã às dez horas, que haja aqui um número suficiente de Senadores, inclusive os da própria Base do Governo. Trata-se da realização de um esforço importante por parte de todos nós. Abraço a sugestão do Senador José Agripino, mas vai demandar o esforço de todos nós.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/ PL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, é sobre a solicitação do Senador José Agripino. Teremos que abrir o painel amanhã para que nos mobilizemos, que venhamos para cá para votar. Não podemos mudar a prática. A luta foi muito grande hoje, Sr. Presidente.

O painel... Não há acordo. Esta Liderança não concorda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a idéia do Senador José Agripino me parece correta, e esta Liderança a apóia.

Em relação aos fatos relatados pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, por todas as razões e até pelo companheirismo, por ser ele um correligionário ilustre do meu Partido, é evidente que merece a nossa solidariedade e merece verificação *in loco* das violências que, certamente com justeza, alega estar sofrendo.

Insisto, Sr. Presidente, porém, em que minha posição de Líder não é de particularizar a questão, é de buscar ver o todo. E o todo me manda prestar atenção no conjunto do País; manda-me prestar atenção nas necessidades do Rio de Janeiro, nas necessidades do Estado do Pará, da Bahia, do Ceará; manda-me lutar para mantermos aqui a praxe que foi a praxe da Casa ao longo desses três anos e meio em que com ela convivo como Senador, a praxe da Casa de não se obstaculizar matérias desse tipo.

Muita coisa do que o Senador disse em seu discurso deve ser mesmo fruto de investigação por parte do Corregedor Romeu Tuma, e tudo o que ele disse merece atenção por parte de todos nós que somos seus colegas, seus amigos, seus admiradores. O Senador se refere a um fato relevantíssimo, ocorrido na Comissão de Fiscalização e Controle. Lá, por iniciativa dos Senadores daquela Comissão, deliberou-se que teria que haver o acompanhamento estrito, passo a passo, pelo Tribunal de Contas da União. E me parece que essa é uma razão a mais para não se obstaculizar empréstimo qualquer.

Entendo todas as preocupações. A corrupção deve ser combatida.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, denunciei um episódio de desvio de recursos no meu Estado: R\$100 milhões na Universidade Estadual do Amazonas. Eu não obstaculizaria empréstimo para o Estado do Amazonas, se aparecesse aqui hoje, até por algumas simples razões: o Governador foi eleito. Quem tem de

tirá-lo, se achar que deve, é o povo. Há Justiça neste País; há Ministério Público neste País; há Tribunal de Contas neste País; há toda uma ordem para se fazer atenção em cima dos deslizes cometidos por agentes públicos. Eu não poderia mesmo era deixar de valer ao Estado do Amazonas com o meu voto em algo que significasse a possibilidade de avanço para o Estado.

O Senador Eduardo Siqueira Campos merece de nós todo o apoio eleitoral, todo o apoio político, todo o apoio moral. Não duvidamos de uma só palavra do que ele disse – de uma só palavra! –, a ponto de eu aqui reforçar tudo o que S. Ex^a acabou de proferir. Que o Senado Federal tome conta mesmo, que a Polícia Federal seja acionada e que acabemos com essa conspiração que ameaça a segurança do Senador. Mas continuo entendendo que não há por que penalizarmos o povo do Ceará; não há por que penalizarmos o povo do Pará; não há por que penalizarmos os Jogos Pan-Americanos – que se sediarão no Rio de Janeiro –, e, por essa via, o País inteiro; não há por que penalizarmos o povo do Bahia; não há por que quebrarmos essa praxe. É confiarmos na Justiça. Fazer o alerta, muito bem. Cabe fazer o alerta: este dinheiro está indo para mãos equivocadas; cabe fazer o alerta: este dinheiro está indo para mãos erradas, para mãos perigosas. Mas não vejo que seja melhor prática a de nós, pura e simplesmente, trancarmos a possibilidade de o dinheiro ser bem aplicado. Eu quero acreditar nas instituições deste País, que funcionam.

Funciona o Congresso, funciona o Executivo, funciona o Legislativo, funciona o Judiciário. Eu quero acreditar que existe um país funcionando, em plena normalidade constitucional.

É por tudo isso que, por um lado, Sr. Presidente, repiso e reafirmo todas as minhas posições anteriores e, por outro, solidarizo-me com o Senador em relação a tudo o que deve estar passando, porque imagino como deve estar sendo dura a sua luta lá e, como companheiro, quero estar a seu lado. Mas insisto em que não é o melhor gesto político o de nós, pura e simplesmente, impedirmos que o Brasil veja vários Estados contemplados com esses empréstimos, que são importantes para o desenvolvimento econômico e social de cada sociedade a ser atingida positivamente. Que a sociedade de Tocantins tenha a seu favor a vigilância indormida – aliás, as outras todas.

Do meu correligionário Lúcio Alcântara, homem que eu sempre conheci como homem de bem, por que não vamos tomar conta? Do Governador da Bahia, Paulo Souto, Governante correto, por que não vamos também tomar conta? Do Prefeito César Maia, homem correto, de bem, por que não vamos tomar conta? Ou seja, todo e qualquer tostão público que se enderece

a toda e qualquer administração deve ser fiscalizado rigorosamente por toda e qualquer instância de fiscalização deste País, Sr. Presidente. Esta, para mim, é a questão fulcral, fundamental.

É por isso que, sem esperança de imaginar que vamos demover quem se disponha a não aceitar a questão aqui formulada pelo Senador José Agripino, faço uma indagação bem prática. Aqui foi levantado, com muita percuciência, pela Senadora Heloísa Helena algo que, momentos antes de S. Ex^a se manifestar, havia sido transmitido a mim e ao Senador Tasso Jereissati pela Assessoria Jurídica da Presidência do nosso Partido. Validade tem para depois que não tem é como se trabalhar, nesse período que nos separa da eleição, qualquer obra nesse sentido.

Então, a pergunta que faço é: se o prazo de noventa dias esgota-se no dia 1^o de outubro, não estaria, na prática, impossibilitado o Governo de atender a demanda que lhe fez o Líder Romero Jucá? Essa é a pergunta bem prática. Que vai ter validade vai, mas a minha pergunta é outra, e eu gostaria de obter respostas bem práticas.

Reconheço as nossas deficiências. Há momentos de vitória, Sr. Presidente, e momentos de derrota. Pode ser que este seja um momento de derrota dos interesses que defendo, dos interesses dos Estados que represento. Como Líder, devo pensar na segurança do Senador Eduardo Siqueira Campos – e penso nela com afeto – e no equilíbrio dos Estados e Municípios que são dirigidos por governantes eleitos pelo meu Partido. Eu, que jamais disse não à prefeita Marta Suplicy; eu, que jamais disse não a qualquer exigência nesse sentido que fosse posta por qualquer adversário nosso.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite fazer apenas uma observação? A questão é mais grave até do que V. Ex^a coloca.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Senador Romero.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a contratação de empréstimos 180 dias antes de acabar o mandato. Isto quer dizer que, não sendo aprovado e contratado agora, não poderá ser contratado até o final do ano. Só poderá ser contratado no próximo ano. Portanto, não é somente a questão eleitoral, mas a questão do não-endividamento, da não-contratação no período de final de mandato.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, qual seria o prazo, Senador Jucá?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – O prazo é dia 3.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT– SP) – Amanhã é o último, na prática?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Não, amanhã é o último dia para a regra eleitoral na questão de convênios. Os 180 dias antes do final do prazo do mandato do governante é dia 3 de julho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E cai num fim de semana, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não. Cai na terça-feira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Terça-feira é, portanto, uma data viável, uma data exequível.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Arthur Virgílio, sendo aprovado dia 3, vai ter que ser publicado, comunicado ao Ministério da Fazenda, providenciar documentos, checar todos procedimentos. Em tese, pode-se assinar o contrato, mas é preciso que esteja tudo o.k.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente. Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente, faz-se a tentativa amanhã. Vejo que se tem um impasse que, a meu ver, não deveria ter sido criado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Sr. Presidente?

Quero ressaltar a responsabilidade, diante do que foi expresso, de que todos nós, às dez horas de amanhã, estejamos aqui, caso V. Ex^a decida pela realização de sessão amanhã às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros PMDB–AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Ramez Tebet, que foi o primeiro a pedir a palavra pela ordem, queria dizer que a idéia do Senador José Agripino é factível – já fizemos isso aqui algumas vezes. No entanto como há uma óbvia objeção do Líder do PL, não vou fazê-lo.

Amanhã, vamos iniciar a sessão e abrir a ordem de presença de cada um das Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Porque é sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, V. Ex^a pode falar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Desculpe-me, Senador Ramez Tebet, querido.

Eu de fato eu sei... É aquela coisa... Estamos sentindo toda a situação aqui. Tive a oportunidade de

acompanhar a dor, o sofrimento do Senador Siqueira Campos. Eu sei disso. E eu sei o quanto ele foi solidário, companheiro meu quando tive um problema grave com o meu filho e eu sei a dor por que ele passou, Senador Ramez Tebet, com o problema gravíssimo da filha dele, com o problema do pai. Então, eu sei que todas essas circunstâncias somadas às disputas políticas locais realmente fazem com que se fique muito constrangido e legitimamente furioso.

Mas eu, mais uma vez, vou fazer um apelo aos dois Parlamentares que eu sei que votaram favoravelmente na Comissão. Desculpe, Sr. Presidente, repetir isto, mas vou fazer um apelo para que possamos fazer a reunião amanhã de manhã – depende de V. Ex^{as}. Eu sei qual é a dor. Várias vezes o Senador falou comigo, eu sei. O Senador João Ribeiro também. Mas quem acabará, de alguma forma, sendo prejudicado é quem não é parte dos ataques que estão sendo promovidos. Nós que estamos de fora, Senador Ramez Tebet, não temos como analisar as coisas, não temos como analisar, não estamos vivenciando a política do Estado, não temos como analisar. Reconhecemos humildemente as nossas dificuldades. Não estamos querendo fazer o apelo demagógico – demagógico seria desconhecer tudo o que os Senadores do Tocantins já aqui tentaram disputar para que seja aprovado.

Mas, mais uma vez eu faço um apelo ao Senador Siqueira Campos e ao Senador João Ribeiro, para que nós possamos fazer isso amanhã. Eu sei que, na terça-feira, como disse o Senador Romero Jucá, pode ser feito. Pode-se fazer uma nova edição do Diário Oficial para que isso seja publicado. Eu sei que tudo isso é possível até terça-feira! Mas a gente sabe também que as condições objetivas de operar isso até terça-feira são muito difíceis. Muito!

Então, o singelo e humilde apelo que faço a V. Ex^{as} é para que concordem que a sessão seja feita amanhã pela manhã. É no sentido de concordarem... Todos nós temos problemas! O Senador Arthur Virgílio tem a convenção dele amanhã. Eu queria muito estar na convenção do meu querido companheiro Edmilson, no Pará. Mas eu ficarei aqui, amanhã de manhã, para que nós possamos votar. Então, o apelo que eu faço, Senador Siqueira Campos, Senador João Ribeiro, é para que possamos fazer essa reunião amanhã pela manhã. Desculpe-me estar sendo repetitiva, Presidente. É porque nós sabemos dos entraves burocráticos, das dificuldades inimagináveis que vão desde a preparação de uma edição específica para publicar no Diário Oficial, dos contratos, da burocracia... É tão difícil, mas vai ficar muito ruim para todos nós se isso não puder ser aprovado amanhã. O apelo que faço é no sentido

de que não são os Senhores que serão responsáveis para dar quorum, pois os responsáveis seremos todos nós conjuntamente. Um apelo só neste sentido: de que possamos fazer a sessão amanhã de manhã.

Desculpe-me, Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – É sempre uma honra, Senadora Heloísa Helena, principalmente porque a questão de ordem levantada por V. Ex^a mais justifica a minha presença nesta tribuna. É que entre os Estados que estão dependendo da aprovação, pelo Senado da República, de um pedido de empréstimo encontra-se o meu, Senador Renan Calheiros, que é governado pelo Partido dos Trabalhadores. José Orcírio Miranda dos Santos é o Governador.

Quero dizer a V. Ex^a e ao Senado da República que não recebi nenhum pedido do Governador para, em nenhum instante sequer, na tramitação deste projeto ou em qualquer outro, procurar viabilizar no Senado da República esse pedido de empréstimo a Mato Grosso do Sul.

Então, diante daquilo que vem sendo debatido e discutido aqui nesta Casa, o meu silêncio poderia dar a entender perante o Estado que tanto defendo, e defendo acima dos partidos políticos, e defendo acima de quaisquer interesses... Quero deixar clara a minha posição: fui o vigésimo terceiro Senador a dar a presença nesta Casa quando foi pedida a verificação de **quorum**, porque entendo que não poderia faltar com o meu Estado, como nunca faltei. Até porque Mato Grosso do Sul – e eu tenho inveja de outros Estados da Federação –, ao longo desses dez anos em que aqui me encontro defendendo os interesses do meu Estado e dos municípios que o compõem, só teve dois pedidos de empréstimos aprovados: um foi aprovado em benefício do Pantanal, do Pantanal Mato-grossense e do Pantanal Sul-mato-grossense, um pedido de US\$400 milhões, que, infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi abandonado. E foi aprovado. Eu carreguei esse projeto embaixo do braço nas Comissões. Trouxe-o para o plenário em regime de urgência, numa fase importante em que esse projeto de defesa do Pantanal representava recursos para serem aplicados no Pantanal, representava auxílio fundamental ao desenvolvimento sustentável de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

Infelizmente, foi um projeto aprovado, mas que caiu no esquecimento. Houve desinteresse por parte do Governo Estadual e do Governo Federal, Sr. Presidente.

Depois houve um outro pedido para terminar a obra da ponte sobre o rio Paraguai, lá na cidade branca de Corumbá. Esses recursos também eram recursos provenientes do Funplata, o mesmo organismo que está disposto a financiar o Estado de Mato Grosso do Sul hoje.

Então, é preciso deixar muito clara a nossa posição, independente do que possa acontecer amanhã, sexta-feira, domingo, segunda-feira ou terça-feira, não sei. Que fique registrado aqui o meu apoio ao empréstimo em favor de Mato Grosso do Sul. Conteí para isso com o apoio de V. Ex^a, Sr. Presidente, com o apoio imprescindível para que esse projeto chegasse ao Plenário, sem que ninguém no Estado me solicitasse isso. Ninguém me tocou no assunto, nenhuma autoridade governamental. E se dirá: “Mas solicitaram aos outros dois Senadores”. Eu não sei, Sr. Presidente, acredito que nem isso foi feito.

Mas acho que tenho uma obrigação a cumprir: defender os interesses de Mato Grosso do Sul, Estado tão necessitado. E fico me perguntando: dou também dou minha solidariedade ao Senador Eduardo Siqueira Campos no aspecto em que se diz ele envolvido no Estado de Tocantins. Merece S. Ex^a toda a consideração do Senado da República. Tenho por S. Ex^a o maior afeto, tenho um sentimento de amizade por ele, que já visitou o meu Estado, no mínimo, por duas vezes pelo que me lembro, dando o seu apoio às nossas pretensões políticas lá. Mas não posso entender porque essa obstrução não foi feita só no projeto de Tocantins. Quer dizer, em outras palavras, por causa de Tocantins outras sete unidades da Federação serão prejudicadas.

Quero dizer ao Senado da República: vamos admitir que esses projetos fossem aprovados hoje. Como não foram, vamos admitir que sejam aprovados amanhã, se eles são objetos de medida provisória, a medida provisória terá que ir à sanção do Presidente da República. Vamos admitir que ele faça isso na mesma hora, tem que publicar no Diário Oficial do dia seguinte; tem que providenciar a elaboração dos respectivos contratos. Então, Sr. Presidente, não será para esse governo. E ainda que fosse para os governos atuais, não se pode, sem dúvida nenhuma, partidizar essa questão.

Quero reafirmar aqui o meu apoio incondicional mesmo à pessoa dos três Senadores do Estado do Tocantins, e muito especialmente àquele que ocupou essa tribuna, o Senador Eduardo Siqueira Campos, pedindo providências à Mesa do Senado da República a respeito do seu problema, do problema que ele, o governador, ou quem quer que seja, tenha procurado

envolvê-lo em qualquer inquérito, seja ele de polícia federal, seja ele de qualquer forma.

Positivamente, Sr. Presidente, para quem corre o risco, como eu, de não poder estar aqui amanhã, de não poder estar na segunda-feira ou na terça-feira, que fique patente minha posição aqui, que todos fiquem conscientes de que nunca neguei apoio a pedido de empréstimo de Estado nenhum e de Município nenhum, muito embora, como salientei aqui, não vi nenhuma pretensão do meu Estado aprovada aqui, nem sequer pelo Presidente da República, e sei que o meu Estado é credor da Presidência da República, do Governo Federal, porque, quando o Estado de Mato Grosso do Sul foi criado, a lei complementar estabeleceu que as dívidas seriam herdadas pelo Governo Federal. E isso não aconteceu. O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul tem direito a receber, e o Senado da República é testemunha disso. Já ocupei esta tribuna de onde estou falando agora – nesta hora em que o Senado tem que demonstrar que é a Casa que representa a Federação brasileira – para defender os interesses do Estado de Mato Grosso do Sul.

Cheguei a afirmar desta tribuna que não sabia compreender, dada a amizade que existe entre o Presidente da República e o Governador do meu Estado, como é que não vinha uma medida provisória para ajudar o meu Estado de Mato Grosso do Sul, que correu o risco de atrasar o pagamento do funcionalismo público. A dívida chegou a 600 milhões e foi baixando e o Governador, segundo consta, concordou em receber R\$80 milhões, mas não saiu essa medida provisória.

Por fim, o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, que já foi Ministro da Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul, tem me recebido e atendido os Municípios do meu Estado e nunca faltou com alguns que estão em andamento lá, mas não chegaram aqui ainda.

Hoje mesmo, falei com o Ministro do Planejamento: “Na próxima reunião do Cofix - órgão ligado ao Ministério do Planejamento que analisa esses pedidos de empréstimo que são bancados com recursos do Funplata -, não se esqueça de incluir os Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.”

Senador Renan Calheiros, então, que fique registrado isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem dúvida.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Mas tem uma coisa também. Eu sou homem que não gosto de injustiça. V. Ex^a me conhece bem e sabe disso. E eu sei o quanto V. Ex^a tem defendido esta Casa. Vou dizer a V. Ex^a, apesar do forte sentimento de justiça que norteou a sugestão do Senador José Agripino: eu acho que V.

Ex^a fez bem. Quem puder comparecer amanhã que compareça, que assuma a sua responsabilidade, mas não V. Ex^a suspender a sessão de um dia para outro se vai haver mesmo pedido de verificação de quórum.

Por fim, não devo deixar esta tribuna sem apresentar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pois não.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Não depende só de V. Ex^a, Sr. Presidente, porque, se dependesse, tenho certeza que as coisas aconteceriam, não é? Que no fundo, no fundo, se não tiver mesmo jeito, vamos fazer um acordo, porque não é possível, Senador Arthur Virgílio; não é possível, Senador Wellington Salgado de Oliveira, V. Ex^a que está me ouvindo com atenção por generosidade; não é possível, Senador Flexa Ribeiro, que tem interesse nesta matéria, com toda a certeza; não é possível o Senado da República passar a imagem de que, por causa de um Estado da Federação, por causa de brigas internas, por causa de questões partidárias, por causa de desavenças, um Estado inviabilize as medidas provisórias que estão aqui para serem aprovadas e que beneficiam outros Estados da Federação; que beneficiam, por exemplo, o Estado do Pará; que beneficiam o meu Estado, que beneficiam a Bahia, que beneficiam mais outras Unidades da Federação. Vamos dar um jeito de fazer um acordo então. Vamos pelo menos votar.

Aí, o Estado do Tocantins vai ter esta compreensão. Que se faça a obstrução; que o Estado do Tocantins use o direito de tentar obstruir a pauta, quando a sua matéria entrar em votação, mas é preciso que haja essa compreensão por parte dos representantes dignos e honrados que o Estado do Tocantins tem nesta Casa.

Vamos aprovar as outras e vamos ficar discutindo, Sr. Presidente, porque estamos em uma Copa do Mundo. Nós queremos sediar uma Copa do Mundo. Desde 1950, não o fazemos. Foi com sangue, suor e lágrimas. Eu fico imaginando o Prefeito e a Governadora do Rio de Janeiro, que têm a responsabilidade com os Jogos Pan-Americanos em 2007. É uma responsabilidade com o mundo, com o mundo! E nós, do Senado da República, em plena Copa do Mundo, não aprovarmos a medida provisória que dá recursos para a realização desses Jogos Pan-Americanos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores?! Eu não posso acreditar nisso! Tenham paciência! Eu não posso.

Eu acho um absurdo. Será que isso terá repercussão internacional, dizer que o Senado da República não quis aprovar? Como se vão realizar os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro? Será que haverá essa pergunta internacionalmente? Não sei. Não sei

se haverá ou não essa pergunta, mas deveríamos estar prontos a respondê-la perante a Nação brasileira, no mínimo. Deveríamos dizer: “Não, esses recursos para o Rio de Janeiro são justos. Não vamos deixar de aprovar esse crédito extraordinário para o Rio de Janeiro, porque é importantíssimo para o bom nome do Brasil perante a comunidade internacional”.

Sr. Presidente, V. Ex^a tem bem defendido o Senado da República. Eu sei que não depende somente de V. Ex^a, mas V. Ex^a há de convencer as Lideranças. Vamos aprovar essa medida provisória. Fica muito ruim se o Senado não fizer isso. Não vamos aprovar hoje, porque hoje essa matéria está ultrapassada, mas vamos aprová-la na primeira oportunidade, porque isso é indispensável – volto a repetir – ao bom nome do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou já conceder a palavra a V. Ex^a, Senador Siqueira Campos. Só vou dar uma comunicação à Casa, mas, com muita gentileza, darei a palavra a V. Ex^a.

Quero comunicar à Casa que, resgatando o compromisso que havíamos assumido, amanhã inauguraremos o sistema audiodigital e textos dos pronunciamentos das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

A partir de amanhã, vamos possibilitar, na página do Senado Federal, em tempo real, **on-line**, a qualquer usuário do Brasil ou de qualquer país que tenha acesso à rede de Internet, os discursos proferidos em plenário e nas comissões pelas Sr^{as} e pelos Srs. Senadores. Portanto, convido a todos para, amanhã, a partir das 15 horas, entregarmos formalmente mais esse serviço.

A sessão está convocada para o horário de sempre às quintas-feiras: 14 horas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Não pode ser pela manhã?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não pode ser pela manhã.

Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria apenas fazer um esclarecimento.

Da maneira como os discursos foram colocados, qualquer Senador que integra esta Casa ou qualquer brasileiro que acompanhe o mínimo da tramitação das matérias no Congresso Nacional sabe que, editada a

medida provisória, o recurso já foi. Isso aconteceu com a Bolívia e com outros empréstimos. Portanto, não há nenhuma chance de se dizer aqui que os Jogos Pan-Americanos não vão acontecer e que todas as outras medidas provisórias que estão na pauta não vão acontecer porque não foram aprovadas.

Diga-se de passagem, Sr. Presidente, que há alguns fatos marcantes: em primeiro lugar, o excesso delas. Nenhum Senador questiona isso. Em segundo lugar, a ausência de quórum, que não é da nossa Bancada, porque ela está aqui. Em terceiro lugar, Sr. Presidente, repito: ninguém avoca para si o direito de defender o Tocantins nesta Casa mais do que eu. Pode-se até dizer igualmente, mas não mais do que eu.

Então, Sr. Presidente, a emenda que fiz está lá. Foi colocada, enquanto estava ocorrendo a discussão, a minha exigência de que olhassem pelo menos de que forma foi feita uma licitação para a utilização desses recursos. Um único lote para sete estradas diferentes, para três pontes, cada uma num canto do Estado, numa demonstração clara do desvio.

Os outros Estados têm alguma coisa a ver com isso? Não. Qual foi a medida que adotei? Que o Tribunal de Contas da União acompanhe e fiscalize cada centavo; que o Coaf possa fiscalizar tudo o que está acontecendo de recursos que são pagos na boca do caixa para empresas que nem sede têm.

Assim, Sr. Presidente, nós não vamos obstaculizar a votação. Que fique claro que o quórum não é um problema nosso. Nós não estamos votando o mérito da proposta, e, no mérito da proposta, pretendo, durante a discussão, oferecer as emendas que julgo cabíveis, dentro do direito que tenho como integrante desta Casa.

Sr. Presidente, vamos deixar claro: a realização da Rio 2007 não está em questão. Os recursos já foram. Medida provisória tem força de lei, e isso o Governo conhece bem! Edita medida provisória à vontade, o recurso vai, depois, se esta Casa não aprova, ele reedita, ou as decorrências da não-aprovação são retidas pela Resolução nº 1 do Congresso Nacional. Portanto, não se alegue prejuízo algum para nenhuma dessas medidas provisórias. Não é esse o nosso objetivo, nem tampouco rejeitar o financiamento para o meu Estado.

Então, vamos deixar as coisas claras aqui, porque, de outra forma, poderia estar aqui se levantando, contra a Bancada do meu Estado, alguma coisa que nós estamos fazendo na legítima defesa dos interesses do nosso Estado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador João Ribeiro, só um minuto, pois o Senador Arthur Virgílio pediu antes. Logo em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de maneira bem objetiva, estamos vendo que é inviável se fazer qualquer votação amanhã. Há compromissos, e um compromisso sério, por exemplo, é se participar de uma convenção partidária que porventura o lança – e é o meu caso – para disputar o Governo do seu Estado. Só faltava não estar eu lá.

E tenho muita esperança de que amazonenses acorram à convenção. Mas digamos que resolvam não ir, é uma hipótese. Mas eu não ir é esdrúxulo. Suponhamos nós que eu não vá e que haja muita gente lá esperando. Realmente, o fato democrático é um fato importante.

Eu me aferro aqui à indagação feita pela Senadora Heloísa e ao compromisso aqui assumido pelo Líder Romero Jucá, que disse que, se até terça-feira a matéria for votada, o Governo cuidaria de viabilizar a parte legal. Essa idéia foi corroborada pelo ilustre Dr. Carreiro, Secretário-Geral da Mesa. Assim, tenho a impressão de que não precisamos fazer nenhuma encenação tentando votar amanhã. Basta marcarmos a votação para a próxima terça-feira, quando o PSDB estará mobilizado e, acredito, os demais Partidos também. Poderemos ver algo cristalino, ou seja, o que pensa a maioria da Casa, o que pensa a maioria dos Senadores.

Sr. Presidente, essa é a sugestão que faço, porque amanhã, sinceramente, não haverá quórum. Terça-feira é o dia; terça-feira é o momento. Se o Governo honrar a sua palavra e se na verdade tem razão a Mesa quando opina que é possível o Governo viabilizar o acordo no qual se empenhou, temos prazo, e a mobilização que faremos é para que se vote essa matéria na terça-feira próxima.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senado terá a obrigação de fazer as votações e, sem dúvida, o Senador Romero Jucá fará cumprir a palavra, assim que o Senado conseguir efetuar a votação.

Depois, o Presidente decidirá se pode colocar a matéria em votação na terça-feira, conforme a solicitação de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Presidente tem de decidir se pode amanhã e terça-feira ou se fica tudo para terça-feira. Amanhã, continuará a Ordem do Dia. Pode ser que não haja votação, mas será mantida a Ordem do Dia de hoje para amanhã e terça-feira também.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, às 20h36min, encerro minha participação no dia de hoje.

Argumentos todos têm, mas algo precisa ficar bem claro. Pergunto por que não pensaram antes? Esta Casa tinha a obrigação de ter resolvido esta questão antes e todas as medidas provisórias. Eu estava e estou aqui todos os dias. Sr. Presidente, se V. Ex^a marcar sessão para o domingo, eu estarei aqui de plantão.

Portanto, que não parem dúvidas sobre isso. O pedido de verificação de quorum é um direito do Parlamentar. Ninguém pode ser crucificado porque pede verificação de quorum. Todos sabemos que há convenção, que há isso, há aquilo. Agora, os representantes dos Estados interessados, quando se trata de empréstimos, deveriam estar presentes, como estão os três Senadores tocantinenses.

Aí, Sr. Presidente, lembro-me de tantas e tantas vezes em que o Governo apelou para a Oposição e esta foi implacável no sentido de não aceitar o apelo e vice-versa. Por exemplo, lembro-me que houve muita obstrução na Comissão de Orçamento. Eu, inclusive, sou sub-Relator de uma área setorial importantíssima. Travei um debate com a ilustre Senadora Lúcia Vânia por noventa dias, Sr. Presidente! Inclusive, retirei o meu parecer no dia em que a Comissão de Orçamento funcionou, no final do ano, aqui no Senado Federal, para atender a um apelo da Oposição. Retirei o meu parecer para discutir, para elucidar todas as questões, para tirar todas as dúvidas.

Sr. Presidente, a decisão do Presidente Renan Calheiros, como disse agora há pouco, deu tempo necessário até para alguém que quisesse vir da Ceilândia, do Gama, do Entorno de Brasília, quem quisesse vir para votar teria tido tempo. A obrigação, o dever do Parlamentar, é estar presente. Cada um assume a responsabilidade. A questão das medidas provisórias não

é argumento. Como disse o Senador Eduardo, medida provisória editada é praticamente fato consumado, dinheiro liberado. Portanto, esse não é o argumento. E as medidas provisórias que trancaram a pauta durante tanto tempo?

Sr. Presidente, por que a Oposição, já que tem tanto interesse, não se sentou à mesa antes para acertar isso? Eu, que participo do Colégio de Líderes, nunca, em momento algum, dei qualquer opinião para obstruir. Pelo contrário. No entanto, vamos respeitar a decisão do Plenário, Sr. Presidente. Se houver no plenário número suficiente e tudo for feito de forma transparente, estaremos aqui para acompanhar, para votar e apresentar emendas – e sou autor de duas.

Fico impressionado, Sr. Presidente. Como eu disse há pouco, com todo o respeito que tenho – e a Mesa, nisso, agiu corretamente –, quando foi lido pela Mesa do Senado o requerimento no qual eu pedia informações ao Ministério da Fazenda e, meia hora depois, a resposta já estava na Mesa do Senado. A resposta já estava pronta, embora fosse uma resposta para tapear, para enrolar, porque não veio resposta nenhuma; foi enrolação e tapeação. Lamento, porque sou um homem que tem apoiado muito este Governo, continuo apoiando-o, e tenho certeza de que isso não foi feito por orientação do Presidente Lula. Mas é lamentável que manobras desse tipo aconteçam. Portanto, que elucidemos bem as questões, conforme disse o Senador Eduardo.

Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa de Tocantins, por causa dessa questão do empréstimo, praticamente cassou o Tribunal de Contas do Estado. O Sr. Governador mandou uma PEC à Assembléia Legislativa que tirava todos os poderes do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, por causa de uma licitação vergonhosa e fraudulenta. Nessa licitação, o preço de um metro quadrado de asfalto no Bico do Papagaio é o mesmo de um metro quadrado de asfalto na região de Gurupi, onde, para se pegar o cascalho para fazer estrada, é preciso andar cem quilômetros, sendo que, na outra região, o cascalho já está na porta. Ainda nem falei da questão das pontes e de tudo o mais.

Essa decisão da Assembléia Legislativa do Estado levou o Tribunal de Contas de Tocantins, por meio da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil, a impetrar uma Adin no Supremo Tribunal Federal, que, por dez a zero, cassou aquela decisão vergonhosa da Assembléia Legislativa do nosso Estado. Um Ministro respeitado do Supremo Tribunal Federal – um decano, por sinal – disse, na hora de proferir o seu voto: “Eu fiquei pensando como é que acontece isso. Cheguei à conclusão de que é um Estado provinciano”.

Então, Sr. Presidente, hoje, não vivemos mais em um País onde as pessoas fazem as coisas na base do “quero, mando e posso”, onde se faz escuta telefônica... Denunciei o caso desta tribuna, e V. Ex^a, como Corregedor desta Casa, ex-Diretor – um dos melhores do Brasil – da Polícia Federal, que é uma instituição respeitadíssima, disse: “Vou tomar as providências como Corregedor”. E sei que as tomou. O caso foi denunciado pela imprensa de Tocantins. Lá, estamos vivendo em um Estado policialesco, Sr. Presidente, onde as pessoas são perseguidas de forma cruel e covarde! Não existem argumentos nem justificativas para esse tipo de atitude.

Sr. Presidente, gostaríamos de votar aqui tudo, tudo. Mas por que só hoje, por que só agora, no final? Por que a Casa não se preocupou com isso antes? Que isso sirva de lição para esta Casa. Se votarmos, que isso sirva de lição. Não podemos apoiar, nem deixar as coisas passarem de hora para depois jogarmos a culpa em quem está no plenário. E quem não veio? Quem não veio é que deveria ser culpado! É o caso da reforma eleitoral. O Congresso Nacional, o Senado Federal tem que ser responsável e definir a legislação eleitoral um ano antes das eleições, para não vivermos este estado de dúvidas, esperando que o TSE tome as decisões e nos dê a posição.

Esta Casa é que faz as leis, Sr. Presidente!

Graças a Deus, tenho meu sexto mandato e vou exercê-lo, com toda a plenitude, até o seu último dia. Mas não vou assumir nenhuma posição que, no futuro, envergonhe a mim, aos meus filhos ou àqueles que quiserem me seguir politicamente – não sei se alguém da minha família vai seguir a carreira política. Não posso é aceitar a pecha de quem, às vezes, pensa que é estrela. Sou, em verdade, um Senador de origem muito humilde, mas que exerce, com toda plenitude, um grande papel como Senador da República. Não estou todo dia na tribuna, Sr. Presidente, mas quando venho é para tratar de coisas sérias. Nunca, em momento algum, deixei de apoiar, de fazer os acordos necessários, volto a repetir.

Sr. Presidente, quem o tempo todo criticou – não vou aqui nominar – foi o setor da Oposição. Por que não votaram as medidas provisórias em tempo? As medidas provisórias ficam aqui dois, três, quatro meses esperando para serem votadas, mas não as votam. Então, não é o Senador João Ribeiro, que nunca deixou de estar aqui. Inclusive, no dia em que eu tinha feito uma cirurgia na boca, fui à Comissão. V. Ex^a estava lá. Naquele dia, Senador Romeu Tuma, eu estava com um atestado do dentista para ficar três dias de cama.

Infelizmente sou diabético e hipertenso. Fiz uma cirurgia, mas fui à Comissão para exercer o meu di-

reito e para mostrar a esta Casa e ao Brasil que as pessoas não podem ficar falando o que querem. Meu nome estava estampado em todos os jornais – como estará amanhã – acusando-me de coisas que não fiz e que jamais farei.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador João Ribeiro, peço um minutinho. Senadora Heloísa Helena, eu gostaria da presença de V. Ex^a só para dar uma informação de agora. O Procurador-Geral da República, Dr. Álvaro Lotufo Manzano, acaba de ir a um telejornal do Estado, da TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo, para informar que encerrou as apurações com relação ao Instituto de Previdência do Estado. Isso é algo, Senadora Heloísa Helena, de um Estado muito pequeno; sagrado para a aposentadoria dos nossos funcionários. Temos muito poucos inativos – Estado novo não tem muitos inativos –, mas temos muitos ativos, ou seja, é um fundo de uma liquidez razoável.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Quinhentos milhões de reais em caixa, Senador.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Quinhentos milhões em caixa. Mas eles conseguiram, retirando do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, onde sempre o Governador José Wilson Siqueira Campos deixou – dinheiro de Previdência dos funcionários é para estar no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, que são bancos oficiais. Esse dinheiro foi parar em outros bancos – não quero nem citar, porque não vou culpar os bancos – e, depois, foi para as corretoras. E eles apontam um desvio de R\$138 milhões! Este é o desvio: R\$138 milhões, com corretoras que já estão citadas lá na CPMI e que foram escolhidas depois de estarem arroladas: Euro DTVM, Senso, Prece, entre outros; o Sr. Roberto Colnaghi estava lá. Aliás, todo mundo que tem algum tipo de confusão neste País está lá no Tocantins, como o Instituto Florestan Fernandes. Fico com pena de dizer isso, porque conheci Florestan Fernandes e sei da dor do seu filho ao ver que o Instituto que leva o nome do seu pai recebeu, sem licitação, apenas R\$3,8 milhões. É pouco! É pouco para qualquer outro Estado, menos para o Tocantins. E o Dr. Álvaro conclui o relatório dizendo que eles repassaram para essas aplicações R\$138 milhões e estão aqui brigando por novos R\$200 milhões. Senador Romeu Tuma, vou encerrar o meu aparte dizendo que pretendo pedir uma comissão da imprensa, desta Casa, do TCU, para que não pare dúvida com relação a nossa intenção sobre a aprovação do empréstimo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, eu pediria que V. Ex^a fosse mais sucinto, pois ainda há oradores inscritos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) –..., mas na certeza do desvio líquido e certo que está ocorrendo. Portanto, não foi ninguém menos do que o Procurador-Geral da República que, agora à noite, revelou à opinião pública do Estado qual a magnitude dos recursos que eles transferiram para essas negociatas descobertas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, que fiscaliza os fundos públicos que vão ao mercado comprar, por um preço bem acima e com vencimento de 45 anos, que é para acabar de vez com o futuro de qualquer funcionário público do meu Estado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Senador Eduardo, incorporo o aparte de V. Ex^a a minha fala e vou concluir, até porque quero cooperar com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – O Senador Romeu Tuma já foi muito complacente com o tempo.

Mas quero dizer, Senador Eduardo Siqueira Campos, que, com relação a esse processo que V. Ex^a citou, no dia em que estive, com um assessor meu, no Ministério da Previdência, um homem sério do Governo Federal, do Ministério da Previdência, pediu para falar a sós comigo. E disse-me ele: “Senador, eu não sei qual será o desdobramento disso, mas isso é um dos maiores escândalos que eu já vi na história do Brasil, uma das maiores vergonhas que eu já vi na história do Brasil”. Foi o que me disse um dos dois homens do Ministério da Previdência. Presidente Romeu Tuma, eu lhes dei toda garantia e disse, inclusive, que não iria à tribuna, que não revelaria nada, mas eles não quiseram passar para mim o resultado da auditoria. Eu só tive conhecimento, depois, pela imprensa. Eles me disseram: “Senador, nós não queremos ser responsabilizados por nenhuma questão política”. O assunto só veio para esta Casa depois que a imprensa publicou, porque eu havia feito um pacto com eles de não revelar.

Eles estavam realmente estarecidos com a vergonha que eles estavam vendo. Corretoras, como o disse o Senador José Eduardo, envolvidas em escândalos os mais vergonhosos. Num dia o título era comprado por R\$1,380. A corretora saía do mercado e o título caía para novecentos e pouco ou R\$1,020. Eles davam um tempo e sacavam mais 40 milhões ou 50 milhões... Aquela outra corretora ia lá e comprava... Quando ela ia voltar para comprar, o título subia para R\$1,380. Quando ele comprava, voltava novamente. Então, o dinheiro saía pelo ralo. Isso vai ser comprado e vai ser uma vergonha muito grande.

Então, Senador, é só para que os brasileiros que estão nos ouvindo saibam o que está acontecendo nesta Casa hoje.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que não aceito a pecha de que nós obstruímos a sessão. Não! Quem obstruiu a sessão, Sr. Presidente, foram aqueles que aqui não estiveram e contribuíram para a falta de quorum nesta Casa. Para votação de medida provisória e matéria com votação nominal tem que haver quorum. Não havia acordo, não foi feito nenhum tipo de acordo.

Portanto, eu estarei aqui amanhã, estarei sexta, sábado, domingo, segunda e terça, pelo tempo que for necessário. As medidas provisórias podem ser votadas na terça, na quarta, não há problema nenhum. Elas não sofrerão nenhum prejuízo, tenho certeza absoluta disso.

Não tenho nada contra os outros Estados, mas o País tem que saber daquilo que está ocorrendo no Tocantins. Por isso a nossa posição, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador João Ribeiro, todos os parlamentares conhecem a decência e a transparência com que V. Ex^a tem trabalhado neste Senado.

Senador Eduardo Siqueira Campos e Senador João Ribeiro, eu só queria dizer que foi com base no Regimento que V. Ex^{as} pediram verificação, e o Presidente teve a cautela de aplicá-lo imediatamente. Então, não há nenhuma queixa com respeito à solicitação de V. Ex^{as} e também com respeito às medidas tomadas pela Mesa. Os apelos feitos são naturais também.

Senador Eduardo Siqueira Campos, quero informar-lhe, como Corregedor, não como Presidente da sessão, que já solicitei as notas taquigráficas do pronunciamento de V. Ex^a. Como é do seu conhecimento, eu me comuniquei com a Polícia Federal à época em que V. Ex^a começou a sofrer essas pressões por matérias inverídicas. Vou repetir a medida solicitada por V. Ex^a amanhã, sem falta, assim que eu receber as notas taquigráficas.

Acompanhei de perto, com muita atenção, o seu depoimento, mas prefiro me basear no documento da transcrição da Taquigrafia para tomar as providências que forem necessárias.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, última oradora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– De fato, não vou mais entrar na polêmica específica de um Estado, mas as últimas informações que o Senador Siqueira acabou de dar são gravíssimas.

Continuo fazendo o apelo, não para hoje, mas para...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Terça-feira.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – ...que se resolva o mais rápido possível. É o apelo que eu fiz ao Governo, até porque, Senador Romeu Tuma, se o Governo quiser garantir essa contratação de crédito externo, ou do Tocantins, ou as três da Bahia, ou as duas do Ceará, ou a do Mato Grosso do Sul, conforme apelo do Senador Ramez Tebet, ou a do Pará, conforme apelo do Senador Flexa Ribeiro, isso vai ser feito. Se o Governo quiser, faz. O Governo faz agilizando a contratação na terça-feira ou alterando o art. 15 da Resolução 43 do Senado, mudando o prazo de 180 dias para 150 dias, como já há matérias nesse sentido na Comissão de Assuntos Econômicos, podendo vir rapidamente ao Senado.

Então, de fato, a aprovação dessas operações de crédito externa e, portanto, dos recursos a serem disponibilizados aos Estados aqui citados tanto pode ser feita pelo compromisso, não **in totum**, claro, como fez aqui o Senador Romero Jucá, no sentido de ajudar, de auxiliar para que seja resolvido o mais rápido possível, como também em relação à alteração da Resolução.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Sr^a Senadora.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra para encerrar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, levarei um minuto, no máximo.

Quero apenas que fique consignado nos Anais da Casa que houve um acordo explícito no Plenário, feito por todos os Líderes, inclusive com o Líder do Governo, e por V. Ex^a, que é também, aqui no Senado, um defensor dos aposentados, para que, no dia em que votarmos os créditos, amanhã ou na terça-feira, – a Senadora Heloísa Helena acompanhou o debate –, votaremos a MP que vai garantir os 16,7% para todos os aposentados e pensionistas.

V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, acompanhou a fala de todos os Líderes. Somente por isso eu retirei o meu nome da verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador, eu queria apenas confirmar o que V. Ex^a disse pelo seguinte: eu não sai do plenário. Eu estava aqui, mas recebi um recado da Secretaria da Liderança do PFL de que deveria me manter em plenário porque havendo um acordo para votar as cinco medidas provisórias e mais os empréstimos dos Estados, sem discussão. Então, muita gente viajou também na certeza de que isso estava resolvido. Não dá para acusar quem está presente e quem não está. É claro que temos de estar firmes aqui, mas com as convenções, com tudo que está ocorrendo, o Parlamentar não tem fôlego para ir à Bahia ou ao Pará e voltar em vinte e quatro horas.

Então, ficou claro, para o meu conhecimento, pelo meu Líder, que havia um acordo e que não deveríamos sair porque iríamos votar as cinco medidas provisórias e os empréstimos. O restante nós iríamos discutir para ver se dava para votar ou não, porque havia 32 itens na pauta, além daquele que o Carreiro preparou para ver se dava tempo, referente a autoridade.

Então, esteja V. Ex^a tranqüilo. Sou sua testemunha, porque recebi, como membro do PFL, da minha Liderança, esse acordo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Juvêncio da Fonseca, Papaléo Paes, João Batista Motta, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, Arthur Virgílio, Romero Jucá e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o Inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Autoritarismo ou democracia?”, de autoria do professor Denis Rosenfield, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 12 de junho deste ano.

O professor, em seu artigo, trata da próxima disputa para a Presidência da República e destaca que “presenciamos o embate entre duas concepções de

Estado e de sociedade: uma, de extrema leniência com a corrupção e com a falta de ética, de aparelhamento partidário do poder de Estado, de ausência de auto-crítica diante de posições que defendia e de posições que pragmaticamente veio a executar; a outra, procurando redesenhar as relações entre a sociedade e o Estado, ciente de que o progresso passa pela renovação das idéias e por novas perspectivas centradas na liberdade de escolha. Lula vê o Brasil para trás; Alckmin, para a frente”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado, na íntegra, como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para comentar a matéria intitulada “Presidente lança obra sem comprar o terreno”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de junho deste ano.

A matéria mostra como a Petrobras está sendo usada como instrumento político pelo atual governo do Partido dos Trabalhadores. Segundo a matéria, “A Petrobras antecipou o lançamento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, região metropolitana do Rio, para permitir a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A estatal nem sequer comprou o terreno onde será instalado o empreendimento”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal e para permitir ao pesquisador do futuro avaliar como o governo petista agiu na corrida contra o calendário eleitoral, uma vez que, a partir do dia 30 de junho, o presidente Lula não poderá mais participar de inaugurações de obras por causa da legislação eleitoral.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Autoritarismo ou democracia?

Denis Lerrer Rosenfield

Vivemos um divisor de águas. Não estamos diante de uma escolha eleitoral qualquer, entre dois fortes candidatos que disputam a Presidência da República segundo a rotatividade de poder própria da democracia. Para além desse exercício regular e salutar de teste diante das urnas, presenciemos o embate entre duas concepções de Estado e de sociedade: uma, de extrema leniência com a corrupção e com a falta de ética, de aparelhamento partidário do poder de Estado, de ausência de autocrítica diante de posições que defendia e de posições que pragmaticamente veio a executar, a outra, procurando redesenhar as relações entre a sociedade e o Estado, ciente de que o progresso passa pela renovação das idéias e por novas perspectivas centradas na liberdade de escolha. Lula vê o Brasil para trás; Aleckmin, para a frente.

Um episódio bastante esclarecedor reside na reação de ambos diante da depredação da Câmara de Deputados por um grupo mais radical dos sem-terra, o MLST, que persegue os mesmos objetivos de sua organização-mãe, o MST, a saber: a implantação no Brasil do socialismo segundo os moldes cubanos ou de "transição para o socialismo" à la Chávez. Se discor-

dam da tática a ser adotada, isso não significa que ambas as organizações não se caracterizem pela mesma luta contra a propriedade privada, a economia de mercado e a democracia representativa. Basta a leitura de documentos dessas organizações, basta escutar as declarações dos seus dirigentes, para que se tenha uma noção clara do que perseguem, despontando, principalmente, esse pouco apreço pelas instituições republicanas e o seu propósito de que o Brasil percorra o caminho do socialismo autoritário. Pode-se compartilhar ou não essas posições, o que não se pode, no entanto, é desconsiderá-las como se não fossem explícitas, pois isso exige somente um mero exercício de leitura, típico daqueles que aprendemos na escola. Os que dizem que essas organizações não perseguem esses objetivos ou agem de má-fé, ou expõem sua própria ignorância. Ou as duas coisas juntas.

A depredação da Câmara dos Deputados, com requintes de violência, foi conduzida por um membro da Executiva do PT, instância máxima do partido. Não se trata de um militante qualquer, mas de alguém encarregado da Secretaria dos Movimentos Sociais. Logo, não se pode dizer que o partido não teve nada que ver com isso ou que aquele petista agiu em caráter pessoal. O argumento é

pueril, próprio de dirigentes que negam a existência do mensalão e são coniventes com a corrupção. É a popularização da conduta de Lula: não vi, não sei. Só falta dizer: logo, não existe. Mais grave, todavia, é o fato de que essa invasão é a culminação de tantas outras ações que contaram, até aqui, com a simpatia, se não com o apoio explícito, do PT e do governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incrá. A lista é longa: invasões de terras, produtivas ou não, ocupação de Assembleias Legislativas, depredação de pedágios, ocupação de ruas e estradas, destruição de centros de pesquisa e de prédios públicos, campanha sistemática contra o agronegócio e, agora, a violência contra a Câmara dos Deputados, símbolo por excelência da democracia. Não se podem confundir deputados corruptos com o Poder Legislativo. Se o fizermos, abriremos grandes portas para pseudo-soluções autoritárias.

O presidente da República já tinha posto o boné dessa organização política e de sua congênere, o MST. Seus dirigentes foram recebidos no Palácio do Planalto com todas as honrarias. A aprovação dos símbolos é reveladora da afinidade entre o governo e esses movimentos ditos sociais. Os seus líderes recebem, pour cause, a denominação de companheiros. Compa-

nheiros de idéias, companheiros de posições, companheiros de jornadas e - por que não? - companheiros de invasões e de desrespeito às instituições democráticas. Enquanto eram apenas os proprietários rurais as vítimas, o governo e o PT aplaudiam. Agora que o próprio Congresso se torna objeto da violência, eles não sabem mais o que fazer com as mãos. Talvez procurem tirar o boné! Para colocá-lo onde?

Aliás, os próprios deputados poderiam aprender também a lição e não mais receber organizações políticas que visam à destruição mesma da democracia, que agem contra o Estado de Direito. Os dirigentes do MST e de organizações afins se acostumaram com os tapetes do poder, transitando livremente no Palácio do Planalto e no Congresso, antes, durante e depois de suas ações de invasão de propriedades. Sempre agiram à margem da lei e foram muito bem recebidos por aqueles que deveriam ser os seus guardiães. Compactuar com isso significa compactuar

Se a "causa" prima sobre as liberdades, estas, em pouco tempo, desaparecerão do horizonte. A escolha se impõe entre uma sociedade democrática e uma que se baseia na sua abolição, por mais charmoso que seja o seu nome.

Aleckmin, por sua vez, soube marcar adequadamente que um Estado sem autoridade se torna um Estado refém de grupos, movimentos e corporações que têm como traço comum o uso da violência e o desprezo ao Estado de Direito. A autoridade estatal se exerce em defesa das instituições, em defesa das leis e, mais genericamente, em defesa dos cidadãos, que têm, assim, asseguradas as suas condições mesmas de uma existência livre. Ser democrata significa defender a democracia, significa assumir a autoridade própria de um Estado que não se deixa arrastar para a anarquia. Ser democrata significa defender as instituições republicanas, não tendo nenhuma leniência com ações que atentem contra o Estado de Direito. Ser democrata significa defender as liberdades, significa ter tolerância zero contra qualquer ação que se faça ao arripio da lei. ■

Denis Lerrer Rosenfield
é professor de Filosofia
na UFRGS. E-mail:
denisrosenfield@terra.com.br

**Lula vê o Brasil
para trás;
Aleckmin, para
a frente**

com a violência, diga-se ela ou não servidora de uma "causa".

Presidente lança obra sem comprar o terreno

Na corrida contra calendário eleitoral, Lula volta hoje ao Rio

Nicola Pamplona

RIO

A Petrobrás antecipou o lançamento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, região metropolitana do Rio, para permitir a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A estatal nem sequer comprou o terreno onde será instalado o empreendimento, de US\$ 3,5 bilhões, mas convocou para hoje o lançamento da pedra fundamental do projeto, com participação de Lula, que, a partir do dia 30, não poderá mais participar de inaugurações de obras por causa da legislação eleitoral.

A cerimônia será realizada em uma localidade chamada Porto das Caixas, próxima do local onde será instalado o pólo petroquímico. Segundo fontes ligadas ao projeto, a estatal já definiu onde vai instalar a obra, uma área de 20 milhões de metros quadrados ao norte da cidade, mas ainda não conseguiu adquirir os terrenos, que podem ser desapropriados pelo governo do Estado para facilitar a transferência à companhia. Questões como licenciamento ambiental e suprimento de água também

estariam em aberto.

Outro evento, também com participação de Lula, está agendado para o Clube Mauá, em São Gonçalo, que sediará uma unidade do pólo petroquímico, responsável pelo bombeamento da produção até o terminal marítimo da Ilha Redonda, na Baía de Guanabara. No fim da tarde, o presidente segue para Nova Iguaçu, onde participa da formatura dos alunos do Mova-Brasil, programa de alfabetiza-

A partir do dia 30, ele não poderá mais participar de inaugurações

ção de adultos.

É a segunda vez, em menos de uma semana, que o presidente participa de inaugurações no Rio. Na sexta-feira, ele esteve na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para lançar o programa Procaminhoneiro, e em Paracambi, na Baixada Fluminense, inaugurando uma escola técnica. A agenda ainda previa outra inauguração, em Rea-

lengo, zona oeste da capital, cancelada por falta de tempo. No sábado, Lula foi a Vitória com a Petrobrás para lançar as obras do Gasoduto Cacimbas-Vitória.

Representantes da oposição vêm na agenda do presidente a busca pela maior exposição possível antes do dia 30. Depois, já candidato oficial à reeleição, Lula não poderá mais participar de inaugurações. "A Petrobrás está sendo usada como instrumento político", acusa um representante do governo do Rio. De fato, nos últimos meses, o presidente foi convidado pela estatal para cerimônias em Manaus e no Rio Grande do Norte, para lançar as obras do Gasoduto Coari-Manaus e inaugurar uma fábrica de biodiesel, respectivamente.

Além disso, inaugurou duas vezes a plataforma de produção de petróleo P-50 – a primeira, quando a embarcação chegou ao estaleiro Mauá, em Niterói, e a segunda quando começou a operar, na Baía de Campos. A plataforma é apontada como símbolo da auto-suficiência nacional na produção de petróleo, uma das conquistas citadas repetidamente por Lula em discursos recentes. ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pelo ex-governador de São Paulo e candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, intitulada “É óbvio que Lula sabia”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, em sua edição 11 de junho do corrente.

Na entrevista, Geraldo Alckmin destaca alguns pontos importantes na sua agenda para o crescimento, como o corte de gastos públicos e a redução dos impostos e da taxa de juros. Destaca, ainda, que o presidente Lula tinha conhecimento de tudo o que

ocorreu em seu governo, inclusive em relação à crise do mensalão.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA // GERALDO ALCKMIN

TUCANO CRITICA LULA E PROMETE CRESCIMENTO

JOSEMAR GIMENEZ, OSWALDO BUARIM, DENISE ROTHENBURG E LUIZ CARLOS AZEVEDO DA EQUIPE DO CORREIO

O ex-governador paulista Geraldo Alckmin terá sua candidatura à Presidência da República ratificada hoje, em Belo Horizonte, na convenção do PSDB. Nesta entrevista exclusiva ao **Correio Braziliense**, o tucano aposta nas alianças

políticas, no trabalho voluntário de militantes de sua campanha e no horário eleitoral de TV para crescer e derrotar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Acho que vamos ter um mutirão cívico no Brasil, uma ira santa. Há uma indignação popular. Alá, Brasília me chama a atenção. Eu ando na rua e, olha, é impressionante. O povo está com raiva do que vem acontecendo no Brasil. Vamos ter um trabalho voluntário gigantesco no país inteiro, de pessoas

que a gente nem conhece”, avalia.

Alckmin promete cortar gastos públicos, reduzir impostos e baixar a taxa de juros para colocar o país na rota de um crescimento econômico maior. Diz que o presidente Lula tinha conhecimento de tudo o que ocorreu em seu governo, inclusive em relação à crise do mensalão. E rebate as críticas ao seu estilo franciscano de fazer campanha. A seguir, os principais trechos da entrevista.

“É ÓBVIO QUE LULA SABIA”

Como o senhor pretende fazer sua campanha para a base e os aliados? Por exemplo, Jarbas Vasconcelos não compareceu ao encontro em Pernambuco. Como convencer os que o senhor é o melhor candidato?

A campanha propriamente dita começa dia 5 de julho. Até lá, é ilegal fazer campanha eleitoral. Segundo, é uma leitura equivocada achar que todas as lideranças precisam ir em todos os eventos. Não existe isso. Estavam em Pernambuco as lideranças todas da região. Tinha uma leitura que o PMDB iria ficar com o PT. Não vai. A maioria do PMDB vai ficar conosco. Nós temos, em Pernambuco, o melhor palanque. PSDB, PFL, PMDB e PPS.

O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, tem dito que o índice de popularidade dele, 72%, não é suficiente para transferir, que isso depende muito do candidato. O senhor concorda?

— Mas é óbvio. A campanha tem três fases importantes: a primeira é essa, que exige uma enorme paciência, que é a engenharia política. Acho que correu bem. A segunda, é o trabalho voluntário. Acho que vamos ter um mutirão cívico no Brasil, uma ira santa. Há uma indignação popular. Alá, Brasília me chama atenção. Eu ando na rua e, olha, é impressionante. O povo está com raiva do que vem acontecendo no Brasil. Vamos ter um trabalho voluntário no país inteiro gigantesco, de pessoas que a gente nem conhece. E a terceira é a televisão, ou seja, é campanha do candidato falando com o eleitor.

O senhor gosta de fazer uma campanha com pouco gente, franciscana, estilo de prefeito do interior. Mas o fato é que o senhor precisa fazer uma demonstração de força. Como resolver isso? Você não mostra que é candidato rolando com gastão de dinheiro. Quan-

do fu: candidato a governador era a mesma ladainha, a equipe é pequena, falta material e não sei o quê. Tive 59% dos votos. Ou nós aprendemos com o mensalão, com o valerioduto, com caixa 2 ou o Brasil não vai ter um salto de qualidade na sua política. Não quero ser igual aos outros. Eu represento uma nova política.

Os seus aliados têm dito que uma das formas de o senhor conseguir o engajamento político na sua campanha é acabando com a reeleição. Assim, os outros teriam expectativa de poder e trabalhariam pelo senhor...

— Isso é altamente ofensivo aos meus companheiros. É imaginar que as pessoas agem por interesse, que não há espírito público, não há lealdade partidária.

O senhor se considera preparado para um debate com o Lula? Amanhã, se ele quiser.

O que o senhor pensa fazer num debate mais direto? Primeiro, não pretendo fazer ataque. Seria muito pouco. Nossa proposta é de mudança. Pretendemos, nessa campanha, fazê-la em duas etapas: a primeira é mostrar que há uma outra opção. Hoje, 50% do eleitorado não nos conhece. Depois, mostrar que essa opção pode ser melhor para o Brasil. Em que sentido? Do ponto de vista de crescimento econômico, emprego, renda e trabalho. Acho que o Brasil perdeu todas as oportunidades nesses últimos quatro anos, teve uma política fiscal frouxa. Não teve uma medida de contenção de gastos. Pelo contrário. Veja aí a corrupção: tudo isso é preço superinflado.

Mas qual é a agenda da oposição?

A agenda do crescimento. As reformas não saíram do papel. Na questão tributária, não se teve um avanço. Nenhuma mudança para simplificar, para melhorar a questão da eficiência tributária, nada. A questão previdenciária sequer foi regulamentada. A reforma política não saiu do papel. Tivemos quatro anos nos quais o Brasil perdeu oportunidades. E o segundo mandato pode ser pior ainda. Você tem um governo frouxo do ponto de vista ético, ruim de gestão, e o Brasil acaba tendo um crescimento pífio.

Mas o governo do presidente Lula tem uma boa aprovação. Transfere isso, segundo as pesquisas de opinião, para a reeleição. E o senhor tem as três bordoadas, em três pesquisas seguidas, mostrando que o presidente Lula teria hoje condições de ganhar no primeiro turno. O senhor perdeu espaço inclusive em São Paulo...

Primeiro, o presidente Lula não tem uma boa avaliação. Ele tem 38% de ótimo e bom. Ninguém se reelege com isso. É muito pouco. Eu tinha 69% em São Paulo. Com essa massa de publicidade e propaganda, 38% de ótimo e bom é pouco. Pesquisa nesse momento não representa intenção de voto. Ela reflete o nível de conhecimento. Quando começa a campanha, em alguns dias recuperei uma grande vantagem em São Paulo.

O senhor acha que há tempo, numa campanha curta, para se tornar conhecido por 50% da população?

— Não tenho dúvida. Em São Paulo, na campanha de governador, em 2002, o

Maluf tinha, nessa época, 43% dos votos. As manchetes dos jornais eram: eleição acaba no primeiro turno. Todos nós fomos dados, tínhamos 40%. É um equívoco acreditar em pesquisa a quatro meses da eleição, antes da campanha. E mais: o eleitor é sábio. Vai levar a eleição para o segundo turno para poder ter mais clareza das propostas, ter um debate de mais qualidade. Ele não decide no primeiro turno.

A crise do PT não comprometeu os índices de aprovação do Lula. Ele continua mantendo distância dessa crise. Não ficou claro para o eleitor se ele sabia ou não do mensalão...

Alguém pode acreditar que o governo não sabe o que se passa no governo? É óbvio que Lula sabia! O José Dirceu dizia: só faço o que o presidente manda. Não faço nada que o presidente não manda. Fica muito mal: um presidente que não sabe o que se passa na sala ao lado. Como é que pode governar o país alguém com tal nível de omissão? É muito mal. Uma coisa é popularidade, outra é credibilidade. A popularidade tem volatibilidade.

Todas as vezes que os tucanos tocam nesse assunto, os petistas vêm sempre com a questão das CPIs não instaladas em São Paulo e a história dos vestidos da ex-primeira-dama paulista. O senhor já se preparou para dar uma resposta cabal a essas questões?

Respondo sobre isso todos os dias. Primeiro, a Assembleia Legislativa é autônoma. Ela pode instalar o que ela quiser. CPI não deve ser objeto de luta política. CPI precisa ter fato para ser instalada.

“Fica muito mal: um presidente que não sabe o que se passa na sala ao lado. Como é que pode governar o país alguém com tal nível de omissão? É muito mal”

da. A maioria das CPIs de São Paulo não tem fato. Em relação aos vestidos, sou muito claro: a Maria Lúcia trabalha comigo desde o tempo em que eu era prefeito, há 26 anos, nunca foi funcionária pública. Nunca recebeu um centavo de recurso público. Fez um trabalho extraordinário no fundo social de solidariedade. Foram 9 mil padarias artesanais instaladas. Recebeu os vestidos de um estilista, e falou isso. Usou os vestidos, doou para as santas casas, entidades filantrópicas. Isso não teve nenhuma relação com o governo do estado. Se me perguntar hoje, eu diria até que ela errou. Não devia ter aceito os vestidos, mesmo tendo doado depois. Mas é assim mesmo, vivendo e aprendendo.

O senhor pretende mostrar que parte do que está sendo feito pelo governo na área social é resultado do governo anterior?

A estratégia é falar do projeto nacional de desenvolvimento. Entendo que o Brasil pode mais. Vou cortar gastos, cor-

tar impostos e cortar juros. O Brasil vai crescer para valer, pode escrever. Vamos reduzir a carga tributária, fazer um ajuste fiscal, cortar gastos supérfluos e lutar pelo crescimento.

Como a questão social será abordada na campanha?

A prioridade é o emprego, mas o programa Bolsa Família será mantido. Nós temos rede de proteção social em São Paulo para as famílias mais pobres. Isso nós temos e vamos manter. O Bolsa Família é uma utilidade dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale-Gás, mudou de nome, mas é o mesmo programa. E nós vamos manter. Mas essa não é a questão central, que é como o Brasil diminui a pobreza, a desigualdade. A maneira de fazer isso é crescimento econômico.

É a reeleição?

Essa é uma questão a ser resolvida logo no começo do mandato? Esse é um tema do Congresso. Quatro anos são

mais do que suficientes para se fazer um bom governo. Essa não é uma questão programática. Você tem argumentos a favor e argumentos contra. Nós precisamos ter regras, hoje há um abuso. O candidato Lula faz campanha com dinheiro público. Ele andou 64 mil quilômetros de Airbus, com um Boeing atrás e dois helicópteros esperando. Tem eventos que não tem nada substancial. Perdeu-se todo o critério de razoabilidade, que é um critério jurídico.

O senhor pretende ampliar a coligação PSDB-PFL?

O PPS já declarou apoio. Nós vamos trabalhar para fazer uma coligação. Se depender de nós, vamos ter uma coligação PSDB, PFL e PPS. O PDT lançou candidato próprio. Estando os três coligados, teremos mais possibilidades de apoio, inclusive no PMDB.

Dois palanques no Distrito federal é uma realidade sem retorno, com Abadia e Arruda candidatos?

O ideal é ter um palanque. Reprodu-

zir a aliança do governador Joaquim Roriz, que lhe deu sustentação ao governo. Tenho grande apreço pela governadora Abadia, minha colega de Congresso Nacional, que tem grande espírito público. O governador Joaquim Roriz (PMDB) foi o primeiro governador do país a me dar apoio. E o PFL é nosso aliado. Então, tem ainda tempo para se buscar um entendimento. Temos mais uns dias aí. Vamos aguardar.

O senhor assistiu os atos de barbárie do MLST na Câmara. Em caso de vitória, o senhor teme um recrudescimento de ações dessa natureza?

Nunca enfrentei problemas dessa natureza em São Paulo. Isso só ocorre por falta de autoridade e cumplicidade. Há movimentos que são instrumentalizados e perderam a legitimidade, muito deles mantidos com dinheiro público. É dinheiro desviado, o governo não deveria repassar recursos para esses movimentos que não respeitam a lei.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Banco de Dantas foi cliente de ex-escritório de Thomaz Bastos”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 30 de maio do corrente ano.

A matéria destaca que o banco Opportunity, do empresário Daniel Dantas, contratou o ex-escritório de advocacia do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Destaca, também, que Daniel Dantas contratou advogados ligados ao PT e ao governo, como Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula, e Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, amigo do ex-ministro José Dirceu.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Banco de Dantas foi cliente do ex-escritório de Thomaz Bastos

RUBENS VALENTE
DA REPORTAGEM LOCAL

O banco Opportunity contratou o ex-escritório de advocacia do ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) para atuar em duas causas desde o início do governo Lula.

O escritório Rao, Cavalcanti & Pacheco Advogados acompanhou funcionários do Opportunity em depoimento na Polícia Civil de São Paulo e representou Daniel Dantas, dono do banco, numa queixa judicial contra o jornalista Mino Carta, editor da revista “Carta Capital”.

Há duas semanas, o ministro se reuniu, na casa do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), com Dantas, alvo da Polícia Federal.

Desde 2003, Dantas contratou, por meio da Brasil

Telecom, até o ano passado controlada pelo banco, advogados ligados ao PT e ao governo, como Roberto Teixeira, compadre do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, amigo do ex-ministro José Dirceu.

A procura por esses advogados ocorreu no contexto de um esforço de Dantas para se aproximar do governo.

O escritório Rao, Cavalcanti & Pacheco, de São Paulo, pertenceu a Thomaz Bastos até 31 de dezembro de 2002. O ex-ministro detinha 70% das cotas, que foram adquiridas pelos outros três sócios. Os valores envolvidos não foram divulgados.

“O valor da referida cessão de direitos já foi integralmente quitado”, disse a sócia Dora Cavalcanti Cordani.

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Infiltração e hipocrisia”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 11 de junho do corrente.

O artigo mostra que o governo do PT continua tentando enganar a população e o eleitorado. A articulista lembra que no início do governo, tudo que dava errado era culpa da “herança maldita”. Depois, com o mensalão, o governo tentou emplacar a teoria do “somos todos iguais”. Em seguida, tentou-se a desculpa da “sórdida campanha da oposição de direita, das elites e da imprensa”. Agora,

com o episódio da invasão da Câmara dos Deputados, comandada por um integrante da Executiva nacional do PT, tenta disseminar a tese de que “foram elementos infiltrados da direita”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Infiltração e hipocrisia

BRASÍLIA - Quando alguma coisa dava errado no início do governo Lula (e vivia dando), o pretexto era a “herança maldita”. Apesar disso, Lula surfava justamente na política econômica, no rigor fiscal, nos programas e até nas bolsas isso e aquilo herdados do antecessor.

No meio do governo, quando Roberto Jefferson denunciou o mensalão e pegou o Planalto, o PT e a base aliada de jeito, a desculpa mudou para: “É apenas caixa dois” e “somos todos iguais”.

Quando o tripé do governo caiu (Dirceu, Gushiken e, por fim, Palocci), a culpa foi individualizada. Eles foram massacrados sozinhos, como se não participassem de um partido nem de um projeto de poder nem de um governo.

Mais à frente, quando surgiram as histórias do Lulinha, com a Telemar, e do Okamoto, com as contas de Lula, a explicação, indignada, foi a de que se tratava de uma “sórdida campanha da oposição de direita, das elites e da imprensa”.

Em todos esses momentos, Lula, o chefe, ora se sentia triste, ora indignado, ora irritado, ora “traído”. Nunca condenava ninguém. E jurava que não sabia de nada.

Agora, no fim, quando um integrante da executiva nacional do PT lidera o MLST (financiado indiretamente pelo governo) num ataque de vândalos ao Congresso, tenta-se disseminar a tese de que “foram elementos infiltrados da direita”.

Não bastam as reuniões gravadas, as frases pronunciadas, as providências tomadas, o envolvimento direto do líder do MLST, Bruno Maranhão, com o PT. Nada disso é verdade? Nem cola em Lula?

A se insistir na tese da “infiltração da direita” no quebra-quebra do Congresso Nacional, estarão rindo da nossa cara. E, se boa parcela da população e do eleitorado cair nessa, só haverá uma conclusão possível: uma nuvem de hipocrisia anda anestesiando o país.

elianec@uol.com.br

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “STF abre inquérito para investigar Mentor”, publicada no jornal **O Globo** em sua edição de 17 de junho do corrente.

A matéria mostra que o deputado petista José Mentor, acusado de ter recebido R\$300 mil para não ter seu nome incluído no relatório da CPI do Banestado, será investigado pelo STF para que seja apurado se

o parlamentar cometeu crime contra a administração pública e corrupção passiva.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

STF abre inquérito para investigar Mentor

Petista foi acusado por doleiro de ter recebido R\$ 300 mil para não incluí-lo em relatório da CPI do Banestado

Ilmar Franco

• BRASÍLIA. O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu inquérito para investigar eventual favorecimento a doleiros por parte do então relator da CPI do Banestado, o deputado José Mentor (PT-SP). O inquérito foi aberto no mesmo dia do pedido feito pelo Ministério Público Federal, em 7 de junho.

O doleiro Richard Andrew Otterloo acusa Mentor de ter recebido R\$ 300 mil para que seu nome não fosse incluído no relatório final da CPI do Banestado. O ministro Cezar Peluso determinou que a Polícia Federal realize diligências para apurar se o parlamentar cometeu crime contra a administração pública e corrupção passiva. Peluso, porém, não revelou quais seriam as diligências porque o processo envolve segredo de Justiça. O petista José

Mentor, que é candidato à reeleição para a Câmara, não quis comentar a abertura do inquérito.

Corregedoria também investiga deputado petista

A Corregedoria da Câmara também está investigando o deputado. Mentor deverá prestar esclarecimentos sobre a representação encaminhada pelo procurador-geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo Cesar Rebello Pinho, baseada no depoimento do doleiro. Após as declarações de Richard Andrew Otterloo ao procurador, o parlamentar divulgou uma nota afirmando que não recebeu propina e que não protegeu ninguém na CPI do Banestado. A representação de Rebello Pinho contra o deputado chegou à Mesa da Câmara em abril, na época do julgamento em plenário que absolveu Mentor por envolvimento com o valerioduto. ■



Citado no valerioduto

• Fundador do PT, José Mentor foi acusado de ter recebido R\$ 120 mil do valerioduto, mas não entrou na lista dos 40 denunciados pelo Ministério Público ao Supremo Tribunal Federal. Mentor disse que o dinheiro era o pagamento de consultoria jurídica que deu a empresas de Marcos Valério de Souza e se livrou da cassação. Em 19 de abril, 432 deputados votaram para decidir se Mentor deveria ou não perder o mandato. Com quórum baixo, 241 votaram pela cassação, 16 a menos do que os 257 necessários. Outros 175 deputados votaram a favor de Mentor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, se a educação é prioridade pública, em todo lugar, em todo Estado, como entender que no Amazonas estejam sendo desviadas verbas da Universidade Estadual do Amazonas-UEA para outros fins?

Se a UEA fosse uma Universidade Federal, esses delituosos desvios de verbas seriam suficientes para um caracterizar um escândalo nacional!

A UEA não é federal, mas Educação é! O escândalo é do mesmo tamanho. Por isso, trago ao Senado da República esta denúncia, para mostrar o próprio crime de desviar verbas; e, por essa prática, o descaso do Governo do Estado para com a Educação.

Vamos aos números dessa barbaridade:

Dez empresas. Fundações e projetos de outras áreas do Governo do Amazonas foram premiados com R\$52 milhões de um total de R\$98 milhões, que foram arrecadados e que se destinavam à Universidade do Estado do Amazonas. Isso ocorreu nos dois últimos anos.

Explico: tais recursos são captados de empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus, por meio de benefício fiscal e recolhidos para o fim específico de custear o desenvolvimento de atividades da Universidade estadual.

O escândalo é de pasmar!

Não posso aceitar que o Governo do Estado fique a tungar recursos para a Educação no meu Estado. As verbas são específicas para esse fim, não há como se desculpar por esse crime de lesa-Educação.

A Universidade Estadual do Amazonas tem metas a cumprir e não só em Manaus. Em todo o interior do Estado. Há demandas urgentes, entre outras, nos municípios de Carauari, Eirunepé, Humaitá, Apuí e Manicoré, todos atendidos pela UEA. As atividades nessas áreas estão praticamente paralisadas, por falta de recursos.

Para dar a aparência de legalidade, o Governo Estadual aprovou e sancionou lei que permite a rea-

locação de verbas que excedam as despesas anuais da Universidade.

Não é o caso.

A Universidade Estadual do Amazonas precisa de recursos. E não apenas para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Também para outras ações que desenvolve em todo o Estado.

Denuncio, além dos desvios, o pouco interesse do atual Governo do Amazonas pelo Ensino, pela Educação. Não é concebível falar em verba excedente. Para a Educação, a prioridade deve ser total, a menos que os administradores queiram deixar que essas atividades, voltadas para o ensino das nossas populações, sejam relegadas ao descaso.

A denúncia desses desvios foi publicada pelo jornal *A Crítica*, mostrando em pormenores os valores tungados da UEA, para construtoras, Fundações e para outros projetos do Governo Estadual.

O texto da denúncia vai para os Anais do Senado.

Segundo esse respeitável jornal, o Governador do Estado usa expedientes contrários à Educação, para fins eleiçoeiros. E, como mera e frágil capa de legalidade, o Governador ampara-se na Lei que permitiria ao Governo tungar dinheiros da UEA.

Na Assembléia Legislativa do Amazonas já há fortes reações contrárias a essa prática. O PSDB apóia as manifestações que ora ali estão em curso e dará o apoio necessário para evitar que o Governador siga nessa prática contrária à Educação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Verba da UEA é desviada para outras finalidades

O esquema já possibilitou a transferência de mais de R\$ 98 milhões dos recursos da instituição para outros setores

RAMINHO DO DINHEIRO DESVIADO DAS FINALIDADES DA UEA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAZONAS FONTE: 0116 Contribuição para Ensino Superior Valor Total de Contribuição Recebida: R\$ 156.637.771				UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAZONAS FONTE: 0116 Contribuição para Ensino Superior Valor Total de Contribuição Recebida: R\$ 156.717.737			
FONTE: 0117 CONTRIBUIÇÃO PARA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA ECONÔMICA / Valor Desviado da UEA para este fonte: R\$ 44.015.000				FONTE: 0117 CONTRIBUIÇÃO PARA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA ECONÔMICA / Valor Desviado da UEA para este fonte: R\$ 54.151.000			
FES	FEAS	FEÇA	SEFAZ	FES	FEAS	FECA	SEFAZ
Fundação Estadual de Saúde Valor Recebido R\$ 20.153.538	Fundação Estadual de Assistência Social Valor Recebido e Gasto R\$ 3.025.317	Fundo Estadual de Criança e do Adolescente Valor Recebido: R\$ 429.158	Secretaria de Fazenda Valor Recebido: R\$ 25.462.147	Fundação Estadual de Saúde Valor Recebido R\$ 24.199.350	Fundação Estadual de Assistência Social Valor Recebido e Gasto R\$ 25.711.903	Fundo Estadual de Criança e do Adolescente Valor Recebido R\$ 676.844	Secretaria de Fazenda Valor Recebido: R\$ 9.048.389
SUSAM Secretaria de Estado de Saúde Valor Gasto: R\$ 15.098.378		Custeio e fornecedores Valor Gasto: R\$ 429.158		SUSAM Secretaria de Estado de Saúde Valor Gasto R\$ 2.957.912		Custeio e fornecedores Valor Gasto: R\$ 676.844	
PRINCIPAIS FAVORECIDOS		PRINCIPAIS FAVORECIDOS		PRINCIPAIS FAVORECIDOS		PRINCIPAIS FAVORECIDOS	
IN Descontos e J. Etde R\$ 6.422.854 Unimed - Unimed Mat. Med. R\$ 3.700.000 Unimed - Unimed R\$ 906.729 Unimed - Unimed R\$ 961.224 Unimed - Unimed R\$ 639.433 TOTAL	R\$ 6.422.854 R\$ 3.700.000 R\$ 906.729 R\$ 961.224 R\$ 639.433	Computadora Etam R\$ 8.803.256 Assoc. Amigos de Cultura R\$ 2.900.000 Trabalho Consult. Ind. Com. Ltda R\$ 3.312.765 Fund. de Apoio Inst. Municipal R\$ 910.564 Comp. Base Emp. e Com. de Unif. R\$ 6.517.234 TOTAL	R\$ 8.803.256 R\$ 2.900.000 R\$ 3.312.765 R\$ 910.564 R\$ 6.517.234 R\$ 22.448.819	Associação de M. e Mac. R\$ 1.702.060 Associação de M. e Mac. R\$ 650.652 Associação de M. e Mac. R\$ 191.163 TOTAL	R\$ 1.702.060 R\$ 650.652 R\$ 191.163 R\$ 2.543.875	Inst. Desporto de Des. Atletas R\$ 4.468.073 Sempr. Projeto Cultural R\$ 6.917.400 Wik da Saúde e Co. Ltda R\$ 3.917.293 Fund. Prodepar Co. Ltda R\$ 450.000 Fund. Apoio Inst. Municipal R\$ 2.204.509 Assoc. Amigos de Cultura R\$ 250.000 Associação de M. e Mac. R\$ 500.000 Associação de M. e Mac. R\$ 700.000 Associação de M. e Mac. R\$ 500.000 Associação de M. e Mac. R\$ 500.000 TOTAL	R\$ 4.468.073 R\$ 6.917.400 R\$ 3.917.293 R\$ 450.000 R\$ 2.204.509 R\$ 250.000 R\$ 500.000 R\$ 700.000 R\$ 500.000 R\$ 500.000 R\$ 20.838.777
PRINCIPAIS FAVORECIDOS		PRINCIPAIS FAVORECIDOS		PRINCIPAIS FAVORECIDOS		PRINCIPAIS FAVORECIDOS	
Unimed - Desv. do Anuário (Presidente) R\$ 300.000 Associação de Estudantes R\$ 300.000 Sociedade Amigos de Guimarães R\$ 300.000 Associação de Estudantes R\$ 300.000 Associação de Estudantes R\$ 600.000 Associação de Estudantes R\$ 450.000 TOTAL	R\$ 300.000 R\$ 300.000 R\$ 300.000 R\$ 300.000 R\$ 600.000 R\$ 450.000 R\$ 2.310.000			Associação de M. e Mac. R\$ 4.650.000 Associação de M. e Mac. R\$ 1.475.700 Associação de M. e Mac. R\$ 1.125.000 Associação de M. e Mac. R\$ 925.000 Associação de M. e Mac. R\$ 237.481 Associação de M. e Mac. R\$ 115.977 Associação de M. e Mac. R\$ 1.000.000 Associação de M. e Mac. R\$ 232.617 TOTAL	R\$ 4.650.000 R\$ 1.475.700 R\$ 1.125.000 R\$ 925.000 R\$ 237.481 R\$ 115.977 R\$ 1.000.000 R\$ 232.617 R\$ 9.048.389		

CAAP EM AÇÃO!

O Centro Acadêmico de Administração em nome de todos seus diretores e colaboradores, agradece a participação dos acadêmicos nos eventos, tais como: Seminário de Administração Pública na SUFRAMA, no Curso de Informática, nas palestras no auditório da ESO e na doação de leite a Casa VHIDA. Por isso, o CAAP tem orgulho de representar os universitários de administração pública da Universidade do Estado do Amazonas.

Luiz Frederico Oliveira de Aguiar - *Presidente CAAP*

Raifran Brandão Araújo - *Presidente do DRE / CEST - UEA*
 O desvio de verba pública já caracteriza por si só um crime contra o patrimônio público, a grandiosidade desse desvio ultrapassa todas as fronteiras da irresponsabilidade e do desrespeito com o povo amazonense. A nossa universidade e uma real perspectiva de desenvolvimento sobretudo para o interior, mas sem investimento e com desvio dos recursos ficaremos assistindo aos estrangeiros pesquisarem e levarem as nossas riquezas naturais.

Denísio Araujo - *(Ex- Presidente do DCE UEA)*
 "No estatuto da UEA, existe o artigo sobre o conselho de administração que prevê a participação de membros do setor industrial de Manaus fazendo fiscalização e planejamento das atividades da UEA, mas até então este conselho não foi formado, a partir de agora estes envolvidos deverão trabalhar em conjunto na instalação do conselho".

POLÍTICA



a crítica
MAGALHÃES AVILA
TEL: 3633-1111

807/27/1
A1

CASO UEA

Construtora recebeu R\$ 8,8 milhões

Etam aparece como a empresa que recebeu o maior volume de verba do suposto excedente de recursos da UEA

ARISTIDE FURTADO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

As dez empresas, fundações e projetos do Governo do Estado mais beneficiados com verbas do fundo de manutenção da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) receberam, nos anos de 2004 e 2005, R\$ 52,8 milhões de um total de R\$ 98 milhões arrecadados. Esses recursos são captados de empresas do Polo Industrial de Manaus, por meio de benefício fiscal, e são recolhidos com a justificativa de custear o desenvolvimento das atividades da UEA. Por meio de lei ordinária o Governo Estadual permitiu que o valor que exceda as despesas anuais da instituição seja realocado para outros fins.

A Construtora Etam é a primeira colocada no ranking dos maiores beneficiários com o desvio de finalidade na aplicação desses recursos. A empresa recebeu em 2004 o valor de R\$ 8,8 milhões. O Projeto Cidadão, ação do Governo Estadual, coordenado pela primeira dama Sandra Braga, teve o aporte de R\$ 6,9 milhões em 2005, ocupando a segunda posição no rol de atividades que foram beneficiadas com dinheiro da universidade. O site oficial do Governo informa que o projeto "é um esforço articulado e integrado do Governo do Amazonas e da sociedade em favor da melhoria da qualidade de vida da população em situação de urgência social". O projeto já percorreu vários municípios amazo-



Sindicalistas vão à ALE protestar contra a corrupção. 50 dos deputados estavam presentes na Casa

DESTAQUE

Representação feita pelo deputado Artur Bisneto (PMDB) contra o deputado Nelson Azedo (PMDB), protocolada no dia 7, chegou ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da ALE. O parecer de admissibilidade será entregue à Mesa Diretora, amanhã, segundo o presidente da CCJR, deputado Risonildo Almeida (PTB).

nenses e municípios de Manaus prestando serviços de assistência médica, odontológica, oftálmica, expedição de documentos e outros, sempre aos finais de semana. Os adversários do governador Eduardo Braga (PMDB), como o deputado Lino Chixaro (PPS), acusam-no de tentar angariar votos para sua reeleição com o assistencialismo praticado pelo projeto. A terceira colocada na relação das organizações favoreci-

das com o excedente de recursos da UEA é a Construtora Base, que recebeu R\$ 6,699 milhões, sendo R\$ 6,517 milhões em 2004 e R\$ 181.977 mil em 2005. É seguida de perto pela firma TSN Distribuidora Ltda, que ocupa a quarta posição, com o valor de R\$ 6,622.

A empresa Mapemil Brasil Materias Medicas utilizou R\$5,492 milhões, assim discriminados: 3,700 milhões em 2004 e R\$ 1,792 milhões em 2005.

CONFIRA A LISTA

As dez empresas e fundações que mais receberam recursos da uea em 2004 e 2005

BENEFICIÁRIO	FUNDO	ANO	VALOR
CONSTRUTORA ETAM	UEA	2004	R\$ 8.800.000
PROJETO CIDADÃO	UEA	2005	R\$ 6.900.000
CONSTRUTORA BASE	UEA	2004	R\$ 6.699.000
FUNDACÃO MAPEMIL MATERIAS MEDICAS	UEA	2004	R\$ 5.492.000
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	2004	R\$ 5.492.000
ASSOCIACAO AMERICANA DE MATERIAS MEDICAS	UEA	2004	R\$ 5.492.000
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	2005	R\$ 5.492.000
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	2004	R\$ 5.492.000
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	2004	R\$ 5.492.000
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	2004	R\$ 5.492.000

Legistivo está dividido

O desvio de finalidade de verbas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi o tema central dos debates ontem na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE) e na Câmara Municipal de Manaus (CMM). O deputado Luiz Castro (PPS) afirmou que é dever da ALE investigar as denúncias divulgadas na edição de domingo de A CRÍTICA. Lembrou que existem demandas nos municípios de Caramari, Eirunepé, Irituia, Apuí e Mauicoré que não são atendidas pela UEA sob a alegação de falta de recursos.

O deputado Francisco Bafion defendeu o Governo e disse não haver algum parlamentar a provar que houve desvio na aplicação de recursos excedentes do orçamento da UEA. "Se há desvio, quando existe ilegalidade no ato, isso não acontece porque a aplicação em outras finalidades está prevista em lei", disse Bafion. O presidente da CMM, vereador Marco Antonio Lino (Prota/PMDB) também usou o argumento do amparo legal fixado pela Lei nº 21 para a para de defender a realocação de recursos da UEA.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a saúde, como se costuma dizer, é o bem maior que o indivíduo pode ter. Ela não é somente a condição básica do bem-estar de cada um, mas é também o que lhe possibilita o trabalho, meio, por excelência, da inserção social e econômica das pessoas, o próprio fundamento do progresso de um país. Por isso mesmo, as políticas de saúde figuram entre as mais importantes da área social da administração pública, a exigir políticas sérias e abrangentes.

Vivemos, entretanto, tempos de acentuado realismo orçamentário. Até os países mais desenvolvidos da Europa Ocidental, que já tiveram sistemas públicos de saúde muito avançados e completos, precisaram reduzi-los fortemente, sob a ameaça de os ver tornarem-se de todo insustentáveis. Que dizer, então, de um país pobre e menos desenvolvido socialmente, como o Brasil, que enfrenta, já por duas décadas, uma persistente crise de endividamento? Um sistema integralmente público de saúde se faz impraticável diante de tantas necessidades urgentes de recursos orçamentários para outros setores sociais, como a Educação e a Previdência, para citar dois exemplos.

A necessidade de atendimento da saúde e as restrições orçamentárias levaram o Estado brasileiro à decisão de abrir para a iniciativa privada o setor da assistência à saúde. Como o custo dos tratamentos médicos tende a crescer indefinidamente, em consequência do progresso do conhecimento e das tecnologias de diagnose e terapia, faz-se necessária a estruturação do setor na forma de seguro-saúde. A assistência médica suplementar foi criada especialmente para cobrir essa lacuna entre a demanda por atendimento de saúde e a inviabilidade de sua execução plena pelo Estado.

Ocorre que, dentro do novo quadro institucional do País, como do mundo, marcado pela liberação das atividades econômicas ao capital privado, mas com regulação pelo Estado, foi criada, entre outros desses órgãos de supervisão oficial sobre os mercados, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pela Lei nº 9.961, de 2000. Previamente esse setor, embora ainda sem sua agência, já conhecia alguma regulamentação, estabelecida pela Lei nº 9.658, de 1998.

Como qualquer instituição nova, a regulação tem experimentado, ao longo destes anos, a necessidade de ajustes e correções frente a uma realidade complexa, tanto do lado das demandas sociais quanto do lado financeiro. A história desses ajustes e correções, no que diz respeito ao caso do mercado da saúde suplementar, pode ser entendida a partir da leitura do relatório *Compromissos realizados*, elaborado pela

Diretoria de Desenvolvimento Social (Dides) da ANS, que cobre o período de 2003 a 2006.

Antes de 2003, segundo o relatório, a ANS caracterizava-se pela falta e imprecisão de informações, devidas à insuficiência de sua infra-estrutura telemática. Ao lado disso, um mercado ainda muito reativo à novidade da regulação tendia a omitir ou esconder dados, o que resultava em lapsos de informação, causados também pela precária padronização dos dados. De fato, a própria dinâmica da evolução tecnológica da medicina dificultava a padronização do registro de procedimentos. Como consequência, a atividade de regulação apresentava elevado custo operacional.

Agravava ainda esse quadro o fato de as operadoras de seguro-saúde apresentarem até então a tendência a não reconhecer o compromisso de ressarcir o Sistema Único de Saúde (SUS).

A atual direção da ANS, ao tomar posse e encontrar a situação descrita, assumiu sete compromissos com o desenvolvimento setorial. É sobre esses compromissos, e sua realização, que trata o relatório de cujo conteúdo venho apresentar um resumo às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores.

O primeiro compromisso assumido pela direção da ANS foi o de criar um padrão de trocas de informações entre os prestadores de saúde e as operadoras de planos privados. Para isso, era preciso padronizar antes as informações a serem permutadas, sempre de acordo com as leis e as normas nacionais e tendo por referências as instituições de regulação de outros países com maior experiência, assim como as sociedades científicas e de classe.

O emprego dos termos internacionais utilizados no setor e a participação das instituições interessadas, isto é, do mercado, assegura a transparência e o caráter democrático do processo de elaboração do Padrão TISS, de Troca de Informações em Saúde Suplementar.

O desenvolvimento de ferramentas de informática e de *Internet* para apoiar o mercado, a criação de um Comitê de Padronização de Informações em Saúde Suplementar, também com ampla participação dos atores do mercado, e de uma base de informações que estimule a concorrência, apóie decisões de investimento, reduza assimetrias de informações e permita avaliações tecnicamente avançadas, constituíram outros aspectos da implantação do TISS.

O segundo compromisso assumido foi o de ampliar a base de informações no mercado nacional de saúde suplementar. Essa diretriz implica ações como a diversificação e ampliação do envio de dados das operadoras para a ANS, para suprir lacunas de informações; a adoção de tecnologias de controle do en-

vio de dados, com mecanismos de validação e análise de consistência; o acompanhamento do efeito da ampliação das bases de informação na qualidade dos processos de regulação da ANS; a democratização do fornecimento de informações ao público; o aumento de qualidade e diversidade das informações para o trabalho gerencial da ANS; a agilização do processo de extração de informações dos bancos de dados corporativos e a criação um armazém de dados (DW); e a atualização da tecnologia de cruzamento dos bancos de dados da ANS com os bancos do Ministério da Saúde.

Com essas medidas, o movimento mensal de registro de dados pela ANS passou de 1,5 milhão em 2003 para 10 milhões em cinco meses de 2006; a proporção de acertos nos dados, por sua vez, passou de 68% em 2003 para 87% em 2006.

Quanto ao terceiro compromisso, o de investir em infra-estrutura de informática, o plano da direção da ANS incluía dez pontos: atualizar a configuração e ampliar a quantidade de estações de trabalho, pela aquisição de microcomputadores; ampliar a capacidade de processamento e de armazenamento, com investimento em servidores; aumentar a capacidade de transmissão e de recepção do canal ANS com as operadoras; interligar as regionais da ANS; aumentar a capacidade e qualidade de desenvolvimento de sistemas; criar o armazém de dados (DW); implantar o sistema remoto de suporte técnico atendendo, à sede e a todas as regionais; implantar um sistema de segurança em informação – isto é, um *backup* externo; criar uma área de mapeamento e melhoria de processos na ANS; e adotar o *software* livre em todas as áreas possíveis: servidores, recursos humanos, suporte técnico, **e-learning**, gestão de rede, etc.

Assim, por essa política de renovação da tecnologia informática, dos 43 sistemas implantados até 2002, foram mantidos 23, enquanto novos 63 foram implantados até o ano corrente. A quantidade de *megabytes* recebidos mensalmente pela ANS passou do patamar de 2 mil, em julho de 2003, para 6 mil, em abril de 2006, tendo atingido um pico de 16 mil em janeiro deste ano.

Mas não foi somente a ANS a beneficiada com a inovação dos sistemas de informação. Também a transmissão de dados da Agência para as operadoras cresceu significativamente. Para se ter uma idéia do progresso da circulação de dados, basta dizer que, em dezembro de 2004, mês de pico de transmissão de informações daquele ano, a ANS repassou às operadoras algo na faixa de 12 *megabytes*; no mês de maio de 2005, também mês de pico do ano, foram cerca de 160 *megabytes*; em março de 2006, finalmente, chegou-se à marca de 7,5 mil *megabytes* transmitidos.

O quarto compromisso assumido foi o de estabelecer o ressarcimento ao SUS como estratégia de regulação. As ações nesse sentido incluíam a ampliação da base de cobrança, que até 2003 era reduzida, com vários procedimentos não sendo ressarcidos; a ampliação da capacidade de análise, pois havia um grande estoque de atendimentos identificados impugnados e não analisados, além de serem, até então, lentos e burocráticos os processos de análise; a melhoria das informações que antecedem o processo de cobrança do ressarcimento; a instrução e instauração da legalidade dos processos administrativos das operadoras inadimplentes com o ressarcimento, com notificação ao Cadin; e a dinamização da partilha do ressarcimento ao SUS.

A partir da implementação dessas medidas, ampliou-se a base do ressarcimento em 38,66%, na comparação entre o período de fevereiro de 2001 a janeiro de 2003 e o período de fevereiro de 2003 e janeiro de 2005.

Melhoraram, também, as informações e a qualidade da análise, com um aumento de 154% no número de atendimentos analisados, com grande aumento do rigor, pois os atendimentos deferidos passaram de 65,49% de todos os processo, no primeiro período, para 35,53% no segundo. A produtividade das análises de impugnações foi multiplicada.

Outro aspecto significativo se verificou na melhoria da partilha dos recursos ressarcidos, que passou de 67,6% em 2000 para 97,1% em 2006. A ANS aperfeiçoou sua capacidade de fazer cumprir a lei, notificando ao Cadin a ocorrência de inadimplência de operadoras e atendendo às operadoras em dificuldades com parcelamentos permitidos pela legislação.

O quinto compromisso da atual direção da ANS foi o de estimular a integração do sistema de saúde suplementar com o SUS. Justificam essa iniciativa, em primeiro lugar, o propósito de se obter economia de escala, pois a integração dos setores públicos e suplementar representa um montante de gastos anuais da ordem de 70 bilhões de reais, permite políticas governamentais de compras internacionais e investimento em tecnologia nacional, além de representar interesses comuns que, somados, representam uma economia superior àquela possível pelas partes agindo isoladamente; em segundo lugar, a determinação de reduzir custos administrativos em informação, planejamento e regulação; finalmente, o objetivo maior de racionalizar a incorporação de tecnologias em saúde.

Na elaboração de uma agenda de integração do sistema suplementar ao SUS, a ANS procurou apresentar e debater uma agenda comum de integração com os principais atores da integração, incluindo gestores

do sistema público e da saúde suplementar, usuários do SUS e beneficiários de Planos de Saúde, órgãos de defesa do consumidor e ministério público. Nesse sentido, foram realizados 5 encontros macro-regionais, com intenso debate dos temas selecionados de acordo com os elementos integradores anteriormente identificados. Foi possível, assim, definir uma agenda para desenvolver os temas de consenso. O objetivo, desde o início, era o de implantar e realizar a gestão da agenda no ano de 2006.

O sexto compromisso era de implantar um sistema de informações epidemiológicas. Esse sistema, designado pelo acrônimo Siepe, deverá revelar a situação de saúde da população beneficiária de planos de saúde, subsidiando o planejamento deste mercado e o Sistema Único de Saúde, para que este possa fomentar políticas e estratégias de promoção da saúde. A base de informações epidemiológicas, com a implantação do padrão TISS, permitirá, ainda, conhecer a atenção de saúde praticada no setor, assim como o perfil de morbidade e mortalidade da população beneficiária.

Já estão disponíveis informações inéditas, como resultado da prioridade conferida pela atual administração ao avanço quantitativo e qualitativo da gestão de informações. O cruzamento dos dados dos bancos de beneficiários de planos de saúde com os do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) revelou, pela primeira vez, a mortalidade dessa população.

Outros estudos já estão em curso, incluindo o Sistema de Informações Hospitalares (SIH), o Sistema de Informações de Nascidos Vivos e o Sistema de Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade (APAC).

O sétimo e último compromisso foi o de implantar um sistema de avaliação de tecnologia em saúde por meio de evidências científicas. Com efeito, essa era uma prioridade do mercado, pois as operadoras de planos privados de saúde, por um lado, se ressentem da elevação de custos em decorrência de incorporação de novas tecnologias. Por outro lado, o Ministério Público defende os interesses dos beneficiários de planos de saúde, freqüentemente determinando na Justiça o uso dessas tecnologias.

Por essas razões, o Ministério da Saúde criou a Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde, tendo convocado a ANS para fazer parte do esforço institucionalizado. A par disso, a ANS enfrenta grandes pressões para incorporação de novas tecnologias, como a requisição, por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de uma contrapartida da ANS para responder às questões de registro de novas tecnologias.

A Dides, para fazer frente a todos esses desafios, implantou a Gerência de Avaliação de Tecnologia em Saúde, com os propósitos de estabelecer a metodologia para realização de estudos de ATS; apoiar a construção da Política Nacional de Gestão de Tecnologia em Saúde (CPGT e CITEC) e da Saúde Suplementar, elaborar material sobre ATS a ser disponibilizado na página da ANS na *Internet* e analisar a difusão e uso de tecnologias consideradas de impacto na saúde suplementar.

Diante das realizações, por maiores que tenham sido, resta encarar o futuro. A direção da ANS pretende manter o seu programa de trabalho, com base em compromissos para os próximos anos. Propõe-se, assim, a oferecer sustentabilidade ao investimento que o mercado realizará na implantação do padrão TISS; evoluir para um sistema de informações que capture e valide em tempo real as operações de contratação de planos de saúde e os serviços prestados para atender coberturas; produzir relatórios analíticos para operadoras, prestadores e beneficiários, com o objetivo de reduzir vulnerabilidades e subsidiar o processo de decisão; produzir relatórios analíticos e alertas para as autoridades públicas sobre questões de saúde e doença; produzir e divulgar relatórios que orientem a qualificação da gestão de saúde do mercado de saúde suplementar; produzir e divulgar relatórios de avaliação de tecnologias de saúde em uso e a ser incorporadas ao setor; contribuir com o Ministério da Saúde para a consolidação e transparência das políticas de vigilância da saúde, vigilância sanitária, ciência e tecnologia, informação e saúde, insumos estratégicos entre outros; e promover a agenda de integração ao SUS, implantando novo sistema de ressarcimento.

A regulação, nova forma de atuação do Estado no atendimento às necessidades básicas da população, precisa se aperfeiçoar para se firmar como meio de conciliação dos interesses das partes envolvidas nos contratos de planos de saúde. É a maneira mais efetiva pela qual um Estado moderno pode atuar na garantia da saúde da população, principalmente a de renda média e alta. A atual direção da ANS, consciente dessa obrigação das agências para com a cidadania, traçou metas que vem cumprindo e continuará, por certo, a cumprir.

Os bons resultados da atual gestão da ANS precisam de divulgação maior, sobretudo quando a população se vê bombardeada por algumas notícias ruins a respeito da segurança institucional do País. Muita coisa boa foi e está sendo feita, só não ganha espaço nos noticiários, muitas vezes toldados por interesses pouco legítimos. É por isso que julgo necessário trazer a esta tribuna os dados que acabo de apresentar.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula afirmou ontem, em discurso na 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, que antes dele o “Brasil era uma coisa meio desarranjada”.

Nessa linha obsessiva de denegrir os seus antecessores e se vangloriar de feitos e obras imaginárias, sua excelência em plena campanha pela reeleição, vem recorrendo com mais regularidade ao sofisma e a tergiversação.

No “palanque” de ontem, o Presidente Lula afirmou que recebeu um país desordenado e comparou o país que recebeu com um avião com peças desmontadas: “O Brasil quando nós pegamos era assim”.

Fiel ao estilo delirante o presidente Lula sentenciou: consegui “arrumar a coisa” e hoje o Brasil é outro “de tal ordem que alguns críticos do passado não sabem como explicar como é que a gente resolveu o problema da economia brasileira”.

O teor dessa declaração revela o Presidente Lula delirando, afinal ele afirmou que resolveu o problema da economia brasileira.

O plano real mudou o Brasil, em que pese os desafios do país continuarem imensos. Sem dúvida, o plano real foi o instrumento que tornou possível o ingresso numa era de estabilização.

É inegável que a primeira forma de luta contra a exclusão social consistiu em conseguir a estabilização econômica. em junho de 1994, a inflação estava em 47%, quando foi controlada pelo plano real. em 2001, a média foi de apenas 0,6% ao mês.

Em sã consciência ninguém seria capaz de discordar que a estabilização contribuiu sobremaneira para melhoria das condições de vida da população.

Além de não ser uma conquista de seu governo, a sua gestão usufruiu dos efeitos da estabilização.

No que se refere ao crescimento econômico verificado durante o seu governo, o Brasil **crece abaixo da média** mundial, muito longe dos países em desenvolvimento e somente acima do Haiti na América Latina. devemos destacar o quadro internacional favorável e o crescimento vertiginoso das *commodities* exportadas pelo Brasil.

Durante o seu governo o cenário externo só favoreceu, ao contrário do governo anterior que enfrentou três crises econômicas internacionais de graves proporções: mexicana, asiática e russa, e mesmo assim conseguiu um crescimento econômico médio entre 1995 e 2001 da ordem de 2,9% do PIB (crescimento na média mundial).

A tentativa do Presidente Lula se apresentar no palanque como o pai da estabilização monetária é mais uma apropriação indébita praticada na sua gestão.

A arrecadação de impostos e contribuições continua crescendo e batendo recordes. a receita federal já arrecadou R\$154,34 bilhões nos cinco primeiros meses do ano: um crescimento real (descontada a inflação pelo ipca) de 2,7% em comparação ao mesmo período de 2005.

Em maio, a arrecadação chegou a R\$28,72 bilhões e bateu mais um recorde histórico para o mês, com expansão de 2,82% sobre maio do ano passado.

A última baixa?: o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues pediu demissão hoje.

Era um dos poucos ministros que estava no cargo desde o início do governo. um homem sério, competente mas que foi refém, desde o início, de um governo que tratou a agricultura e o agricultor com desdém e negligência.

A falta de articulação do governo Lula é de tal magnitude, por exemplo, que oito meses após a descoberta de focos de febre aftosa, 58 países ainda mantêm o embargo à importação de carne brasileira.

O governo só conseguiu reverter parcialmente a restrição ao produto imposta por três países.

A suspensão dos embargos à importação de carne brasileira exige uma atuação mais política do que técnica do governo. o ex– Ministro Rodrigues fez a sua parte. mas e o resto do governo?

Sabemos que os “esforços concentrados” do governo são empreendidos no eixo Brasília-Caracas e Brasília-La Paz, sempre privilegiando as decisões do Sr. Hugo Chávez e Evo Morales.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA
Às 15:30 horas

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, de 2006

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinquenta milhões

e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

Parecer sob o nº 778, de 2006-Plen, Relator revisor: Senador Marcelo Crivella, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória e, no mérito, favorável.

Prazo final: 6-7-2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 17, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 9-8-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 18, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006, e estende a todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social o mesmo percentual aplicado ao Salário Mínimo; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.

Relator revisor:

Prazo final: 11-8-2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 21-8-2006

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 23-8-2006

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Consti-*

tuição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2000**

(Votação nominal)

(Tramitando em conjunto

com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória à programação constante da lei orçamentária anual.*

Pareceres sob nºs 103, de 2004, e 443, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges – 1º pronunciamento (sobre as Propostas): favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003, que tramitam em conjunto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário): pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3, na forma de subemendas que apresenta, e da Emenda nº 4.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 77, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.*

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2000**

(Tramitando em conjunto

com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 22, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal.* (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Regulação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Alvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator:

Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.*

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na

Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude.*

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Racialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira.*

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2006 (nº 3.952/2004, na Casa de origem), que *estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.*

Parecer favorável, sob nº 664, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo*

geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 2 minutos.).

Ata da 92ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 29 de Junho De 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Marco Guerra e Paulo Paim

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 29/6/2006 07:41:47 até 29/6/2006 19:25:06

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RO	AMIR LANDO		X	PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X	PSDB	ES	MARCOS GUERRA		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY		X	Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X	PFL	SP	ROMEU TUMA		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X	PTB	DF	VALMIR AMARAL		X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
PSDB	MS	JUVÊNIO DA FONSECA		X					

Compareceram: 36 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2006

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Distrito Federal, com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade do Distrito Federal, abrangendo as cidades-satélites de Sobradinho e Ceilândia.

Art. 2º A universidade terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da universidade, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas em estatuto e nas normas legais pertinentes.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado, ainda, a:

I – transferir saldos orçamentários para a Universidade do Distrito Federal, respeitadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária;

II – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Distrito Federal registra altas taxas de crescimento. Com um crescimento demográfico elevado, Brasília, suas cidades satélites e o Entorno não têm, em alguns quesitos, acompanhado a necessidade de crescimento de uma série de aparelhos de atendimento social, entre eles a presença da universidade pública e gratuita.

No campo educacional, embora apresente uma situação mais que satisfatória no ensino básico, o Distrito Federal se ressentido da falta de oportunidade e de vagas no ensino superior para os jovens interessados

em prosseguir estudos. A progressiva universalização do ensino médio e as crescentes exigências de escolarização emanadas do mercado de trabalho têm aumentado a procura de vagas no ensino superior.

O Distrito Federal conta, além do **campus** central da Universidade de Brasília (UnB), com um Pólo dessa universidade em Planaltina¹, cursos de administração e licenciatura em biologia à distância – em consórcio com outras universidades brasileiras –, uma universidade distrital mantida pelo governo do DF – exclusivamente centrada num curso de medicina² e com pouquíssimos alunos –, e mais de uma centena de entidades privadas. São essas últimas instituições que têm suprido vagas para o ensino superior no DF. Mas, tanto no setor público quanto no privado, a oferta de educação superior, tem-se concentrado na cidade de Brasília.

Os indicadores de acesso ao ensino superior, no Distrito Federal, corroboram a percepção de que a nova universidade é necessária para equacionar o problema afeto à falta de vagas gratuitas. Segundo dados de 2004, cerca de cinqüenta mil estudantes concluíram o ensino médio nas escolas do Distrito Federal e do Entorno. Desses, menos de dois mil conseguiram vaga na única universidade federal local, a UnB. As instituições privadas procuram compensar essa parcela do mercado, oferecendo cursos de maior interesse e aceitação, mas que são acessíveis para poucos. Mesmo com o oferecimento de cotas étnico-raciais (na UnB), do Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), ainda é preciso que o Estado arque com o ônus da educação superior pública no País.

Essa emergência suscitada pelas necessidades locais apresenta-se perfeitamente consentânea com a legislação de regência do ensino superior, pois, nos termos do art. 43, da Lei nº 9.394, de 1998 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação –, figuram como finalidades deste nível de ensino, entre outras, a formação de profissionais em diferentes áreas de conhecimento e o incentivo à pesquisa e à investigação científica, de modo a desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, bem como a prestação de serviços especializados à comunidade.

1 O **campus** UnB-Planaltina teve suas inscrições abertas até o dia 14 de maio de 2006 atendendo estudantes através de um programa de inserção social. São contempladas as escolas de ensino médio nas regiões administrativas de Brazlândia, Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II, no Distrito Federal; Água Fria Goiás, Cabeceiras, Formosa, Planaltina de Goiás, Vila Boa, em Goiás; e da cidade de Buritis, em Minas Gerais. Há vagas para os cursos de bacharelado em Gestão de Agronegócios e para licenciatura em Ensino de Ciências Naturais.

2 A Organização Mundial da Saúde preconiza um número médio de mil habitantes por cada médico. Brasília tem um médico por aproximadamente 350 habitantes, um dos melhores percentuais do País.

A universidade pode, assim, na condição de formadora de profissionais qualificados e de geradora de conhecimento e soluções apropriadas à realidade local, contribuir decisivamente para o desenvolvimento econômico e social da região. Os indicadores locais de acesso ao ensino superior, ao lado da demanda por profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, indicam a necessidade de ampliar o ensino superior público federal no DF.

Com efeito, a interiorização do ensino superior público, pela via de criação de uma universidade nos moldes propostos, pode viabilizar o acesso de estudantes, sobretudo dos mais carentes – da região de Ceilândia e Sobradinho – a educação superior. O benefício social a ser dado a essas comunidades viria suprir o déficit expressivo de vagas na educação superior pública.

Por tudo isso, a iniciativa mostra-se social e economicamente relevante, a merecer acolhida de nossa parte.

Pelos motivos apresentados, conclamamos os colegas Congressistas a apoiarem este projeto de lei.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2006. – Senador **Valmir Amaral**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**CAPÍTULO IV
Da Educação Superior**

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2006

Acrescenta inciso ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu § 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI, no seu **caput**, e dá nova redação a seu § 1º:

“Art. 6º

XI – os integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal.

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V, VI e XI deste artigo terão direito de portar arma de fogo fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, na forma do regulamento, aplicando-se nos casos de armas de fogo de propriedade particular os dispositivos do regulamento desta lei.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento), proíbe, em seu art. 6º, o porte de arma de fogo em todo o Território Nacional, exceto para os casos previstos nos incisos do mesmo dispositivo. Assim, o inciso II, ao fazer referência ao art. 141 da Constituição

Federal, permite o porte de arma de fogo aos integrantes das carreiras das Polícias Cíveis dos Estados.

Ocorre que as Constituições de alguns Estados da federação prevêem carreiras autônomas para seus peritos criminais. É o caso, por exemplo, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul que prevê como órgãos da Segurança Pública, além da Brigada Militar e da Polícia Civil, o Instituto-Geral de Perícias, ao qual incumbe a realização das perícias médico-legais e criminalísticas, bem como os serviços de identificação e o desenvolvimento de estudos e pesquisas em sua área de atuação (art. 136 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul), atividades atribuídas à própria Polícia Civil na maioria dos Estados.

Por essa razão, com o advento do Estatuto do Desarmamento, os peritos criminais desses Estados ficaram em situação de desigualdade em relação àqueles dos demais Estados da federação e isso pelo simples fato de se encontrarem organizados em carreira própria e autônoma em relação às Polícias Cíveis. Urge, assim, regulamentar a permissão do porte de arma de fogo para os integrantes dessas carreiras.

Em resumo, a alteração do dispositivo restabelecerá a igualdade entre os peritos criminais estaduais no que tange à permissão do porte de arma de fogo, uma vez que, se desempenham as mesmas atividades, não se justifica o tratamento diferenciado sob o pretexto de que, em alguns Estados, integram carreira diversa da Polícia Civil.

Sala de Sessões, 29 de junho de 2006. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

.....
Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II – os integrantes de órgãos referidos nos incisos do **caput** do art. 144 da Constituição Federal;

III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei;

IV – os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 250.000 (duzentos e cinquenta

mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço;

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e no art. 52, XIII, da Constituição Federal;

VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI deste artigo terão direito de portar arma de fogo fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, na forma do regulamento, aplicando-se nos casos de armas de fogo de propriedade particular os dispositivos do regulamento desta Lei.

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo dos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI e VII está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do art. 4º, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.

§ 5º Aos residentes em áreas rurais, que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar, será autorizado, na forma prevista no regulamento desta Lei, o porte de arma de fogo na categoria “caçador”.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Os Projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, aviso de Ministro de Estado que passo a ler.

É lido o seguinte:

**AVISO DO
MINISTRO DE ESTADO DE FAZENDA**

– Nº 251/2006, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 342, de 2006, do Senador José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB

– ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista; e*

– **Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2003**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *dispõe sobre o registro dos circos perante o Ministério da Cultura e sobre as medidas de proteção aos animais circenses e dá outras providências.*

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 42, de 2006** (OFS nº 7/2006), que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo com a empresa MLW Intermed Handels – und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits – und Bildungswesens mbH, no valor total de até dezesseis milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2003**, de autoria do Senador Rodolpho

Tourinho, que *altera a redação dos arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e dá outras providências (dispõe sobre a política energética nacional).*

A Comissão Diretora adequou o texto final à Lei Complementar nº 95, de 1998.

O Projeto vai à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o texto final:

**TEXTO FINAL
APROVADO PELA COMISSÃO
DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2003

Altera a redação dos arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXVI:

“Art. 6º

XXVI – Indústria Petroquímica de Primeira e Segunda Geração: conjunto de indústrias que fornecem produtos petroquímicos básicos, a do eteno, do propeno e de resinas termoplásticas.” (NR)

Art. 2º O art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49

d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à Indústria do Petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à Indústria Petroquímica de Primeira e Segunda Geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias;

II –

f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à Indústria do Petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à Indústria Petroquímica de Primeira e

Segunda Geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias.

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 299, de 2006**, que *abre crédito extraordinário em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$925.459.839,00 (novecentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e cinqüenta e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).*

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 299, DE 2006

Publicação no DO	28-6-2006
Emendas	Até 4-7-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	28-6-2006 a 11-7-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	11-7-2006
Prazo na CD	De 12-7-2006 a 8-8-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	8-8-2006
Prazo no SF	9-8-2006 a 22-8-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	22-8-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF pela CD	23-8-2006 a 25-8-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	26-8-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	9-9-2006 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Presidência comunica ao Plenário que foi

autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

**AVISO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Aviso nº 19, de 2006-CN (nº 1.013-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 976, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria no extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina – DER – SC, em face da ocorrência de irregularidades na execução das obras de construção de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR 282-SC – Florianópolis – Divisa com a Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O expediente que acaba de ser lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 779, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Relator: Senador **Ramez Tebet**

I – Relatório

Vem à análise desta Comissão, a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, de autoria do nobre Senador Marco Maciel e outros 43 Senhores Senadores, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

A matéria é justificada pelos seus ilustres autores da seguinte forma:

Temos constatado que, dentre os problemas da eficácia constitucional, no âmbito do processo legisla-

tivo, avulta a difícil deliberação do Congresso Nacional sobre vetos. Trata-se, frise-se, de assunto não adequadamente resolvido sob a égide da Carta de 1988.

Tanto isso é verdade que, sem pretendermos analisar as razões, resta sem deliberação, um grande número de vetos, alguns apostos há vários anos. A nova sistemática restabelece que o veto seja apreciado separadamente, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, não mais, por conseguinte, em sessão conjunta, do Congresso Nacional, tornando assim menos demorada sua apreciação.

A proposição não recebeu emendas.

II – Análise

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também quanto ao seu mérito, nos termos dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, nada temos a objetar, pois entendemos que a proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição, na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa e tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, I §§ 1º, 2º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, §§ 1º e 2º, e art. 373 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF). Também, não incorre na proibição prevista no art. 371 do RISF, em razão de a proposta não visar a alteração de dispositivos sem correlação entre si.

De outra parte, quanto ao mérito, igualmente, manifestamo-nos pela aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição. Efetivamente, a atual sistemática de votação dos vetos em sessão conjunta do Congresso Nacional não apenas não vem se mostrando de difícil aplicação como não se justifica do ponto de vista doutrinário.

O sistema bicameral, na forma como foi adotado no Brasil pela primeira Constituição Republicana, nasceu juntamente com a instituição da Federação. Neste sistema, a Câmara dos Deputados representa o povo e o Senado Federal representa os Estados-membros. Tal distinção é regra dentre os Estados Federais. Ci-

tando o mestre Pinto Ferreira, em seus “Comentários à Constituição Brasileira”,

qualquer que seja a teoria jurídica adotada sobre a natureza dos Estados Federais, é incontestável a existência de duas forças governantes neles distintas, cada uma devendo ter sua representação própria no Parlamento: de uma parte, a população, os indivíduos cidadãos do Estado Federal, e, de outra, as unidades políticas mais ou menos autônomas cuja reunião forma a federação. O Parlamento será então logicamente composto de duas Câmaras, das quais uma representará a população federal, quer dizer, o conjunto dos cidadãos do Estado Federal, e a outra será a representação das unidades políticas autônomas, qualquer que seja o nome que se lhes dê, que forma a federação.

Dentro do princípio acima enunciado, o bom funcionamento e, até mesmo, a própria garantia da perenidade da Federação, cuja existência constituiu-se, sempre, em fundamento basilar e em cláusula pétrea presentes em todas as nossas Constituições Republicanas, salvo na ditatorial de 1937, dependem da atuação de cada uma das Casas que integram o Congresso Nacional, em conformidade com o que representam.

Assim, o bicameralismo não é, nunca, um entrave ao funcionamento do Estado, mas, ao contrário, é uma exigência da sua organização, uma garantia da estabilidade e da permanência das instituições. Ou seja, se o sistema é bicameral, é imprescindível que ele funcione como tal. Isto é, as câmaras devem funcionar de forma independente, cada qual respondendo pelas suas responsabilidades e atribuições próprias. Se fosse para privilegiar o funcionamento conjunto das casas legislativas, melhor seria estabelecer, de vez, o unicameralismo.

O funcionamento separado das casas legislativas é a realidade que encontramos, praticamente, na totalidade dos países bicamerais do mundo e no Brasil, até a Carta de 1967. Como regra, quando o Poder Legislativo é bicameral, as suas Casas se reúnem, tão-somente, em ocasiões solenes ou honoríficas, ou excepcionálíssimas.

É assim na Espanha, onde as Cortes Gerais somente se reúnem em sessão conjunta do Congresso dos Deputados e do Senado para funções não legislativas relativas à Coroa. Na Áustria, o Conselho Nacional e o Conselho Federal se reúnem em Assembléia Federal para dar posse ao Presidente da República

e para deliberar sobre uma declaração de guerra. Na Itália, a Câmara dos Deputados e o Senado da República reúnem-se a delegados regionais para eleger o Presidente da República. Igualmente, a Assembléia Federal suíça, composta do Conselho Nacional e do Conselho dos Estados, reúne-se para escolher o Conselho Federal, que é o titular do Poder Executivo da Confederação Helvética.

Em outros importantes países onde o Poder Legislativo é bicameral, como a França, a Alemanha, a Argentina, a Bélgica, a Holanda, o Reino Unido e os Estados Unidos, a sessão conjunta das casas do parlamento, quando existe, restringe-se, tão-somente, a ocasiões solenes, como a abertura da sessão legislativa ou a posse do Chefe do Estado.

Em alguns países, como a Alemanha e a França, há a possibilidade da reunião de uma comissão mista das casas do parlamento para se tentar chegar a um consenso sobre uma determinada proposição, sobre a qual haja divergências entre elas.

As Constituições brasileiras, até a Carta de 1946 vinham seguindo o mesmo padrão. Na de 1824, a Assembléia Geral do Império somente se reunia em sessão conjunta para a abertura e encerramento da sessão legislativa, com a presença do Imperador e para receber o juramento do Chefe do Estado antes de sua aclamação.

As Cartas de 1891 e 1934 previam a reunião do Congresso Nacional somente para dar posse ao Presidente da República, inexistindo qualquer previsão expressa na de 1937.

Em 1946, incluiu a Lei Maior, além das ocasiões solenes, as hipóteses de reunião conjunta do Congresso Nacional para votar o respectivo regimento comum e para deliberar sobre o veto. Trata-se, aqui, efetivamente, da primeira vez que a Constituição prevê um caso de reunião conjunta para deliberação sobre matéria legislativa.

Essa previsão, desde então, vem sendo mantida em nosso ordenamento constitucional. Trata-se, entretanto, como se viu, de uma exceção, se buscarmos a doutrina, o Direito Comparado ou, mesmo, a nossa História Constitucional.

Ou seja, não há, na verdade, qualquer impedimento para que a votação do veto ocorra como a das demais matérias legislativas, separadamente, em cada casa legislativa. Pelo contrário, isso seria uma decorrência natural do modelo parlamentar adotado pelo Brasil, uma vez que a discussão e votação de

matérias, separadamente, em cada casa do Congresso Nacional são consectárias da Federação e do bicameralismo.

De outra parte, a vigente sistemática de votação dos vetos tem se mostrado totalmente ineficiente. Nos últimos dez anos, o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional 347 vetos totais ou parciais. Desses, apenas 67, ou menos de 20%, foram votados em apenas sete sessões destinadas a esse fim. E, dos 67 vetos votados – dos quais 4 foram rejeitados e 63 mantidos –, 54 foram encaminhados nos anos de 1996, 1997 e 1998. Ou seja, dos 248 vetos encaminhados nesta legislatura e na anterior, não mais do que 13, cerca de 5%, foram votados.

Em dez anos, o Congresso Nacional destinou, para apreciar vetos, três sessões em 1999, uma em 2000, duas em 2004 e duas no ano de 2005.

Certo que o Senado Federal já tentou solucionar esse problema. A eliminação da votação congressual dos vetos consta, dentre várias outras modificações, da Proposta de Emenda à Constituição nº 88, de 1999, cujo primeiro signatário foi o então Senador Lúcio Alcântara, hoje ilustre Governador do Estado do Ceará, que altera os arts. 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição Federal e reduz as hipóteses de Sessão Conjunta do Congresso Nacional.

Essa proposição, aprovada definitivamente por esta Casa, por unanimidade, em 8 de novembro de 2000, foi enviada à Câmara dos Deputados, onde recebeu o nº 296, de 2000, e não teve, ainda, sequer votada a sua admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Assim, parece-nos ser de todo conveniente – apesar de a PEC nº 88, de 1999, estar tramitando na Câmara Baixa –, a aprovação da proposta sob exame, que é mais singela e, em razão disso, pode ter a sua tramitação facilitada naquela Casa, uma vez que urge alterar a sistemática de deliberação sobre vetos.

III – Voto

Com base no exposto, manifesto-me favoravelmente à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 57 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/06/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(A):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Ramez Tebet</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TÔRRES	3-JOSÉ AGRIPINO <i>José Agripino</i>
EDISON LOBÃO <i>Edison</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio</i>	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	1-ANTONIO JOÃO ⁽⁴⁾
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>Fernando Bezerra</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET (Relator)	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-GILVAM BORGES
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 31/05/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT ao PTB.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, conside-

PARECER Nº 1.061, DE 2000
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 88, de 1999.)

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 88, de 1999, que altera os arts. 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição Federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional, com alterações redacionais para adequação à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de novembro de 2000. – José Agripino, Presidente – Jefferson Péres, Relator – Djalma Bessa – Mauro Miranda – Bernardo Cabral – José Eduardo Dutra – Ramez Tebet – Alvaro Dias – Edson Lobão – Sérgio Machado – Moreira Mendes.

ANEXO AO PARECER Nº 1.061 DE 2000

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2000

Altera os arts. 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição Federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 49, 57, 66, 67 e 166 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 49.

“XVIII – elaborar ou reformar, sob a forma de resolução, o Regimento Comum que disporá sobre normas específicas de tramitação das matérias e a criação de serviços comuns às duas Casas.” (AC) *

“Art. 57.

“.....

“§ 3º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:” (NR)

“I – inaugurar a sessão legislativa ordinária;” (NR)

“III – receber o compromisso e dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República;” (NR)

“IV – revogado;”

“V – eleger, no caso do § 1º do art. 81, o Presidente e o Vice-Presidente da República;” (AC)

“VI – promulgar emenda à Constituição;” (AC)

“VII – recepcionar Chefe de Estado estrangeiro.” (AC)

“.....

“Art. 66.

“.....

rando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

“§ 4º Ressalvado o disposto no § 8º, o veto será submetido à Casa iniciadora do projeto e somente poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em escrutínio secreto.” (NR)

“§ 4º-A. Rejeitado na Casa iniciadora, o veto será submetido à outra Casa que o apreciará pelos mesmos trâmites e quórum estabelecidos no § 4º.” (AC)

“§ 5º Rejeitado o veto pelas duas Casas do Congresso

* AC = Acréscimo.

Nacional, será o texto da matéria vetada encaminhado, pelo Presidente da Casa na qual tenha sido concluída a sua deliberação, ao Presidente da República para promulgação.” (NR)

“§ 5º-A. Mantido o veto na Casa iniciadora, será feita comunicação ao Presidente da República e à outra Casa do Congresso Nacional.” (AC)

“§ 6º Revogado.”

“§ 7º Nos casos dos §§ 3º e 5º se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, o Presidente do Senado a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, o Vice-Presidente do Senado deverá fazê-lo.” (NR)

“§ 8º Os vetos que incidirem sobre projeto de conversão de medida provisória em lei e sobre projeto submetido à comissão mista permanente a que se refere o § 1º do art. 166, terão tramitação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.” (AC)

“Art. 67.

“Parágrafo único. A vedação estabelecida neste artigo não se aplica à matéria objeto de veto mantido pelo Congresso Nacional.” (AC)

“Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual, aos créditos adicionais, as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República e os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição terão tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal na forma estabelecida no Regimento Comum.” (NR)

Art. 2º É revogado o inciso V do art. 59 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 780, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, de autoria do Senador João Batista Motta e outros Senhores Senadores, que susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA).

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

De iniciativa dos Senadores Antônio Carlos Magalhães, João Batista Motta, César Borges, Marcos Guerra, Rodolpho Tourinho e Magno Malta, vem ao exame desta Comissão, nos termos do art. 101 do Regimento Interno, o Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006.

O ato administrativo cujos efeitos se pretende sustar é a Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que tem como propósito definir os limites da Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, bem como estabelecer normas específicas de uso e ocupação (art. 1º).

Argumentam os autores da proposição que tal Portaria “está eivada de vícios, violando os preceitos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), bem como princípios constitucionais”.

Além disso, ressalta a justificação do Projeto,

(...) o Presidente do Ibama exorbitou de suas funções ao restringir atividades na zona de amortecimento. O art. 27 da Lei nº 9.985, de 2000, estabelece que tal restrição deve ser definida no Plano de Manejo, a ser elaborado com a participação da população residente, mediante prévia consulta pública, e aprovado pelo Conselho Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), criado pela alínea **b** do inciso V do art. 2º do Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991, cujo Regimento Interno foi aprovado pela Portaria do Ibama nº 216, de 15 de julho de 1994.

Como visto, a referida Autoridade desrespeitou as normas internas do Poder Executivo, bem como deixou de ouvir o Conselho Consultivo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos como determina o art. 20, inciso II, do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, ao instituir a zona de amortecimento.

Por fim, há flagrante violação, também, do art. 49, parágrafo único, da Lei nº 9.985, de 2000, quando os limites da zona de amortecimento invadiram a área urbana.

II – Análise

A competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação executiva é conferida, com exclusividade, ao Congresso Nacional, pelo art. 49, V, da Constituição da República, e sua finalidade se insere não somente no âmbito da concretização do princípio de limitação recíproca dos Poderes, mas também consagra o papel do Parlamento na vigilância da integridade do ordenamento jurídico-constitucional.

No caso dos atos normativos editados pelo Poder Executivo, impõe-se, como regra geral de legitimidade perante o ordenamento, a conformidade ou a compatibilidade do seu conteúdo normativo com as normas jurídicas de hierarquia superior, além, é claro, da observância da estrita competência da autoridade editora. Além disso, a “exorbitância do poder regulamentar”, que faz parte do enunciado normativo do fundamento constitucional de sustação do ato, envolve, também, a nosso ver, aspectos de mérito que possam caracterizar opção político-normativa destituída de razoabilidade ou passível de censura sob o ângulo do desvio de finalidade.

À luz desses preceitos, inafastáveis da perspectiva desta Comissão, afiguram-se procedentes os argumentos de censura que sustentam a proposição sob exame.

Com efeito, resta evidente que o ato incorre em desvio de competência, já que, além de se apoiar em decreto já revogado (Decreto nº 4.756, de 20 de junho de 2003), contraria decreto em vigor (nº 88.218, de 13 de março de 1983), cuja derrogação não se inscreve na competência do Presidente do Ibama. Ademais, há evidente, descolamento de parte da Portaria nº 39, de 2006, do Ibama, em relação aos preceitos da Lei nº 9.985, de 2000 – especialmente no tocante aos critérios de restrição de atividades e à exigência de prévios estudos técnicos e consulta pública.

Assinale-se, ainda, que não pode esta Casa desconsiderar que a expansão da zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos afetará sobremaneira a economia dos residentes no litoral dos Estados da Bahia e do Espírito Santo. Vale lembrar que essas populações sequer foram consultadas pelo órgão ambiental federal, como determina o § 2º do art. 22 da Lei do SNUC.

III – Voto

Em face de todo o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, por considerá-lo consentâneo com os pressupostos e a finalidade normativa da competência conferida ao Congresso Nacional pelo art. 49, V, da Constituição da República.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 328 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/06/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(

PRESIDENTE: <i>[Handwritten Signature]</i>	
RELATOR: <i>[Handwritten Signature]</i> <i>em juízo da Fonseca</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>(Presidente)</i>	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES <i>[Handwritten Signature]</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>[Handwritten Signature]</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>[Handwritten Signature]</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[Handwritten Signature]</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[Handwritten Signature]</i>	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS <i>[Handwritten Signature]</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Handwritten Signature]</i>	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNIO DA FONSECA <i>(Relator)</i>	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Handwritten Signature]</i>	1-ANTONIO JOÃO ⁽⁴⁾
EDUARDO SUPICY <i>[Handwritten Signature]</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>[Handwritten Signature]</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>[Handwritten Signature]</i>	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI <i>[Handwritten Signature]</i>	5-SIBÁ MACHADO <i>[Handwritten Signature]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Handwritten Signature]</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO <i>[Handwritten Signature]</i>	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET <i>[Handwritten Signature]</i>	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-GILVAM BORGES
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 31/05/2006

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB) conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT ao PTB.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do congresso Nacional:

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

IDENTIF.	DATA	SITUAÇÃO	EMENTA
DEC 88.219/1983	06/04/1983	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	CRIA O PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS.

IDENTIF.	DATA	SITUAÇÃO	EMENTA
DEC 78.1991	05/04/1991	REVOGADO	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002

Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências.

II – acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

DECRETO Nº 4.756, DE 20 DE JUNHO DE 2003.

Revogado pelo Decreto nº 5.718, de 2006

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.718, DE 13 DE MARÇO DE 2006

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e dá outras providências.

LEI Nº 9.985, DE 13 DE JULHO DE 2000

Mensagem de veto

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público. (Regulamento)

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo. (Regulamento)

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

§ 3º O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.

Art. 49. A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais.

Parágrafo único. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 780, de 2006**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006**, de autoria do Senador João Batista Motta e outros Srs. Senadores, que *susta os efeitos da Por-*

taria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Há oradores inscritos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comunico à Casa, com tristeza, que a Bancada do Partido dos Trabalhadores e o Bloco de apoio ao Governo estão encaminhando à Mesa requerimento de voto de pesar pelo falecimento do pai dos nossos dois queridos colegas, Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias.

Deixo aqui empenhada nossa total solidariedade, não somente em nome desta Bancada, mas de todas as Senadoras, Senadores e funcionários da Casa, neste momento tão difícil para o Senador Osmar Dias e para o Senador Alvaro Dias.

O voto de pesar que está sendo encaminhado à Mesa foi assinado pelo Líder do Bloco e do Partido dos Trabalhadores.

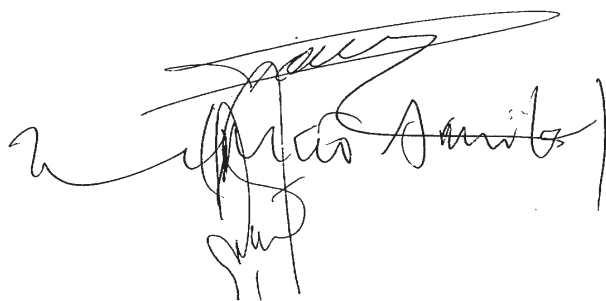
O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa se solidariza e aguarda o requerimento para encaminhá-lo de acordo com o Regimento Interno da Casa.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 720, DE 2006

Nos termos regimentais, requeiro voto de pesar pelo falecimento do Senhor Silvino Dias, pai dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias, solicitando que esta homenagem seja estendida a todos os seus familiares.



O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, do PSDB do Espírito Santo.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicio meu pronunciamento com um voto de condolências à família dos Senadores Alvaro e Osmar Dias.

Alvaro Dias, ex-Governador do Paraná, é um dos Senadores mais atuantes desta Casa e, infelizmente, passa por essa grande dor. Espero que Deus console a todos de sua família.

Sr. Presidente, quero mostrar a esta Casa e àqueles que nos vêem e nos ouvem por meio da **TV Senado** aquilo que podemos chamar de “efeito Varig”.

O Governo desprezou a Varig, abandonou o seu problema e não tem coragem de enfrentá-lo, como não tem coragem de enfrentar problema algum que apareça. O resultado terrível é o seguinte: uma passagem de Brasília para o meu Estado, que, há poucos dias, custava entre R\$200,00 e R\$300,00, hoje, custa R\$1.488,22. Se se quiser viajar para Marabá, no Estado do Pará, do outro lado, gastam-se R\$1.547,00. Isso quer dizer que um cartel está sendo formado. Já não há vagas nos aviões, estão todos superlotados! E a Varig, que contrabalançava esse mercado com a sua concorrência, infelizmente, está, assim como os seus funcionários, em situação delicadíssima.

Enquanto isso, vamos, então, viajar de carro. Só que também nas estradas não se pode trafegar, Presidente Marcos Guerra. As estradas, a cada dia, pioram. A tão propalada recuperação falhou. Não há mais operação tapa-buraco neste País. As estradas estão todas esburacadas, sucateadas; estou me referindo às rodovias federais, que são as principais do País. Mas, se o cidadão tiver coragem de enfrentá-las, há outro problema. Antigamente, havia muitos assaltos à noite. Hoje os assaltos estão ocorrendo à luz do dia! Os brasileiros não têm condições de pegar a estrada, com sua família, para fazer uma viagem. A cada dia que passa, Senador Paulo Paim, as coisas pioram. E quanto às providências? Não há nenhuma.

Sr. Presidente, outro assunto que me chama a atenção e que quero tratar aqui foi veiculado pelo programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo, dia 27, portanto, há três dias: a crise da agricultura na Região Sul do País – tenho, aqui, o DVD no bolso. A reportagem

mostra que, com a falência da agricultura, está ocorrendo demissões nas indústrias de caminhões e tratores do Sul do País; além disso, vê-se o desespero dos metalúrgicos desempregados naquela Região! Um fato lamentável! Alerto à Rede Globo que isso não acontece apenas no Sul do País, não; está generalizado por todo o País! No interior, onde há agricultor, há também a mão maléfica do Governo Federal, há desespero, há dor.

O Ministro demissionário, Roberto Rodrigues, deixou a Pasta apontando o câmbio como o responsável pela sua saída do Ministério, levando a pecha de “Ministro da crise na agricultura”.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim, com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Batista Motta, se V. Ex^a me permitir, vou falar dos três assuntos tratados por V. Ex^a, mas prometo ser breve; sei que o nosso Presidente vai ser tolerante nesta tarde de quinta-feira. Em primeiro lugar, quero dizer que tenho esperança de que a falência da Varig não seja decretada. Ainda ontem, falava com o Presidente da Anac, Sr. Milton Zuanazzi, também gaúcho, que me dizia que a Anac deu sinal verde, dentro da legalidade, com um critério muito rigoroso, para que, efetivamente, o Volo pudesse se apresentar como o futuro comprador da Varig, numa parceria com a VarigLog e com os trabalhadores da Varig, possibilitando que a empresa volte a voar. O Volo, nesses últimos dias, já depositou cerca de US\$20 milhões antecipadamente para que a Varig continue no cumprimento de suas responsabilidades financeiras. O próprio presidente da Varig tem dito que vê com simpatia a proposta do Volo. Por outro lado, é provável que seja aberto novo leilão para que o Volo, inclusive em parceria com o consórcio dos trabalhadores, possa adquirir a Varig. O que queremos é isto: que haja outros acionistas e que ela volte a voar normalmente. Sei também que a BR Distribuidora está garantindo, por um tempo maior, o combustível. Por isso, tenho esperança. Digo sempre que coragem e otimismo caminham juntos, e sei que esta é uma marca de V. Ex^a, que ainda nos dá essa chama de esperança. Que essa chama continue acesa a iluminar os aeroportos e os céus do País, ratificando a expectativa de todos nós. Concordo com V. Ex^a quando afirma que, se a Varig parar de voar, os preços das passagens aéreas vão disparar. Na verdade, disse V. Ex^a, já dispararam!

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – E o povo vai pagar.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – O povo vai pagar. A segunda questão de que trata V. Ex^a, com a qual também estou preocupado – e confesso até já ter marcado uma audiência com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, coisa que raramente faço, mas o fiz devido à gravidade dos fatos; S. Ex^a vai receber grande parte do PIB gaúcho –, é a relacionada ao calçado, ao agronegócio, à metalurgia – até porque também sou metalúrgico e V. Ex^a me deu o gancho – e também às situações de máquinas agrícolas e caminhões, já que está ocorrendo demissões nessa área. Por último, quero dizer que sempre tive e continuo a ter muito respeito pelo Ministro Roberto Rodrigues. Ele foi um grande Ministro. Lamento a saída dele. Todas as vezes que precisei fazer contato com o Ministério, ele sempre me atendeu de pronto. Nunca houve uma única vez em que eu não pudesse falar com o Ministro Roberto Rodrigues. Lamentei muito a saída dele, repito. Tenho a certeza de que o Ministro Roberto Rodrigues sempre estará a serviço do País. Desculpe-me tomar parte do tempo de V. Ex^a, durante este aparte, para fazer uma pequena homenagem ao Ministro Roberto Rodrigues. É que S. Ex^a merece.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senador Paulo Paim, eu conheço V. Ex^a e sei dos seus propósitos, que são os mesmos que os nossos. Nós queremos o bem deste País; não queremos o mal do Presidente Lula e sequer desejamos isso a nenhum outro presidente. O que queremos é que este País entre nos trilhos. Gostaria que o Ministro Roberto Rodrigues tivesse sido apoiado; queria que o Ministro Roberto Rodrigues pudesse ter implantado aquilo que ele sempre sonhou, mas que não teve a oportunidade de fazê-lo neste Governo. Ele não foi prestigiado o suficiente para fazer o que era necessário por nossa agricultura. Ele aponta como a pior causa da crise da agricultura o problema do câmbio: o dólar desvalorizado e o real valorizado. Quando o Presidente Bush pediu à China para valorizar a moeda chinesa, eles disseram que não; que queriam exportar e não importar. E não deram atenção aos Estados Unidos. Nós, fizemos o contrário. O Ministro Roberto Rodrigues não é o único a apontar o dólar e o câmbio como causa maior do problema. Todas as industriais deste País, todos os agricultores, todos os exportadores sabem que o dólar, no preço que está, é o responsável por essa crise. O mais interessante, Senador Paulo Paim, é que só o Presidente Lula não vê. Será que não vê mesmo? E por que o Ministro da Agricultura também não vê?

Outro dia, em um discurso, o Presidente disse que não se mexe em câmbio por decreto. Então, por que o Governo interferiu no mercado, há alguns dias, quando o dólar começou a subir, ou melhor, quando

o real começou a baixar? Por que o Governo Federal então fez tal interferência? Por que é que ele não quer que se mexa no câmbio? O certo, Senador, é que deve haver algum interesse oculto por trás dessa política.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Batista Motta...

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Com satisfação, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a é de Vitória, Espírito Santo. Acho que é o Divino Espírito Santo que pousa em sua inteligência, pois sua argumentação é tão lúcida e tão forte. Muitos meses atrás, fui a uma recepção no valoroso Estado do Piauí. Sou do PMDB de verdade, do PMDB de história, que não se vende. Chegando ao nosso cerrado, na cidade de Uruçuí, onde há um entreposto de beneficiamento da soja da Bunge, levada em meu Governo, Senador, fiquei perplexo, pois, ao saltar no aeroporto, vi, nos carros, adesivos com a cara barbuda de Lula. Pensei até que o povo tinha errado, que era o Governador do Piauí, do PT, mas aí eu me aproximei e li – isso lá entre os que produzem, no cerrado do Piauí. O adesivo tinha a cara do Lula, mas tinha a frase do povo do Piauí, com a sua coragem: “Lula, a maior praga da agricultura do Brasil”.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, espero receber a bondosa compreensão de V. Ex^a porque eu estava aqui me referindo à situação calamitosa em que se encontra o homem do campo, às empresas que não podem exportar, aos empregos que estão sendo transferidos para outros países, principalmente para a China, e aos empregos que estão sendo cancelados neste nosso querido Brasil. Enquanto outros países crescem hoje a taxas maiores, nós ficamos marcando passo e deixando para fazer o crescimento econômico no dia em que o mundo não viver o momento que está vivendo hoje: um momento de progresso.

Sr. Presidente, para terminar, preciso dizer quem são os beneficiários dessa política e quem está levando vantagem neste País hoje, mas não vou fazê-lo com as minhas palavras. Vou ler uma matéria do jornal **O Globo**, cujo título diz o seguinte: “Bancos têm lucros recordes com petista”.

Em seu governo, banqueiros ganharam mais.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem-se apresentado como uma espécie de “pai dos pobres”, mas poderia ser chamado de padrinho dos banqueiros. Foi em seu Governo que os bancos alcançaram os maiores lucros, em 2004 e 2005. No ano passado, quatro dos cinco maiores bancos do país atingiram mar-

cas históricas. O Bradesco contabilizou o maior ganho entre as instituições financeiras de toda a América Latina: R\$5,514 bilhões [Senador Paulo Paim, V. Ex^a pode estar entendendo que são milhões. Não, são bilhões]. O Itaú lucrou R\$5,2 bilhões; o Banco do Brasil, R\$4,1 bilhões; a Caixa Econômica Federal, R\$2,073 bilhões; o Unibanco, R\$1,838 bilhões; e o Santander Banespa, R\$1,643 bilhões.

Pesquisa do Banco Central indicou que, juntos, os bancos lucraram em 2005 R\$28,3 bilhões, montante mais de quatro vezes maior que o investido no Programa Bolsa Família no ano passado (R\$6,5 bilhões) e suficiente para a construção de 1,4 milhão de casas populares. Segundo especialistas, o lucro recorde dos bancos foi resultado da combinação da política de altas taxas de juros, com a expansão da oferta de crédito.

Sr. Presidente, coitado do nosso País! Graças a Deus, teremos eleições este ano. A Senadora Heloísa Helena é candidata à Presidência da República, assim como o Senador Cristovam Buarque e o ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. São todos experientes, religiosos, pessoas de família, enfim, pessoas excelentes. Geraldo Alckmin, além disso, já provou ser um grande gerente, um grande administrador. Provou o respeito que tem com o dinheiro público. Milhares de brasileiros ainda não o conhecem, mesmo ele tendo mais de 20 anos de vida pública...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – E por que, em muitos lugares deste País, ninguém conhece o ex-Governador Geraldo Alckmin? Senador Mão Santa, porque ele não gastou o dinheiro do povo para se promover por todo o Brasil; ele não distribuiu ambulâncias pelo Brasil afora como fez, no passado, Paulo Maluf, nem deu presentes a ninguém por este País.

Portanto, Sr. Presidente, que Deus ilumine o povo brasileiro, para que possamos ter, no ano que vem, um grande gerente para este País, um homem honesto, um homem direito, um homem trabalhador; um homem que, por certo, não deixará as estradas deste País na situação em que estão hoje, e nem deixará o câmbio fazer que os nossos agricultores, os nossos homens que vivem no campo, responsáveis pelo equilíbrio da balança de pagamentos, fiquem abandonados, desprezados, para que este País possa crescer.

Que Deus nos ilumine e que o povo saiba e vote em um homem de garra, de peito e de respeito como Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Esta Presidência se associa aos votos de pesar pelo falecimento do Sr. Silvino Dias, pai de nossos colegas, grandes parlamentares, Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desde que foi editada a medida provisória relativa ao salário mínimo e também a medida provisória que definiu o reajuste para os aposentados e pensionistas, tenho vindo praticamente todos os dias à tribuna para, apresentando dados e números, falar da situação do aposentado e do pensionista em nosso País.

Apresentei uma emenda à MP dos aposentados com o objetivo de estender o reajuste concedido ao salário mínimo, de 16,67%, para os aposentados e pensionistas. Também à MP do salário mínimo apresentei emenda com o mesmo objetivo.

Sr. Presidente, a batalha não foi em vão. A emenda à MP foi aprovada na Câmara dos Deputados – o Deputado Ivan Ranzolin e eu apresentamos emendas idênticas. Além disso, a outra emenda de minha autoria deve ser aprovada junto com a MP que trata das aposentadorias – falava-se em 5% e poderá ser 16,67%, mediante a fusão das emendas de mesmo teor.

Sr. Presidente, ontem foi um dia importante nesta Casa. Dialoguei com os líderes de todos os partidos, inclusive com o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá, e com a Líder Ideli Salvatti.

Todos me garantiram que será estendido o reajuste de 16,67% dado ao salário mínimo aos aposentados e pensionistas.

Senador Mão Santa, eu havia até entrado com a minha presença, com aquilo que chamamos de processo de obstrução. Retirei a obstrução no momento em que todos me disseram da tribuna do Senado que votarão a favor dos 16,67%. Só não votamos ontem porque a Bancada do Estado de Tocantins – e quero dizer que respeito todos os Senadores de Tocantins – entendeu, devido a um desentendimento com o seu Governador, que ontem não seria a data adequada para a votação. No meu entendimento, baseado no bom conhecimento que tenho da bancada liderada pelo nosso amigo Siqueira, essa votação deverá se dar com o **quorum** adequado na próxima terça-feira.

E por que registro isso? Porque foi uma decisão importante que contemplou todas as bancadas, todos os Senadores, todas as Senadoras. Vamos aprovar a

concessão do mesmo percentual dado ao salário mínimo para os aposentados e pensionistas.

É nessa linha, Sr. Presidente, que faço hoje o meu pronunciamento, até porque os aposentados não possuem tratores, por exemplo, para fazer uma demonstração de força como a que fizeram os produtores rurais, que colocaram máquinas e tratores em frente ao Congresso.

Ressalto que considero tal manifestação uma legítima demonstração da preocupação com o agro-negócio.

Os aposentados e pensionistas não podem fazer greve, como fizeram os servidores do Executivo para demonstrar a sua preocupação com os seus salários – a propósito, parece-me que algumas MPs serão editadas esta semana para atender, pelo menos em parte, o que eles solicitaram. Os aposentados e pensionistas não possuem a força do Judiciário, que deve ganhar, ao longo de quatro anos, reajustes parcelados de 20% de seis em seis meses, o que poderá resultar num reajuste de 40% ao ano.

Os aposentados e pensionistas podem se valer é do Congresso, e a pressão legítima que aqui eles fazem também fizeram a Cobap e outras entidades de representação dos trabalhadores. Os aposentados não possuem caminhões nem ônibus para bloquear o tráfego nas rodovias e impedir o transporte de cargas e de veículos de passageiros como forma de pressionar pelo atendimento de suas reivindicações. Os aposentados, Senador Eurípedes Camargo, não possuem a força da greve para parar as máquinas no campo, nas cidades, nas fábricas, nos bancos e no comércio como forma de chamar a atenção para sua vida tão difícil.

Aos aposentados, aposentadas e pensionistas, Sr^{as} e Srs. Senadores, só restava apelar para a Câmara dos Deputados e para o Senado para mostrar que o prejuízo que eles tiveram nos últimos dez ou onze anos já chega a 71,5%.

Muitos idosos, meu Presidente, já não têm força para sair às ruas, para fazer manifestações em frente ao Congresso. Outros, como diz a música, já caminham lentamente: “Eu sou seu sangue, meu velho”. E por aí vai a música bonita que também diz: “Naquela mesa está faltando ele, e a saudade dele está doendo em mim. Naquela mesa ele me contava contente sempre à noite o que fez de manhã”. Esses são dizeres da canção de alguém que perdeu o pai.

Sr. Presidente, aqueles que caminham lentamente, com certeza, carregam no rosto a marca do tempo e a tristeza de ver os seus vencimentos diminuindo mês a mês, ano a ano. É preciso lembrar, além disso, que o custo de vida para o idoso, que é bem mais alto do

que o custo de vida para o jovem, aumenta também mês a mês, ano a ano.

Por isso tudo, Sr. Presidente, a nossa missão – a nossa e não somente a minha – é e sempre será a de defender os idosos, aposentados e pensionistas, gritando, chamando a atenção para o direito à equiparação entre os reajustes dos benefícios das aposentadorias e pensões, de forma a garantir aos idosos o direito de continuar envelhecendo e morrer com dignidade.

Historicamente, Sr. Presidente, os reajustes concedidos aos aposentados e pensionistas não têm acompanhado os reajustes dados ao salário mínimo, o que é uma enorme injustiça.

Sei que milhares ou milhões de pessoas estão nos assistindo neste momento e eu sei que eles estão dizendo: Ô Senador, me aposentei com cinco salários mínimos, mas estou ganhando três, dois ou até mesmo um”.

Hoje eu conversava com o Ministro da Previdência – por sinal, um ministro muito equilibrado e muito tranquilo. Eu lhe dizia: “Ministro, a conta é fácil: se o aposentado continuar ganhando somente um terço do que é dado ao salário mínimo, em pouco tempo todos estarão recebendo somente um salário mínimo”.

Sr. Presidente, um estudo elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (ANFIP) demonstra que, só nos últimos dez anos, mais de cem bilhões de reais foram desviados da Seguridade para outros fins.

Por exemplo: “Destinem-se dez milhões da Seguridade Social para o Judiciário”; “Destinem-se vinte milhões da Seguridade Social para o Legislativo”; “Destinem-se cinquenta milhões da Seguridade Social para o ministério X ou Y”.

Se a Seguridade Social estivesse falida, como alguns dizem, como é que seria possível dela retirar cem bilhões e destinar para outros fins?

Eu tenho toda a tabela. Eu mostro todos os projetos de resolução ou de decreto legislativo que esta Casa votou nos últimos dez anos destinando esse recurso que era da Seguridade para outros fins. Pego dos últimos dez anos, mas, se quiserem, posso pegar dos últimos vinte anos, só que aí não serão cem bilhões, mas duzentos. Então, como é que não tem quatro ou cinco bilhões para atender aos aposentados e pensionistas? Eu acho que tem, Sr. Presidente, e é por isso que estou, com muita convicção, fazendo esta defesa, e fiquei entusiasmado ontem com a visão aqui apresentada.

Sr. Presidente, segundo cálculos de alguns especialistas, desde que a Seguridade foi criada neste País, o desvio já ultrapassa um trilhão de reais.

Há também um estudo da Anfip que demonstra que o orçamento da Seguridade Social tem sido a grande fonte de recursos para socorrer o orçamento de órgãos dos três Poderes da República.

Há outro dado, também da Anfip, que diz que 80% do tão aclamado superávit primário dos últimos quinze ou vinte anos veio da Seguridade Social.

Quando se fala em déficit da Seguridade, ou, se quiserem, da Previdência, não estão computadas as outras fontes de recursos destinadas à Seguridade, como, por exemplo, Cofins, PIS, lucro líquido, faturamento, jogos lotéricos, CPMF e outros. É só a contribuição do empregado e do empregador.

Sr. Presidente, lamentavelmente, no Brasil, o aposentado tem para seu sustento apenas o provento da aposentadoria. Algumas vezes, ele é ajudado pelos filhos ou pelos netos, mas muitas vezes ele tem de sustentar filho, nora, genro, netos e bisnetos, até porque uma lei determina que o idoso atenda o neto ou o bisneto quando os pais demonstrarem não ter condição.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ouço V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, nos dias atuais, sem dúvida alguma, V. Ex^a é o Parlamentar que mais se preocupa com os aposentados, que mais os defende. É bom lembrar o que dizia o estadista Juscelino Kubitschek, brilhante político e médico. Ele disse que a velhice é uma tristeza, mas, desamparada, é uma desgraça. Senador Paulo Paim, lamento que, embora todo o País pare para ouvi-lo, pela sua experiência, V. Ex^a não sensibilize o Governo Federal. Depois daquela medida provisória maldita que sacrificou os velhinhos cobrando deles novas taxas, houve uma pior, que serve aos banqueiros. Eles foram ludibriados com empréstimos. Caro Senador Paulo Paim, conheço o homem, o servidor público, o aposentado. Os aposentados, ludibriados com a propaganda, tomaram um empréstimo que diziam que era bom, mas que não era, com juros de 2,9% ao mês, com juro sobre juro, o que dá 41% ao ano, enquanto que nos países civilizados as taxas estão em torno de 2 a 5%. Já houve muitos casos de suicídio no Nordeste, porque aqueles velhinhos são honrados. Portanto, eles desequilibraram o seu orçamento, pois o dinheiro que era reservado para sustentar a escola de um neto, para garantir os familiares ou até, para muitos deles, pela idade e por problemas de saúde, para o medicamento ia direto para os banqueiros. Esse é o grande pecado de Lula: servir aos banqueiros, aos poderosos. Está no Livro de Deus que ninguém pode servir a dois

senhores, mas ele serviu. Os senhores deste Governo foram os banqueiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador João Batista Motta, fiz um aparte a V. Ex^a e não posso, ao término do meu tempo, não permitir que V. Ex^a também faça um aparte ao meu discurso. Concedo, com satisfação, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Paulo Paim, não vou tecer comentários sobre o seu pronunciamento. Quero apenas me dirigir ao País neste momento para dizer que, quando eu for embora deste Senado, levarei a sua imagem, levarei a sua figura dentro do meu coração. V. Ex^a é um Senador que, nesta Casa, só se preocupa com os pobres, só se preocupa com o salário mínimo miserável que o povo recebe, só se preocupa com as boas causas. V. Ex^a tem conhecimento da crise em que vivemos e até sabe como corrigir os enganos, os erros que estão acontecendo. V. Ex^a tem consciência do nosso País, tanto da sua grandeza quanto da nossa omissão nesta Casa, fora dela e no Poder Executivo. Portanto, V. Ex^a é uma das figuras ímpares desta Casa. Este País tem que se orgulhar de possuir um Senador do seu quilate. Meus parabéns, Senador! É assim que se faz! Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador João Batista Motta, tenho convicção de que esta Casa perderá muito também se V. Ex^a decidir não concorrer e não voltar. Outro dia, V. Ex^a me explicava sobre uma minirreforma tributária que poderia viabilizar muito mais um reajuste melhor do salário mínimo para os aposentados e garantir o superávit, de que tanto falo, para a Previdência. Saiba que a sugestão de V. Ex^a na Comissão Mista que vai definir a questão do novo salário mínimo permanente, de que sou Relator, vai ser levada em consideração.

Sr. Presidente, para concluir – já abusei do tempo que V. Ex^a me permitiu –, quero dizer aos nossos aposentados e pensionistas que continuem firmes, que tenham coragem, que tenham esperança, que não desistam de lutar, que continuem imobilizados, porque essa esperança há de resultar numa vitória no final. E tenham certeza de que nós, Parlamentares que acreditamos num País mais justo e mais igual, continuaremos sendo, dentro do Senado Federal, a voz de vocês.

Sr. Presidente, reafirmo aqui nossa disposição de fazer de tudo para que a votação efetivamente ocorra, conforme a palavra de todos os Líderes, para que haja o reajuste de 16,7%.

Quero, inclusive, cumprimentar os Líderes de todos os Partidos na Câmara dos Deputados. Não houve...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... um Líder de nenhum Partido, na Câmara dos Deputados, que tenha votado contra os 16,7%, nem o Líder do Governo, nem o Líder do Bloco de Apoio.

Sinceramente, espero que o Senado Federal acompanhe a votação da Câmara dos Deputados e que se faça, assim, justiça. Que nossos idosos possam ter a esperança, que o sonho se torne realidade e que um dia eles possam dizer: “Voltei a receber o número de salários mínimos que recebia na época em que me aposentei”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela Liderança do PSDB, para ler uma nota de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pela Liderança. Sem revisor do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é o seguinte o requerimento:

Requeremos, em nome da Bancada do PSDB no Senado Federal, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais do Senado Voto De Pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 29 de junho de 2006, em Maringá, Paraná, do senhor Silvino Fernandes Dias, pai dos Senadores Alvaro Dias e Osmar Dias.

Requeremos também que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O presente voto de pesar se justifica pela vida dedicada à família e ao Paraná, onde, com coragem e determinação, foi um dos pioneiros na cafeicultura no Norte do Estado. O falecimento de Silvino Fernandes Dias será profundamente sentido. Homem de princípios sólidos, Silvino Fernandes Dias era pai dos Senadores Alvaro Dias e Osmar Dias, a quem, em especial, a Bancada do PSDB no Senado Federal transmite um abraço de solidariedade.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senador João Batista Motta, a Mesa acaba de receber o requerimento, com o qual se solidariza, encaminhando-o aos Anais da Casa.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 721, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Silvino Fernandes Dias, pai dos Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias, ocorrido hoje, 29 de junho de 2006, em Maringá, Paraná.

Senhor Presidente,

Requeremos, em nome da bancada do PSDB no Senado Federal, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido hoje, dia 29 de junho de 2006, em Maringá, Paraná, do senhor Silvino Fernandes Dias, pai dos Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias.

Requeremos também que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O presente voto de pesar se justifica pela vida dedicada à família e ao Paraná onde, com coragem e determinação, foi um dos pioneiros na cafeicultura no norte do Estado. O falecimento de Silvino Fernandes Dias será profundamente sentido. Homem de princípios sólidos, Silvino Fernandes Dias era pai dos Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias, a quem, em especial, a bancada do PSDB no Senado Federal transmite um abraço de solidariedade.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2006. – **Tasso Jereissati – João Batista Motta.**

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa para fazer seu pronunciamento, por até dez minutos.

Convido o Senador João Batista Motta a assumir a Presidência, porque tenho de sair para participar de uma reunião.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, pedi ao Senador Paulo Paim que assumisse a Presidência, porque tenho vôo marcado às 16 horas para meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Para mim, é uma grande satisfação passar a Presidência ao Senador Paulo Paim.

Tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Guerra, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo eficiente sistema

de comunicação do Senado – a televisão, as rádios AM e FM, o próprio **Jornal do Senado** –, quero dizer, Senador João Batista Motta, que me associo, como todo o Estado do Piauí, à nota de pesar lida por V. Ex^a e ao documento apresentado pelo Senador Paulo Paim de condolências à família Dias, do Paraná, pelo falecimento de Silvino Dias, cujos filhos dão brilho e importância a este Senado e à política brasileira.

Senador Paulo Paim, é difícil este momento para os irmãos Dias, nossos companheiros fraternos, brilhantes.

Só Deus sabe das coisas! No Livro de Deus, o Eclesiastes, há uma passagem muito importante para se fazer uma reflexão neste momento. O autor, que se chama Coélet, o pregador, diz que ninguém tem mais entendimento do que ele, Senador João Batista. Coélet é neto de Davi e filho do sábio Salomão. Então, avô e pai lhe ensinaram. Ele disse que ninguém no mundo teria mais entendimento do que ele: os pais, os avôs, os professores e a vida. Ele tinha tanta terra que não conseguia ver todas. Ele tinha mais gado do que estrelas no céu. Tinha ouro, prata, mulheres mil. Senador João Batista, só tenho uma, a minha Adalgizinha, e estou feliz.

Coélet diz que, para entender a morte, sob os céus, tudo é vaidade. Diz Coélet, Senador João Batista: “Não vá se fadigar demais de trabalhar; às vezes, deixa-se riqueza para quem não merece”. A sabedoria é muito importante, mas ele viu sábios perderem a sabedoria pela idade e terem o mesmo fim: nascem nus, morrem nus. Então, ele dá um grande ensinamento, Senador João Batista, que tem um nome bíblico. Ele diz que, na vida, o melhor que podemos fazer é beber bem, comer bem e fazer o bem. Essa mensagem não é para ser aceita em uma festa, em uma boda, no carnaval, mas em um momento de reflexão, quando se perde um ente querido. E essa é a mensagem aos nossos companheiros, irmãos e camaradas Álvaro Dias e Osmar Dias, para entenderem a perda de Silvino Dias.

E, mais ainda, posso reproduzir a assertiva do Livro de Deus, que diz que árvore boa dá bons frutos. Não conhecemos o Silvino, mas seus frutos são os melhores que conheço da raça humana.

Mas vim aqui, Senadores Paulo Paim e João Batista Motta, dizer ao Brasil que nem tudo está perdido. “O homem é um animal político”, disse Aristóteles, e ninguém o contestou. O homem busca formas de governo múltiplas. Na história do mundo, os reis caíram com o povo nas ruas gritando “liberdade, igualdade e fraternidade”, e assim nasceu esse regime do povo, a democracia.

Senador Paulo Paim, e a nossa democracia? Esse grito só chegou aqui depois de 100 anos, mas chegou.

Digo e repito: há uma admiração extraordinária pela bravura do gaúcho. Não houve nenhuma batalha tão nobre e tão histórica como a dos Farrapos, que antecedeu a liberdade dos escravos e a queda da República. Rendo minhas homenagens a esse povo, Senador Paulo Paim, mas, ao mesmo tempo, tiro – já que estamos nas Olimpíadas, com a medalha dos jogos de futebol da Copa do Mundo – o troféu e a medalha de ouro do gaúcho e volto a colocá-la no peito do povo do Piauí. O Rio Grande do Sul fica com a medalha de prata. Nós somos a melhor gente do Brasil, a gente do Piauí!

Atentai bem, começou a Guerra dos Farrroupilhas, mas nós é que colocamos os portugueses para fora, em batalha sangrenta, no dia 13 de março, na Batalha do Jenipapo. É lógico que perdemos, porque este País estava dividido: o Sul seria o Brasil; e o Norte, de Portugal, o país Maranhão. Mas, atemorizados, deixaram João José da Cunha Fidié, sobrinho e afilhado de D. João VI, no seu palácio de Oeiras. Ele foi se refugiar no Maranhão, que era aliado de Portugal.

Mas, Senador Paim, não é só isso, não! Atentai bem, Senador João Batista! Este País não é comunista também pelo Piauí. Nós somos a melhor gente do Brasil!

A Coluna Prestes saiu do Rio Grande do Sul e do Paraná, com Luiz Carlos Prestes e com o melhor currículo de vida militar, Juarez Távora, agregando aqueles que queriam fazer desta Pátria um País comunista, quando, na época, o Comunismo florescia na Alemanha, na Itália e na Rússia.

E a Coluna Prestes idealizou. Tomaram a Capital do Piauí, Teresina, para ser a primeira capital comunista deste País. Mas, Senador João Batista Motta, não conseguiram fazê-lo. Fizeram valas, lutaram, e a Coluna Prestes apagou-se no Piauí. Nós prendemos Juarez Távora, companheiro de Luiz Carlos Prestes. Este País não foi comunista por nossa causa.

Atentai bem, Senador Paulo Paim, aprenda a história! Atenção, jovem, que está atrapalhando o Senador Paulo Paim! Rui Barbosa perdeu as eleições no Brasil e ganhou em Teresina. Nós somos diferentes. E esse PT, amaldiçoado, foi ao PMDB, corrompeu e estuprou a Executiva. Germano Rigotto era uma criança: “Não serve para ser Presidente, serve para ser o mais honrado dos Governadores que estão aí”. Diziam: “É menino, não pode...” Quanto a Garotinho, até chifre colocaram-lhe na capa da maior revista. Quanto a Itamar, eu não posso nem repetir o que eles disseram dele. E, por fim, houve o maior estupro e a maior vergonha:

negou-se a candidatura de Pedro Simon, símbolo da virtude, da decência, da dignidade, o maior dos brasileiros. Negou-se a candidatura de Pedro Simon. Que vergonha!

A história se repete: Rui Barbosa lutou pela independência, pela libertação dos negros, pela abolição, pela República, fez parte do Governo de Deodoro, foi Ministro. Saiu Floriano, quiseram meter outro militar e calar Rui, aqui. Ele disse, Senador João Batista Motta: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério”. E os traquinos trocaram por carguinhos que envergonham a democracia.

Esse PT, há pouco tempo pai e mãe da corrupção – nunca vi proliferar tanto! –, foi para o Piauí, querendo estuprar lá. Mas lá foi diferente, Senador João Batista. Aqueles mesmos piauienses, inspirados na Batalha do Jenipapo, por derrotarmos a Coluna Prestes, por votarmos em Rui Barbosa, foram lá. Como tem dinheiro este País!

Lembra-se dos Lanceiros Negros, Senador Paulo Paim? Foram os delegados, os convencionais do PMDB do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Deputado Enio Bacci, que nos visita neste momento, diz que conhece bem a histórias dos Lanceiros Negros...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois ela foi revivida lá. E o PMDB do Piauí jamais será rabo de PT. Jamais o Piauí deixou e permitiu que aquela bandeira do PMDB, levantada por Ulysses; Teotônio, moribundo; Tancredo se imolando; Juscelino, humilhado e cassado aqui; fosse pano de chão do Karnak do Planalto.

Vencemos a mais bela convenção da história política do Piauí!

Ó, Presidente Michel Temer, a V. Ex^a, que sofreu as humilhações, firme no direito, firme nas bases, ao pedir candidatura própria, trago e ofereço a V. Ex^a, digno e honrado Presidente do PMDB, Michel Temer. Ele não conseguiu resistir aqui, mas a resistência foi lá no Piauí.

Senador Paulo Paim, leve a Pedro Simon aquilo foi um desagravo ao maior ato de canalhice na história política deste País. Impedir um homem como Pedro Simon de disputar a Presidência da República! Então, leve aos gaúchos a coragem e a bravura dos convencionais do PMDB que não se venderam e não se renderam e se solidarizaram com Pedro Simon.

Deus escreve certo por linhas tortas. Nós sere-mos o candidato do PMDB a Governador do Estado. Aceito essa missão, João Batista, como servo fiel e justo. Já fui Governador do Estado por duas vezes. Como diz a Bíblia, fé sem obra já nasce morta. A nos-sa foi com obra.

Paulo Paim, Deus me permitiu criar naquele Estado 78 novas cidades, 400 faculdades, 36 *campi* universitários, o projeto Sanear com o qual Teresina verticalizou-se, o maior combate ao analfabetismo. A mortalidade infantil diminuiu. E aumentou a longevidade.

O essencial é invisível aos olhos. Acho, Paulo Paim, que a minha maior obra foi respeitar o povo, trabalhar pelo povo e amar o povo. E o povo do Piauí vai cantar como o povo de Deus canta “aleluia, aleluia”. No Piauí o povo é o poder.

Concedo um aparte ao Senador João Batista Motta, se permitir o Presidente Paulo Paim, símbolo maior, o Martin Luther King do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– V. Ex^a já permitiu.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Mão Santa, V. Ex^a, que tem gabarito, valores para ser um candidato a Presidente da República do nosso País, ficou afastado deste Senado por alguns dias, depois de brilhantes pronunciamentos que o consagraram pelo País afora. Comecei a ser perguntado, no meu Estado: “Onde está o Senador Mão Santa? Não o vi falar mais. Está fazendo falta.” Também fiquei meio preocupado com a ausência de V. Ex^a nesta Casa. Depois, para felicidade nossa, do seu Estado e deste País, V. Ex^a saiu do seu querido Piauí com uma vitória que jamais alguém poderia pensar que aconteceria. Derrota adversários fortes, que até poucos dias estavam nos Correios, gente de dinheiro, gente de poder. V. Ex^a enfrentou a tudo e a todos, conseguindo se consagrar como candidato a Governador do Piauí. Tenho certeza de que, ao passar por essa prova, V. Ex^a pode-se considerar Governador do seu Estado. Não tenho dúvidas de que aquele povo trabalhador, de uma história impecável, não deixará passar a oportunidade de vê-lo como seu primeiro mandatário. O seu palanque será o da vitória e ela será a felicidade do povo do seu Estado. V. Ex^a jogou certo, porque jogou com a consciência, jogou com a verdade, jogou com o interesse do povo, como sempre fez quando votou nesta Casa. V. Ex^a vai ganhar a eleição para Governador do Piauí juntamente com o ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que terá, no seu palanque, oportunidade de crescer na pesquisa no Nordeste, ultrapassando seu adversário. Não tenho dúvida de que, com apoio de Geraldo, candidato a Presidente, V. Ex^a haverá de ser, desta vez, o maior Governador do Piauí, como já o foi no passado. V. Ex^a, por certo, poderá galgar um cargo ainda maior no cenário brasileiro. Meus para-

béns, Mão Santa, V. Ex^a merece muito mais, porque a sua coragem, a sua honestidade, a sua serenidade fazem a sua história.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço ao Senador João Batista Motta, uma das melhores inteligências que temos.

Senador Paulo Paim, tenho aprendido muito com o Senador João Batista Motta, mas peço permissão para lhe passar um ensinamento de Petrônio Portella.

Tenho, no meu gabinete, fotografias de dois homens: Papa João Paulo II, que abençoou a mim e a minha esposa, Adalgisa, em dezembro de 1995, quando eu era Governador do Estado do Piauí, e Petrônio Portella.

Olha, aprendi muito com Petrônio, mas a frase que eu mais o ouvi dizer foi: “Não agredir os fatos.” Atentai bem, João Batista, que há um fato claro. Este País está dividido: de um lado, está quem quer o PT e o Lula; do outro, quem não os quer. Então, estamos no mesmo lado: eu, João Batista, Alckmin e tantos outros.

Para estimular, Paim, o povo do Piauí, não me inspirei no patrono do Deputado João Batista, que foi santo e de quem tiraram a cabeça. Eu me inspirei no apóstolo Paulo, jovem, soldado. Nos momentos difíceis em que ia à guerra, ele dizia: “Se Deus está conosco, quem está contra nós?”

O PT, a corrupção, isso é o que combatemos, mas recebo isso como o servo fiel e bom, Senador Paulo Paim, aquele a quem o senhor deu os cinco talentos e que, quando voltou, disse-lhe: “Estão aqui os cinco talentos e mais cinco que ganhei.”

Recebo isso com a humildade que une os homens, como talentos que Deus está me dando para fazer o Piauí reencontrar-se, numa visão de futuro, numa sensibilidade política e numa responsabilidade administrativa.

No passado, vencemos na convenção e vamos vencer a eleição, mas isso não é o importante. Que o Lula aprenda que o importante não é a festa de entrada, mas que o bonito é, ao deixar um governo, poder olhar para todos e dizer: “Valeu a pena.”

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Marco Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quórum para deliberação.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

Parecer sob o nº 778, de 2006-Plen, Relator revisor: Senador Marcelo Crivella, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória e, no mérito, favorável.

Prazo final: 6.7.2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 17, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica.

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 18, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006, e estende a todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social o mesmo percentual aplicado ao salário mínimo; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de ju-

nho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais, para os fins que especifica.

6

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 64, DE 1999**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77/99 e 28/2000)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória à programação constante da lei orçamentária anual.*

Pareceres sob nºs 103, de 2004, e 443, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges – 1º pronunciamento (sobre as Propostas): favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003, que tramitam em conjunto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário): pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3, na forma de subemendas que apresenta, e da Emenda nº 4.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 77, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22/2000 e 28/2000)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.*

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida, tendo em vista a não realização da Ordem do dia naquela data.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77/2000 e 28/2000)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal. (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais)*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006

(nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a Regulação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Álvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49 DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943,

para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2006, da Comissão de Educação, Relator Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude.*

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Racialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira.*

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2006 (nº 3.952/2004, na Casa de origem), que *estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.*

Parecer favorável, sob nº 664, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade*

das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do*

art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

(Com rqs de adiamento da discussão para audiência da CCJ)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.*

Parecer favorável, sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência registra a presença do Deputado Enio Bacci, do PDT do Rio Grande do Sul, e do Prefeito de Jacuizinho, no Rio Grande do Sul, Sr. Gilson De Brum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores João Batista Motta, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, a Srª Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Leonel Pavan, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro e Valmir Amaral para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Sem-terra invadem Câmara, espalham destruição e ferem 24”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 7 de junho do corrente.

A matéria trata da violenta invasão à Câmara dos Deputados promovida pelo Movimento de Libertação dos Sem-terra (MLST) e destaca que o ato foi comandado por Bruno Maranhão, integrante da Executiva Nacional do PT e principal dirigente do MLST.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DEMOCRACIA APEDREJADA: VANDALISMO NO CONGRESSO

Sem-terra invadem Câmara, espalham destruição e ferem 24

Comandado por dirigente petista, MLST promove quebra-quebra inédito na Casa e leva diretor de segurança à UTI

Eugênia Lopes
Luciana Nunes Leal
BRASÍLIA

Sob o comando de um dirigente petista, 545 militantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), uma dissidência do MST, transformaram ontem o Congresso numa praça de guerra, em episódio de selvageria inédita na história da instituição. Depois de invadir à força um prédio anexo da Câmara, eles passaram a destruir tudo à volta e a agredir seguranças. No fim, 26 pessoas saíram feridas – 24 seguranças e 2 manifestantes. Um diretor da Casa foi ferido na UTI de um hospital com traumatismo craniano.

Poram quase duas horas de terror: o Congresso foi silêncioso, os servidores ficaram acudados e os parlamentares viram confinados no plenário e nos gabinetes. Ao fim do quebra-quebra, os 545 ativistas foram detidos pela Polícia Militar. Desse total, 403 adultos (entre eles 6 líderes) e 42 menores de 18 anos.

Os manifestantes chegaram determinados para a invasão: desceram dos ônibus e correram em direção a duas portas. No caminho, viraram um Fiat Mille vermelho que seria sorteado na festa junina dos servidores. Para romper o portão de vidro da entrada do anexo 2, usaram a cabeça como aríete.

Arrobatada a porta, atacaram com fúria o veículo com pe-

daços de pau, barras de ferro e paralelepípedos apanhados na rua. Depois, quebraram oito computadores usados para cadastrar pessoas que visitam a Câmara, danificaram o detector de metais e atacaram os terminais de auto-atendimento utilizados por grupos de turistas.

No fim da ação, havia no saguão em ruínas paralelepípedos com pontas de vergalhões de aço, alpercatas, camisetas. Um busto de bronze do governador Mário Covas foi jogado ao chão e roto até a escadaria que leva ao Auditório Nereu Ramos.

O vandalismo começou às 14h50. Às 16h12, depois de serem ameaçados de prisão pelo presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), os manifestantes começaram a sair. Às 17 horas, foi detido pela segurança da Câmara o comandante do ataque ao Congresso, Bruno Maranhão, integrante da Executiva Nacional do PT e principal dirigente do MLST.

CONFRONTO
Surpreendidos pela chegada dos sem-terra, a segurança da Casa e policiais militares que fazem a vigilância no entorno do Congresso não conseguiram controlar os manifestantes. No confronto, sem-terra e seguranças ficaram feridos, com cortes provocados pelos estilhaços. Atingido na cabeça por uma pedrinha, o diretor de Logística e Segurança da Câmara, Normando Fernandes, entrou em coma.

No momento em que a Câmara foi invadida, Aldo não estava. Assim que chegou, teve um diálogo ríspido com Maranhão. Avisou que mandaria prendê-lo e não aceitou nenhuma negociação com os manifestantes. “Eu te conheço há 30 anos. Encontrei com você na semana passada e te disse que meu gabinete sempre esteve aberto para o movimento”, disse Aldo, transformando com a invasão. Em entrevista depois da retirada dos manifestantes, no gramado em frente ao Congresso, Maranhão disse que não conseguiu marcar um encontro oficial com o presidente da Câmara. A intenção do grupo, segundo o líder, era entregar uma carta a Aldo e ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). A própria carta, no entanto, não foi entregue ao Congresso.

Durante a ocupação do Salão Verde, os manifestantes tocavam um pandeiro e um atabaque. O dono do pandeiro, Cosme José Santos, de 33 anos, se preparava para dar uma entrevista quando foi avisado por uma militante: “Não vá para ninguém dar entrevista”. Os mais revoltados, alguns alcoolizados, tentaram impedir o acesso da imprensa aos líderes do movimento e formaram um cordão de isolamento. “Imprensa não!”, gritavam. ●

SEM-TERRA

A violência do movimento

Como ocorreu a invasão e os prejuízos que foram causados pela ação do MLST

Os sem-terra entraram na Câmara pelo Anexo 2, passaram pelo túnel que o liga ao prédio principal e chegaram ao Salão Verde. Pelo caminho, causaram destruição

- 12 computadores (8 da entrada e 4 de auto-atendimento)
- Um detector de metal
- Vidraças quebradas por tijolos
- Painéis de aviso
- Plantas expostas numa exposição sobre o meio ambiente

Feridos 26

- O diretor da coordenação de apoio logístico da Câmara
- 23 agentes do Depol da Casa
- 2 sem-terra

Polícia dirigida por Aldo causou confronto, diz líder

... Antes de ser preso, Bruno Maranhão lembrou que, no ano passado, o MLST “ocupou pacificamente” o Ministério da Fazenda, sem nenhum incidente. Segundo o líder, esta foi a primeira tentativa de aproximação com o Poder Legislativo. “Até agora, tínhamos negociado só com o Executivo. O governo Lula é um governo civilizado. No ano passado, houve negociação e saímos pacificamente do Ministério da Fazenda.”

O dirigente do MLST se disse amigo de Aldo Rebelo. “Não quero entrar em contradição com o

companheiro Aldo Rebelo, mas foi a polícia que ele dirige que provocou isso”, afirmou o líder. Maranhão negou que a ação dos sem-terra tenha sido deliberada. Alegou que os seguranças já estavam impedindo a entrada de manifestantes do Judiciário e da área da saúde.

Maranhão disse não ter visto a confusão começar, porque estava no gabinete do deputado Nelson Pelegrino (PT-BA). O dirigente afirmou ter tentado marcar um encontro com Aldo, mas teria sido informado de que a agenda do presidente da Câmara só permitia a reunião na próxima semana. “Não podíamos esperar mais 24 horas”, explicou. ●

OUTRAS AÇÕES DO MLST

1999

● Junho
A Câmara dos Deputados recebe denúncia de que movimentos de sem-terra estariam se armando no interior de Minas Gerais. O MLST estaria com 40 armas longas, rifles e fuzis AK-47 e AR-15, além de pistolas e revólveres

2001

● Outubro
Aproximadamente 500 assentados e acampados ligados ao Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) invadiram a fábrica da Parmalat, em Garanhuns, em Pernambuco, reivindicando aumento do preço do leite ao produtor

2002

● Maio
Em entrevista ao Estado, o dirigente do MLST, Bruno Maranhão, disse ser favorável à autodefesa armada das lideranças da sua e de outras organizações: “Montamos um esquema armado para garantir a proteção de nossas lideranças”

2005

● Abril
Integrantes do movimento invadem o Ministério da Fazenda para pedir liberação de verba para reforma agrária, que havia sido cortado no orçamento. Saíram do prédio após 8 horas

2006

● Outubro
O coordenador do MLST, Hamilton Martins da Silva, conhecido como Nem dos Sem-Terra, é assassinado em Pernambuco. Na foto, aparece ao lado do presidente Lula, durante reunião em 2003

2006

● Maio
Em Cristais Paulista (SP), 200 integrantes do movimento invadem a fazenda Santana. A propriedade vizinha é o maior objetivo do MLST na região

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Provando do próprio veneno”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 12 de junho do corrente.

O artigo trata da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Medida Provisória nº 291, que estabelecia, originalmente, 5% de correção nas aposentadorias e pensões do INSS de valor superior a um salário mínimo. Ocorre que o Plenário da Câmara estendeu o reajuste de 16,66%, já decidido para aposentadorias no valor de até um salário mínimo, para todos os benefícios.

Segundo o artigo, “No caso da correção das aposentadorias, caso não consiga derrubar no Senado a medida aprovada pela Câmara, o governo petista será forçado a provar do veneno amargo da demagogia fiscal que tanto o partido utilizou no passado”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que artigo acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Provando do próprio veneno

Na votação dos destaques do projeto de conversão da medida provisória que eleva o salário mínimo para R\$ 350 a partir de 1º de abril, a oposição, com apoio de parte da base governista, conseguiu aplicar no governo do PT um golpe demagógico como aqueles que insistentemente o PT tentou aplicar no governo de Fernando Henrique. Para evitar pressões maiores sobre as contas públicas, o governo queria limitar a 5% a correção das aposentadorias e pensões do INSS de valor superior a um salário mínimo. Mas o plenário da Câmara dos Deputados estendeu o reajuste de 16,66%, já decidido para aposentadorias no valor de até um salário mínimo, para todos os benefícios.

Quando na oposição, o PT sempre defendeu correções salariais e de benefícios previdenciários por índices bastante superiores aos da inflação. Podia, desse modo, apresentar-se ao eleitorado como grande defensor dos interesses de trabalhadores ativos e inativos. Na eventualidade de propostas irresponsáveis serem aprovadas no Congresso, o ônus político de barrá-las por meio do veto, em nome da responsabilidade na gestão do dinheiro público, cabia ao presidente da República, que os petistas combatiam.

No caso da correção das aposentadorias, caso não consiga derrubar no Senado a medida aprovada pela Câmara, o governo petista será forçado a provar do veneno amargo da demagogia fiscal que tanto o partido utilizou no passado.

Em acordo com as centrais sindicais, o governo havia fixa-

do em 5% a correção das aposentadorias e pensões de valor superior a um salário mínimo a que têm direito 8,8 milhões de beneficiários. Esse índice assegurava um ganho real e seu custo, estimado em R\$ 950 milhões de gastos adicionais, tinha cobertura orçamentária.

“Em algum momento esse negócio explode”, reagiu o ministro da Previdência, Nelson Machado, ao se referir ao impacto que a correção aprovada pela Câmara terá sobre as contas da Previdência Social, cujo déficit, este ano, o Ministério do Planejamento estima em R\$ 43,2 bilhões. A Previdência

O PT se embaraça com o reajuste de 16,66% para todas as aposentadorias

trabalha com uma previsão de R\$ 45,8 bilhões. Não há, ainda, um cálculo preciso sobre os efeitos da correção de 16,66% de todas as aposentadorias. O líder do PT na Câmara, Henrique Fontana, falou em R\$ 12 bilhões. Estudos do Ministério do Planejamento apontam para um custo adicional de R\$ 7 bilhões. O certo é que não será pouca coisa.

“A oposição está atuando de forma irresponsável”, acusa Fontana. Quando estava na oposição, o PT também não agira de “forma irresponsável”? “Nós nunca tínhamos sido governo”, justificou-se candidamente o deputado petista, como se responsabilidade em política implicasse necessariamente a passagem pelo governo. Como que fazendo um *mea culpa* com grande atraso, afir-

mou que o voto da oposição, que em nada difere daqueles dados pelo PT quando fora do governo, foi “eleitoreiro”.

As denúncias de corrupção agravaram, para o governo, um problema político que ele já não conseguia enfrentar de maneira adequada – o da desarticulação de sua base no Congresso. São crescentes as pressões, vindas da base, por mais gastos e mais benefícios tributários. A fragilidade do governo é clara. Já na primeira parte da votação do projeto de conversão, ocorrida no fim de maio, teve dificuldades para derrubar a proposta de um deputado da oposição de elevá-lo para R\$ 375. No caso das aposentadorias de valor superior a um salário mínimo, a bancada do PT tentou obstruir a votação. Mas, com apoio de parte da base governista, a oposição aprovou o aumento de 16,66%, que teve 274 votos a favor, 5 contrários e 15 abstenções.

Essa decisão complicou a tramitação da MP 291, que o governo baixou com o objetivo específico de assegurar a correção de 5% dos benefícios previdenciários de valor superior a um salário mínimo.

O governo deve, agora, tentar derrubar no Senado o texto aprovado pela Câmara. Se perder outra vez, terá realmente de arcar com o ônus político, e eleitoral, de vetar uma medida que beneficia os aposentados. E terá de fazer isso porque, além de implicar aumento dos gastos no presente, esse aumento traz um risco adicional: uma vez corrigidas todas as aposentadorias pelo índice de aumento do salário mínimo, os aposentados estarão sempre esperando correção igual daqui para a frente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial “Impedido e fazendo falta”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 16 de junho do corrente.

O texto, primoroso, é um lamento. Inúmera os absurdos cometidos pelo presidente Lula em nome de uma campanha que ele finge que não começou. Chama de “farsa” o lançamento pela Petrobras da pedra fundamental de um complexo químico, lançamento entre dezenas que estão, da mesma forma, sendo

usados como palanque para discursos eleitorais, à custa do povo.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Impedido e fazendo falta

Dcerto dará em nada a iniciativa do PSDB de pedir ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que, ao cabo de uma investigação, torne inelegível o presidente Lula por abuso de poder político e de autoridade em um dos seus incessantes atos de campanha sob o puído manto de eventos administrativos – o lançamento da Ferrovia Transnordestina, no último dia 6 (por sinal, quando, em Brasília, o MLST depredava o Congresso). Embora o inquérito solicitado pelos tucanos pareça uma futilidade em razão do seu desfecho previsível – Lula não deverá receber nem mesmo um cartão amarelo pela sua conduta acintosamente eleitoreira –, a sua fundamentação é inquestionável.

A rigor, o partido poderia ter escolhido qualquer dos inumeráveis comícios do presidente-candidato nos últimos meses para caracterizar a acusação de que ele se vale de “recursos e infra-estrutura dos serviços e equipamentos públicos para atacar terceiros e enaltecer a si próprio, em franca desobediência ao princípio da impessoalidade que deveria permear os atos oficiais”. O PSDB poderia ainda agregar à demanda inicial, a título de exemplo das barreiras éticas que o titular do Planalto ultrapassa alegremente, uma depois da outra, a farsa de que foi protagonista central na quarta-feira, em Itaboraí.

A farsa – uma superprodução comparável à de um show de rock – consistiu no lançamento, pela Petrobrás, da pedra fundamental de um complexo petroquímico em um ter-

reno que ela nem sequer adquiriu e que não entrará em operação antes de 2011, e em dar palanque a Lula para fazer campanha em importantes colégios eleitorais fluminenses como São Gonçalo e Nova Iguaçu, onde residem mais de 1 milhão de votantes. No primeiro desses municípios, o candidadíssimo, que se recusa cinicamente a assumir a sua condição para poder fazer o que um governante íntegro não faria, recebeu o apoio da prefeita petelista Aparecida Panisset, que lhe desejou vitória no primeiro turno, enquanto a claque cantava “olê, olá, Lu-lá, Lu-lá”.

Ao predestinado presidente Lula só falta apregoar que faz o sol nascer

Em Nova Iguaçu, onde outdoors anunciavam, entre outras benesses federais, o atendimento de 43 mil famílias da cidade pelo Bolsa-Família, Lula, que se diz predestinado para acabar com a pobreza no Brasil, afirmou que só se fosse Deus “conseguiria consertar em quatro anos o que não foi feito em 500”, como quem sugere que em oito talvez consiga tão monumental proeza. Pela Petrobrás, mostrou um carinho de pai torcedor – “é o filho que todo mundo queria ter, o Ronaldinho da indústria brasileira” – que não lhe ocorreu exibir quando o seu muy amigo presidente Evo Morales mandou o exército boliviano ocupar um campo de produção da empresa.

A Petrobrás, a propósito, é o território por excelência de

Lula para os seus exercícios continuados de apropriação indébita de realizações alheias. Entre as inverdades repetidas por ele – e comentadas ontem no Estado pelo jornalista Rolf Kuntz – está a de que só no seu governo a estatal perdeu o medo de competir no exterior. A Petrobrás operava no Iraque já em 1979, quando Lula fundava o PT, antes de expandir as suas atividades para Angola, Argentina e Golfo do México, por exemplo. O caso da auto-suficiência em petróleo, supostamente alcançada pelo que o seu governo fez e os anteriores deixaram de fazer, é uma patranha ainda mais conhecida.

Se alguém tiver a paciência de reler os pronunciamentos presidenciais apenas deste ano haverá de achar enormidades do gênero em relação às mais diversas áreas de atuação governamental. Lula só falta apregoar que faz o dia nascer. Recorrendo ao futebolês que lhe é tão caro, se poderia afirmar que ele chuta a gol não só em impedimento (quando confunde função pública e atividade eleitoral), mas depois de passar uma rasteira no goleiro (quando agride a verdade dos fatos). Sem falar nos factóides administrativos que fabrica com seus custosos deslocamentos pelo País, inaugurando obras que ainda não saíram do papel. A sua modalidade preferida parece ser a do lançamento de pedras fundamentais.

Esse simulacro de empreendedorismo chegará ao cúmulo nesta quinzena final de junho. Depois do dia 30, quando o PT terá cumprido o formalismo de oficializar a sua candidatura, ele não mais poderá participar de inaugurações – reais ou fictícias. Será um alívio.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Sete anos de metas”, de autoria do jornalista Celso Ming, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 13 de junho do corrente.

O autor, em seu artigo, reconhece a eficácia da política de metas de inflação, adotada há sete anos durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo o autor, o sistema de metas de inflação “conseguiu dar credibilidade ao Banco Central, na medida em que a expectativa de inflação do mercado passou a coincidir com a meta de inflação”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sete anos de metas

O Comitê de Política Monetária (Copom) tem dez anos e a política de metas de inflação está completando sete. É período de testes suficientemente prolongado para ajustes, se é para fazê-los.

Antes de aprofundar no tema, é bom relembrar o propósito da política de metas de inflação. Até 1999, prevalecia no Brasil uma forma de câmbio fixo, o câmbio indexado. Sua cotação era rigidamente controlada e evoluía de acordo com a inflação interna, descontada a externa. Os técnicos chamam essa modalidade de *crawling peg*, algo que poderia ser traduzido como “rastejando amarrado”.

O Banco Central fixava os preços pelos quais comprava ou vendia moeda estrangeira. Estava comprometido a comprar as sobras ou a vender os dólares até satisfazer toda a procura.

Essa situação implicava baixíssima capacidade de fixar os juros. Cada compra de dólares pelo Banco Central envolve emissão de moeda, a mesma que serve de pagamento dos dólares; cada venda produz movimento oposto. Isso significa que, a menos que o fluxo de moeda estrangeira também fosse controlado, não havia como ter

uma política de juros ativa, porque o Banco Central não tinha como controlar a quantidade de moeda na economia.

Até início dos anos 90, os países em condições de fixar os juros (controle da oferta e da procura de moeda nacional) o faziam por meio do controle dos agregados monetários, o que os economistas chamam de M1, M2, M3, M4, etc. Como o mercado financeiro evoluiu muito, como apareceram os cartões de crédito e o mercado de derivativos ganhou densidade, a melhor forma de controlar a oferta de moeda de modo a garantir um nível predeterminado de juros, passou a ser o sistema de metas de inflação: o governo fixa a meta de inflação e o Banco Central aumenta ou diminui o volume de moeda (aumenta ou diminui os juros) para cumprir a meta.

O câmbio fixo desmoronou em 1999 com o esgotamento das reservas externas. Chegou o dia em que o Banco Central não tinha mais dólares para quem se apresentasse para comprá-los. Ou seja, o Banco Central ficou sem condições de controlar a cotação do dólar. A saída foi liberar o câmbio. O equilíbrio entre oferta e procura de moeda estrangeira passou a ser determinado pelo preço de mercado. A

partir do momento em que o Banco Central não precisou mais comprar ou vender dólares e, assim, não precisou mais emitir ou retirar moeda do mercado, criaram-se as condições para a política monetária ativa.

Os juros passaram a ser fixados pelo Banco Central, por meio do Copom, tendo em vista um objetivo (meta de inflação) a cumprir. Se a inflação estiver es-

Com inflação controlada, dá para dizer que o sistema deu resultados

capando da meta, o Banco Central retira dinheiro do mercado (aumenta os juros); se a meta estiver sendo cumprida, injeta dinheiro (reduz os juros).

Dá para dizer que o sistema deu resultados. A inflação está há três anos dentro da meta e, mais do que isso, conseguiu dar credibilidade ao Banco Central, na medida em que a expectativa de inflação do mercado passou a coincidir com a meta de inflação. Quando isso acontece, a meta é ainda mais facilmente cumprida porque a convergência de-estimula remarcações de pre-

ços acima da meta.

Há uma boa discussão sobre se o recuo do dólar no câmbio interno não ajudou mais do que os juros altos a garantir a meta na medida em que derrubou os preços dos produtos importados. O fato é que, se a inflação não estivesse sob controle, a cotação do dólar também não teria escorregado para onde está.

Embora reconheçam a eficácia do programa de metas, economistas de várias escolas formulam críticas ao sistema tal como funciona no Brasil. A mais importante tem a ver com o calendário gregoriano. Achem que, se a meta tiver de ser cumprida ao longo de um mesmo ano civil, o Banco Central fica imobilizado por uma camisa-de-força. Por que não trabalhar com sistema de 12 meses móvel?

Se a inflação fosse de 7% ou mais, essa objeção talvez ainda tivesse sentido. O fato é que, com uma inflação de 4,5% ao ano e dentro da meta, pouca diferença faz trabalhar ou não dentro do ano-calendário.

Outra objeção é a de que, para enquadrar na meta, os juros têm de ser muito altos no Brasil. Mas isso não tem diretamente a ver com o sistema de metas; tem a ver com as mazelas econômicas brasileiras. ●

O SR LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Política da Terra Sem Lei”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 21 de junho do corrente.

Segundo o artigo, “Se a justiça não é respeitada e a Polícia não pode agir, não há limites”. O artigo ressalta, ainda, como o governo reagiu às questões fundiárias: primeiro estabeleceu a plena mixórdia entre governo, PT, MST, MLST, colocando os interesses específicos deles acima de tudo e, segundo, especia-

lizou-se em descobrir ou inventar pretextos para que a lei seja sistematicamente desrespeitada.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Política da Terra Sem Lei

Se fosse para definir os dois traços mais marcantes da política do governo Lula, no que diz respeito às questões fundiárias do País, diríamos que, primeiro, se estabeleceu a plena mixórdia entre governo, partido (PT) e ditos “movimentos sociais” (MST, MLST e semelhantes), de forma a serem colocados os interesses específicos desses interlocutores bem acima dos interesses da sociedade e, segundo, que o governo sempre busca (quando se sente obrigado a salvar as aparências) descobrir ou inventar pretextos para permitir que a lei seja sistematicamente desrespeitada.

A sociedade ficou perplexa ao saber que Bruno Maranhão, o líder do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) que promoveu os mais desbragados atos de vandalismo contra a Casa dos (bem ou mal) representantes do povo, era membro da Executiva do PT, afora ser petista histórico e amigo fraterno do presidente da República. Mas esse privilegiado status oficial de um fora-da-lei está bem longe de ser caso isolado, num governo que tem preenchido muitos de seus cargos administrativos com militantes dos ditos “movimentos sociais”, haja vista para os ocupantes de, pelo menos, 14 das 27 superintendências do Incra, cujo atual presidente, Rolf Hackbart, chegou ao posto por influência direta do seu diletto mentor – João Pedro Stédile – com quem sempre manteve relação de estreita dependência.

É assim que se explica melhor – pela afinidade ideológica e identidade de interesses – a

farta distribuição de subsídios oficiais, no atual governo, a organizações sem registro legal, há muito tempo dedicadas ao desrespeito à ordem pública em operações de extrema violência, como invasão de fazendas produtivas, matanças de animais, depredação de sedes, colocação de empregados em cárcere privado, destruição de equipamentos agrícolas, de cercas, de plantações, de laboratórios de pesquisa científica, saques de caminhões, depredação e saques de cabanas de pedágio, ocupação de rodovias, ocupação de próprios da administração pública, respectivas.

Se a Justiça não é respeitada e a Polícia não pode agir, não há limites

depredações e tudo o mais que o termo vandalismo implica. Mas, como a cumplicidade estabelecida com os fora-da-lei dos ditos “movimentos sociais” poderia demolir, de todo, a autoridade dos governantes perante a opinião pública, certas “explicações” são dadas para justificar a leniência governamental quanto à quebra da ordem pública. Vejamos como isso bem se ilustra.

Justificando o ataque vandálico do MLST à Câmara dos Deputados, Maria Oliveira, a superintendente do Incra em Pernambuco – em cuja sede o líder Bruno Maranhão era visto com frequência –, foi a primeira a dizer que toda a responsabilidade pelo incidente fora do próprio Congresso Nacional, que se revelara incompetente para lidar com os sem-

terra. Justificando o sistemático desrespeito à Medida Provisória do governo Fernando Henrique que proíbe por dois anos a utilização de terra invadida no programa de reforma agrária (o que fizera o número de invasões cair de 592, em 1999, para 163, em 2002), o presidente do Incra referiu-se a uma suposta jurisprudência do Supremo segundo a qual só o “esbulho possessório” impediria essa utilização – e numa interpretação jurídica inovadora, o sr. Hackbart diz que só há esbulho possessório com a interrupção da atividade econômica da fazenda invadida!

Parecem seguir o mesmo espírito de engodo – e agressão à inteligência alheia – os líderes emessetistas que comandam a ocupação da Fazenda Teijim, em Nova Andradina. É que, além de ameaçarem matar (e depois trocarem a ameaça por “soltar na estrada”) seus 10 mil bois e depredar suas instalações, emitiram nota negando que haviam transformado em reféns os 28 empregados da fazenda, porquanto estes estavam livres para circular por onde quisessem – não esclarecendo que estavam impedidos de usar cavalo ou qualquer veículo de transporte. Nessa já longa ocupação, feita por mil famílias, com participação direta do próprio Incra – com toda a área da fazenda, de 28.500 hectares, já dividida em lotes e empresas a serviço da instituição nela já rasgando estradas internas – e em claro desrespeito a uma decisão da Justiça Federal, que embargara a desapropriação, até a Polícia Militar foi barrada pelos sem-terra. Que limites restarão, então, para a Política da Terra Sem Lei?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Lula sem politetra-fluoroetileno”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 27 de junho deste ano.

O artigo, do senador Jorge Bornhausen, faz uma excelente crítica ao Presidente Lula. Segundo ele “Essa história de que Lula pode ‘fazer tudo’, ‘errar tudo’ compactuar com a corrupção e proteger corruptos e ainda ter condições de se candidatar à reeleição não é um fenômeno de amnésia coletiva do povo brasileiro, mas um golpe de *marketing*.”

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula sem politetra-fluoroetileno

JORGE BORNHAUSEN

ESSA HISTÓRIA DE que Lula pode “fazer tudo”, “errar tudo”, compactuar com a corrupção e proteger corruptos e ainda ter condições de se candidatar à reeleição não é um fenômeno de amnésia coletiva do povo brasileiro, mas um golpe de *marketing* político.

Se dúvida existisse, a comprovação veio sexta, 16 de junho, na **Folha**, com o artigo “Por um debate de idéias”, no qual o presidente do PT e ex-ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, cita-me, indignado, por ter exposto as relações pessoais e apoios explícitos que o presidente Lula dispensou e continua dispensando aos corruptos do “mensalão” e de outros escândalos do atual governo.

Reclama que estou “arruinando reputações em prejuízo da verdade”. Propõe que se discuta tudo, mas se esqueça a corrupção. Ou seja, pede que esqueçamos a verdade e que passemos a falar de mentiras e fantasias.

Pois assim, como já recusamos a chantagem do próprio Lula que havia, debochadamente, desafiado a oposição a tratar de corrupção na campanha eleitoral, venho recusar a cavalheiresca proposta do ex-ministro petista de excluir o “mensalão” e outros escândalos do debate político.

Não. Não deixaremos que avancem até outubro as manobras de encobrimento de Lula e seus corruptos. Estamos na hora limite para desmontar essa monstruosa manobra político-eleitoral e vamos destruí-la.

É importante considerar, desde já, que não está havendo relaxamento moral, muito menos uma condescendência ou cumplicidade por parte da sociedade, mas um entorpecimento

Não adianta vetar a discussão sobre corrupção, porque a preliminar da ética tem que ser levantada antes que se fale de projetos

popular por overdose de propaganda, montada com tal frieza e cinismo que tem até nome em código: politetra-fluoroetileno.

O nome da operação indica seu caráter solerte, já que consiste em evitar que “peguem” na imagem de Lula as verdades do seu governo, permitindo-lhe, aparentemente limpo e fagueiro, propalar mentiras e apropriar-se, como se fossem suas realizações, de iniciativas de outros.

O Bolsa Família, por exemplo. Não foi obra dele, mas apenas um nome novo para o conjunto de cartões (como o Bolsa Escola e o Vale Gás) que já existiam e apenas receberam novo nome e nova embalagem. Obra de Lula documentadamente foi o fracasso do Fome Zero, mas fracassos ele não quer discutir ou explicar. Quer é propagar imposturas e enganar. Para isso precisava de espaço e audiência, evitando a citação e a indignação com a corrupção e os corruptos do seu governo e do PT.

Pois a “operação politetra-fluoroetileno” produziu esses dois efeitos de que Lula precisava: esfriou a indignação com as denúncias (hoje comprovadas pelo isento Ministério Público) e deu espaço para que fossem produzidas e pagas com dinheiro do povo a mais dispendiosa campanha de propaganda oficial já vista no país, como

a promovida pela Petrobras, sem benefício para a estatal, mas que sugeria (quanta audácia!) que a auto-suficiência na extração de petróleo, um projeto que se desenvolveu sem custos nos últimos 50 anos, era “obra” do governo Lula.

Sem falar que, ao mesmo tempo, irrigava com gordas comissões Duda Mendonça, o marqueteiro do caixa 2, das contas em dólares em paraísos fiscais e que é o grande orientador intelectual e moral do presidente. Esse receituário foi aplicado e está esgotado. Não adianta reclamar que lembrar os escândalos do governo é baixaria. Baixaria é a corrupção, baixaria foi o governo e o PT terem se envolvido nos escândalos do “mensalão”, dos “vampiros”, dos “sanguessugas”.

Não adianta vetar a discussão sobre corrupção, porque a preliminar da ética e da moralidade tem que ser levantada antes que se fale de idéias e de projetos eleitorais.

Até mesmo porque Lula e o PT são perjúrios. Em 2002, juraram um “programa” e “compromissos” que não cumpriram. Na verdade, eram apenas palavras e imagens de TV, pois nada do que foi dito e mostrado foi feito no governo.

Além do mais, é significativo que a “operação politetra-fluoroetileno” apenas esconda, com o nome científico da substância, a marca de fantasia teflon que os fabricantes usam para anunciar painéis onde nada gruda. Mas Lula não tem teflon, apenas foi protegido por uma operação de *marketing* que se esgotou. Acabou-se a conspiração do teflon, a verdade sobre a corrupção o estigmatizará.

JORGE BORNHAUSEN é senador por Santa Catarina e presidente nacional do PFL.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “PDT lança Cristovam para deter ‘tentação autoritária’ de Lula”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 20 de junho do corrente.

A matéria destaca que ex-ministro da Educação de Lula, o senador Cristovam Buarque, homologou a sua candidatura para Presidente da República pelo PDT. Segundo o senador, o presidente Lula tentará conseguir um “terceiro mandato” se for eleito no primeiro turno.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006 / PRESIDÊNCIA

PDT lança Cristovam para deter ‘tentação autoritária’ de Lula

Ex-ministro da Educação afirma que presidente tentará conseguir um ‘terceiro mandato’ se for eleito no 1º turno

Divisão marca a convenção do partido, que homologou sua candidatura própria à Presidência por 236 votos contra 97, com 68 ausências

ITALO NOGUEIRA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

Ex-ministro da Educação de Lula, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), homologado ontem candidato à Presidência pelo PDT, não poupou críticas ao petista e afirmou estar preocupado com uma possível tentativa do presidente para viabilizar um terceiro mandato caso vença as eleições.

“O meu medo é que ele queira um terceiro mandato [através de uma] reforma da Constituição, como fez [Hugo] Chávez, como fez [Alberto] Fujimori. Eu temo que se Lula for eleito, sobretudo no primeiro turno, com a força de 60 milhões de votos e sem maioria no Congresso, ele tenda a governar diretamente com o povo, tirando a intermediação do Congresso”, afirmou o senador.

Ao dizer que a “tentação au-

toritária” de Lula é grande, ele foi questionado se notou essa “tentação” quando foi ministro: “Não, mas nos meses posteriores nós notamos”. Cristovam citou como exemplos as tentativas de criar o Conselho Federal de Jornalismo e de expulsar do país o correspondente do New York Times.

O PDT não lança um candidato próprio à Presidência desde 1994, quando Leonel Brizola obteve apenas 3,2% dos votos. Em 1998, Brizola foi vice na chapa de Lula (PT) e, em 2002, apoiou a candidatura de Ciro Gomes —então no PPS.

Do PT ao PDT

Engenheiro mecânico com doutorado em economia na França, Cristovam foi professor e depois reitor da UnB (Universidade de Brasília).

Filiou-se ao PT em 1990 e elegeu-se governador do Distrito Federal em 1994. Não obteve a reeleição em 1998. Em 2002, foi eleito senador pelo PT. Ocupou o Ministério da Educação de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Entrou no PDT em setembro de 2005.

Dividido, o PDT decidiu pela candidatura própria contra a vontade de 10 líderes partidários estaduais numa convenção realizada no centro do Rio. Sem uma liderança forte desde a morte de Leonel Brizola, em 2004, seus militantes só não racharam no culto à memória de seu fundador. Desde o crachá —com a inscrição “Brizola Vive”— aos discursos durante a votação, tudo lembrava o líder.

Em três momentos, convencionais por pouco não trocaram socos e pontapés. Pouco antes do fim da votação —que homologou Cristovam por 236 votos a 97, com 68 ausências—, os principais líderes da ala contra a candidatura própria, preocupada com a cláusula de barreira, lamentaram a derrota. “Não sei qual vai ser o destino do partido. Acho que foi uma insanidade o que foi feito aqui”, disse o presidente do PDT-RS, Matheus Schmidt. “Foi uma decisão que não ajuda o partido, considerando a verticalização e a cláusula de barreira. Colocaram em risco a sobrevivência do partido”, disse Jackson Lago, vice-presidente do PDT.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o processo constituinte de 1987/1988 foi um momento memorável na trajetória que o povo brasileiro realiza em busca de construir um País melhor e uma sociedade mais justa. Graves eram as responsabilidades que pesavam sobre os ombros dos representantes da Nação. Mas, no confronto democrático dos legítimos interesses dos diversos setores da população, lograram os Deputados e Senadores Constituintes forjar um verdadeiro pacto social, corporificado no documento que, com toda a justiça, se tornaria conhecido como “Constituição-cidadã”.

O pacto social então estabelecido efetivou preceitos fundamentais, especialmente na busca da diminuição das desigualdades, propósito, aliás, expressamente definido como objetivo fundamental desta República já no inciso IV do Artigo 3º da Carta Magna.

Entre as pautas sociais consagradas naquele processo, uma, de grande relevância, foi a garantia de que os aposentados e pensionistas teriam seus benefícios previdenciários calculados pela média das 36 últimas remunerações corrigidas, em vez do sistema anterior, que só corrigia os primeiros 24 meses do cálculo.

No entanto, esse resgate da dignidade dos aposentados e pensionistas assegurado pela Constituição-cidadã veio a ser profundamente deformado pelas modificações nas regras previdenciárias introduzidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Essa alteração do texto constitucional autorizou que o cálculo dos benefícios fosse realizado de forma a ser sustentável do ponto de vista atuarial, mediante a introdução do famigerado “fator previdenciário”.

Quando começou a ser aplicado, em 1999, o fator previdenciário não revelou, desde logo, todo seu potencial deletério sobre o poder de compra das aposentadorias e pensões. Isso porque havia regra de transição que mitigava seus efeitos nefastos, a ponto de garantir ao aposentado, naquele ano, percentual superior a 99% da média dos seus salários, caso estivesse com 35 anos de trabalho e 53 anos de idade, se homem.

No decorrer destes seis anos de vigência do fator previdenciário, contudo, o mesmo trabalhador, com os mesmos 35 anos de trabalho e 53 de idade, teria, em dezembro último, sua aposentadoria gerada em percentual próximo a 69% da média dos salários computados desde julho de 1994, sendo descartados 20% dos piores valores corrigidos.

Como se pode ver, Sr^{as} e Srs. Senadores, o impacto mais agudo do chamado fator previdenciário somente agora começa a se revelar ao trabalhador comum. Na verdade, os trabalhadores ativos ainda não

se deram plenamente conta do que representa essa figura. Entretanto, os trabalhadores já em condições de se aposentarem e que requerem seus benefícios passam a entender o quanto o fator previdenciário deprecia o valor de suas pretendidas aposentadorias.

No inconsciente dos assalariados, ainda subsiste a idéia de que o cálculo de sua aposentadoria será apurado pela média dos 36 últimos meses, e que, pelo fato de haver contribuído ao longo de 35 anos, sua aposentadoria corresponderá a 100% do seu salário, ou seja, a seu valor integral. A triste decepção, contudo, ocorre no dia seguinte à concessão do benefício requerido, quando o segurado verifica o valor concedido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). É a lei, a fria letra da lei frustrando as expectativas daqueles que, durante longos anos, contribuíram regularmente para os cofres da Previdência Social.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por trás da aparente viabilidade atuarial pretextada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, o que realmente se promoveu foi a aproximação, cada vez maior, dos critérios de cálculo da Previdência Social àqueles utilizados pela previdência privada. Nesse contexto, não parece de todo despropositada a desconfiança de que a manobra, na verdade, tenha sido perpetrada com o intuito de viabilizar a privatização de uma parcela cada vez maior da Previdência Pública. Afinal, quanto menor a retribuição pública, maior a necessidade de complementação dos proventos. E a quem caberia tal complementação, senão à previdência privada?

A Emenda Constitucional nº 20, de 1998, violou a garantia constitucional estatuída na Carta democrática de 1988, estabelecendo notória deturpação de direito, ao impor que o trabalhador permaneça por mais tempo trabalhando para ganhar menos. A partir dela, o assalariado brasileiro passou a viver aquela crítica e fatídica situação tão bem definida pelo dito popular “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”. Vale ainda lembrar que, com a modificação da tábua de expectativa de vida, ainda mais se agrava a situação de quem se aposenta pela Previdência Social.

Os trabalhadores que estão prestes a se aposentar, em igual distribuição de tempo de contribuição e idade, perdem, em cinco anos de aplicação do fator previdenciário, praticamente 21% do valor do seu benefício. Fica, assim, muito claramente demonstrada a intenção de restringir a concessão do benefício até o ponto de transformá-lo numa espécie de aposentadoria por idade, pois, para o assalariado atingir o fator 1,00, ou 100% de sua remuneração na ativa, tem de trabalhar por 35 anos no mínimo e até os 63 anos de idade.

O debate acerca da grave injustiça representada pelo fator previdenciário ganhou corpo no Congresso

Nacional graças à apresentação, pelo eminente Senador Paulo Paim, do Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003. O propósito consubstanciado na iniciativa de Sua Excelência é restabelecer os critérios emanados da Constituição-cidadã, tendo em vista que as desigualdades sociais que os preceitos da Carta se esforçam em combater são sofridas com maior intensidade após a geração dos benefícios previdenciários: a perda de seu poder de compra e de seu valor real pode chegar a mais de 50%, dependendo do caso concreto.

É preciso considerar, ainda, a peculiar situação vivida no atual estágio de acesso ao trabalho no Brasil. O que hoje se pode observar é que a maioria dos trabalhadores reivindica e luta pela garantia de emprego, havendo velada discriminação, na escolha para preenchimento dos postos de trabalho, em relação a pessoas que já superaram a faixa dos 40 ou 45 anos de idade. Para esses trabalhadores, manter-se competitivo é um desafio extremamente difícil de ser superado.

Então, sendo precisamente essa a idade para a qual a oferta de postos de trabalho apresenta-se mais comprimida, estabelecer regras como a do fator previdenciário, mesmo para os trabalhadores que já contam mais de 35 anos de contribuição, equivale a lançá-los ao abismo, condenando-os ao recebimento de valores de benefícios próximos ao do salário mínimo, quando não nesse exato patamar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é nosso dever cívico dar mais densidade e maior profundidade ao debate que teve início e recebeu importantes adesões nesta Casa do Parlamento. Imperiosa se faz a revogação do fator previdenciário.

Caso contrário, duas alternativas igualmente funestas apresentar-se-ão aos segurados da Previdência Social: ou seus benefícios previdenciários serão gradualmente relegados à condição de benefícios mínimos; ou ver-se-ão eles compelidos, por linhas tortas, a permanecerem no mercado de trabalho – quando houver postos disponíveis – até os 65 ou 70 anos, como única forma de receberem uma retribuição condigna.

Neste último caso, muitos assalariados só passarão a perceber o benefício previdenciário quanto estiverem às portas do Paraíso, sob as bênçãos de São Pedro.

É hora, Sr^{as} e Srs. Senadores, de revivermos o afã de luta pela redução das desigualdades sociais que presidiu a elaboração da Constituição-cidadã. É hora de buscarmos, mais uma vez, o resgate da dignidade de aposentados e pensionistas. É hora – é

mais do que hora – de revogarmos o mal-fadado fator previdenciário.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 15 minutos.)

(OS Nº 13929/06)

Ata da 93ª Sessão Não Deliberativa, em 30 de Junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra Heloísa Helena e do Sr. Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 786-GP/TCU

Brasília, 21 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Para os fins previstos na alínea “g” do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, informo a Vossa Excelência que esta Corte de Contas manterá disponível no **site** www.tcu.gov.br, no período de 3 de julho a 31 de dezembro deste ano, a relação atualizada dos nomes de responsáveis por contas julgadas irregulares por decisão definitiva deste Tribunal nos últimos cinco anos, consoante disposto no artigo 91 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e nos artigos 1º, § 2º, e 2º da Resolução-TCU nº 113, de 20 de maio de 1998.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 781, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim que modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e acrescenta o § 3º, concedendo adicional de periculosidade aos carteiros.

Relator: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

Recebemos para análise nesta Comissão, em caráter terminativo, iniciativa do Senador Paulo Paim que modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e acrescenta-lhe o § 3º, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros.

O projeto altera o **caput** do citado artigo celetista, incluindo entre as atividades perigosas o trabalho em condições de risco à integridade física do trabalhador. Atualmente, o conceito legal de atividade perigosa compreende as que impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. Essa alteração objetiva, em última instância, conceder esse adicional aos carteiros, razão pela qual é acrescido § 3º ao art. 193 da CLT nesse sentido.

Em sua justificativa, o autor da iniciativa salienta que os carteiros “trabalham em condições perigosas, pois são freqüentes os casos de atropelamento, ataque de cães, acidentes na hora de subir e descer de ônibus, quedas e torções devido às condições geográficas adversas, fazendo com que os carteiros atravessem rios e florestas para entregar a correspondência nos mais longínquos municípios deste país, ...”.

O texto justificador afirma ainda que, dada a imprescindibilidade da atividade dos carteiros, conceder-lhes adicional de periculosidade é dotá-los de condições dignas de trabalho.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

A concessão de adicional de periculosidade aos carteiros insere-se no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, o projeto não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade. Também não detectamos aspectos regimentais que impeçam a regular tramitação da matéria.

Quanto ao mérito, firmamos entendimento favorável à aprovação da proposta. Trata-se de contemplar uma categoria profissional que goza da confiança e respeito da população, justamente porque se submete a condições de trabalho adversas para bem realizar as suas atribuições, entregando as correspondências e encomendas dentro de prazos razoáveis nos endereços indicados.

É notório que o trabalho em vias públicas envolve perigos e riscos à saúde e exige do profissional uma atenção redobrada. E os carteiros cumprem praticamente toda a sua jornada de trabalho nestas condições: tráfego intenso ou lugares ermos, cães de guarda e vadios, chuva ou sol escaldante etc.

Muito embora a compensação monetária não seja o ideal nos casos de desgaste à integridade física de uma pessoa, decorrentes da insalubridade e da periculosidade, ela serve, ao menos, para diminuir os impactos negativos das condições adversas de trabalho. Sabemos que o correto seria a prevenção e a eliminação das condições insalubres ou perigosas, mas a concessão de um adicional permite que o profissional viva numa condição financeira e psicológica melhor, com impactos positivos sobre a sua saúde.

Do ponto de vista técnico, entretanto, consideramos necessário alterar a redação do texto para tornar mais claro o objetivo da iniciativa. Nesse sentido apresentamos proposta de substitutivo que altera o captd

previsto para o art. 193 da CLT, dando nova redação à expressão “em condições de risco à integridade física do trabalhador” por “ou exercidas em condições de risco à integridade física do trabalhador em função da circulação em vias públicas, com os perigos a elas inerentes, para entrega de correspondência ou encomenda, no exercício da profissão de carteiro”. Suprimimos, por desnecessário o § 3º;

III – Voto

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003, com o seguinte substitutivo.

EMENDA Nº CAS
(Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2003

Altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, aquelas que sejam exercidas em contato permanente com inflamáveis e explosivos, ou exercidas em condições de risco à integridade física do trabalhador em decorrência da circulação em vias públicas, com os perigos a elas inerentes, para entrega de correspondência ou encomenda, no exercício da profissão de carteiro.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/5/2006, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR MÃO SANTA

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
JONAS PINHEIRO - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL
RODOLPHO TOURINHO - PFL.	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
ONEL PAVAN - PSDB.	6- PAPALÉO PAES - PSDB
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- ----
LUIZ PONTES - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.

PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ÍRIS DE ARAÚJO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- ----

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PFL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PFL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- ANTONIO JOÃO (PTB)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	6- ----

PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- CRISTOVAM BUARQUE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LÍSTA DE VOTAÇÃO				SUBSTITUTIVO AO PLS Nº 82, DE 2003.					
TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL	X				1- HERACLITO FORTES - PFL				
JONAS PINHEIRO - PFL	X				2- JOSE JORGE - PFL				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL					3- DEMOSTENES TORRES - PFL				
RODOLPHO TOURINHO - PFL					4- ROMEU TUMA - PFL				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				5- EDUARDO AZEREDO - PSDB	X			
LEONEL PAVAN - PSDB					6- PAPALEO PAES - PSDB				
LÚCIA VANJA - PSDB	X				7- ----				
LUIZ PONTES - PSDB					8- SÉRGIO GUERRA - PSDB				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA					1- WELLINGTON SALGADO	X			
ROMERO JUCA					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP					3- JOSE MARANHÃO				
MÃO SANTA (RELATOR)	X				4- PEDRO SIMON	X			
SERGIO CABRAL					5- IRIS DE ARAUJO				
GERALDO MESQUITA JUNIOR	X				6- ----				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL, E, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL, E, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB					1- ANTONIO JOÃO				
FLAVIO ARNS - PT	X				2- MAGNO MALTA - PL				
IDELI SALVATTI - PT					3- EDUARDO SUPPLICY - PT				
MARCELO CRIVELLA - PMR					4- FÁTIMA CLEIDE - PT				
PAULO PAIM - PT			X		5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB				
PATRICIA SABOYA GOMES-PSB					6- ----				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTEUHO	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 11 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 04 SALA DAS REUNIÕES, EM 24/05/2006.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RSF)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

TEXTO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2003,
(EMENDA Nº 01 – CAS – SUBSTITUTIVO)
APROVADO NAS REUNIÕES DOS DIAS 24 E 31
DE MAIO DE 2006, RESPECTIVAMENTE,
DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

EMENDA Nº 1 – CAS (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2003

Altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:




Art. 1º O **caput** do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, aquelas que sejam exercidas em contato permanente com inflamáveis e explosivos, ou exercidas em condições de risco à integridade física do trabalhador em decorrência da circulação em vias públicas, com os perigos a elas inerentes, para entrega de correspondência ou encomenda, no exercício da profissão de carteiro.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator


LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
 Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

.....
 Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao

Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as Leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....
DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

Relatório

Relator: Senador **Álvaro Dias**

I – Relatório

Esta Comissão recebe para análise, em caráter terminativo, iniciativa do Senador Paulo Paim que modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e acrescenta-lhe o § 3º, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros.

O projeto altera o **caput** do referido artigo celetista, ampliando o conceito de periculosidade. Atualmente, o conceito legal de atividade perigosa compreende as que impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. Pretende-se, com a alteração, definir como perigosa toda a atividade desenvolvida em “condições de risco à integridade física do trabalhador”.

Além disso, determina a proposição seja concedido o referido adicional aos carteiros, na forma prevista no § 1º do art. 193 da CLT.

Em sua justificativa, o autor da iniciativa salienta que os carteiros exercem suas atividades em condições adversas, expostos a atropelamentos, ataque de cães, quedas e torções.

Afirma que, dada a imprescindibilidade da atividade dos carteiros, conceder-lhes adicional de periculosidade é dotá-los de condições dignas de trabalho.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

O projeto não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade. A iniciativa está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais e foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61 e **caput** do art. 48 da Carta Magna, respectivamente).

Quanto ao mérito, entretanto, necessário que tenhamos algumas considerações. A Seção XIII, insere no Capítulo V da CLT, que cuida da segurança e medicina do trabalho, disciplina o exercício das atividades insalubres e perigosas, estabelecendo pagamento de adicionais aos trabalhadores que sejam submetidos a condições de risco.

Define, no art. 189, como insalubres as atividades ou operações que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde e, no art. 193, estabelece como perigosas as que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem em contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

Em verdade, não há qualquer compensação financeira que possa indenizar o desgaste biológico ou a ocorrência de um grave sinistro que venham a debilitar séria e permanentemente o trabalhador.

Importante observar como ideal a desnecessidade de pagamento de qualquer adicional, pois o trabalho em condições atentatórias à saúde e à se-

gurança dos indivíduos já deveria estar banido das rotinas laborais.

Por outro lado, muito embora não seja nunca o dinheiro capaz de compensar o desgaste da integridade física de uma pessoa, ele pode e deve responder pelos eventuais acréscimos das despesas permanentes com saúde. Deve ser suficiente pra proporcionar algum conforto àqueles que trabalharam até o limite do sacrifício. Sob essa ótica é que devem ser encarados os ditos adicionais.

Pretende-se, mediante a proposta em análise, estender o pagamento de adicional de periculosidade aos carteiros ao argumento de que estes são submetidos a toda sorte de agruras no cumprimento de suas atribuições.

Todavia, para viabilizar tal concessão, a iniciativa altera o conceito de periculosidade, fazendo constar no **caput** do art. 193 da CLT que são consideradas atividades perigosas não só as desenvolvidas em contato com inflamáveis ou explosivos, mas toda a atividade que coloque em risco a integridade física do trabalhador.

Ao alterar o conceito de periculosidade, com o objetivo de alcançar os carteiros, o projeto adota um conceito demasiadamente impreciso e amplo.

Entendemos que simplesmente fazer inserir no referido artigo menção a “condições de risco à integridade física do trabalhador” e criar um ambiente de incerteza jurídica que seria responsável por detonar uma avalanche de pretensões, das mais diversas categorias profissionais, a tratamento isonômico, pleiteando a concessão da referida parcela.

Acrescente-se a isso a circunstância de que, não obstante o profundo respeito pela nobre e honrada profissão dos carteiros, entendemos que os riscos apontados não estão entre os que podem causar um comprometimento permanente e irreversível da saúde do trabalhador ou até mesmo custar-lhe a vida, que são, conforme explicamos acima, as razões da existência dos referidos adicionais.

À mesma sorte de fiscos estão expostos os que trabalham com entregas, auxiliares de escritório, vendedores a domicílio, enfim, inúmeras atividades nas quais os trabalhadores enfrentam situações semelhantes.

Lembramos ainda que os empregados acidentados no exercício de suas atividades, mesmo que não exerçam atividades enquadradas no rol das insalubres ou perigosas, não se encontram desamparados pela legislação em vigor, fazendo jus ao benefício previdenciário decorrente de acidente do trabalho.

OF. Nº 71/06 – CAS

Brasília, 31 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 24 de maio de 2006, em turno único, a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo), de 2006, ao PLS 82 de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, e no dia 31 de maio de 2006, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – **Antônio Carlos Valadares**,
Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O Parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 71/06 – CAS

Brasília, 31 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 24 de maio de 2006, em turno único, a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo), de 2006, ao PLS 082 de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, e no dia 31 de maio de 2006, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Com referência ao Ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 695-C. Civil

Brasília, 29 de junho de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini
– REFAP S.A.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria cópia do Aviso nº 151/GM/MME, do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no qual solicita sejam feitas correções na proposta de elevação temporária do limite de endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A., que lhe permita concretizar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, submetido à apreciação dessa Casa por meio da Mensagem nº 73, de 7 de fevereiro de 2006.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Aviso nº 151/GM/MME

Brasília, 29 de junho de 2006

A Sua Excelência a Senhora
Dilma Vana Rousseff
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Brasília – DF

Assunto: Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Senhora Ministra,

1. Faço referência à EM nº 3/MME, de 28 de janeiro de 2006, para encaminhar a Vossa Excelência o expediente GAPRE – 449/2006, de 28 de junho de 2006, da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, e a Carta AIE nº 18/06, de 27 de junho de 2006, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES que altera o valor do crédito e as condições básicas do financiamento para o projeto de ampliação e modernização da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

2. Diante das alterações assinaladas pelo BNDES, muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de que em relação à Mensagem nº 73, de 7 de fevereiro de 2006, enviada ao Senado Federal e publicada no **Diário Oficial** da União de 8 de fevereiro de 2006, sejam orientados os procedimentos necessários aos ajustes requeridos para apreciação dos Excelentíssimos Senhores Senadores.

Atenciosamente, – **Silas Rondeau Cavalcante Silva**, Ministro de Estado de Minas e Energia.

GAPRE – 449/06

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2006

Ilmo. Sr.
José Antonio Corrêa Coimbra
Chefe de Gabinete do
Ministro de Estado de Minas e Energia
Ministério de Minas e Energia – MME
Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 8º andar
70065-900 – Brasília – DF

Prezado Senhor,

Encaminhamos, em anexo, a “Carta AIE nº 18/06, de 27-6-06, enviada pelo BNDES à Alberto Pasqualini REFAP S.A., empresa contratada pela Petrobras.

Tratam-se das condições finais de contratação estabelecidas pelo BNDES (Decisão Dir. 480/06 e pelo BNDESPAR (Decisão nº 61/06), relativas ao processo de obtenção de recursos pela Refap S.A., junto a esses Bancos.

Tal carta deve ser encaminhada à Casa Civil que a enviará ao Senado Federal, onde é aguardada pela Senador Ney Suassuna, da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) para a conclusão do seu Relato no Processo de Limite de Endividamento da Refap S.A., (Resolução 96/89 do Senado Federal), que possibilitará a obtenção da Autorização para a contratação dos recursos pela Refap junto aos Bancos BNDES e BNDESPAR.

Agradecendo pelas suas providências, subscrevemo-nos,

Atenciosamente, – **Armando R. Tripodi**, Chefe do Gabinete do Presidente.

Carta AIE nº 18/06

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2006

À
Alberto Pasqualini – REFAP S.A.
Av. Getúlio Vargas, 11.001 – Bairro São José
Canoas – RS
CEP: 92.420-221

A/C: Sr. Vicente José Rauber – Diretor Financeiro e Administrativo

Ref: Projeto de Ampliação e Modernização da Refap

Prezado Senhor,

Vimos através desta informar as condições básicas aprovadas pelas Decisões nº Dir. 480/06 do BNDES e 61/06 da BNDESPAR, ambas de 23-6-2006, para a subscrição, pelo BNDES e pela BNDESPAR, de debêntures simples em emissão privada da Alberto Pasqualini – REFAP S/A., objetivando a ampliação e modernização dessa Empresa, visando aumentar sua capacidade de processamento de petróleo de 20.000

m³/dia para 30.000 m³/dia, além de aumentar substancialmente a parcela de óleos nacionais processada, conforme a seguir:

- i) Subscrição de até 852.600 debêntures, totalizando R\$652.600 mil;
- ii) Prazo total de 102 meses, sendo 6 de carência e 96 de amortização;
- iii) Taxa de Juros:
 - em 90% do valor do Crédito incidirá a TJLP acrescida de 3,8% ao ano; e
 - em 10% do valor do crédito incidirá o custo da Cesta de Moedas¹ do BNDES acrescido de 2,3% ao ano.

Ressalvamos que as condições apresentadas acima são válidas até 30-12-2006, prazo máximo para a assinatura do Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada e Outros Pactos a que se refere o Anexo I às citadas Decisões que aprovaram a operação. Caso não seja observado o referido prazo, o BNDES e a BNDESPAR reservam-se o direito de rever ou cancelar suas Decisões.

Atenciosamente, – **João Carlos do Couto R. Cavalcanti**, Superintendente, Área de Infra-Estrutura do BNDES.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O documento lido, juntado ao procesado da Mensagem nº 84, de 2006, retorna à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 722, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de louvor ao jornal **O Sul** do Grupo Rede Pampa de Comunicação que completará no domingo dia 2 de julho de 2006, cinco anos de fundação.

Justificação

Nesse período, sob o comando do empresário Otávio Gadret, o jornal **O Sul**, acompanhou com isenção a vida política e econômica do Rio Grande do Sul e do Brasil, fazendo deste órgão de imprensa um dos mais importantes do sul do País.

¹ A Cesta de Moedas do BNDES conduz a um custo de empréstimo dado pela variação cambial da UMBNDES acrescida de uma taxa de juros variável reajustada trimestralmente, publicada pelo BNDES no **Diário Oficial** da União (Seção 3).

Fazemos votos para que o jornal **O Sul** prossiga nessa trilha que o consagrou como porta-voz legítimo das aspirações do povo do Rio Grande do Sul.

Finalmente, gostaria, na pessoa do jornalista Paulo Sérgio Pinto, diretor-geral do jornal, cumprimentar todos os funcionários que fazem do **O Sul**, esse patrimônio de todos nós, daquele que entrega o jornal nas bancas, do jornaleiro que vende o jornal nas ruas, dos impressores, repórteres e editores ao editor-chefe.

Por essas razões estou muito feliz em apresentar este requerimento de voto de aplauso a Rede Pampa de Comunicação, em comemoração ao 50 aniversário de existência do jornal **O Sul**.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O Requerimento que acaba de ser lido vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Há oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, resolvi, no dia de hoje, fazer uma homenagem aos carteiros e carteiros. E o faço na esteira de uma grande plenária ocorrida no Rio Grande do Sul com a presença do PT, do PDT e do PSOL na qual debatemos a importância de não haver recurso ao plenário relativamente ao projeto que garante a periculosidade aos carteiros, projeto que foi aprovado na semana retrasada nas comissões competentes terminativamente. Esta homenagem que faço é também um apelo no sentido de que não sejam apresentados recursos e de que a matéria vá à Câmara dos Deputados e seja apreciada imediatamente.

Além disso, resolvi também falar um pouco sobre a história dos carteiros.

Desde os tempos remotos, o homem ansiava comunicar-se. Para tanto, buscou as mais diversas formas que se possa imaginar. No início, o homem comunicava-se por meio de gestos, sinais ou mesmo do grito, ou seja, da fala. Contavam as suas histórias fazendo desenhos nas paredes das cavernas (pinturas rupestres). Depois, o homem avança e passa a utilizar também telégrafos de tochas, telégrafos de tambor, telégrafos por sinais de fumaça e instrumentos que refletem a luz do sul e, brilhando, emitiam sinais de comunicação.

As tribos indígenas, por exemplo, utilizavam tambores para, dentro de seu tempo e de sua época, transmitir códigos sonoros e, além dos tambores, o

fogo para produzir códigos visuais para comunicação a distância.

Ao longo de nossas vidas, desde a nossa infância, temos assistido a cenas de filmes retratando esse tipo de comunicação. Certamente um dos momentos mais bonitos da nossa infância que gostamos de relembrar são os filmes que mostravam a figura do carteiro. Na época, eram mensageiros encarregados de levar pessoalmente a mensagem dedicando a vida ao envio de mensagem dos imperadores. Eles atravessavam a linha de fogo em plena batalha, rápidos, ágeis, sem olhar para trás, destemidos em sua missão. A figura desse mensageiro foi fundamental para o sucesso de inúmeras batalhas.

O carteiro dá a vida, mas não abre mão de entregar a mensagem ao destinatário.

Com códigos comuns e definidos, o grande desafio na comunicação sempre foi o alcance da mensagem. O homem passa, então, a desenvolver meios que possibilitem um maior alcance e uma maior rapidez na transmissão das mensagens.

O primeiro telégrafo (visual) só foi inventado em 1794 e utilizava conjuntos de hastes móveis, colocadas em locais altos (montanhas e torres), que formavam códigos transmitidos de um conjunto a outro.

Já no século XIX, com o conhecimento e relativo domínio da eletricidade, foi criado um aparelho de telégrafo mais moderno usando linhas de energia. Em 1840, Samuel Morse criou um código chamado Código Morse.

Em 1850, estabeleceu-se uma ligação entre a Inglaterra e o resto da Europa por intermédio de cabos marítimos que utilizavam o Código Morse.

A história da evolução das formas de comunicação é muito bonita e remonta ao início da humanidade, ela nos faz viajar pelos espaços do tempo e nos lembra que o carteiro representa um dos grandes elos da comunicação humana.

Os carteiros só ganharam um certo estatuto e sentido de classe no final do século XIX e princípio do século XX, com a reestruturação dos Correios, que passaram a ter autonomia administrativa e financeira.

Em 25 de janeiro de 1663, foi criado o Correio-Mor no Brasil, nome dado à função de carteiro naqueles tempos. Luiz Gomes da Matta Neto, que já atuava como Correio-Mor em Portugal, assumiu o posto no Brasil e se tornou responsável pela troca de correspondências da Corte com o nosso País.

As outras pessoas que quisessem enviar correspondências tinham de utilizar os serviços de mensageiros, de viajantes (como tropeiros ou bandeirantes) ou dos escravos. Só a partir de 1835, a Empresa de Correios deu início à entrega de correspondências

em domicílios. Em 1852, o telégrafo foi introduzido no Brasil.

No decorrer de toda a segunda metade do século XIX, diversas leis foram baixadas no sentido de melhorar as condições de trabalho dos carteiros e carteiras e aumentar seus poucos vencimentos. Ao mesmo tempo, tentava-se exigir deles um padrão razoável de competência e conduta. O emprego, então, passou a ser preenchido por concurso, constando como pré-requisito um atestado de bons antecedentes firmado pelo pároco da freguesia ou autoridade policial. Os concursos constavam de prova de leitura escrita e aritmética elementar.

Em quase 350 anos de atividade, muita coisa se transformou. Novas formas de entrega foram se somando às mais antigas. Os Sedex – serviços de encomenda expressa – podem entregar uma mercadoria em outro Estado até no mesmo dia. Por outro lado, ainda há distritos – Senadora Heloísa Helena, este detalhe é importante –, infelizmente, onde não há atendimento domiciliar, embora o carteiro deixe a correspondência no posto mais próximo; em muitos locais, a paróquia é o posto onde os carteiros deixam as cartas e a população vem do interior para resgatá-las.

Mesmo em tempos de Internet e correio eletrônico, as caixinhas de correspondência não perderam a sua função. Estão sempre abarrotadas de publicidades, periódicos e faturas, mas, às vezes, também nos trazem cartas de muito longe – de parentes ou conhecidos que ainda não usam o correio eletrônico.

Precisamos dos carteiros, até mesmo para recebermos as encomendas mais distantes, de lojas virtuais.

Os Correios garantem que o avanço da informática não está ocupando o lugar desses profissionais que existem, oficialmente, há 335 anos.

Atualmente, 55 mil carteiros e carteiras dão conta da distribuição de aproximadamente 40 milhões de objetos diariamente, mantendo o referencial humano dessa atividade que se tornou uma das maiores e de maior credibilidade junto à sociedade brasileira.

Em nossos gabinetes, por exemplo – tenho certeza, Senadora Heloísa Helena e Senador Heráclito Fortes –, recebemos com alegria inúmeras cartas que chegam as nossas mãos, trazendo palavras de ânimo, questionamentos legítimos, grandes idéias, além de compartilhar sofrimentos e alegrias. Tudo isso graças a esses trabalhadores e trabalhadoras tão especiais, que carregam em suas mochilas todas essas idéias, palavras e sentimentos, esperando poder levar resposta de cada carta, de cada manifestação que eles entregam.

Quero, hoje, falar desta questão, Sr^a Presidente, a caminhada dos carteiros. Por isso, voltei um pouco no tempo e na história. Quero falar desses homens e mulheres que andam uniformizados de azul e amarelo, são conhecidos de longe e, muitas vezes, alvo de grandes expectativas, já que levam na mochila sonhos, vivências, histórias de alegrias, tristezas e esperanças compartilhadas de um ponto a outro do nosso planeta.

Para colocar as pessoas em contato, eles atravessam oceanos, rios, adentram o sertão e as florestas, enfrentam as montanhas, o rigor do inverno. Quando a própria neblina não lhes dá visibilidade do que está à frente, lá estão eles, numa caminhada firme e no passo certo. Enfim, embrenham-se por lugares que nem conseguimos imaginar. Enfrentam tanto o frio como também o calor terrível, em muitas áreas – e V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, as conhece como ninguém – onde até a água falta.

E eles fazem as pessoas muito felizes com a sua chegada. Como diria Dona Santinha ao carteiro, após longos e intensos dias de sol observando, de sua janela, a chuva se aproximar timidamente: “Puxa, meu filho, depois da chuva, você é a visita mais querida que eu podia desejar. O que foi que você trouxe para mim desta vez?” Isso está na Internet.

A profissão de carteiro, em sua função propriamente dita, foi gerando afetos, criando cumplicidades entre o carteiro, a carteira, quem remete e quem recebe a carta, principalmente. Ali eles foram partilhando sentimentos, mitigando dores e quebrando solidões, nesse peregrinar diário de porta em porta.

Poderia descrever aqui inúmeras histórias que me foram contadas pelos carteiros. Só vou falar de mais uma delas – já falei da história da Dona Santinha: Wilson Romão, 45 anos, 12 anos como carteiro, sempre trabalhou fazendo entrega de correspondência em Pirabeiraba. Ele é muito querido pelo trabalho que desenvolve. No final do ano passado, ele recebeu do Rotary Club o título de Profissional do Ano e Amigo da Comunidade. Seu prestígio é tanto, ele conta, que, há três anos, quando foi transferido para entregas no centro de Joinville, a comunidade da cidade de Pirabeiraba elaborou um abaixo-assinado com 2.523 assinaturas, exigindo seu retorno. Diz ele: “Fiquei feliz, pois fiquei no centro só seis meses. Tiveram de me mandar de volta para Pirabeiraba”, conta com orgulho.

Meus caros Parlamentares, a categoria tem seus pedidos. Ela também quer receber algumas cartas. Eles também gostariam de receber algumas correspondências. E eles falam de duas: uma, que dissesse que a instalação das caixas receptoras de correspondências nas residências foi adotada e a outra informando que

foram adotadas, também, medidas para manter presos os cães.

Eles dizem que, em suas profissões, se deparam inúmeras vezes com aquele que é considerado, Senadora Heloísa Helena, Senador Heráclito Fortes – vejam só a contradição –, o maior amigo do homem, mas, infelizmente, do carteiro ele se torna um dos maiores inimigos: o cachorro.

Eles lembram também o baixo piso salarial (R\$483,00) com o qual são contratados e problemas sérios aos quais estão expostos, como assaltos, por exemplo, no momento que levam a correspondência. Isso sem falar nas doenças ortopédicas, no câncer de pele, pois o clima e o horário de entrega das correspondências, que normalmente é das 10h às 16h, são fatores geradores dessa doença. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são inúmeros os casos em que o câncer de pele entre carteiros é bastante comum.

Sr^a Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003, que apresentei, visa a conceder, devido a essa realidade que aqui relatei, o adicional de periculosidade aos carteiros e já foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Aí faço um apelo: esperamos que os parlamentares não façam recurso ao plenário do Senado, atrasando a remessa do projeto que beneficia os carteiros para a Câmara dos Deputados. Faço esse alerta porque, infelizmente, foi o que aconteceu com o fator previdenciário: na última hora, houve recurso e remeteram-no para três comissões.

Por isso, a mobilização da categoria, que está assistindo a esta sessão neste momento, é fundamental. Digo a vocês que temos de estar em estado de alerta. É via pressão democrática que se faz com que os projetos que buscam efetivamente melhorar a qualidade de vida da nossa gente sejam aprovados na Câmara e no Senado e sancionados.

Lembro uma frase do Presidente Nelson Mandela quando assumiu a Presidência da África do Sul, em um discurso em um estádio de futebol lotado: “Pressionem-me para que eu possa fazer o que o povo quer e não o que eles (os poderosos) querem”. Todos sabemos que é essencial essa grande mobilização.

Sr^a Presidente, é muito importante o trabalho desses profissionais nas nossas vidas. Lembro ainda, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em homenagem ao Dia do Carteiro e inauguração das novas instalações do Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas em Goiás, no dia 25 de janeiro de 2005, reconheceu tal relevância e disse:

Vou falar um pouco com a alma de um brasileiro que conhece bem a trajetória dessa

categoria. [...] é gratificante para mim saber que estou diante de um conjunto de trabalhadores brasileiros que entregam, pelo menos, duas ou três mil correspondências todos os meses, nos mais diferentes lugares do País. Profissão esta que, em muitos lugares do País, às vezes, durante o ano inteiro, a única visita que as pessoas recebem é a figura do carteiro, quando tem alguém lá fora que ainda se lembra dele. or isso, essa profissão merece ser tratada com respeito, por isso essa profissão tem de ser tratada com dignidade.

Por isso, a essa profissão temos de assegurar o adicional de periculosidade, para que os carteiros possam exercê-la com dignidade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, fico muito feliz em ver V. Ex^a na tribuna, defendendo esta extraordinária categoria de servidores brasileiros, os carteiros, que se viram, no ano passado, atingidos na sua honra com a famosa CPI dos Correios. Eu lhe digo isso, porque, durante um curto período da minha vida, presidi o Postalís, o fundo de pensão da empresa, e convivi com a categoria. Vi a nobreza, a dignidade e, acima de tudo, o carinho e o amor com que vestem suas roupas amarelas e saem pelo Brasil afora. Durante o período da CPI, viajando pelo País, fui abordado por vários carteiros, Senador. Eles me diziam que o grande inimigo que possuíam eram os cães, quando iam para lugares ermos, mas que, naquela época, era o achincalhe por conta da vestimenta. Portanto, eles, que nada tinham a ver com aquilo, não foram responsáveis, pagaram um preço muito alto. Essa é uma das categorias que mais admiro neste País, porque conheci a empresa. Associe-me a V. Ex^a com relação a esse testemunho. Junto-me a sua luta para o que for preciso e necessário. A melhoria salarial dos carteiros, além de um dever de justiça do Governo, é uma reparação por todos os vexames que essa brilhosa categoria passou ao longo do ano passado. Aliás, o Rio Grande do Sul, mais do que ninguém, sabe disso. V. Ex^a se lembra de que tivemos aqui, durante alguns anos, o Sr. Aloísio Paraguassu, Deputado Federal, ex-carteiro, que representava a classe na Câmara dos Deputados durante muito tempo. S. Ex^a por aqui passou e fez uma longa lista de amigos nesta Casa. Portanto, meus parabéns pelo pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, cumprimento V. Ex^a que, como sempre, de forma muito competente, faz um corte no meu

pronunciamento. É importante o aumento no salário e o adicional periculosidade.

Tenho certeza de que no que depender de nós, o projeto vai direto para a Câmara. Mas, como V. Ex^a disse, que fique bem claro que os carteiros não têm nada a ver com esse imbróglío da tal da CPI dos Correios e tudo o que foi denunciado para o País.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Fazendo justiça, nem os carteiros, nem 99% dos funcionários dos Correios.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza absoluta.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Se V. Ex^a prestar atenção, com raríssimas exceções, verá que os envolvidos são os que estavam ali por indicação política, por pressão partidária e por interesses ainda não confessados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza. Assino embaixo do aparte de V. Ex^a.

Sr^a Presidente, é nosso dever parlamentar, como fez muito bem o Senador Heráclito Fortes e também V. Ex^a aí da Presidência, reconhecer o trabalho e os direitos desses trabalhadores que cumprem seu dever com amor, dedicação e seriedade, como bem disse o Senador Heráclito Fortes.

Caros companheiros carteiros e carteiros, neste momento é de fundamental importância que a categoria continue unida, a fim de conquistar o adicional de periculosidade e a aposentadoria especial por meio desse movimento que estão fazendo como ninguém.

Gosto sempre de dizer, Senadora Heloísa Helena, que esse projeto só foi aprovado porque eles se movimentaram e sensibilizaram os Senadores, que, por unanimidade, aprovaram e remeteram...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, permita-me, mais uma vez, o atrevimento. Penso que, além do adicional de periculosidade, os carteiros têm direito também, em alguns casos, ao adicional de insalubridade por causa do ambiente em que muitas vezes são obrigados a conviver. Este Brasil, como V. Ex^a sabe, Senadora Heloísa Helena – V. Ex^a o conhecerá melhor ainda neste período eleitoral –, é cheio de mistérios e cheios de peculiaridades. Os carteiros vão aonde houver gente, onde estiverem as pessoas. Enfrentam a malária, enfrentam adversidades, picadas de cobra, seja lá o que for. Por isso, penso que, além da periculosidade, em alguns casos, a insalubridade seria uma concessão justa para a categoria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O aparte de V. Ex^a só fortalece a luta dos carteiros.

Quero deixar aqui esta mensagem: é fundamental manter a unidade da categoria, dialogar muito com o Congresso Nacional, no sentido de que o projeto seja

aprovado definitivamente no Senado e na Câmara, e que não haja o veto do Poder Executivo.

Para finalizar, lembro dois momentos, se V. Ex^{as} me permitirem. O primeiro é o filme brasileiro “Central do Brasil”, onde Fernanda Montenegro representa o papel de alguém que escreve, lá na Central, as cartas, mas eles é que as remetem para todo o País. Ela escrevia, mas o carteiro é que fazia aquela carta atravessar o Brasil, chegando ao seu destino.

Outro filme é “O Carteiro e o Poeta”. Esse é lindo, não é, Senadora? Essa adaptação encena o momento em que o grande poeta chileno, para mim o maior de todos os tempos, Pablo Neruda, fica exilado em uma ilha na Itália. Neruda é considerado, por mim, o poeta do amor, e o seu tema favorito é a alma feminina. Trata-se de um filme belíssimo, que narra a relação do poeta com o carteiro, Mário, que, até a chegada do poeta à ilha, estava desempregado.

Mário, então, resolve trabalhar como carteiro. E, ao levar as correspondências destinadas ao poeta, acabou firmando com ele laços de amizade. São laços de amizade que o carteiro acaba fazendo com toda a população.

Chama a atenção a cena em que Mário, ao ser preparado pelo seu superior para assumir a função de carteiro, é alertado da seguinte forma: “Pedalar com a sacola de cartas é como carregar um elefante nas costas”. E diz mais: “Você deverá cumprimentar o endereçado com muita educação e respeito, não se esquecendo de agradecer as gorjetas. E lembre-se: é proibido fazer perguntas ao cliente”.

Os dias passam e Mário segue entregando as cartas e, de forma muito gentil, oferece-se para trazer outras coisas de que o poeta necessita, como pão e leite. O poeta agradece e a amizade entre eles vai crescendo.

Certo dia, Mário diz a Neruda que gostaria também de ser poeta – acho bonito isto: o poeta e o carteiro numa única linha –, ao que ele responde: “Não, é melhor que você continue como carteiro, pois os carteiros andam bastante e não engordam. Nós, poetas, somos muito gordos”. O poeta engorda com facilidade porque só escreve.

Em uma das idas de Mário à casa de Neruda, ele leva uma caixa contendo uma fita, e o poeta então lhe explica como funciona o gravador. Neruda ouve a transcrição da fita que seus amigos chilenos lhe enviaram contando que “O Canto Geral” havia sido publicado de forma clandestina e estava vendendo muito.

Pablo Neruda, então, resolve contar a Mário como nasceu “O Canto Geral”. Esse texto é uma espécie de grito de afirmação e orgulho latino-americanos, mesclando poesia e política, literatura e militância.

Ele disse:

Na ocasião em que fui Senador da República, fui visitar o Pampa, uma região muito pobre, onde só chove a cada 50 anos. Resolvi ir conhecer as pessoas que haviam votado em mim. Nessa visita, cheguei a uma mina de carvão e vinha saindo dela um senhor bastante velho, fatigado, com o rosto coberto de suor e poeira, que me estendeu a mão e disse: “Onde quer que o senhor vá, fale sobre este tormento. Fale do seu irmão que vive embaixo da terra”. E foi assim, então, que resolvi escrever a poesia dos maltratados, O Canto Geral.

Sr. Presidente, “O Canto Geral”, com suas 435 páginas, inclui esse belo trecho que passo a ler:

Além dos pés do alcatraz, quando nem a água nem pão nem sombra tocam a dura etapa, o exercício do salitre assoma ou a estátua do cobre decide sua estatura.

É tudo como estrelas enterradas
Como pontas amargas, como infernais flores

Branças, nevadas de luz tremulante ou verde e negro ramo de esplendores pesados.

Não vale ali a pena mas só a mão rota do chileno escuro, não vale ali a dúvida.

Só o sangue. Só esse golpe duro
Que pergunta na veia pelo homem
Na veia, na mina, na esburacada cova sem água e sem laurel

Sem dúvida, o filme comove! Trata-se de uma convivência enriquecedora para ambos, poeta e carteiro. Naquele momento, o poeta e o carteiro se confundem numa nota só. Para Mário, Neruda é não só o poeta do amor, mas o próprio Amor. É assim que ele o descreve para o chefe do Correio com essa frase: – “(...) A mulher dele o chama de Amor”.

Ora, a motivação maior com a qual o indivíduo conta para se sentir forte e criativo no transcorrer de sua via é exatamente o Amor. É ele que nos move a agirmos de forma verdadeira, Senadora, e harmônica com os seres que nos cercam.

É com esse sentimento que quero finalizar, deixando registrada minha carta para essa categoria de trabalhadores, cuja importância é inconteste.

Meu caro amigo carteiro – permita-me chamá-lo assim –, pois mesmo que pouco nos deparemos um com o outro, você continua sendo o mensageiro fiel que me coloca em contato com tantas pessoas.

Hoje é você o destinatário, é a você que remeto esta carta, que será entregue pelas mãos de um colega

de profissão. Ela é dirigida a você, carteiro. Na verdade, a todos vocês carteiros e carteiros que enfrentam o sol, a chuva, os ventos, os perigos e algumas vezes a violência das ruas ou mesmo de um cão raivoso.

Sei o quanto você se esforça para que as pessoas possam estar conectadas, para que o mais longínquo lugar tenha acesso às palavras viajantes dos remetentes esperançosos.

Sei o quanto você é merecedor de todo o nosso respeito e admiração. Você, em sua mochila, carrega inúmeras histórias de profundo valor, transcritas em uma simples folhas de papel.

Carrega presentes ansiosamente esperados. Carrega vidas, afagos, saudades, lembranças! Ou mesmo aquela notícia triste, ou até fatal que ninguém quer dar. Você está lá e, às vezes, até chora com a mesma dor de quem recebeu a notícia.

Sou tão grato a você por todos aqueles que você traz até mim todos os dias e pela confiança de levar a mensagem a eles.

Quisera eu, com esta carta, poder lhe dar a boa notícia de que seu trabalho foi devidamente reconhecido, que a periculosidade e a aposentadoria especial ou mesmo a insalubridade como estamos propondo já tivessem sido aprovadas e que não houvesse veto da Presidência da República.

Meu coração se entristece, pois ainda não posso enviar-lhe a correspondência com o teor que eu gostaria.

Mas creia, não tardará o tempo de você recebê-la. A esperança e a coragem nos movem, a verdade da luta nos impulsiona e a atitude nos fará vencer.

Por hoje, só posso agradecer e me comprometer com essa vontade de construir esta verdade. Só posso me unir a esse sentimento profundo que todos compartilham em relação a vocês, carteiros e carteiros. O sentimento de que mensagem e mensageiro são um só e de que não há destinatário ou remetente que não lhe seja grato diante dessa verdade.

Eu o saúdo e abraço cheio de esperança de que a próxima carta festeje e seja um comunicado de que seus sonhos se tornaram realidade!

Encerro – e prometo, Senadora, que é a última folha mesmo –, como sou apaixonado por Pablo Neruda, voltando aqui a ler um pedacinho de uma poesia do Canto Geral.

Diz Pablo Neruda, o nosso grande poeta:

Não escrevo para que outros livros me aprisionem,
nem para que encarniçados aprendizes de lírio,

mas para singelos habitantes que me pedem

água e lua, elementos da ordem imutável,

escolas, pão e vinho, guitarras e ferramentas.

Escrevo para que o povo, ainda que ele não possa

Ler a minha poesia com seus olhos rurais.

Virá o instante em que uma linha, a aragem

Que removeu a minha vida, chegará a seus ouvidos.

Sr^a Presidente, meus amigos, carteiros e carteiros, Senador Heráclito Fortes, o que Pablo Neruda mais queria é que sua poesia chegasse a todos. E aí, carteiro e carteira, somente por vocês ela poderá alcançar os rincões mais distantes do nosso País.

Termino dizendo: vamos, se necessário rezar muito, trabalhar muito, agir muito, para que a periculosidade do cargo de carteiro e a aposentadoria especial sejam aprovadas pelo Congresso Nacional e não sejam vetadas pelo Presidente da República. Essa é a nossa obrigação.

Vida longa aos carteiros e às carteiros!

Muito obrigado, Senadora. Desculpe-me por abusar do tempo, mas eu me comprometi a fazer essa homenagem, que entendo justa, aos carteiros e carteiros e sei que tenho o aval de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, de coração, pelo pronunciamento. Espero, realmente, que não haja recurso do Plenário para um projeto tão importante como esse, mas é claro que, se isso ocorrer, embora obstaculizando a agilidade de tramitação do projeto, algumas pessoas deverão se expor. É evidente que, se alguém apresentar requerimento, vamos lê-lo, do mesmo jeito que fizemos com quem tentou obstaculizar o projeto de V. Ex^a sobre o fator previdenciário, para que as pessoas, inclusive, exponham as suas motivações e não tenhamos de lembrar uma cena do filme que talvez não seja a mais bonita, mas que é a mais triste e indigna. V. Ex^a lembrou a tensão do diálogo entre Mário, o carteiro de Pablo Neruda, e o chefe dos Correios, que disse: “O Neruda é o poeta do povo”, dando a isso toda a conotação ideológica. E o Mário respondeu: “Não, ele é o poeta do amor”, e lembrou como a esposa o chamava.

Espero, também, que não lembremos a pior cena do filme, no final, quando Mário, um pobre humilde, faz uma opção de vida tão singular. Ele diz: “Eu, agora,

quero ser poeta.”. No contraponto, na mesma hora, um político demagogo, Sr. Di Cosimo, tenta, demagogicamente, convencer uma senhora a votar nele. Espero que não precisemos lembrar essa parte, a pior do filme “O Carteiro e o Poeta”.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qualquer semelhança é mera coincidência, não é, Senadora Heloísa Helena?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, no exercício da Presidência, permita-me que sua fala seja incluída no conjunto do meu pronunciamento.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e o parabenizo pelo projeto. Espero que as carteiras e os carteiros do Brasil façam a mobilização necessária para impedir qualquer manobra que, mesmo sendo legítima sob o ponto de vista regimental, não o será moralmente ou respeitosa para com essa categoria. Que possamos aprová-lo o mais rapidamente possível.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim a esta Casa, hoje, com o intuito de fazer um pronunciamento sobre declarações prestadas, ontem, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao me dirigir para cá, a imagem que me surgia era exatamente a de V. Ex^a, a da sua ira e a da sua revolta como enfermeira, porque o Presidente da República disse que o doente morre satisfeito desde que seja nas mãos do médico Adib Jatene. Que ofensa a um homem que deu toda a sua vida à Medicina brasileira!

Senadora Heloísa Helena, nunca vi alguém morrer sorrindo; serenamente, vi muitos, principalmente os que se foram desta vida com a certeza de que cumpriram com dignidade seu dever.

É um absurdo o que disse o Presidente, e isso me tocou mais, Senadora Heloísa Helena, porque, há cerca de 15 anos, acompanhei a agonia do ex-Ministro Renato Archer, que morreu em São Paulo durante um pós-operatório. O seu médico era exatamente o Dr. Jatene. Vi a angústia, o abatimento e a tristeza daquele médico diante do episódio. Em determinado momento, diante do corpo já inerte do amigo comum, ele disse que ainda não conseguira habituar-se à morte de um paciente sob seus cuidados ou sob seu olhar e que isso era algo que lhe tirava o sono, a tranqüilidade, enfim, o sossego.

Imagino como o Dr. Jatene foi pego de surpresa, Senadora Heloísa Helena, por uma declaração dessa natureza. Lembrei-me de V. Ex^a, que, como enfermeira, conviveu, durante anos e anos, com o drama de pessoas que se submetem a todo tipo de dor e de sacrifício por mais um dia de vida, às vezes nem por si próprias, mas pelos filhos, pela família e pela responsabilidade que têm com os compromissos feitos na terra. Ouvir uma frase dessa natureza de um homem que tem a responsabilidade de presidir o País é não esperar mais coisa alguma.

Senadora Heloísa Helena, essas são as frases que o Brasil ouve, mas V. Ex^a já imaginou se houvesse um acompanhamento de tudo o que o Presidente diz, das asneiras e das impropriedades, ao longo desses três anos e meio?

Veja, Senadora, que quem conhece o Hospital das Clínicas e o Instituto do Coração sabe que aquelas são casas de permanente luta da vida contra a morte. Penso em como as pessoas que estão sob cuidados médicos podem imaginar que o Presidente do Brasil, o Chefe maior da Nação, admita uma brutalidade dessa natureza.

Senadora Heloísa Helena, ao me dirigir para cá, recebi um telefonema da CBN propondo-me um debate, a respeito das pesquisas de ontem, com o Senador Roberto Saturnino. Para mim, um debate na CBN, além de prazeroso, é certeza de audiência no Brasil inteiro.

O reflexo disso pude testar agora, com os telefonemas que recebi.

Em segundo lugar, e eu disse no ar o que repito agora, debater com o Senador Roberto Saturnino, para mim, é prazeroso também, porque S. Ex^a é um homem civilizado, humilde, com virtudes que, com certeza, não aprendeu no PT. S. Ex^a as trouxe das outras siglas por onde passou. S. Ex^a debate de maneira lógica, com muitos dados, sem sofismas, sem apelações.

Discutimos um pouco esse começo de reação por parte do eleitorado brasileiro, no que diz respeito às eleições que se avizinham, Senadora Heloísa Helena.

Lembrei ao jornalista e professor Heródoto Barbeiro que, há cerca de 15 dias, dei entrada no Conar em uma ação contra propaganda enganosa da Petrobras, com relação à auto-suficiência em petróleo. Essa ação foi motivada pelo comentário que ouvi no programa do jornalista Carlos Alberto Sardenberg, especializado em Economia. Por essas e por outras coisas, pelo direito que tem ao monopólio da notícia – 80% do dia –, o nome do Presidente da República, que disputou as sete últimas eleições nacionais, em primeiro e em segundo turno, é mais lembrado do que

o de qualquer outro brasileiro, com exceção, neste momento, do de Ronaldo, aquele que Sua Excelência disse que estava gordo.

Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, o povo brasileiro é observador, gosta de política. V. Ex^a, nessas suas andanças pelo Brasil, deve sentir a mesma coisa que sinto: alegria ao ser abordado pelas pessoas, por causa da eficiência da TV Senado. Ontem mesmo, ao chegar ao aeroporto de Brasília, encontrei-me com uma senhora que vinha do Maranhão, da cidade de Barra do Corda, que mora aqui em Brasília há 30 anos e que me disse: “Permita-me chamá-lo de você, porque você entra na minha casa todos os dias? Às vezes, tenho vontade de responder-lhe ou de perguntar-lhe algo. Aposentei-me, e a TV Senado é, para mim, a maior opção de preenchimento do meu tempo”.

Essa gente observadora brasileira viu, Senador Paulo Paim, recentemente, o programa do PFL mostrando as mazelas do atual Governo, o programa do PSDB mostrando ao Brasil o candidato e, acima de tudo, as cenas daquela bárbara invasão à Câmara dos Deputados por parte de correligionários do Presidente Lula, de pessoas da sua intimidade, que dividem os banquetes palacianos, como V. Ex^a bem diz, os banquetes da intimidade. Comandaram ação daquela natureza, atacando patrimônios público e privado, destruindo caixas eletrônicos, prestadores de serviços à Casa. A televisão mostrou a preparação do ataque. A maneira como os fatos ocorreram fez a população brasileira pensar muito.

Em Minas Gerais, há grande percentual de piauienses que lá residem. Hoje, Senador Paulo Paim, os fatos têm efeito em tempo real. Recebi dois telefonemas, que, para mim, são reveladores, sobre a revolta de ex-petistas devido à defesa feita ontem pelo Presidente Lula da vitória de Newton Cardoso sobre Itamar Franco. Que bela parceria! Que companhia agradável!

Senadora Heloísa Helena, pergunto: quem estava enganando quem naquele passado? O defensor de direitos humanos Nilmário Miranda estava de mãos dadas com Newton Cardoso, subindo as serras das Gerais. Que bela parceria!

Senador Paulo Paim, como V. Ex^a, peemedebista histórico, vai sentir-se, quando for convidado, como nome nacional que é, para ir a um comício em São Paulo e quando tiver de sair abraçado com Mercadante e com Quércia? É parceiro indireto, porque fora repellido em uma aliança com José Serra, mas de acertos já apontados para o segundo turno.

Ontem, cumprindo a função de Chefe de Estado, o Presidente da República foi ao Palácio dos Bandeirantes, pela primeira vez, neste Governo. Que bom! Sua Excelência deveria ter ido lá mais vezes. Só re-

conheceu que é Chefe de Estado agora, às vésperas de eleição. E em companhia de quem? Os salvos do incêndio do “valerioduto” ou por renúncia ou por generosidade da Câmara.

Imagino, Senador Paulo Paim, o povo brasileiro observando tudo isso. Houve aquela cena de vandalismo, ontem, em Minas Gerais, com quebra-quebra em frente do hotel, com vidros espatifados. Newton Cardoso, vitorioso, com 70%, era chamado por Lula de companheiro. Daqui a pouco, vai chamá-lo de irmão! Mais um pouco, convida-o para ser Ministro!

Senadora Heloísa Helena, a negociação que está feita para a ocupação de Ministérios, com objetivo eminentemente eleitoral, é vergonhosa! A saída, não explicada, do Ministro Roberto Rodrigues é fato grave! Basta a população brasileira observar como vai ser feita a substituição.

Senador Paulo Paim, um País com problemas graves na saúde está sem o Ministro titular da Pasta, porque o PT discute a substituição, num pacote chamado “porteira fechada” com o PMDB!

Senadora Heloísa Helena, não se procura saber qual o nome mais preparado para ocupar aquela Cadeira – um sanitarista, um especialista em doença tropicais, um economista, um cientista –, mas, sim, quem possa melhor atender às necessidades eleitorais do Partido dos Trabalhadores.

A Anatel, Senador Paulo Paim, no momento em que o Governo discute, sem dar satisfação à sociedade, o modelo tecnológico que será usado na questão da TV digital, está sem titular. O motivo também é o mesmo: é preciso atender aos queixumes e à sede da ala governista do PMDB.

Por essas e por outras razões, o eleitorado brasileiro começa a ver que cometeu algum erro, começa a ver que aquilo que foi prometido não é exatamente o que está sendo praticado em praça pública.

Senador Paulo Paim, faça-lhe um pedido de amigo, que o admira há muito tempo – ouvi, agora, seu emocionado discurso em defesa dos carteiros brasileiros: não vá a Minas Gerais! Não pose para uma foto com Nilmário Miranda e com Newton Cardoso! Sua biografia não permite isso! Sua história não dá lugar para fotografias dessa natureza! Newton Cardoso, numa foto, com partidos tradicionais até seria possível; nunca se atacaram! Mas posar com o Partido dos Trabalhadores, que o combateu, que o acusou?! Lula abraçado a Newton Cardoso, que foi por ele processado e denunciado, é perda de compostura! É perda de razão, ou, então, é desespero!

Senadora Heloísa Helena, tomamos conhecimento de que a distância entre Alckmin e Lula começa a diminuir. Os números que nos chegam nos dizem que a

diferença diminuiu: numa pesquisa, Lula está com 45% dos votos; e Alckmin, com 32%; em outra pesquisa, esses índices são de 45% e de 29%, respectivamente. Essa é a informação que nos chega. Mas o Presidente da República, que tudo sabe quando quer, já deve ter as projeções de futuro. E daí vêm sua preocupação e seu desespero.

Senador Paulo Paim, vemos, por exemplo, pessoas que admiramos ao longo do tempo – como é o caso, por exemplo, do seu conterrâneo Tarso Genro – perderem a razão. Vemos o Presidente da República se queixar da Justiça e dizer que a lei eleitoral não pode ser cumprida porque está errada. O que vemos é má intenção.

Senadora Heloísa Helena, recentemente, o Tribunal Eleitoral baixou normas, limitando gastos de campanha. Ontem, na convenção do PT no Piauí, o Estado mais pobre da Federação, havia mais de 80 ônibus parados na porta da assembléia do Centro de Convenções. E havia, Senadora Heloísa Helena – pasme! –, um palanque, um palco iluminado, com jogos de som e de luz, próprio para **shows**, também proibido pela legislação eleitoral.

Como será feita a prestação de contas desses gastos pré-eleitorais? De onde saiu esse dinheiro? Sabemos do prestígio que o Governador do Piauí gozava com Delúbio. Será que é saldo, que é sobra, que é resto, ou é dinheiro novo cuja origem não descobrimos ainda?

Digo isso, Senador Paulo Paim, porque um jornal da minha terra denunciou ontem a abertura de licitações – imagine para onde? – para a construção de estradas e para tapa-buracos, de vários milhões, e todos os beneficiados têm ligações políticas com o esquema do Governo e do PT.

É muito grave o que está acontecendo neste País. Os homens públicos que pregaram moral ao longo do tempo, ao terem acesso à caneta, perderam completamente a cerimônia e a compostura.

Ontem, no meu Estado, via a cena do movimento dos ônibus. Dirão que isso foi de graça. Mas quem os pagou? Empresários? Dependentes? Quem os pagou? Disseram que o *show* foi uma oferta não sei lá de quem. À custa de quê?

Senadora Heloísa Helena, chego a achar que o Presidente Lula tem razão quando diz de alguém que morre sorrindo. E morre sorrindo por que sabe que se vai da terra sem ver o resto da desgraça. Era eleitor do PT; só pode ser isso! Morrer satisfeito por que está nos braços de fulano, de cicrano, de médico “a” ou “b”? Jamais!

Senador Paulo Paim, Senadora Heloísa Helena, era preciso que o PT esclarecesse um fato que me in-

comoda muito, pela história do Presidente José Sarney: aquela correspondência lida na convenção do Maranhão – acompanhei o fato na imprensa – continha a assinatura do Presidente ou era um documento falso? A denúncia foi feita pelo Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores no Maranhão, e o fato é grave. É preciso que isso seja apurado.

Eu, se maranhense fosse, se fosse correligionário do Presidente José Sarney, pediria que esse assunto fosse apurado, porque não se pode macular a honra de ninguém com suspeitas dessa natureza. O Palácio publicou nota dúbia, lacônica. É preciso ser mais claro, até mesmo por gratidão, por reconhecimento pelo que o Presidente José Sarney tem feito por este Governo – penso até que S. Ex^a está errado, mas é S. Ex^a quem sabe, pois tem mais experiência do que todos nós – nos seus momentos mais difíceis, de maior crise.

Não é possível que um homem que foi Presidente de República e Presidente desta Casa, que tem uma história, seja enxovalhado, enlameado por uma suspeita. Aliás, Senador Paulo Paim, durante 20 anos, uma ala considerável do seu Partido era useira e vezeira em fazer acusações.

Outro dia, eu estava vendo a relação dos envolvidos em corrupção neste Governo: os membros do “valerioduto”, do “propinoduto”, da operação sanguessuga, do dólar na cueca. A maioria deles é composta de caluniadores do passado. Prevalece um velho ditado que meu avô dizia: a ocasião é que faz o ladrão. Não resistiram aos primeiros encantos na convivência com o cofre, na convivência com o Erário público.

Senador Paulo Paim, finalizo fazendo-lhe um pedido de amigo: V. Ex^a será solicitado, pelo Brasil todo, pelo prestígio que tem, para fazer discursos, para participar de atos. Não se negue a servir ao seu Partido, mas não se junte com más companhias! Pergunte, primeiro, quem vai estar ao seu lado, defenda aquele PT puro que não se corrompeu! Seja o autêntico que continua, hoje, defendendo o trabalhador e o servidor, que enfrentou a luta do salário mínimo e que agora defende, no Partido, quase solitariamente, a sobrevivência para a Varig! Seu Partido, que, durante anos, defendeu os trabalhadores, fica insensível à morte daquela empresa, que, agora, desemprega onze mil funcionários diretos e quarenta mil funcionários indiretos. Fora isso, há o descrédito internacional, o que gerará consequências no fechamento dessa tradicional empresa de mais de 70 anos.

Continue defendendo os carteiros brasileiros, não se misture com os mensaleiros, tenha cuidado com os palanques! Vá, mas não censure, que não é do seu feito, tenha apenas a cautela de não se juntar,

na mesma foto, com aqueles que, no Governo, assaltaram os cofres públicos!

Ontem, o Presidente da República foi ao Palácio dos Bandeirantes e levou um grupo dele. A dançarina da Câmara, a Deputada Angela Guadagnin, entrou no Bandeirantes, onde, felizmente, não dançou, mas não precisa, pois a sua imagem de dançarina é transcendental.

Senador Paulo Paim, aquele homem do dólar na cueca continua atuando no Ceará da mesma maneira, com a mesma cara de pau, a mesma desenvoltura. O seu empregador é candidato a Deputado na reeleição sem problema algum. Nunca vi cara de pau tão grande como a do Presidente Lula, aquele que disse que o Ronaldinho estava gordo.

Sr. Presidente, só quero que essas pesquisas, que começam a mostrar a verdade do pleito eleitoral e não mais aquela que refletia apenas um passado, não levem o Chefe maior desta Nação ao desespero, não façam os seus companheiros atacar fazendas nem invadir a Câmara dos Deputados, como aconteceu recentemente, invasão feita por colega seu de vida, de luta e, acima de tudo, de direção nacional do Partido.

Infelizmente, Senadora Heloísa Helena, o PT não tinha nenhum preparo para assumir o poder no Brasil, da mesma maneira que não tem nenhum preparo para deixá-lo.

A sua sorte, Senador Paulo Paim, é que esse poder nunca chegou às suas mãos. V. Ex^a é do PT rejeitado, é do PT marginalizado porque não abriu mão de suas convicções. É bom que seja assim, porque o povo gaúcho é tido como o mais vigilante, o mais atento ao comportamento das pessoas. Com S. Ex^a não, a história é diferente, é como diz Chico Buarque: "O tempo passou na janela, e só Carolina não viu". Para V. Ex^a foi o poder. V. Ex^a viu os outros dançarem e se refestelarem com o poder, singrando os céus do Brasil com o Aerolula de R\$160 milhões, mas V. Ex^a permaneceu junto ao servidor público, defendendo o salário mínimo, com a consciência tranqüila de ter cumprido seu dever. Parabéns, Senador Paulo Paim. É exatamente isso que faz a diferença entre os militantes de seu partido, cheio de alas, cheio de divisões, cheio de tendências.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a foi levada ao tribunal, à inquisição do PT por ter divergido. Qual foi sua divergência? Ideológica. Qual foi sua divergência? Comportamental. Divergiu por quê? Porque queria que o PT continuasse a ser o PT de antes do poder, aquele que combatia o FMI e dizia que as mazelas brasileiras eram devidas ao fato de todo o nosso dinheiro ser utilizado para pagar a dívida externa.

Não aquele PT que, ao chegar ao poder, foi buscar um comprometido com a política econômica do governo anterior, o Sr. Henrique Meirelles, eleito Deputado Federal pelo partido tucano.

V. Ex^a foi punida e alguns companheiros também. Em uma reunião feita pelo então duro Partido dos Trabalhadores na transição democrática, decidiu-se pela expulsão de Airton Soares e Bete Mendes porque votaram em Tancredo Neves acreditando que aquela era a ponte entre a ditadura e a democracia. Senadora Heloísa Helena, aponte-me uma pessoa neste País, com mandato ou sem mandato, que tenha sido punida por ato de corrupção. Convivência geral, silêncio, omissão, em alguns casos defesa acalorada do irmão, do amigo e por aí vai.

O período eleitoral é o caleidoscópio dos atos, Senadora Heloísa Helena, quando as formas saem dos coloridos artificiais e encontram a realidade, o cotidiano. Vamos começar a ver, a partir de agora, Cristovam Buarque, Heloísa Helena e Geraldo Alckmin mostrarem ao Brasil que o Brasil que está sendo vendido pela imagem excessiva da propaganda é um Brasil que não é entregue e jamais será entregue aos brasileiros porque é um Brasil virtual.

O Brasil que está sendo vendido não é o Brasil com que os brasileiros sonhavam. A saída do Ministro Roberto Rodrigues é mais um episódio que mostra isso, Senador Paulo Paim. V. Ex^a é de um Estado eminentemente agrícola e vai ver que o uso da máquina do Ministério da Agricultura para fins eleitorais é exatamente o motivo da substituição do ministro.

O Presidente Lula também precisa ter mais respeito com os que estão doentes nos leitos dos hospitais brasileiros. O Presidente da República não pode dizer que alguém morre feliz, sorrindo, porque está ao lado do Jatene. E os moribundos de Alagoas? Os do Piauí? Os do Norte do Brasil, Senador Paim, que enfrentam filas e não têm para quem sorrir, não têm um Jatene ao lado? E os que padecem horas a fio esperando o remédio ou a maca que não vem?

O que estarão pensando seus familiares de um Presidente que vai ao hospital público mais caro e sofisticado do País, que presta um serviço respeitável e que deve ser admirado por todos? É impossível a clonagem de Jatenes pelo Brasil inteiro para fazer com que o pobre, o assistido pelo SUS e o faminto tenham o mesmo conforto do Presidente, que periodicamente se dirige àquele hospital, sem precisar enfrentar filas nem demoras, para fazer o seu *check-up*. Trata-se do melhor hospital do Brasil, dos melhores médicos do Brasil ou pelo menos dos médicos que estão na mídia, dos médicos que estão sendo vistos porque estão na maior cidade brasileira. Senador Paim, e o médico de

Guaribas, a cidade do Fome Zero? Será que o doente de Guaribas vai morrer sorrindo? Será que sua família vai ficar satisfeita em saber que este governo, até para que os morrem, tem dois pesos e duas medidas no tratamento?

O Presidente dos pobres gosta de conviver é com os ricos, Senadora Heloísa Helena. O palácio da Rainha Elizabeth lhe fez mal, o fausto, a riqueza, o Aerolula, os helicópteros Puma deformaram o trabalhador Lula, deformaram aquele que prometeu ser o messias em que muitos acreditaram.

Presidente Lula, qualquer que seja a circunstância, ninguém morre sorrindo. Uns morrem serenos porque cumpriram o seu dever e a sua missão, mas a maioria morre triste. Alguns, com certeza, sabem que estão no caminho entre a vida e a morte e, sendo a morte irreversível, morrerão revoltados com a decepção causada por um governo comandado por Sua Excelência, que prometeu ser o pai dos pobres, mas está sendo exatamente a mãe dos ricos, dos banqueiros, dos empresários, está sendo o padrasto do Fundo Monetário Internacional que o ajudou a angariar tantos votos por este Brasil afora. É pena, mas é a triste realidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSol – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

Passo a Presidência ao Senador Paim para que eu possa usar a palavra.

A Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra pelo tempo que assim entender necessário à nobre Senadora Heloísa Helena do PSol.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSol – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores... Srs. Senadores, não, porque é até meio ridículo dizer isso! Senador Paulo Paim, Senador Heráclito Fortes, funcionários da Casa... Ah, chegou alguém para conspirar contra a humanidade: Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

Sabem V. Ex^{as}, Senador Paulo Paim e Senador Romero Jucá, que me acompanham, o nosso mandato sempre foi de brigas, de disputas em campos opostos, desde os últimos quatro anos do Governo Fernando Henrique. Mas há algo que me dá mais tristeza do que indignação, e sabem todos que, embora no convívio pessoal eu seja uma pessoa movida pela ternura, também sou uma pessoa que reconhece a própria intolerância, a própria impaciência diante do cinismo,

do fingimento, da vigarice política, do banditismo eleitoral. Reconheço que sou profundamente intolerante às vezes, mas como não aprendi a ter tolerância e paciência quando a dignidade de um filho meu é aviltada, não aceito ser tolerante e paciente quando a dignidade dos outros é violentada.

Mas, acompanhando esse período eleitoral, embora eu me sinta, como cidadã, como mãe de família que ensina aos próprios filhos que é proibido roubar, que ensina aos filhos que a honestidade é uma obrigação e, portanto, não é algo que possa ser ostentado como valor que confira vaidade a quem quer que seja, durante esse período eleitoral, tive oportunidade de ficar mais triste.

Quando eu era Líder da Oposição, Líder do PT, acompanhei o Governo Fernando Henrique durante quatro anos, sempre fazendo uma oposição implacável, contundente, todos os dias, com marchas a Brasília, marchas “Fora FHC”, marchas dos cem mil contra a corrupção e tantas outras coisas mais.

Acompanhei três anos do primeiro mandato de Fernando Henrique como Deputada Estadual. Depois, como não tive a honra de ser Deputada Federal, vim logo para o Senado e acompanhei aqui quatro anos do segundo mandato do Governo Fernando Henrique, reeleito no primeiro turno, como lembram todos. Portanto, contra todo esse procedimento de três anos de arrocho fiscal e um ano de libertinagem financeira eleitoralista, contra toda essa metodologia de promiscuidade na relação Palácio do Planalto-Congresso Nacional, contra tudo isso atuei na Oposição, como me sentia na obrigação de fazer. Mas observar, no Governo Lula, a mesma metodologia maldita, infame, fria e cínica que condenávamos com veemência no Governo Fernando Henrique é algo que me dá uma tristeza profunda, superior até mesmo à indignação. A indignação, como mãe e cidadã, tenho obrigação de ter, mas, como ex-militante, realmente fico triste ao ver as mesmas ações que condenávamos com veemência, de forma implacável quando patrocinadas pelo Governo Fernando Henrique em ano eleitoral, serem identificadas hoje no Governo Lula, que faz e segue a mesma receita da cartilha ordinária, demagoga do político oportunista. Realmente, fico impressionada, porque, ao dar continuidade técnica, política e ideológica ao Governo Fernando Henrique, o Governo Lula, no meu entender, patrocinou uma traição à sua classe de origem e uma traição a todas as concepções programáticas acumuladas pela esquerda socialista democrática.

Mudar de lado, mudar de concepção, todos podem fazer. Eu posso entender como traição, mas outro pode entender que as circunstâncias objetivas deter-

minavam que as coisas fossem feitas desse jeito. Então, mudar de convicção, de concepção ou de visão do mundo, a todo o mundo é dado o direito de fazê-lo. Poderiam se desculpar dos momentos de oposição implacável, mas tudo bem. Agora, o Presidente Lula, hoje, utilizar a mesma cartilha do político oportunista, demagogo, frio, dissimulado e cínico, em processo de reeleição, é algo triste de ver porque, quando a direita reacionária, conservadora e fisiológica fazia isso, nós a condenávamos com indignação. Hoje, no entanto, condeno com tristeza ao identificar que o Presidente Lula é capaz de utilizar a mesma cartilha do político oportunista e demagogo que condenávamos com veemência quando essa cartilha era usada pelo Presidente Fernando Henrique em processo eleitoral. Eu fico impressionada.

Três anos de arrocho fiscal, um ano de libertinagem financeira, de caráter meramente eleitoreiro, e com a mesma metodologia de inaugurar o que, de fato, não é nem pedra fundamental; de criar determinadas políticas públicas que vão do aumento absolutamente injusto para determinadas categorias dos servidores à ampliação de projetos do Bolsa-Família. São coisas importantes de serem feitas, mas, a partir do momento que se tornam políticas públicas absolutamente enquadradas, de forma oportunista, no calendário eleitoral, realmente é algo triste de ver, profundamente triste de ver. Só para deixar registrado, trata-se da mesma metodologia dos mercadores de ilusões, que manipulam dados e estatísticas, de forma fraudulenta tecnicamente, farsante politicamente. Isso é algo realmente triste de ver, desde os fatos preparados à utilização da máquina pública, à entrega do patrimônio público a bandos políticos, a gangues partidárias, como se fosse algo absolutamente natural.

Por isso, Senador Paulo Paim, que tanta gente diz: “Ora, já que é tudo bandido mesmo, eu votarei em alguém que me dê alguma coisa”. É por isso que parte importante do povo brasileiro, das mulheres e homens, como eu repito sempre, de bem e de paz, que têm vergonha na cara, que têm amor no coração, muitas pessoas até de bom coração, que ensinam aos seus filhos que é proibido roubar, que não compactuam com a vigarice política, mesmo essas pessoas começam, pelo desencanto e pela desesperança, a achar que talvez o único caminho seja esse mesmo e que, portanto, querem também alguma coisinha nesse jogo sórdido do poder.

Então, é só para aqui deixar registrado. Eu nem vou levantar, o que eu já fiz aqui 500 vezes, aspectos da política econômica. Não tem coisa pior do que a farsa de dizer que acabou com a dívida externa, ao antecipar pagamento ao Fundo Monetário Internacio-

nal, aumentando o passivo externo brasileiro. Se a maldição do Governo Fernando Henrique já aumentou muito a dívida pública brasileira, especialmente a dívida interna, o Governo Lula se encarregou de fazer isso de uma forma vergonhosa.

Alardear, perante os pobres, que governa para os pobres! A nós, que nascemos em famílias pobres, Senador Paulo Paim, nada causou mais constrangimento – infelizmente, para a nossa tristeza profunda – do que a fala oportunista e demagógica do Presidente Lula, que disse que governa para os pobres e que pobre não dá problema. Porque esta é a visão – fico impressionada como ele a incorporou! – das oligarquias tradicionais, a visão daqueles que querem o pobre caladinho, silencioso, paciente, sem fazer mobilização em Brasília, sem reclamar. Isso não é uma vantagem e não é algo para se elogiar. O pobre calado, omisso, sem reivindicar, contentando-se com a migalha que à sua mesa chega, não é para se admirar, mas para nos fazer refletir. É algo realmente muito triste.

O Presidente estabelece um “bolsa-banqueiro”, que, no Brasil, dá a cada família de grande especulador, ao mês, R\$610 mil e, ao ano, R\$180 bilhões, e mente para a opinião pública quando estabelece, em média, R\$58,00 por família no Bolsa-Família dos pobres. Realmente, só contando com a falta de informação de parte importante do povo brasileiro para continuar a ser o mercador de ilusões, a copiar esse comportamento que condenamos com veemência porque é deseducativo. Esse comportamento não leva somente à desesperança, ao desencanto, ao desalento, mas é deseducativo porque, ao compactuar, em um conluio com gangues partidárias, ou no parasitismo político da máquina pública, ou na promiscuidade com setores empresariais, com os banqueiros, com o Congresso Nacional, repete a mesma cartilhinha maldita que condenávamos com veemência quando utilizada no Governo Fernando Henrique, a cartilhinha do político oportunista e demagogo.

Para tristeza de todos nós hoje é a caracterização do Presidente Lula. Alguém que foi tão importante para o Brasil, que – reconhecemos – é a maior liderança popular da América Latina, um filho do povo, retirante nordestino, metalúrgico, que pelas mãos belas, livres e legítimas do povo brasileiro chegou à instância de decisão política mais importante do País que é a Presidência da República, quando lá chega, assume de tal forma o caráter do político demagogo, oportunista, que promove a utilização da máquina pública desavergonhadamente no processo eleitoral, levando tristeza, desencanto, desalento a milhões de corações brasileiros.

Ninguém sabe exatamente quando essa situação será definitivamente desmascarada, mas estou entre aquelas pessoas que, como dizia Santo Agostinho, acredita que a esperança tem duas filhinhas lindas: a indignação e a coragem. A indignação de nunca aceitar injustiça e a coragem certamente de escalar uma montanha ao dia para superar essa injustiça.

Continuo acreditando que o povo brasileiro ainda é capaz de fazer renascer em seus corações as duas filhinhas lindas da esperança, que é a indignação e a coragem, mesmo estando diante de um momento triste como esse, em que a maior liderança popular da América Latina repete todo o comportamento oportunista, demagogo, fisiológico que condenávamos com veemência quando patrocinado pelo Governo passado. Isso, sem dúvida, nos dá tristeza, mas temos a obrigação de fazer nascer um Davi por dia nos nossos corações e continuar lutando contra tudo que está aí.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para fazer dois registros extremamente importantes.

O primeiro é o registro de que ontem, em solenidade no Palácio do Planalto, foi definido o padrão digital do novo sistema brasileiro de televisão digital. Ontem, o Governo brasileiro assinou termo de cooperação técnica com o governo japonês no sentido de utilizar o padrão japonês – que dos padrões de TV Digital é o mais atualizado –, mas não só de copiá-lo. E essa é a relevância da questão que quero abordar.

Foi feito o acordo técnico com o Japão e abriu-se a perspectiva da contribuição forte das universidades federais públicas e privadas no intuito de adaptar esse sistema ao padrão brasileiro, por meio de vários mecanismos, alguns já criados. Ontem, ouvimos depoimentos de diversos cientistas que ampliaram e melhoraram a capacidade do sistema japonês.

Portanto, é alvissareira a posição de que, nos próximos sete a dez anos, todo o território nacional estará coberto por um sistema digital que propiciará não somente a melhor imagem de televisão mas também a relação entre o cidadão brasileiro e a informação.

A televisão crescerá em sua dimensão, passará a ser algo interativo, que poderá prestar contas da atuação do setor público, por exemplo, que poderá atuar na prestação de serviços, na Previdência Social ou em outros segmentos, como o setor de saúde, Senador Paulo Paim, por meio de algum tipo de agendamento do SUS.

Portanto, é uma revolução que teremos no mundo, e o Brasil se insere nessa revolução de uma forma

tecnologicamente viável. O Brasil entra na tecnologia de ponta na TV digital e na interação que haverá com a sociedade.

Parabenizo os Ministros que levaram em frente esse trabalho. O Ministro Miro Teixeira foi o primeiro Ministro do Presidente Lula que se posicionou politicamente pela busca de um padrão brasileiro, não simplesmente a importação de qualquer padrão. Depois, o Ministro Eunício Oliveira e, por fim, o Ministro Hélio Costa, nosso companheiro do Senado, indicado inclusive pelo PMDB, que fez um excelente trabalho de articulação, agilizou os procedimentos, atuou junto às universidades.

Realmente chegamos ontem a dar o chute inaugural de um procedimento que se espera, no próximo ano, comece a funcionar nas principais cidades brasileiras.

Parabenizo igualmente o Presidente Lula, o Governo, todos os segmentos envolvidos nessa questão. Foram vários Ministérios envolvidos, não só o Ministério das Comunicações, mas também o Ministério das Relações Exteriores, com o Ministro Celso Amorim, o Ministério do Desenvolvimento, com o Ministro Luiz Fernando Furlan, o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministro Sérgio Rezende, a Ministra Dilma Rousseff, que coordenou os grupos de trabalho nas discussões técnicas. Na verdade, houve um engajamento e um envolvimento do Governo como um todo, e conseguimos, sem dúvida alguma, ter um excelente resultado nessa questão.

A segunda observação que faço é que hoje o Presidente assina várias medidas provisórias que reajustam os salários dos funcionários públicos. Quero dizer da minha satisfação, porque esse é sobretudo um ato de justiça com os servidores públicos. Eu que sou de Roraima, um Estado formado em grande parte por servidores públicos, sei da importância, da responsabilidade, do compromisso dos servidores públicos para com o meu Estado e, portanto, sei da importância deles para o desenvolvimento que queremos.

Ao assinar essas medidas provisórias, o Presidente Lula reequilibra um pouco o poder de compra, o poder aquisitivo dos servidores públicos por meio de reajustes, que são importantes. No meu Estado de Roraima, por exemplo, estamos tendo vitórias muito importantes para os servidores públicos federais do Estado. Os policiais militares e bombeiros, Senador Paulo Paim, terão um reajuste até dezembro de 29,17%. Além disso, está sendo criada a Gratificação do Serviço Voluntário, para ampliar a atuação da polícia militar e do corpo de bombeiros, no valor de R\$ 300,00.

Com relação à Polícia Civil, haverá a equiparação da Polícia de Roraima com a Polícia Federal e, portanto, o reajuste da Polícia Civil Estado será de 23% a 38%, o que é também algo extremamente importante

para o trabalho feito pela Polícia Civil, que combate inclusive o narcotráfico.

Hoje, infelizmente, com o aperto que foi dado em outras áreas, o Estado de Roraima começa a virar rota do narcotráfico e é importante que o aparato policial esteja bem remunerado e bem estruturado, para que possamos combater com firmeza esse absurdo.

Por fim, o PCC, o plano de cargos de todos os demais servidores do Estado, que estão no quadro em extinção do ex-território, assim como milhares de servidores estão no quadro do PCC em todo o País. São auxiliares administrativos, de serviços gerais e funcionários de nível superior de vários Ministérios.

É importante dizer que, no próximo mês de julho, o nível administrativo terá, no mínimo, 32% de aumento; o nível intermediário terá, no mínimo, 39% de aumento; e o nível superior terá, no mínimo, 40% de aumento. Em fevereiro, esse aumento será completado. Com relação a junho, o nível administrativo terá tido 48% de aumento; o intermediário, 59% de aumento; e o superior, 61% de aumento, no mínimo. Isso não é em cima de alguma gratificação, mas o resultado do aumento em cima de toda remuneração do servidor público.

É algo extremamente marcante e importante que irá melhorar a condição de vida desses servidores públicos, não tenho dúvida nenhuma, que estavam com salários achatados. Há anos nós vínhamos debatendo essa questão e o Presidente Lula a enfrenta firmemente.

Esses recursos já estão no Orçamento deste ano e na LDO do próximo ano, da qual fui relator. Portanto, não há nenhum tipo de perspectiva ou de preocupação, pois não se está gastando demais. Dizem que não haverá dinheiro para pagar. Haverá dinheiro, sim. O dinheiro está previsto. Os servidores merecem. E é importante que se conceda esse aumento.

Congratulo-me com todos os servidores públicos e parabeno o Presidente pela coragem de conceder esse aumento, de priorizar o servidor. E quero parabenizar, de forma especial, os servidores de Roraima. Como Líder do Governo, ajudei a construir essas medidas provisórias. Discuti essas medidas e procurei encaixar os ex-territórios de Roraima e Amapá e, hoje, somos vencedores. Estamos satisfeitos com o resultado.

Parabeno as entidades de servidores do Estado de Roraima, os representantes das associações e sindicatos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, a federação e o sindicato dos servidores públicos e também o sindicato da Polícia Civil. Essa é uma vitória de todos que, sem dúvida alguma, repercutirá muito nos lares de Roraima e de todo o País.

O Governo Lula, nos últimos anos, tem aumentado a renda média do trabalhador. Tivemos essa informação novamente este ano. Ato como esse, além de fazerem justiça, melhoram o consumo interno, re-

aquecem a economia e dão melhores condições para que os servidores públicos possam enfrentar a nobre tarefa de prestar serviço ao público.

É importante que os salários sejam, pelo menos, razoáveis, para serem atrativos, para puxarem pessoas para a carreira pública e para evitar, Senador Paulo Paim, o esvaziamento do setor público, porque, há anos, esse setor vem perdendo técnicos e funcionários exemplares para o setor privado por conta do nível salarial.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Romero Jucá, faço este aparte porque entendo que os servidores públicos brasileiros, de fato, estavam há muito tempo na expectativa de um reajuste que recuperasse parte das perdas acumuladas. Muitos estão nos perguntando, neste momento, ao ver V. Ex^a na tribuna falando sobre esse tema, como ficam os aposentados. E, por dever de justiça, quero dar o depoimento de que conversei com V. Ex^a, naquela sessão histórica daquela noite em que teríamos votado os créditos dos Estados e inclusive a MP dos aposentados, e V. Ex^a me assegurou: “Não tem de haver obstrução, vamos votar os créditos, vamos votar os empréstimos para os Estados e vamos votar também a MP que garante aquele reajuste.” É um reajuste que V. Ex^a sabe, porque conversamos muito, de 16,7% também para os aposentados e pensionistas. V. Ex^a fez um apelo inclusive, aqui, como eu também fiz, mas, infelizmente, devido a uma questão de Tocantins, o tema não foi votado. Por isso é que espero que, na semana que vem, consigamos votar todas as medidas provisórias que contemplem os servidores, os aposentados e também os Estados. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Fiz questão de dar esse testemunho, para não dar a impressão de que não tínhamos conversado também sobre a situação dos idosos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e quero lhe dar uma boa notícia: Já fizemos um acordo com a Oposição, vamos votar na próxima semana. Na terça-feira de manhã, o Presidente Renan Calheiros convocou uma reunião de todos os líderes, inclusive com líderes da Câmara e o Presidente Aldo Rebelo, para definirmos a pauta desse esforço concentrado final. E, na terça-feira, espero votar as medidas provisórias e também o reajuste dos aposentados. V. Ex^a pode ter a certeza de que a Liderança do Governo vai se empenhar em limpar a pauta, porque queremos não apenas votar essas matérias, como também o Fundeb, para que a Educação brasileira possa ganhar mais um mecanismo de realce, de fortalecimento do processo educacional, porque a educação é o grande caminho para desenvolvermos o nosso País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Com certeza, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, colocará os Senadores do Governo aqui, porque é sempre importante deixar claro que a obstaculização das votações na Casa ora é por medida provisórias, ora por um certo quadro de preguiçite aguda de alguns Parlamentares da Base do Governo, que não é o caso de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, no encerramento desta sessão, já encaminhamos à Mesa – e sei que V. Ex^a está se manifestando favoravelmente – voto de aplauso pelo transcurso do quinto aniversário do jornal **O Sul**:

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requero voto de louvor ao jornal **O Sul**, do grupo Rede Pampa de Comunicação, que completa, neste domingo, dia 02 de julho, cinco anos de fundação.

Sr^a Presidente, nesse período, sob o comando do empresário Otávio Gradet, o jornal **O Sul** acompanhou, com isenção, a vida política e econômica do Rio Grande do Sul e do Brasil, fazendo desse órgão de imprensa um dos mais importantes do Sul do País.

Fazemos votos para que o jornal **O Sul** prossiga nessa trilha que o consagrou como porta-voz legítimo das aspirações do povo do Rio Grande do Sul e do povo brasileiro.

Finalmente, eu gostaria de, na pessoa do jornalista Paulo Sérgio Pinto, Diretor-Geral do jornal, cumprimentar todos os funcionários que fazem do jornal esse patrimônio de todos nós, daquele que entrega o jornal nas bancas, do jornalista que vende o jornal nas ruas, dos impressores, repórteres, fotógrafos, editores, editor-chefe, enfim, toda a família que compõe o jornal **O Sul**.

Por essas razões, é com muita alegria e felicidade que apresento esse requerimento de voto de aplauso à Rede Pampa de Comunicação em comemoração ao quinto aniversário de existência do jornal **O Sul**.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Passo a ler, para deixar registrada nos Anais da Casa, carta da Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital, em função da decisão, alardeada como gloriosa ontem pelo Governo, em relação à TV digital.

Carta aberta à sociedade brasileira.

Governo próximo de erro histórico. [Esta carta é da véspera, então já ingressou no erro histórico.]

Em virtude de notícias veiculadas pela imprensa, que afirma estar o Governo Federal pronto para anunciar o padrão tecnológico a ser adotado pelo Brasil, a Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital vem a público expor à sociedade brasileira as seguintes questões.

Se concretizado, o anúncio da decisão a favor da adoção do padrão de modulação japonês, que é considerado ISDB, ao apagar das luzes do primeiro mandato do Presidente Lula e em plena Copa do Mundo, significa a morte do Sistema Brasileiro de TV Digital, cuja proposta inicial baseava-se em princípios como a democratização das comunicações, a promoção da diversidade cultural, a inclusão social, o desenvolvimento da ciência e indústria nacionais, conforme o Decreto presidencial nº 4.901, e implicou o investimento de R\$50 milhões na formação de 22 consórcios de universidades brasileiras, envolvendo 1.500 pesquisadores.

Ao optar pelo modelo japonês, o Governo despreza o acúmulo social que sustentou sua eleição e submete-se, de maneira subserviente, aos interesses dos principais radiodifusores do País.

Se levar adiante o anúncio pelo ISDB, que é o padrão de modulação japonês, o Governo brasileiro, infelizmente, à semelhança dos anteriores, seguirá tratando a comunicação exclusivamente como uma moeda de troca política.

Apesar dos insistentes apelos para que a decisão fosse tomada a partir do diálogo com os diversos segmentos da sociedade, o Governo mantém uma postura pouco democrática, privilegiando a interlocução com os representantes das emissoras comerciais de televisão e negando-se a abrir espaço semelhante às organizações sociais.

Tal postura soma-se à completa falta de transparência na condução do processo decisório, que ainda deixa a sociedade brasileira à mercê de boatos de corredor. (...)

Penso ser muito sugestivo que as pessoas entendam que a TV digital é uma oportunidade única para se promover a diversidade cultural, fortalecer a democracia, desenvolver a ciência e a tecnologia nacionais e incluir socialmente a maioria da população, ainda desprovida dos direitos humanos fundamentais,

Senador Paulo Paim, como sabemos V. Ex^a, eu e muitas pessoas espalhadas pelo Brasil.

Ao anunciar a opção pelo padrão de tecnologia estrangeira, comete-se um erro histórico, para se ver como, às vezes, faz falta a pluralidade no debate de coisas tão importantes como essa. Ao mesmo tempo em que a decisão é apresentada com todos os fogos e festividades, como se fosse algo fundamental e o único caminho possível, milhares de pessoas que trabalham numa frente pela democratização dos meios de comunicação, pela diversidade cultural e regional, são impedidas de participar do debate.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Papaléo Paes, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Leonel Pavan, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, João Batista Motta e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Nem Lula dá bola para eles”, publicado pela revista **Veja**, em sua edição de 21 de junho do corrente ano.

A matéria ilustra a falta de sintonia do governo com seu próprio partido, o Partido dos Trabalhadores. Dirigentes do PT, que traçam as diretrizes a serem apresentadas pelo próximo governo, retomaram idéias desastrosas para a economia e podem prejudicar a imagem de Lula. O Presidente, já em campanha há muito tempo, desdenhou, agiu como de costume, como se não soubesse de nada.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NEM LULA DÁ BOLA PA

Dirigentes do PT retomam idéias desastrosas para a economia e recebem o desdém do presidente

Giuliano Guandalini

Na campanha presidencial de 2002, o então candidato Lula e o PT deram uma guinada em direção à racionalidade administrativa. Na Carta ao Povo Brasileiro, partido e candidato aderiram à estabilidade da moeda e à sanidade das contas, dando-lhes o status de conquistas da sociedade brasileira. O gesto reduziu a apreensão que havia sobre a orientação econômica do PT, ajudando Lula a eleger-se. Na semana passada, o

partido começou a produzir um programa de governo com o qual espera se apresentar aos eleitores na campanha de 2006. O documento, ainda em fase de debates, só será divulgado oficialmente em julho. Mas, pelo que já se soube das diretrizes — escritas a quatro mãos pelo presidente do PT, Ricardo Berzoini, e pelo coordenador do programa, Marco Aurélio Garcia —, trata-se de um retrocesso. Volta-se ao século passado, do qual Berzoini e Garcia nunca conseguiram escapar. É um desserviço a Lula como presidente e como candidato.

A dupla Berzoini e Garcia entrou no túnel do tempo. Do passado, seu ponto de vista do mundo, eles mandam sua receita: nada de redução de gastos, nada de autonomia do Banco Central, nada de cortes de impostos e toda a força ao comércio com a África e a América do Sul. Uma receita carregada de ideologia

e ingenuidade. “É equivocada a tese do rombo explosivo da Previdência”, afirma Berzoini. Garcia, o amigo do boliviano Evo Morales, faz eco ao colega: “Corte de custeio significa diminuição dos gastos sociais”. Felizmente, ninguém os levou a sério — nem o presidente. É fácil entender a razão. Lula fez questão de se mostrar distante da turminha trevosa. Sobre a Previdência, disse o presidente: “A sociedade vai ter de compreender que a Previdência, de tempos em tempos, tem de passar por uma reforma. Hoje temos metade das pessoas trabalhando e metade recebendo aposentadoria. As pessoas estão vivendo mais. Nenhum sistema de previdência no mundo suporta que as pessoas vivam mais tempo recebendo aposentadoria do que o tempo em que contribuíram”. Os especialistas em finanças públicas são unânimes em avaliar como insustentável a situação da Previ-

RA ELES

dência. Os gastos com benefícios dobraram nos últimos dez anos e atingiram 146 bilhões de reais em 2005. As contas, que eram equilibradas, entraram no negativo — no ano passado, o déficit ficou em 38 bilhões de reais, quatro vezes o orçamento do Bolsa Família. A tendência é piorar.

Berzoini enxerga a questão de outra maneira. Ele acredita que, conforme os juros caírem e a economia crescer, o déficit naturalmente diminuirá. Essa confusão de causas com consequências é um velho truque petista que, imaginava-se, nunca mais viria a ser tentado dada sua primariedade. No mundo mágico de Berzoini, a redução por decreto dos juros levaria à queda da dívida e dos gastos públicos. No planeta Terra as coisas não funcionam assim. É justamente a diminuição dos gastos e da dívida que permite baixar juros e, assim, produzir maior pro-

gresso, mais empregos e bem-estar — sem inflação.

Foi esse o caminho que Irlanda e Espanha, para citar dois exemplos, trilharam para ingressar no time das economias modernas e prósperas. Só com o controle dos gastos será possível reduzir a carga tributária, estimulando investimentos. “Corte de impostos é a receita clássica dos liberais”, disse Garcia. Seja de quem for a receita, ela é mais do que adequada ao Brasil, país em que as pessoas trabalham quatro meses por ano — atenção: quatro meses por ano! — para pagar impostos aos governos. Só então, paga sua alforria aos mandarins como Garcia, elas começam a suar o rosto para comprar comida, educar os filhos, garantir a segurança de suas casas, fazer frente às despesas de transporte e moradia. Enquanto isso, o dinheiro entregue ao Estado estará, em boa parte, se esvaindo pelos ralos da corrupção e do desperdício.

A dupla de formuladores da política econômica do PT investe também contra o tradicional moinho de vento

que zune nos ouvidos da esquerda: o Banco Central. “Não se pode trabalhar com a idéia de autonomia total, porque seria retirar o Banco Central do controle democrático da sociedade. O BC deve estar submetido ao crivo do Executivo e do Legislativo”, disse Berzoini. A miopia nesse caso é ainda mais grave do que não enxergar o déficit da Previdência. Em todos os países viáveis, o Banco Central goza de autonomia formal ou legal. Quanto mais distante das pressões do Executivo e do Legislativo, melhor os bancos centrais podem exercer sua função precípua: defender o poder de compra da moeda que está no bolso dos cidadãos. Em outras palavras, impedir que a inflação devore as economias das pessoas. Lula ainda não anunciou oficialmente sua candidatura, mas já se beneficia eleitoralmente da política econômica responsável que seguiu o poder de compra do real, o efeito mais sentido pelas camadas mais pobres da população. É o que mostram as pesquisas de intenção de voto. Quem diria, Berzoini e Garcia trabalham contra Lula! ■

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o artigo de Antonio Machado, publicado pelo jornal **Correio Braziliense**, em sua edição 18 de junho do corrente, intitulado “Quem se habilita?”.

O autor, em seu artigo, comenta os resultados de dois estudos sobre desenvolvimento; o primeiro, realizado pela consultoria internacional McKinsey, e o outro feito por um dos excelentes consultores desta Casa, Marcus Mendes. Ambos analisam o crescimento do Brasil e comparam os números com os de outros países.

O autor destaca os gastos públicos, o tamanho do Estado e o aumento da carga tributária. E diz: “Não se

faz a crítica clássica dos liberais ao estado onipotente, mas apenas se constata que, no caso brasileiro, a estrutura pública deixou de servir como centro dinâmico do desenvolvimento econômico e social”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A ONDA NATURAL

No Brasil:	6,5 milhões
Faturamento (em US\$)	
No mundo:	30 bilhões
No mundo:	24 milhões
No Brasil:	200 milhões

área plantada (em hectares)

BRASIL S/A

por Antônio Machado
cidadebiz@correioweb.com.br

QUEM SE HABILITA?

O gasto público menor e mais eficiente é condição necessária para o crescimento acelerado da economia, mas somente isso, que por si já exigirá uma enorme batalha contra feudos políticos encastelados no poder, não basta. A economia se distancia ano a ano dos maiores rivais no mundo, como China e Índia, e, de resto, de todos países, sobretudo os desenvolvidos, e isso porque é baixa a produtividade do trabalho, apresentada em trabalho especial sobre o Brasil pela conceituada consultoria internacional McKinsey como determinante para o aumento da renda per capita das nações.

Enquanto entre 1995 e 2004 a renda per capita brasileira cresceu a um ritmo anual médio de apenas 1,5%, ela aumentou 7,6% na China, 4,1% na Índia e Rússia, 3,7% na Coreia do Sul, 2,6% no Chile. Até nos países ricos, que já formados tendem a crescer em ritmo menor que daqueles em plena formação econômica e social, a renda avança a taxas superiores à do Brasil. Nos EUA, 2,3%. Em Portugal, 2%.

Apesar da resistência dos políticos no poder, que ou não querem abrir mão de vantagens e privilégios de seu grupo de interesses ou preferem desviar-se do problema para que não fique transparente a sua impotência para encaminhar a solução, já há razoável consenso que o Brasil cresce pouco e trata mal a justiça social devido aos empecilhos resultantes do tamanho do Estado. Não se faz a crítica clássica dos liberais ao Estado onipotente, mas apenas se constata que, no caso brasileiro, a estrutura pública deixou de servir como centro dinâmico do desenvolvimento econômico e social.

Quando se diz que o Estado se agigantou, segundo estudo de Marcus Mendes, consultor de economia do Senado, isto significa que são grandes a dívida pública, a despesa e a carga tributária. A dívida líquida do setor público subiu de 29% do PIB, em janeiro de 1995, para 51% do PIB este ano. A despesa total do governo federal deu o salto de 23% para 31% do PIB entre 1995 e 2005 — ou seja, aumentou R\$ 168 bilhões em dez anos, considerando-se o PIB estimado em R\$ 2,1 trilhões para 2006. A carga tributária total evoluiu de 29,4% para 38,9% do PIB também em dez anos — tungada de R\$ 199,5 bilhões ou quase R\$ 20 bilhões a mais por ano em dinheiro de hoje.

Em suma: estamos pagando mais impostos, fora os brutais aumentos de tarifas e juros, para que o Estado aumente seus gastos. E isso para que? Melhoraram os serviços públicos? Não. A pobreza abrandou mas o pobre tem

mais empregos? Muito pouco. De 1995 a 2004 a taxa de desemprego e subemprego evoluiu de 21,39% para 20,49%. Pior: o investimento público sumiu e o crescimento econômico se estagnou.

Tirando a limpo

O estudo do economista Marcus Mendes tira a limpo esta situação, ao mostrar as distorções do inchaço do Estado. “O gasto do Poder Judiciário federal, em valores reais, por exemplo, multiplicou-se por 10 entre 1985 e 2004, sem que a Justiça tenha ficado 10 vezes mais rápida ou que se tenha multiplicado por 10 o número de brasileiros que tem acesso a ela”, diz em seu estudo. As despesas da Previdência, com auxílio-doença passaram de R\$ 3,1 bilhões, em 2001, para R\$ 12,5 bilhões, em 2005. E não ocorreu, como diz Mendes, “qualquer epidemia ou catástrofe que criasse tantos doentes de uma hora para outra”. Tais números desqualificam a tese defendida pelo governo de que o país não precisa passar por um choque de gestão.

Para onde se ponha o olhar sobre o Estado, haverá uma miríade de inépcias de gestão, das estradas — que mal saíram da operação de emergência tapa-buracos no início do ano e já estão esburacadas — aos hospitais, da segurança pública às escolas. Mas a mistura dos componentes perigosos do “Estado grande” (despesa, dívida e carga tributária), segundo Marcus Mendes, também gera impactos macro e microeconômicos negativos sobre as cinco alavancas do crescimento de longo prazo: investimento privado, exportações, produtividade, competição e a inovação. Sem subsídio, pouca coisa fica viável.

País sem ambição

Tudo está amarrado, formando esta espécie de conspiração contra o desenvolvimento. Armou-se um sistema em que o governo, que não tem quase nenhum incentivo para agir com eficiência, retira 40% do PIB da sociedade entre impostos e dívida para devolvê-lo como despesa. Se boa parte dela fosse investimento produtivo, o Brasil teria as feições de uma Espanha. Mas parece que o país perdeu toda ambição.

As distorções se acumulam, se enraízam e acabam como ervas ruins, difíceis de erradicar. “O resultado”, diz Marcus Mendes, “é baixa eficiência e produtividade e, mais uma vez, menos crescimento”. A sua análise é cáustica: “Como é o governo que decide a alocação de 40% da renda nacional, muita gente se especializa em obter verbas públicas, procurando relacionamentos pessoais que dêem acesso a instâncias de decisão no governo ou buscam militância partidária ou em grupos de interesse que abram as portas para financiamento subsidiado, patrocínio de empresa estatal ou um cargo público”.

Não pode dar certo um país onde valem mais as boas amizades que gastar horas estudando para se tornar um profissional produtivo, onde é mais lucrativo explorar brechas da lei para processar o Estado que desenvolver um novo negócio privado, diz o consultor.

É toda uma cultura do mal que importa desmontar. Os problemas da economia são mais relevantes, mas sem a cumplicidade da máquina pública não há agenda positiva que fique de pé. Quem se habilita?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Responsabilidade política”, de autoria do analista político Augusto de Franco, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 20 de junho do corrente.

Segundo o autor do artigo, “Tudo o que Lula e o PT fizeram tinha (e tem) como objetivo continuar ganhando as eleições, sucessivamente: por um lado, palanquismo-messiânico (do líder que se diz predestinado a salvar os pobres) regado com assistencialismo-clientelista e, de outro, conquista dos meios institucionais pela privatização partidária da esfera pública e pela

alteração da lógica de funcionamento das instituições. Essa é a fórmula do neopopulismo lulista”.

Sr. Presidente, requiero que o artigo do analista político Augusto de Franco passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Responsabilidade política

AUGUSTO DE FRANCO

AFINAL FICOU claro que o verdadeiro projeto lulo-petista para o Brasil era arrecadar ilegalmente os recursos necessários para ficar 20 anos no poder. As pessoas se escandalizam com a primeira parte desse projeto; o que me apavora é a segunda. Depois do que veio à tona, talvez o “governo-partido” no poder não consiga mais roubar tanto (e talvez nem precise, já que deu para usar os recursos públicos).

Mas, se alguma coisa mudou, foi apenas a meta financeira. O objetivo continua. E os meios — a formação de quadrilhas nos aparelhos estatais conquistados — também. Quer dizer: o projeto está de pé, simplesmente porque não foi desconstituído.

Uma estrutura de poder como a que o PT montou nos últimos dez anos no país não cai por si mesma. Tem de ser desbaratada. Não havendo quem se disponha a fazê-lo, ela continuará atuando.

O projeto de poder de Lula e do PT não trabalha por fora das instituições e sim por dentro. É um parasitismo da democracia. Enganam-se os que acham que vão surpreendê-los mais adiante numa tentativa de golpe de Estado. Sua via principal é a eleitoral. Tudo o que Lula e o PT fizeram tinha (e tem) como objetivo continuar ganhando as eleições, sucessivamente: por um lado, palanquismo-messiânico (do líder que se diz predestinado a salvar os pobres) regado com assistencialismo-clientelista e, de outro, conquista dos meios institucionais pela privatização partidária da esfera pública e pela alteração da lógica de funcionamento das instituições. Essa é a fórmula do neopopulismo lulista.

Como a oposição não se dispõe a interromper democraticamente a trajetória do governo corrupto, lançando mão dos mecanismos previstos na

Bilhões de reais do dinheiro público são distribuídos aos mais pobres, sem exigência de contrapartidas, em versão moderna de clientelismo

Constituição para situações como essas, terá de enfrentar o lulo-petismo em condições adversas: uma arena eleitoral viciada pela manipulação das massas e pela compra ilegal, direta e indireta, em grande escala, de cabos eleitorais e eleitores.

A manipulação vem sendo feita pelo eterno-candidato desde que assumiu o poder. Bilhões de reais do dinheiro público vêm sendo distribuídos aos mais pobres, sem exigência real de contrapartidas, numa versão moderna de clientelismo em que no lugar do coronel local figura o líder nacional, o companheiro-presidente. Já a compra de apoios e aliados vem se processando por meio dos vários tipos de mensalões. Só uma pequena parte desse esquema foi descoberta.

É claro que nada disso poderia ter sido feito sem as vistas grossas das oposições. Mas se, por um lado, as oposições são lenientes, por outro, também não se pode contar com a mobilização da sociedade em termos tradicionais.

As novas formas de expressão dos cidadãos, as maneiras pelas quais a nova sociedade civil se organiza na contemporaneidade, não são aquelas que conhecíamos: corporativas, reivindicativas e, não raro, aparelhadas para servir de correias de transmissão de grupos e partidos políticos.

Eis então o dilema: os velhos agentes militantes não querem, e inclusive já não podem mais, defender a demo-

cratização do Estado e da sociedade; os novos agentes não são propriamente militantes a serviço de um grupo ou seguidores de um líder, senão participantes voluntários, que se mobilizam em torno de uma causa. Não são manipuláveis e não podem ser comprados com mensalões nem com cargos ou candidaturas. Constituem a nossa melhor promessa de futuro, mas não podem ser usados para limpar a sujeira do passado.

Caminhamos assim, cabisbaixos, para o matadouro eleitoral, correndo o risco de ver consagrada a impunidade dos delinquentes, o que aumentará a insegurança jurídica e jogará o país em uma crise institucional sem precedentes.

Sem oposição política e sem mobilização da sociedade, sobram apenas aqueles setores empreendedores que têm motivos diretos para defender a liberdade de iniciativa e para se preocupar com a democracia e com o desenvolvimento. Se esses não começarem agora a exercer a sua responsabilidade política, depois tudo indica será muito tarde.

Recente pesquisa do Instituto Internacional de Desenvolvimento Empresarial (IMD) revela que sob o governo Lula o Brasil já despencou da 37ª para a 52ª posição no ranking das economias mais competitivas do mundo, está entre os países em que o governo mais atrapalha a atividade empresarial e em último lugar em relação à estrutura institucional, critério que mede a capacidade de gestão da máquina pública.

Imaginem aonde iremos parar com mais quatro anos de neopopulismo lulista.

AUGUSTO DE FRANCO, 55, é analista político do blog www.democracia.org.br e autor, entre outros livros, de “A Revolução do Local: Globalização, Glocalização, Localização” (2004). Foi membro do comitê-executivo do Conselho da Comunidade Solidária no governo FHC (1995-2002).

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Minha vida de coioote”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 28 de junho do corrente.

O jornalista Diogo Mainardi, em seu artigo, compara seus artigos sobre o Presidente Lula com os personagens de desenho animado Papa-Léguas e Coioote: “Lula é o Papa-Léguas. Eu sou o Coioote. Por quatro anos, imitei o desenho animado. Recorri a todas as artimanhas para capturar a presa. Nada deu certo. Lula sempre conseguiu escapar”.

Apoiado na comicidade do desenho animado, Mainardi destaca que o Presidente Lula é como o Papa-Léguas, “que sabe apenas fugir e se esquivar das ciladas preparadas pelo Coioote”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o artigo ao qual me refiro passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Minha vida de Coioote

Lula é o Papa-Léguas. Eu sou o Coioote. Por quatro anos, imitei o desenho animado. Recorri a todas as artimanhas para capturar a presa: catapultas, foguetes, patins a jato, elásticos gigantes, tintas invisíveis, rochas desidratadas, comprimidos de terremoto. Nada deu certo. Lula sempre conseguiu escapar. E depois de escapar, como o Papa-Léguas, grasnou aquele estridente bip-bip em minha orelha, assustando-me e fazendo-me cair num abismo, em geral com uma pedra de 10 toneladas na cabeça.

O maior achado do desenho animado de Chuck Jones é sua absoluta essencialidade. Os dois protagonistas, mudos, confrontam-se num panorama deserto, onde só há pedras e cactos, cujos espinhos terminam invariavelmente fincados na pele do Coioote. O Papa-Léguas é uma besta primária, um oportunista microcéfalo perfeitamente adaptado ao seu meio, que sabe apenas fugir e se esquivar das ciladas preparadas pelo Coioote. O Coioote, por sua vez, é a caricatura do humanista otário que acredita no triunfo da racionalidade, do conhecimento, do engenho humano, da lei, do progresso social, da tecnologia. E é repetidamente punido por causa disso. Se o Coioote é Lamarck, o Papa-Léguas é Darwin. Se o Coioote é o humanista Settembrini, o Papa-Léguas é o jesuíta Naphta. Se o Coioote é Bouvard e Pécuchet, o Papa-Léguas é a tempestade que devasta sua lavoura.

A comicidade do Coioote e do Papa-Léguas não está na variedade das piadas. Pelo contrário: está no repisamento infinito da mesma piada. O Coioote

prepara uma armadilha. O Papa-Léguas passa incólume por ela. O Coioote se revolta e cai na própria armadilha. Quando se recupera de seus efeitos calamitosos, prepara outra armadilha, num ciclo interminável. Chuck Jones definiu o Coioote como um fanático, citando o filósofo George Santayana, para quem “um fanático é aquele que redobra seu empenho quando já esqueceu seu objetivo”. Foi a fórmula que, semana após semana, tentei plagiar aqui na coluna. Com Lula no papel do Papa-Léguas e eu no do Coioote.

Chuck Jones dirigiu episódios do desenho animado de 1949 a 1965. Eu resisti bem menos. Depois de quatro anos, com dezenas de artigos sobre o Papa-Léguas lulista, o esquema se desgastou. No ano que vem, mudo definitivamente de assunto. Até lá, espero concluir algumas das histórias a que me dediquei no último período: do meu processo contra Lula, que já está no STF, à denúncia de que ele possui uma conta num paraíso fiscal. Da ação popular que pretendo mover contra a empresa de seu filho, que arrendou ilegalmente

um canal de TV, à revelação de novos casos de financiamento ilícito ao PT. O resultado de meu esforço será o mesmo de sempre. O Papa-Léguas passará por mim a toda a velocidade, buzinando seu bip-bip. Eu, estupidamente, tentarei descobrir o que deu errado em meus planos e, de uma hora para outra, me verei caindo num abismo. Mas não ria. Porque você cairá junto comigo.

“Depois de quatro anos, com dezenas de artigos sobre o Papa-Léguas lulista, o esquema se desgastou. No ano que vem, mudo de assunto. Até lá, espero concluir algumas das histórias a que me dediquei. O resultado do meu esforço será o mesmo de sempre”

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Educação, mentiras e videoteipe”, de autoria do ex-presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Sidney Beraldo, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo** de 14 de junho do corrente.

O artigo destaca que o Projovem está errado na concepção, não funciona na execução e não esconde seu viés autoritário, sob o disfarce do paternalismo.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Educação, mentiras e videoteipe

SIDNEY BERHALDO

A VERDADE É O presidente Lula parecem viver em divórcio explícito desde que ele confessou, de viva voz, que, na oposição, era dado a bravatas. Nesse particular, continua fiel a si mesmo. É o que se observa quando ele acusa a Prefeitura de São Paulo de não ter dado a devida atenção ao Programa Projovem.

Destaque-se um primeiro tropeço. Lula diz que o programa já tem “um ano”. Falso. Há um ano foi aprovada a lei que o criou. Mas existir, mesmo, só há seis meses. O Projovem, de inteira responsabilidade do governo federal, concede bolsas de estudo de R\$ 100 a jovens de 18 a 24 anos para que concluam, em regime supletivo, o ensino fundamental. Mas só podem receber essa ajuda jovens que não trabalham, não têm outros rendimentos.

É espantoso que o presidente diga que “o prefeito [de São Paulo] não atendeu nem mandou preencher” as vagas. A divulgação do programa, inscrições, matrículas e convocação dos estudantes são atribuições da equipe do ministro Luiz Dulci, prócer petista e secretário-geral da Presidência da República — e não, como seria natural, do Ministério da Educação.

Quem “manda” preencher as vagas — se isso fosse possível — é o governo federal. A prefeitura cabe receber em uma escola os alunos indicados e ministrar as aulas. O governo que prometeu criar 10 milhões de novos postos de trabalho (e não chegará à metade), que criou o inexistente Fome Zero e que assina a fantasia do Primeiro Emprego inventou um Projovem que proíbe seu beneficiário de trabalhar, apesar da idade.

Isso mesmo: supõe-se que um adulto entre 18 e 24 anos, que precisa de supletivo, pode muito bem viver com R\$ 100 em São Paulo. Em áreas muito pobres do país, em que o custo de vida também é mais baixo, os R\$ 100 do Projovem funcionam como uma va-

O Projovem está errado na concepção, não funciona na execução e não esconde seu viés autoritário, sob o disfarce do paternalismo

riante do Bolsa Família: têm mais importância como uma ação de renda mínima do que por seu valor educativo. Mas em São Paulo e outras grandes cidades, uma pessoa entre 18 e 24 anos pode obter no mercado de trabalho bem mais do que R\$ 100 por mês.

Que lhe seja concedida a oportunidade de estudar, mas sem essa restrição absurda. A iniciativa do governo federal também é inoperante na prática. Ações da cidade de São Paulo e do Estado já reduziram drasticamente o número de jovens entre 18 e 24 anos que não concluíram o ensino fundamental. A maior demanda na capital é pelo supletivo do ensino médio, que o Projovem não atende.

Um programa do governo do Estado cujo nome foi copiado pelo governo Lula, o Programa Ação Jovem, voltado para o antigo segundo grau, atende a estudantes naquela faixa etária e tem nada menos que 141 mil inscritos só na Grande São Paulo. São fatos, não bravatas.

A Prefeitura de São Paulo assinou, em dezembro, o convênio com o governo Lula para participar do Projovem (vejam bem, faz seis meses e não um ano). O Planalto realizou duas intensas campanhas publicitárias na cidade, a fim de recrutar jovens e faturar politicamente.

Na primeira etapa, ainda em 2005, 17.824 pessoas se inscreveram. Como era um número abaixo do esperado, fez-se nova rodada entre fevereiro e maio de 2006. Mais 12.046 inscrições

se juntaram àquelas outras, totalizando 29.870 pessoas. Pois bem, mas quantos alunos o governo federal repassou à Prefeitura? Apenas 7.844, pouco mais de um quarto dos originalmente inscritos.

Já na largada, seu programa não funcionou em quase 75%. Mais: como as informações são centralizadas no Planalto, alunos de uma determinada região eram enviados para outra, distante de suas respectivas casas. Por isso (só de condução gastariam a maior parte da bolsa e do seu dia) e/ou porque já tinham alguma renda que não queriam perder, a maioria desistiu antes da primeira aula.

A evasão é uma característica mesmo entre os que iniciaram o curso. Pegue-se o caso de São Miguel Paulista. Matricularam-se 973, mas só 184 permanecem. Mais de 80% de índice de fracasso para o Projovem de Lula. É bom lembrar ainda que há atraso na entrega dos 2 mil computadores e 200 impressoras para os laboratórios de informática. O atraso compromete qualquer ambição de qualidade.

O Projovem, como se vê, está errado na concepção, não funciona na execução e não esconde seu viés centralizador e autoritário, sob o disfarce do paternalismo. Ainda assim, a Prefeitura de São Paulo tem se esforçado e vai continuar se esforçando para que algo de positivo aconteça com esse programa, buscando minimizar — anular, se possível — os deletérios efeitos da incompetência federal.

Não vamos entrar no jogo de empurra que nos propõe o presidente candidato. Só os paulistanos sairiam perdendo. Faremos a nossa parte e, se for possível, também a dele. Enquanto ele, como sempre, faz discurso em palanque. Como num videoteipe.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Base se cala diante de acusações contra Lula”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 21 de junho do corrente.

A matéria destaca que em silêncio aliados do Planalto ouviram Senadores da oposição indagarem a razão da ausência do nome do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na lista de indiciados pelos crimes investigados pela CPI dos Bingos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Base se cala diante de acusações contra Lula

BRASÍLIA

Em silêncio, aliados do Planalto ouviram ontem senadores da oposição indagarem a razão da ausência do nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva da lista de indiciados pelos crimes investigados pela CPI dos Bingos. Nenhum deles pediu a palavra para defender o presidente. Álvaro Dias (PSDB-PR) propôs ao relator Garibaldi Alves (PMDB-RN) que incluísse no relatório pedido ao Ministério Público para apuração da responsabilidade de Lula no esquema de corrupção em Santo André e em relação aos pagamentos feitos em seu benefício pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Garibaldi “foi bondoso” ao omitir o nome de Lula. “Os membros do governo deveriam agradecer o fato de ele não ter posto o presidente Lu-

la no relatório, uma vez que os fatos analisados revelam indícios comprometedores de sua participação”, disse ACM. Ele também criticou a atuação do PT na CPI. Segundo ele, “nenhum partido decente” criaria dificuldades para a investigação dos assassinatos dos prefeitos de Santo André Celso Daniel e de Campinas Toninho do PT, e das denúncias de corrupção em Ribeirão Preto. “Não compreendo como é que estes petistas daqui não entendem como o senador Garibaldi foi generoso, porque o presidente Lula tinha de estar citado neste relatório.”

O presidente da CPI, senador Efraim Moraes (PFL-PB), elogiou o parecer, mesmo reconhecendo a falta dos nomes do chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, e do ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu. ● L.N.L e R.C.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “R\$40 bi? Não, obrigado”, publicada pela revista *Época* de 19 de junho do corrente.

A matéria trata da importância das agências reguladoras para a economia do Brasil e destaca que o País está deixando de receber cerca de R\$40 bi em investimentos vitais, por causa do descaso do atual governo do Presidente Lula com as agências.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

R\$ 40 bi? Não, obrigado

É essa fortuna que o Brasil está deixando de receber, em investimentos vitais, por causa do descaso do governo com as agências reguladoras

MURILO RAMOS

As agências reguladoras brasileiras foram concebidas para controlar setores essenciais ao funcionamento da economia, como comunicações, transportes e energia. Foram criadas na esteira das grandes privatizações promovidas pelo governo FHC. Como o Estado não tinha mais dinheiro para investir, entregou esses setores à iniciativa privada. Mas era preciso algum tipo de controle. Para cuidar dos contratos de concessão, dos preços e da qualidade dos serviços, sem sofrer as oscilações do entra-e-sai dos governos, as agências foram estruturadas como órgãos com operação e mandatos autônomos. O objetivo desse arranjo institucional era dar a quem deseja investir no país a segurança das regras estáveis, imunes aos interesses políticos, e ao mesmo tempo proteger os consumidores, impondo regras claras aos serviços.

A idéia não era nova. Surgiu em 1887, nos Estados Unidos, quando foi criada a Interstate Commerce Commission (ICC), para controlar as ferrovias privadas. Chegou ao Brasil apenas em 1995. Uma década depois, as agências reguladoras brasileiras sofrem de anemia. A presidência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é exercida *interinamente* desde o fim de 2005, porque virou moeda de barganha política do governo Lula com o PMDB. As diretorias de várias agências estão incompletas. Duas delas, sem o mínimo de gente para tomar decisões. Para piorar, a autonomia de órgãos presumidamente autônomos está comprometida pelos cortes de recursos feitos pelo governo federal.

“Isso é ruim para o país”, afirma o alemão Rolf Alter, o maior especialista em regulação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “A eficiência das

agências é essencial para o bem-estar de consumidores e empresas, que se sentem estimulados a investir.”

O Brasil já está se ressentindo do descaso. Em setores cruciais da economia – que podem pavimentar o caminho do crescimento ou erguer obstáculos a ele –, as empresas estão deixando de investir R\$ 40 bilhões. Esse prejuízo não leva em conta o que as melhorias poderiam significar em aumento do ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

As agências deveriam poder se sustentar sozinhas. Em cada conta de luz ou telefone, um pedacinho da fatura é destinado a elas. Mas o dinheiro arrecadado tem sido bloqueado pelo Ministério da Fazenda. Vem engordando o caixa do Tesouro Nacional e serve para o governo atingir as metas de superávit fiscal. Desde 2003, a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ti-

veram R\$ 7,4 bilhões contingenciados. “Isso é reflexo do mau tratamento que o governo tem dispensado às agências”, afirma o presidente do Conselho de Infra-Estrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José de Mascarenhas.

Nos EUA e na Europa, a autonomia financeira e administrativa das agências reguladoras é uma regra sagrada. No Brasil, porém, é comum que as agências fiquem sem dinheiro até para pagar viagens de funcionários para fazer fiscalizações. “O ideal é que as agências sempre tenham independência financeira”, diz Fernando Xavier, presidente da Telefônica, a maior empresa de telefonia fixa do país. A atual situação afasta os investidores. Segundo estudo do Banco Mundial, o Brasil ocupa posição ruim em transparência e segurança para investidores (leia o quadro). “A situação de investimentos estrangeiros só não

é pior porque o Brasil tem um grande mercado consumidor”, afirma Gesner de Oliveira, da Consultoria Tendências. “É parecido com a China, onde a regulação é fraca, mas o risco compensa.”

Segundo o consultor britânico Scott Jacobs, que assessora discussões sobre agências reguladoras em 30 países da Europa e Ásia, não há uma receita única para todos os países se tomarem seguros e confiáveis para os investimentos. Mas há alguns conceitos universais. “Transparência nas regras, mandatos fixos para os diretores de agências e prestação de contas diminuem pressões e tomam o clima mais previsível”, afirma. A seguir, a situação em cada agência.

ENERGIA

Segundo estimativas do setor, cerca de R\$ 5 bilhões deixaram de ser investidos desde 2004, quando o governo Lula mudou o modelo do setor elétrico e transferiu poder da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o Ministério de Minas e Energia. De acordo com Cláudio Sales, presidente do Acende Brasil, instituto que reúne investidores privados, empresas como a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e a Energias do Brasil deixaram de disputar leilões de geração e distribuição de energia nova no ano passado por considerar que as regras favorecem as empresas estatais. “Para um país que precisa de energia para crescer, o quadro é preocupante”, afirma Sales. Em 2005, a Aneel deveria ter recebido R\$ 270 milhões em repasses do governo, mas recebeu menos da metade desse valor. “Os problemas se agravam porque parte do dinheiro só é liberada no fim do ano”, diz Jéerson Kelman, presidente da Aneel.

ESTRADAS

Mais de R\$ 20 bilhões em investimentos na melhoria e conservação ▶

O CUSTO DO DESCASO

Quanto o país perde em Investimentos devido ao abandono das agências reguladoras

SETOR	PROBLEMA	QUANTO O PAÍS DEIXOU DE INVESTIR
Energia	Aneel perdeu poder para o Ministério de Minas e Energia	R\$ 5 bilhões
Transportes	Regras da ANTT não estão claras	R\$ 20 bilhões
Portos	Antaq está sem três diretores	R\$ 7 bilhões
Petróleo	Reuniões da ANP não têm quórum	R\$ 0,8 bilhão
Telecomunicações	Anatel não tem recursos para estudos	R\$ 7 bilhões*

TOTAL
R\$ 40
bilhões

* Apenas investimentos relativos à expansão da tecnologia de Terceira Geração de Telefonia Celular.
Fontes: Associação Brasileira de Concessionárias Rodoviárias (ABCR), Associação Brasileira de Terminais Portuários, Instituto Acende Brasil, Guerreiro Telecomunicações e Tribunal de Contas da União (TCU)

de estradas estão suspensos por causa da letargia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na definição de regras para a concessão de trechos de sete rodovias federais, que somam 2.600 quilômetros. Uma delas é a Régis Bittencourt, entre São Paulo e Curitiba, principal corredor de exportação do Brasil para os países do Mercosul. "Estão tentando reinventar a roda. Deveriam usar a fórmula das concessões anteriores", diz Marcelino de Seras, presidente da Ecovias, empresa que tem concessões de estradas nas regiões Sul e Sudeste e planos de investimentos – arquivados – para a Régis Bittencourt.

PORTOS

Projetos de mais de US\$ 3 bilhões em investimentos estão parados por causa da acefalia da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Um desses projetos é a expansão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro. O arrendamento pela Companhia Docas do Estado de uma área para a construção de novos terminais por empresas privadas ainda não saiu do papel porque não existem diretores na Antaq para assinar a concessão. A consequência é o adiamento de US\$ 1,5 bilhão em novos negócios. "Depois a gente reclama de custo Brasil", diz o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários, Wilen Manteli. No Espírito Santo, em Santa Catarina e São Paulo, há outros projetos de modernização e expansão portuária paralisados. Eles poderiam diminuir o congestionamento dos portos de Santos, em São Paulo, e Paranaguá, no Paraná.

PETRÓLEO

O enredo de falta de diretores na agência reguladora, projetos paralisados e milhões de dólares em investimentos em banho-maria se repete no setor de petróleo. Um negócio de US\$ 350 milhões, que permitiria a venda do direito de exploração de um campo de petróleo da empresa canadense Encana para a norueguesa Norsk, está parado desde o começo do ano porque não há quórum nas reuniões de diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP). O campo de Chinoock, com reservas de 200 milhões de barris de petróleo na Bacia de Campos, Rio de Janeiro, deixa de produzir.

Dos cinco diretores da agência, apenas dois estão nomeados. Um deles é o diretor-presidente, Haroldo Lima, um ex-deputado do PCdoB da Bahia que já se manifestou no passado contra as

agências reguladoras. A realização da oitava rodada de licitação de novas áreas para exploração e produção de gás e petróleo, marcada para agosto, também está ameaçada por causa da falta de diretores na ANP. Segundo Luiz Alberto dos Santos, responsável na Casa Civil da Presidência da República pelo acompanhamento das agências regulatórias, a demora na escolha de diretores é resultado da dificuldade do governo em encontrar nomes com o perfil adequado – e, depois, da demora do Congresso Nacional em referendar as nomeações.

TELECOMUNICAÇÕES

"O papel e as funções da Anatel não estão sendo cumpridos nem atingidos", diz o especialista em telecomunicações Ethevaldo Siqueira. Uma das lacunas da agência está na Terceira Geração (3G) de telefones celulares. A Anatel está adiando a licitação de faixas de frequência, que permitiria a entrada de novas prestadoras do serviço. Atualmente apenas uma atua nesse segmento, a Vivo.

A tecnologia permite, por exemplo, a transmissão de vídeos para celulares, como um lance de uma partida de futebol, com alta qualidade e velocidade. "No Japão e na Coreia do Sul, a tecnologia 3G chega a até 50% dos usuários, enquanto no Brasil não passa de 3%", afirma Siqueira. Estima-se que apenas a expansão da infra-estrutura da tecnologia 3G custe US\$ 3 bilhões. De acordo com o ex-diretor da Anatel Renato Guerreiro, a agência se ressentida da falta de dinheiro para realizar estudos que balizem licitações e regulamentações.

FALTA MUITO

O Banco Mundial criou um índice de 0 a 100 para medir a clareza e a segurança das leis nos países emergentes. Quanto maior o valor, melhor é o ambiente para investimentos

Chile	94
Coreia do Sul	72
México	68
África do Sul	65
Brasil	58
China	35
Rússia	31
Índia	27%
Argentina	20%

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Mattoso assume tudo”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 30 de maio do corrente.

A matéria destaca que fracassou a tentativa do ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, de assumir sozinho a responsabilidade pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. O ex-presidente da CEF entrou em con-

tradição em seu depoimento prestado à Polícia Federal no último dia 29 de maio do corrente.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mattoso assume tudo

Fracassou a tentativa do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso de assumir sozinho a responsabilidade pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, pivô da crise que há quase dois meses derrubou o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Ouvindo ontem em depoimento pela Polícia Federal em São Paulo, pela segunda vez, Mattoso entrou em contradição e complicou a situação de Palocci e do líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), que poderá ser convidado a dar esclarecimentos.

Após o depoimento, que durou das 9h às 12h30, a PF reforçou sua convicção de que o ex-presidente da Caixa simulou uma consulta de fachada quando pediu à Seção de Informática, no dia 17 de março, que fizesse a pesquisa de conta do caseiro. A PF tem provas de que Palocci já tinha cópia do extrato de Francenildo desde a noite do

dia anterior, quinta-feira, 16 de março. Apesar disso, Mattoso insistiu na tese de que foi o único responsável pela quebra do sigilo do caseiro.

A versão de Mattoso ficou mais evidenciada ainda com o depoimento do advogado Wlécio da Costa, tomado no final de semana. Ele garantiu à PF que seu cliente, Francenildo, confidenciou ao jardineiro Leonardo Moura, uma semana antes, no dia 10 de março, ter “um bom dinheiro” depositado numa conta de poupança na Caixa. Leonardo, ainda segundo levantou a PF, teria contado a história para sua patroa, Helena Chagas, que é diretora da sucursal do jornal O Globo em Brasília.

Em depoimento à PF, Helena confirmou ter ouvido a versão do seu jardineiro e disse ter comentado o assunto com o líder do PT no Senado na tarde de 15 de março, uma quarta-feira, com o intuito de fazer reportagem para o jornal. No mesmo dia, ela afirmou ter recebido li-

gação de Palocci, que queria checar a veracidade dos rumores sobre a movimentação financeira de Francenildo.

A jornalista lembrou que conversou com o ministro e lhe disse que os rumores existiam mas, por não serem consistentes, seu jornal desistira de publicar a matéria. Francenildo e Leonardo serão chamados para depor novamente esta semana e, se necessário, será tomado novo depoimento de Helena.

Na noite do dia 16, quinta-feira, conforme apurou a PF, Palocci já teria em mãos uma cópia do extrato de Francenildo e se reuniu com dois assessores do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para tentar colocar a PF no encalço do caseiro, que, conforme supunha, estaria recebendo dinheiro da oposição para sujar sua imagem. As investigações constataram que o dinheiro na conta do caseiro, R\$ 25 mil, tinha sido depositado pelo seu pai biológico, que se recusa a assumir a paternidade.

Uma data para Dantas

O dono do banco Opportunity, Daniel Dantas, deve depor à Comissão de Constituição (CC) do Senado. A comissão o convidou a comparecer no dia 7 de junho, mas a líder do PT no Senado, Ideli Salvati (SC), deseja mudar a data da audiência. Ideli quer evitar que o depoimento dele ocorra antes do julgamento de um processo que corre em Nova York contra Dantas, movido pelo Citibank E que já foi parceiro do Opportunity.

O julgamento ocorreria no dia 2 de junho mas foi transferido para o dia 9. “O depoimento dele vai ocorrer às vésperas do julgamento. É tudo o que ele quer, tornar-se vítima”, justificou a petista. Ela quer marcar uma data após o dia 9.

O empresário foi convidado pela CCJ para explicar a acusação que faz ao ex-tesoureiro petista Delúbio Soares de tentativa de acaque de R\$ 40 a R\$ 50 milhões e da suposta existência de contas de petistas no exterior.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as organizações contemporâneas, por mais bem estruturadas que estejam do ponto de vista administrativo, não podem prescindir de um eficiente sistema de comunicação social. Aliás, um bom indicador do nível de estruturação organizacional está em contemplar uma área dedicada à comunicação. O relacionamento com o público tornou-se, no mundo moderno, quesito indispensável para o sucesso. E isso é mais óbvio quando se trata de um ente da Administração Pública, que deve prestar contas regulares de sua atuação. É uma obrigação relacionar-se de maneira adequada e profissional com o contribuinte, seja no esclarecimento de questões que lhe são afetas, seja na divulgação dos produtos e serviços frutos de sua atuação, ou, ainda, na captação do chamado *feedback*, isto é, a resposta dos cidadãos ao desempenho de determinado órgão.

Muito mais do que fazer o proselitismo dos predados de seu trabalho ou de seus dirigentes, o que no caso público é proibido pela lei, sob recomendação estrita da ética comum, uma comunicação estruturada e atuante é a garantia de que a sociedade estará sempre bem informada, ciente de que os pesados recursos que recolhe compulsoriamente aos cofres do Estado são utilizados em benefício de todos os cidadãos. Dentro desse paradigma, estimula, admite, respeita e aprende com a interação, utilizando a famosa via de mão dupla, que não deixa transformar o público em mero espectador da Administração.

Visibilidade, transparência e interlocução social despontam, assim, como três dos principais resultados que a comunicação de qualidade proporciona a qualquer organização. Devo admitir, Sr. Presidente, que vejo com muita satisfação vários órgãos da atual Administração agindo nessa linha, mas um em especial, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, tem-se destacado nesse setor. O mais recente relatório de atividades da Agência causou-me profunda e positiva impressão, sobretudo na parte que diz respeito ao seu relacionamento com a sociedade.

São várias iniciativas que convergem para o objetivo central de garantir ao cidadão uma prestação de serviços de alto nível no âmbito da saúde. Utilizando-se dos mecanismos mais modernos de relacionamento com o público, a Anvisa tem-se mostrado transparente e acessível aos olhos da sociedade. O sítio eletrônico da agência contempla preciosos dados e informações com vistas ao esclarecimento do cidadão comum e dos especialistas. Serviços de extrema valia para todos os brasileiros estão ali disponíveis ao simples clique do *mouse*. É o caso, por exemplo, do *Guia de Comparação*

de Preços de Medicamentos, que permite identificar o menor preço para um determinado princípio ativo e sua forma farmacêutica, em cotação por cápsula, comprimido ou drágea. Destaque também merece o chamado *bulário* eletrônico, que reúne as bulas de centenas de medicamentos comercializados no País.

Todos sabemos que a alfabetização digital e o pleno acesso ao universo da informática, apesar dos esforços do Governo do Presidente Lula, ainda estão longe da universalização. Assim, muitos dos serviços disponíveis na Internet podem ser alcançados pelo telefone. Por meio de discagem direta gratuita, de qualquer ponto do País, em telefones fixos ou móveis, é possível conectar-se com o *Disque Saúde*. A central de atendimento permite aos consumidores a realização de consultas sobre preços de medicamentos, existência de genéricos, registro de denúncias de irregularidades na comercialização de remédios, além de proporcionar respostas a dúvidas gerais sobre medicamentos.

Com frequência, valendo-se de encartes e cartilhas, a Anvisa dissemina informações relevantes sobre temas importantes para a saúde pública, como proteção solar, medicamentos genéricos, orientações aos viajantes e gripe aviária, entre outros. Boa parte desse material pode também ser obtida pela Internet, por meio de arquivos eletrônicos transferíveis.

Um ponto alto e de grande repercussão no atual modelo de comunicação da Anvisa é a Ouvidoria, canal direto entre a agência e a sociedade. Por seu intermédio, qualquer cidadão ou instituição tem a possibilidade de registrar rapidamente denúncias, reclamações, pedidos de informação, solicitações, sugestões e mesmo elogios relativos à atuação da vigilância sanitária brasileira. Em um prazo máximo de 48 horas as solicitações são encaminhadas para as áreas específicas da agência, que analisam as demandas produzindo, então, as respostas pertinentes. No ano passado, o serviço foi acionado mais de 12 mil vezes, sendo que a grande maioria das solicitações refere-se a pedidos de informação, figurando em segundo lugar as denúncias, seguidas de perto pelas reclamações.

Enfim, Sr. Presidente, penso que é uma satisfação para todos nós brasileiros saber que podemos contar com uma agência de tão alto padrão, como é o caso da nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Em seus poucos anos de atuação tem evidenciado seus propósitos modernizadores e o compromisso com o cidadão e a sociedade. Ciente e obediente à missão de proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços, a Anvisa cultiva em seu trabalho cotidiano os valores da transparência, cooperação e responsabilização. Assim, garante um mínimo de tranquilidade aos brasileiros,

em uma área tão crítica, no Brasil e no mundo, como a vigilância sanitária.

Renovo meus cumprimentos aos atuais dirigentes da Anvisa, ao tempo em que me congratulo com o grupo de profissionais que se dedicam à comunicação institucional e ao relacionamento com o público, pelo excelente trabalho que desenvolvem em benefício de toda a sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Muito havendo a tratar, mas sem oradores inscritos, vou encerrar os trabalhos, esperando que tenhamos todos vergonha na cara e amor no coração, como mandam a lei de Deus e a Constituição, a lei dos homens e mulheres, e convocando sessão não-deliberativa para segunda-feira, às 14 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 03 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª Sessão Legislativa Ordinária da
52ª Legislatura -2006

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 30/06/2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO
SENADO FEDERAL

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS:

1 – APROVADA COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À CÂMARA
DOS DEPUTADOS:

Total2

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Sessão: 07.06.2006

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº14, de 2006, oferecida pela Câmara dos Deputados à da Medida Provisória nº 284, de 2006, que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 (dedução da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico; pagamento do salário-família ao segurado doméstico e ao avulso; e pagamento do seguro-desemprego).

Sessão: 21.06.2006

2 – APROVADA NA ÍNTEGRA E ENVIADA À PROMULGAÇÃO:

Total	1
-------------	---

Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Sessão: 07.06.2006

3 – APROVADO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO APRESENTADO PELO SENADO E DEVOLVIDO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total	1
-------------	---

Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências (prejudicados a Medida Provisória e o Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006, apresentado pela Câmara dos Deputados)

Sessão: 07.06.2006

4 – APROVADA NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO OFERECIDO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS E ENVIADAS À SANÇÃO:

Total	1
-------------	---

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.

Sessão: 07.06.2006

II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	13
Total.....	13

Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2003, de autoria do Senador Renan Calheiros, que cria o Programa de Subsídio Habitacional para Policiais Militares e Cíveis – PSHP.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar os prazos prescricionais.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o caput e o § 1º do art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar o limite de cumprimento das penas privativas de liberdade de trinta para quarenta anos e, ainda, inclui o § 3º, para restringir a unificação decorrente do limite máximo de pena privativa de liberdade ao cumprimento da pena.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para disciplinar a reparação de dano decorrente da prática de infração penal.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984, e a Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, para criar o regime penitenciário de segurança máxima.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2006, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para impedir a possibilidade de livramento condicional para os casos de reincidência em crime doloso apenado com reclusão.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2006, de autoria do Senador César Borges, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para prever como falta disciplinar grave a utilização de telefone celular pelo preso.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a indisponibilidade de bens do indiciado ou acusado e a necessidade de comparecimento pessoal em juízo para a apresentação de pedido de restituição ou disponibilidade.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a videoconferência como regra no interrogatório judicial.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estender o benefício da redução de pena aos condenados presos que colaborarem com qualquer investigação policial ou processo criminal.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 29.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista*.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 29.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2003, de autoria do Senador Álvaro Dias, que *dispõe sobre o registro dos circos perante o Ministério da Cultura e sobre as medidas de proteção aos animais circenses e dá outras providências*.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera a redação dos arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências* (dispõe sobre a política energética nacional).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 29.06.2006

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados	52
Total.....	52

Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006 (nº 2.014/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 21.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2006 (nº 1.998/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 22.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2004 (nº 2.225/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 543, de 2005 (nº 1.806/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Vicente de Paulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moraujo, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2005 (nº 1.853/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores de Maracanaú – Ascomar a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2006 (nº 1.855/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2006 (nº 1.556/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Groaíras - ACVG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2006 (nº 1.935/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão do Vale do Curu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Curu, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2006 (nº 1.815/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Progresso e Cidadania de Monsenhor Tabosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2006 (nº 1.884/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá – Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacujá, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2006 (nº 1.924/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação Popgoiaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2006 (nº 1.928/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Penha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2006 (nº 1.966/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lapa, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2006 (nº 2.005/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2006 (nº 2.057/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2006 (nº 2.086/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguajé, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2006 (nº 1.933/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2006 (nº 1.986/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2006 (nº 2.009/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte;

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2006 (nº 2.038/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia;

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2006 (nº 2.069/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2006 (nº 1.979/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Fernandes de Melo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2005 (nº 1.677/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2005 (nº 1.662/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2005 (nº 572/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Taió Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2006 (nº 1.808/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão "Novo Horizonte de Virginópolis" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Virginópolis, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2006 (nº 1.947/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bias Fortes - MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Bias Fortes, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2006 (nº 1.504/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2006 (nº 1.541/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jati, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2006 (nº 1.918/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Mercosul de Difusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2006 (nº 1.816/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2006 (nº 1.904/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2006 (nº 1.964/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2006 (nº 1.980/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rosa de Saron - ACRS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 172 de 2006 (nº 1.992/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Educação de Marco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marco, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2006 (nº 1.994/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Pequi Esporte Clube - Pec a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequi, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 28.06.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2006 (nº 1.957/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubajara, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2006 (nº 1.987/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária João Kominek a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2006 (nº 1.996/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Marajá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2006 (nº 2.025/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes - Bahia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2006 (nº 2.033/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2006 (nº 1.551/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Saúde de Feijó/AC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feijó, Estado do Acre.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2006 (nº 1.850/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação

Comunitária Santanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Deserto, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2006 (nº 1.869/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Pedro do Rosário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro do Rosário, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2006 (nº 1.921/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira - Ascobem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2006 (nº 2.048/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Canal Vinte e Um para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2006 (nº 2.051/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2006 (nº 1.919/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cajazeiras FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Queimadas, Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2006 (nº 1.639/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação

Comunitária Candelariense – Acomcan a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2006 (nº 1.728/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mirandiba FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirandiba, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2006 (nº 1.954/ 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Deoclécio Mendes do Amaral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasileira, Estado do Piauí; e

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2006 (nº 2.080/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária “Voz das Rocas” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.06.2006

IV - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

Total	4
-------------	---

Mensagem nº 120, de 2006 (nº 243/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Coréia.

Sessão: 20.06.2006

Mensagem nº 93, de 2006 (nº 100/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Lauro Barbosa da Silva Moreira*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Sessão: 20.06.2006

Mensagem nº 276, de 2005 (nº 821/2005, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Paulo Américo Veiga Wolowski*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República da Bósnia-Herzegovina e na República da Macedônia.

Sessão: 20.06.2006

Mensagem nº 119, de 2006 (nº 242/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Antonino Lisboa Mena Gonçalves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, e, cumulativamente, exercer o de Embaixador do Brasil na República da Letônia, desde que obtido o agrément do governo desse país.

Sessão: 20.06.2006

V – PARECERES REFERENTES A MENSAGENS DE ESCOLHA DE AUTORIDADES:

Total	4
-------------	---

Parecer nº 697, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 166, de 2006 (nº 448/2006, na origem), submetendo à consideração do Senado Federal, o nome da Doutora Maria Thereza Rocha de Assis Moura, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro José Arnaldo da Fonseca.

Sessão: 20.06.2006

Parecer nº 644, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 155, de 2006 (nº 298/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Fernando Antonio Brito Fialho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Sessão: 20.06.2006

Parecer nº 556, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e Reforma Agrária, sobre a Mensagem nº 131, de 2006 (nº 325/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Nelson Narciso Filho* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Sessão: 20.06.2006

Parecer nº 634, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 141, de 2006 (nº 364/2006, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora *Elizabeth Maria Mercier Querido Farina*, para ser reconduzida ao cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Sessão: 20.06.2006

VI - REQUERIMENTO DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE:

De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	1

Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, que solicita seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello

Sessão: 06.06.2006

VII - REQUERIMENTOS DIVERSOS:

Total.....33

Requerimento nº 388, de 2006, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 514, de 2006, do Senador Fernando Bezerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 640, de 2006, do Senador Sibá Machado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 641, de 2006, do Senador Sibá Machado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 642, de 2006, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 643, de 2006, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2006 - Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 644, de 2006, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2003, além da

Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 645, de 2006, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 226, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 646, de 2006, do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Educação.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 414, de 2006, do Senador Jonas Pinheiro, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2003, de sua autoria.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 442, de 2006, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 464, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 477, de 2006, do Senador Ney Suassuna, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2001, de sua autoria.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 488, de 2006, do Senador Roberto Saturnino, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, dos Projetos de Lei do Senado nºs 27 e 81, de 2002, que tramitam em conjunto, a fim de que tenha tramitação autônoma.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 412, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado – Complementares nºs 68, de 2003; 250, de 2005, e 8, de 2006, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 413, de 2006, do Senador Alvaro Dias, solicitando a

tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 53, de 2003 e 219, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento n^o 459, de 2006, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 339, de 2003 e 32, de 2006 - Complementares, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento n^o 502, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 83, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento n^o 568, de 2006, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos Ofícios n^{os} S/21, de 2000; e S/6, de 2002, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento n^o 569, de 2006, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos Ofícios n^{os} S/25, de 1999; e S/1, de 2001, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento n^o 570, de 2006, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos Ofícios n^{os} S/52, de 2000; e S/2, de 2001, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento n^o 571, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando a tramitação conjunta dos Ofícios n^{os} S/23, de 2000; S/4, de 2001; e S/16, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento n^o 572, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 321, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento n^o 573, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 122, de 1999, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida,

também, a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 574, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 582, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 583, de 2006, de autoria do Senador José Agripino, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 162, de 2005, e 42, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado nºs 177, de 2003, e 149, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 586, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 595, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 245, de 2003, e 19, de 2005 - Complementares, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 605, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 624, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 627, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim,

solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, dos Projetos de Lei do Senado nºs 263 e 295, de 2003; e 176, de 2000, de forma a retomar sua tramitação autônoma.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 628, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2006, com o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que já tramita em conjunto com os de nºs 187, de 2002 e 44, de 2004, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 632, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Educação.

Sessão: 08.06.2006

VIII – MATÉRIAS RETIRADAS:

De iniciativa do Presidente da República	2
De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	3

Mensagem nº 78, de 2006, que submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor José Ricardo Ruschel dos Santos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, na vaga do Senhor Ronaldo Herbst Dotta.

(Retirada pela Mensagem nº 81, de 2006)

Sessão: 07.06.2006

Mensagem nº 134, de 2006, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Carlos Barth para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

(Retirada pela Mensagem nº 152, de 2006)

Sessão: 07.06.2006

Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2003 - Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que institui o Sistema Nacional de Previdência Privada e Superintendência de Previdência Privada, e dá outras providências, em conformidade com o disposto no artigo 192 da Constituição Federal.

(Retirada pelo Requerimento nº 458, de 2006)

Sessão: 08.06.2006

IX - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	59
Total.....	59

Requerimento nº 631, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Mussi, pai do ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Desembargador Jorge Mussi. Encaminhe-se.

Sessão: 01.06.2006

Requerimento nº 635, de 2006, de autoria do Senador Ramez Tebet e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Antônio Mendes Canale, ocorrido no último dia 1º de junho, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Sessão: 05.06.2006

Requerimento nº 636, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de congratulação ao Diretor do jornal O Estado de S.Paulo, Dr. Ruy Mesquita, pelo recebimento do Prêmio Woodrow Wilson de Serviço Público, concedido pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars, do Congresso Americano.

Sessão: 05.06.2006

Requerimento nº 637, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de homenagem pela passagem de dez anos do falecimento do jornalista Julio de Mesquita Neto.

Sessão: 05.06.2006

Requerimento nº 639, de 2006, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando voto de louvor ao jornal Correio Braziliense e aos jornalistas Ana Beatriz Magno e José Varella pelo excelente trabalho investigativo sobre a vida de crianças “que perderam os pais assassinados no DF”.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 647, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Dra. Elisa Viana de Sá, Diretora do Hospital Universitário João de Barros Barreto, ocorrido em São Paulo, no dia 2 do corrente.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 648, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de louvor ao Dr. Zeno Veloso, pela posse na Academia Paraense de Letras.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 649, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Prefeitura Municipal de Manaus, pela reinauguração do Parque do Mindu.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 650, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico (muralista), Ivan Freitas, ocorrido em maio último, na cidade de João Pessoa-PB.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 651, de 2006, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando voto de pesar pelo falecimento do compositor e músico Ismar Barreto Dória.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 652, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao município de Borba-AM, pelos festejos religiosos que reverenciam Santo Antonio e que coincidem com as comemorações dos 250 anos da cidade.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 653, de 2006, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores, solicitando voto de repúdio pela passagem de um ano desde as comprovadas denúncias de irregularidades que abalaram o país e ficaram conhecidas como “Escândalo do mensalão”.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 654, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Srs. Senadores, solicitando voto de louvor a Dom Orani João Tempesta, pela transformação da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará, em Santuário Mariano Arquidiocesano, bem como ao Padre José Ramos das Mercês, Reitor do Santuário.

Sessão: 06.06.2006

Requerimento nº 655, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de louvor ao Sr. José Paiva Netto, Diretor-Presidente da Legião da Boa Vontade (LBV), por ocasião do transcurso de seus 50 anos de trabalho naquela instituição.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 656, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso aos ganhadores do Prêmio Literatura Para Todos, do Ministério da Educação, com destaque para a autora catarinense Eloí Elisabete Bocheço, 1ª colocada.

Sessão: 07.06.2006

Requerimento nº 660, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Fiori Giglioti, ocorrido nodi 06.06.2006.

Sessão: 08.06.2006

Requerimento nº 662, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do educador Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, de Manaus.

Sessão: 12.06.2006

Requerimento nº 663, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Acácia da Silva Sevalho, do jornal Correio Amazonense, ocorrido no dia 5 do corrente.

Sessão: 12.06.2006

Requerimento nº 664, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marta Vasquez, do jornal Correio Amazonense, ocorrido no dia 5 do corrente.

Sessão: 12.06.2006

Requerimento nº 665, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas, pelo transcurso do Dia de Portugal, em 10 do corrente.

Sessão: 12.06.2006

Requerimento nº 667, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao CONAR-Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária, pelas novas normas sobre publicidade de alimentos e refrigerantes e de produtos destinados a crianças e adolescentes.

Sessão: 12.06.2006

Requerimento nº 668, de 2006, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino, João Alberto Souza e Renan Calheiros, solicitando voto de pesar pelo falecimento do físico José Leite Lopes.

Sessão: 13.06.2006

Requerimento nº 669, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do renomado cientista brasileiro José Leite Lopes, ocorrido ontem, no Rio de Janeiro.

Sessão: 13.06.2006

Requerimento nº 670, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, solicitando voto de pesar pelo falecimento professor pernambucano José Leite Lopes, pioneiro das ciências físicas no Brasil e Fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

Sessão: 13.06.2006

Requerimento nº 671, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Severino Manoel de Souza, o humilde sem-teto catador de papel que, para impedir a fragmentação de livro de Machado de Assis em galpão de reciclagem num edifício central de São Paulo, resolveu formar uma biblioteca para outros sem-tetos que ali vivem

Sessão: 13.06.2006

Requerimento nº 677, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Município de Borba, no Amazonas, pela realização dos festejos religiosos em homenagem a Santo Antônio.

Sessão: 14.06.2006

Requerimento nº 678, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de louvor ao Sr. Alfredo Cabral Neto, por sua eleição e seu trabalho realizado como Presidente da “*Politics and International Relations Society Royal Holloway*” da *University of London*.

Sessão: 14.06.2006

Requerimento nº 679, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao Sr. Abdias do Nascimento, pelo recebimento do título de *Doutor Honoris Causa*, concedido pela Universidade de Brasília.

Sessão: 14.06.2006

Requerimento nº 680, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso à Universidade de Brasília-UnB, pela concessão do título de *Doutor Honoris Causa*, a Abdias do Nascimento.

Sessão: 14.06.2006

Requerimento nº 682, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do humorista e jornalista Cláudio Besserman Vianna, o Bussunda do programa Cassetta e Planeta, ocorrido em Munique, Alemanha, em 17 de junho de 2006.

Sessão: 19.06.2006

Requerimento nº 683, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso a Varig – Viação Aérea Riograndense, em comemoração à decisão judicial que aceitou a proposta de compra feita pelo consórcio de Trabalhadores da empresa e investidores.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 684/2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Mauro Motta Durante, ocorrido no último dia 17 de junho.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 685/2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à atleta Suely Ferraz, exemplo de dedicação ao esporte, Medalha de Ouro em Jiu-Jitsu em Los Angeles, Estados Unidos.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 686/2006, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando voto de louvor ao jornal Gazeta de Alagoas e ao jornalista Marcos Rodrigues pelo excelente trabalho investigativo sobre a “escalada da violência” na periferia da cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 688, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Dra. Carmen Lúcia Antunes Rocha, pela sua posse no cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 689, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Associação Comercial do Amazonas – ACA, pelo transcurso de seu 135º aniversário de criação.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 691, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do professor e prefeito de Monte Alto/SP, Gilberto Morgado, ocorrido dia 9 de junho de 2006.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 692, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do humorista Cláudio Besserman Viana, o “Bussunda”, integrante do Programa “Casseta & Planeta” da Rede Globo de Televisão, ocorrido no sábado último, dia 17 de junho de 2006, em Munique, na Alemanha.

Sessão: 20.06.2006

Requerimento nº 696, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao BESC – Banco do Estado de Santa Catarina por instalar nesta semana, as agências bancárias de Barra Bonita, Bandeirante e Santa Terezinha do Progresso, concluindo assim, sua cobertura em todos os 293 municípios do Estado.

Sessão: 21.06.2006

Requerimento nº 697, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento, no dia 17 do corrente, do humorista Cláudio Besserman Vianna, o Bussunda, fundador do grupo Casseta & Planeta.

Sessão: 21.06.2006

Requerimento nº 698, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de congratulações para o escritor José Mindlin, pela sua eleição para a Academia Brasileira de Letras e pela doação do acervo de sua biblioteca pessoal para a Universidade de São Paulo - USP.

Sessão: 21.06.2006

Requerimento nº 699, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, da Universidade Federal do Amazonas, pelo transcurso de seu 41º aniversário de criação.

Sessão: 21.06.2006

Requerimento nº 700, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança pelo transcurso no dia 21 do corrente, do segundo aniversário de falecimento de Leonel Brizola.

Sessão: 21.06.2006

Requerimento nº 705, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Welton Moura Santos.

Sessão: 22.06.2006

Requerimento nº 706, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Ministro Mauro Durante, ocorrido em 17 de junho passado, na cidade de Juiz de Fora.

Sessão: 26.06.2006

Requerimento nº 707, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor amazonense Deusamir Pereira pelo lançamento em Manaus, no dia 2 de dezembro de 2004, do livro Amazônia Insustentável – Zona Franca de Manaus, estudos e análise.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 708, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Wastony Aguiar Bittencourt, pelo lançamento, em Manaus, do seu livro Crônicas de um Servidor Público.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 709, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do geógrafo Orlando Valverde, no dia 14 do corrente, no Rio de Janeiro.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 710, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Guita Mindlin (amiga dos livros), ocorrido no dia 25 do corrente, em São Paulo.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 711, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor amazonense Evaldo Ferreira, do jornal **O Estado do Amazonas**, pelo lançamento, em Manaus, do livro “No Tempo dos Seringais”.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 712, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 714, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hildebrando Rossi Filho, ocorrido no dia 20 do corrente.

Sessão: 27.06.2006

Requerimento nº 715, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173º aniversário de criação.

Sessão: 28.06.2006

Requerimento nº 716, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, Missionária no Amazonas, que, desde 1971, dedica-se ao tratamento de hansenianos, pelo que lhe foi outorgado o Título de Cidadã Amazonense.

Sessão: 28.06.2006

Requerimento nº 717, de 2006, de autoria do Senador voto de aplauso, ao atleta amazonense Daniel Queiroz, pela conquista de Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em São Luís/MA, em junho de 2006.

Sessão: 28.06.2006

Requerimento nº 718, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para os 13 municípios com melhor índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, e em especial para os municípios catarinenses de Bom Jesus, Flor do Sertão e José Boiteux.

Sessão: 28.06.2006

Requerimento nº 719, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para a Mesa Diretora do Senado Federal, por ter reconhecido recentemente a união estável entre pessoas do mesmo sexo, aceitando como dependente a companheira de uma servidora da Casa.

Sessão: 28.06.2006

Requerimento nº 720, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim e outros senhores Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Silvino Dias, pai dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias.

Sessão: 29.06.2006

Requerimento nº 721, de 2006, de autoria do Senador João Batista Motta e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Silvino Dias, pai dos Senadores Osmar e Alvaro Dias, ocorrido hoje, em Maringá, no Estado do Paraná.

Sessão: 29.06.2006

X - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total..... 4

Ato nº 23, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 9 de junho de 2006, a **Medida Provisória nº 289, de 7 de abril de 2006**, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de 738.000.000,00, para os fins que especifica.”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2006, seção I)

Ato nº 24, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de junho de 2006, a **Medida Provisória nº 290, de 12 de abril de 2006**, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.775.849.258,00, para os fins que especifica.”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 2 de junho de 2006, seção I)

Ato nº 25, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de junho de 2006, a **Medida Provisória nº 291, de 13 de abril de 2006**, que “dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social, a partir de 1º de abril de 2006”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 2 de junho de 2006, seção I)

Ato nº 26, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 26 de junho de 2006, a **Medida Provisória nº 292, de 27 de abril de 2006**, que “altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998 e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2006, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 30 de junho de 2006)	
Deliberativas Ordinárias	11
Não Deliberativas	10
Especiais	1
Total	22

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 30 de junho de 2006)

MATÉRIAS APROVADAS.....	112
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	5.
1 – Aprovada com alterações e devolvida à Câmara dos Deputados.....	2
2 – Aprovada na íntegra e encaminhada à promulgação.....	1
3 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão (ressalvados destaques) e devolvida Medida Provisória à Câmara dos Deputados.....	1
4 – Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão oferecido pela Câmara dos Deputados e enviado à sanção.....	1
II - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	13
1 – Em decisão terminativa.....	13
1.1 – Proposições do Senado.....	13
III - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação.....	52
1 – Concessões e telecomunicações.....	52
IV – Escolha de chefes de Missões Diplomáticas.....	4
V – Escolha de autoridades.....	4
VI – Requerimento de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante.....	1
VII – Requerimentos diversos.....	33
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO.....	3
VIII – Matérias retiradas.....	3
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS.....	115
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA.....	4

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 30 DE JUNHO DE 2006

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 30 de junho de 2006)

Deliberativas Ordinárias.....	51
Não Deliberativas.....	36
Especial	6
Total	93

MATÉRIAS APROVADAS.....437

I – Medidas Provisórias aprovadas17

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção.....5

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....5

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados5

4 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão (ressalvados destaques) e Devolvida a Medida Provisória à Câmara dos Deputados.....2

II - Projetos aprovados e enviados à sanção14

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados56

1 - Em Decisão terminativa49

1.1 Projetos de Lei do Senado Federal....49

2 - Por Decisão de Plenário7

2.1 – Do Senado Federal3

2.2 – Da Câmara dos Deputados.....3

2.3 – de Comissão Mista1

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação.....256

1 - Acordos Internacionais.....53

2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais...7

3 – Operações de Crédito.....4

4 – Concessões de telecomunicações.....192

V – Escolha de chefes de Missão Diplomática.....10

VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade.....9

VII – Requerimento de informações sigilosas1

VIII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante.....6

IX – Indicação	1
X – Requerimentos Diversos.....	67
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	14
XI - Matérias prejudicadas.....	2
XII - Matérias rejeitadas	9
XIII – Matérias retiradas	3
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	451
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	22

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
AELTON FREITAS			
<p>Parecer nº 772, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2006 (nº 2.041, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “Pérola do Triângulo” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais.</p>	57	<p>Registro de Editorial intitulado “A carne-seca não é tanta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, de 12 de junho de 2006.</p>	206
<p>Parecer nº 773, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2006 (nº 2.047/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais. ..</p>	60	<p>Comentário sobre as possíveis razões que levaram o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, a pedir demissão de seu cargo. Aparte ao Senador Ramez Tebet.</p>	304
<p>Parecer nº 774, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2006 (nº 1.880/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.</p>	63	<p>Destaque para a necessidade de se liberar a pauta para a votação de empréstimos requisitados pelos Estados.</p>	316
ALVARO DIAS			
<p>Críticas à afirmação do Presidente Lula, em discurso na primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, que antes dele o “Brasil era uma coisa meio desarranjada”.</p>	361	<p>Registro de matéria intitulada “STF abre inquérito para investigar Mento”, publicada no jornal <i>O Globo</i>, em sua edição de 17 de junho de 2006.</p>	353
ANTERO PAES DE BARROS			
<p>Registro de matéria intitulada “Terrorismo biológico”, publicada na revista <i>Veja</i>, edição de 21 de junho de 2006.</p>	118	<p>Registro de editorial “Impedido e fazendo falta”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, em sua edição de 16 de junho de 2006.</p>	396
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES			
		<p>Registro de matéria intitulada “Nem Lula dá bola para eles”, publicada pela revista <i>Veja</i>, em sua edição de 21 de junho de 2006.</p>	426
		<p>Destaque para o prejuízo de milhares de fazendeiros, com mais de 200 mil desempregados. Aparte ao Senador César Borges.</p>	224
		<p>Protesto contra os ataques do Presidente Lula ao Senado Federal, em Contagem, Minas Gerais, em relação a não votação do Fundeb.</p>	287
ANTÔNIO CARLOS VALADARES			
		<p>Parecer nº 768, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, de autoria do Senador Papaléo Paes, que autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá.</p>	41

	Pág.		Pág.
ARTHUR VIRGÍLIO			
Apelo no sentido da contratação de tradutores da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a TV Senado.	149	Requerimento nº 712, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. .	180
Votos de aplausos ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas, e aos escritores Wastony Aguiar e Evaldo Ferreira. Registro dos 41 anos do Hospital Getúlio Vargas de Manaus.	149	Requerimento nº 713, de 2006, que requer à Ministra do Meio Ambiente, informações sobre intenções anunciadas pela organização francesa Nature Rights, que podem representar ameaças à integridade da Região Amazônica.	181
Votos de pesar pelo falecimento da Senhora Guita Mindlin, e do Geógrafo Orlando Valverde, que dedicou mais de 30 anos de vida a pesquisas na região Amazônica.	149	Encaminhamento à Mesa, para publicação dos seguintes pronunciamentos: voto de aplauso à cidade de Maués, pelo seu centésimo septuagésimo terceiro aniversário; e à irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, missionária do Amazonas, que se dedica ao tratamento de hansenianos.	225
Comentários sobre a suspensão da greve dos servidores do Poder Judiciário.	149	Encaminhamento à Mesa de denúncia feita pelo jornal <i>A Crítica</i> de desvio de verbas da Universidade Estadual do Amazonas, por parte do Governo do Estado.	227
Pedido de transcrição nos Anais do Senado Federal de documento do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Amazonas – SINTESAM, o qual expõe sua posição em faces das propostas em exame relativas ao futuro dos Hospitais Universitários na área federal.	152	Análise da fala do Presidente Lula na convenção petista que lançou seu nome à reeleição. Comentários sobre matéria que circula na Internet sobre as mais famosas mentiras pregadas pelo Presidente Lula à nação brasileira.	229
Destaque para reclamação apresentada pelo Senhor José Gabrielense Gomes Duarte, a qual versa sobre a defasagem dos servidores aposentados da Caixa Econômica Federal em relação aos servidores aposentados do Banco do Brasil, que seria de aproximadamente 92%.	159	Requerimento nº 715, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Município de Maués, no Amazonas, pelo transcurso, em 25 de junho de 2006, de seu 173º aniversário de criação.	246
Comentários acerca da indicação do embaixador Jacques Guilhaud para a Embaixada da Guiné.	172	Requerimento nº 716, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Irmã Maria Ângela Alcalde Torrecilla, missionária no Amazonas, desde 1971, que se dedica ao tratamento de hansenianos, pelo que lhe foi outorgado o Título de Cidadã Amazonense.	246
Requerimento nº 707, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao escritor amazonense Deusamir Pereira pelo lançamento, em Manaus, no dia 2 de dezembro de 2004, do livro <i>Amazônia Insustentável – Zona Franca de Manaus</i> , estudos e análise.	179	Requerimento nº 717, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Daniel Queiroz, pela conquista de Medalha de Ouro no 15º Campeonato Brasileiro de Natação, realizado em São Luís/MA, em junho de 2006.	246
Requerimento nº 708, de 2006, que requer Voto de Aplauso a Wastony Aguiar Bittencourt, pelo lançamento, em Manaus, de seu livro “Crônicas de um Servidor Público”.	179	Destaque para a denúncia publicada pelo jornal <i>A Crítica</i> sobre o desvio de verbas da UEA para construtoras, Fundações e para outros projetos do Governo Estadual.	265
Requerimento nº 709, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Geógrafo Orlando Valverde, no dia 14 de junho de 2006, no Rio de Janeiro.	179	Congratulações ao Senador Papaléo Paes pela sua candidatura ao Governo do Amapá, destacando sua firmeza e honradez. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	265
Requerimento nº 710, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido, no dia 25 de junho de 2006, em São Paulo, da Excelentíssima Senhora Guita Mindlin, “amiga dos livros”.	180	Encaminhamento à Mesa de pronunciamento sobre matéria de autoria da jornalista Talita Ribeiro, do jornal <i>A Crítica</i> , de Manaus, denunciando que está sendo destruído o patrimônio ecológico do arquipélago fluvial de Anavilhanas.	270
Requerimento nº 711, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao escritor amazonense Evaldo Ferreira, do jornal <i>O Estado do Amazonas</i> , pelo lançamento, em Manaus, do livro “No Tempo dos Seringais”.	180	Comentários sobre matéria que circula na Internet sobre as mais famosas mentiras pregadas pelo Presidente Lula à nação brasileira.	276

	Pág.	III	Pág.
Voto de pronto restabelecimento ao líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, que sofreu um grave acidente que lhe causou politraumatismo.	306	lações Marginais, para as atividades de avaliação, reabilitação e produção de petróleo e gás natural no País.	297
Solicitação de verificação de quorum, com vistas à aprovação de empréstimos para os Estados solicitantes.	316	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
Preocupação em relação à possibilidade de trancamento de pauta, devido à falta de quorum na Casa, para a votação de matérias de extrema importância.	318	Comentários a respeito do trancamento de Pauta na Casa, o que, segundo Sua Excelência, vem ocorrendo já há algum tempo. Apelo à Casa para que se dirija ao Coaf e à Receita Federal, com o intento de se investigar a corrupção e o abuso que vem ocorrendo no Governo do Estado do Tocantins.	327
Destaque para comentário do Presidente Lula de que o Senado é culpado pela não aprovação do Fundeb.	321	Comentários sobre o excesso de Medidas Provisórias e ausência de quorum na Casa.	343
Preocupação em relação à violência que está sendo vítima o Senador Eduardo Siqueira Campos.	338	Defesa do Estado do Tocantins.	343
Sugestão para que a votação da matéria sobre o orçamento para os Estados ocorra no dia 4 de julho de 2006.	344	Destaque para a ida do Procurador Geral da República, Doutor Álvaro Lotufo Manzon, ao telejornal da TV Anhanguera, para informar que encerrou as apurações com relação ao Instituto de Previdência do Estado do Tocantins. Aparte ao Senador João Ribeiro.	346
CÉSAR BORGES		EDUARDO SUPPLY	
Repercussão sobre matéria intitulada "Terrorismo Biológico", publicada na revista <i>Veja</i> , que traz uma confissão de uma pessoa que participou de ato criminoso com prejuízo incalculável para a lavoura cacaujeira.	222	Comentários sobre a indicação do embaixador Jacques Guilbaud para a Embaixada da Guiné. ..	172
CRISTOVAM BUARQUE		Pedido de inserção nos Anais de entrevista concedida pelo Governador Cláudio Lembo, do PFL, à revista <i>Carta Capital</i>	174
Parecer nº 770, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria do Senador Edison Lobão, que denomina "Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho" o aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro.	47	Registro do anúncio, em Contagem/MG, por parte do Presidente Lula, do alcance da meta de 11 milhões e cem mil famílias atendidas pelo "Bolsa Família" em 2006.	292
Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2006, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para estabelecer que os candidatos devam registrar os respectivos: carta de princípios e programa de trabalho na Justiça Eleitoral.	252	Comentários, a partir de dados do jornal <i>Valor Econômico</i> , sobre a importância dos programas sociais do Governo, em especial o Bolsa Família. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	296
DEMÓSTENES TORRES		Considerações acerca do trabalho desenvolvido pelo Ex-ministro Roberto Rodrigues frente ao Ministério da Agricultura. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	305
Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2006, que prevê nova cominação penal aos crimes que especifica e define o tipo de peculato-uso.	248	Votos de pronto restabelecimento ao líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, que sofreu um grave acidente que lhe causou politraumatismo.	306
EDISON LOBÃO		FÁTIMA CLEIDE	
Destaque para a realização da Segunda Rodada de Licitações de Áreas Inativas com Acumu-		Pedido de apuração da sabotagem contra o helicóptero do Governador do Estado de Rondônia. Aparte ao Senador Valdir Raupp.	94

	Pág.		Pág.
Reforço ao apelo no sentido de que a Polícia Federal participe das investigações sobre o suposto atentado cometido contra o helicóptero do Governador do Estado de Rondônia.	95	Comentário sobre matéria intitulada “PDT lança Cristovam para deter ‘tentação autoritária’ de Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 20 de junho de 2006.	400
Cumprimentos ao Ministro da Saúde que, em conjunto com a secretaria especial de política para as mulheres, publicou a agenda da mulher, a qual apresenta informações fundamentais para as mulheres na área da saúde.	95	Comentário de matéria intitulada “Base se cala diante de acusações contra Lula”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , de 21 de junho de 2006.	431
Considerações sobre o PLC 37/2006, que trata da criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. ...	95	GARIBALDI ALVES FILHO	
FLÁVIO ARNS		Parecer nº 775, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2006 (nº 2.054/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa “João Henrique Dantas” para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte.	66
Apresentação de pacote de medidas estruturais para solucionar a crise no setor agrícola nacional.	298	GILVAM BORGES	
FLEXA RIBEIRO		Expectativa quanto à construção da Ponte sobre o Rio Oiapoque prevista no Orçamento de 2006.	165
Parecer nº 776, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 170, de 2006 (nº 475, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, no valor total de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia – PRODECAR.	255	HELOÍSA HELENA	
Projeto de Resolução nº 43, de 2006, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FUDA, no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	257	Solidariedade ao pronunciamento do Senador Paulo Paim sobre o projeto pelo fim do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim.	76
Solicitação aos Senadores para que compareçam ao Plenário, para que dêem quorum para a votação de medidas provisórias que trancavam a pauta, para em seguida se votar os empréstimos aos Estados aprovados na CAE.	319	Registro da passagem do Dia Mundial de Combate à Tortura, ressaltando a realidade do sistema prisional brasileiro.	104
Apelo no sentido de que a verificação de quorum possa ser feita no momento da votação do projeto de Tocantins, evitando dessa forma prejuízo para outros Estados que pleiteiam empréstimos. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. ...	332	Destques para vários projetos apresentados por Sua Excelência relacionados à questão da deficiência. Aparte ao Senador Paulo Paim.	134
		Homenagem ao trabalho e luta da Senadora Patrícia Saboya Gomes sobre a ampliação da licença maternidade às trabalhadoras da iniciativa privada. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes.	163
		Elogios à decisão corajosa da Diretoria do Senado, na pessoa do primeiro Secretário, que estabeleceu decisão importante referente à inclusão da senhora Cláudia Helena Gurgel, como dependente da Servidora Silvia Del Valle Gomide, na qualidade de companheira, excluindo todas as formas de preconceito contra a união de pessoas do mesmo sexo.	173
		Apelo pelo compromisso do Governo em assinar, após a votação na Casa, de matéria que libera crédito aos Estados, o contrato relativo à liberação dos recursos.	327

	Pág.		Pág.
Solidariedade ao Senador Eduardo Siqueira Campos.	340		
Críticas aos discursos de campanha do Presidente Lula.	421	Destaque para a falta de consenso dentro das próprias Bancadas no que diz respeito a formação de quorum para se votar matérias de extrema importância.	325
HERÁCLITO FORTES		ÍRIS DE ARAÚJO	
Questionamento quanto à falta de apoio por parte do Governo aos funcionários da Varig. Aparte ao Senador José Agripino.	169	Comentários sobre o acirramento do já conturbado quadro social brasileiro e a ousadia do crime organizado.	266
Considerações acerca da indicação do embaixador Jacques Guilbaud para a Embaixada da Guiné.	172	JEFFERSON PÉRES	
Defesa de melhoria salarial para os carteiros e adicional de insalubridade devido ao ambiente em que muitas vezes esses trabalhadores são obrigados a conviver. Aparte ao Senador Paulo Paim. ...	414	Protesto contra o cancelamento das reuniões das Comissões no Senado, em razão dos jogos do Brasil na Copa do Mundo.	279
Críticas ao Presidente Lula por declarações relacionadas ao sistema de saúde e ao médico Adib Jatene.	417	JOÃO BATISTA MOTTA	
Satisfação com o resultado de pesquisa eleitoral que atesta o crescimento do candidato Alckmin na disputa pela Presidência da República.	417	Registro de matéria intitulada “‘Já ganhou’ toma conta de Lula”, de autoria do jornalista Rudolfo Lago, publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , em sua edição de 14 de junho de 2006.	122
IDELI SALVATTI		Registro de matéria intitulada “Ex-dono da Leão nega acusação”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , de sua edição de 27 de maio de 2006.	207
Requerimento nº 718, de 2006 que requer Voto de Aplauso para os 13 municípios com melhor Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, e em especial para os municípios catarinenses de Bom Jesus, Flor do Sertão e José Boiteux.	246	Comentários sobre o pedido de demissão do Ministro Roberto Rodrigues.	222
Requerimento nº 719, de 2006, que requer Voto de Aplauso para a Mesa Diretora do Senado Federal, por ter reconhecido recentemente a união estável entre pessoas do mesmo sexo, aceitando como dependente a companheira de uma servidora da Casa.	246	Registro de matéria intitulada “Banco de Dantas foi cliente do ex-escritório de Thomaz Bastos”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 30 de maio de 2006.	352
Voto de Aplauso à Mesa pelo reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. .	275	Considerações sobre a situação da empresa aérea Varig.	380
Justificação de requerimento encaminhado à Mesa, solicitando Voto de Aplauso para os 13 municípios com melhor Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família, em especial os municípios catarinenses de Bom Jesus, Flor do Sertão e José Boiteux.	294	Comentários sobre a crise da agricultura na Região Sul.	380
Registro de artigo de autoria do jornalista Elio Gaspari, intitulado “O inchaço da máquina do Estado é lorota”.	294	Manifestação de pesar pelo falecimento do pai dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias.	380
Comentários sobre o trancamento de pauta por parte das medidas provisórias que chegam a Casa.	320	Leitura da matéria intitulada “Bancos têm lucros com petista”, publicada no jornal <i>O Globo</i>	380
		Requerimento nº 721, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Silvino Fernandes Dias, pai dos Senadores Alvaro Dias e Osmar Dias, ocorrido em 29 de junho de 2006, em Maringá, Paraná.	386
		Solidariedade ao pronunciamento do Senador Mão Santa em relação ao anúncio da candidatura de Sua Excelência ao Governo do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa.	388
		Registro de matéria intitulada “Sem-terra invadem Câmara, espalham destruição e ferem 24”,	

	Pág.		Pág.
publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , de 7 de junho de 2006.	394	na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade.	35
Registro de matéria intitulada "Mattoso assume tudo", publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , em sua edição de 30 de maio de 2006.	434	Comentário de artigo intitulado "A gangrena é maior do que parecia", publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> de 6 de junho de 2006.	127
JOÃO RIBEIRO		Pedido para inserção nos Anais do Senado Federal de artigo intitulado "O busto de Mário Covas e a quebradeira do MLST", de autoria do Ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , de 11 de junho de 2006. Comentário sobre matéria intitulada "O aristocrata sem-terra", publicada pela revista <i>Época</i> , de 12 de junho de 2006.	
Parecer nº 769, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional Brasileiro nas contracapas de cadernos e livros. .	44	Comentário de artigo intitulado "Autoritarismo ou democracia?", de autoria do professor Denis Rosenfield, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> em sua edição de 12 de junho de 2006.	212
Apoio ao pronunciamento do Senador Eduardo Siqueira Campos, em relação às denúncias, por parte de Sua Excelência, de corrupção no Estado do Tocantins. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.	330	Parecer nº 780, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, de autoria do Senador João Batista Motta e outros Senhores Senadores, que susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA).	348
Solicitação para que os Estados interessados em empréstimos compareçam às votações.	344	Registro de artigo intitulado "Lula sem politetra-fluoroetileno", publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 27 de junho de 2006.	399
Queixas em relação à falta de quorum na Casa para a votação de matérias de extrema importância.	344	Registro de artigo intitulado "Educação, mentiras e videoteipe", de autoria do ex-presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Sidney Beraldo, publicado pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> de 14 de junho de 2006.	430
JOÃO TENÓRIO		LEONEL PAVAN	
Registro de matéria intitulada "Vídeo mostra que invasão do MLST foi premeditada" publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> em sua edição de 8 de junho de 2006.	124	Questionamentos em relação à participação de membros do Partido dos Trabalhadores envolvidos em corrupção na convenção do PT, que homologou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição e a de José Alencar à Vice-Presidente. Aparte ao Senador Sibá Machado.	109
Registro de matéria intitulada "Candidato, Alckmin faz promessas e ataca Lula", publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em sua edição de 12 de junho de 2006.	209	Preocupação com relação à liberação das emendas individuais dos parlamentares e ao anseio de diversos prefeitos com referência ao prazo para a assinatura de convênios.	114
JOSÉ AGRIPINO		Apelo no sentido de que seja assegurado aos prefeitos a certeza de que terão os recursos das emendas parlamentares liberados.	
Preocupação com a situação da empresa aérea Varig, e o enorme transtorno que vem sendo causado nos aeroportos.	166	Registro de artigo intitulado "Política da Terra Sem Lei", publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> do dia 21 de junho de 2006.	398
Comentários a respeito de pedido de empréstimo por parte dos Estados.	316		
Comentários sobre a obstrução de Pauta, o que prejudicaria a votação de empréstimos aos Estados.	324		
JUVÊNCIO DA FONSECA			
Parecer nº 767, de 2006, na Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que inclui o inciso X ao artigo 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga			

	Pág.		Pág.
Registro de artigo intitulado “Minha vida de coiole”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista <i>Veja</i> em sua edição de 28 de junho de 2006.	429	Parecer nº 781, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim que modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e acrescenta o § 3º, concedendo adicional de periculosidade aos carteiros.	403
LÚCIA VÂNIA		MARCELO CRIVELLA	
Registro de artigo intitulado “Sete anos de metas”, de autoria do jornalista Celso Ming, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 13 de junho de 2006.	397	Parecer nº 778, de 2006, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 286, de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00, para os fins que especifica”.	307
Comentário de artigo intitulado “Responsabilidade política”, de autoria do analista político Augusto de Franco, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 20 de junho de 2006.	428	Apelo pela votação da Medida Provisória nº 286, de 2006, devido à necessidade de verbas para a realização dos Jogos Pan-Americanos no Brasil.	317
LUIZ OTÁVIO		MARCO MACIEL	
Esclarecimento sobre a impossibilidade de votação para a liberação de crédito para os Estados ainda no ano de 2006.	323	Parecer nº 771, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que denomina “Rodovia Pintor Cícero Dias” o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco.	53
MAGNO MALTA		MARCOS GUERRA	
Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2006, que proíbe a entrada de funcionários nas cadeias e penitenciárias em que trabalhem portando aparelhos celulares ou quaisquer outros aparelhos de comunicação.	254	Comentários sobre o livro de autoria de Raymond Faoro, intitulado “Os Donos do Poder” que trata das instituições nacionais e suas carências.	81
Comentários sobre a repercussão da violência no País, que se faz presente nas notícias do Brasil e do mundo. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	267	Conclamação ao comparecimento do eleitor brasileiro às urnas, alertando para a necessidade de não se anular o voto. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	85
Registro do aniversário da cidade de Cachoeiro de Itapemirim - ES.	287	Justificação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Ministro Mauro Durante.	87
Comentários sobre matérias publicadas pela imprensa, de autoria de Sua Excelência e do Senador Garibaldi Alves sobre a situação dos bingos no País. Cumprimentos ao jornal <i>A Gazeta</i> pela publicação da matéria sobre a constatação de que o Brasil perde a cada ano em produtividade por causa da violência entre os jovens.	287		
MÃO SANTA		Registro de matéria intitulada “Conselho recomenda cassação de Janene”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 14 de junho de 2006.	
Solidariedade ao pronunciamento do Senador Paulo Paim em relação à preocupação de Sua Excelência com a situação dos aposentados no País. Aparte ao Senador Paulo Paim.	384	Registro de entrevista concedida pelo doutor em Geografia Humana, Marco Antonio Mitidiero, ao <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 12 de junho de 2006, intitulada “O MLST luta para implantar o comunismo”.	204
Anúncio da candidatura de Sua Excelência pelo PMDB para o Governo do Piauí.	386	Críticas ao veto presidencial aos artigos 5º e 6º da Lei 11.311, resultante da Medida Provisória nº 280, sobre a regularização dos débitos tributários.	
Manifestação de pesar pelo falecimento do pai dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias.	386	290	

VIII

	Pág.		Pág.
NEY SUASSUNA			
Registro da realização do Encontro Paraíba do Futuro, na cidade de Santa Rita. Cobranças ao Governo Federal de uma solução definitiva para a agricultura da Paraíba tais como: a dívida dos agricultores, o problema dos plantadores de cana e a perda da equalização do custo.	160	Pedido para se votar matéria necessária relevante para o Estado do Ceará e todos aqueles que passam por dificuldades.	319
Agradecimentos ao Presidente Lula pelos quatro novos campi universitários, bem como pelas duas escolas técnicas federais que foram criadas na Paraíba.	275	PAULO OCTÁVIO	
Defesa da imediata aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).	275	Esclarecimentos sobre a posição do PFL com relação à candidatura ao Governo do Distrito Federal.	116
PAPALÉO PAES			
Registro de artigo intitulado “Quem sabe disso é a CIA”, publicado pela revista <i>Veja</i> em sua edição de 7 de junho de 2006.	126	PAULO PAIM	
Registro de matéria intitulada “Lula liberou R\$ 5,6 mi para entidade ligada ao MLST”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , de 9 de junho de 2006.	210	Denúncia sobre a perversidade da aplicação do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social, defendendo sua extinção.	75
Registro das comemorações dos 18 anos de fundação do PSDB, celebrados em 25 de junho de 2006.	263	Registro de artigo do jornalista Ribamar Oliveira, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> sobre o fator previdenciário. Comentário sobre artigo publicado na <i>Gazeta Mercantil</i> intitulado “Oferta da Volo é chance de salvar Varig”.	75
Comunicado sobre a escolha do nome de Sua Excelência, em convenção partidária realizada no dia 25 de junho de 2006, como candidato do PSDB ao cargo de Governador pelo Estado do Amapá.	263	Comentários acerca da importância de uma reforma política e eleitoral, com vistas à moralização do Estado e o fim da corrupção. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	84
Registro de entrevista concedida pelo Ex-governador de São Paulo e candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, intitulada “É óbvio que Lula sabia”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , em sua edição de 11 de junho de 2006. .	351	Cumprimentos à decisão do Superior Tribunal de Justiça que firmou entendimento sobre legitimidade dos sindicatos em atuarem na defesa de todo e qualquer direito individual e coletivo dos integrantes das categorias que representam. Destaque para a participação de Sua Excelência na primeira Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Apelo para que escritores e editoras ofereçam suas obras em formato digital, a fim de que sejam conhecidas por pessoas portadoras de deficiência visual. Considerações sobre o projeto “Cantando as diferenças”, que está sendo implantado no Rio Grande do Sul para promover a inclusão das pessoas com deficiência.	133
Registro de artigo de Antônio Machado, publicado pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , em sua edição de 18 de junho de 2006, intitulado “Quem se habilita?”.	427	Reiteração do pedido do Senador Arthur Virgílio para contratação de tradutores da Língua Brasileira de Sinais para a TV Senado. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	149
PATRÍCIA SABOYA GOMES			
Parecer nº 766, de 2006, da Comissão de Educação, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.	5	Reiteração do Pedido de aprovação de Projeto, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, em relação à ampliação da licença maternidade às trabalhadoras da iniciativa privada. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes.	162
Balanço sobre o andamento do Projeto, de autoria de Sua Excelência, que tramita no Senado Federal que versa sobre a ampliação da licença maternidade às trabalhadoras da iniciativa privada. .	162	Demonstração de incentivo a um debate que vise buscar uma saída para o problema vivido pela empresa aérea Varig, evitando assim sua falência. Aparte ao Senador José Agripino.	168

	Pág.		Pág.
Saudação, em nome do Deputado Ivan Ranzolin, aos 40 Vereadores presentes no Senado Federal vindos da região de Santa Catarina.	224	Justificativas ao requerimento nº 722, de 2006, referente à comemoração dos cinco anos de fundação do jornal <i>O Sul</i>	425
Comentário de artigo publicado pelo <i>Correio Braziliense</i> , em sua edição de 26 de junho de 2006, intitulado “Da igualdade”, de autoria de Sueli Carneiro, doutora em Educação pela USP e diretora do Instituto da Mulher Negra.	299	RAMEZ TEBET	
Defesa de um entendimento entre as categorias de servidores públicos em greve no País e os setores competentes.	299	Alerta aos eleitores sobre a necessidade de rejeitar, por meio do voto, os candidatos envolvidos em corrupção e atos lesivos aos cofres públicos.	82
Elogios ao Programa de Ações Afirmativas adotado pela Universidade Federal de São Carlos.	299	Apelo no sentido do apoio à empresa aérea Varig.	82
Expectativa da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e do Projeto de Cotas pela Câmara dos Deputados.	299	Lamento pelo pedido de demissão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, ressaltando seus valiosos serviços prestados ao País durante a gestão da pasta.	303
Comunicado de que Sua Excelência está retirando seu apoio quanto à verificação de quorum, tendo em vista um possível acordo para se votar os créditos para os Estados e também a MP para os aposentados. Aparte ao Senador Luiz Otávio.	323	Apelo ao pedido de empréstimo do Estado do Mato Grosso do Sul.	341
Apelo aos Senadores pela votação de matéria que libera crédito aos Estados e da MP que concede reajuste aos aposentados e pensionistas.	325	Parecer nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.	372
Pedido de inserção nos Anais da Casa da manifestação por parte de Sua Excelência de apoio em favor do reajuste dos aposentados e pensionistas.	347	ROBERTO SATURNINO	
Encaminhamento à Mesa de Requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento do pai dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias.	380	Comentários sobre os oito anos de desgoverno no Rio de Janeiro, com destaques para a liberação de recursos do Governo Federal ao Estado, ação que amenizou a situação calamitosa na qual se encontrava o referido Estado.	279
Requerimento nº 720, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Silvino Dias, pai dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias, solicitando que esta homenagem seja estendida a todos os seus familiares.	380	Pedido de inserção nos Anais do Senado Federal de entrevista concedida pelos professores Pedro Estevão Serrano e Gabriel Cohn, a Marco Aurélio Weissheimer, da <i>Carta Maior</i>	279
Expectativas de que a falência da Varig não ocorra. Aparte ao Senador João Batista Motta.	381	ROMERO JUCÁ	
Comentários sobre emenda à MP que estende o reajuste do salário mínimo aos aposentados e pensionistas.	383	Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2006, que acrescenta o inciso IX, ao artigo 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), para incluir o crime de fraude contra seguro no rol de crimes antecedentes.	73
Requerimento nº 722, de 2006, que requer Voto de Louvor ao jornal <i>O Sul</i> do Grupo Rede Pampa de Comunicação que completaria, dia 2 de julho de 2006, cinco anos de fundação.	411	Apelo no sentido da necessidade da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.	110
Defesa do projeto de lei que concede o adicional de periculosidade aos carteiros, destacando a trajetória histórica dessa profissão de carteiro. .	411	Cumprimentos à administração da Bolsa de Valores de São Paulo pelo trabalho que vem desenvolvendo e pelo Relatório Anual relativo a 2005. ..	129
Apelo no sentido de votação de todas as medidas provisórias que contemplem os servidores, os aposentados e também os Estados. Aparte ao Senador Romero Jucá.	424	Destaque para o recebimento do Relatório de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), referente ao ano de 2005.	215

	Pág.		Pág.
Observações acerca do posicionamento favorável do Governo à aprovação, pelo Senado, dos projetos de resolução que tratam de empréstimos aos Estados.	337	de drogas como mecanismo de proibição de sua produção. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	268
Comemoração dos resultados da atual gestão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).	358	Encaminhamento à Mesa de pronunciamento sobre a realização, nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2006, em Brasília, do 22º Seminário Especial da Prosperidade, cujo tema é “A prosperidade em suas mãos”.	272
Anúncio da assinatura do decreto que cria o Sistema Brasileiro de Televisão Digital.	423	Destaque para a necessidade de aprovação do Fundeb. Aparte ao Senador Ney Suassuna. ...	276
Registro da edição das medidas provisórias que reajustam os salários dos funcionários públicos.	423	Discussão da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00 (duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica.	317
Homenagem aos dirigentes e profissionais da Anvisa, em função de serviço de alto nível prestado à sociedade.	435		
ROMEU TUMA		SÉRGIO CABRAL	
Apoio às demandas salariais e à aprovação de planos de cargos e salários de algumas categorias, especialmente na área policial.	159	Preocupação com a ausência de um número significativo de Senadores na Casa, tendo em vista a necessidade de se votar matéria que libere recursos que favoreça os Estados requerentes. ...	318
Homenagem à dedicação e empenho das mulheres em relação à família e aos filhos, destacando sua dupla jornada de trabalho. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes.	164	SÉRGIO GUERRA	
Requerimento nº 714, de 2006, que requer seja aprovado Voto de Pesar pelo falecimento, em 20-6-07, aos 70 anos, de Hildebrando Rossi Filho, professor e diretor do Centro Educacional Objetivo e da Universidade Paulista-UNIP, e que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família e das entidades acima.	181	Registro de editorial do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> de 6 de junho de 2006, intitulado “Um ano depois”.	121
Parecer nº 777, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 171, de 2006 (nº 476, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial – APL.	259	Registro de matéria intitulada “Crescer é sempre bom, mas...”, publicada na revista <i>Veja</i> , em sua edição de 7 de junho de 2006.	208
Projeto de Resolução nº 44, de 2006, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	261	Registro de artigo intitulado “Infiltração e hipocrisia”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 11 de junho de 2006.	353
		Registro de artigo intitulado “Provando do próprio veneno”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> em sua edição de 12 de junho de 2006.	395
		Registro de matéria intitulada “R\$ 40 bi? Não, obrigado”, publicada pela revista <i>Época</i> de 19 de junho de 2006.	432
		SÉRGIO ZAMBIASI	
		Aplausos à criação, pelo Ministério das Relações Exteriores, do Departamento de Energia. Comentários sobre a importância da discussão sobre a matriz energética brasileira.	291
		Registro de matéria do jornal <i>Correio Brasileiro</i> , publicada no dia 25 de junho de 2006, de autoria do jornalista Cláudio Dantas Siqueira, intitulada “Energia ganha status diplomático”.	291

	Pág.	XI	Pág.
Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que acrescenta inciso ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu § 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal.	369		
SIBÁ MACHADO			
Solicitação de esclarecimentos sobre matéria do <i>Correio Braziliense</i> , que traz de forma detalhada informações sobre os repasses feitos pela Casa aos Parlamentares.	104		
Registro das várias conquistas do Governo Lula.	106		
Comentários sobre a Convenção Nacional do PT, que homologou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição e a de José Alencar à Vice-Presidente.	106		
TASSO JEREISSATI			
Lamento pela falta de quorum necessário à aprovação de matéria que beneficie os Estados que necessitam de recursos a serem aplicados na área social.	318		
Destaque para o fato de que a não votação de empréstimos para os Estados implica na obstrução da votação das medidas provisórias. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	322		
TIÃO VIANA			
Preocupação em relação ao voto nulo nas eleições de outubro de 2006, como resposta ao descontentamento dos eleitores com a situação política do País. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	86		
Elogios e reconhecimento ao êxito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	88		
Leitura do artigo do jornalista Gilberto Dimenstein, intitulado "O milagre na educação de Lula", publicado pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em que o articulista afirma que a educação deve ser encarada como um projeto de nação.	154		
		Destaque para a atuação positiva do Governo Federal frente aos programas sociais que vem desenvolvendo, com atenção especial para o programa de renda básica. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	296
		Solidariedade ao pronunciamento do Senador Ramez Tebet, no qual Sua Excelência lamenta o pedido de demissão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	304
		VALDIR RAUPP	
		Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2006, que acrescenta alínea I ao art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para possibilitar o controle do aumento de prêmios e de cancelamento de contratos de seguro de vida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).	72
		Requerimento nº 706, de 2006, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do Ministro Mauro Durante, ocorrido em 17 de junho passado, na cidade de Juiz de Fora: inserção em ata de Voto de Profundo Pesar; apresentação de condolências à viúva, Senhora Íris Durante, à filha, Ana Carolina e ao Ex-presidente da República Itamar Franco, de quem era Assessor.	88
		Preocupação com a sabotagem contra o helicóptero do Governador do Estado de Rondônia, no Quartel da Polícia Militar da cidade de Rolim de Moura.	94
		Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2006, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para obrigar a emissão em braile de faturas dos serviços públicos.	253
		VALMIR AMARAL	
		Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Distrito Federal, com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.	368
		Apelo em favor do resgate da dignidade dos aposentados e pensionistas com a revogação do fator previdenciário.	401